UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALEX ROLIM MACHADO

"PARA SE ADMINISTRAR A JUSTIÇA, CONTER OS CRIMES E MELHORAR A ARRECADAÇÃO...": desenvolvimento social e motivações econômicas na institucionalização da Comarca das Alagoas. Capitania de Pernambuco, 1654-1712

RECIFE
2020

ALEX ROLIM MACHADO

“PARA SE ADMINISTRAR A JUSTIÇA, CONTER OS CRIMES E MELHORAR A ARRECADAÇÃO...”: desenvolvimento social e motivações econômicas na institucionalização da Comarca das Alagoas. Capitania de Pernambuco, 1654-1712

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. George Félix Cabral de Souza

RECIFE

2020

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

M149p Machado, Alex Rolim.
"Para se administrar a justiça, conter os crimes e melhorar a arrecadação –" : desenvolvimento social e motivações econômicas na institucionalização da Comarca das Alagoas. Capitania de Pernambuco, 1654-1712 / Alex Rolim Machado. – 2020.
561 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. George Félix Cabral de Souza.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2020.
Inclui referências.

1. Brasil – História – Capitanias hereditárias. 2. Pernambuco - História. 3. Economia. 4. Política. I. Souza, George Félix Cabral de (Orientador). II. Título.

981.34 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2020-179)

ALEX ROLIM MACHADO

“PARA SE ADMINISTRAR A JUSTIÇA, CONTER OS CRIMES E MELHORAR A ARRECADAÇÃO...”: desenvolvimento social e motivações econômicas na institucionalização da Comarca das Alagoas. Capitania de Pernambuco, 1654-1712

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em: 09/03/2020

BANCA EXAMINADORA

_____
Profº Dr. George Félix Cabral de Sousa (Orientador)
Orientador (Universidade Federal de Pernambuco)

_____
Profº Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profª Drª. Jeannie da Silva Menezes (Examinadora Interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

_____
Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron (Examinador Externo)
Universidade Federal do Pará

_____
Prof. Dr. Arthur de Almeida Curvelo (Examinador Externo)
Universidade Nova de Lisboa

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco; A CAPES pelas bolsas de 2016-2020 que foram de imensa valia para aquisição de livros, compra de materiais de trabalho e viagens para pesquisa em Arquivos. Dessas instituições, agradeço às funcionárias e funcionários do Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo da Universidade de Coimbra, Biblioteca da Ajuda, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Público do Estado da Bahia e Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Nas conversas e orientações, agradeço ao orientador Profº. Dr. George Félix Cabral de Souza pela paciência; A primeira banca de avaliação, composta por Profº. Dr. Antônio Filipe Pereira Caetano e Profº Dr. Rafael Chambouleyron; A banca de avaliação final, composta pelos professores doutores Rômulo Xavier do Nascimento, Jeannie Menezes, Rafael Chambouleyron e Arthur Curvelo; Aos meus pais, por todos o incentivo durante essa jornada. Espera-se ter honrado as colocações destes, embora toda e qualquer crítica em relação ao trabalho deva ser de responsabilidade inteiramente minha. Agradeço, igualmente, a Karolline Campos, historiadora, leitora crítica e companheira de trabalho e vida.

RESUMO

Em 1712, fechava-se o trâmite burocrático de aproximadamente 13 anos acerca da elevação do território ao sul de Pernambuco (que compreendia as vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, entre os rios Una e São Francisco) à categoria de Comarca das Alagoas. Tal acontecimento foi tratado na "historiografia alagoana", até os dias atuais, como o resultado do processo de escalada da violência que culminou na chegada de um Ouvidor para gerenciar aquelas sociedades. Partindo de outro caminho de análise, essa tese pretende evidenciar e problematizar que a elevação das partes sul à condição de Comarca das Alagoas obedeceu em demasia à um projeto político da Capitania de Pernambuco de melhor fiscalização da economia da região. Além da violência, almeja-se expor com maior acuidade que a "autonomia" dos moradores de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, que tanto incomodavam o Governo da Capitania de Pernambuco, perpassou não somente pelo campo da violência e criminalidade, mas se constituiu como resultado da diversidade de atividades econômicas, tanto nas relações de produção como nas de mercado.

Palavras-chave: Políticas de Estado. Experiências socioeconômicas. Comarca das Alagoas. Capitania de Pernambuco

ABSTRACT

In 1712, the bureaucratic procedure of the composition of the County of Alagoas was closed. This evente was treated in the "Alagoan historiography" as the result of the escalation of the violence that culminated in the arrival of na Ombudsman to manage the three South-villages: Alagoas, Penedo and Porto Calvo. Starting from another path of analysis, this thesis intends to highligh and problematize that the elevation of the Southern parts of "Pernambuco" to the condition of Comarca das Alagoas obeyed too much a political Project of the Captaincy of Pernambuco for better inspection of the region's economy. This thesis aims to expose with greater accuracy the social and economic "autonomy" of the inhabitants of Porto Calvo, Alagoas and Penedo, wich constituted itself as result of the diversity of economic activities, both in production and Market relations, culminating in the political proposal for the creation of Comarca das Alagoas.

Keywords: State policies. Socioeconomic experiences. Alagoas County. Captaincy of Pernambuco.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: NAS ATENÇÕES DO LEVIATÃ 10
2 PALMARES E A VILA DAS ALAGOAS 51
2. 1 Mundaú e Litoral: um território na mira dos luso-brasileiros. 52
2. 2 Moradores das Alagoas e a ocupação dos sertões de Palmares 63
2. 3 Terras para os pobres que lutaram no lugar dos ricos que fugiram 78
2. 4 Os paulistas e a recompensa de terras férteis 84
2. 5 Conquista econômica e guerra social 92
3 SALITRE E A VILA DE PENEDO DO RIO DE SÃO FRANCISCO 96
3. 1 A influência do salitre na conquista de Palmares e São Francisco 97
3. 2 Habitantes e moradores nos sertões 111
3. 3 Fundar a Oficina do Salitre 127
3. 4 Violências e catequização na formação de núcleos habitacionais 139
3. 5 Etapas finais das Minas de Salitre e seu legado no Rio de São Francisco 149
4 TAMANDARÉ E A VILA DE PORTO CALVO 155
4. 1 Conquistar e povoar 157
4. 2 Tamandaré holandesa 162
4. 3 Porto Calvo Palmarina 167
4. 4 Depois do Porto e da Cidade existe um Arraial 178
4. 5 Tamandaré pós-holandesa 181
4. 6 Palmares e Tamandaré em sua formação socioeconômica 188
5 NATUREZA E ECONOMIA MATERIAL 196
5. 1 Das confusões de ramos que impedem a luz do sol às várzeas fertilíssimas 198
5. 2 O caminho das preciosidades, ou o mais áspero e faminto sertão do mundo? 207
5. 3 O litoral fértil, mas também pouco salutífero 214
5. 4 A fertilidade é o resultado das cores rubras mais negras 218
5. 5 A natureza e os alicerces da conquista 224
6 O AVANÇO PELOS TRABALHADORES 231
6. 1 Adentrar: o mosaico de trabalhadores na conquista dos sertões 233
6. 1. 1 O soldado ameríndio lavrador 234
6. 1. 2 Os negros guias e línguas 239
6. 1. 3 Médicos e quebra-galhos da saúde 240
6. 2 Construir: o pesado da manufatura e da engenharia 241
6. 2. 1 Os equipamentos para viver nos sertões 242
6. 2. 2 O artesanato bélico 243
6. 2. 3 As ferramentas para os sertões 245
6. 2. 4 Os trabalhadores do couro 249

6. 2. 5 A engenharia dos arraiais 252
6. 2. 6 As influências citadinas nos sertanejos 257
6. 2. 7 Os intercâmbios das obras militares e civis 260
6. 3. Locomover: os carregadores terrestres e fluviais 262
6. 3. 1 Remar e navegar 262
6. 3. 2 Carregar e caminhar 270
6. 4 Os trabalhadores das conquistas 280
7 A ALIMENTAÇÃO COMO SUPORTE DA ECONOMIA 286
7. 1. A farinha 288
7. 2 O feijão 312
7. 3 O milho 317
7. 4 Os peixes 320
7. 5 As ervas bravias 325
7. 6 As caças 330
7. 7 Negros e ameríndios na fundamentação da alimentação americana 332
7. 8 Paraíso do açúcar, purgatório dos legumes, inferno das ervas bravas 337
8 OS ANIMAIS [COMO] CONQUISTADORES 345
8. 1 Gado alimentador, gado conquistador 347
8. 2 Equinos para trabalhar, equinos para povoar 365
8. 3 Missão comprida 378
9 OS PRODUTOS MUNDIAIS 383
9. 1 Açúcar 384
9. 1. 1 O açúcar no período pós-holandês 386
9. 1. 2 O açúcar no período do projeto da Comarca 394
9. 1. 3 Ser um bom Senhor de Engenho nas Alagoas 400
9. 2 Tabaco 408
9. 2. 1 O tabaco no mundo 411
9. 2. 2 O mundo influencia a América: o tabaco das Alagoas 414
9. 3 O pau-brasil 417
9. 3. 1 Pau-brasil "alagoano" 418
9. 4 Os produtos mundiais tomam o poder, mas não a economia 431
10 O FISCO E A SEGURANÇA DAS CONQUISTAS 438
10. 1 Fiscalizar para garantir a economia: os financiamentos contra Palmares 440
10. 2 Fiscalizar para garantir as conquistas: Dote da Rainha e Paz de Holanda 445
10. 3 Fiscalizar para manter Portugal: outros impostos "miúdos" 462
10. 3. 1 Sal e as salinas 463
10. 3. 2 A meia anata 471

10. 4 Fiscalizar para conquistar 473
11 DESOBEDIÊNCIAS AO SENTIDO DA COLONIZAÇÃO 476
11. 1 Os descaminhos do tabaco 477
11. 2 As aguardentes e cachaças clandestinas 487
11. 3 O ápice da autonomia: mineração de ouro em Alagoas 494
11. 4 Escravos do Rei, escravos dos "alagoanos": o quinto de Palmares 498
11. 5 Indisciplina e negação do trabalho 510
11. 6 Os costumes contra as normas 525
12 EPÍLOGO: VILAS DO SUL OU NOVA COMARCA? 529
REFERÊNCIAS 541

1 INTRODUÇÃO: NAS ATENÇÕES DO LEVIATÃ

O dia 08 de agosto de 1710 representou o fechamento de um circuito burocrático na Corte portuguesa. O Rei de Portugal, Dom João V, escrevia duas cartas para serem enviadas à conquista da América: uma para o Governador da Capitania de Pernambuco, outra para o Provedor Mor da Fazenda Real do Estado do Brasil. O assunto consistia nos retoques finais da criação da Comarca das Alagoas, espaço que aglutinaria sob a jurisdição de um Ouvidor as vilas das "partes sul" da Capitania de Pernambuco – Porto Calvo, Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul e Penedo do Rio de São Francisco[1]. O Rei, levando em consideração todo um processo de negociação e planejamento (que se verá mais adiante em seus pormenores), estabeleceu que o Ouvidor fincasse residência na Vila das Alagoas, ao invés da Vila de Penedo, afora ter um ordenado de 300$000réis pagos pela Fazenda Real de Pernambuco, além de ser o responsável pela administração da justiça, somando, ainda, a "melhor arrecadação do Tabaco que nelas se cultiva"[2].

Um documento não daria necessariamente respostas, mas, antes, suscitaria questionamentos, cabendo ao historiador o papel de interroga-las[3]. Nessa esteira de raciocínio, algumas perguntas podem ser feitas inicialmente como problematização dessa tese: Quais eram os crimes que contribuíram para a necessidade de um Ouvidor nas três vilas que, a princípio, já eram administradas pelo Ouvidor Geral de Pernambuco, que ficava em Olinda? Por que a residência, que depois ficou sendo a Vila das Alagoas, foi pensada para a Vila de Penedo do Rio de São Francisco? E, por "fim", o que a arrecadação do Tabaco teria a ver com a obrigação de um Magistrado Régio nas partes sul de Pernambuco? Juntando tudo em uma única pergunta: até que ponto criminalidade e arrecadação do tabaco andavam juntos? Ou, para deixar de maneira mais genérica, como constituía a relação entre justiça e economia na institucionalização da Comarca das Alagoas?

Para iniciar o processo de decodificação dos questionamentos, seria mister ter em mente, pelo menos, como um Ouvidor e uma Comarca eram pensados pelos "primeiros" escritores da História de Alagoas.

---

[1] Para melhor escrita e leitura desta tese, a vila de Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul será abreviada para "Vila das Alagoas".

[2] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. **Relação da Bahia.** Códice 539, vol. 2, fls. 99v-100 (carta ao Provedor Mor). Arquivo da Universidade de Coimbra. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, fls. 409v-410 (carta ao Governador de Pernambuco). Doravante ARNJ e **Coleção Conde dos Arcos**, respectivamente.

[3] BLOCH, Marc. **Apologia da história,** ou, O ofício de historiador. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Administrar a justiça e conter os crimes

Em alguns livros que trabalham com aspectos da história de Alagoas, cujo período colonial vez ou outra aparece[4], o tema da institucionalização da Ouvidoria segue a linha de raciocínio do "cargo-função", qual seja: o Ouvidor aparecia para julgar crimes, e uma região se tornava Comarca porque havia muitos desvios da lei em seu conjunto de vilas. Essa intepretação encontra-se em autores como Moreno Brandão (1909)[5] e Craveiro Costa (1928)[6], que utilizaram como contexto histórico o fim das batalhas contra os holandeses, a guerra de Palmares e o episódio dos Mascates. Brandão ainda arriscou que "Alagôas" tinha "grande incremento", e Costa alegou que "a comarca [isto é, o período pós-1712], pouco a pouco, augmentou em prosperidade; alargou-se a área de sua actividade agrícola; dilatou-se-lhe a opulencia"[7].

A dupla posição de Brandão e Costa, ou, nesse caso em específico, a falta de assertiva histórica temporal em relação ao papel da economia na fundamentação da Comarca das Alagoas abre outra indagação: que tipo de "grande incremento" e "augmento em

[4] Apesar da sedução do termo, não existe um sentimento de segurança que faça o atual pesquisador da história de Alagoas usar a expressão "historiografia". E, nesse caso, algo mais recortado e racionalizado: "historiografia alagoana". Acerca do evento da Ouvidoria e elevação do território sul ao estatuto de Comarca das Alagoas, a situação é mais difícil, pois – até que se prove o contrário –, ninguém se propôs a estudar o acontecimento da criação da Comarca e suas implicações nas dinâmicas sociais da localidade. Isto é, não haveria, no sentido estrito do termo, uma "historiografia alagoana" relacionada à matéria da Ouvidoria (ao contrário do que acontece com o período holandês, ou sobre as guerras contra palmares, ou sobre a revolta dos cabanos, ou da economia do açúcar, etc). O próprio termo "historiografia alagoana", no que concerne o estudo do período colonial também pode ser enganoso e perigoso, uma vez que não haveria uma tradição de pesquisa e escrita aprofundada sobre o período. O que temos, em sua extensa maioria, são historiadores que, nos momentos de "contextualização" da "história de alagoas", fazem menções e arriscam hipóteses sobre o período "colonial". Dois pesquisadores que se aventuraram em dissertar sobre "historiografia" foram CURVELO, Arthur. **O senado da câmara de Alagoas do Sul:** Governança e poder local no sul de Pernambuco (1654-1751). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFHC. Programa de Pós-graduação em História. – Recife, 2014, pp. 16-35. MARQUES, Dimas. **Pelo bem de meus serviços, rogo-lhe está mercê:** a influência da guerra de Palmares na distribuição de mercês (Capitania de Pernambuco, 1660-1778). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Alagoas, ICHICA. Programa de Pós-graduação em História. – Maceió, 2014, pp. 17-55.

[5] "Longe morriam os ecos das luctas contra os hollandezes, sons do retiutin formidavel das armas, os soluços e surdos gemidos dos heróes defensores dos Palmares, quando foi Alagôa elevada á categoria de comarca de Pernambuco. (...) Pelo grande incremento que tinha Alagôas, pelas traições de seus creditos historicos e mesmo por causa da distancia a que se achava de Pernambuco foi aumentad a comarca de mais dois termos em 1711(...)", BRANDÃO, Francisco Henrique Moreno (org.). O centenário da emancipação de Alagoas. Maceió: Edições Catavento, 2004, p. 70.

[6] "A comarca das Alagôas foi criada por Carta Régia de 9 de outubro de 1706, em virtude da requisição d governador da capitania, Francisco Caetano de Moraes, mas só em 1712, terminada a guerra dos Mascates, o ouvidor geral, José da Cunha, nomeado a 6 de fevereiro de 1711, inaugurava-lhe a vida judiciaria, estabelecendo a sua séde na Alagôa do Sul, donde irradiariam os benefícios da justiça. Com o advento da organização judiciaria, nestas paragens por onde imperavam a prepotencia dos senhores feudaes e o arbitrio rude dos capitães-mores, e medidas outras complementares de policia e administração que vinham, de subito, quebrar as asperezas do regime, a autoridade dos grandes proprietários em suas sesmarias e dos varios representantes da metrópole, nas villas e povoados, ficou limitada, para que acima dellas pairassem a autoridade do rei e as imposições rigidas da lei". COSTA, Craveiro. História das Alagôas. – Maceió, SERGASA: 1983, pp. 76-77.

[7] COSTA. Op. Cit., 1983, p. 77, colchete meu.

prosperidade"? A comarca das Alagoas fora criada porque a economia era forte no período pré-1712 ou só veio a ser pós-1712? Apesar de terem conjugado (cada um a sua maneira) a relação de justiça com economia na institucionalização da Comarca das Alagoas, ambos os escritores não fundamentaram suas conclusões em um estudo aprofundado, o que acabou deixando mais perguntas e lacunas do que hipóteses bem fundamentadas. Por isso, o primeiro passo dessa introdução será compreender as prerrogativas dos Ouvidores, o que pode dar uma ajuda na tentativa de discutir tais problemas.

Em termos iniciais, toma-se como ponto de partida o texto das Ordenações Filipinas (1612). Um Corregedor ou Ouvidor de Comarca tinha como função resolver os problemas de justiça no que concerniam crimes e delitos entre moradores[8]. Na América portuguesa, o cargo de Ouvidor e Corregedor foi unido. As prerrogativas, no entanto, mudaram para poder se adaptar melhor às dinâmicas que iam se formando na conquista. Encontrar uma denominação singular de Ouvidor é deveras difícil, sendo que cada Capitania, dependendo do momento histórico, tinha suas particularidades que influenciavam no texto final das atribuições do Magistrado Régio. Tomando como alicerce três Ouvidores (Pernambuco, Rio de Janeiro e Maranhão), vemos que o cuidado com a criminalidade era dado comum, mas, ao contrário de Portugal, a relação com a economia representava o ponto diferencial que caracterizava o estilo de administração portuguesa em relação às suas conquistas a partir das especificidades locais.

No Maranhão, o regimento de 1619-1624, dava como atribuição ao Ouvidor geral "fiscalizar o comércio do pau-brasil e impedir a escravidão e venda de índios sem permissão", somando-se, ainda, "exercer o ofício de provedor até que tal cargo seja provido pelo rei"[9]. As mesmas atribuições de fiscalização do pau-brasil e da escravização de índios se encontra no regimento do Ouvidor Geral da Repartição Sul, de 1608-1619[10], mas que receberam adendos em 1642 (aparecendo ainda em 1669), quando o Ouvidor Geral do Rio de Janeiro também recebeu a incumbência de "visitar as minas de ouro de São Paulo, ordenando que delas se tire ouro, e se frequentem, e ponham em boa arrecadação os direitos de minha Fazenda"[11]. Há um regimento do Ouvidor Geral de Pernambuco, passado em 1668, mas que não tinha em

[8] Título LVIII. Dos Corregedores das Comarcas. Primeiro Livro das Ordenações Filipinas. In: **Ordenações Filipinas.** Livro I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, pp. 103-112.
[9] SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e Meirinhos:** a administração no Brasil Colonial. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 202. Doravante, **Fiscais e Meirinhos**.
[10] **Fiscais e Meirinhos**, p. 203.
[11] **Fiscais e Meirinhos**, p. 254. MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Raízes da formação administrativa do Brasil.** Tomo I. Regimentos I a XVI. – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 83. Doravante **Raízes da formação administrativa do Brasil**.

nenhum de seus parágrafos referência à administração de um gênero em específico[12]. O único adendo feito foi em 1699, quando o Ouvidor de Pernambuco teria se tornado o Superintendente do Tabaco[13]. É a partir daqui que já começa a se desvendar uma parte do por que do Ouvidor das Alagoas ter recebido em suas prerrogativas a fiscalização daquele gênero em específico.

Mas não era somente esse o ponto de união entre economia e justiça no que concerne a institucionalização da Comarca das Alagoas. Em 1706, quatro anos antes da carta da Ouvidoria, o mesmo Magistrado que seria estabelecido para "Alagoas" teria que cuidar também das fiscalizações das Minas de Salitre. Essa pequena pista reforça o ponto de interrogação acerca da elevação do território sul de Pernambuco ao estatuto de Comarca: quais eram as particularidades judiciais e econômicas das vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo que motivavam o aparecimento de um Ouvidor em seu território? Existiu realmente uma relação justiça e economia na junção das três vilas do sul de Pernambuco em torno de uma Comarca?

Para encorpar essa pergunta (ou seja, longe de dar, por enquanto, uma resposta), partir-se-á agora para uma descrição dos trâmites burocráticos que ocasionaram na institucionalização da Comarca. Crê-se que tal viés de introdução não estaria de todo errado, apesar de toda a carga pejorativa que existe nele (a famigerada "narrativa do fato"). Como nos lembrou Edward Thompson, uma maneira de interrogar o "fato histórico" seria

> como *elos numa série linear de ocorrências*, ou fatos contingentes – isto é, a história 'tal como realmente aconteceu' (mas como nunca poderá ser plenamente conhecida) – na construção de uma exposição narrativa; sendo essa reconstrução (por mais desprezada que seja pelos filósofos, sociólogos e por um número crescente de historiadores contemporâneos que se deixaram atemorizar pelos primeiros) em *constituinte essencial da disciplina histórica*, um pré-requisito e premissa de todo conhecimento histórico, a base de qualquer noção objetiva (distinta da teórica) de causação, e a preliminar indispensável à construção de uma exposição analítica ou estruturada (que identifica relações estruturais e causais), mesmo que no curso dessa análise a narração primitiva seqüencial sofra, ela mesma, uma transformação radical[14].

[12] Informação Geral da Capitania de Pernambuco. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Volume XXVIII, 1906, pp. 451-454. Doravante **Informação Geral da Capitania de Pernambuco**.

[13] **Informação Geral da Capitania de Pernambuco**, p. 459.

[14] THOMPSON. Edward. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. – Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 38-39. Itálicos do autor.

Seguindo a ideia de que o aspecto da narrativa, em um trabalho historiográfico, não é uma questão somente de ciência, mas também de estilo e arte[15], parte-se para o nosso ponto de enredo: a espuma marítima que aparece na superfície, mas que só pode ser explicada com o estudo profundo de suas correntes marítimas[16].

O processo burocrático da criação da Comarca das Alagoas

Em maio de 1699, poucos anos após a derrota e morte do líder mocambeiro Zumbi na batalha do Mocambo do Macaco, os "senadores desta vila de Santa Maria Madalena, da Lagoa do Sul", escreveram uma carta ao Rei de Portugal. Nela, faziam quatro pedidos: o primeiro era que os habitantes da vila não queriam que os homens de Domingos Jorge Velho estabelecessem moradia no limite de dez léguas em direção à Vila das Alagoas, e sim em direção ao sertão. A motivação era que "para que possam também os moradores aproveitar as cabeceiras de suas situações, tanto para a conservação sua como para os lucros da Fazenda Real". O segundo pedido era a necessidade de um novo tabelião "para melhor administração das injustiças". O terceiro era outra reclamação sobre os Capitães-mores da localidade, que tinham o ofício como "propriedade", enquanto que os "senadores" pediam – para "reparar as injustiças e potências" – que o oficial fosse eleito de três em três anos. A quarta e última súplica era que "este senado" recebesse "os privilégios concedidos aos cidadãos da Casa do Porto". Os quatro favores eram embasados em torno de três frentes: "o grande valor, lealdade com que se tem havido em todas as ocasiões, desde as guerras holandesas até as presente dos negros levantados", os "dispêndios grandiosos de suas fazendas e perdas de suas vidas", e a necessidade de "prêmios" para "conservação e aumento do real serviço"[17].

A carta foi a Portugal e analisada, mas, ao que parece, ficou engavetada ou debaixo de uma pilha de outros documentos presentes no Conselho Ultramarino. Em compensação, em 17 de outubro de 1699, os membros do Conselho davam seus pareceres parciais acerca de outro tema: a necessidade ou não de um Juiz de Fora em Olinda e de um Ouvidor na Vila das Alagoas e Rio de São Francisco. A primeira análise invocava a não criação do cargo do Magistrado (o Ouvidor), visto que "não paresse[?] que a pobreza destas terras admite esta

[15] BURKE, Peter. "A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa". In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História:** novas perspectivas. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. WHITE, Hayden. **Meta-História:** A imaginação histórica do século XIX. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

[16] Tomo aqui a famosa metáfora de BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II.** Vol. I. – Lisboa: Martins Fontes, 1983, p. 25.

[17] GOMES, Flávio (org.). **Mocambos de Palmares:** Histórias e fontes (séc. XVI-XIX). – Rio de Janeiro: 7Letras, 2010, p. 455. Doravante **Mocambos**.

nova criação". O argumento se firmou na posição de que, se haveria um Juiz de Fora em Olinda, o Ouvidor de Pernambuco ficaria mais aliviado para fazer suas correições às partes sul da Capitania. Já uma segunda apreciação, redigida em 3 de novembro de 1699, aceitava a criação da Ouvidoria. O discurso era que, "se lhe diminuio o comprimento da Comarca para a parte do Norte [Paraíba] (...), basta que se lhe diminua para a parte do Sul com outro Ouvidor que haja na Vila das alagoas, e Rio de S. Francisco". A questão do pagamento, para o redator do segundo documento, era mais simples: apesar da existência de "varios povos [i. é, povoações], todos são pequenos, e pobres, e apenas poderá impor sobre si o ordenado e aposentadoria de hum Ouvidor com que esta lhes basta a meo ver per ora"[18]. Depois de escritos, foi feito o despacho final – salvo engano (o documento está de difícil leitura) – que, baseado nos dois documentos (uma vez que citou ambos os argumentos em momentos separados), respondeu em 10 de novembro de 1699 com um aceno positivo para a criação da Ouvidoria das Alagoas e Rio de São Francisco. Crê-se que meses depois tal documento teria chegado como despacho para o Governador de Pernambuco[19].

Possivelmente o que deve ter pesado para a escolha final do Conselho foi sua avaliação, feita em 16 de novembro de 1699 de um conjunto de cartas do Bispo de Pernambuco, Roque Monteiro Paim[20]. Os temas variavam de demarcação de terras, passando por visitas em missões, queixas contra militares de aldeias, reclamações acerca do arraial de Domingos Jorge Velho (nas Alagoas), elogios ao arraial de outro paulista (Cristóvão de Mendonça, em Porto Calvo), crimes na vila de Porto Calvo e violências de soldados contra padres. O Conselho Ultramarino, em seu despacho para ser avaliado pelo Rei de Portugal, ligava esse ponto em específico com "outra consulta [que] se faz presente a Vossa Majestade", que era a necessidade de que "convém criarem-se mais ministros de Letras, e um ouvidor para a vila das Alagoas, e São Francisco". Nesse despacho ao documento, também feita pelo Conselho, em 14 de janeiro de 1700, o ponto em específico número 10 (que se tratava sobre o Ouvidor), tinha uma alteração: "se encomendarã ao Governador [ilegível] especialmente todo o que lhe puder dar para se evitarem os daños, que refere o Bispo[?]: ajudandose hû no[?] outro nas suas jurisdições". Leia-se, enquanto o Ouvidor não chegava, algum outro oficial de grande

[18] Arquivo Histórico Ultramarino. **Pernambuco Avulsos**, doc. 1792, fls. 1-1v. Doravante **AHU**.
[19] AHU. **Pernambuco Avulsos**, doc. 1794, fl. 1 (primeiro despacho), 1v-2 (segundo despacho), 6-8 (despacho final, difícil leitura).
[20] Acredita-se que as avaliações dos dois *corpus* documental tenham sido feitas pelos mesmos ministros, visto que a letra era a mesma.

envergadura deveria auxiliar o Bispo de Pernambuco no que concerniam os problemas citados acerca dos arraiais em Palmares e da Vila de Porto Calvo[21].

E a intriga vai tomando forma. O leitor que está acompanhando bem a digressão já percebeu que o Conselho Ultramarino estava resolvendo, ao mesmo tempo, três problemas advindos da Capitania de Pernambuco: um sobre a Câmara das Alagoas, outro ainda de remetente desconhecido, mas julga-se ser o Governador de Pernambuco, e um terceiro a partir do Bispo de Pernambuco. O tema em comum é explícito: excesso de violência e problemas na administração da justiça, que desembocavam em questões de natureza jurídicas e econômicas.

Enquanto tais assuntos eram resolvidos em Lisboa (leia-se, os órgãos administrativos da Corte portuguesa), o Rei já entrava em processo de barganha com o Governador de Pernambuco. Naquele mesmo ano de 1700, em 28 de janeiro, o Monarca estabeleceu que o ordenado do Ouvidor fosse "lan[çado] nos couros, e solas [e n]o que bastar para pagamento do ordenado e propinas do tal ministro e para isto ter efeito". A vontade de criar o cargo era relevante, mas a negociação do Rei com os súditos não ficava de fora naqueles momentos da fundamentação da administração lusitana[22].

Meses depois, o Governador de Pernambuco tirou dois dias para resolver assuntos relacionados às suas vilas ao sul. No dia 24 de junho respondeu ao Rei e Conselho Ultramarino em relação ao pagamento do ordenado do Ouvidor. Sua primeira posição era que a cabeça da Comarca fosse a Vila das Alagoas, com jurisdição sobre as vilas de Porto Calvo e de Penedo ("porque esta lhe demora para o norte e aquela para o sul"), além de "três capitanias que v. m. foi servido mandar criar de novo no sertão do Rodellas". O ordenado do Magistrado, por conseguinte, não ficaria a cargo de impostos retirados dos couros e das solas, mas dos "subsídios dos açúcares e tabacos que saírem das Alagoas e Rio de São Francisco, para a Bahia, sem pagarem este tributo na forma que nesta Praça [Olinda] está imposto"[23]. A segunda carta, escrita no dia 25 de junho, o Governador de Pernambuco respondia ao Conselho Ultramarino acerca das representações dos autoproclamados "senadores" da Vila das Alagoas, de 1699. O Capitão General da Capitania concordava em retirar dos Capitães-mores das vilas a perpetuidade do cargo militar, estabelecendo o prazo de apenas três anos e que a sucessão fosse por meio de votação. Naquele momento em específico, o próprio Governador já dava como certo a futura chegada de um Ouvidor, visto que a fiscalização seria

[21] AHU. **Pernambuco Avulso**s, doc. 1794, fls. 3 (sobre a criação da Ouvidoria) e 1 (sobre o despacho do Conselho Ultramarino). O mesmo despacho pode ser encontrado em **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, fl. 282v.
[22] **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, fl. 283v
[23] AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1827, fls. 4-4v.

feita pelos "corregedores da comarca" de "três em três anos". Em relação aos pedidos de privilégio da Câmara do Porto, Fernão Martins Mascarenhas de Lencastre soube jogar com os ânimos das "nobrezas" daquelas terras. Apesar de ter elogiado em demasia os moradores da Vila das Alagoas ("suposto que esta vila é a maior e mais rica, e a mais abundante de todas a deste Governo"), não concedeu autorização, visto que "não é a mais antiga" e que, se a Vila das Alagoas recebesse tal honraria, os habitantes de Igaraçu (que foi a primeira vila de Pernambuco) sentir-se-iam lesados naquele jogo de poder[24].

As questões de natureza jurídica e econômica já começavam a se delinear. Antes se tinham os problemas políticos com os Capitães-mores e homens poderosos das localidades (e, não se deve esquecer, ainda acontecia as pendengas contra os paulistas). A questão econômica apareceu muito mais por causa do processo de ocupação de terras que os moradores disputavam com os paulistas que tinham batalhado em Palmares. Entretanto, quando o assunto do ordenado do Ouvidor subiu à tona, foram reveladas as incongruências socioeconômicas das três vilas do sul de Pernambuco: uma provável riqueza acompanhada de desobediências fiscais. Em tempo, se anteriormente foi-se escrito que as três vilas eram retratadas como "povos muito pobres", o Governador de Pernambuco pelo menos considerava a das Alagoas como a mais rica das partes sul.

Meses se passaram e as cartas chegaram às mãos do Conselho Ultramarino em setembro de 1700. Cada uma foi respondida no espaço de uma semana. No dia 20 o Conselho Ultramarino respondeu a carta sobre a posição geográfica da Comarca e do ordenado do Ouvidor, dando foco mais na questão econômica. Se valendo das reclamações do Governador, estabeleceu que o problema era que os habitantes de Porto Calvo à Penedo comercializavam aqueles gêneros na Bahia, e não em Recife, o que causava choques fiscais, pois no primeiro porto eles não pagavam certo tipo de imposto que era cobrado no centro de Pernambuco. Por conta disso, deveria ser observado o que era levado para Bahia e, dali, extrair o que iria ser pago para o Ouvidor. Da mesma feita, a fiscalização em Pernambuco deveria ficar mais rígida para evitar aqueles descaminhos. Junto a isso, a Cadeia de Porto Calvo e outras obras públicas deveriam ser reformadas para poderem suportar o bom funcionamento da Ouvidoria. Após aquela carta, o projeto foi enviado para a avaliação do Procurador da Fazenda (no que tocasse o pagamento do ordenado) e também ao Desembargo do Paço[25]. Na semana seguinte, no dia 28, foi a vez de avaliar o pedido da Câmara das Alagoas receber o privilégio da Câmara Municipal do Porto, da mudança de prazo que um militar poderia ficar como Capitão Mor

[24] **Mocambos**, 2010, p. 453-454.
[25] AHU. **Pernambuco Avulsos**, doc. 1827, fls. 1-2.

naquela vila, do pedido de receber mais um tabelião na vila, e da querela com os paulistas em relação às terras de Palmares. Em relação ao tabelião, o pedido foi aceite e o Monarca daria a mercê para que a vila recebesse esse novo oficial. No que concernia os paulistas, o Conselho Ultramarino não estabeleceu nada em definitivo, provavelmente já pensando em futuras negociações mais diretas. Sobre os privilégios da Câmara do Porto, nada foi acordado e a vila ficou sem sua mercê. Em relação aos cargos de Capitães mores, os conselheiros foram bem diretos ao escreverem que, por causa dos abusos daqueles militares (alguns beirando ações criminais, alianças e "parentescos" nada convencionais com "delinquentes"), a situação teria saído do controle: "o que moveu a suma piedade de Vossa Majestade a que se nomeassem ministros de Letras para defenderem e remirem de vexações que padeciam aqueles moradores que estavam afastados das povoações principais"[26]. Meses depois, em 22 de dezembro de 1700, o Rei assinava o "Despacho Real" com um "Como parece". Estava fechada a primeira parte da negociação da criação da Comarca das Alagoas e da institucionalização de seu Ouvidor.

E, ao chegar nesse momento, vê-se que aqueles três andamentos distintos na verdade se retroalimentavam (a carta dos oficiais, a carta do Governador, a carta do Bispo). O Rei de Portugal, junto com seus conselheiros, e provavelmente com a iniciativa do Governador de Pernambuco, observava as pendengas judiciais e já imaginava a possibilidade de um Ouvidor novo para as vilas ao sul da Capitania de Pernambuco. Por outro lado, o discurso da riqueza da Vila das Alagoas, somando com as autonomias econômicas de seus habitantes, desnudava a oportunidade que, as três vilas (Porto Calvo, Alagoas e Penedo), apesar de terem sido retratadas como "pobres", na verdade parecia mais serem mal administradas. A elevação da Comarca surgia como o melhor caminho para se começar a trabalhar.

Até que se prove o contrário (mediante pesquisas que possam encontrar algum evidência histórica), o projeto da Comarca ficou em trâmite nas altas esferas da burocracia lusitana (até agora viu-se a participação do Conselho Ultramarino, do Provedor da Fazenda Real, e do Desembargo do Paço) e voltou apenas em 1706, já com a proposta de sua instauração. Tais ideias e propostas seriam atentamente estudadas, pois, o órgão do Conselho Ultramarino, desde sua criação, deveria ser composto por ministros que tiveram experiência no Ultramar, não sendo surpresa que na última metade do século XVII, dos oito conselheiros

[26] **Mocambos**, 2010, p. 450.

que ocuparam cadeiras no Conselho Ultramarino, e que tiveram atuações no Brasil, um tenha sido ex-ouvidor-geral de Pernambuco, sendo ele João de Sepúlveda Matos[27].

O Rei estabeleceu que o Ouvidor deveria cuidar da justiça dos vassalos e, no viés econômico-fazendário, da fiscalização do arrecadamento do tabaco e das minas de salitre. As três Câmaras municipais precisaria cuidar de pagar o ordenado do Ouvidor de 200$000réis a partir de seus "gêneros que lhes vão deste Reino por via de Pernambuco e Bahia, ou nos gados que se matam"[28]. Salienta-se que antes de 1706 o assunto da Ouvidoria era uma negociação restrita ao Governador de Pernambuco e os principais Conselhos do Estado monárquico lusitano. Todavia, a partir daquela data, o assunto já começara a percorrer os corredores da Corte e dos principais órgãos administrativos, onde haveria homens atrás de oportunidades para enviar aliados ou familiares para o serviço no ultramar em um novo posto de justiça. Não é coincidência, portanto, que o Duque de Cadaval, que tinha sido Ministro do Conselho Ultramarino e presidente do Desembargo do Paço tenha tomado notícia da criação da Comarca, sendo que nem Ouvidor tinha ainda sido escolhido[29].

E o que era genérico começava a ganhar contornos: vários gêneros deveriam ser fiscalizados nos ambientes das vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, sendo eles o tabaco, o salitre, o açúcar e o gado. O problema residia nos descaminhos e contrabandos, sendo um aspecto dessa desobediência o comércio no porto de Salvador. E, se antes de 1706 não se viu nenhuma participação das populações locais das vilas em defesa de seus interesses ou na consecução do projeto da Comarca, foi com a notícia de 1706 que os agentes e os homens da terra se ajuntaram (cada um a sua maneira) para começar a exigir algumas mudanças naquelas prerrogativas, que tinham sido impostas de cima para baixo.

A primeira Câmara a se manifestar foi a de Penedo. Em 18 de julho de 1707 escreveram os oficiais ao Ouvidor Geral da Capitania de Pernambuco, pedindo o aparecimento do "ministro letrado", pois as violências e mortes na vila precisavam cada vez mais de um

---

[27] MYRUP, Erik Lars. "Governar a distância: O Brasil na composição do Conselho Ultramarino, 1642-1833". In. SCHWARTZ, Stuart. MYRUP, Erik. O **Brasil no império marítimo português.** – Bauru, Sp: Edusc, 2009, pp. 278-279.

[28] Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Divisão de **Manuscritos.** I-29, 30, 049. Carta régia recomendando a criação do cargo de Ouvidor geral para a província das Alagoas, com jurisdição nela, em Porto Calvo e Rio de São Francisco. Lisboa, 09/10/1706, fls. 1-1v. Doravante BNRJ.

[29] SILVA, Maria Fernanda Gomes da. & RAU, Virginia. **Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil.** 2 Vols. Acta Universitatis Conimbrigensis. 1956, livro II, p. 97. Doravante **Manuscritos da Casa de Cadaval**. Sobre Cadaval, MARCADÉ, Jacques. "O quadro internacional e imperial". In: MAURO, Frédéric (coord.). **Nova história da Expansão Portuguesa:** o Império Luso-Brasileiro (16201750). Direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 1991, p. 78. Erik Lars Myrup, por sua vez, explica que "Dom Nuno Álvares Pereira de Melo (primeiro Duque de Cadaval) serviu no Conselho do Estado e no Conselho de Guerra antes de ser nomeado presidente do Conselho Ultramarino em 1670. Após terminar seu mandato no Conselho Ultramarino, ele serviu, tempos depois, como presidente do Desembargo do Paço". MYRUP. Op. Cit., 2009, p. 276.

aparelhamento burocrático para julgá-las[30]. A Câmara de Porto Calvo se manifestou anos depois, provavelmente no início de 1708, pois em junho daquele mesmo ano, o Governador de Pernambuco enviou documento ao Rei, dando notícias sobre as negociações dos produtos que iriam ser taxados para pagar o ordenado e aposentadoria do Ouvidor: a vila de Alagoas do Sul ficaria responsável em "se cobrar inteiramente de dois mil réis em cada alambique da dita aguardente", enquanto que Penedo iria colocar "certa imposição no sal que se remete deste Porto [do Recife]". Nesse ínterim, o Governador de Pernambuco denunciou que "a câmara de Porto Calvo pretende com frívolas razões escusar-se desta separação, e ficar na correição desta ouvidoria de Pernambuco"[31]. No que concerne a manifestação da Câmara das Alagoas, pensa-se que apesar de não se ter a data específica, pode-se encarar como sendo de 1706-1708 o período em que os oficiais enviaram um documento (provavelmente ao Conselho Ultramarino) pedindo para que o Ouvidor tivesse seu ordenado pago pela Fazenda Real de Pernambuco, e não pelas três câmaras municipais[32]. À sua maneira, cada Câmara (e seu conjunto de "homens bons") tentava negociar com o Monarca estratégias e privilégios sobre a nova instituição que chegava.

As respostas vieram em seguida. No âmbito do Desembargo do Paço, os próprios desembargadores decidiram que, quando um Ouvidor era criado, o papel de seu pagamento cabia ao Príncipe, "porque para ela [a Fazenda Real] concorrem os Povos com as suas contribuições". E o ordenado, ao invés de 200$000réis, seria de 300$000réis. O despacho em 29 de outubro de 1709 demonstrava que, dali em diante, caberia a "Mesa [do Desembargo do Paço] consultar sujeitos de toda a capacidade e que se requere para se criar de novo um lugar de letras"[33]. Meses antes, em 19 de setembro de 1709, o Conselho Ultramarino já tinha se adiantado e dado consulta que não concordava com a vontade de Porto Calvo de não querer fazer parte da nova Comarca. Os conselheiros responderam de maneira categórica que mais benéfico seria que a vila se tornasse parte da nova Comarca, atitude que seria considerada de "utilidade pública"[34].

---

[30] Biblioteca Central da Universidade de Coimbra. **Códice 707**, fls. 90-91. Esse documento é a cópia de uma carta do Rei de Portugal, que estava naquele momento respondendo em 1710 para o Ouvidor de Pernambuco. Doravante BCUC.

[31] Arquivo Nacional Torre do Tombo. **Desembargo do Paço.** Repartição das Justiças e Despacho da Mesa. Maço 1882. "Sobre a consulta inclusa do Conselho Ultramarino sobre ser conveniente criar-se um ouvidor geral da Capitania das Alagoas". Doravante **ANTT**.

[32] AHU. **Alagoas Avulsos**, doc. 10, fl. 1

[33] ANTT. **Desembargo do Paço.** Repartição das Justiças e Despacho da Mesa. Maço 1882. "Sobre a consulta inclusa do Conselho Ultramarino sobre ser conveniente criar-se um ouvidor geral da Capitania das Alagoas". O termo "de novo" significa que não era "novamente", e sim "de novidade", pela "primeira vez", por isso era "novo". Agradeço a Yamê Paiva pelo esclarecimento.

[34] AHU. **Alagoas Avulsos**, doc. 8, fl. 1.

E, a partir desse momento, voltamos para o documento que deu início a essas linhas. No entanto, ao invés de encerrar a narrativa, repetir-se-á o ocorrido e dar-se-á prosseguimento à história da Comarca, para só depois fazer-se as interrogações pertinentes.

O ano se passou e os trâmites rolaram nos prédios da capital do Reino de Portugal. Em 8 de agosto de 1710 o Rei enviou dois documentos. Um para o Provedor Mor da Fazenda Real do Estado do Brasil e outro para o Governador da Capitania de Pernambuco. O assunto: a criação da Comarca com o estabelecimento da Ouvidoria das Alagoas. E, aqui, já se vê as que as atuações das três vilas supracitadas surtiram efeito. O ordenado do Ouvidor não seria mais de 200$000, e sim de 300$000réis pagos pela Fazenda Real de Pernambuco. A Comarca englobaria as três vilas de Porto Calvo, Alagoas do Sul e Penedo. E, a residência do magistrado, seria na vila de Penedo do Rio de São Francisco. As mudanças em relação à 1706 são bem perceptíveis, uma vez que a fiscalização das Minas de Salitre tinham saído do discurso, ficando apenas a "melhor arrecadação [d]o Tabaco que neles se cultiva", além da mudança de residência, estando mais para Penedo, por ser considerada "o domicílio ordinário dos delinquentes por estar mui metida ao sertão". O nome do primeiro Ouvidor também já aparecia: José da Cunha Soares, "nomea[do] pelo meo Tribunal do Dezembargo do Paço"[35].

Mas o Ouvidor já se encontrava em Pernambuco desde pelo menos meados de 1710, uma vez que em novembro daquele mesmo ano um requerimento seu foi lido e despachado pelo Conselho Ultramarino. Estava José da Cunha Soares no Recife e pedia ajuda de custo para ir com a família para a Vila das Alagoas[36]. Mas não era só isso, o Magistrado fixou residência temporária no Recife porque acabou envolvido nos processos para julgar alguns casos – como juiz – da chamada "guerra dos mascates"[37]. Naquele mesmo ano, meses depois, em 07 de novembro, o Rei de Portugal teria escrito carta ao Governador geral do Estado do Brasil, para que José da Cunha Soares recebesse "o vosso auxílio, para as diligências que se

---

[35] ANRJ. **Relação da Bahia.** Códice 539, vol. 2, fls. 99v-100. **Coleção Conde dos Arcos**. Códice 33, fls. 409v-410.

[36] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 2132, fls. 1-1v. Ter viajado em família foi um aspecto interessante na vida de José da Cunha Soares, não sendo a toa que seu filho, Antonio José Xavier da Cunha Soares, nasceu na Vila das Alagoas (ANTT. **Chancelaria da Ordem de Cristo.** Habilitação da Ordem de Cristo. Letra A. Maço 6, doc. 8).

[37] "O seu primeiro ouvidor, José da Cunha Soares, era um grande caracter, um juiz de integridade moral inatacável. Peitaram-no com três mil cruzados para, com os ouvidores de Olinda e Parahyba, condemnar á morte os cabeças da guerra dos Mascates. Negou-se, nobremente, á infâmia. Não mancharia os arminhos da sua toga com um julgamento contrario á prova dos autos e á sua consciência e obtido a peso de dinheiro. Na balança da sua justiça não pesava o ouro", COSTA, 1983, p. 78. MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos:** Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. – São Paulo: Editora 34, 2012, pp. 396, 400. De acordo com Antonio Caetano, era atribuição do Ouvidor das Alagoas "(...) conter o aparecimento de novos quilombos e perseguir e prender todos os envolvidos fugidos na Guerra dos Mascates para a parte sul da Capitania", CAETANO, Antonio Filipe Pereira. "Poder, Administração e Construções de Identidades Coloniais em Alagoas (Séculos XVII-XVIII)". **Revista Ultramares.** Nº2, Vol. 1, Ago-Dez/2012, p. 44.

lhe oferecerem de perigo. Me pareceu ordenar-vos, que requerendo vos este Ministro alguma ajuda de Braço Militar, em ordem a se administrar justiça, e prender os delinquentes, Há Leis, o que vos hey[?] por mui recomendado"[38]. A situação no centro da Capitania de Pernambuco perigava e não havia nenhum sinal do novo Ouvidor da Comarca das Alagoas seguir viagem para a Vila das Alagoas.

Passou o Ouvidor todo aquele ano de 1710 em Recife, pois em 26 de julho de 1711 o Rei reafirmava o Alvará de 1710 e enviava ordem ("e principiou [o Rei] a cobrar o dito Doutor") para que José da Cunha Soares fosse para a Vila de Penedo do Rio de São Francisco começar a atuar no seu cargo de Ouvidor de Comarca[39]. Foi nesse mesmo tempo que o Rei autorizou em 27 de março a ajuda de custo de 200$000réis, retirados da Fazenda Real de Pernambuco, para sua viagem à nova Comarca das Alagoas, provavelmente porque José da Cunha Soares já tinha terminado seus afazeres no centro da Capitania de Pernambuco[40]. E, aqui, vale fazer uma ressalva: apesar de ter aparecido em 1710 e 1711 nas cartas do Rei que o Ouvidor iria tomar residência na Vila de Penedo do Rio de São Francisco, crê-se que, por motivos que ainda são desconhecidos, o Rei voltou atrás em 28 de fevereiro de 1711, quando chancelou o alvará de cargo de Ouvidor Geral das Alagoas na Chancelaria Régia, selando, assim, a autorização de José da Cunha Soares para a Capitania de Pernambuco[41]. Nesse alvará, está bem explicitado que o Magistrado ficaria na "Capitania das Alagoas", e deveria ser recebido pelos "oficiais da câmara e pessoal da governança da dita Capitania das Alagoas". Por conta disso, acredita-se que a ordem expedida em julho de 1711 (indicando Penedo ainda como residência do Ouvidor) teria sido um lapso do monarca, que, mais preocupado com a vontade de enviar José da Cunha Soares para Alagoas, acabou "copiando e colando" o alvará de 1710, e não o oficial de 1711.

Após ajeitar suas malas e resolver ultimas questões, o Bacharel viajou para a Vila das Alagoas possivelmente no início de 1712, uma vez que chegou à cabeça da Comarca e recebeu seu auto de posse pela Câmara em 9 de maio de 1712[42]. Curiosamente, foi somente naquele mês que o Governador do Estado do Brasil acatou a ordem do Rei de Portugal (de 1710, sobre ajuda de braço militar), assegurando que o novo Ouvidor das Alagoas teria "toda

[38] AHU. **Bahia Avulsos.** Doc. 607, fl. 1.
[39] **Informação Geral da Capitania de Pernambuco.** Vol. XXVIII, 1906, p. 461.
[40] ANRJ. **Relação da Bahia.** Códice 537. Doc. O58, fls. 109-109v.
[41] ANTT. **Chancelaria Régia.** Dom João V. Ofícios e Mercês. Livro 36, fls. 26v-27. Microfilme 6399.
[42] Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Manuscritos. 0021-01-03-02. Obs: Cópia. Sobre esse documento, é importante salientar que a primeira cópia foi feita pelo escrivão Inácio Rebelo, da Câmara da Vila de Alagoas, em 1727, a partir da folha 4 de um dos livros da câmara da Vila. O IHGAL tem uma cópia feita dessa cópia em 28 de setembro de 1898. Doravante **IHGAL**.

a ajuda, e favor que me pedir"[43]. Teria o Governador do Estado do Brasil interpretado que o pedido de 1710 seria para a Ouvidoria das Alagoas (por isso segurou a ordem) e não para o auxílio na resolução dos conflitos da Guerra dos Mascates? Difícil responder, por enquanto.

No mais, a partir daquele momento, a institucionalização da Comarca das Alagoas estava completa. Viu-se que negociações e reviravoltas aconteceram naquele andamento, evidenciando atitudes dos poderes locais (Câmaras de Porto Calvo, Alagoas e Penedo) e do Governo da Capitania de Pernambuco, nas diretrizes tomadas para que as mudanças ocorressem (pagamento de ordenado, residência do Bacharel). Interrogar esse acontecimento, buscando abrir toda uma contextualização por trás, a partir das particularidades daqueles atos, será o objetivo principal dessa tese[44].

A economia na fundamentação da administração de Antigo Regime nos Trópicos

Como foi escrito na primeira parte dessa introdução, a institucionalização de uma Comarca obedecia a um ponto fulcral: resolver problemas sociais de causas cíveis e crimes. No caso da América portuguesa, viu-se igualmente que alguns locais (Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro) tinham nos regimentos de suas Ouvidorias algumas atribuições de caracteres econômicos (fiscalização). O caso da Comarca das Alagoas seguiu o mesmo estilo. Portanto, como a questão "criminal" é intrínseca ao aparecimento de um Ouvidor, cabe a interrogação para o outro aspecto dessa trama: qual a influência da economia na criação da Comarca das Alagoas?

Recapitulando, viu-se que os problemas econômicos foram pouco expostos nas primeiras cartas ao Rei de Portugal. Quando a Câmara municipal da Vila das Alagoas escreveu seu documento em 1699, o máximo que fez foi denunciar que os homens de Domingos Jorge Velho estavam querendo ocupar mais as sesmarias em direção ao litoral do que para o sertão. Os moradores das Alagoas, nesse ponto, queriam empurrar os paulistas para dentro das matas enquanto que eles ocupariam áreas que antes eram mocambeiras e de terras férteis para o aumento dos "lucros da Fazenda Real".

---

[43] AHU. **Bahia Avulsos.** Doc. 607, fl. 1.

[44] Baseio-me aqui nas colocações de Edward Thompson em THOMPSON, Edward. **Senhores e caçadores:** a origem da lei negra. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 15-18, 24-25 e 62. Em termos de inspiração, a obra mais importante foi a de Evaldo Cabral de Mello, tanto pelo método, como pela provocação da necessidade do estudo da história de Pernambuco pós-restauração, onde o período que se deu após a expulsão dos batavos até o início das alterações que foram batizadas de "guerra dos mascates" foi marcado historiograficamente por silêncios e passeios rasos sobre os acontecimentos locais, v. MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos:** Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. – São Paulo: Editora 34, 2012, pp. 16-20.

Todavia, quando o Governador de Pernambuco e o Rei de Portugal começaram a pensar o ordenado do Ouvidor da futura Comarca, foi que o tema da economia teria tomado mais força. Isto é, ao refletirem acerca do pagamento e aposentadoria do Magistrado Régio, os altos administradores foram percebendo que a produção das três vilas não era tão pobre e vulgar como parecia ser, mas que o problema residia em sua má administração fiscal. Afinal, foi também em 1700 que o Governador de Pernambuco exagerou ao encarar a Vila das Alagoas como "a maior e mais rica, e a mais abundante de todas a deste Governo" (crê-se que o oficial estava falando de "Governo" da futura comarca, e não da Capitania de Pernambuco como um todo).

Seguindo essa esteira de raciocínio, seriam os aspectos econômicos elementos fulcrais para que a Coroa portuguesa decidisse atiçar seu olhar sobre certas localidades e seus conjuntos de habitantes? Entender um pouco o papel da economia na administração lusitana – e sua aplicação nas conquistas do ultramar – servirá como embasamento para futuras colocações e hipóteses que serão levantadas no final dessa introdução.

Quando se escreve sobre economia e seu papel no processo de conquista, a primeira tese que se vem em mente é "o sentido da colonização", que ainda permeia linhas de trabalho que se prontificam a pesquisar a relação intrínseca entre as políticas do Estado monárquico lusitano e suas Capitanias americanas. O argumento-chave de Caio Prado Jr. seria que a ocupação da América teria se dado exclusivamente com o objetivo de garantir, ao Reino de Portugal, produtos bem cotados nos mercados europeus. Por conta dessa dinâmica, a Monarquia lusitana pautava suas políticas administrativas tendo como base a economia material de um espaço[45].

Apesar de várias outras obras atestarem que não era somente essa a intenção de Portugal, o papel da economia nunca perdeu seu espaço na política de conquista lusitana. Entre um conjunto de motivos que fizeram os portugueses se lançarem ao mar, vê-se que tanto o ouro da guiné, como as especiarias orientais, andaram de mãos dadas com a vontade de "cruzada contra os mulçumanos" e "a procura de Preste João"[46]. Por isso, apesar da "natureza essencialmente económica" do Império marítimo português, onde a Coroa só dava atenção a um território que ela mesma sentia valer a pena[47], não é de se esquecer das

[45] PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 15-29, especialmente p.29.
[46] BOXER, Charles. **O império marítimo Português,** 1415-1825. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 34
[47] "De certo modo, podemos afirmar que o quanto mais pobre fosse a área colonial e mais baixo o seu nível de riqueza, mais fracas eram as ligações com a metrópole também muito possivelmente, mais fraco era o interesse que a metrópole lhe dispensava". SCHWARTZ, Stuart. "O Brasil no Sistema Colonial". In. BETHENCOURT,

motivações políticas de reafirmação de Portugal frente os outros Estados monárquicos europeus[48].

Nesse viés interpretativo, muito peso se deu à economia como política *Magnum* do Império português. São comuns avaliações sobre a história do Brasil ainda girarem em torno de um projeto muito bem elaborado pelo Reino de Portugal, que conseguiu transplantar para a América suas estruturas administrativas e malhas de agentes[49]. A economia, portanto, foi durante muito tempo encarada nas pesquisas históricas de maneira anacrônica, como uma ciência burguês-liberal, com regras próprias e muito bem delimitadas. Cabe agora tornar mais complexa (e não mais fechada) essa relação entre a economia católica lusitana e sua relação intrínseca com a política imperial, para podermos entender que a criação da Comarca das Alagoas foi econômica porque ela foi política e vice-versa[50].

No que convencionou chamar "época moderna", principalmente nas monarquias católicas ibéricas, a economia era enquadrada como um modelo administrativo de Antigo Regime. Síntese de diversos elementos (pensamentos de Aristóteles e Xenofonte até os escritos romanos sobre a agricultura) foi no período medieval que tais "disciplinas morais" (ética, economia e política) foram se mesclando e desembocando em um "modelo administrativo". Os tratadistas acabaram se tornando os responsáveis por utilizar as leituras de Aristóteles (do governo da casa) e alargar suas posições sobre a economia para a esfera da administração em geral[51]. Em Portugal tais concepções também foram levadas em consideração na prática política da Monarquia (principalmente no século XVII). A administração não era apenas no sentido material, mas atuava em conjunção política, em que o pai, como "soberano" da casa, deveria primar pela construção das redes de amizades para preservação de seu *domus*. No âmbito da administração da Coroa, a administração seguia a "lógica" do governo corporativo e da hierarquização da sociedade, fazendo-se entender que as

---

Francisco. CHAUDHURI, Kirti. (dir.) **História da Expansão Portuguesa vol. III:** O Brasil na Balança do Império (1697-1808). Lisboa: Temas e debates, 1998, p. 152. A mesma linha de raciocínio pode ser levada para a temática das confecções de relatos/crônicas e dos mapas da Capitania de Pernambuco dos séculos XVI e XVII, fosse feitas pelos portugueses ou pelos holandeses, cf. OLIVEIRA, Roseline. **As vilas e seus gestos urbanos:** o desenho de seis núcleos de origem colonial no contexto da representação textual e iconográficas dos séculos XVI e XVII. – Maceió: Edufal: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018, p. 74.

[48] SCHWARTZ, Stuart. "A Economia do Império Português". In: BETHENCOURT, Francisco. CURTO, Diogo Ramada. (dir.) **A expansão marítima portuguesa,** 1400-1800. Lisboa: edições 70, 2010, pp. 21-52, citação p. 22.

[49] Baseadas, muitas delas, na obra de FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 5ª ed. Porto Alegre, Globo, 1979.

[50] Uso os termos "Economia Católica" e "Política Imperial", seguindo os passos de TORGAL, Luís Reis. **Ideologia política e teoria do Estado na Restauração.** 2 vols. – Coimbra:Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981.

[51] FRIGO, Daniela. "<<Disciplina Rei Familiariae>>: a *Economia* como Modelo Administrativo de *Ancien Régime*". **Penélope.** nº 6, 1991.

relações entre a "<<oeconomia>> (a deontologia do governo da casa) e a <<politica>> (a deontologia do governo da república) irrompe[ssem] assim no cálculo financeiro, introduzindo-lhes componentes que hoje nos parecem espúrios e irracionais"[52]. Não obstante da palavra ser grega, seu significado se transmutou e não pode mais ser encarado tal qual nos tempos de Aristóteles e Xenofonte. Isso quer dizer que avaliar a Economia no Antigo Regime é estar, a todo o momento, encontrando nela os resquícios doutrinais antigos, somados com as novas aplicações e reformulações no âmbito do Estado a partir das dinâmicas de conquista ultramarina e europeia naqueles tempos[53].

Tais concepções tomavam mais força a partir dos debates e embates que se seguiram no período de Restauração (1640-1668), quando Portugal, agora sob a Dinastia dos Bragança e em guerra contra a Espanha, tinha que sair de uma crise econômica e também imperial que assolava tanto o reino continental quanto suas conquistas ao redor do mundo. A reestruturação do Conselho da Fazenda, em 1641, expôs a necessidade de entender a situação financeira da Monarquia, ao mesmo tempo em que autores escreviam livros acerca dos problemas e das soluções econômicas que a Coroa deveria levar a cabo. Apesar das ações administrativas impostas por Dom João IV, os problemas econômicos não eram independentes da questão religiosa e se mantinham em consonância constante com a política no sentido prático. Aspectos como Companhias e comércio (Vieira), subsistência e população (Faria) e manufatura-industrialismo (Macedo), giravam em torno das políticas de Estado, se tornando instrumentos de ação prática[54].

Nesse sentido, a criação do Conselho Ultramarino, em 1640 também aparece como um ponto importante mas ao mesmo tempo inserido na confusão do reordenamento "estatal" de Portugal. Afinal, o Conselho Ultramarino era um "(...) importante ponto de contato entre os administradores portugueses fora do Reino e a autoridade real em Portugal". Contudo, essa autoridade real do monarca não era necessariamente o rei *per se*, e sim diálogos com os conselheiros por ele delegados para as execuções das análises e determinações aos assuntos

---

[52] HESPANHA, António Manuel. "A Fazenda". In: HESPANHA, António: Manuel (coord.). **História de Portugal, o antigo regime (vol. IV).** Dir. José Mattoso. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1992, p. 212. "A multiplicação das mercês (sob forma estrita, sob a forma de padrões de juro ou sob a forma de empregos) e a política de <<reputação>>, apoiada na exibição do luxo ou na condução de guerras <<de ostentação política>>, são, decerto, os factores mais constantes do empenhamento das rendas reais; mas elas são também os eixos de uma racionalidade político-financeira específica e não, como por vezes se pretende, o produto de derrapagens devidas ao egoísmo dos grupos privilegiados, à corrupção do sistema ou à frivolidade dos monarcas."

[53] O alerta sobre "palavra" e "significado" partiu de Moses Finley e foi resgatado por Ginzburg (mas para outro tema, isto é, o da história). GINZBURG, Carlo. "Sobre Aristóteles e a História, mais uma vez". In: GINZBURG, Carlo. **Relações de força:** história, retórica, prova. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 59.

[54] TORGAL. Op. Cit., Tomo I, 1981, p. 343, 354 e ss. CARDOSO, José Luís. "O pensamento económico na Época da Restauração". **Penélope**. nº 9/10, 1993.

do Ultramar, em consonância com o conjunto do aparelhamento burocrático real em Lisboa, que envolvia, em sua quase totalidade, o "(...) Conselho de Estado, o Conselho de Guerra, o Conselho da Fazenda, a Mesa de Consciência e Ordens, o Desembargo do Paço, e a Casa de Suplicação"[55]. Lars Myrup, atenta para o caráter curioso que sempre envolveu o Conselho Ultramarino e o Conselho da Fazenda, observando os conflitos e as disputas jurisdicionais que envolviam os dois órgãos administrativos, o que não seria de todo um fato confuso. Afinal, é característica na ordem de Antigo Regime a intrínseca ligação que envolvia a administração (iustitia) e a economia (oeconomia), seja na produção de riqueza, ou na manutenção das mesmas[56]. Além dos conflitos internos, houve também negociações e intercâmbios de informações entre os conselhos, onde eram "(...) freqüentemente compartilha[das] idéias, propostas e recomendações"[57].

Continuando, o que se pretende expor é que economia, religião e política se inseriam em uma esfera maior que era a Justiça, que seria uma atividade que consistiria "na resolução de uma questão envolvendo direitos distintos e contraditórios, de modo a fazer justiça, *scl*., a atribuir a cada um o que lhe é devido". Na época medieval era a justiça vista como "administração ativa", isto é, não servia apenas para punir criminosos, mas também aplicar ações fiscais e militares. Entretanto, na época moderna, com a junção entre economia e política (v. *supra*), o Rei já teria poder sobre "as questões da fazenda" (leia-se: "a administração do patrimônio régio – que tendia a ser globalmente considerado, dada a indistinção dominante entre *aerarium* e *fiscum*"). O "governo económico incluía todas as matérias que não envolvessem direitos adquiridos por particulares". Porém, apesar dessa "limitação", o domínio da economia "era pelo menos suficiente para autorizar a sua [dos direitos particulares] gestão económica". E, se haveria em algumas situações oposição entre justiça, política e economia, onde a economia não era política e nem justiça, no limite, a administração econômica estava mais no âmbito da justiça e, ao mesmo tempo, por ser prática, era também política que, por sua vez, estava imbuída de caracteres morais católicos[58].

---

[55] MYRUP. Op. Cit., 2009, pp. 265 e 272, para ambas citações.

[56] HESPANHA, Antonio Manuel. "Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime". In: HESPANHA, Antonio Manuel. Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. Colectânea de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 7-89

[57] MYRUP. Op. Cit, 2009, p. 277.

[58] Sobre a "moralidade" na política para gerir as relações econômicas, Pierre Bourdieu, em suas aulas sobre o Estado, discute uma ideia interessante sobre a aplicação da Economia do Dom. Isto é, o Dom se sobrepõe a economia, uma vez que a economia (imagina-se que, para Bourdieu, seriam as relações "brutas" de troca e venda) é vergonhosa, já que passa por cima dos afetos e sentimentos de união social. Na época feudal francesa, Bourdieu arriscou que as trocas econômicas estavam na ordem do Dom, ou seja, não se dizia que alguma ação era econômica, e sim social, para não se ter o constrangimento do econômico, BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado:** cursos no Collège de France (1989-92). – São Paulo: Companhia das Letras, 2014, pp. 89 e 272. No

É nesse sentido que a Fazenda se tornaria a quintessência dos negócios públicos e privados. Para compor essa união entre economia e justiça, a "jurisprudência" aparecia como a "ciência das coisas do governo", logo, envolveria o governo político da administração da casa, mas também alargada para todo o Império[59].

Para embasar essas concepções doutrinais (mas ao mesmo tempo frutos de prática), não se devem pôr de lado as atividades políticas e econômicas que aconteceram na história do império português, principalmente na América do século XVII. Acredita-se que tal centúria é ponto chave para se entender em parte a motivação do Governo de Pernambuco e Coroa portuguesa em criar uma Comarca na parte sul da Capitania. Visto isso, pode-se perceber que as conjunturas e conflitos pesaram em demasia na maneira da Coroa (principalmente pós Dom João IV) administrar seus problemas.

Em relação a economia e mercado interno e mundial, altos e baixos existiam. O açúcar sofria reveses por conta da produção das Antilhas e do aumento do preço dos escravos, apesar de ter recuperado seu fôlego nos finais do XVII. Da mesma feita, o Tabaco era produto muito procurado e que rendia boas somas aos cofres da Monarquia portuguesa no século XVII e XVIII, fosse para compra e venda nos mercados europeus, fosse para alimentar o mercado de tráfico de africanos por ter sido utilizado como moeda de troca. Monopólios reais como Sal e Pau-brasil ainda eram importantes e nunca deixaram de fazer parte da folha do Estado, podendo o Rei contar com aquela renda no final do ano. Em sentido de um mercado interno, as criações de gado, couros para exportação e produtos mais locais como farinha, legumes e outros gêneros alimentícios tornavam-se essenciais para reprodução sociobiológica dos habitantes, variando de tempos em tempos e lugar em lugar[60].

Essa conjunção de doutrina econômico-política, aliada com os acontecimentos que iam se desenrolando no Reino e nas conquistas, colocava a administração portuguesa em modo de alerta. A economia e política se retroalimentavam na construção de um aparelhamento administrativo no Novo Mundo, que seguiu o transplante de instituições e de um governo

---

corpo do texto, preferi utilizar o termo "caracteres morais católicos" (mais caro à linha de raciocínio de Hespanha, Frigo e Torgal) do que "feudal".

[59] HESPANHA, António Manuel. "Justiça e administração entre o Antigo Regime e a revolução". In: HESPANHA, António Manuel (org.). **Justiça e Litigiosidade:** história e prospectiva. – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, pp. 385, 386, 390-391, 398-399.

[60] SERRÃO, José Vicente. "O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução". In: HESPANHA, (coord.). Op. Cit., 1992. LINHARES, Maria Yedda Leite. "A pecuária e a produção de alimentos na colônia". In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (org.) **História econômica do período colonial. –** São Paulo: editora HUCITEC, 1996. FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder:** o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru, SP: EDUSC, 2003, pp. 98-112 e 113-117. GODINHO, Vitorino Magalhães. "As frotas do açúcar e as frotas do ouro 1670-1770". In: GODINHO, Vitorino Magalhães. **Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar.** Séculos XIII-XVIII. Lisboa: Difel: 1990.

como as do Reino[61], sendo importante lembrar-se dos "(...) ofícios reais de controle judicial (ouvidores, corregedores, juízes de fora), militar (alcaides-mores, capitães de ordenança), fiscal (almoxarifes, ofícios alfandegários) e econômico (...)"[62]. Tal política não era algo novo criado. O próprio Estado português, principalmente no século XVII, estaria pondo em prática no próprio reino tal expansão dos tentáculos da Coroa[63].

Na América, a Capitania de Pernambuco teve peso essencial na constituição do poder régio (como espaço econômico e político) durante todo o século XVII, onde se pode assistir uma verdadeira queda de braço entre Pernambuco, Bahia e Portugal[64]. Desde 1654 que o Rei, Dom João IV, retirou dos Albuquerque a Donataria de Pernambuco. O caso foi parar nos tribunais, cujo processo durou até 1717. Entre vários motivos em jogo, ressalta-se o da fiscalização e dos rendimentos do Capitão Donatário, cujo novo Rei almejava pôr as mãos. A leitura, nesse caso, não deve ser vista no prisma do Estado tirânico Absolutista, e sim no contexto da guerra da restauração (que durou até 1668), onde a nova Dinastia portuguesa tinha que valer seus poderes frente ao conjunto de monarquias europeias e cuja saúde das conquistas (América, África e Ásia) tinha que ser promovida e ao mesmo tempo resguardada[65]. Enquanto o embate jurídico acontecia nas cortes portuguesas, o governo geral

---

[61] Ou seja, sem produção não haveria história, ao mesmo tempo em que não haveria cultura sem produção, THOMPSON, Edward. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, pp. 258-259. Gorender partiria que "em última instância, o fator decisivo vem a ser a ideologia, convertida em força orientadora da economia". GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. – 2ª edição. São Paulo: Editora ática, 1978, p. 285. Para Bourdieu, "há uma economia do simbólico que é irredutível à economia (em sentido restrito) e que as lutas simbólicas têm fundamentos e efeitos económicos (em sentido restrito) efectivamente reais", BOURDIEU, Pierre. "A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região". In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 129.

[62] HESPANHA, António Manuel. SANTOS, Maria Catarina. "Os poderes num império oceânico". In. HESPANHA, António Manuel (coord.). Op. Cit., 1992, p. 401. Russell-wood estabelece a mesma relação, escrevendo que "Institutions for the administration of fiscal and judicial matters and na accompanying bureaucracy closely followed metropolitan counterparts: *fazenda* (treasury), *relação* (appellate court), *alfândega* (customs), and *provedores da fazenda*, *desembargadores*, *ouvidores*, *juízes de fora*, and *meirinhos*". RUSSELL-WOOD, A. J. R. **The portuguese empire, 1415-1808:** A world on the move. – The Johns Hopkins University Press: Baltimore and London, 1998, p. xvi, itálicos do autor.

[63] HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan.** Instituições e poder político: Portugal – séc. XVII. Lisboa: Almedina, 1994. CAMARINHAS, Nuno. **Juízes e administração da justiça no antigo regime:** Portugal e o império colonial, séculos XVII-XVIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010.

[64] DUTRA, Francis. "Centralization vs. Donatarial Privilege: Pernambuco, 1602-1630". In: ALDEN, Dauril (ed.). **Colonial Roots of Modern Brazil.** – Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1973.

[65] ASSIS, Virgínia Maria Almôedo de. **Palavra de Rei...:** autonomiae submissão da Capitania Hereditária de Pernambuco. – TESE (doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001, capítulos 6 e 7, especialmente.

da Bahia, mesmo assim, não conseguia manter um controle maior sobre os governadores de Pernambuco[66].

Em tempo, ocorrências diversas pipocavam no centro, nas partes norte e sul da Capitania de Pernambuco: os mocambos de Palmares estavam em constante guerra com os habitantes da Capitania de Pernambuco, enquanto os ameríndios hostis à escravidão causavam dores de cabeças nos grupos de mando da Bahia até o Ceará, passando por Maranhão e Grão-Pará. Durante todo o século XVII, inimizades e atritos foram se agravando entre os senhores de terra e os comerciantes no Recife e Olinda, tendo alguns efeitos respingados em outras partes da Capitania[67].

Na parte "central" da América, os emboabas lutavam pelo ouro, enquanto que, no sul, o Rio da Prata era palco de disputas de território e riquezas. Movimentos sociais anti-fiscais eclodiram no Rio de Janeiro por causa da proibição de venda da cachaça e o Maranhão também se amotinou na revolta dos Beckman. No outro lado do Atlântico, Angola e demais possessões africanas eram palcos de batalhas para imposição do domínio lusitano para enriquecimento a partir do tráfico e conservação da América portuguesa[68].

Não é exagero, portanto, escrever que a economia era tema que perpassava todos os acontecimentos citados acima. Lutas de senhores e escravos, além de representar conflitos de ordem social, ao mesmo tempo estavam inseridos no âmbito da economia, uma vez que o trabalho na América era feito essencialmente pelos escravos ameríndios e africanos. Sobre o ouro de São Paulo (futura Minas Gerais), não é necessária explicação mais profunda. Já a questão fiscal, tema espinhoso para qualquer Estado monárquico, tomava força principalmente no período de restauração. Até mesmo os embates entre mazombos e mascates, no centro de Pernambuco, traziam a tona feridas de cunho econômico (e não apenas político). Sobre Angola e o comércio de escravos, também há pouco para se declarar: era a fundamentação da produção na América portuguesa.

---

[66] DUTRA. Op. Cit., 1973, p. 60. ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos:** aspectos da administração colonial, Pernambuco – século XVII. – Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997, pp. 81-118.

[67] FREITAS, Décio. **Palmares:** a guerra dos escravos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros:** Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. – São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002. MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos:** Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. – São Paulo: Editora 34, 2012.

[68] SOUZA, Laura de Mello & BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **1680-1720:** O império deste mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. MELLO E SOUZA Laura de. **O Sol e a Sombra:** política e administração na América portuguesa do século XVIII. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006. CAETANO, Antonio Filipe Pereira. **Entre drogas e cachaça:** a política colonial e as tensões na América Portuguesa. – Maceió: Edufal, 2009. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no atlântico sul. São Paulo: companhia das letras, 2000. BETHENCOURT, Francisco. "O complexo Atlântico". In: BETHENCOURT, Francisco. CHAUDHURI, Kirti. (dir.) **História da Expansão Portuguesa vol. II:** Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Lisboa: círculo dos leitores, 1998, pp. 335-342.

Apesar da importância do período da Restauração, pode-se retrair o tempo e chegar até o século XV como o momento "decisivo" da transformação do Estado português em agente econômico. Foi nesse ínterim que a Justiça se expandiu e a burocracia das instituições tomaram mais força e importância, principalmente com a aplicação da estatística e contabilidade[69]. Era intrínseco, portanto, o maior aparelhamento e fundamentação do Estado com a expansão econômica e geográfica da Monarquia[70].

Nesse prisma "godiniano" de "Finança Pública e Estrutura de Estado", recorta-se, para esse fim de tópico, no elencamento das novas instituições promovidas pelo novo Estado monárquico português: tem-se, na restauração portuguesa (1640), a criação do Conselho Ultramarino (1642), não deixando de lembrar que o Tribunal da Relação da Bahia tinha sido reaberto em 1652. Salienta-se que no âmbito eclesiástico a Inquisição já atuava desde 1591-1592 (primeira visitação da Bahia) e 1593-1595 (visitação de Pernambuco) e o Bispado de Pernambuco veio a ser erguido em 1676, inaugurando uma fase de expansão territorial e necessidade de "pastoreio" dos poderes religiosos com os habitantes da conquista[71].

Sobre os agentes de justiça, a Monarquia não foi atuante apenas em Pernambuco, mas ao mesmo tempo estava operando em várias frentes, observando a América como um todo e prestando atenção às dinâmicas que aconteciam em seus territórios (v. *supra*). Quando o assunto era a institucionalização de novas Ouvidorias, a das Alagoas não figurou com um ponto fora da curva. Ao contrário, fez parte de uma conjuntura de criação de Comarcas que estavam, todas elas, intrinsecamente ligadas com os acontecimentos relatados acima. Tiveram-se os Juízes-de-fora de Salvador e Olinda (1696 e 1700), passando pelas Ouvidorias de São Cristovão (1696), São Paulo (1700), Vila Rica (1709-1711), Sabará (1711), Alagoas (1712) e São João del-Rei (1713)[72]. Em suma: deve-se num futuro atentar para o

---

[69] Para Pierre Bourdieu, a estatística pode ser considerada o instrumento principal do Estado, v. BOURDIEU. Op. Cit., 2014, p. 286.

[70] GODINHO, Vitorino Magalhães. "Finanças públicas e estrutura do Estado". In: GODINHO, Vitorino Magalhães. **Ensaios II:** sobre a história de Portugal. Lisboa: livraria Sá da Costa Editora, 1968, especialmente pp. 45-47.

[71] CAETANO, Marcelo. **O Conselho Ultramarino:** esboço da sua história. – Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967. SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial:** o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609 – 1751. São Paulo: Companhia das letras, 2011. MARTINIÈRE, Guy. "A implantação das estruturas de Portugal na América (16201750)". In: MAURO, Frédéric (coord.). **Nova história da Expansão Portuguesa:** o Império Luso-Brasileiro (1620-1750). Direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 1991. Sobre os bispados, seguindo um insight de Varnhagem, Luiz Felipe de Alencastro incluiu as novas construções diocesanas em um movimento mais amplo na história da América Portuguesa, escrevendo que "a nova cartografia diocesana desenha os verdadeiros contornos da geografia econômica gerada no Atlântico após a Guerra dos Trinta Anos", cf. ALENCASTRO. Op. Cit., 2000, p. 342.

[72] CAMARINHAS. Op. Cit., 2010, pp. 394-396. CUNHA, Mafalda Soares da. NUNES, António Castro. "Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII". **Tempo** (Niterói, online). Vol. 22. n. 39, jan-abr., 2016, tabela 1, p. 10. Tanto Camarinhas como Soares da Cunha e Castro Nunes colocam a Ouvidoria das Alagoas com a data de 1709, sendo que a primeira carta de institucionalização teria

questionamento de até que ponto a economia acabou se tornando um dos aspectos principais para criação de novas Comarcas.

A história escrita sobre Alagoas e seu axioma máximo: desenvolvimento e progresso

A dúvida passada, ao invés de figurar como ponto de referência conclusiva, deve antes ser utilizada como um aprofundamento de pesquisa maior, qual seja: o que teria acontecido, historicamente, no sentido econômico, nas três vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, que desembocassem nos finais do século XVII uma ideia de "riqueza" que merecia a atenção da administração lusitana para se institucionalizar uma Comarca?

A obra de conquista americana, principalmente a portuguesa, apesar de ter em seus quadros algumas posições estratégicas, que poderíamos chamar de políticas de Estado, foi, no viver dos tempos, fruto de improvisações e "uma gigantesca obra quase quotidiana de adaptação aos quadros ambientais do país [sic] que provocaram"[73]. Em outros termos: "o povoamento e a colonização tiveram diferentes modelos, arranques em falso e até alguma improvisação"[74]. Mesmo assim, não se podem deixar de lado as ações administrativas de homens poderosos. No caso de Pernambuco, o donatário Duarte Coelho tentou ao máximo administrar seu território, tanto partindo de vivências locais quanto se utilizando de hierarquizações e divisões do trabalho advindas de Portugal. Após escravizar, guerrear, matar e "dialogar" com as diversas nações ameríndias (e tais comportamentos serão vistos no decorrer o século XVII), distribuiu as terras conquistadas a ferro e sangue, e patrocinou a ocupação territorial dos lusos[75]. Fundou engenhos próprios, favoreceu a elevação das lavouras de cana, reforçou a fixação e interesses daqueles colonos na procura de metais e escravos-

---

sido dada em 1706 (só que sem referência a Ouvidor); crê-se que as fontes utilizadas teriam sido a Leitura de Bacharéis, no Desembargo do Paço, pois em 1710 uma nova carta de Ouvidoria das Alagoas foi feita com o nome de José da Cunha Soares como primeiro Ouvidor. Todavia, o lapso de Mafalda Soares e Castro Nunes colocando a Ouvidoria das Alagoas como desmembrada da Bahia faz abrir o alerta acerca do "copia-e-cola" das informações de sua tabela e das fontes e bibliografia utilizada (por sinal, foram lidos os trabalhos de A. F. P. Caetano, Nuno Camarinhas e Virgínia Almoedo, em que todos detalham a Comarca das Alagoas como pertencente a Capitania de Pernambuco. Da mesma feita, enquanto Camarinhas coloca a Ouvidoria deo Vila Rica como 1709, Mafalda Soares a põe como 1711. Por conta disso, deixa-se já de alerta que as datas utilizadas nesse texto estão passíveis de serem corrigidas).

[73] AB'SABER, Aziz N. "Fundamentos geográficos da história brasileira". In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira:** do descobrimento à expansão territorial, Tomo I. – São Paulo: Difel, 1960, p. 57. Doravante **HGCB**.

[74] RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Padrões de Colonização no Império Português". In: BETHENCOURT. CURTO (dir.). Op. Cit., 2010, p. 175. HESPANHA, António Manuel. SANTOS, Maria Catarina. "Os poderes num império oceânico". In. HESPANHA. Op. Cit., 1992, p. 399.

[75] HOLANDA, Sérgio Buarque de. "A instituição do Govêrno Geral". In: **HGCB**, Tomo I, 1960, p. 123.

cativos para o trabalho e enriquecimento[76], mas não negligenciou as roças e fazendas para gado, gengibre e algodão[77].

Houve pesquisadores em Alagoas que arriscaram algumas falas em relação à elevação do território sul ao estatuto de Comarca das Alagoas. Já foram citados nas primeiras linhas os escritores-"historiadores" Moreno Brandão e Craveiro Costa. No entanto, outros quatro foram deixados para esse momento da introdução, e cabe agora trazê-los para o centro da problematização: Manuel Diégues Jr., Dirceu Lindoso, Élcio de Gusmão Verçosa e Cícero Péricles de Carvalho.

Manuel Diégues Jr., apesar de não tecer linhas diretamente sobre a elevação das três vilas à categoria de Comarca, é explícito em deixar, no primeiro parágrafo de seu mais famoso livro, que a Comarca das Alagoas se confundia com a história do açúcar: "Os seus dias de esplendor são os dias áureos da terra – vila, comarca, capitania, província ou Estado". Entretanto, focado na história da "influência" do Engenho Banguê na sociedade "alagoana", Diégues Jr. trata a elevação da Comarca como um ato político de unificação das três vilas. No que concerne a ideia de "justificativa", o historiador pouco avançou, deixando sua análise demasiada genérica:

> Até esta data [de 1817], e principalmente até 1711, ou suas imediações, a história das Alagoas se incorpora à de Pernambuco. É certo que em muita coisa já aparece então a importância do território sul da capitania duartina. Documentos há referindo-se, particularizadamente à sua importância e desenvolvimento; outros falam em tropas alagoanas, isto no último combate ao quilombo negro da Serra da Barriga. A partir de 1700, principalmente, as informações sobre Alagoas já se encontram mais emancipadas do total de Pernambuco[78].

"Importância e desenvolvimento". Essas duas palavras foram absorvidas pelos escritores e pesquisadores "alagoanos" como um axioma. No século XX, fugir da relação "açúcar ↔ desenvolvimento" era difícil, visto que a interpretação era repetida como *argumentum ad nauseam* na história política do atual estado desde o século XIX[79]. O que

---

[76] ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial,** 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. – Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963, p. 69 e 78.

[77] SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. – São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 36.

[78] DIÉGUES Jr., Manuel. **O banguê nas alagoas:** traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. – Maceió, EDUFAL, 2006, p. 28.

[79] DIÉGUES Jr., Op. Cit., 2006, pp. 235-284. Tentando explicar a hegemonia do Açúcar no século XIX a partir da monocultura da cana de açúcar, Moacir Sant'Ana escreveu que "se existiu algum dia em Alagoas agricultura diversificada, foi em um passado remoto (...)", ou seja, tinha sido nos tempos dos holandeses, pois sua análise se firma nos relatórios produzidos por Adrien Verdonck, fazendo um salto quantitativo e temporal direto para 1774,

acabou se tornando, na feliz expressão cunhada por Raphael Chambouleyron, em uma "açucarografia" baseada em uma retórica ("ciceriana", pode-se dizer) do açúcar[80].

Nesse aspecto, Dirceu Lindoso foi o que tentou avançar no sentido de "colocar os pingos nos is". Mas seu pensamento ainda era de maneira circunstancial:

> Só no século XVIII, depois da destruição do Quilombo dos Palmares e da ocupação flamenga de Porto Calvo, Alagoas aparece como um espaço de ocupação político-administrativa, ainda que precária. Passa a ser a Comarca das Alagoas, uma divisão administrativa da capitania de Pernambuco[81].

A relação riqueza dos senhores *versus* pobreza dos escravos, índios e servos seria o que fundamentava a "criação" de uma Alagoas em termos culturais. No quesito "político", a Guerra dos Palmares e a Guerra dos Bárbaros eram o pano de fundo do "Estado Colonial". Na economia, a futura província das Alagoas se fundamentava em cima do açúcar e do trabalho escravo (tendo Porto Calvo como polo irradiador), e do gado e trabalho servil, vista na "civilização do couro" da sociedade de Penedo do Rio de São Francisco. Entretanto, vê-se em Dirceu Lindoso o mesmo vício encontrado em Manuel Diégues Jr, qual seja: a transposição da dinâmica "açucareira" e "do couro" do século XVIII para todo o século XVII, como se a história fosse uma linha ascendente de progresso e manutenção de uma estrutura que foi a responsável pela "colonização" desde o século XVI[82]. Por isso, a consolidação da economia e política açucareira no século XIX fez com que a historiografia alagoana no XX fizessem quase sempre uma leitura pró e exclusiva sobre o tema da cana de açúcar, arrastando o "sucesso" dos oitocentos para as sesmarias de Cristovão Lins e Gabriel Soares[83].

As linhas traçadas por Diégues Jr. e Dirceu Lindoso criaram herdeiros. Outros dois pesquisadores fizeram releituras no que concerne o ato de institucionalização da Comarca das

---

e depois para o século XIX, v. SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. – Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool. Museu do Açúcar, 1970, p. 181.

[80] Ambas as expressões nasceram dos debates sobre essa tese, em conjunto com o prof. Doutor George Cabral de Souza e o prof. Doutor Antônio Filipe Pereira Caetano. Sobre a "açucarografia", muito ainda tem que se estudar e problematizar. Sobre a "retórica do açúcar", voltarei a esse tema na conclusão do capítulo 8: os produtos mundiais. No mais, utilizei o termo "ciceriano" para designar uma retórica baseada na arte do convencimento, com pouca – ou nenhuma – conexão empírica. Mais adiante, nessa introdução, defenderei (me baseando em Carlo Ginzburg) uma retórica "aristotélica", i. é, que toma como premissa a pesquisa em evidências, vestígios e "provas".

[81] LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola:** estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. – Maceió: Edufal, 2011, p. 32.

[82] A explicação para o uso "colonização" ficará para mais adiante. Entende-se que uma nota de rodapé, para ser bem lida, deve estar bem inserida em uma narrativa. Outra obra de Lindoso que, ao ensaiar sobre Alagoas na época colonial, pouco ou nada avança sobre a constituição política, foi LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal.** – Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos: Eduneal: Fapeal, 2019.

[83] Crítica feita por LESSA, Golbery. "Trama da Memória, urdidura do tempo: Ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos". In: TENÓRIO, Douglas. LESSA, Golbery. **O ciclo do algodão e as vilas operárias.** – Maceió: Sebrae, 2013, pp. 101-103.

Alagoas. O educador Élcio de Gusmão Verçosa (1997), apesar de dar ênfase acerca da escalada de violência nas vilas ao sul de Pernambuco, asseriu que o aparecimento do Magistrado teria ocorrido por conta "do progresso adquirido pela região"[84]. Tal raciocínio insere-se dentro de estudos mais gerais sobre a "colonização do Brasil", onde a tríade "acesso a terra, mão de obra cativa e comércio" fundamentaria as interpretações acerca de uma localidade receber ou não atenção de Portugal[85].

O economista Cícero Péricles de Carvalho (2016) foi o que deu mais passos adiante. Ao contrário de Diégues Jr., Lindoso e Verçosa – cujas carreiras estavam mais centradas nas áreas da antropologia, folclore, etnografia e educação –, Carvalho, provavelmente por sua formação de economia, tentou despender mais atenção em relação à história política e das instituições de Alagoas no período colonial. Em relação à elevação do território sul à categoria de Comarca, avaliou o momento como de "autonomia relativa", em que "a razão primeira da elevação de Alagoas à condição de Comarca era dividir o espaço pernambucano para melhor administrá-lo". Baseando-se em outras obras, tomou em consideração que a atenção de Pernambuco com as partes sul ("Alagoas") resultava de um "crescimento demográfico" e "economia florescente". Ambas as justificativas eram explicadas pelo "desenvolvimento da população vinculada à atividade canavieira" que exigia "mecanismos mais próximos da administração central". Carvalho não ignora a questão da violência e das guerras nas dinâmicas das três vilas ao sul de Pernambuco, porém, é importante salientar sua colocação de que a economia alagoana não era apenas crescente, mas também desordenada. Sua formação de economista (crê-se que mais do que leituras de bibliografia sobre o tema) aguçou seu olhar para a questão da fiscalidade. Porém, apesar de ter inserido a criação da Ouvidoria das Alagoas dentro do recorte temporal de acontecimentos de cunho político e econômico (a guerra dos mascates, a "crise econômica" da Capitania de Pernambuco pós-restauração, os preços baixos do açúcar no mercado mundial e a descoberta do ouro nas "Minas Gerais"), Carvalho não faz a análise crítica sobre a conjunção ou possíveis influências que esses contexto histórico teve na parte sul de Alagoas. Na verdade, há uma lacuna que resultou em uma avaliação rápida e grosseira da situação. Todos os acontecimentos acima elencados por Carvalho fazem parte de um contexto que vai da metade do século XVII até 1715 (fim da guerra dos mascates), mas, para Carvalho, se "no Nordeste, a situação era de dificuldades", "Alagoas vivia uma conjuntura menos desconfortável". A "conjuntura" era o

[84] VERÇOSA, Élcio Gusmão. **Cultura e Educação nas Alagoas**: História, Histórias. 4ª Ed. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 56

[85] Sobre a tríade (não citada por Verçosa), v. MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 113.

"clima de prosperidade" que a Comarca estava vivendo em 1730, o que demonstra um erro de avaliação na escrita, onde provavelmente o economista retraiu a situação econômica da Comarca para um período em que ela nem existia. Mas, anterior a essa constatação, Carvalho já tinha arrematado que "a comarca não possuía capacidade para criar tributos. (...) Os ouvidores não tinham orçamento próprio, e a Fazenda Real cobria suas despesas. **A função do cargo era política, cabendo-lhes manter a ordem colonial, numa sociedade em que predominava o atraso social absoluto**"[86]. Recapitulando, Cícero Péricles de Carvalho, ao mesmo tempo em que avançou na explicação da elevação do território sul à Comarca de Alagoas, cometeu deslizes de estabelecer várias motivações baseadas em cruzamentos de leituras bibliográficas, e não estudos históricos críticos profundos, o que ocasionou conclusões que se conflitam por conta da própria dinâmica do elo histórico (v. a citação de Thompson no início dessa introdução)[87].

Como se pode perceber, não é pioneirismo dessa tese ter encontrado os ecos, as sequelas, as ligações e as consequências dos acontecimentos relacionados pelos autores acima e anteriormente (Palmares, lutas contra ameríndios, guerra dos mascates, descoberta do ouro, crise do açúcar, etc.) em relação ao território sul de Pernambuco. Por isso, podemos já avaliar e consentir que a implantação da Comarca das Alagoas, além de ter quase todas as suas atribuições e justificativas em âmbito interno na Capitania de Pernambuco, obedeceu também a tentativas de melhor ordenamento da sociedade no sentido da ordem e de suas atividades econômicas, levando em consideração, em um limite, as conjunturas que aconteciam no Atlântico.

Trocando em miúdos, deve-se haver o entendimento recíproco entre as mudanças e atividades no Reino, com todos os acontecimentos das conquistas, que devem ser levados em consideração. Por isso, mesmo um pequeno ocorrido (dada a dimensão do Império português) precisa ser posto dentro de um conjunto maior de fatores de um espaço que, no âmbito do poder, António Manuel Hespanha e Maria Catarina Santos escreveram como "império oceânico", e que, mais tarde, João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa, ao estudarem as redes governativas e de mando, denominaram "monarquia pluricontinental"[88]. No que concerne a economia, o território sul de Pernambuco também fazia valer sua importância na Economia

[86] Negritos meus. Para a referência, v. *infra*.
[87] CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas.** – Maceió: Edufal, 2016, pp. 109-117.
[88] FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. "Introdução. Desenhando perspectivas e ampliando abordagens – De O Antigo Regime nos Trópicos a Na trama das redes". In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Na trama das redes:** política e negócios no império português, séculos XVI – XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp, 13-33.

Mundial, desde a época dos "descobrimentos", como escreveu Vitorino Magalhães Godinho[89], seguindo adiante para o século XVII e XVIII, de acordo com Kirti Chaudhuri[90].

Interrogação renovada e hipóteses

Volta-se ao momento da criação da Comarca das Alagoas. Terem ambos – Governador e Rei – pensados no pagamento do ordenado do Magistrado em couros e solas, depois passados para açúcar, tabaco e gado, e terminados com aguardente e sal (o último comprado em Recife), escancarou não a "resposta" documental para os nossos questionamentos, mas antes os aprofundou no sentido de interroga-los (as evidências) cada vez mais. Leia-se, a elevação do território sul de Pernambuco à condição de Comarca não pode ser respondida pela questão da criminalidade fiscal: de que haviam uma variada produção de "gêneros" de interesse da Fazenda Real de Pernambuco (e da Coroa de Portugal) que eram a todo o momento descaminhado e comercializado de maneira que desagradava ao Governo da Capitania de Pernambuco. Longe disso, deve-se partir para um aprofundamento de pesquisa muito maior, qual seja: o que teria acontecido, historicamente, no sentido econômico, nas três vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, que desembocassem nos finais do século XVII uma ideia de "riqueza" que merecia a atenção da administração lusitana. Dito de outra forma: quais eram as particularidades locais e sociais na história socioeconômica e política que complexificaram e alargaram ainda mais os mundos do açúcar e do couro, resultando no porquê de necessariamente as três vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo terem se tornado a Comarca das Alagoas?

A hipótese principal dessa tese consistirá na exposição crítica que, entre 1654 e 1712, todos os gêneros já relatados nessa introdução no processo de estabelecimento da Ouvidoria (couro, solas, açúcar, tabaco, carne, aguardente e sal), disputaram e congregaram nos espaços sul de Pernambuco de uma só vez, gerando riquezas e movimentando uma economia que não pertencia mais apenas ao "local", e sim ao "mundial", portanto, causando atenções e olhares mais firmes das administrações da Capitania de Pernambuco e Coroa portuguesa. Ou seja, apesar do Ouvidor ter sido pensado para conter a criminalidade crescente nas três vilas, o

[89] GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os Descobrimentos e a economia mundial.** 4 vols. 2ª ed. Lisboa: editorial presença, 1981. E também GODINHO, Vitorino Magalhães. **Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar.** Séculos XIII-XVIII. Lisboa: Difel: 1990.

[90] CHAUDHURI, Kirti. "O império na economia mundial". In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti. Op. Cit., 1998, pp. 248-270.

processo de institucionalização da Comarca escancarou a problemática econômica, que foi somada à de ordem "criminal".

Acredita-se que, para formular melhor o caminho de pesquisa e problematizar tal questionamento, é-se necessário voltar para alguns momentos específicos da história do projeto da Comarca das Alagoas para fincar análise. O primeiro é a relação de Alagoas, Porto Calvo e Penedo com as batalhas contra os mocambos de Palmares, que resultaram depois nas brigas com Domingos Jorge Velho, nas administrações dos Arraiais e nos casos de crimes que ocorriam entre seus habitantes. A segunda ocasião é em relação às minas de salitre, a partir do papel de sua descoberta, tornando-se importante polo de irradiação socioeconômica que dinamizou os sertões do Rio de São Francisco, a ponto de que o Ouvidor teria que gerenciá-la. O terceiro andamento se baseia na identificação da vila de Porto Calvo com a parte central da Capitania de Pernambuco, a partir da reconstrução da Fortaleza e do Porto de Tamandaré, ao mesmo tempo em que a vila se relacionava cada vez mais com as duas mais ao sul por ocasião das lutas contra Palmares.

Em suma, inserem-se nesses contextos os questionamentos encontrados no processo da criação da Comarca das Alagoas: a ampla gama de produção econômica e as desobediências fiscais que incomodavam a Fazenda Real de Pernambuco. Seria, portanto, a criação da Comarca um ato imediato que tinha como objetivo por em ordem três vilas que, aos seus modos, se dinamizavam como se não pertencessem, em suas totalidades, à administração da Capitania de Pernambuco. A Comarca, antes de significar independência, pode ter sido antes um reforço de condicionamento administrativo para três vilas que eram – agora sim – autônomas economicamente em relação ao Governo da Capitania. Em suma, nadando na contramão de quase toda a "historiografia alagoana", a criação da Comarca das Alagoas pode ter representado não o início histórico do processo de autonomia e de engrandecimento econômico que desembocou na elevação à categoria de Província em 1817; e sim o contrário: que a Comarca das Alagoas nasceu sobre a égide da tentativa de um controle do Governo de Pernambuco sobre três vilas que, durante toda a metade do século XVII, se movimentaram de maneira elástica em relação ao centro da Capitania e que cujas "riquezas" econômicas não se encontravam nas mãos dos administradores sediados em Olinda. Nesse ínterim, a Coroa portuguesa mantinha sua parte, balizada pelo contexto de controle fiscal por conta das descobertas das jazidas de ouro das futuras Minas Gerais e no projeto de cerceamento dos poderes das Câmaras Municipais (afinal, o clima pós-restauração pernambucana fundamentou

um fenômeno novo: "autonomia das câmaras municipais e dos governantes da restauração")[91].

Agora que foi pensado a primeira hipótese do "porquê" da Comarca das Alagoas ter sido criada, falta estabelecer o "como", para depois fundamentar a hipótese final da tese (logo, sua conclusão) e, assim, pretender pelo menos dar um argumento crítico válido ao objetivo principal. Convém, nesse sentido, demonstrar o caminho que irá pavimentar a pesquisa e escrita desse trabalho como um todo.

Método e teoria

Ter escolhido o tema da economia já pode ser encarado com um "método"[92]. Afinal, recortou-se um "campo" da história para fazer uma análise em separado, mas que em momentos se toca com os temas da política, justiça e sociedade, como vimos anteriormente[93]. Como se viu na terceira parte dessa introdução, não há nada de original nessa proposta e seria até mesmo arriscado destilar tanto a economia material de outras esferas de governo do Antigo Regime. Como bem salientou Hobsbawm, "o desenvolvimento econômico não é uma espécie de ventríloquo com o resto da história como seu boneco"[94]. Pretende-se, pelo menos, evitar a problemática do "ventriloquismo", mas decidiu-se prosseguir no estudo da economia, tendo ciência nas limitações de interpretações.

Para fazer fundir a dinâmica das "Políticas de Estado" com as "Experiências sociais", acredita-se que o método da economia política de Karl Marx é o mais apropriado. A partir das ideias de abstrato e concreto, ou de "micro" e "macro" análise, chega-se a um lugar de pesquisa – e escrita – mais confortável para se recortar as três vilas ao sul de Pernambuco de todo um conjunto da Capitania, da América e do Império português, mas sem comprometer a análise do todo quando o caminho for feito de maneira invertida[95].

Não obstante, somente as posições de Karl Marx não são suficientes para levar a cabo o estudo que se pretende nessa tese. Algumas reformulações e lapidações são necessárias.

---

[91] ACIOLI. Op. Cit., 1997, pp. 60 (citação) e 146.
[92] CIPPOLA, Carlo M. **Introdução ao estudo da História Económica.** – Lisboa: Edições 70, 1993.
[93] BOURDIEU, Pierre. "A génese dos conceitos de habitus e de campo". In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, pp. 59-73.
[94] HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios, 1875-1914.** – São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 105.
[95] MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. – São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 32-95 (sobre a visão materialista do mundo de Marx). MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política.** – São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 3-6 (sobre a anatomia da sociedade ser encontrada na Economia Política). MARX, Karl. **Grundrisse.** – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011, pp. 54-55 (sobre o método da Economia política, dos estudos do abstrato e concreto, da micro e macro análise).

Edward Thompson foi um – entre tantos – historiador que, mesmo sendo marxista, bateu de frente com várias formulações de Marx e Engels. No que concernia a Economia Política, Thompson seguiu firme que a mesma não tinha o poder de explicar tudo. Apesar de Marx ter postulado que a "anatomia da sociedade deve ser procurada na economia política", não seria pelo seu estudo dos caracteres materiais que se alcançaria a totalidade das relações de uma dada sociedade recortada em determinado tempo histórico. Para sair do círculo da economia política "fechada" (fruto muito mais de marxistas do que do próprio Marx), Thompson se voltou aos aspectos sociais da sociedade que apareceriam a partir da dinâmica homem-natureza: o materialismo histórico, que desembocaria na experiência humana, que levaria para o de cultura (valores)[96].

Cultura (e valores) essa que pode seguir com outro nome – *habitus* – para o estudo de Antigo Regime. Por *habitus* entendem-se, a partir da formulação de Pierre Bourdieu, as diferentes ações, *práxis*, conhecimentos adquiridos de maneira inventiva, a partir de capacidade criadora, que desembocaria em modos de conduta e organizações sociais. Tudo isso inserido em um espaço social em que tais trocas acontecem, aonde vem a influência e o que pretende influenciar. O local material que se parte, mas igualmente o mesmo local que condicionaria as atitudes, recortados em tempo, geografia e organização social[97]. Entende-se que tal conceptualização torna mais segura as problematizações que se seguirão nessa tese em relação às diferentes maneiras que as comunidades das vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo se formulavam no período pós-guerra holandesa até a institucionalização da Comarca das Alagoas[98]. Ter em mente a "formulação" de Classe Social, tal qual expressou Thompson é de grande valia para se entender, igualmente, e de maneira recíproca, a concepção de *habitus*:

> A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes

[96] THOMPSON. Op. Cit., 1981, p. 74 (sobre a Economia Política e a necessidade de voltar ao materialismo histórico), p. 189 (sobre a vida material gerar experiência, que se junta com cultura)
[97] BOURDIEU. Op. Cit., 2012, pp. 59-73.
[98] Entretanto, continua-se concordando com Thompson quando o mesmo alerta que a antropologia deve-se portar como um auxílio e estímulo a problematizações, e não como construtora de modelos, v. THOMPSON. Op. Cit., 2012, p. 229. Dirceu Lindoso encaixa-se perfeitamente nessa situação da sobreposição da etnografia sobre a história nas interpretações acerca de "Alagoas" colonial e imperial, v. LINDOSO. Op. Cit., 2019.

> que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma[99].

Leia-se, pretende-se conjugar, na medida do possível, uma visão materialista daquele mundo de conquista, em que os lusos, ao começarem o processo de colonização do Brasil, foram "se fazendo" em meio a novos ambientes, que demandaram relações de trabalho diferenciadas com outras comunidades tão diferentes quanto eles, que produziram culturas particulares e modos de fazer política que não eram cópias perfeitas tais quais no Reino[100]. Esse "Antigo Regime nos Trópicos", tendo como base política e econômica as relações católicas de negociação vai fazer os conquistadores baterem de frente com as proposições da alta administração, que tinha que negociar, ou impor, ordens de âmbito "estatal"[101]. Esse eterno embate – histórico, pois representa a ação dos homens em uma determinada época – é o que tomaremos como método de trabalho. Ou seja, avaliar-se-á a todo o instante as três vilas ao sul de Pernambuco em relação – por vezes conflitante ou não – ao centro da Capitania de Pernambuco e Coroa de Portugal, no que concerniam seus aspectos socioeconômicos e político-econômicos, ao mesmo tempo em que cuidavam de suas economias "privadas", nas relações entre senhor e escravos, ou senhor e trabalhadores; tudo isso em um momento de conflito aberto entre lusos e africanos-ameríndios que foram as lutas contra os mocambos de Palmares.

Para dar cabo de tamanha empreitada, é-se necessário voltar à questão da Economia Política e refiná-la no sentido de expô-la mais, dissecando os pormenores do caminho que será percorrido para se traçar as conclusões. Por mais que haja uma carga pejorativa em cima da concepção de "fato social" e da "narrativa factual", acredita-se que, a melhor maneira que

---

[99] THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Vol. I. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10. Itálicos do autor.

[100] Na presente tese, o termo "conquista" será tão utilizado quanto "colônia". Apesar de alguns pesquisadores preferirem o primeiro em detrimento do segundo, ambas as expressões (e ações históricas) não se anulam, e sim se complementam. Para "conquista": "Nesse sentido, 'conquistas' seriam todos os territórios assim adquiridos com base no direito concedido pela Santa Sé, quer a sua via de aquisição tivesse ocorrido de modo violento ou pacífico", CARDIM, Pedro. MIRANDA, Susana Münch. "A expansão da Coroa portuguesa e o estatuto político dos territórios". In: FRAGOSO, João. GOUVÊA. Mária de Fátima (orgs.). **O Brasil colonial,** volume 2 (ca. 1580-1720). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 57, 74-75. Para "colônia": "O traço grosso da dominação é inerente às diversas formas de colonizar e, quase sempre, as sobredetermina. *Tomar conta de*, sentido básico de *colo*, importa não só em *cuidar*, mas também em *mandar*. Nem sempre, é verdade, o colonizador se verá a si mesmo como a um simples conquistador; então buscará passar aos descendentes a imagem do descobridor e do povoador, títulos a que, enquanto pioneiro, faria jus", BOSSI, Alfredo. "Colônia, culto e cultura". In: BOSSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.12.

[101] Termo cunhado por FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVÊA, Maria de Fátima. "Introdução". In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). – 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

se encontrou para a pesquisa da história socioeconômica e político-econômica da fundamentação da Comarca das Alagoas, foi o de inserção profunda na análise de várias ocorrências históricas, pretendendo se distanciar do factualismo e da narrativa teleológica para começar a adentrar nas complexas relações de poderes que se construíam de maneira particular[102]. O entendimento de um andamento que era para ser circunscrito nos anos de 1699-1712 puxa a indagação histórica que só se tornaria cognoscível uma vez que haja a profundidade nos estudos dos "'momentos' do movimento"[103], em que "a *práxis loci* [logo, a institucionalização da Comarca das Alagoas] só adquire significado quando inserida no estudo disciplinado do contexto local [isto é, as lutas contra Palmares, contra os ameríndios dos sertões, as descobertas das Minas de Salitre, a reforma do Porto e Forte de Tamandaré e etc.]"[104]. Portanto:

> o concreto [o projeto e institucionalização da Comarca das Alagoas] é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação[105].

E, conjugando tal método de Marx com o que foi escrito por Thompson, entende-se que cada "múltipla determinação" é também formada por uma *práxis loci* que é igualmente

---

[102] REVEL, Jacques. "Acontecimento". In: LE GOFF, Jacques. CHARTIER, Roger. REVEL, Jacques. (dir.) **A Nova História.** Coimbra: Almedina, 1990, pp. 19-20. A ideia da teleologia é um tema caro aos estudos históricos. Aqui, toma-se as colocações de Bourdieu, que, por sua vez, distinguiu que um ato inicial não contém o objetivo final, sendo antes de caráter "estruturante". Em tempo, há problemas se a linearidade da história não for confrontada com possíveis re-arranjos ou acasos, v. BOURDIEU. Op. Cit., 2014, p. 78, 167. A ideia de "efeito estruturante" é interessante para ressaltar o sentido que o recorte de um "acontecimento" (no nosso caso, a institucionalização da Comarca das Alagoas) deve obedecer a uma conjugação de situações históricas que, mesmo sem terem a pretensão de chegar ao "acontecimento" final estudado, foram componentes importantes que resultaram em sua consecução. Marx, nesse sentido (e espera-se retomar esse argumento na conclusão da tese), escreveu que "a reflexão sobre as formas da vida humana, e, assim, também sua análise científica, percorre um caminho contrário ao do desenvolvimento real. Ela começa *post festum* [muito tarde, após a festa] e, por conseguinte, com os resultados prontos do processo de desenvolvimento", MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. – São Paulo: Boitempo, 2017, p. 150. Slavoj Zizek, partindo de uma famosa passagem de Marx, escreveu que "o efeito da teleologia é estritamente retroativo: assim que surge (de maneira totalmente contingente), o capitalismo fornece a chave universal de todas as outras formações". No nosso caso, a elevação da parte sul de Pernambuco à categoria de Comarca das Alagoas forneceria a chave de problematização da forma. Isto é, os discursos e justificativas destrinchadas no processo visto nessa introdução fornece a chave de problematização do "fazer-se" socioeconômico das vilas da parte sul da Capitania de Pernambuco, v. ŽIŽEK, Slavoj. **Menos que nada:** Hegel e a sombra do materialismo dialético. – São Paulo: Boitempo, 2013, p. 158.

[103] MARX, Karl. "[Crítica da dialética e da filosofia hegelianas em geral]". In: MARX, Karl. **Manuscritos econônimo-filosóficos.** – São Paulo: Boitempo, 2010, p. 130.

[104] THOMPSON, Edward. "Costume, lei e direito comum". In: THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 119. Colchetes meus.

[105] MARX. Op. Cit., 2011, p. 54. Colchete meu.

"unidade da diversidade". Por isso, para se entender o "concreto" (o projeto e institucionalização da Comarca das Alagoas), é-se necessário que todas as *práxis loci* mereçam um estudo disciplinado porque são, ao mesmo tempo, acontecimento e fundamentação de "contexto local". Em suma, se um fato é "*elos numa série linear de ocorrências*" (v. *supra*), é igualmente "*elos numa série lateral* de relações sociais/ideológicas/econômicas/políticas"[106].

Concluindo: estudar "econômico-politicamente" a criação da Comarca das Alagoas é destrinchar, em vários pormenores, todo um movimento histórico baseado em vários momentos (eventos), seguindo um "elos linear de ocorrências" (da colonização mais efetiva dos sertões de Palmares e Rio de São Francisco de c.1678 até a criação da Comarca em 1712), mas ao mesmo tempo inseridos dentro de dois âmbitos maiores de percepção histórica, a partir do "elos de uma série lateral": 1) a "história do Brasil colonial", da Restauração lusitana de 1640 até o período de "comarquização" da Capitania de Minas Gerais, com a criação de suas três Comarcas – Vila Rica, Sabará e São João Del Rey; e 2) da Restauração pernambucana de 1654, passando pelo aparelhamento judicial (Juiz de Fora de Olinda e primeira carta sobre a Ouvidoria das Alagoas) até o período de Guerra dos Mascates de 1710-1713.

Sobre o segundo "elos" (série lateral), salienta-se que seu nível de profundidade, nessa tese, não chegará nem de perto ao nível de pesquisa e escrita do primeiro "elos" (série linear). Tem-se a justificativa nos seguintes termos: para se conseguir, em um futuro, análises comparativas e conectadas mais complexas e menos "mecânicas", que ajudem a fundamentar novas interpretações sobre como se desenvolveu a "história do Brasil", tornou-se mais importante a ida e pesquisa aos pormenores mais subterrâneos do que acontecia nas vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo. As análises profundas, baseadas em uma obediência "até as últimas consequências" do paradigma indiciário, fizeram afluir uma espécie de *Deep South* da Capitania de Pernambuco[107]. Porém, tal tipo de pesquisa e escrita pode desembocar em uma interpretação de que a futura Comarca tivesse se desenvolvido sozinha, sem interferência exterior, dentro de uma bolha que mantinha pouco ou nenhum contato com o resto da América portuguesa e até mesmo do Império português. Para sanar tal problema do método da Economia Política (isto é, a entrega de "resultados" provenientes de uma fase inicial de análise, de caráter micro-concreto), fizeram-se válidas nessa tese algumas contextualizações

[106] THOMPSON. Op. Cit., 1981, p. 39. Itálicos do autor.
[107] GINZBURG, Carlo. "Sinais: Raízes de um paradigma indiciário". In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

para inserir as três vilas do sul de Pernambuco em um desenho maior que era a América portuguesa. Entretanto, tais momentos só apareceram em situações em que suas aparições serviam como argumento concreto de formulação de uma ideia, e não mero ornamento de narrativa. No mais, o que prevalecerá na narrativa é a análise focada (mas não fechada em si) das dinâmicas que ocorreram nas vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo.

Para empreender tal tarefa, pretende-se levar a cabo as práticas de interrogação e escrita histórica, evidenciadas por Carlo Ginzburg e Arnaldo Momigliano. Ou seja, partir-se-á de vias de investigação que bebem diretamente da antiguidade clássica: o fazer-história grego pela *ekphrasis* (descrição do que quer relatar), *enargeia* (clareza e vividez para deixar o relato crível), *retórica* (arte do convencimento a partir da demonstração pelas provas) e *poética* (capacidade de narrativa sobre o que poderia ter acontecido). O objetivo era algo em comum: comunicar a "verdade" histórica a partir da pesquisa e estudo de evidências, onde o argumento fosse baseado em provas materiais do que estaria se narrando; soma-se, ainda, a concepção de que a história seria formada por várias versões, e que seria trabalho do historiador manter-se crítico em relação às incertezas. Para suprir tais problemas, o desenvolvimento de métodos de pesquisa, onde a arqueologia e a pesquisa em arquivo eram as principais, tornou-se imprescindível[108]. O resultado seria "narração histórica [poética] – descrição [ekphrasis] – vividez [enargeia] – verdade [história (retórica)]", sendo que essa última é um resultado "inevitavelmente incerto, descontínuo, lacunar: baseado numa massa de fragmentos e de ruínas"[109].

Por conta das temáticas propostas, aliadas com o recorte cronológico que perpassa diversas conjunturas históricas, a pesquisa se dará a partir de leituras de livros e avaliação em peso em documentos primários e secundários de várias naturezas. A conjugação de documentação "estatal", das "locais", e registros de cronistas, viajantes e intérpretes dos acontecimentos são de suma importância[110].

Nos ambientes pernambucanos, importantes são as informações relacionadas sobre o Governo da Capitania, e as atitudes dos Governadores com atividades administrativas e políticas das vilas do sul. O *corpus* do Arquivo Histórico Ultramarino é um dos poucos que retêm documentos onde assuntos sobre métodos de conquista e assentamento social,

[108] MOMIGLIANO, Arnaldo **As raízes clássicas da historiografia moderna.** – Bauru, SP: EDUSC, 2004, pp. 39-41, 53-55, 63, 69 e 71. GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 14, 20-21, 23-24, 25-29, 37. GINZBURG. Op. Cit., 2002, pp. 13, 49, 53-54, 56-60.

[109] GINZBURG. Op. Cit., 2007, p. 24 e 40, respectivamente. Os acréscimos em colchetes e parêntesis são meus

[110] Não se colocará as referências completas em notas de rodapé, o leitor que for acompanhando o trabalho em seus pormenores verificará as referências completas. Qualquer dúvida é só seguir direto para as Referências Documentais, ao final dessa tese.

administração econômica, conflitos sociais e disputas políticas era o assunto principal e que deveria receber a atenção dos conselheiros. Utilizou-se em demasia outro conjunto que complementa o Arquivo Histórico Ultramarino, provenientes da Coleção Conde dos Arcos, depositadas no Arquivo da Universidade de Coimbra[111]. Em ambos os *corpus*, muitos papéis não continham apenas rastros, mas situações extensas, principalmente dos acontecimentos delimitados nesse projeto[112]. Igualmente importantes foram papéis pesquisados no Arquivo Nacional Torre do Tombo. Sua estima se dá pelo fato de que vários conjuntos provenientes de instituições régias como o Desembargo do Paço, Chancelaria Régia e Santo Ofício estão resguardados para pesquisa e foram utilizados.

Além deles, foram consultados Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval, coligidos por Maria Silva e Virginia Rau e as Cartas de Duarte Coelho a El Rei. Por conta de sua dispersão geográfica e física, vários outros dados relacionados à Capitania de Pernambuco foram pesquisados nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na coleção Documentos Históricos, e na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. As fontes holandesas – as já traduzidas e publicadas – também foram de imensa valia para compor argumentos e melhorar informações que se encontrava de maneira fragmentária ou confusa em outros momentos. A série Documentação Histórica Pernambucana (sesmarias) foram úteis, bem como os Documentos para a História do Açúcar (volume I). Outra obra que coligiu documentos foi a Mocambos de Palmares, editada por Flávio Gomes, que, apesar de se valer quase toda da pesquisa de Ernesto Ennes, acrescentou novas fontes que foram de suma importância para essa presente tese.

No que concerne os cronistas e historiadores, muito conseguiu se extrair dos já conhecidos pela historiografia brasileira: O Tratado Descritivo do Brasil em 1587 (Gabriel Soares de Sousa), os Diálogos das grandezas do Brasil (Ambrósio Fernandes Brandão), o Tratado da terra e gente do Brasil (Fernão Cardim), a História do Brasil (Frei Vicente de Salvador), o Cultura e Opulência no Brasil (André João Antonil), a História da América portuguesa (Sebastião da Rocha Pita), os Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco (Dom Loreto Couto), e, por último, o Novo Orbe Seráfico (Frei Maria Jaboatão). Suas leituras foram fulcrais, pois informações que muitas vezes são tratadas em livros sobre o "Brasil

[111] Arthur Curvelo foi um dos poucos a utilizar desse conjunto documental dos arquivos lusitanos para compor aspectos da história de Alagoas. Agradeço ao meu amigo por ter me cedido gentilmente a documentação digitalizada do Conde dos Arcos, uma vez que em minhas visitas ao Arquivo da Biblioteca Central da Universidade de Coimbra e da Biblioteca Nacional de Portugal, em 2012, não tive a oportunidade de tirar cópias.
[112] As caixas relativas a documentação de Pernambuco e Alagoas, bem como de Sergipe, Paraíba e Bahia (que tem relacionamentos com os espaços "alagoanos"), encontram-se no Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDhis), Departamento de História, Universidade Federal de Alagoas.

Colonial" como "Pernambuco", escondiam, em suas linhas, várias citações sobre as vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo. Apesar de não ser um "documento" ou uma "fonte", vale citar a obra monumental de Pereira da Costa, os Anais Pernambucanos, visto que muito do que o erudito escreveu foi baseado em pesquisa de fontes.

Nos espaços de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, que, apesar de fazerem parte da Capitania de Pernambuco, tinham suas vilas dinâmicas próprias, alguns conjuntos documentais são de suma importância. Para o século XVII, o principal é o Segundo Livro de Vereações da Câmara de Alagoas do Sul, códice que contribui para complementar informação, e ajuda a traçar melhor interrogações e problematizações de evidências de outros *corpus* documentais (v. s*upra*). Poucos papéis depositados no Instituto Histórico Geográfico de Alagoas fazem parte da cronologia desse trabalho, mas os existentes (alguns publicados na revista do Instituto) foram de grande valia. Esses conjuntos são tão ricos quanto os "pernambucanos", e espera-se que essa tese faça chamar mais a atenção sobre sua necessidade de pesquisa e aprofundamento de análise.

*

Traz-se novamente – pela terceira vez – a principal interrogação do atual trabalho: o que teria acontecido, historicamente, no sentido econômico, nas três vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, que desembocassem nos finais do século XVII uma ideia de "riqueza" que merecia a atenção da administração lusitana para se institucionalizar uma Comarca? Responder parcialmente a tal pergunta invoca atacar diversos caminhos de pesquisa e análise. Para melhor compreensão da linha de raciocínio, dividiu-se a tese em quatro partes.

A primeira intitula-se "A Era das Expansões" e trabalhará com os estabelecimentos sociais das três vilas ao sul de Pernambuco. Composta de três capítulos pretende-se abordar de maneira separada como se deram as entregas de sesmarias, as relações socioeconômicas e os fazeres sociais dos habitantes em relação à si próprios, à economia portuguesa e à acontecimentos que foram de suma importância para as futuras configurações de suas instituições, economias e população. Por conta disso, foi impossível dissociar (e é obrigatório juntar as experiências) as três vilas em relação à Guerra dos Palmares, sendo que a das Alagoas foi a que mais se deteve no assunto (principalmente por conta da querela das sesmarias com os paulistas e de muitas vezes ter atuado como centro das expedições); Penedo foi relacionada mais às Minas de Salitre. Apesar de essa descoberta datar da época das lutas palmarinas, sua fundação e extração começaram em 1700, mas que, no destrinchamento de

seu acontecimento, a própria "história" do Rio de São Francisco foi escavada, abarcando as lutas contra ameríndios, as guerras holandesas, as batalhas contra palmares e a expansão do gado. Porto Calvo foi problematizada a partir do acontecimento da restruturação do Porto e Barra de Tamandaré (também momento de finais do século XVII). Assim como o Salitre, essa importância dada pelos próprios habitantes locais abre um passado que remonta aos tempos holandeses e passa pelos palmarinos, evidenciando o fazer-se econômico e social daquela população que almejava uma maior estruturação de sua Vila para poder escoar seus gêneros e administrar suas riquezas, em conjunção com Alagoas e Penedo do Rio de São Francisco.

Inserindo-se dentro desses contextos, encontram-se os assuntos designados para a segunda parte. A natureza e os tipos de economia material também merecem uma atenção redobrada, afinal, o peso interpretativo dado ao solo de massapê foi levado muitas vezes ao extremo (seja em livros ou no senso comum) no sentido de que a geografia condicionou o tipo de colonização das futuras vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo. A partir daí, o estudo da própria natureza local, a partir da visão que os homens tinham dela no século XVII (fértil; inculta; pobre; rica; mata; árido), ajudou a estabelecer a importância que era dada para a geografia local no projeto de "colonização". Um estudo aprofundado demonstrará que a fundamentação das populações sul pernambucanas estão intrinsecamente ligadas com a dialética das relações de trabalho e transformação da natureza no fazer-se social de uma comunidade. Relações de trabalho essas que tomam um espaço diferenciado na construção das hipóteses. Parte-se da assertiva, desde já, que o território sul da Capitania de Pernambuco não é um imenso canavial. Diversos tipos de serviços foram criados ou reforçados, de acordo com as necessidades socioeconômicas que apareciam, exigindo, assim, diferentes tipos de trabalho e fazer-se de classes trabalhadoras. Vê-se, portanto, um processo de conquista das partes sul de Pernambuco em consonância com a primeira parte dessa tese. A ideia dessa segunda parte será o tratamento sobre o novo procedimento de colonização dos sertões a partir do trabalho. Ou seja, quem colonizou os sertões? Quais trabalhos? Existiram novos mundos do trabalho, distintos do canavieiro e da civilização do couro?

Trabalho e natureza que criam a economia. Porém, tomando em consideração a problemática principal da tese, espera-se diminuir o peso do açúcar na história de Alagoas. Açúcar esse que era gênero-rei, quintessência das drogas comerciáveis e que, economicamente, politicamente, religiosamente e socialmente carregou nas costas toda a fundamentação da colonização da Capitania de Pernambuco. A despeito de todo o seu peso, viu-se várias pistas que haveria um limite a essa açucarização da economia das vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo. Nessa esteira, a alimentação aparece não como uma mera atividade

cotidiana de alimentação do ser humano, mas como política administrativa lusitana e luso-brasileira de consolidação da ocupação do território americano e do escravismo. Afastou-se um pouco dos produtos de subsistência como meros apêndices da "grande lavoura" e avaliou-se com mais afinco sua importância (nas lutas contra Palmares, nas explorações das Minas de Salitre e na reformulação de Tamandaré) como fundamentadora da economia alagoana e, muitas vezes, como ocupação efetiva que abriu espaço para a cana de açúcar (e não o contrário, como é comumente dito). Ocupação essa que o gado figura como personagem central em alguns momentos (os sertões do São Francisco). O tema da pecuária foi o que sofreu menos reconsiderações conceituais. Contudo, a "civilização do couro" de Capistrano de Abreu, se foi bem aplicada por Lindoso para o espaço "penedense", não abriu espaço para seu profundo estudo e decodificação daquela sociedade. Em outros termos: tratou-se nessa tese de verificar como a pecuária movimentava a economia e o fazer-se social não apenas em Penedo, mas também em Alagoas e Porto Calvo. Vilas essas que igualmente estavam preocupadas com os produtos "nobres" e mundiais como o Açúcar, o Tabaco, o Pau-brasil e as outras madeiras de lei. Em relação ao primeiro produto a historiografia tratou de estabelecer que, entre Cristovão Lins e os engenhos do século XIX, houve apenas uma grande reta em ascensão consolidando o ouro branco. O segundo artigo quase nunca é tratado, estando muitas vezes em situação subalternizada e sempre à sombra do primeiro. O terceiro e quarto não tem muito que dizer: parece que após a chegada dos primeiros Engenhos, o Pau-brasil ficou abandonado e afundado na memória dos tempos cabralinos, enquanto que as madeiras de lei só receberam atenção por conta das ações do Ouvidor José Mendonça de Matos Moreira, em 1797, quando começava a criar a Conservadoria das Matas. O que se pretende expor de maneira crítica é que, entre 1654 e 1712, todos esses gêneros disputaram e congregaram nos espaços alagoanos de uma só vez, gerando riquezas e movimentando uma economia que não pertencia mais apenas ao "local", e sim ao "mundial", portanto, causando atenções e olhares mais firmes das administrações da Capitania de Pernambuco e Coroa portuguesa.

A quarta e última parte foi titulada como "Desobediências em Comum", e espera-se entender a economia política nas vilas do sul a partir das fiscalidades e desobediências. O objetivo foi de selecionar e aprofundar o que já estava diluído nos outros capítulos: as experiências sociais em relação às questões econômicas. Só que, nesse momento, interessou todas as atividades que demonstrava – pode-se dizer – uma ousadia dos habitantes das três vilas em relação à sua gerência e manutenção de cabedais e materiais. Lendo de outra maneira: as atitudes autônomas que poderiam demonstrar "desobediências" ou caminhos

empíricos diversos daqueles que o Governo de Pernambuco queria estabelecer. E quais eram? Em relação ao fisco para a segurança das conquistas, eram os pautados a Palmares e o Dote da Rainha da Inglaterra e Paz de Holanda. Por conta dos pactos entre súditos e vassalos, e das responsabilidades desses últimos em garantir a saúde de sua Monarquia, Porto Calvo, Alagoas e Penedo não ficaram isentas de despender dinheiro para lutarem em suas guerras próprias e muito menos de contribuir com ações que envolviam a corte portuguesa e até mesmo a segurança em relação a outras nações europeias. E, como era de se esperar, não apenas negociações foram feitas, mas conflitos foram corriqueiros quando o assunto envolvia os bolsos dos habitantes. Paralelo a essas situações, os descaminhos do "sentido da colonização" também apareceram e ajudam a elucidar a maneira como os homens e mulheres de Alagoas, Porto Calvo e Penedo formulavam suas vidas econômicas. O assunto do Tabaco já foi salientado; junto a ele estavam as proibições para fabricação da aguardente da terra em áreas como a Vila de Porto Calvo. Outro produto que também sofria com as proibições lusitanas foi o sal. Imprescindível para as lutas contra Palmares e os trabalhos nas Minas de Salitre, mas que mesmo assim foram consumidos e arranjados, fosse por meios legais ou ilegais. Situação ambígua também foi o do quinto de Palmares. Ou seja, do total de negros mocambeiros que fossem capturados em Palmares, a quinta parte deveria ser remetida para o Rei de Portugal. Até que ponto a ordem foi obedecida? Com a ação de desviarem aqueles novamente-cativos, os alagoanos, em conjunção com os paulistas, podem ter formado por um curto espaço de tempo um pequeno ambiente de tráfico de escravos, provavelmente por meios bem mais baratos do que se fossem comprados no porto do Recife ou de Salvador na mesma época. Naquela conjuntura de autonomia e "desarmonia", até mesmo os boatos recebiam atenção, como foi o caso de terem descoberto ouro em São Miguel, termo da Vila das Alagoas, causando a fúria do Governador da Capitania de Pernambuco. Pelo visto, os moradores das vilas do sul não causavam somente dores de cabeça, mas também nas costas, nos pés, nos braços, na barriga... Atuando em diferentes frentes, atingiam em o corpo inteiro da administração.

Espera-se que a leitura extensa – e por vezes cansativa – desse conjunto de capítulos, aflore uma ideia mais completa, mais complexa, mais problematizante, mais aprofundada e menos generalizante, das sociedades de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, entre o período de 1654 e 1712. Apesar de todo o poder do açúcar e do gado, de Palmares e da Guerra dos Bárbaros, terem sido estruturantes das sociedades das três vilas, foram também à sua maneira, estruturados por outros acontecimentos, outros artigos e por diferentes qualidades de pessoas. Todo esse fazer-se socioeconômico, que desembocará em novas ações políticas, comporão

uma parte – talvez a maior parte (e não só porque é o assunto dessa tese) – do processo da instituição da Ouvidoria e da elevação das três vilas das "partes sul" da Capitania de Pernambuco à importância de Comarca das Alagoas.

2 PALMARES E A VILA DAS ALAGOAS

Em 1757, a Vila das Alagoas foi descrita pelo padre pernambucano Dom Domingos Loreto Couto. A imagem era de uma urbe bem administrada, estruturada, com muitos vizinhos, religião católica disseminada e demasiados Engenhos de Açúcar:

> A nobre villa das Alagoas está fundada em hum alto, o seu porto he muito frequentado, tem muitos Engenhos reaes, os edifícios da villa são de boa architectura, em que habitão mais de seiscentos visinhos, nella tem os Religiosos do Patriarcha São Francisco hum dos melhores conventos da sua Provincia, e os Religiosos de Nossa Senhora do Carmo hum Hospicio. Governa o cível e o crime dous Juises Ordinarios, e hum Ouvidor Geral, Corregedor da Comarca; esta se estende as Freguezias de Santa Luzia do Sul [sic], São Miguel, do Norte, Poxim, e Santo Antonio Merim, e nellas são moradoras mais de desaseis mil pessoas de confição. Tem grandes Engenhos, e muitos e sumptuosos Templos[113].

Por ser eclesiástico, não é de estranhar a posição de Couto em relação aos templos, apesar de que suas referências invocassem o nível econômico local. Mas também, por ser "pernambucano" e um luso-brasileiro preocupado com a estabilização da instituição socioeconômica da escravidão, Couto repete com mais afinco sua colocação, ao final do parágrafo, sobre os Engenhos: "Muitos" e "Grandes". E, aqui, uma indagação salta aos olhos: a Vila das Alagoas foi sempre assim? Ou, dito de outra maneira, o "progresso" da região foi fácil e sem empecilhos?

À primeira vista a impressão de que sim, visto que os homens de Alagoas, em 1712, ao agradecer a chegada do Ouvidor, já escreviam sobre suas riquezas e necessidade de aumenta-las. Todavia, é-se necessário aprofundar essa fundamentação da opulência: como foi disseminada, trabalhada, administrada. Em suma, percorrer o caminho que trilharam pós-expulsão batava até a destruição dos mocambos de Palmares.

No caso de Palmares, se estabeleceram sobre sangue, vida e fazendas *dos outros*[114] – e encontraremos a mesma situação nas minas de salitre em relação aos ameríndios. O monarca de Portugal, atendendo a vários pedidos de mercê, decidiu agraciar seus súditos com sesmarias nas terras que foram conquistadas nos espaços de Palmar e do Mundaú. Mas a política não era ditada de cima pra baixo; mais ao rés do chão, os próprios luso-brasileiros

[113] COUTO, Dom Domingos Loreto. **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco.** – Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981 [1757], p. 166. Doravante "Desagravos do Brasil".
[114] Faço aqui a leitura a contrapelo do discurso comumente usado por "pernambucanos", cf. MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio:** o imaginário da restauração pernambucana. – São Paulo: Alameda, 2008, pp. 91-124.

procuravam novas extensões de terras para satisfazer seus variados interesses, cognoscíveis apenas no tempo e no espaço disponibilizado pelas evidências que podemos problematizar a partir de seus atos sociais.

2. 1 Mundaú e Litoral: um território na mira dos luso-brasileiros.

É importante sair do campo teórico que liga constantemente a fertilidade das terras com as lavouras de cana de açúcar e começar a avaliar como a riqueza natural do litoral, Mundaú e das serras palmarinas foram utilizadas de diversas formas e com o propósito de conquistar e manter domínio lusitano. Mesmo que o objetivo final fosse o açúcar e a vida de nobre, a necessidade de avaliar os terrenos para colonizar a região era de suma importância. Expandir a economia, procurar riquezas e investir em uma vida apoiada por escravos foram motivos para destruir Palmares e ocupá-la. Nesse ponto, o açúcar aparece como uma "sombra acolhedora, sombra invasora"[115]; em suma, sem os produtos como o açúcar, cachaça e o fumo, o Brasil no século XVI e início do XVII não teria como financiar o tráfico de escravos; incluindo ainda a motivação da guerra contra os holandeses; mas sem esquecer que os escravos africanos aportavam em Pernambuco não apenas pelos três produtos citados acima, mas também por conta da "corrida do ouro" em Minas Gerais[116]. A fundação de Engenhos de Açúcar se tornou imprescindível para ocupação luso-brasileira no território Pernambucano e em seu sul, mas – salienta-se mais uma vez – não pode ser romantizado como sendo o único e/ou dominante gênero do século XVII. Sem descartar as lavouras de cana[117], chegou-se em um momento em que a ocupação da terra – por qualquer meio que fosse – se tornou mais importante do que a fundação de Engenhos.

Serem banhados pelo Rio de São Francisco e por rios e lagoas dos sertões garantia ao espaço palmarino uma geografia propícia para criação de currais de gado, peixes, caças pelo

---

[115] Expressão de Romero Magalhães ao demonstrar a influência que Vitorino Magalhães Godinho tinha nos historiadores que pesquisavam sobre os "descobrimentos" portugueses, cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero. "Palavras prévias. 1481-1621: o longo século XVI português". In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.). **História de Portugal,** o Alvorecer da Modernidade (vol. III). Dir. de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 8. Para "Alagoas", o açúcar tem mais ou menos o mesmo peso interpretativo, o que é seguro para se traçar problemáticas, e perigoso para usar sempre como conclusão.

[116] BOXER, Charles. **O império marítimo Português.** 1415-1825. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 117, 126 e 182. MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada.** Guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654. – São Paulo: Editora 34, 2007.

[117] Utilizando o exemplo da história da Ilha da Madeira e fazendo apontamentos para o "nordeste" do século XVI, cf. SCHWARTZ. Op. Cit., 1988, p. 26.

mato, mel e palmeiras[118]. Os habitantes que fundamentaram os mocambos de Palmares ficaram famosos por conseguirem produzir ali sal, azeite e vinho, a partir das "abundantíssimas e fertilíssimas árvores". Antes disso, suas capacidades de terem penetrado os sertões e "descobertos amplíssimos campos" serviu como um indicativo das potencialidades dos locais[119]. A reconquista era tanto uma questão de honra dos luso-brasileiros que batalhavam por uma manutenção do regime da escravidão, quanto uma questão econômica de produção para o mercado mundial e local. Uma vez que senhores de terra foram expulsos das localidades pelos ataques dos mocambos, onde muitos sítios e fazendas "em que lavraram os melhores tabacos e açúcares (...)", não faziam mais parte da economia da Capitania e do Estado Monárquico português[120].

As batalhas em Palmares seguiram diferentes ritmos, onde muitas vezes parciais vitórias contra os palmarinos eram traduzidos na documentação do Estado português como um triunfo certo. Como ocorreu em meados do séc. XVII, quando o Governador de Pernambuco, Ayres de Souza, já informava que haviam "sesado o pregoizo que fazião os negros dos palmares". Alvoroçado pela conquista e (quem sabe) ainda preocupado com possíveis revezes dos mocambeiros, o Governador, naquele momento, distribuiu "(...) terras a 16 requerentes, num total e 191 léguas e meia (...)"[121] entregues provavelmente em 1679[122]. A inquietação era corrente, pois as derrotas fizeram parte da conjuntura pré-1679 e, a partir dali, foi necessária colocar em prática a estratégia de destruir e conquistar.

Interessante observar que o governo de Aires de Souza e Castro começou em 14 de abril de 1678 e terminou em 21 de janeiro de 1682[123], demonstrando interesse na concessão de sesmarias para povoação, aumento de produção e desestabilização do espaço mocambeiro, apropriando-o aos interesses luso-brasileiros. Ou seja, o ideal a se entender é que, tais concessões de sesmarias seriam para garantir o policiamento (" i,e., a actividade do poder

---

[118] SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial:** militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. – Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001, p. 156. Sobre as palmeiras, cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "História geral das guerras sul-atlânticas: o episódio de Palmares". In: GOMES. Op. Cit., 2010, pp. 83-85.

[119] PITA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa.** – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011 [1730], p. 337. Doravante "História da América portuguesa".

[120] "Planos para a destruição de Palmares (I)". In: FREITAS, Décio. **A república de Palmares:** pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII. – Maceió: Edufal; Ideário, 2004. pp. 96-97. Doravante "República".

[121] **Manuscritos da Casa de Cadaval.** 1956. Vol. I, p. 453.

[122] Apesar de Ernesto Ennes ter colocado a data como 1685, "Relação das léguas de terra (...)" In: **Mocambos,** 2010, p. 263. Encontra-se a mesma relação em AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1144, como anexo a (ou de) uma carta de João Fernandes Vieira sobre a destruição de Palmares, escrita em 1679.

[123] **Informação Geral da Capitania de Pernambuco**, vol. XXVIII, 1906, p. 120.

tendente a organizar as actividades económicas e sociais"[124]) e a ocupação territorial recém-conquistados dos negros palmarinos, pondo em prática uma atividade, que se traduziria, grosso modo, em gastos fazendários e mercês políticas para manutenção da ordem portuguesa e do policiamento militar. As consequências que eram esperadas pelo governo seriam, em alguns casos, uma garantia cíclica de uma ordem econômica, em suma, controle a partir dos centros em espaços estratégicos, partindo das ações de defesa (justiça, militar) para aumento necessário de riqueza, traduzidos em pagamento de dízimos, aumento da produção (comércio), manutenção do abastecimento e aumento demográfico.

Entretanto, para conquistar, era necessário entrar. Como se verá adiante, abrir estradas e fundar povoações era crucial para um território imenso como a América. Desde os tempos de Duarte Coelho, em 1546, havia os problemas de doação de terras que acabaram não sendo cultivadas e lavradas, causando transtorno para o Donatário que possuía como objetivo principal a estabilização do território pela agricultura, e não pela extração de bens materiais como o pau-brasil[125]. A parte sul da Capitania (Porto Calvo, Alagoas e Penedo do Rio de São Francisco), sofrerá as mesmas consequências pós-doação como houve com Duarte Coelho, como se verá em momentos oportunos. Em 1603 os negros rebeldes de Palmares já lutavam pela sua sobrevivência e liberdade, fazendo com que o Capitão-mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem, escrevesse ao Governador-geral do Estado, Diogo Botelho (que estava em Olinda desde 1601), da ordem: "que se fizesse uma estrada pelo sertão dentro aos Palmares"[126]. É latente que estradas existiam para os "alagoanos", mas é conveniente salientar que os obstáculos causados pelos negros fugitivos acabaram por fundamentar a criação de novas. Mas, como a história irá demonstrar, não foi o suficiente e o problema perdurou durante o século inteiro de lutas. Diogo do Campos Moreno, autor do **Livro que dá Razão ao Estado do Brasil**, escrito em 1612, colocava Palmares na seguinte forma:

---

[124] HESPANHA. Op. Cit., 1984, p. 15. Godinho atenta que "Essa polícia, há evidentemente que a entender segundo Aristóteles: <<ordinatio habitantium civitate>> ou <<ordo distributionis principatuum per comparationem ad finem intentum>>", v. GODINHO. Op. Cit., 1968, p. 43. Tal era a conceptualização de "polícia" em 1720: "Polícia: A boa ordem que se observa, & e as leis que a prudência estabeleceu para a sociedade humana nas Cidades, Repúblicas, Etc. Divide-se em Policia Civil, & Militar. Com a primeira se governam os Cidadãos, & com a segunda os Soldados. Nem uma, nem outra policia se acha nos povos, a que chamamos Barbaros, como v.g. o Gentio do Brasil (...)".BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. Vol. 6, p. 575. Disponível em http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/pol%C3%ADcia Acesso em 19/02/2018.

[125] "Carta de 1546". In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei.**- 2. ed. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1997, p. 55. Doravante "Cartas de Duarte Coelho".

[126] "Carta de Manuel Mascarenhas Homem". In: Mocambos, 2010, pp. 157-158. COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos 1591-1634,** vol. 2. – Recife: Fundarpe, 1983, p. 195. Doravante "Anais Pernambucanos".

> Nesta Capitania trinta leguoas ao Sertão está hú sitio entre huás serras a que chamão os Palmares, ao qual ordinariamente se acolhem fugindo do trabalho os escravos desta Capitania, e depois co' saltos, e corradorias, que fazem obrigão aos brancos, a que os busquem com mão armada, de que succede trazerem muitos alguas vezes, porem tanto que os soltão, se Destrabalhão, logo se tornão para a mesma parte não sendo possível extinguir-lhes o fundamento pello que não faltão desordens, e queixumes, porque succede, que os insultos, que os vadios acometem lanção a fama aos dos Palmares, e assy ficão sem castiguo; povoandosse as partes do sertão, que forem de sustançia, terá remedio este queixume[127].

Isso porque desde finais do século XVI que o território da Vila das Alagoas estava em processo de povoamento. De acordo com Frei Jaboatão, escrevendo em 1761, o território da "Alagoa do Sul" não era muito bem habitado até cerca de 1597. O motivo para a afirmação era que somente naquela data é que começou-se algo, a partir de uma "escritura pública", que "fora feita a data de cinco legoas de terra ao longo da Costa, e sete para o Sertão, a saber, declara tal escritura, da boca da Alagoa, a quem chamaõ Manguaba, tres legoas de Costa para a banda do Sul, e da mesma boca da Alagoa para o Norte duas legoas". A data pertencia a Diogo de Mello de Castro, "à instância, e petição sua, por Pedro Homem de Castro, sobrinho, e Procurador do Donatario de Pernambuco, Jorge de Albuquerque Coelho, em cinco de Agosto de 1591"[128]. Esse período histórico era o mesmo do de Diogo Soares da Cunha, pai de Gabriel Soares da Cunha, futuro Senhor de Engenho e Alcaide-mor da Vila das Alagoas (chegaremos neles adiante). Em outras palavras, enquanto uma historiografia (e seus leitores) reproduziu a ideia de uma expansão contínua das "Alagoas" graças aos Engenhos de Açúcar de Diogo Soares, vê-se que outras sesmarias ainda estavam galgando seus primeiros passos, e convém ressaltar que essa fracassou em sua missão inicial.

Em 1608, Diogo Vieira tinha entrado em acordo com o Padre Frei Cripriano de Sam Bento, Abade do Mosteiro de São Bento de Pernambuco, relativo a "huma legoa de terra, convem a saber, meya legoa de largo, e duas de cumprido". O problema é que lá havia "muitos moradores accomodados nas ditas terras", o que fez a doação não ser concretizada. A remarcação ficou de:

> meya legoa de largo, e huma de cumprido no Rio Poticatuba, que se começará a demarcar pelo rio Poticatuba, e correrá para o rio de agoa doce, que vay sair a praya e outro quarto de largo de legoa, que sam mil, e duzentas braças em quadra na praya do mar entre Manoel Antonio, e huma

[127] MORENO, Diogo Campos. **Livro que dá razão do estado do Brasil.** – Rio de Janeiro: Instituto nacional do livro, 1968 [1612], p. 62. Doravante "Livro que dá razão".
[128] JABOATÃO, Fr. Antonio de Santa Maria. **Novo Orbe Serafico Brasilico,** ou, Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil. Vol. I. – Recife, 1979 [1761], pp. 397-398. Doravante "Novo Orbe Serafico".

> Alagoa grande, que vai ao longo da Praya, e outras mil, e duzentas braças em quadra no rio de Mendaug na ilharga de Leonardo Perreira correndo ao Norte[129].

O acordo foi firmado por ambos (Diogo e Frei Cipriano) em dezembro de 1608 "nesta Povoaçam de nossa Senhora da Luz da villa nova de (santa?) Luzia". Espaço que não vai ser marcado em suas fundações por Engenhos de Açúcar, mas por sesmarias de ocupação territorial e produção de gêneros; quem sabe de milícia também, pois negros fugidos e ameríndios hostis moravam e perambulavam por aquelas partes. O pai de Diogo Vieira, que era Miguel Gonçalves Vieira, recebeu de Jorge de Albuquerque "cinco legoas por costa e oito para o sertão que começão na costa de Santo Antonio merim", com a "condição de repartir com os moradores e fazer villa e hum engenho de fazer açúcar". Por falta de cabedal (de pai e filho), o Engenho não foi fundado, tendo em 1610 Diogo Vieira passado "uma legoa de terra em quadro á Antonio Martins Ribeiro para fazer o dito engenho e fazenda como de feito vae fazendo"[130]. Diégues Jr. colocará que o Engenho acabou se tornando o famoso Garça Torta[131]. Todavia, no período pré e durante as guerras holandesas, a empreitada tinha sido levada adiante, mas, ao que parece, a fundação foi feita por Fernão Velho de Araújo, e só em 1623 é que Antonio Martins Ribeiro (seu genro) começou a administrar o Engenho, chamado à época de Nossa Senhora da Encarnação[132]. Fundar Engenho não era tão fácil, e nem sempre quem recebia a data de terra era o responsável por elevar a construção. O período de tempo também chama a atenção, mas para isso é-se necessário encorpar mais os dados para poder fundamentar mais tarde um argumento.

Dependendo do ponto de vista, poder-se-á dizer que Santa Luzia da Alagoa do Norte nasceu a partir dos Engenhos e para os Engenhos da Vila das Alagoas; outra interpretação é encarar que os territórios do Rio "Mendaug" (Mundaú) e suas ilhas se desenvolveram de

---

[129] "Declaração feita por Diogo Vieira sobre a Terra das Alagoas, fl. 270". In: **Livro do Tombo do Mosteyro de São Bento de Olinda.** Separata da Revista do Instituto Arq. Hist. E Geog. Pernamb. – Volume XLI. 1946-1947. – Recife: Imprensa Oficial, 1948, pp. 542-543. Doravante "Livro do Tombo do Mosteyro de São Bento de Olinda".

[130] "Traslado da escriptura que fez Diogo Gonçalves Vieira a Antonio Martins Ribeiro, de uma légua de terra em quadro na ribeira do Mundaú em a lagoa do Norte [13/04/1610]". **Revista do Instituto Archeologico Geographico Alagoano,** Número 2, junho de 1873. – Maceió: Typ. do Jornal das Alagoas, 1873, pp. 25-26. Doravante "Revista do IHGAL".

[131] DIÉGUES Jr.. Op. Cit., 2006, p. 76-78.

[132] MELLO, Evaldo Cabral de. **O bagaço da cana:** os engenhos de açúcar do Brasil holandês. – São Paulo: Penguin Classics. Companhia das Letras, 2012, p. 141-142. Dom Domingos Loreto Couto, em 1757, escreveu que Garça Torta era um presídio na época do Governador João de Souza, quando esse último estabeleceu o ameríndio Valetim da Rocha como Capitão Mor e Governador "do presídio de Garça Torta no distrito da villa das Alagoas", **Desagravos do Brasil.** 1981 [1757], p. 453. Assenta acrescentar que na relação dos Engenhos de 1761 o de Garça Torta já aparece, fazendo parte da lista dos que se situavam na freguesia de Alagoa do Norte (Santa Luzia) e cujo proprietário era José da Costa, AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 7501, fls. 7v-8.

maneira própria, tendo suas ligações com o Açúcar das Alagoas, mas não deixando de viverem de acordo com as vicissitudes da vida (cotidiano), estabelecidas pelas relações de mercado, casamentos, alianças sociais (uma ligação entre Porto Calvo, Santa Luzia e Alagoas, por exemplo, podendo contar ainda com Olinda) e guerras (contra os batavos e palmarinos). As divisões das terras foram comuns, sendo "desmembradas por arrendamentos ou vendas"[133]. Mas, afastando um pouco de Ferlini, que vai reforçar a dependência ao Engenho nessas repartições, entende-se que em Santa Luzia, não é *do* Engenho de Açúcar que se começa uma povoação, e nem *para* o Engenho de Açúcar, ele era apenas peça *fundamental* de estabelecimento social, e não deve ser encarada sempre como a *primordial*; afinal, viu-se que as repartições aconteceram porque os próprios Engenhos não conseguiam ser levantados. Quem sabe a partir do século XVIII a importância das grandes fazendas comece a aparecer, pois, apesar de estar datado de 1747, não é de se deixar passar despercebido o depoimento de Diogo da Conceição, que não era "justo" que novas Igrejas fossem construídas para melhor comodidade de "cada hum desses moradores", e arremata: "antes me parece que elles moradores devem sempre procurar as igrejas já fundadas e fundar fazendas com a conviniencia da igreja já fabricada, e não vice versa"[134]. Pelo visto, cada recorte histórico de das vilas das partes sul tem que ser bem matizado para evitar generalizações.

No entanto, da viagem do Capitão João Blaer, em 1645, até a destruição por Domingos Jorge Velho, em 1695, os "ásperos caminhos", falta de estradas e inconveniências da natureza permeavam as viagens, tentativas de ocupação das sesmarias doadas e a destruição dos mocambos. Por causa do tipo de geografia, já se encarou o território entre Pernambuco e Bahia, no século XVII, como de comunicação relativamente tranquila, onde apenas os rios eram os "obstáculos" para as viagens[135]. Como se verá adiante (inclusive em outros capítulos), as estradas nas vilas de Alagoas, Porto Calvo e Rio de São Francisco não eram de fácil locomoção, não apenas pelo território e clima, mas pela falta de povoamento nelas (entre as vilas) e por conta de aparecimentos de ameríndios hostis à escravidão e aos negros palmarinos.

As entradas não eram apenas no sentido horizontal (seguindo uma linha reta saindo de cada vila), mas poderiam ser diagonais; como em 1662, quando algumas tropas saíram das Alagoas para prender escravos (obtendo algum sucesso) e que o Governador de Pernambuco

[133] FERLINI. Op. Cit., 2003, p. 237.
[134] AHU. **Alagoas Avulsos.** Doc. 119, fl. 1.
[135] ABREU. Op. Cit.. 1963, p. 83.

tramava fazê-las percorrerem até o Rio de São Francisco[136]. Partes dessas penetrações ocorrerão em 1664 nas Vilas das Alagoas e de Porto Calvo, em que seriam percorridas de uma até duas léguas das vilas aos mocambos para poderem capturar escravos fugidos[137]. Uma tática de guerra, mas ao mesmo tempo de reconhecimento geográfico; pois em 1661 o Governador pedia que guias fossem utilizados nas expedições daquele "tam dilatado o Certão"[138]. Um exemplo concreto encontra-se nas entradas do Capitão João da Mota, na década de 70, em que foi em Palmares usando de sua própria experiência para ser o guia da expedição, passar "dez ou doze dias" na mata e voltar a salvo[139].

Em 1610 os padres do Mosteiro de São Bento da Cidade de Olinda tinham recebido 05 léguas "para sempre" que ficariam entre "Paripoeira" e "Alagoa"[140], chegando nas "cabeceiras de terras, que foram dadas a Miguel Gonçalves Vieira"; e caso não houvesse "no dito limite tanta quantidade de terra, tomarâm a que faltar mais atrás nas cabeceiras das terras, que possuem os Padres do Carmo". O que faz pensar que a sesmaria faria parte do atual território entre Alagoas e Porto Calvo é a distância dela para Olinda: "estavam muy longe quarenta pera sincoenta legoas"[141]. Serve como ponto comprobatório a sesmaria de Miguel Vieira, que deixou para seu filho Diogo Vieira, que saiu repartindo e distribuindo na região do Rio Mundaú e na parte litorânea. Com essas informações pode-se imaginar que terrenos no litoral eram ocupados (e encarados como muito férteis), visando preencher as lacunas de sesmarias, tentando promover uma corda populacional *a la* caranguejos na costa, como bem disse Frei Vicente de Salvador. O "pernambucano" Ambrósio Fernandes Brandão já conjecturava em seus diálogos que em 1618 as ocupações para os sertões eram ainda de apenas 10 léguas, enquanto que pelas costas de "Pernambuco, Tamaracá e Paraíba" já eram "cinquenta ou sessenta léguas"[142].

A ligação entre as áreas das Alagoas e de Penedo do Rio de São Francisco também foi ensaiada em 1667, quando Francisco Álvares Camelo, pernambucano, recebeu a mercê de poder erigir "vila nas terras que tem no Rio de Coruripe e depois[?] de forma de requerer o senhorio dela e sua jurisdição e dacta[?] de ofícios". Tendo falecido, a vila não foi fundada,

---

[136] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 81.
[137] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 158v-161.
[138] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 45.
[139] "Os soldados do Rei". In: **República**, 2004, pp. 151, 154-155.
[140] Na documentação, "Alagoa" foi encarada como "dita vila", o que foi claramente um erro do escrivão, que não conhecia os pormenores das dinâmicas das partes sul.
[141] "Carta de Doaçam de Sinco Legoas de terra ao Mosteyro de Sam Bento da cidade de Olinda sitas na Paripoeira limites da Alagoa, fls. 260v-262". In: **Livro do Tombo do Mosteyro de São Bento de Olinda**. 1948, pp. 524-526.
[142] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil.** – Recife: Massangana, 1997 [1618], p. 89. Doravante "Diálogos".

ficando suspensa até o alvará ser passado ao seu filho, António Álvares Bezerra, que recebeu os mesmos poderes do pai, em 17 de janeiro de 1702, que também não levou a cabo a tarefa[143]. No entanto, é interessante salientar que mesmo sendo pernambucanos, e Francisco Álvares Camelo e António Álvares Bezerra terem servido em cargos militares e da república em Recife e Olinda, não se pode pensar aqui que tais terras ficaram abandonadas ou improdutivas. Até porque Belchior Álvares Camelo foi morador da Vila de Penedo (a sesmaria inicial era dele) e Francisco e Antonio depois se tornaram moradores da Vila das Alagoas e "donos" de cargos locais de importância[144]. Nada sobre Palmares é citado no documento, mas ressalta-se a necessidade de povoamento em área litorânea que conjugava Alagoas e Penedo.

Como na carta do Governador Fernão de Souza Coutinho, em 1671, era ordem sempre "mandar abrir caminhos para os ditos Palmares"[145]. Repita-se que os obstáculos à abertura de caminhos se concretizava na identificação da necessidade de constante e extenuante trabalho, de uma geografia dificultosa, além de maus condicionamentos acarretados pela guerra, alimentação de pouca qualidade e pela ausência de planejamento de sobrevivências para tais matos. Apesar de fazer parte de outro capítulo, vale a pena citar parte da "Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador Dom Pedro de Almeida [1675 a 1678]":

> Como todas estas entradas ficaram as nossas povoações destruídas e os Palmares conservados, sendo a causa principal deste dano a dificuldade dos caminhos, a falta das águas, o descômodo dos soldados, porque, como são montuosas as serras, infecundas as árvores, espessos os matos, para se abrirem, é o trabalho excessivo, porque os espinhos são infinitos, as ladeiras muito precipitadas e incapazes de carruagens para os mantimentos[146].

---

[143] ANTT. **Registro Geral de Mercês.** Mercês de D. Afonso VI, Livro 8, fl. 185v. ANTT. **Chancelaria Régia.** Dom Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 27, fl. 45.

[144] MARQUES, Dimas. "Cargos, prestígios e heranças: a hereditariedade de ofícios e seu papel na manutenção do poder político das elites locais (Capitania de Pernambuco, 1689-1761)". In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Das partes sul à Comarca das Alagoas, Capitania de Pernambuco:** ensaios sobre justiça, economia, poder e defesa (século XVII-XVIII). – Maceió: Viva Editora, 2015, pp. 115-120. Dimas Marques corrigiu no texto um pequeno lapso meu sobre a confusão de "vila" e "Rio Coruripe" que fiz em artigo passado.

[145] "Carta do Governador Fernão de Souza Coutinho (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 186. Vários documentos, que podem ser encontrados em pp. 157, 172, 185, 224, 229, 243, 272, 326, 426.

[146] "Relação das guerras feitas (...)" In: **Mocambos**, 2010, pp. 223-224. A edição utilizada por Flávio Gomes é a presente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1859. Há uma controvérsia ainda sobre a finalidade do documento, quem o escreveu, uma data precisa, e as variações depositadas em diversos Arquivos e transcrições. Para essa questão documental (essencial, mas que foge do presente trabalho), cf. LARA, Silvia. "Com fé, lei e rei: um sobado africano em Pernambuco no século XVII". In: GOMES (org.). Op. Cit., 2010, pp. 104 e seguintes.

Todavia, ao decorrer dos combates, descobriu-se que a estabilização de um espaço e o gerenciamento de um raio de ação que fosse controlável por ações humanas mudava a visão dos terrenos, que apareciam de outra maneira no discurso. Continuou o redator:

> Neste mesmo tempo em que o nosso arraial estava dominante naquelas brenhas, cujas vias incultas nunca foram examinadas por outros passos, de tal maneira se facilitaram as nossas tropas na divagação daqueles desertos (...). Por serem aqueles sertões ricos de excelentes madeiras, com várzeas fertilíssimas para engenhos, e pastos estendidos para gados[147].

Rachar madeira e abrir estradas, atitude primordial que flutuava de acordo com o momento histórico, mas era condição *sine qua non* de conquista do Mundaú-Palmar[148]. Mas, as existências das estradas poderiam também acarretar em problema, principalmente de ordem criminosa, mas não necessariamente palmarina. Sabe-se que os rebeldes tinham seus próprios caminhos e desciam até fazendas, lavouras e povoações próximas para negociar, recrutar membros e atacar os escravistas e suas famílias, como foi relatado em Porto Calvo em 1653[149]. Todavia, a criminalidade não era apenas do negro escravo ou ex-escravo, mas tinha no luso-brasileiro um de seus maiores personagens. E, nesse sentido, as estradas desertas representavam um perigo para os senhores que viajavam a negócios com seus escravos e que transportavam armas consigo. Na época de Nassau, entre Porto Calvo e Alagoas os caminhos eram encarados como "fragosos" e "inhabitables"[150]. Se abrir estrada era ato essencial, povoar suas adjacências era o passo seguinte[151]. E aí se pensa as atitudes humanas na estabilização social: estradas eram construídas para fazer ligação entre dois pontos, deixando muitas vezes espaços em branco desabitados que representavam um perigo aos transeuntes, como a "estrada de carros" encontrada por João Blaer em 1645, que distava "três milhas do antigo engenho situado junto à Alagoa do Sul"[152]. Em outros momentos, por questão de necessidade (o arraial acima mencionado), um local poderia ser escolhido para ser o segundo ponto. Apesar da importância da força humana, o discurso propagandista para recrutar possíveis moradores tinha que aparecer logo em seguida.

As sesmarias doadas em 1679 (pelo Governador Aires de Souza) por conta das expedições de Fernão Carrilho podem acarretar na ideia de que tudo foi ocupado e estava em

---

[147] "Relação das guerras feitas (...)" In: **Mocambos**, pp. 229, 332.
[148] Modifico a expressão e tomo como inspiração o capítulo de LINEBAUGH, Peter. REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças:** marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 46-81.
[149] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 10v-11.
[150] **Novo Orbe Seráfico**, vol. II, 1980 [1761], p. 103.
[151] "Bando do governador Fernão de Souza Coutinho (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 185.
[152] "Diário da viagem (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 172.

processo de povoamento e a todo o vapor para ajudar no término da obra de destruição de Palmares. João do Rego Barros, da Relação da Bahia (apesar de assinar "Relação de Pernambuco", provavelmente porque estava *em* Pernambuco), avaliou o pedido de tença de Carrilho e, a partir de inquirições, constatou em seu parecer de 1693 que não achou nenhuma nova fazenda de luso-brasileiro (dentro dos sertões "palmarinos), tendo apenas os moradores criados "alguns currais de gado que se avizinhavam com os arraiais e mocambos dos negros [que] se haviam retirado pelo grande dano que lhes fazia"[153]. Timidamente a conquista ia acontecendo, estando os assentamentos socioeconômicos ainda mais preocupados em se estabelecerem perto de áreas policiais e não exatamente onde eram os mocambos que foram destruídos. Os exageros dos discursos valem para ambos, pois se de um lado havia intenso povoamento, do outro pouco ou nada se fez, mas a situação repercutia no governo de Pernambuco e era primordial aumentar as estratégias de ocupação. Mas isso não pode ser avaliado em uma linha cronológica progressiva de que o sucesso da destruição de Palmares se deu em uma linha ascendente. Se Ayres de Souza promoveu táticas de colonização, seu sucessor, João Souto Maior, libertou Fernão Carrilho da prisão e deu a ele em 1685 a patente de "Capitão-mor das Tropas que mando entrar naquele matto". O motivo era as constantes ondas de violências e falhas nas tentativas de apaziguar os Palmarinos com táticas que não dispendiassem tanto a Fazenda Real e as vidas dos vassalos luso-brasileiros[154]. Ao que tudo indica, antes de povoar (ou durante o processo de ocupação), era necessário capturar e matar rebeldes.

E, mais uma vez, o tema dos conflitos de jurisdição de terra entre brancos escravistas retorna. Cristovão de Burgos, que foi Desembargador do Tribunal da Relação da Bahia[155], investiu parte de suas rendas em terras para gado, muitas delas na Capitania de Pernambuco: "na nasçença, e campos do Rio Mondahú, da qual está de posse com dous curraes de gado vacum, e cavalar, com seus homens, e escravos". Em 1683, quando se encontrava como Desembargador da Casa da Suplicação (ou seja, em Lisboa, longe de suas possessões), entrou em entreveros com o Capitão Cosme de Brito, "e outros", que teriam invadido parte das terras para fazerem ali "sete currais", e "por outra parte" (da sesmaria) entrou "o Capitão Bernardo Vieyra, e outros moradores em Pernambuco lhe fazem o mesmo". Burgos pediu que o Ouvidor de Pernambuco fosse à propriedade demarcar o que seria de cada um, referente a seus títulos (de terra). Essas ocupações "indevidas", ou feitas no calor do momento, devem ser

[153] "Parecer de João do Rego Barros (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 331.
[154] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 402-403.
[155] Burgos ficou "26 anos na Relação (1654-80)", cf. SCHWARTZ. Op. Cit., 2011, p. 246. FREITAS. Op. Cit., 1978, pp. 74-75.

lidas no clima da guerra de Palmares. Até que ponto Cristovão de Burgos era hostilizado porque não participou em nada na guerra? Pela documentação até agora coligida e analisada, o ex-Desembargador poderoso da Bahia não aparece como um contribuinte nas entradas. Pode ter acontecido de seu gado não ter sido dado de bom grado para as campanhas (só por meio das fintas e dos acordos camarários). Vai ver os Capitães, e os outros moradores, se aproveitando da pouca força dos "homens e escravos" de Cristovão de Burgos, passaram a ocupar espaços para seus próprios gados e até mesmo aumento de poder familiar. As batalhas contra Palmares não justificam a totalidade das "invasões", mas é pano de fundo para o acontecimento[156]. Da mesma feita, a falta de Açúcar é outro ponto essencial, afinal, Cristovão de Burgos era poderoso e riquíssimo e investiu apenas em dois currais, levando em consideração que suas terras ficavam na "nascente" de um Rio, ou seja, espaço para criar Engenho Real e com via de transporte para seus produtos (as jangadas). Ponto importante para se ressaltar é que Burgos não pensava em fazer do gado o seu produto de "acumulação primitiva de capital" para investir em açúcar (tal ideia irei aprofundar no capítulo 6). O Desembargador usava daquela renda para poder se manter em parte na Corte (leia-se, Lisboa): "lhe he neçessario por as suas fazendas correntes, e sem ter duvidas com os hereos, para as poder vender, ou deixar em estado; que dos seus rendimentos se possa sustentar nesta Corte". A venda de gado era um bom negócio e nas mãos de um bom administrador poderia se tornar uma ótima fonte de renda, ao mesmo tempo em que desmistifica na historiografia os espaços do Mundaú como exclusivamente para as plantações de cana de açúcar[157]. No mesmo caminho, problematiza-se o que foi escrito em parágrafos anteriores: se Carrilho "pouco fez", e o Desembargador João de Rego Barros "desdenhou" dos currais de gado, vê-se pela experiência de Burgos que aquela área, se não era tão rica como um Recôncavo ou uma Várzea, tinha sua importância e fundamentação da riqueza dos moradores locais. Quem sabe alguns deles vinham de famílias do Açúcar ou agregado.

Em 1694, ainda projetando a destruição da "Capital" de Palmares, o Conselho Ultramarino começou a propagandear com mais afinco a povoação e ocupação do espaço. Em relação aos quesitos econômicos, a variedade que a produção agro-extrato-pastoril poderia dar servia como peça chave em discursos de chamadas para possíveis e promissores povoadores; leia-se, ramificações das famílias mais poderosas que estavam já estabelecidas no litoral, que tinham em seus objetivos o aumento de patrimônio e expansão de suas casas. Aqueles

[156] A história de Burgos com a capitania de Pernambuco pode retroceder até o tempo em que o Burgos, como Magistrado da Relação da Bahia, gerenciou um conflito entre o Governador de Pernambuco, Vidal de Negreiros e o Governador geral do Brasil, Francisco Barreto, v. ACIOLI. Op. Cit., 1997, pp. 98-103.
[157] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1265, fls. 1-1v.

discursos engordavam os olhos dos interessados em tais terras, pois uma vida idílica de nobreza conquistada e enriquecida na base do trabalho escravo e livre subalternizado era mentalidade comum aos súditos portugueses:

> As terras, senhor, que se vão conquistando aos Palmares e outras muitas desertas que ficaram livres com a sua total destruição, são as da maior importância e valor que se acham hoje todas aquelas capitanias de Pernambuco, não só pelo grande de sua extensão, mas pelo abundante dos pastos para os gados, utilidades das madeiras, sítios para engenhos e capacidade para todo o gênero de lavouras de mantimentos nisto não há dúvida alguma como Vossa Majestade se poderá informar com todas as pessoas que tiverem conhecimento das tais terras[158].

Como é de praxe nos pedidos de mercês ao monarca lusitano, os militares que tivessem participado das expedições aos mocambos de Palmares deveriam sempre ditar seus maiores feitos, suas atuações em prol da coroa portuguesa e exemplificar minuciosamente os atos que consideravam mais importantes. E vale lembrar os discursos de sofrimento de Domingos Jorge Velho para garantir seus prêmios de acordo com o contrato firmado entre ele e o Rei de Portugal. Para validar sua empreitada valia até mesmo depreciar o território que o mesmo queria habitar e tirar frutos. O militar paulista descreveu a costa de Pernambuco como o mais "áspero caminho agreste e faminto sertão do mundo"[159]. Em vários casos já no século XVIII houve pedidos de sesmarias em espaços de Palmar (ou fora dele), advindos de luso-brasileiros que participaram da empreitada de destruição e conquista. O interessante nos discursos são essas memórias passadas a partir de suas experiências de anos e décadas em território palmarino, o que pode ajudar a traçar um pouco dessa história do estabelecimento social e na fundamentação das estruturas econômicas nos meados do século XVII.

2. 2 Moradores das Alagoas e a ocupação dos sertões de Palmares

Antes mesmo da carta de Ayres de Souza, onde entregava várias léguas de sesmaria para um projeto de ocupação relativamente sistemático de Palmares, houve, em 1660, pedidos de Lourenço de Brito Correa, de sua irmã Joana Correa de Brito, mais o Capitão Antônio Lopes Soeiro e do padre Matheus de Mendonça, moradores da Capitania da Bahia e da região do Rio de São Francisco [margem da Capitania de Pernambuco] para ocupação de espaços dos sertões das "Alagoas do Sul e do Norte", onde haveria "pastos devolutos" (isto é, aquilo

[158] "Pareceres acerca da campanha dos Palmares (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 347-348.
[159] "Carta autografada de Domingos Jorge Velho (...)". In: **Mocambo**s, 2010, p. 342.

que está desabitado: "o elemento central da lei das sesmarias estava na obrigação do cultivo e do aproveitamento como condição de posse"[160]). Seus discursos são pragmáticos e bem articulados: objetivavam as terras para "o crescimento dos seus gados em utilidade dos dízimos reais e povoação dos sertões". As sesmarias devolutas seriam de "doze léguas de terra em os pastos e campos de Garanhum-merim que é no sertão das Lagoas do Norte e do Sul sobre os campos de Unhaúnhau para um dos lados deles que estão confinando com o mocambo e Palmares dos negros fugidos com todas as suas ribeiras lagoas, matos e mais pertenças em quadra (...)"[161].

Os sertões entre o Rio de São Francisco, subindo até o Paraíba (ou seja, da jurisdição de Penedo até a de Alagoas, área palmarina e ameríndia) eram relativamente desabitados por luso-brasileiros na década de 80 do século XVII. Em 25 de maio de 1680, em torno de 60 léguas foram doadas para 12 sesmeiros, que escreveram que as terras eram devolutas. Os gados foram o meio em que se propuseram a povoar aquelas paragens, salientando ainda que as mesmas foram descobertas com ajuda de seus índios e que nesses espaços muitos "gentios" ainda povoavam, o que indica que poderiam ser tanto palmarinos como fora de aldeias e do grêmio da Igreja Católica[162]. Como se verá mais adiante, as lutas contra Palmares foi um momento em que pessoas fugiram de suas habitações, mas também de descoberta de novas. Os pastos devolutos chegavam até ao ano de 1690, quando o Ajudante Gonçalo Roiz da Silva, Domingos Fernandes Casado, o Alferes Manoel da Cruz Franca e Lázaro Quaresma de Sá, que eram experimentados nas guerras contra Palmares "com seus escravos", "todos moradores na Povoação de S. Miguel termo da Villa das Alagôas, Santa Maria Magdalena", requereram...

> as mattas e terras que estão nas cabeceiras de huma data de Gonçalo da Rocha nos campos de Inhaum e Tamoatá pelo rio de S. Miguel acima até dar em terras do Capitão Mayor João da Fonseca e Bor. Alvez que será de comprimento de uma data a outra, legua e meia pouco mais ou menos e para fora do dito Rio de S. Miguel, pa. a parte do norte outra legua e meia ou topar com terras de Simão Fernandes de Paiva e João da Fonseca e do mesmo rio para a parte do sul outra legua e meia ou topar com as terras de Bor. Alves e João da Fonseca e meia de largura, digo, comprimento e trez léguas na largura ou topar com os héreos no comprimento e largura[163].

[160] FERLINI. Op. Cit., 2003, p. 228, voltar-se-á a esse assunto mais adiante.
[161] "Registro de uma petição de Lourenço de Brito Correa (...)". In: **Mocambos**, 2010 pp. 178-179.
[162] Informação disponibilizada pela Plataforma S.I.L.B (sesmarias do império luso-brasileiro). Disponível em http://www.silb.cchla.ufrn.br/sesmaria/PE%200350 acessada em 19/02/2018.
[163] Documentação histórica pernambucana. **Sesmarias.** Vol. I. Recife: Secretária de Educação e cultura/Biblioteca Pública, 1954, p. 13-16. Doravante DHP.

O exemplo pode ter sido seguido por mais um grupo de homens experimentados nas guerras palmarinas. Quem sabe, ao descobrirem que os Paulistas tinha um contrato com o Governo de Pernambuco (chegaremos nesse assunto em profundidade mais adiante), e que nele as terras conquistadas seriam dos homens de Domingos Jorge Velho, os "alagoanos" do litoral começaram a correr para requerer cartas de sesmarias em terras devolutas. O alto índice de pessoas (e não, portanto, de pedidos), somando com quadras de terras nos interiores que pertencessem a proximidade de rios, ajude a consolidar essa hipótese. Em 1691, o Capitão Manoel de Vianna Pereira, Alferes Manoel de Caldas, Gonçalo Dias Corrêa, o Alferes Vicente Dias de Abreu, Alferes Salvador da Costa Franca e Domingos Fernandes Cazado, "moradores na povoação de S. Miguel termo da Villa das Alagôas, Santa Maria Magdalena", requereram...

> As mattas e terras que estão na Ilharga de uma data do Dr. Alves nos Campos de Unhaum na escosta do Rio Grogotinga trez leguas pr. elle abaixo com duas leguas de largo para a parte do sul pouco mais ou menos até tocar com os campos de Santa Luzia [da Alagoa do Norte] tanto para a parte do mar como do sertão, e da parte do norte pelo mesmo Rio abaixo até a beira q. se achar partindo com as campinas do dito campo de Unhaum que tem de largura meia legua pouco mais ou menos para elles suplicantes e seos descendentes[164].

As terras abandonadas, apesar de mais latentes nos anos de guerra, eram comuns desde os primórdios da colonização portuguesa. O clima de guerra, somado com as oscilações de dinâmicas mercantis nos espaços sul-pernambucanos, aliado ainda à má gerência do dono, poderia acarretar na ausência de famílias de suas antigas moradias. Em 1645, na viagem do Capitão batavo João Blaer, as tropas que foram fazer reconhecimento e lutas contra os negros palmarinos encontraram em seu caminho "um antigo engenho de nome São Miguel", que, ao que tudo indica, estava abandonado, pois tinha ainda "algum cobre e ferragens do velho engenho"[165]. Não o utilizou como uma base, caminhando ainda até a margem do Rio para poder montar acampamento. Dias depois foram parar no Engenho de Gabriel Soares, nas Alagoas. Esse, já habitado, serviu como entreposto e possivelmente com certo alívio aos milicianos que estavam nos matos já fazia um mês. Após mais viagens que durou mais outro mês, acabaram pernoitando "no Engenho de Gabriel Soares"[166]. Escrevendo de outra maneira,

---

[164] DHP. **Sesmarias.** Vol. I. 1954, pp. 20-22. Acréscimos meus.
[165] O Engenho pertencia a Antônio Barbalho Feio e foi vendido para Maarten Meynderse. Em 1643 foi declarado como "tem de pé senão a casa de purgar, as caldeiras de moenda e a mesma moenda", cf. MELLO. Op. Cit, 2012, p. 144.
[166] "Diário da viagem (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 167-168, 172.

em dois meses de perambulância nos sítios de Palmares, os únicos focos de povoamento que foram listados eram dois Engenhos de açúcar, sendo um abandonado e outro em funcionamento, constituindo esse último o de mais confiança para descanso.

Gabriel Soares foi filho de um dos primeiros povoadores das Alagoas, Diogo Soares. Este recebeu sesmaria em agosto de 1591: "uma data de cinco léguas de terras ao longo da costa para o sul, e duas léguas para o norte"; que entregou a um procurador, chamado Henrique de Carvalho, que não as administrou bem, pois quando Diogo Soares chegou a Alagoas por volta de 1614, viu-as devastadas e pôs-se a reformular o espaço. Todavia, enquanto Diogo não chegava, Henrique (que tinha poder para isso), repartiu parte da sesmaria com Manoel Antônio Duro em 1611, pedindo garantias de que esse último fizesse "uma casa de sobrado coberta de telha na dita povoação do dito Diogo Soares e seu filho, sita em Subauma e isto dentro de um anno". Disseminar moradores pelas sesmarias para englobar uma área maior de ocupação era essencial para diversos motivos: econômicos, militares e sociais. No âmbito econômico, seria errôneo encarar a divisão de sesmaria como "papel que coube (...) em parte, o mesmo que a Cristovão Lins coube no norte, isto é, (...) fundar engenhos, levantar vila, etc.", até porque nos 18 anos passados entre 1591 e 1609 ficou apenas uma promessa de Engenho. No sentido militar, era a ocupação contra palmares e ameríndios. Já no social, seria a disseminação de famílias e formações de novos contatos e alianças sociais entre os povoadores[167].

Mesmo assim, antes de 1611 e 1614, Diogo Soares já tinha financiado dois Engenhos de Açúcar, o Engenho Velho (moendo em 1609) e o Engenho Novo (moendo em 1611) – o que faz as colocações de Diégues Jr. não serem de todo erradas, apenas exageradas. O Velho foi vendido a Domingos Rodrigues de Azevedo durante a ocupação holandesa, e o Novo ficou para o filho Gabriel Soares tocar a empreitada. Se for levar em consideração o mal estado dos bens de Diogo Soares em 1614, crê-se que a repartição de sesmarias para aumento de moradores, bem como lavras de cana e outros gêneros serviu para a sobrevivência do Engenho Novo: "Era então 'um belo e valioso engenho, que pode moer com duas moendas e conta com cerca de oitenta negros, setenta ou oitenta bois de carro, com largas terras para canaviais e todo o material de cobre e tachos". Suas localizações (do Velho e do Novo) ficavam, respectivamente, "à margem norte da lagoa Manguaba" e "na margem esquerda do Paraíba"[168]. Assim sendo, o Novo, de Gabriel Soares e utilizado por Blaer, ficava mais às franjas dos mocambos e adentrando o "sertão" de Palmares. O que importa salientar é que,

[167] DIÉGUES Jr.. Op. Cit., 2006, pp. 65-67.
[168] MELLO. Op. Cit., 2012, p. 143.

dessas sesmarias e terras, algumas foram abandonadas e Gabriel Soares, filho do doador, manteve-se nos limites de Palmares e inclusive era Alcaide-mor da Vila das Alagoas, cargo de poder importante para aquele momento histórico, dado desde a época donatarial, em um momento de preocupação em estabilizar os Engenhos de Açúcar na Capitania[169].

Mas outros tipos de terras e fazendas existiam por ali. Continuando em 1645, na viagem do capitão batavo Blaer, no dia 18 de março, ele e seus homens, depois de subirem um monte, encontraram uma plantação abandonada, mas com algumas pacovas (bananas) verdes, bem como armadilhas para caçar víveres. O curioso foi que teve que atravessar um "denso canavial na extensão de duas milhas" para poder chegar a outro sítio chamado "Velho Palmares". Uma base bem montada e estruturada, apesar de ter sido abandonada "por ser um sítio muito insalubre". A falta de ocupação territorial naqueles espaços causava a fome em João de Blaer e seus homens, que agradeceram por ter encontrado aquele antigo mocambo abandonado. Poderiam caminhar, a partir dali, de acordo com o batavo: "sempre por dentro de roças ou plantações abandonadas, nas quais, porém, havia muitas pacovas e canas com que matamos a fome; em uma destas roças acampamos e assamos pacovas"[170].

Isso porque estavam os homens em 1645, período holandês-palmarino de guerras intensas, abandonos de engenhos, plantações e lavouras e com maior aglutinação populacional nas vilas centrais de Pernambuco[171]. O depoimento de João Blaer já coloca a lume a capacidade dos ameríndios e negros africanos em sobreviverem e mostrar que os matos fechados, os montes íngremes e o clima do sertão eram transponíveis com trabalho da agricultura e da caça. Da mesma feita, o canavial entra como uma dúvida: já havia por lá colonização lusitana/flamenga ou os próprios negros plantaram aquela cana? Visto pela extensão do canavial, crê-se que o ambiente era anteriormente de um homem relativamente rico-poderoso e que depois foi ocupado pelos negros rebeldes livres. Mas esses últimos não podem ser considerados usurpadores de locais anteriormente habitados – nos depoimentos coevos são sempre os mocambeiros vistos como homens que "furtam" e "roubam" –, pois suas práticas com as palmeiras, madeiras e gêneros locais os permitiram fundar povoações muito bem organizadas e elaboradas para manutenção de suas vidas e aproveitamento das terras férteis e dos rios que corriam por perto.

---

[169] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 32v-33. (esse documento é a carta de Alcaide-mor de Gabriel Soares sendo passada novamente em 1656 por conta de que seus antigos papéis tinham sido tomados e destruídos durante a ocupação holandesa). Sobre Alcaides-mores na época donatarial, "Carta de doação de 10 de Março de 1534 da Primeira Capitania do Brasil (Pernambuco). In: Instituto do Açúcar e do Álcool. **Documentos para a História do Açúcar,** Legislação (1534-1596). Vol. I. – Rio de Janeiro: Serviço Especial de Documentação Histórica, 1954, p. 10. Doravante "Documentos Açúcar".

[170] "Diário da viagem (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 169.

[171] AZEVEDO. Op. Cit., 2012, pp. 31-36.

Estratégias para reaver as áreas de Palmares passavam pela mesma linha de raciocínio dos irmãos Correa, do Capitão Soeiro e Padre Mendonça, citados anteriormente: ocupar terras, plantar roças e produzir mantimentos para financiar a guerra e impedir o aumento de mocambos. Houve também situações onde a ocupação militar deveria garantir a produção das lavouras dos homens que ainda não tinham sido atacados por palmarinos, mas que moravam perto de possíveis mocambos. Como em novembro de 1664, quando o Governador de Pernambuco mandou tropas, junto com o terço do Camarão para "aposentar" (ou seja, criar aposentos), "em hum doz mocamboz da cabesseyra das Alagoas, para que correndo a campanha continuamente possão os moradores, com segurança tratar de suaz lavouraz"[172], e dali deveria fazer "Aldeya, e Fortificando-se com Estaccada, e a mais defença que lhe parecer nescessaria para sua segurança"[173]. Ser um espaço de proteção aos lavradores "alagoanos" era essencial, mas o Capitão-mor da Gente Auxiliar deveria prover os homens do Camarão com sementes para "fazerem suaz plantaz, e Lavouraz de Rossas", e enquanto os frutos não eram colhidos, os moradores vizinhos precisariam entregar farinhas para o sustento daquela gente[174]. Essa atitude de ocupação e manutenção da agricultura para firmar domínio não era comum naqueles idos de 1664, em que a ocupação militar era a mais corrente, não havendo ainda estratégias tão encorpadas de colonização e produção, ainda mais em um mocambo que "dista[va] dessa Vila [das Alagoas] 18 ou 20 légoaz"[175]. Não foi a toa que Cristovão Lins, em Porto Calvo, recebeu a mesma ordem de entrar nos sertões com soldados pagos para destruir mocambos e capturar escravos fugidos, mas nada sobre assentamento nos sertões foi escrito para o "Mestre de Campo"[176]. Igualmente, em abril de 1665, foi a vez do Capitão Mor do Rio de São Francisco ajudar com "50 Tapuyas" as entradas que seriam feitas pelas Alagoas[177].

A dificuldade de estabelecimento social pode ter advindo também do tipo de demografia das vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo. O próprio império português sofria com diversos reverses de migração. Somente com a restauração portuguesa, a reconquista de Pernambuco e o fim da guerra contra a Espanha, é que os engenhos de açúcar, o comércio e a dinâmica sócio-econômica de Pernambuco voltou a funcionar de maneira progressiva[178]. E isso tinha impactos nas três vilas sulinas da Capitania Duartina. Apesar de que, pelos discursos

[172] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 157v.
[173] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 167.
[174] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 158v, 169-169v (citação fl. 158v).
[175] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 169v. Acréscimos meus.
[176] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 159v-161.
[177] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 184v.
[178] RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Ritmos e destinos de emigração". In: BETHENCOURT, Francisco. CHAUDHURI, Kirti. (dir.) **História da Expansão Portuguesa vol. II:** Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Lisboa: círculo dos leitores, 1998, pp. 114-125, especialmente p. 118.

encontrados nos documentos, há muito mais reclamações de "despovoamento" pelos ataques mocambeiros do que por falta de imigração de famílias portuguesas. Mesmo assim, pode-se encarar o período entre o fim da guerra contra os holandeses (1654) e o governo de Ayres de Souza, quando se iniciou uma política de guerra sistematizada e propaganda para povoamento (1672), como de ausências de famílias e contingente populacional para tocar a guerra e a produção material nas vilas, não sendo a toa que estirpes como a Araújo-Correa da Paz e Brito Correa terem aparecido naquele momento vindo da Bahia para ocupar espaços Palmarinos[179].

Em 1656, findo a dominação holandesa, Gabriel Soares da Cunha foi até a Câmara da Vila das Alagoas doar terrenos para promover o povoamento da região. Entregou "à saber 600 braças para a parte da Sumaúma e Taperaguá, e outras 600 braças para a parte das Pedreiras". O terreno ficaria sob os cuidados da Confraria de Nossa Senhora da Conceição, que tiraria dali foros, em especial para "aos [colonos] que tratarem da lavoura e gados", enquanto que "as vivendas e quintais serão livres para os moradores que nelas morarem". O terreno sairia da "Igreja Velha" e iria "em quadra para o sertão; com a declaração que será obrigada quem morar na Ilha sustentar as partes e fazê-las como antigamente se faziam"[180]. Em suma, apesar de ser convincente, não se pode encarar que a disseminação de povoação saiu do Engenho para ganhar os matos; e sim que, de maneira dialética, advindo das experiências sociais, o povoamento das regiões das Alagoas obedecia aos momentos históricos em que os habitantes passaram por andamentos de guerras e perdas, continuavam em batalhas e sofriam de possíveis carestias alimentícias.

A partir desse (re)início em 1660, pode-se partir para outras cartas de sesmarias para início ou disseminação de novos núcleos populacionais na região "das Alagoas". Algumas já foram transcritas em linhas passadas (as terras devolutas), bem como outras serão em momentos oportunos (as sesmarias pós-palmares e as dos paulistas). Naquele século XVII, é comum ver que as sesmarias às vezes eram bem delimitadas, e em outros momentos eram entregues ao sabor dos ventos – nesse caso, dos rios –, sem muita definição fixa e acertada. O Rio Prataji (escrito como Paratagi), foi local de acertamento de terras em 20 de julho e 11 de agosto de 1678. No primeiro momento, foi concedido ao Sargento Mor Manoel Lopes e o Capitão Thomé Dias de Souza, e seus herdeiros, o espaço de "8 leguas de terra em quadra, nas cabiceiras do engenho dos Capitães Thomé Dias de Souza e Balthazar Coelho, sito no termo da villa das Alagôas, começando no rio Potimsatuba correndo para a parte do Norte com a

[179] Sobre os "Araújo-Correa da Paz", cf. capítulo 6.
[180] BNRJ. **II-33,10,9**. "Doação dos terrenos para a fundação das Alagoas", fls. 1-3. Documento transcrito e gentilmente cedido por Antonio Filipe Pereira Caetano. Colchete meu.

demarcação e cabiceiras do dito engenho até o rio Paratagi"[181]. Ao mesmo tempo em que novas pessoas iniciavam conquistas de terras, outros tratavam de expandir por diversas alianças, seu enraizamento e poder local. Tendo o Prataji como local de delimitação, outros foram mais adiante e requereram mais leguas de sesmarias acima desse rio, tornando-se vizinhos de Thomé Dias de Souza e Manoel Lopes. Eram eles os Capitães Domingos Gonçales Freire e Sebastião Dias Mandi, "e seus herdeiros", que receberam a quantidade de 10 léguas e contiuavam a colonização para o norte: "nas cabiceiras do rio Paratagi até o rio St^{o} Antonio-Grande pelas cabiceiras das terras de Simão Cosmo, correndo para a parte do Norte sempre com a demarcação e cabiceiras da dita terra de Simão Cosmo até o referido rio St^{o} Antonio"[182]. O Rio Prataji não pode ser considerado um grande rio que corta o atual Estado das Alagoas até os sertões. Crê-se, portanto, que essas sesmarias, mesmo tendo sido entregues durante as batalhas contra os mocambos de Palmares e em vista à conquista do espaço para produção de variados tipos de gêneros (que infelizmente não são informados), acabaram pertencendo mais e uma população apegada ao litoral do que de conquista dos sertões, como se verá nas décadas seguintes.

Ao que parece, era mais necessário povoar do que realmente delimitar os pormenores de ocupação dos espaços. Como aconteceu em 12 de julho de 1679, quando Antonio da Silva "e seus herdeiros" receberam uma quantia de "3 leguas e meia de terra, entre os rios Botim, Satuba e Parahiba, começando nas cabiceiras das terras de Henrique de Carvalho"[183]: infelizmente, fica-se sem saber a motivação da entrega dos terrenos e o tipo de assentamento. A necessidade de ter outros homens por perto estabelecia tanto um melhor e mais apurado aparelhamento do local como servia como continuação de conquista luso-brasileira. Dois anos antes, em 25 de setembro de 1677, o Capitão João Coelho da Silva e seus herdeiros entrava nesse jogo de aumento de patrimônio. Quem sabe por ser miliciano e com posses, requereu mais 3 leguas "de terra de comprido e 3 de largo p^{a} o Sertão, nas cabiceiras, das que possue o dito sesmeiro e seus héreos[?] circunvisinhos na ponta da Pioca, termo da villa das Alagoas"[184]. O poder de João Coelho da Silva é latente, visto que "héreo" significa, para Bluteau, "Aquelle, que paga ao Emphyteuta os reditos da parte do chão, ou campo, que tomou

[181] DHP. **Sesmarias.** Vol. IV, 1959, p. 92.
[182] DHP. **Sesmarias.** Volume IV. 1959, p. 91.
[183] DHP. **Sesmarias.** Volume IV. 1959, p. 91.
[184] DHP. **Sesmarias.** Volume IV. 1959, p. 92.

à sua conta para beneficiar"[185]. Não é de se surpreender que essas pessoas entrarão em entreveros com paulistas por conta das terras, além de disputarem entre si as que tinham.

Pode-se pensar nessa união de homens mais ligados ao "litoral" (que querem ir mais aos sertões) contra os paulistas (que estavam nos sertões vão querer ir para o litoral) quando se tem outras sesmarias que eram dadas quando pedidas em conjuntos, como a que aconteceu em 4 de março de 1682, quando Gaspar da Costa Casado, Capitão Manoel Coelho Pacheco, Antonio da Costa Casado, Gaspar da Costa Casado, Balthazar de Barros e Faria, Melchior de Barros de Faria, D. Isabel de Barros Pacheco, Dona Thereza Pacheco de Faria, Olavo Coelho Pacheco, Braz Coelho, "e seus herdeiros", requereram "20 leguas de terra nas Alagôas, entre os dous rios Parahiba-Grande e Mandahú, começando donde se acaba a data de Antonio da Silva até o outeiro do Barriga, e do dito outeiro p^{a} cima dez leguas em quadra". Pela similitude dos sobrenomes, supõe-se haver ali, além dos "herdeiros", os parentes próximos e/ou cônjuges. Seria enganoso tratar como 02 léguas o que cada um receberia, podendo haver discrepâncias nas divisões. Todavia, o território era largo, e envolvia tanto o litoral como as entradas aos sertões[186]. Os choques entre conquistadores eram inevitáveis e as motivações serão mais esmiuçadas com a leitura de tópico seguinte acerca dos paulistas e seus requerimentos de sesmarias.

Acima dessa sesmaria, em 29 de abril 1682, foi dada mais "5 léguas de terra no sertão da Alagôa do Norte pelo rio chamado – Parahiba-merim-acima, com três de largura, começando e fazendo pião na Alagôa dos Portos tanto p^{a} baixo como p^{a} cima". Os requerentes foram, novamente, um grupo de homens, mas em perfil reduzido: Capitão Gonçalo Pereira da Costa, Manoel Barbosa e Amaro Gonçalves, "e seus herdr^{os},,[187]. Infelizmente não tem-se informações dos pormenores do requerimento (tipo de produção econômica, motivação de conquista, etc..). Embora se possa observar com mais afinco que o espaço entre as vilas de "Alagoas do Sul" e "Alagoas do Norte" começavam a se tornar menor, pelo menos no sentido de que mais estradas deveriam ser compostas e que alguns espaços começassem a se tornar habitáveis. Até que ponto povoar aqueles "vazios" invocava também uma rede de proteção contra possíveis solicitações de paulistas? As famílias do litoral lutavam por seus espaços e não é exagero pensar na hipótese de estirpes mais ligadas aos "núcleos originais" de povoamento quererem a consolidação de seus domínios territoriais e poderes socioeconômicos.

---

[185] BLUTEAU. Op. Cit., vol. 4, p. 22. Disponível em http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/hereo Acessado em 03/01/2017
[186] DHP. **Sesmarias.** Volume IV. 1959, p. 100.
[187] DHP. **Sesmarias.** Volume IV. 1959, p. 101.

Tudo dependia de quem traçava estratégias e como elas deveriam ser geridas. O Governador de Pernambuco, Ayres de Souza, pode ser encarado como o mais interessado nas estratégias de ocupação dos sertões para impedir aparecimentos de novos mocambos. Fazendo um adendo no raciocínio da ocupação-produção material, houve em janeiro de 1679, a partir da expedição de Francisco Álvares Camelo, a tentativa de formação de um Arraial "por ordem do Governador da capitania de Pernambuco Aires de Sousa de Castro", com "cento e sessenta homens que levei à minha ordem e quatro companhias de ordenança da Vila das Alagoas". O Arraial não vingou, mas conseguiram passar "de mais de três meses (...) naquele sertão passa[ndo] muitas necessidades e grande trabalho pelo agreste dele"[188]. As táticas continuaram em agosto de 1681, quando outro plano para que um Arraial fosse erigido em Palmares com "toda a gente poçível" foi esboçado. De início pode-se imaginar um núcleo de povoamento, mas o Governador era enfático na proposta militar ao ordenar que "os officiaes, e soldados que aSentarão Prassa naz duas Companhias que mandey de socorro para Buenos Ayres venhão logo perante mim para se formarem az mezmaz Companhiaz com seuz Officiaes, a fazerem entrada este anno aos Palmares"[189]. Não se sabe se o plano funcionou, mas o Governador seguinte, João de Souza, também propôs o levantamento de arraiais em áreas de Alagoas e Porto Calvo, "guarnecidos por 80 soldados pagos e 120 índios"[190]. João da Cunha Souto Maior, em setembro de 1685, estabelecia novamente um Arraial na Campanha de Palmares. O problema é que Souto Maior não indicou os espaços em que fincaria o Arraial, deixando em dúvida se era diferente ou se o primeiro não vingou e o segundo vinha para sanar aquele problema. A diferença é que o Governador não pediu homens, e sim equipamentos como 50 machados, "outras tantas enxadas" e 20 facões para auxiliar no desbravamento da mata. A motivação era a mesma: ajudar a destruir Palmares[191].

Desde a década de 60 do XVII que algumas aldeias e outros povoadores garantiam sustento e ocupação nos sertões, o aparelhamento militar dos Arraiais se tornava necessário e contribuía na estratégia de salvaguardar as terras ocupadas, ao mesmo tempo em que eram reabastecidos por suas produções (mas sem negar as que vinham das vilas litorâneas). Destruir os mocambos de Palmares era ao mesmo tempo um ato de colonização, produção material e conhecimento de novas terras. Encontrar em Ayres de Souza um Arraial e entrega de sesmarias, sendo sem seguida João Souto Maior outro Governador que pensará em um Arraial, reforça essa ideia.

---

[188] "Senhores-de-Engenho na luta contra Palmares". In: **República**, 2004, p. 81.
[189] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 342v-343.
[190] FREITAS. Op. Cit., 1978, p. 143.
[191] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 427.

Entretanto, paralelo a essa política de Estado, observa-se as experiências sociais mais locais e espontâneas, apesar de bem pensadas e matizadas. Voltando ao início do povoamento em terras nas Alagoas, Diogo Soares já tinha reservado uma parcela de terra para fundação de uma aldeia ameríndia. A tarefa foi levada a cabo pelo seu filho Gabriel Soares, e em 1614 a aldeia de índios de Santo Amaro se encontrava em funcionamento. Tendo lutado contra holandeses e palmarinos (em 1679 um padre, e um "gentio para guia, e guerra" sairam de lá para ir a Palmares[192]), se mantiveram na localidade até depois de 1749, em meio a tensões e relações amistosas com padres missionários, capitães e a família Correa da Paz-Araújo, que tinha um Engenho de Açúcar e currais de gado naquelas áreas[193].

A ocupação e reaproveitamento dos mantimentos locais eram planos em execução naqueles anos. Quando os oficiais da vila de Porto Calvo e Alagoas se reuniram em 1668 para traçar esquemas de entradas em Palmares, decidiram que os cabos que entrassem deveriam fazer "assistencia nesesaria e serão obrigados a conservarem os mantimentos que nos ditos mocambos se acharem para sustento dos soldados"[194]. Estratégia essa que perdurará, apesar de não se poder afirmar se foi colocada sempre em prática, mas que apareceu em 1686, como ação pelos soldados pagos que deveriam recolher os mantimentos de áreas conquistadas para poder sustentar-se, pois deveriam ficar para fazer mais lavouras[195]. Alguns momentos poderiam parecer contraditórios, mas obedeciam a estratégias de cunho militar, como em 1692, quando o Governador de Pernambuco, Marques de Montebello, tramava a destruição do Outeiro da Barriga a partir da incapacitação das lavouras, que faria com que os negros não pudessem se "sustentar nem conservar aquele sítio", deixando o espaço livre para que os luso-brasileiros escravistas "ocupa[ssem] e povoa[ssem] a corda daquelas terras que corre direita da capitania de São Lourenço até a [Capitania] do Rio de São Francisco"[196].

Ocupar também era desocupar, por mais estranho que possa parecer essa colocação. Como as batalhas sempre partiram de expedições e entradas que saiam do litoral em direção aos sertões, nem sempre qualquer parada ou campo bom poderia e deveria virar um arraial, aldeia, forte, povoação, acampamento, plantação e etc. As viagens tinham que continuar e a perseguição para destruir os mocambos andavam em conjunto com a vontade de se estabelecer naquelas paragens. O Terço do Camarão que deveria ocupar o Mocambo Velho,

[192] **Novo Orbe Seráfico**, vol. II, 1980 [1761], p. 115.
[193] MACHADO. Op. Cit., 2016, pp. 285-297. CURVELO. Op. Cit., 2014, p. 39.
[194] IHGAL. **Arquivo 00007-01-02.** 2º Livro de Vereações da Câmara de Alagoas do Sul, vários fólios, "Accordo entre as Camaras da Villa do Bom Sucesso e das Alagoas acerca da extinção dos Palmares – 1668", fl. 9. Documento transcrito por Arthur Curvelo e Dimas Marques, a quem eu devo imensos agradecimentos.
[195] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 276.
[196] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 326. O acréscimo do termo "[Capitania]" é meu.

para criar Aldeia e Fortificação, apesar de ter em suas prerrogativas a plantação de mantimentos, recebeu como ordens fazer "extragos nas prantas", "correndo aquella corda athé Porto Calvo, trabalhando quanto for possível para extinguir os negros delle, destruindo-lhes os mocambos, e Prantas que tiverem, para que em nenhum tempo se possão valler dellaz"[197]. Francisco de Brito Freire, que governou a Capitania entre 1661 e 1664, ordenou entradas para Palmares, entre suas ordens estava a queima de "muita quantidade de povoações com os mantimentos e lavouras de seus frutos"[198]. Em 1672, o miliciano Carlos da Cunha foi para Alagoas participar de entradas contra os mocambos de Palmares; em suas ações, executou a queima de casas, destruição de plantações, matanças e aprisionamento de negros[199]. João da Cunha Souto Maior, Governador de Pernambuco em 1686, ilustrou bem essa situação, quando deu ordens para que se queimassem casas, destruíssem plantações, fazendo com que os "mortos de fome" corressem aos escravistas "pedir misericórdia e buscar perdão aos seus absurdos"[200]. Nem é necessário dizer quem praticava realmente os absurdos nesse tipo de tática bélica.

Entretanto, nem todo povoamento foi dado a partir de novas expedições durante o século XVII, como se todas as terras que ficavam nos sertões tivessem sido destruídas pelos palmarinos. Boa parte sim, mas não tudo. Nesse caso, a Vila das Alagoas, bem como Porto Calvo e Rio de São Francisco, tinha um tipo de morador peculiar naquela ocasião: os que faziam aliança com os palmarinos[201]. Sua posição é ambígua, pois eram encarados pelos indivíduos que visavam a destruição de Palmares como traidores ou oportunistas, que mantinham negócios com os palmarinos em troca de proteção[202], ou podem ser observados como agentes duplos, que tinham que financiar a guerra dos Palmares ao mesmo tempo em que serviam como informantes e quiçá postos milicianos e habitacionais para expedições. Muitas hipóteses sobre seu comportamento podem ser avaliadas (até porque se imagina que os negros teriam espiões ou um olho aberto em relação à esses luso-brasileiros tão desapegados ao Estado monárquico; mas também os lusos poderiam usar viagens as vilas para poder passar as informações aos escravistas). Todavia, suas existências servem para ajudar a compor o quadro da ocupação da Vila das Alagoas, em que os sertões, longe de serem totalmente desabitáveis, detinham algumas moradas e bolsas de povoamento, ajudando na dinâmica

[197] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 167-167v.
[198] "A língua falada em Palmares". In: **República**, 2004, p. 71.
[199] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 391.
[200] "Consulta de João da Cunha Sotto Maior (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 275.
[201] CUNHA. Op. Cit., Vol. II, 1982, p. 24. FREITAS. Op. Cit., 1978, pp. 109, 112, 159.
[202] Essa é a interpretação de época, presentes nos documentos, cf. "Planos para a destruição de Palmares (II)". In: **República**, 2004, p. 104. E na **História da América portuguesa**, 2011 [1723], p. 338.

socioeconômica da Capitania, pois nem tudo era produzido nas imediações da casa e lavouras, tendo os homens que se deslocarem para outras habitações, freguesias e vilas próximas. Convém ressaltar que a leitura a contrapelo é igualmente válida, pois "mais atenção deveria ser dada a estratégias de dissimulação, aos meios pelos quais os palmarinos interagiam com as populações vizinhas, aos meios pelos quais eles sem dúvida vieram a saber bem mais sobre os brancos e suas intenções do que estes sabiam sobre eles"[203]. Essas ações podem encorpar as justificativas do porquê de Palmares ter se sustentado por tantas décadas, da mesma maneira de que pode ter sido a causa de sua ruína e – em ambos os lados, escravista e palmarino – terem absorvido conhecimentos do território para poderem assentar colonização.

As diferentes estratégias surtiram efeito, mesmo que em longo prazo, pois décadas de ocupação, estabelecimento, destruição, abandono e lutas foram se passando até que os luso-brasileiros, junto com os paulistas, derrubassem o líder principal Zumbi e começassem a povoar, como queriam, as terras férteis de Palmares. Famílias conectadas pelas amizades e casamentos se uniam para conseguir suas partes naqueles espaços, como foi o caso dos Mello e dos Calheiros. Desejando quadras nas partes da lagoa Mundaú, o Capitão João Gomes de Mello, junto com Manoel Rodrigues de Mello, a filha do segundo, Anna de Olanda e João Gomes Calheiros com Maria de Amorim Barboza, todos moradores da "Capitania das Alagoas" e "termo das Alagoas", conseguiram, entre 1699 e 1703, algumas léguas nas partes do Mundaú. Os dois primeiros (João Gomes e Manoel Rodrigues) conseguiram a primeira leva. Pediram os suplicantes:

> (...) necessitam mais para se poderem conservar de duas léguas de terra uma de comprido acompanhando a mesma légua do dito engenho para allharga[?] contaria légua de largo para os[?] taboleiros[?] rumo de leste e a outra légua em quadra[?] pelas cabeceiras do dito engenho correndo para o sertão pelo Rio Mundahú assima (...)[204].

Essa foi uma sesmaria criada para prover um Engenho já construído (o de Nossa Senhora das Mercês, pelo rio Mundaú), o que evidencia a motivação econômica mais perseguida pelos Senhores de Engenho que participaram nas lutas pela destruição dos mocambos de Palmares. A parte que ficou para Manoel Rodrigues de Mello e Anna de Olanda foi para expandir suas criações de gado e possíveis outros rendimentos[205]. Enquanto

---

[203] PRICE, Richard. "Palmares como poderia ter sido". In: REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 55.
[204] ANTT. **Chancelaria Régia.** D. Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 62, fl. 118.
[205] ANTT. **Chancelaria Régia.** D. Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 28, fl. 108v-109v. DHP. **Sesmarias.** Volume IV. 1959, p. 116.

que João Gomes Calheiros e Maria de Amorim Barboza pediram os terrenos alegando terem rendimentos para poderem construir fábricas (termo vago, mas que poderia sinalizar um possível Engenho de Açúcar) e inclusive criar sua boa quantidade de gado[206]. As Mercês foram dadas pelo governador D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro e tiveram em Dom Pedro II, em 1700-1703, as aprovações das condições do governador de Pernambuco: que as léguas deveriam ser doadas aos suplicantes, mediante os acordos de pagamento de dízimos pelos frutos, o foro por cada légua de terra e a liberdade de "(...) caminhos públicos onde forem necessários e particulares para pontes, fortes, portos, e pedreiras[?]"[207]. Ou seja, continuar com o interminável trabalho de rachar madeira e construir estrada, mas dessa vez unidos com a produção de gêneros para o mercado mundial e pagamento dos dízimos para os cofres da Real Fazenda[208]. Porém, é importante salientar o argumento já traçado nesse capítulo, de que a ocupação e a estabilização social da Vila das Alagoas tinham em seus quadros mais a produção de gêneros e atividades de milícia do que propriamente elevações rápidas e fáceis de Engenhos de Açúcar. Por esse ponto de análise, foi somente perto de 1725 que o primeiro Engenho apareceu em Santa Luzia do Norte (Cachoeira), levantado possivelmente por Antônio Melom só que com metade dele arrendado em junho de 1725 por Manuel Rodrigues Calheiros[209]. Uma promessa nesse sentido aconteceu em 15 de setembro de 1699, quando Apolinário Fernandes Padilha, Capitão "em uma das Companhias de Infantaria da ordenança", e o Capitão Gonçalo de Serqueira, ambos moradores na "Capitania das Alagoas", pediram sesmarias para "povoarem e lavrar", e "fazerem um engenho de fabricar assucar e mais fazendas de cannas", O território seria de "duas leguas de terras em quadro, uma p^{a} uma contra-banda do dito Rio, digo, fazendo o comprimento pelo rio acima que ahi ha do mesmo nome Gitihiba, e a largura para uma e outra banda do dito rio, ficando em meio p^{r} pião"[210]. Mas como promessa não é garantia, não se tem ainda informações sobre a construção do Engenho.

---

[206] ANTT. **Chancelaria Régia.** D. Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 28, fl. 110-111. Na transcrição que apareceu em DHP. **Sesmarias.** Vol. IV. 1959, p. 117, a data é de 10 de outubro de 1705, enquanto que na Chancelaria Régia é de 9 de julho de 1703.

[207] Essa fala é comum na documentação de Sesmaria (a citação foi retirada da fonte relacionada abaixo). Para um panorama "geral", mas não infalível, das leis e obrigações que os colonos deveriam ter com as Sesmarias. Documentos para a História do Açúcar. Vol. I. 1954, pp. 121-123, 130-133, 161-163, 165, 171-172, 183-184, 185-196, 227-228, 229-230, 249-250, 251-252, 253-254, 271-272, 377-378. Cf. MERÊA, Paulo. "A solução tradicional da colonização do Brasil". In: DIAS, Carlos Malheiros (dir.). **História da Colonização Portuguesa do Brasil:** A idade média brasileira (1521-1580), vol. III. – Porto: Litografia Nacional, 1924, pp. 182-184. Doravante "HCPB".

[208] ANTT. **Chancelaria Régia.** D. Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 62, fl. 118v-119.

[209] DIÉGUES Jr.. Op. Cit., 2006, p. 79.

[210] DHP. **Sesmarias.** Vol. I. 1954, pp. 63-65.

Houve outra situação, onde o pedido de sesmaria era para levar "fábricas", como foi o caso de Feliciano Coelho de Araújo e Acassio Botelho, que em 1702 pediram terras devolutas nas Alagoas, "que confrontão da parte do Rio de S. Miguel com as terras de Mª da Rocha, e Ambrozio Luiz de la Penha e seo pai Domingos de la Penha e da parte da Alagoa do sul, com terras de Helena da Cunha entre o rio Subahuá grande e Subahuá pequeno, como também as camaratubas". Ao contrário dos pedidos citados anteriormente, nesse os requerentes expuseram suas motivações para receber a mercê: tinham servido nas guerras contra palmares "com os socorros que lhe pedião"; pretendiam, por isso, receber 04 léguas em quadra para "acommodar e occupar as suas Fabricas"[211], que poderiam ser de qualquer gênero, fosse artesanal, artístico e, caso mexesse com agricultura, só se tem menção no dicionário de Bluteau às de Tabaco[212]. Portanto, se distanciando das interpretações de Manuel Diégues Júnior, e arriscando um enrijecimento na interpretação dos documentos, fábrica é fábrica, engenho é engenho e fazenda é fazenda. Ao que tudo indica, até que se encontrem momentos específicos, nem tudo se traduz a "Açúcar".

Esse tipo de situação vai perdurar até 1723, como no caso de João de Araújo Delgado, morador na Vila das Alagoas. Tendo servido na luta contra Palmares e recebido a patente de Alferes por nomeação e eleição do próprio Domingos Jorge Velho para atuar em sua Companhia, requereu parte das terras de Sesmaria que eram repartidas a oficiais que lutaram contra Palmares, principalmente os que participaram da "Restauração do Oiteiro da Barriga". Alegou o militar que naquele momento haveria muitas terras devolutas. Suplicou por duas léguas para povoá-las com "seus gados vaccum e cavalar", garantindo ao Monarca "ter muitos lucros em seus dízimos reais, pegando estas na cabeceira em que acabam as seis léguas que se deram ao sobredito Mestre de Campo [Domingos Jorge Velho]". Geograficamente perfeito para sua missão sertaneja, por serem espaços alagadiços, correndo o Rio Paraíba Grande[213]. Recebeu do Monarca sua mercê de Sesmaria em dezembro de 1723[214].

Tais exemplos ilustram alguns pontos que é objetivo nesse trabalho ressaltar. Os habitantes locais dos espaços de Pernambuco tinham conhecimento de terras devolutas e que poderiam ser ocupadas, invocando o discurso do policiamento e da dinâmica econômica para auferir o privilégio do Monarca lusitano. Suas ações ajudam a complexificar o quadro da conquista de Palmares, abrindo o leque de interpretações acerca dos variados segmentos

---

[211] DHP. **Sesmarias.** Vol. I. 1954, pp. 105-107.
[212] BLUTEAU. Op. Cit., vol. 4, p. 3. Disponível em http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/fabrica Acessado em 03/01/2017
[213] Espaço de delimitação de sesmaria desde o início do século XVI, cf. DIÉGUES Jr.. Op. Cit., 2006, p. 45
[214] DHP. **Sesmarias.** Vol. I. 1954, pp. 277-279.

sociais que se aventuraram no empreendimento de ocupar as terras que antes pertenciam aos mocambos. Discursavam em tom propagandístico de suas rendas que vinham dos gados e de possíveis lavouras. Os Engenhos de Açúcar entravam na jogada de maneira mais política do que efetiva: alguns tinham Engenho para manter, outros prometiam fazer um Engenho. Todavia, ajudavam a demonstrar o poder dos habitantes, poder ser a instituição que melhor garantiria dar dízimos a Real Fazenda, assim como se tornar o mais bem estruturado núcleo de povoamento, vista a necessidade da quantidade de pessoas que um Engenho aglutinava, de trabalhadores à milicianos, possivelmente padres e até mesmo homens políticos que teriam cargos nas vilas; em suma, tudo que a administração central e a monarquia precisava.

Em relação a esses diversos grupos, um geralmente ficou de fora dos debates historiográficos sobre a "divisão de terras", sempre traduzidos como partilhas entre as elites e famílias mais poderosas. No caso dos "moradores das alagoas", antes de passar o debate para os paulistas, pretende-se aumentar o escopo de visão sobre "quem" ocupou Palmares.

2. 3 Terras para os pobres que lutaram no lugar dos ricos que fugiram

Em meio a tantos documentos que remetem em seus discursos ao assunto de "Palmares", é atitude comum a nós, historiadores, deixarmos de lado alguns indícios que podem trazer boas hipóteses. Em 1694, o Conselho Ultramarino escreveu alguns pareceres sobre a destruição de Palmares. Um deles chama a atenção: as terras devolutas que tinham sido dadas como sesmarias para famílias e pessoas individuais durante as batalhas contra os mocambos, para servirem economicamente e militarmente, em prol do "bem comum". Todavia, as sesmarias tinham sido abandonadas durante as lutas, indo tais súditos se abrigarem em outros "senhorios", relegando tais espaços para as conquistas dos negros palmarinos.

Após determinada a destruição de Palmares com a expedição de Domingos Jorge Velho, os moradores que abandonaram suas sesmarias passaram a requerê-las de volta, pois as investidas dos rebeldes haviam cessado. Os homens do Conselho Ultramarino observaram pelas letras da lei que as sesmarias não tinham sido devidamente ocupadas, nem tinham produzido dentro do prazo estipulado (05 anos), e que, por isso, as mercês deveriam ser

negadas, pois o objetivo das sesmarias não tinham sido cumprido e a punição era a perda da terra, que voltaria para as mãos do Rei, principal detentor, podendo redistribuí-las[215].

Os territórios deveriam ser re-ocupados mediante produção econômica e assentamento social, com suas características implícitas e explicitamente militares. De onde viria o recrutamento das novas pessoas para se estabelecerem nas antigas sesmarias? Os conselheiros chegaram ao seguinte: dos homens pobres que lutaram em Palmares. Deveriam ser esses "moradores pobres, que tão repetidas vezes foram à guerra com seus filhos à sua custa e ajudando aos pedidos conforme suas posses (...)", que deveriam herdar as terras férteis de Palmares[216].

Quem eram esses pobres? A resposta vai depender do nível de conhecimento concreto da pessoa que se propunha a interpretar o documento em relação ao seu momento histórico. A carga pejorativa da palavra "pobre" pode remeter aos degredados, aos vadios, aos vagabundos, aos criminosos, isto é, àquela camada pouco ou nada aceita na sociedade colonial. Em outra visão, "pobre" seria uma pessoa sem bens, mas não necessariamente com algum estigma social. Uma última opção poderia ser um súdito rico economicamente, mas sem honras, sem *status* social. Aqui se propõe juntar as duas últimas opções. A primeira já é descartada de antemão: os mocambos e Palmares eram formados por negros escravos, livres, forros; assim como ameríndios escravos e livres, contando ainda com brancos sem cabedais que não tinham espaço dentro da dinâmica litorânea açucareira[217]. O Conselho Ultramarino estabeleceu em 1699 que, nas áreas reconquistadas:

> se devia advertir que não assentassem praça delinquentes pelo grande prejuízo que se fará nisso a administração da [instância] e, ousadia que se dará aos facinorosos para cometerem maiores crimes à esperança daquele couto[218].

É mais do que óbvio quem os Conselheiros do Rei queriam para re-povoar as terras de Palmares. Pois, além dos "delinquentes", havia ainda os desertores, fujões do serviço militar palmarino quando sentiam que a empreitada era muito mais para extrair o próprio sangue para dignificar os dos outros[219]. Apesar de o serviço miliciano ter sido um bom aglutinador de

---

[215] **Documentos para a História do Açúcar.** Vol. I. 1954, pp. 185-186. Em 1567 isso não era aplicado a terras para Eclesiásticos, cf. 213.
[216] "Pareceres acerca da campanha dos Palmares (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 347-348.
[217] FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. "A arqueologia de Palmares – Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana". In: REIS. GOMES (org.). Op. Cit., 1996, p. 31.
[218] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, p. 434. Acréscimo de Ernesto Ennes.
[219] O assunto da deserção fazia parte de um capítulo dessa tese que acabou sendo descartado. Espera-se que em breve algum artigo apareça sobre essa temática.

mercês[220], nem todos viam na guerra de Palmares um momento para exercer "honestamente" seu ofício para receber as graças. Por conta disso, imagina-se ainda que alguns moradores nos sertões – que engrossava o caldo dos delinquentes – pudessem ser desertores. Soma-se ainda a existência dos vadios e degredados nessas tropas que poderiam – algumas – ter sido formada a força e no calor do momento, como entre 1675-1677 e 1681[221]. Se fosse possível ter em mãos agora um estudo mais ou menos aprofundado da composição social das companhias, poder-se-ia identificar existência de degredados como prováveis milicianos e quem sabe colonizadores de Palmar, para desespero dos paladinos da boa ordem contemporânea brasileira[222].

Morador "pobre", para o Conselho Ultramarino (feito por pessoas que tinham experiência no Ultramar), poderia ser alguém com pouca renda, poucos bens e nenhum título honorífico (hábito ou ofício militar, etc.), apenas costumeiro (senhor de engenho, lavrador). Como "Senhor de Engenho" é alguém com honras altas, afunila-se a interpretação para um lavrador[223]. Mas não qualquer lavrador. Teria que ser lavrador pobre. Nada de açúcar, tabaco ou outro gênero que auferisse renda. Afunilando cada vez mais, encontram-se duas atividades que eram "pobres", mas que seria o suficiente para lutar em Palmares: a farinha de mandioca e pesca.

Em 1707, durante as inquirições da habilitação para o cargo de Comissário do Santo Ofício, o Eclesiástico Domingos de Araújo Lima, morador da Vila das Alagoas e Senhor de Engenho, teve sua vida entrevistada por várias pessoas que deram depoimentos "fidedignos" para o Comissário responsável avaliar a "boa vida e bons costumes" do padre Domingos. Entre eles se encontrava Domingos João de Carvalho, ajudante do Terço de Palmar, cristão-velho, casado, natural da Vila de Arouca, bispado de Lamego, "morador no Palmar" fazia 13 anos (ou seja, desde 1694), na freguesia de Santa Luzia da Alagoa do Norte, tinha idade de 41 anos, era assistente (pessoa que ajudava, assistia) na guerra do Palmar com "suas lavouras de farinha". Esse lavrador traz-nos boas avaliações. Em sua inquirição já dizia que o habilitando morava em um Engenho, e que "o conhece por o tratar como amigo há 13 anos nessas

[220] MARQUES, Dimas. **Pelo bem de meus serviços, rogo-lhe está mercê.** A influência da guerra de Palmares na distribuição de mercês (Capitania de Pernambuco, 1660-1778). Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2014.
[221] "Planos para a destruição de Palmares" e "Recrutamento da 'gente vadia'". In: **Repúblic**a, 2004, pp. 99, 101 e 239.
[222] Sobre a relação serviço militar, deserção e degredados, cf. BOXER. Op. Cit., 2002, p. 324-327.
[223] SCHWARTZ. Op. Cit., 1988, p. 224, 230. RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Senhores de Engenho e Comerciantes". In: BETHENCOURT, Francisco. CHAUDHURI., Kirti. (dir.) **História da Expansão Portuguesa vol. III:** O Brasil na Balança do Império (1697-1808). Lisboa: Temas e debates, 1998, pp. 194-195.

partes"[224]. Saindo do âmbito da amizade e da Inquisição, volta-se aos espaços palmarinos. Domingos João de Carvalho era lavrador pobre: lavrava farinha de mandioca[225]. Não tinha *status* social elevado, pois era "morador do Palmar". Muito menos algum título, já que era "assistente". Mas tinha algo que muitos ricos e honrados não tiveram durante as pelejas em Palmares: ação contra os rebeldes. Convém lembrar que sua moradia no Palmar datava 13 anos, regredindo-se de 1707, ou seja, em 1694. No período da destruição tinha angariado terras naquela localidade.

O interessante é que alguns membros da Santa Madre Igreja tentavam burlar a situação de conseguir as almejadas terras. O Padre Domingos de Araújo Lima, junto com seu irmão o Capitão João de Araújo Lima, em 10 de outubro de 1699 tentaram conseguir uma sesmaria de "1 légua de terra de comprido e meia de largo nos rios Saluy e Parahiba nas Alagôas, entre as terras do Alferes Pedro Gonçalves Ribeiro e a viúva Catharina de Araújo Donna". Provavelmente alegaram que as terras eram devolutas para conseguir aquelas léguas, mas logo em seguida foi descoberto que tal informação não era verídica, invalidando a terra aos dois irmãos[226]. Em 01 de abril de 1700 foi dado o despacho final: "Esta data de sesmarias de terras, acima não tem effeito, por se não acharem as que os supplicantes pedirão nella e por esta razão não terá vigor algum"[227]. Todavia, ambos conseguiram terras nas Alagoas, não sendo a toa que cada um deles se tornou Senhor de Engenho (o que é exemplar) e tiveram títulos honoríficos na localidade[228].

Em relação à pesca, torna-se mais difícil fazer um apontamento tão certeiro quanto o caso acima das lavouras de mandioca. Contudo, num âmbito geral, Arthur Curvelo, ao pesquisar sobre as fintas que eram lançadas pela Câmara de Alagoas do Sul durante as batalhas, traz um importante indicativo: o ato do Governador de Pernambuco, Dom Pedro de Almeida, em 1674, que "ordenou [para a Câmara de Alagoa do Sul] então que fossem nomeados alguns fintadores para recolher junto ao povo trezentos alqueires de farinha *e todo*

[224] ANTT. **Tribunal do Santo Ofício.** Conselho Geral do Santo Ofício. Habilitações. Domingos. Maço 19 doc. 391.
[225] Sobre a importância da farinha nos espaços pernambucanos e de guerra, cf. SILVA. Op. Cit., 2001, pp. 188-207.
[226] DHP. **Sesmarias.** Vol. IV, 1959, p. 113.
[227] DHP. **Sesmarias.** Vol. I. 1954, p. 65.
[228] Ambos eram homens tidos e havidos como nobres e poderosos, pois se tornaram Comissário e Familiar do Santo Ofício nas Alagoas. Junto a eles, Catharina de Araújo também tinha uma família construída sobre a égide das terras e da Inquisição. Sobre essas famílias, cf. MACHADO, Alex Rolim. **Os poderes além da inquisição:** a sociabilidade dos familiares e comissários do Santo Ofício nas atividades seculares e administrativas locais (Alagoas Colonial, 1674-1820). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2016.

o peixe que se fizesse com o fim de ajudar a entrada contra o Quilombo"[229]. Havia pessoas de diferentes estratos sociais metidos na dinâmica da pesca na Vila de Alagoas do Sul. Portanto, não se deve indicar a atividade da pesca como um trabalho apenas da gente "pobre". Mas imagina-se que poderia ter havido grupos e/ou famílias que sobreviviam apenas da pesca. Tal hipótese é tentadora, mas criar abstrações onde sesmarias eram concedidas apenas para "pesca" é demasiado forçado. Utilizar esses dados é um indicativo para a existência desses "moradores pobres" que podem ter recebido terras devolutas nos espaços palmarinos para poderem cultivar suas produções e manterem funcionando o sistema "policial" de Palmares pós-reconquista. Soma-se a tudo isso mais duas provas empíricas da diferenciação da produção em Palmares-Mundaú: as lavouras de mandioca e os possíveis currais de pesca.

Entretanto, não se pode tornar esse tipo de política como exclusiva da destruição palmarina. Não se tem ainda notícias mais concretas sobre as pessoas que receberam as terras durante o Governo Aires de Souza em 1685 (suas condições, qualidades, nível de cabedal, ausência ou não de títulos, pertencimento a famílias poderosas, etc). De modo conjectural, junta-se as experiências de Domingos João de Carvalho com as encontradas por Vera Ferlini na Bahia no início do XVII, onde "terras menos férteis, mas cobertas de matas, também podiam ser vendidas com cláusula de obrigação de lenha ou de farinha de mandioca"[230]. A despeito dos termos "vendidas", e "menos férteis", encara-se a política de Estado de Aires de Souza como uma maneira de ocupar os espaços palmarinos em conjunção com os grandes senhores "dos litorais". Contudo, o Governador, em fevereiro de 1680, teria pago pelas experimentos que tinha posto em prática. Em anos passados (ou meses), negros capturados em Palmares tinham recebido a ordem de ficarem em "terra Repartidoz pella Cappittania". O que acabou não sendo de muita ajuda (ingenuidade do Governador e de quem acatou sua ordem ou negociou ela?), pois os negros tornavam a fugir para os matos e no ínterim "Reduzião a outroz para que o fizeçem". Os que foram presos novamente deveriam ir a degredo para o Rio de Janeiro e Lisboa. A ordem foi passada para pessoas que "nesta Prassa tiver negroz destez que Se aprezimarão" deveriam embarca-los[231]. Pode-se imaginar que essa política começou no governo de Francisco de Brito Freire, entre 1661 e 1665, que pode ter dado relativamente certo, pois seu otimismo, e a manutenção dessa prática "(como já se havia reduzido a Nação dos Tapuias)", podem indicar estratégias que foram passadas de administração em

[229] CURVELO, Arthur Almeida S. C. "Pescaria e Bem Comum: Pesca e Poder Local em Porto Calvo e Alagoas do Sul (séculos XVII e XVIII)". In. CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Alagoas Colonial:** Construindo Economias, Tecendo Redes de Poder e Fundando Administrações (Séculos XVII-XVIII). Recife: Editora Universitária UFPE, 2012, p. 58, itálicos do autor.
[230] FERLINI. Op. Cit., 2003, p. 257.
[231] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 340v-341.

administração[232]. Ayres de Souza deve ter se sentido traído pelos negros que advinham do acordo firmado entre o Governador e o líder Ganga Zumba em 1678[233], onde os negros que se renderam receberam um "Cítio que se lhe tem dado para sua vivenda". As câmaras de Alagoas, Porto Calvo e Serinhaém, junto com os Capitães-mores, tinham que garantir a eles nos primeiros dias (para seus sustentos) farinha enquanto não conseguiam produzir suas "Plantaz"[234]. Por isso, avilta-se a interpretação que Ayres de Souza, no seu afã de povoar os sertões de Palmares e utilizar os próprios negros rendidos como força miliciana e até mesmo "motivacional" (na falta de um termo melhor) para acabar com Palmares[235], recebeu os revezes de uma política expansionista, sendo possivelmente protegido pelo Conselho Ultramarino em 1680[236]. Parte de sua proteção pode ter advindo de que dois dos filhos de Ganga Zumba, D. Pedro de Souza Castro Ganasona e Bras de Souza Castro, ficaram do lado dos lusitanos nas lutas contra os Palmarinos[237]. O que ajuda a problematizar os altos e baixos que percorria a experiência lusitana na conquista e estabelecimento social nas nas partes sul. Contribuindo para observações diferenciadas sobre o estilo de negociação de Ganga Zumba, tratado como traidor ou fraco, mas que, no limite, foi remodelado pelos negros mocambeiros que souberam tirar proveito da situação[238].

As fugas das terras sempre ocorreram, apesar de ser quase impossível delimitar em termos matemáticos ou gráficos as curvas de evasão e ocupação. Por conta das evidências documentais, o que se pode fazer de melhor é analisar no prisma da história social a importância que o abandono/ocupação de terra gerava em determinado momento histórico. Como se viu acima, pobres e até mesmo negros escravos tomavam conta de terras que eram palmarinas. Os primeiros entraram nos lugares de alguns ricos que fugiram, os segundos fugiram alguns deles por vontade própria. De acordo com o Governador de Pernambuco, Marquês de Montebelo, em 1690 as vilas das Alagoas, Porto Calvo e Rio de São Francisco (sem descartar Sirinhaém e outras vilas), passavam por uma fase crítica das lutas palmarinas. Apesar dos esforços de Ayres de Souza e de outros Governadores, bem como oficiais das Câmaras, milicianos e moradores locais em ocupar os sertões, naquele ano (podendo retrair para 1688-1689), estava ocorrendo uma grande evasão de moradores, pois estava crescendo "as hostilidades daqueles negros" a partir de "estrago Teranico" que faziam os "moradores

[232] "A língua falada em Palmares". In: **República**, 2004, p. 72.
[233] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1116. Doc. 1124.
[234] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 335v-336.
[235] AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1144.
[236] "A resistência de Zumbi". In: **República**, 2004, pp. 124-126.
[237] **Desagravos do Brasil**, 1981 [1757], p. 459.
[238] PRICE. Op. Cit., 1996, p. 55.

vizinhos" experimentarem "nas honras, nas vidas e nas Fazendas", causando com que eles (os moradores) começassem a "dezamparar as terras"[239]. Essa "fase final" (pois só é cognoscível para nós, historiadores) pode se tornar um ponto chave para entender melhor a evasão de moradores que depois vão querer reaver as próprias terras, ao mesmo tempo em que novas foram dadas para os que se propuseram a lutar, do mesmo modo em que chegava Domingos Jorge Velho (que já tinha contrato firmado das terras) para fazer seus assaltos e angariar suas mercês.

Discursos e participações essas diferentes dos paulistas, homens contratados para guerrearem contra os negros dos mocambos. Seus "contratos de guerra", vida e método de ocupação mantem similaridades em relação aos "alagoanos", mas resguardam diferenças que se torna de suma importância salientar e por em perspectiva de comparação e conexão.

2. 4 Os paulistas e a recompensa de terras férteis

Quando foram contratados pelo Governo da Capitania de Pernambuco e Coroa portuguesa, os paulistas tinham muitos interesses, não sendo apenas as mercês aos seus principais milicianos, títulos honoríficos ou apresamento de guerra (ameríndios e negros); estavam também atrás das terras férteis que Palmares tinha a oferecer. O acordo foi firmado em 03 de março de 1687 em Olinda, e tinha dois termos importantes:

> 6. Que o senhor governador dará aos mesmos conquistadores referidos sesmarias nas mesmas terras dos Palmares, que estiverem livres, para as poderem povoar e cultivar como suas, vivendo sujeitos e as mesmas terras ao domínio de Sua Majestade, que Deus guarde. (...) 11. E as sesmarias que pretendem no rio dos Camarões e Parnaíba lhe prometem dar o senhor governador assim e da maneira que quiserem[240].

Cláusula obedecida e passada pelo Governador em 5 de março. Garantiu as terras e as protegia, delimitando que "nenhua pessoa se poderá entrometer a ocupar as ditaz terraz". O objetivo seguia a tanto a ideia de tática bélica como econômica: "as possão povoar, e serem suaz"[241]. Em 07 de abril de 1693, o Rei de Portugal, Dom Pedro II, confirmava o acordo, mas deveria acrescentar alguns limites à clausula 06 do contrato, que podia ir de encontro com outras manobras de mercês, o que causaria uma série de desconfortos em seu jogo político do

[239] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 546v.
[240] "Condições ajustadas com o governador dos paulistas (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 277-278.
[241] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 411v.

dom e contradom, ao abraçar todos os súditos que fossem pedir os favores. De mercê em mercê, o Rei tinha que controlar os ânimos e administrar o que era justo. Disse o monarca:

> E com declaração que as sesmarias (...), hão de ser com as cláusulas costumadas, limitando a cada um o que poder povoar, ficando-me livre poder dar as que for servido a outras pessoas, que me quiserem servir na mesma guerra ou tiverem feito em outras ocasiões[242].

Essa barganha, que deveria ser, *a priori*, simples, representou dores de cabeça para ambos os lados (paulistas e monarquia). Os primeiros encararam como ambígua a posição do Rei, pois, uma vez apoderadas, as terras não ficariam para eles, visto que os antigos donos, por meio de estratagemas políticos e alianças feitas entre seus iguais (herdeiros ou novos pretendentes), já estavam pedindo as melhoras áreas naquela conquista. O que poderia acarretar que os palmaristas fossem empurrados para áreas não muito aproveitadas e que tinham ainda resquícios de mocambeiros. Ou seja, a guerra iria continuar mesmo depois de finda-a. Os homens de Jorge Velho acusavam os moradores das Alagoas de atitudes como "avarenta ambição", pois o tempo que tinham para povoar as sesmarias estava encerrado, sendo apontados pelos primeiros que os segundos abandonaram suas terras faziam "mais de 10, e em mais de 20, e em mais de 30 ou 60 [anos]". Um típico exagero discursivo, mas com seu fundo de verdade[243]. No entanto, o uso do direito (das sesmarias) como ato de barganha não era possível para provar a concretização de suas vontades. Era necessária a ação de dar primeiro algo para o Rei para conseguir as mercês. Se a destruição de Palmares era a condição principal, uma nova – para carimbar o empenho dos paulistas com a missão – foi colocada:

> Além de que a tenção dos ditos são paulistas é de convocarem outros muitos moradores seus patrícios, que desejam de enxamear; para quem em São Paulo já não há aonde lavrem e plantem; e essa transmigração será coisa de grande utilidade a estas capitanias ou e uma das principais será, servirem de um forte muro contra as invasões dos Tapuias brabos e se tirara toda a ocasião aos negros de tornarem outra vez formar habitação nesses matos[244].

Não mais apenas a conquista e elevação de lavouras era o fator mais importante para ocupar Palmares. Até mesmo os atos de rachar madeiras e construir estradas estavam suprimidos (implícito, mas não excluído). A nova jogada de Domingos Jorge Velho era astuta

---

[242] "Condições ajustadas com o governador dos paulistas (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 279.
[243] Ou, como diria Thompson para a Inglaterra do primeiro quartel do século XVIII: "O que estava em questão não era o uso da terra, mas *quem* usava a terra disponível: ou seja, o poder e o direito de propriedade", THOMPSON. Op. Cit., 1987, p. 123, itálico do autor.
[244] "Condições que os paulistas (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 337.

e mexeu com os administradores de Pernambuco: a migração em peso de paulistas, para poder desafogar a situação da Capitania de São Paulo, ao mesmo tempo em que escancaravam que as povoações do litoral de Alagoas e do centro de Pernambuco não tinham capacidade para migrar ou enviar seus descendentes e pretendentes para povoar aquelas localidades. Soma-se a isso a posição de "autoridade para prender quaisquer pessoas, inclusive as de 'qualidade', que 'com evidência lhe constar socorram os negros dos Palmares'"; essa parte do contrato também serviu de combustível para que as tensões entre os paulistas e os alagoanos ficassem maiores[245]. Porém, o Governador, Caetano de Melo e Castro, que estava bem aparelhado com as principais famílias (não-paulistas) daquelas terras, escreveu carta ao Rei, em 04 de agosto de 1694), dizendo o seguinte: "que Vossa Majestade lhe não deve dar terras [aos paulistas] naqueles distritos", pois "não julgo será útil (...) que aquela gente fique fazendo sua morada nos Palmares"[246]. Se o estabelecimento social naquela região, por um lado, era essencial e visto pelo Rei e seus conselheiros como maneira de povoar e produzir para sustentação do Estado e da Monarquia, para outros (o Governador), isso só seria possível e melhor aproveitado se pessoas de sua confiança fossem os encarregados daquela empreitada. É implícita a situação que esses mesmos moradores "naturais" estavam mais afiados com o Melo e Castro e fizeram pressão para que os paulistas não conseguissem tantos territórios quanto pretendiam. O Rei esperou até o ano seguinte para declarar que ambos (os paulistas e os naturais daquela terra – os "alagoanos" ou "pernambucanos") contivessem suas partes, sendo que não era obrigação morar ali o pretendente, podendo a sesmaria ser aforada[247] – e destaca-se, mais uma vez, a situação de "Justiça" do Monarca ao saber administrar os mecanismos do Dom e do Contradom: não podia bater de frente com aqueles que lutavam contra os mocambeiros desde o período batavo e muito menos negar as mercês estabelecidas com os que destruíram as pretensões dos negros de lutarem por liberdade. Para reforçar o poder policial, conta-se também de 1695 a estratégia de estabelecer "as duas Aldeyas de Indios nas Alagoas, e Porto Calvo" (ou seja, Nossa Senhora das Brotas e Jacuípe)[248]; até que ponto era uma maneira de fazer com que os paulistas recebessem suas dádivas ao mesmo tempo em que trabalhariam para suprir e resguardar os "naturais" que se mostraram hostis? A situação não era apenas uma questão de terra para produção, mas igualmente de caracteres bélicos. Um retroalimentava o outro. E ao saber juntar ambas as esferas (miliciana e

[245] FREITAS. Op. Cit., 1978, p. 153, 160.
[246] "Carta de Caetano de Melo e Castro (...)". In: **Mocambo**s, 2010, p. 344. Colchete meu.
[247] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 357-358.
[248] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 228v-229.

econômica) o Rei invocava o poder de Polícia e reforçaria sua posição como detentor da Justiça e da obediência de seus vassalos, que ficariam satisfeitos.

A administração "racional" e "efetiva" não poderia passar por cima das negociações entre súdito e monarca; contudo, Dom Pedro II se valeu do depoimento do Procurador da Fazenda, que, longe do assunto da mercê e graça (dispositivo de poder do Rei), colocou as terras em parâmetros estratégicos:

> Porém não me parece, que podem com razão pedir os paulistas, que serão 400 até 500 homens, todas as terras dos Palmares para si, pois é impossível, que estes as povoem e cultivem no termo da lei, tendo de comprimento mais de 90 léguas e de largura ao redor de 50; e seria obrar com eles, o que eles mesmos acusam-nos outros, a quem estão dadas e assim me parece, que se devem repartir pelo mestre de campo, cabos e soldados brancos as terras que eles puderem cultivar, ficando as mais para os cabos e mais pessoas que os acompanharão nesta empresa; pois é justo que os que foram sócios no perigo e trabalho, o sejam também no prêmio; além de que sempre convém que nestas terras haja outros povoadores mais que os paulistas, e mais guarde sua vastidão e fertilidade o permite[249].

A partir de 1698, com uma Ordem Real do Monarca de Portugal, começa-se uma delimitação mais sistemática do número de sesmarias e suas delimitações geográficas, após a destruição de Palmares pelo comando de Domingos Jorge Velho. O Mestre de Campo receberia 06 léguas de terras; para o Sargento Mor, 04 léguas de terra; aos Capitães de Infantaria seriam dadas 03 léguas de terra; aos Alferes 02 léguas de terra; e para cada Sargento 01 légua de terra. Os soldados brancos receberiam 01 légua de terra. As companhias que aldeassem índios em suas datas receberiam 04 léguas de terra para sítio e mantimento da aldeia[250]. Estava bem estimulada a doação de sesmarias para produção econômica do espaço, assim como da atividade de policiamento para se evitar novas revoltas e movimentos, tal como era praticada desde o início da colonização portuguesa, em meados de 1530[251]; não sendo essa divisão territorial particular para o caso palmarino-paulista, mas – como foi esboçado acima – uma política lusitana.

Essas atitudes "novas" podem ser encontradas em um discurso de 1698, quando Domingos Jorge Velho – mais emocional do que o normal – narrou seus sofrimentos naquelas terras, inclusive dizendo que, mesmo após a destruição de Palmares, continuava a "extinguir o que há de resto dos ditos negros difusos e espalhados em vários mocambinhos". E rechaçava

[249] "Parecer do procurador da Fazenda (...)". In: Mocambos, 2010, p. 361.
[250] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 202-202v. DHP. **Sesmarias.** Vol. I. 1954, pp. 267-268.
[251] CANABRAVA, Alice Piffer. "A grande propriedade rural". In: CANABRAVA, Alice Piffer. **História econômica:** estudos e pesquisas. – São Paulo: Hucitec; Unesp; Abphe, 2005, p. 45.

as colocações daqueles que bradavam que existia em torno de 30 negros fugidos, devendo as contas ser "trinta vezes trinta pelo menos". Por continuar a sofrer com "trabalhos e penalidades, de fomes, sedes e misérias indizíveis", o Mestre de Campo pedia mais fardas e terras para habitar com suas famílias (salvo engano, mais do que as que receberam)[252]. Naquele mesmo ano, em 13 de janeiro de 1698, o Conselho da Fazenda mantinha a recomendação de dar as sesmarias aos paulistas pela ordem decrescente de léguas (cf. acima) e a "mercê e doação da [vila] que pede", utilizando essa proposta para fazê-los povoarem[253]. A que ficou na área das Alagoas se tornou posteriormente a Vila de Atalaia, e se localizava "num ponto duas léguas ao norte da atual vila de Pilar, à esquerda do [rio] Paraíba"[254]. Dois anos de conflitos e disputas aconteceram entre os paulistas e os interessados pelas terras de Palmares, e acabou que moradores da vila das Alagoas fizeram queixas e enviaram ao Rei de Portugal em 1700, pedindo resolução dos conflitos (as terras do norte para os paulistas e as do sul para os moradores), além de um pedido inusitado, que a vila ficasse "debaixo da protecção da Caza de Bragança". O Rei foi firme em colocar que os contratos fossem respeitados em relação à distribuição e que, acerca "da protecção", "se não pode permittir"[255].

Mas isso não significa que os paulistas só foram povoar e adentrar nos circuitos sociais e mercantis apenas depois daquela data de 1700. Na verdade, as povoações já estavam em andamento, inclusive com construções de arraiais e missões. No ano de 1699 (que teve os ecos em 1700) foram comuns as contendas entre os paulistas e "os povos e nobreza daquele distrito [das Alagoas]", como a que aconteceu por causa de 10 léguas de terra em Palmares: "pedem a V. Magestade ordene ao Mestre de Campo dos Paulistas não faça a Sua Sitiação, Senão des legoas fora do Povoado daquella Villa para o Certão"[256]. Os primeiros queriam chegar mais a costa, enquanto que os segundos os empurravam aos sertões[257]. Estabelecer-se nos interiores não era bem uma jogada sábia para quem estava vivendo a situação, apesar de aos olhos dos administradores, representasse uma ótima situação (o muro contra os Tapuias, que os palmaristas usaram como metáfora para se autopropagandearem[258]). Depois de entrarem pelos sertões, os paulistas (como tantos outros América afora) começavam a fazer o

[252] "Requerimento dos oficiais do terço de infantaria S. Paulista (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 396-397.
[253] "Parecer do Conselho da Fazenda". In: **Mocambos**, 2010, p. 398-399.
[254] FREITAS. Op. Cit., 1978, p. 181. Acréscimo meu.
[255] "Carta Régia. 1700". **Revista do IHGAL**, 1901, p. 76.
[256] AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1829, fl. 1.
[257] "Consulta do governador e capitão-geral de Recife (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 453.
[258] Seria esse "muro" contra os tapuias uma versão "cristã" ao "muro do demônio", escrito pelo autor anônimo em 1691? Cf. [Biblioteca da] Ajuda. **54 XIII 16**, fl. 162. Autor Anônimo. "Sobre os tapuias que os paulistas aprisionaram na guerra e mandaram vender aos moradores do Porto do Mar, e sobre as razões que há para se fazer a guerra aos ditos tapuias (1691)". *Apud* PUNTONI. Op. Cit., 2002, pp. 70-71.

caminho "em sentido oposto que, partindo daqueles núcleos já constituídos no interior, procura saída mais rápida ou mais cômoda para o litoral"[259]. Por isso, em 1707, foi determinado pelo Rei de Portugal que o Governador de Pernambuco "estabelecesse na região 3 arraiais fortificados, com duas companhias de 20 homens cada uma". Nas Alagoas foi erigida o Arraial de Nossa Senhora das Brotas[260].

Por conta de documentação e atrasos burocráticos, alguns pedidos foram resguardados. Entre um deles, estava Antonio Vieira Rodrigues, paulista, Capitão do terço de infantaria pago dos Palmares, que em 1716 recebia seu pedido de sesmaria, mas não sem antes dizer o que tinha feito para "merecê-la". Dizia ter saído de sua "pátria S. Paulo" para servir na "campanha e destruição dos negros que a dominavam [Palmares]". Foi em uma embarcação, junto com sua família, com uma missão: "povoar os Palmares". Durante 17 anos fez um sítio onde começou fazendo pastos para gados, tendo inclusive um curral deles construído com "casas de telhas e árvores de espinhos"[261]. Alegou que no seu sítio já tinha um "molinote", e moendas para inclusive "levantar um engenho". E, aqui, vale chamar a atenção que a transformação de um "molinote" ou "engenhoca" para Engenho de Açúcar não deve ser levada ao pé da letra, podendo ser uma situação mais típica de séculos posteriores, como o que acontecia na Bahia[262]. Voltando ao documento, Antonio Rodrigues pedia a isenção de dízimo para as três léguas respeitantes a seu "merecimento", pois era uma ordem do Rei dar aquele "privilégio" para os Capitães que atuaram "nos quadros de Palmares". Importante salientar que as terras ditas pelo Capitão em seu requerimento tinham que ser avaliadas e deveria ser comprovado que elas ficavam "dentro do limite das terras conquistadas dos Palmares". Recebeu sua mercê, sendo as três léguas, e todas as isenções possíveis, menos a do "dízimo de Deus e a ordem de Cristo, segundo as disposições reais"[263]. Não conseguiu a isenção, pois desde 1699 que o Rei já tinha se adiantado que os paulistas não pagariam "foro algûm; mais que somente o Dízimo de Deos"[264].

As mulheres dos paulistas tinham que valer seus direitos da mesma maneira que os homens. A viúva de Domingos Jorge Velho, D. Jerônima Cardim Fróz, junto com seus herdeiros, conseguiu terras na quantia de 06 léguas já nas fronteiras de Palmares (o que era de se esperar), "p[a] o sertão nas cabiceiras das terras de Diogo Soares, no taboleiro das Alagoas,

[259] PRADO Jr.. Op. Cit., 2011, p. 251.
[260] FREITAS. Op. Cit., 1978, p. 182.
[261] Ou seja, laranja e limão, GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da terra do Brasil.** – Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1995a (1576), p. 23. Doravante "Tratado da terra".
[262] BARICKMAN, Bert. **Um contraponto baiano:** açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 80.
[263] DHP. **Sesmarias.** Vol. I. 1954, pp. 219-222.
[264] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 260v-261, 344-344v (repassada em 1703).

ao sul, regada dos rios Parahiba grande e Pequeno Setuba, fazendo frente ao dito taboleiro ou campina denominada aborda da mata, correndo os rumos do nordeste e sudeste onde corre outro rio"[265]. Ter sido casada com o mais famoso Mestre de Campo pode ter garantido a D. Jeronima uma quantia maior de terra e um esforço menor para conseguir a carta de Sesmaria. Estar nas margens dos rios também era outra estratégia. Ao contrário de muitos paulistas e "alagoanos", D. Jeronima poderia ter o horizonte do Engenho de Açúcar mais próximo do que o restante dos agraciados com terras palmarinas.

Em 1717 era a vez de outro Capitão, paulista, do Terço de Infantaria Paga dos Palmares, André Furtado de Mendonça, receber "suas terras". Seguiu o mesmo caminho do Capitão Antonio Vieira Rodrigues. Mas seu discurso de "ocupação e povoação" é um pouco mais rico. O paulista saiu com sua família para os espaços palmarinos recém-conquistados, onde se estabeleceu e começou ali a fundar uma "povoação com casas de sobrado e telha". A construção do espaço se deu com abertura de matos, onde iniciou a criação de pastos e o cultivo de lavouras de roças e tabacos, "em vários sítios, e nelas árvores de espinho, e outros frutos usuais da terra com um curral de gado". Tudo isso em um período de aproximadamente "19 para 20 anos". Suplicava o mesmo que Antonio Vieira Rodrigues: as três léguas de terra e as isenções dos impostos. Recebeu e deveria povoar "adentrando os sertões" como exigia o monarca de Portugal, que não agraciava os conquistadores com um punhado de terra, e sim com sesmarias estratégicas e pensadas em um projeto de ocupação e exploração gerenciado pelo Governador de Pernambuco e confirmado pelo Rei de Portugal[266].

O espaço do Mundaú-Palmares despertava cobiça, preocupando administradores do Estado português com todo tipo de artimanha que poderia aparecer. Um caso era o de pessoas que se diziam Capitães para poderem receber as três léguas de terras em espaços das conquistas de Palmares, com tudo que era de direito. Caso que *quase* aconteceu com Alexandre Jorge da Cruz, que se dizia Capitão de Infantaria do Terço dos Palmares. Não informou se era paulista, "alagoano", ou "pernambucano". Nem enumerou os feitos a favor da conquista e povoação. Simplesmente pedia suas três léguas de terra. A princípio, os despachos do Procurador da Coroa não encontrava em seus livros que Alexandre Jorge tinha sido Capitão. Após uma pesquisa minuciosa em arquivos "pernambucanos", encontraram sua patente no período anterior a 1698 (quando o Rei deu a ordem da entrega das léguas de terra, delimitando a quantidade por patente). Em 1718 Alexandre recebia sua porção de terra e dali

[265] DHP. **Sesmarias.** Vol. IV. 1959, p. 131.
[266] DHP. **Sesmarias.** Vol. I. 1954, pp. 230-235.

em diante deveria cultivá-la e torna-la útil em aproximadamente 05 anos, para não cair no risco de perdê-la ("terra devoluta")[267].

A ocupação pelo Gado poderia ser extremamente viável para se manter economicamente bem até conseguir mais rendas para tentar auferir novos horizontes econômicos. Nesse viés interpretativo, têm-se quatro paulistas, sendo um ajudante e três alferes, que requeriam duas léguas de terra nos espaços conquistados de Palmares, nos momentos das batalhas que participaram (alegavam terem sido da Campanha de Domingos Jorge Velho). Dos quatro, apenas um paulista já sabia o que fazer com a sesmaria caso a recebesse: Simão Vieira Lindo, Alferes, pedia duas léguas de terras, uma parte subindo o Rio Parangaba, e "a outra parte mais conveniente de as situar com currais de gado de pasto por estar devoluta para o sertão (...)". Recebeu sua terra em 1724[268]. Outros paulistas que receberam terras foram o Capitão de Infantaria de Palmares, Domingos João de Carvalho, e o Alferes do mesmo terço, Luiz Mendes da Silva. O pedido foi, em 1724, reafirmando um documento de 1708, de terras em lugares estratégicos, cercadas por serras, mas ao mesmo tempo utilizando dos rios para fazer fronteira e retirar dali seus gêneros naturais e estratégias de manutenção das lavouras e plantações; além, como se pode ver, ter um vizinho poderoso por perto:

> tres leguas de terras em quadra, do riacho chamado Tamoatú pelo rumo de nordeste buscando o rio Mundahú pela testada do capitão Alexandre Jorge; da parte do norte buscando a serra do Caxefe para o sertão; da parte sul servindo de testada as cabeceiras do capitão André Furtado, pelo rio Parahyba acima até encher as ditas tres legoas de terra em quadra do dito capitão e o dito alferes as duas legoas pelo dito rio Parahyba merim, assim de uma banda e outra, buscando a serra do Cavalleiro até encher as duas ditas[269].

Diferente dos que foram denominados por "moradores das alagoas", os paulistas receberam suas terras por conta de suas ações mais enfáticas nas guerras. Algumas similaridades podem ser feitas, a saber: ocupar para manter o espaço economicamente viável e manter moradia para criar espaços de policiamentos contra novos ajuntamentos de mocambos. Nesses pontos, paulistas e "moradores das alagoas" não divergiriam entre si. Contudo, atenta-se no estilo de ocupação. Uma espécie de "agricultura familiar", que tinha vindo desde São Paulo para conseguir se instalar nos espaços palmarinos. As culturas

[267] DHP. **Sesmarias.** Vol. I. 1954, pp. 246-249.
[268] DHP. **Sesmarias.** Vol. I. 1954, pp. 292-295.
[269] "1708-1724. Instrumento em publica forma com theor da copia de uma carta de doação, abaixo copiada a requerimento de Gonçalo de Barros". **Revista do IHGAL**, 1901, p. 78-79.

econômicas devem receber igual atenção: uma ausência maior do discurso da cana de açúcar e do tabaco. Os exemplos aqui escolhidos para análise servem para ilustrar a diversificação da produção dentro dos espaços conquistados. Contudo, em um âmbito mais geral, o que predominou foram atividades como gado, roças e madeiras. Possivelmente por conta de uma possível falta de prática na cultura do açúcar, como cabedal para tal empreendimento, assim como conhecimentos das condições geográficas. Guardando as devidas proporções, vê-se naquele momento uma situação parecida com a Ilha da Madeira no início de sua ocupação: "uma luta entre a lavoura dos homens livres, o trigo, e a dos escravos, o açúcar"[270]. Ou seja, pobres e desprivilegiados, com produtos de subsistência contra poderosos e ricos, e seus produtos do mercado mundial e intracapitanias.

2. 5 Conquista econômica e guerra social

Já é consenso na historiografia brasileira de que Palmares não foi completamente destruída em 1695. A partir de Domingos de Jorge Velho e Cristovão de Mendonça (um no Arraial de Nossa Senhora das Brotas e outro no Arraial de Jacuípe), tem-se constantes entradas para aniquilação de novos mocambos. Um conjunto deles foi feito e liderado por Camuanga, anterior a 1700, irmão de Zumbi[271]. Não tardou muito para que sua derrota fosse concretizada no governo de D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, que se iniciou em 1703. O que convém ressaltar é que após "o seu completo aniquilamento, providenci[ou] ao mesmo tempo sobre a segurança do local e fundação de povoações cujos centros de população impedissem novas tentativas"[272]. A tarefa de casa já estava feita e os futuros administradores de Pernambuco (e da futura Comarca das Alagoas) já deveriam ter em suas estratégias e prerrogativas a ocupação de territórios sertanejos para aproveitamento material a partir da ocupação e impedimento do aparecimento de mocambos de negros. Quando eclodiu a denominada "guerra dos mascates", no centro da Capitania de Pernambuco, Bernardo Vieira de Melo, homem experimentado nas guerras Palmarinas (um "herói" que participou do assassinato de Zumbi), após sair da prisão, fez uma leitura da situação belicosa e "propôs aos seus amigos o refúgio dos Palmares, onde facilmente podiam opor barreiras e resistir às tiranias dos Mascates". Não conseguiu cumprir o objetivo, tendo ido sozinho com seu filho e,

[270] SCHWARTZ. Op. Cit., 1988, p. 25.
[271] **Anais Pernambucanos**, vol. 4. 1983, p. 510. **Desagravos do Brasil**, 1981 [1757], p. 458.
[272] **Anais Pernambucanos**, vol. 4. 1983, p. 487.

em 1712, se rendido em Porto Calvo[273]. Mas esse acontecimento histórico serve para o argumento dessa tese de que as trocas e as transmissões de experiência são as atitudes que fazem um espaço geográfico mudar com o decorrer do tempo, ganhando importância ou perdendo sua estima.

Muito se salientou sobre o objetivo de "policiamento" da região do Mundaú-Palmares durante as guerras e após a destruição de seu quilombo, levado a cabo por moradores da "Capitania das Alagoas" e pelo Terço dos paulistas. Todavia, não se deve pensar que cada habitante, em sua sesmaria, deveria estar sempre de armas em punho para lutar contra novos negros fugidos e possíveis células de resistência. O governo da Capitania de Pernambuco resolveu estabelecer nas terras mocambeiras arraiais militares como bases de milícia para continuar o policiamento das terras, visando a supressão de novas batalhas, assim como a manutenção da "boa ordem" para as atividades econômicas que estavam se estabelecendo[274]. Entretanto, voltar a olhar as dinâmicas das populações mais antigas era importante. É da mesma época (Janeiro de 1701) o pedido do Rei de "acrescentarsse" mais um Capitão Mor de Ordenança na freguesia de São Miguel (termo da Vila das Alagoas), pois a mesma era considerada "dilatadissima", o que invocaria uma dispersão (mas não necessariamente aumento) populacional como uma atenção maior em relação à manutenção da ordem civil[275]. O agraciado tinha sido Antonio da Rocha Barbosa, "hum dos homens nobres e principais daquela Capitania [das Alagoas]", já experimentado na "polícia", "servido por espaço de quatorze anos no posto de Capitão de Infantaria da Ordenança", e com experiência "em várias ocasiões de guerra que se ofereceram contra os negros dos Palmares e principalmente no cerco da fortaleza do retiro da barriga"; estava recebendo uma promoção pois "atualmente estar ocupando o posto de Sargento Mor da dita povoação com boa aceitação dos moradores"[276]. Não era só os paulistas os responsáveis pela estabilização social escravista, os próprios homens nobres queriam tomar para si a responsabilidade, e o Rei e o Governador aprovavam a ideia, pois assim conseguiam distribuir poder de mando para resguardar sua autoridade central. Convém mencionar a importância da conquista daqueles sertões, em que as táticas de estabelecimento social partiram não apenas por doações de terras para plantações de lavouras, construções de currais de gado e levantamento de Engenhos. As aldeias

[273] **Anais Pernambucanos**, vol. 5. 1983, p. 207-208, citação página 207. Sobre Bernardo Vieira de Melo e suas andanças em Palmares – a partir de 1710 – na época dos conflitos entre olindenses e recifenses (saindo das matas para seu Engenho em Ipojuca e depois retornando), cf. MELLO. Op. Cit., 2012, pp. 282 (momento em que ele se encontra em Palmares), 390 (momento em que ele se rende em Porto Calvo).
[274] "Os 'exorbitantes desaforos' dos Palmarinos". In: **República**, pp. 49-50.
[275] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 286v.
[276] ANTT. **Chancelaria Régia**. Dom Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 27, fls. 41-41v.

ameríndias, missões e arraiais militares fizeram parte daquela estruturação de dominação luso-brasileira escravista. Mesmo assim, não podemos encará-las como meros espaços de beligerância e seus habitantes como "meras máquinas de prazer bastardo e de labuta incomportável"[277]; pois foram personagens essenciais na formação de futuras identidades locais.

O Açúcar, sempre citado e observado como gênero *Magnum* da ocupação luso-brasileira nas terras de Duarte Coelho, tem seu peso e força na estabilização do território sul da Capitania (Alagoas, Porto Calvo e Penedo)[278]: "É no desenvolvimento da agricultura da cana de açúcar que assenta a organização de cada um desses núcleos fundamentais do povoamento das Alagoas. É através da economia açucareira que se expande a colonização do território alagoano"[279]. Essa conclusão de Diégues Júnior não sobrevive mais à pesquisa histórica em documentos primários dos séculos XVI e XVII. Os Engenhos foram importante foco de povoamento para a região da Vila das Alagoas (e será também na de Porto Calvo, como se verá adiante), mas não era o único espaço de vivência. Por conta de seu ambiente de vida estar atrelado ao comércio transatlântico-mundial, pouca atenção pode ter dado ao gado, farinha e gêneros mais internos, igualmente importantes para manutenção da vida na América e até mesmo da riqueza de uma localidade.

As propagandas dos governadores de Pernambuco durante as guerras palmarinas refletem as estratégias de ocupação nas atitudes mescladas de políticas de Estado e experiências sociais. Em vários momentos tentavam coadunar pessoas para irem aos mocambos capturar e destruir moradias de negros, prometendo terras férteis para Engenhos de Açúcar, lavouras de cana e fundação de vilas; por outro lado, quando já tinham um contingente, ordenavam a manutenção de arraiais, plantações de gêneros alimentícios e atividades bélicas. Os habitantes que foram, dos quais se tem evidências, focaram na ocupação do solo pelo tabaco, gado e gêneros alimentícios; demonstrando que o Açúcar não era sempre o *início* do estabelecimento, estando mais para *objetivo final*, nem sempre alcançável (isso, só pesquisas futuras sobre o século XVIII e XIX podem ajudar a provar).

Essas ocupações vão contribuir no aumento demográfico dos termos mais afastados da Vila das Alagoas e freguesias vizinhas. Adentrarão os sertões e ali formarão dinâmicas próprias que influenciarão de maneira significativa a aplicação da justiça, o estabelecimento militar, o mercado local e intracapitanias, e a administração da religião católica. Com o

[277] ABREU. Op. Cit., 1963, p. 76.
[278] SCHWARTZ. Op. Cit., 1988, p. 33-34.
[279] DIÉGUES Jr.. Op. Cit., 2006, p. 49.

tempo, uma autonomia – ou descontrole, se for observado pelo prisma anacrônico de burocracia de Estado – chamará a atenção do Governo da Capitania de Pernambuco, que visará um aparelhamento maior de uma localidade que tem produtos e população apta a contribuir melhor para a Fazenda Real e dentro já do circuito do Mercado Mundial. Mas uma andorinha não faz verão, e as outras vilas vizinhas tinham que estar – cada uma a sua maneira – mais ou menos em pé de igualdade para, juntas, chamar a atenção do Governo.

3 SALITRE E A VILA DE PENEDO DO RIO DE SÃO FRANCISCO

Viu-se na introdução que em 1706 o Monarca de Portugal, ao responder ao Governador de Pernambuco acerca da Ouvidoria das Alagoas, achava interessante que o Ministro de Letras tivesse consciência da conveniência de ajudar a gerenciar as "Minas de Salitre".

Essa minúscula pista, desaparecida até os dias atuais nos livros e escritos sobre a História de Alagoas, serve como ponto de partida para utilizar o acontecimento de descobrimento e construção de uma Oficina do Salitre no intuito de compor um quadro geral de movimentação social e econômica na Vila de Penedo e da área do Rio de São Francisco[280]. Avaliar o uso das minas em um discurso político, aglutinando-a nas motivações da instituição de um Ouvidor nas Alagoas, contribui nos raciocínios de que Penedo não se expandia em direção aos sertões exclusivamente por conta da guerra dos bárbaros e dos currais de gado, mas inclusive por diversas outras atividades. A aglomeração de pessoas em torno de um espaço citadino iria, consequentemente, povoar as áreas adjacentes com agricultura e pastoreio para poder prover a população com gêneros alimentícios e garantindo a conquista[281]. Assim sendo, ao estudar nos livros as conquistas dos sertões "de dentro" e "de fora" (a primeira partindo da Bahia e a segunda de Pernambuco para o norte)[282], tem-se a impressão de que a região entre Olinda e Penedo (verticalmente) e Penedo e Piranhas-Rodelas (horizontalmente) ficou em branco e desertificada historiograficamente. Parece até que levaram ao pé da letra a fala do cético personagem fictício Alviano: "se vemos que em tanto tempo que habitam neste Brasil [1618] não se alargaram para o sertão para haverem povoar nele dez léguas, contentando-se de, nas fraldas do mar, se ocuparem somente de fazerem açúcares?"[283]. Compreender a região do Rio de São Francisco como inserida em uma movimentação maior da história da colonização portuguesa, bem como passível da identificação de experiências sociais e de conjunturas próprias, é o objetivo proposto nesse capítulo, pois as regiões dos sertões serão imprescindíveis para se entender a formação

[280] Que não foi necessariamente por falta de pesquisa. De fato, até a década de 80 e início dos 2000 os pesquisadores alagoanos não tinham uma prática de andar em arquivos (somente IHGAL e Arquivo Público de Alagoas). Para o tema do Salitre, as principais ocorrências estão em conjuntos "lusitanos" (AHU e AUC). Vale ressaltar que nas fontes impressas como Couto, Pita e Jaboatão – as mais usadas pelos "historiadores" – nada é dito sobre as Minas de Salitre.
[281] AB'SABER, Aziz N. Op. Cit., 1960, p. 69.
[282] ABREU. Op. Cit., 1963, pp. 147-148. PUNTONI. Op. Cit., 2002, pp. 26 (se valendo de Abreu). E, mais tarde, GALINDO, Marcos. **O governo das almas:** a expansão colonial no país dos tapuias (1651-1798). – São Paulo: Hucitec, 2017.
[283] **Diálogos**, 1618 [1997], pp. 8-9.

socioeconômica (que encorparão discursos políticos fortes) das partes sul; além de começar a fugir (mas respeitosamente) da mania de copiar e colar tudo que foi escrito sobre o "sertanejo" e aplicar de maneira chapada em Penedo, suas jurisdições e população[284].

Da mesma feita, temporalmente, o estabelecimento da Oficina do Salitre estava inserida dentro do recorte cronológico das batalhas contra os mocambos de Palmares e – assim como Tamandaré – na estruturação de uma "expansão" para fora das vilas e adjacências próximas. Em âmbito macro na história da América portuguesa, ocorriam também os devassamentos dos sertões por conta da procura e pesquisas de minas, tendo a participação tanto do Estado lusitano como de iniciativas particulares[285]. Essa relação entre economia↔expansão territorial↔sociedade luso-brasileira é que, direta e indiretamente ajudará a compor futuramente a Comarca das Alagoas. Destrinçar tanto o acontecimento como suas bases de estabelecimento social é importante para aumentar o arcabouço de conhecimento e de interpretação acerca da sociedade do Rio de São Francisco e "das Alagoas" como um todo.

3. 1 A influência do salitre na conquista de Palmares e São Francisco

Não é nenhuma novidade que os mocambos que faziam parte do conjunto chamado "Palmares" se estendiam de Pernambuco até as margens do Rio de São Francisco. Ou seja, antes mesmo de alegar a povoação apenas de vaqueiros, homens pobres, milicianos e mestiços, tendo como principais tratos o gado e os capitais "inimigos" o ameríndio hostil à escravidão, é importante ressaltar a existência de negros mocambeiros, fugidos do regime escravista das vilas litorâneas e de possíveis terras e fazendas dos sertões.

Como bem se sabe, a existência de descobertas e extrações sistemáticas do Salitre só ocorrerão nos finais do século XVII na região do Rio de São Francisco (parte Pernambucana). Não que o minério não fosse tema corrente em assuntos militares e administrativos, visto ser

---

[284] O ensaísta Dirceu Lindoso foi quem mais chamou atenção para olhar a sociedade de Penedo como a "civilização do couro" (v. introdução), propondo um estudo no estilo "história vista de baixo" para contrapor uma história elitista centrada sempre no açúcar. Mesmo assim, pouco avançou no estudo e mesmo em livros recentes não deu mostra de novas pesquisas históricas, repetindo os escritos de Capistrano de Abreu da civilização do couro mais cara aos piauienses e baianos do que para os "alagoanos". LINDOSO, Dirceu. **O Grande Sertão.** – Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2011, pp. 77-89.

[285] CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. "Política e administração de 1640 a 1763". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira:** Administração, economia, sociedade, Tomo I, vol. II, 1982, p. 19. PETRONE, Teresa Schorer. "As áreas de criação de gado". In: HOLANDA (dir.). Op. Cit., Vol. II, 1982, pp. 221. Citando Basílio de Magalhães, Petrone concorda que o período de 1590 até 1690 foi o século em que as expansões do gado atingiram os sertões da Bahia até o Rio Grande do Norte. Em relação ao ouro, pode-se recuar um pouco até 1578, cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero. "A construção do espaço brasileiro". In: BETHENCOURT. CHAUDHURI. Op. Cit., 1998, p. 31.

ingrediente fundamental para se fazer a pólvora[286]; e, se a "descoberta" não apareceu do nada, mas adveio de expediências e relatos pré-existentes, pode-se colocar que antes da dominação holandesa em Pernambuco já se tinha feito entradas nos sertões do grande rio.

Quando estava residindo em Olinda, no ano de 1612, o Governador Geral do Estado do Brasil, Dom Diogo de Menezes[287], "mandara descobrir, por ordem del-Rei, as minas de salitre que haviam naquele Estado, ordenando seu fabrico". A pólvora deveria ser feita em grande quantidade para suprir necessidades do "Brasil, os mais lugares ultramarinos e para o Reino". Uma das pistas de localização das minas é a "aldeia que o governador mandara fazer para Manuel de Miranda"[288]. A resposta da questão ("essas minas ficam ou não em Pernambuco?") encontra-se no livro de Diogo do Campos Moreno, escrito em 1612; nele, informava Moreno que havia "navegação do salitre do Rio de São Francisco". Se a dúvida aparece por conta da existência de minas e uma futura oficina na Bahia, em seguida a suspeita é sanada: o salitre, que não estava sendo extraído, existia em um local chamado "Serra do Gregório", que ficava subindo ao "Rio dos Cabaços"[289]. A questão dos rios logo será mais bem esmiuçada, e o que convém salientar é que pelo menos havia conhecimentos empíricos acerca da existência do minério nos sertões que se tornariam jurisdição da Câmara de Penedo. Outra pista que comprova tentativas de procura de Salitre vem do ano de 1628, quando a empreitada foi dada ao Capitão Antonio de Lima, que acabou "penetrando umas oitenta léguas pelo interior, mas sem nada encontrar de vantagens compensadoras"[290]. Essa introdução serve para reforçar durante a tese que a "descoberta" e "ocupação" das áreas das minas de salitre nos finais do XVII obedeceram a um percurso de longa duração e de troca de experiências que remontam desde pré-1612. A guerra fazia aumentar a necessidade do material, pois "Portugal t[inha] falta de salitre (...). Manda[va]-se vir de Castela, de Valência, de Aragão, de Marrocos, da Índia", desde pelo menos 1607[291]. Situação de carência que era vez ou outra sanada, uma vez que em 1635 o Rei Filipe III mandava carta ao Conselho da Fazenda sobre uma consulta do

[286] Na conquista do México, Cortés invoca a procura tanto de metais preciosos como de salitre para procurar a pólvora. Ou seja, como conquistadores, viam a necessidade de ingredientes para fazerem a guerra serem mais importantes que a manutenção da vida pela agricultura, GRUZINSKI, Serge. BERNAND, Carmen. **História do Novo Mundo:** da descoberta à conquista, uma experiência europeia, 1492-1550. – São Paulo: Editor da Universidade de São Paulo, 2001, p. 374. No âmbito europeu, fazendo referências à China, Egito e Japão, BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo:** as estruturas do cotidiano, vol. I – São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 352-361.

[287] Afinal, os governadores do Estado do Brasil residiam na Vila de Olinda naquela época, cf DUTRA. Op. Cit., 1973, p. 27. Agradeço a Arthur Curvelo pela informação e referência da leitura do artigo, a interpretação é de inteira responsabilidade minha.

[288] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I. 1956, p. 329, doc. 503.

[289] **Livro que dá razão**, 1968 [1612], p. 54-55.

[290] **Anais Pernambucanos**, vol. 7, 1983, p. 230.

[291] MAURO, Frédéric. **Portugal, o Brasil e o Atlântico,** 1570-1670. Volume II. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 111.

Conselho de Estado, alertando para a necessidade de Pólvora e munições na Capitania[292]. Para a Bahia, o cronista Gabriel Soares de Souza exagerava já em 1587 que no Brasil "lhe não falta ferro, aço, cobre, ouro, esmeralda, cristal e muito salitre"[293].

No período de dominação holandesa, existiram notícias de que no Rio de São Francisco (jurisdição de Penedo), havia um território rico em prata e salitre, o que acabou também chamando a atenção de Nassau[294]. Esse tipo de informação circulava pelo fato de que os holandeses, em 1645 (quando foi deflagrada a guerra), tinham grande força na vila de Penedo, reforçando seu domínio ao contribuir em sua estruturação, pelo menos arquitetônica (o Forte Maurício é o exemplo máximo, existente desde 1638, levantada pelo próprio Conde em campanha às partes sul)[295]. Outra possível motivação poderia ser que a própria "Holanda" (as Províncias Unidas) comprava salitre da Polônia naquele século XVII[296]. O interesse da existência do minério em Penedo teria atiçado ao príncipe para a extração praticamente em seu quintal. Mas, até que ponto os batavos tomaram conhecimento do salitre a partir dos relatos luso-brasileiros e, após a expulsão em 1654, esses últimos não se valeram de possíveis expedições holandesas aos sertões? A possibilidade existe, apesar da dificuldade de sua comprovação.

Mas pode-se contar com uma ênfase maior sobre o minério em 1671, quando a presença de negros mocambeiros nos sertões do São Francisco já causava ira dos homens escravistas e administradores da Capitania. O Governador, Fernão de Souza Coutinho, escrevia carta ao Rei sobre as situações dos aumentos constantes de mocambos e de fugas de escravos do litoral que se embrenhavam nos interiores atrás de liberdade e de uma vida menos castigada e humilhada. Sem citar Penedo em particular, colocava um depoimento um tanto quanto exagerado, mas interessante:

> porque os moradores nas ruas mesmas casas e engenho tem os inimigos que os podem conquistar se resolver e a seguir tão pernicioso exemplo, admoestados dos mesmos rebeldes que os comunicam tendo já tendas de ferreiros e outras oficinas com que poderem fazer armas, pois usam de

[292] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 161, fls. 1-2.
[293] SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França acrescentada de alguns comentários por Francisco Adolfo de Varnhagen. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000 [1587], p. 2. Doravante "Tratado descritivo".
[294] VERDONCK, Adriaen. "Memória oferecida ao Senhor Presidente [1630]". In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (ed.). **Fontes para a história do Brasil holandês:** a economia açucareira. – Recife: CEPE, 2004, p. 45-46. Doravante "Fontes Brasil holandês". Sobre Nassau, **Anais Pernambucanos**, vol. 7. 1983, p. 230.
[295] **Manuscritos da Casa de Cadaval.** vol. I. 1956, p. 41, doc. 81. **História da América portuguesa,** 2011 [1730], p. 204.
[296] BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo:** o jogo das trocas, vol. II – São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 369.

> algumas de fogo que de cá levam; e estes sertão é tão fértil de metais e salitre, que tudo lhes oferece para sua defesa, se lhes não faltar à indústria que também se pode temer dos muitos que foge já práticos em todas as mecânicas[297].

Deixando uma avaliação sobre a capacidade de fundar oficinas e fabricar armas um pouco de lado (herança advinda da África)[298], atenta-se nas palavras-chaves "sertão", e "metais e salitre". Como já foi escrito, Penedo e Rio de São Francisco não são contabilizados na citação acima, apenas "Palmares" e a vila de Porto Calvo como base para saída de uma expedição que visava extinguir os negros rebelados. Ora, o que esse depoimento estaria fazendo aqui? Uma possível resposta parte da premissa de que a existência de salitre nos sertões não é citada quando se está falando de "Palmares" nos espaços "Alagoanos" e "Porto Calvenses" (subindo para Pernambuco). Podem esses sertões estar mais ligados a Penedo do Rio de São Francisco. Problematizar a colocação auxilia no sentido de compreender um senso territorial-administrativo pela perspectiva do Governador de Pernambuco. Em linhas rápidas: o sertão era "fértil das terras" e ainda tinha "metais e salitre", logo, não poderia ficar em mãos de palmarinos, mas dos conquistadores lusos e luso-brasileiros; afinal, o problema não era as minas ficarem sem extração, mas exatamente o contrário, que os negros começassem a usar aquilo contra os seus antigos senhores, visto que em 1679, na expedição de Francisco Álvares Camelo, que saiu das Alagoas, cinco de seus homens foram "feridos de balas"[299]. Sabe-se que boa parte das armas, munições e ferramentas (ou sua totalidade) advinha de um "lucrativo comércio" entre os habitantes locais e os palmarinos (vide cap. I)[300], embora as próprias armas de fogo não fossem tão úteis quanto as flechas ou lanças, mais comuns aos ameríndios e possivelmente palmarinos[301]. Ou seja, imagina-se que as "armas" de pólvora dos negros rebeldes serviram mais como "uma chamada" para atiçar a conquista dos sertões, incutindo os administradores – interessados nas destruições dos mocambos – o medo nos luso-brasileiros. Tal "promoção do medo" se basearia de que, após os holandeses, agora os palmarinos teriam força para "invadir" de dentro as possessões lusitanas. Além da existência no imaginário da capacidade de destruição que uso da pólvora proporcionava tal qual foi contado por Brandão em seus "Diálogos" de 1618:

---

[297] "Carta do governador Fernão de Souza Coutinho (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 187.
[298] ALENCASTRO. Op. Cit., 2000, p. 90. BOXER. Op. Cit., 2002, p. 111.
[299] "Senhores-de- contra Palmares". In: **República**, 2004, p. 81.
[300] MELLO. Op. Cit., 2012, p. 99.
[301] HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e fronteiras.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 60-67.

> Se vos pusessem diante um pouco de salitre, enxofre e carvão, com vos jurarem que daqueles materiais se havia de compor uma cousa, que chegada ao fogo, derrubasse muros e fortalezas, e matasse homens de muito longe[302].

A prática caiu no gosto dos lusitanos, e no medo pelos palmarinos. Rocha Pita, em 1730, antecedendo Baudelaire[303], atribui ao Demônio o mérito de estragar as belezas antigas das mortes por espadas, catapultas, flechas, fogo grego, bastão, pedra, espinho e etc. pela bala da modernidade que perpassava homens ou os explodiam em pedacinhos.

> O intento da pólvora, ingrediente do Inferno, que para estrago do gênero humano introduziu no mundo o Demônio por mão de um frade tudesco, no décimo quarto século, consistindo desde então o maior furor da guerra em fogo material, confeccionado e artificioso, parecendo que já não reina tanto nas campanhas Marte como Vulcano, pois ao tiro de um canhão e de um mosquete fiariam pouca resistência a clava de Hércules e a espada de Roldão, foi preciso que o salitre de que ela se compõe, o mandem conduzir das partes distantes os príncipes que o não têm nos seus domínios[304].

Expulsar os mocambeiros não era somente lutar contra suas vontades de liberdades e guerras ("roubos e assaltos" para os escravistas), mas igualmente planejar entradas de ocupação territorial naqueles sertões sem gente, inabitados por conta de "asperezas e faltas de caminhos", portanto, longe de possibilidades de explorações econômicas e expansões religiosas e sociais. A comparação dos negros com os holandeses[305] também não aparece apenas por conta das guerras e mortes, mas pode-se até mesmo alargar a interpretação no sentido de sentimento local de conquista e de ocupação da terra e usufruto de suas riquezas, advindos de experiências passadas, resguardas não apenas na memória dos feitos militares e das glórias de quem lutou, mas especialmente nos conhecimentos adquiridos da terra pernambucana. Esse sentimento de conquista e colonização advinha desde, pelo menos, 1650, quando Manuel Fernandez Cruz escreveu uma relação das qualidades da Capitania Pernambucana, em um intuito de conseguir apoio monárquico para que aquela terra não caísse em domínio batavo. Para o "pernambucano": "procurando, não se deixariam de encontrar minas de metais, salitre e pedras preciosas, como já se tinham descoberto de ouro em S. Paulo, na capitania de S. Vicente, e de esmeraldas na do Espírito Santo"[306].

---

[302] **Diálogos**, 1997 [1618], p. 5.
[303] "(...) Tu que, para o consolo eterno de quem sofre,/Nos ensinaste a unir o salitre ao enxofre,/Tem piedade, ó Satã, de minha atroz miséria!(...)". "As litanias de Satã". In: BAUDELAIRE, Charles. **As flores do mal.** Tradução Ivan Junqueira. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 405.
[304] **História da América portuguesa**, 2011 [1730], p. 334.
[305] FREITAS. Op. Cit., 1978, p. 92.
[306] **Manuscritos da Casa de Cadaval,** vol. 1. 1956, p. 90-91, doc. 149. A citação entre aspas é do resumo feito por Rau e Silva.

A preocupação do Governador de Pernambuco pode ter também outra fundamentação: os negros estavam se aproveitando de um minério que era utilizado de maneira bélica contra os luso-brasileiros, e que sofria constante falta nos armazéns de Pernambuco. Recuando até 1661, o Governador, Francisco de Brito Freyre, já reclamava da pouca pólvora que se encontrava nos Armazéns do Recife, por conta dos gastos que tinham empregado "[n]o Salitre"[307]. Nada sobre projeto de colonização, ou promoção para expedições foi dito na carta; nem acerca de Palmares, ameríndios rebeldes ou piratas nas costas; nem se a pólvora era para tropas regulares, cavalaria, pros fortes, etc. Mas os relatos servem como ponto de ligação com o que ocorreu dez anos depois, em 1671[308]. Se antes havia uma falta de Salitre para se fabricar pólvora em Recife, depois de uma década já se tinha notícias ou boatos de que os negros estavam assentados em sertões ricos em metais e no minério. Não sendo a toa que, em 1673, o Governador Fernão de Souza Coutinho pedia munições para poder prover as praças da Capitania de Pernambuco, tendo recebido 100 quintais de pólvora para aqueles fins[309]. A situação prolongou-se anos adentro, em 1689 (Praça do Recife e Olinda), 1691 (citando a Fortaleza de Tamandaré e as Guerras de Palmares), 1692 (falta de pólvora na Paraíba), 1695 (falta de pólvora em Itamaracá)[310].

Nas entradas dos sertões e colonizações graduais dos espaços, informações foram colhidas e dali em diante políticas poderiam ser traçadas para atender interesses que visavam o minério, não apenas em Pernambuco, mas também da Bahia[311]. Abre-se um parêntese que pode parecer fútil ou banal, mas se interrogado da maneira e no momento certo pode oferecer outras pistas. Não se deve pensar o gasto de pólvora apenas nos âmbitos milicianos, mas inclusive nas festas seculares e de santos também estavam proibidas o seu uso por causa da falta que se fazia nos armazéns por conta do dispêndio nos fogos. Tal resguardo do material era assunto de Alvará desde 1641 e foi repassado para o Reino e conquistas em 1689, o que pode ajudar a pensar que em momentos de guerras (não se deve esquecer a África do século XVII), trazer a tona aquela proibição era um dos meios necessários que as autoridades apresentavam para economizar um minério que precisavam utilizar e que não se tinha garantia

[307] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 80.
[308] Sobre a importância do Salitre para Pólvora, sua importação da Índia e a preocupação em Portugal não ter que exportar, preferindo que os habitantes da América descobrissem as minas, cf. PUNTONI. Op. Cit., 2002, pp. 30-31.
[309] "O problema das munições". In: **República**, 2004, pp. 172-173. AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 85-85v.
[310] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 165v-166 (1689), 184-184v (1691), 188v (1692), 230v-231 (1695).
[311] PUNTONI. Op. Cit., 2002, pp. 31-34.

de reposição com a mesma intensidade e quantidade[312]. Várias motivações dessas, separadas no tempo e no espaço, poderia servir para compor em algum determinado momento a obrigação da exploração de Minas de Salitre e da atenção que deveria ser dada a elas, até porque a procura de minas fazia parte das atribuições dos lusos, desde a época de quando Pernambuco era Capitania Donatária[313]. Podendo forçar uma hipótese, é de se pensar que, como as festas eram de responsabilidade da Câmara Municipal, não surpreende que o futuro Ouvidor das Alagoas fosse também "fiscaliza-las"[314]. Até que ponto o imperativo de pôr um olho sobre as minas de salitre também não invocaria que o magistrado deveria igualmente colocar o outro sobre a pólvora e seu uso? Difícil responder, mas fica a interrogação.

O sertão dos metais e salitre é mais bem encarado como do Rio de São Francisco se observar outros depoimentos em que a presença de mocambeiros naquelas regiões era dada como uma realidade. E isso advinha desde o período de ocupação holandesa, quando o Governador do Estado do Brasil, Antônio Teles da Silva, escreveu ao Rei de Portugal recém-restaurado, Dom João IV. Um dos assuntos abordados dizia respeito a tentativa de jornada de Henrique Dias até "uma povoação de escravos fugitivos, a que chamam mocambo dos Palmares nos confins do rio São Francisco"[315]. Acabou não acontecendo, mas aparece como resquícios de que negros fugidos foram povoadores em potencial daquelas regiões. Esse dado que começa a ter seus pontos de comprovação por volta de 1657, quando Francisco Barreto enviou para Penedo do Rio de São Francisco o Capitão Belchior Álvares Camelo[316] para prestar assistência e socorro aos moradores que estavam sofrendo ataques de negros mocambeiros de Palmares. Uma das estratégias de guerra baseou-se no aproveitamento das "Rossas dos ditos Mocamboz de Recolher asy todos os mantimentoz que se acharem assim porque os tais negros se não possão valler delles"[317]. É difícil estabelecer se essa tática tinha a ver com teoria de guerra ou com conhecimentos práticos e específicos das informações que chegavam ao Governador por meio de documentos dos moradores do Rio de São Francisco. Independente da explicação mais plausível, o certo é que fosse nos sertões de Penedo ou por

[312] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 527v-528. Códice 33, tomo I, fl. 172.
[313] ABREU. Op. Cit., 1963, p. 65. "Carta de doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho" e "Foral de Duarte Coelho". In: **HCPB**, vol. III, 1924, pp. 309-312, 312-313.
[314] Sobre as Câmaras e as festas, SANTOS, Beatriz Catão Cruz. "Unidade e diversidade através da festa de *Corpus Christi*". In: JANCSÓ, István. KANTOR, Iris (orgs.). **Festa:** Cultura & sociabilidade na América Portuguesa, volume II. – São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001. Para "Alagoas" no século XVIII, cf. AHU. **Alagoas Avulsos**. Doc. 63, em especial, fls. 12 em diante. Agradeço a Karolline Campos pela indicação documental, me ajudando a encontrar pistas sobre as procissões nas Vilas "alagoanas". Sobre esse acontecimento, dissertei um pouco em MACHADO. Op. Cit., 2016.
[315] "Carta do governador do Estado do Brasil (...)". In: **Mocambos**, p. 173.
[316] No documento, está assinalado como D^{os} Alvz Camello. O que é possivelmente um erro, visto que mais adiante veremos que Belchior Álvares Camelo atuou no Rio de São Francisco como Capitão.
[317] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 37v-38.

causa de toda uma vida cotidiana nas matas, os mocambeiros desbravavam e tornavam os sertões locais habitáveis, o que, paradoxalmente, causava desconfortos aos seus antigos senhores,e mostrava que a fertilidade da terra e a opção de entradas e colonização nos interiores era possível.

Essa interpretação pode ser aviltada no sentido de que as guerras e atitudes de alvoroço social contribuíam para desbravamentos dos sertões mais do que projetos e planos bem delimitados (e aqui vale a frase de Marx e Engels: "até hoje, fez-se da violência, da guerra, do saque, do latrocínio e assim por diante as forças motrizes da história"[318]). Apesar de a guerra ter seu peso interpretativo, conta-se os acasos como parte da história de uma ou várias localidades. Ao mesmo tempo em que lutavam esporadicamente contra mocambos, os habitantes do Rio de São Francisco igualmente tinham que pegar em armas para lutar contra os invasores batavos. Dependendo da narrativa, os sertões do Rio de São Francisco eram ser visto como pouco habitados ("Nessas vizinhanças mora alguma gente, mas pouca"[319]). Embora nos anos finais da ocupação, em 1652, por conta dos constantes embates, o Mestre de Campo e General de Pernambuco, Francisco Barreto, tenha dado ordem para o Capitão Francisco Barreiros viajar até o Rio de São Francisco, no intuito de juntar homens ao combate. Aproveitou o ensejo e estabeleceu que os habitantes (provavelmente de Penedo e adjacências) "retira[ssem] o Seu Gado ao Certão"[320]. Naquela mesma época, o miliciano Antônio Ferreira de Lemos participou "na marcha que se fez ao rio de São Francisco, donde se comboiou muito gado para sustento do arraial", já Constantino de Abreu foi provavelmente na mesma "marcha" para "impedir ao holandês o dano que pudesse fazer"[321]. As fugas não eram necessariamente para os interiores, mas também atravessaram o Rio de São Francisco e foram parar em Sergipe[322].

Forçar os habitantes de "Penedo" a adentrar em espaços conhecidos, mas possivelmente não tão familiarizados, pode ter servido no reconhecimento local-geográfico; afinal, para poder manter o gado vivo (e pode-se imaginar que eram muitas cabeças), o ideal seria encontrar terreno propício à sua criação e à manutenção da vida humana. Nesse ponto, é

---

[318] MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. "Feuerbach e História. Rascunhos e anotações". In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich Engels. **A ideologia alemã.** – São Paulo: Boitempo, 2007, p. 69.
[319] LAET, João de. Descrição das Costas do Brasil, e mais para o sul até o Rio da Prata; condição das fortalezas, etc. Tirada de jornais de bordo, declarações oficiais, etc. de 1624 a 1637. – John Carter Brown Library, Providence. In: TEENSMA, B. N. (transcrito, traduzido e anotado). **Roteiro de um Brasil desconhecido.** João de Laet. Descrição das costas do Brasil – UFMG: Kapa Editorial, 2007, 133. Doravante "Descrição das Costas do Brasil".
[320] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 7-7v.
[321] "Os soldados do rei". In: **República**, pp. 86-87.
[322] **Desagravos do Brasil**, 1981 [1757], p. 113-114.

impossível não pensar na vivência e experiência daqueles homens e mulheres, que, ao perderem bens, animais, plantas e até mesmo parentes, começaram a tratar a caatinga com maior respeito, fazendo açudes, se estabilizando para formar – se não bolsas – pelo menos cordas populacionais, onde suas casas se tornariam locais de troca e venda de "transeuntes, a comprarem as reses transviadas ou desfalecidas que, tratadas com cuidados, ou serviam à alimentação ou revendiam com lucro"[323]. A indicação da palavra "Arraial", mesmo que fosse no sentido militar para lutar contra os batavos, tem sua utilidade alargada para indicar um espaço habitacional não necessariamente por milicianos, mas também por pessoas comuns ao seu redor que supririam os homens com mantimentos ao mesmo tempo em que receberiam proteção.

Uma década se passou e a hipótese antes esboçada complexifica-se. Quando o governo de Pernambuco traçava mais um ataque a Palmares em março de 1661, deixava transparecer em seus discursos atuações passadas. Belchior Álvares Camelo, quando atuou como Capitão no Rio de São Francisco, foi enviado com "hua tropa de 90 soldadoz", que acabou aprisionando "60 negros" em "huns mocamboz que tinhão Cituado de Seis mezes a esta parte"[324]. Aprisionado apenas, não os que foram mortos ou os que conseguiram fugir, o que pode aumentar o número de rebeldes alcançados na ação. Apesar desses assaltos, os negros palmarinos continuaram no Rio de São Francisco, tendo inclusive assassinado um tal de Álvaro Gomes, que provavelmente estava fazendo parte dos assuntos de Palmares (apesar de não ter sido identificado com nenhuma patente militar ou título prévio). Portanto, naquele mesmo ano de 1661, no mês de dezembro, planejamentos de outras entradas, dessa vez com 150-200 homens, estavam sendo pensados nos sertões do grande rio, tendo como data marcada depois de 07 de janeiro. A tarefa de Belchior Camelo era entrar nos sertões e batalhar, empurrando os negros palmarinos sertão acima "athé Rebentar sobre as Lagoaz, onde também ha de hir emcontarçe a gente que vay do Porto Calvo, e estas partez"[325]. Ação que teve respostas, mas não exatamente as que queriam os administradores régios e os luso-brasileiros locais, pois anos depois houve uma expedição em 1667, composta pelo Mestre de Campo Zenóbio Acioly de Vasconcelos, em que fez parte o miliciano João de Montes. Estes foram para Palmares, mais propriamente para a "Barra do Rio Panema", em que subiram até a "Serra do Comonaty 40 léguas (...) caminhando por serras altas e abrindo picadas e topando

[323] ABREU. Op. Cit., 1963, p. 285.
[324] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 49.
[325] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 62v-64v.

com mocambo e maior fortaleza dos negros"[326]. Mesmo caminho tomado por Francisco Álvares Camelo, entre 1670 e 1674, numa "entrada que se fez pelo sertão de Panema e serra da Comoty, e campos do Garanhu"[327]. O fato de terem subido os afastariam do Rio de São Francisco, que tem o Rio Panema como ligação. Todavia, continuavam ainda em sertões que eram encarados como do grande rio, e pertencentes à jurisdição de Penedo por muito tempo.

Essas expedições, como de Belchior Camelo e Zenóbio Acioly, ajudam a reforçar a existência dos mocambos abaixo de "Alagoas", bem como de colheita de informações sobre possibilidades de conquista dos sertões em futuros próximos ou entradas posteriores a partir não apenas de suas experiências, mas do aprendizado (mesmo que nunca admitissem) das vidas dos negros. As conquistas não eram apenas materiais e físicas, mas também culturais, no sentido de adquirir experiências. Navegar rios, andar horizontalmente do litoral até os sertões e correr verticalmente do Rio de São Francisco até as Alagoas, foram atitudes primordiais que provavelmente tiveram ecos nos momentos das estabilizações sociais e das próprias Oficinas de Salitre no final do século, visto que alguns caminhos seguiam essa lógica de cortar verticalmente pelos sertões a distância entre as vilas de Rio de São Francisco e das Alagoas, sem necessariamente irem até as vilas e de lá seguirem via litoral ou marítima até o destino seguinte.

As ações citadas acima podem ainda terem sido complementadas com as experiências dos paulistas que lá se instalaram, vindos de São Paulo como contratados para destruir os mocambos. Em 1668, existia no Rio de São Francisco dois Capitães-mores paulistas, sendo Domingos Jorge Velho e André Pinto, que deveriam ser remanejados para o Rio Grande com seus "mais de 600 homens"[328]. O problema na questão é: em qual margem do Rio de São Francisco eles se encontravam? Visto que a Guerra dos Bárbaros foi da Bahia até o Rio Grande, fica difícil compreender onde os paulistas pararam antes de partir para Palmares. E, para isso, é-se necessária uma boa dose de ousadia interpretativa que aceite e ao mesmo tempo rejeite os limites territoriais do Brasil atual.

Tomando como ponto central a parte do Rio de São Francisco que fique entre Bahia e Pernambuco, e o mais perto para chegar tanto em Palmares quanto no Rio Grande do Norte, ter-se-á a região que ficaria mais ou menos no atual município de Cabrobó. Ao que parece, era um espaço bom para fincar raízes, pois dois depoimentos do Fr. M. Arcebispo e Governador da Bahia, escrito em 09 de março de 1690, são bem elucidativos. O primeiro põe

---

[326] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 443.
[327] ANTT. **Chancelaria Régia**. Dom Pedro II. Registro Geral de Mercês. Livro 13, fl. 395.
[328] "Carta que se escreveu ao coronel (...)". In: **Mocambos**, p. 293.

a lume que o Capitão-mor André Pinto permaneceu no Rio de São Francisco, não indo com Domingos Jorge Velho para seu Arraial no Rio Grande. Lá teria ficado armas e munições que o Arcebispo mandava serem enviadas para a guerra por meio do Capitão-mor Pedro Aranha Pacheco. Em outra parte do Rio de São Francisco (não identificada), o Arcebispo-Governador colocava que os soldos deveriam ser pagos aos Mestres de Campo paulista Domingos Jorge Velho e Antônio de Albuquerque, pois a guerra não seria infinita e que o sucesso dela faria com que as famílias que os paulistas levaram até o Rio de São Francisco já estavam estabelecidas o suficiente para "fundar uma vila"[329].

Outro vestígio histórico da participação dos paulistas foi o carregamento feito pelo Almoxarife de Pernambuco, contabilizando 04 barris de pólvora e 02 conhetes de balas de chumbo, para o Ajudante Paulo Ferraz[?] Moreira, dos Paulistas, que estavam no Rio de São Francisco para fazerem entrada em Palmares no mês de setembro de 1686. A entrega ter ser feita de barco, põe a imaginar que existia um caminho do Recife até Penedo (ou Alagoas) e que, em seguida, haveria outra estrada para seguir aos sertões, fosse por terra ou pelo Rio de São Francisco[330]. O equipamento ficou retido um ano, pois em abril de 1687 a ordem foi reafirmada pelo Almoxarife para que Paulo Ferraz entregasse os apetrechos para o Sargento Mor dos paulistas, Cristovão de Mendonça[331]. Mesmo sendo uma informação "banal" de reafirmação de ordem, é possível extrair daí um ponto interpretativo relevante sobre a manutenção de vida e de estabelecimento social no Rio de São Francisco. Percebe-se a carência de pólvora por parte dos milicianos mais ao sul da Capitania de Pernambuco, ocasião que se repetirá em 1695, quando nas entradas para continuar a destruição dos mocambos remanescentes de Palmares, "um barril de pólvora com chumbo competente para se repartir pelos soldados" foi enviado para o Sargento-mor Jerônimo de Albuquerque de Melo[332]. Apesar de não estar explícito na documentação, continuar a procura por minas de salitre era essencial, pois a administração da Capitania estava a todo o momento recebendo pedidos de entrega de munições para outras partes e precisava também que gerenciar seu estoque, isso porque não se estará falando da parte norte (Paraíba, Ceará e Rio Grande).

Até que ponto as informações e acontecimentos dos parágrafos anteriores teriam a ver com o Salitre é ato de arriscar interpretações, qual seja: a ocupação social e material dos sítios situados no Rio de São Francisco foram polos de envio de moradores e outros habitantes para outras partes do rio e dos sertões, que acabaram compondo, fossem por eles ou seus

[329] "Carta para o senhor almotacé-mor (...)". In: **Mocambos**, pp. 309-311.
[330] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 435v.
[331] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 440v.
[332] "Operações de limpeza". In: **República**, 2004, p. 194-195.

descendentes, parte das pessoas que estavam situadas nos caminhos que – futuramente – seriam das Oficinas do Salitre. Apesar de parecer – mas com seu peso de evidência – simplista, segue-se os caminhos propostos por Capistrano de Abreu de que o terreno "salitrado" e os campos que existiam nas caatingas dará suporte para que o gado – que "transporta o dono" – leve diferentes grupos de pessoas (paulistas, baianos, pernambucanos) a desbravarem e ocuparem os sertões[333]. Contudo, como já está sendo trabalhado nesse capítulo, o homem não segue apenas as ordens da geografia e de seu estômago quando o assunto é "colonização"; as guerras contra Palmares, os embates contra os ameríndios "bárbaros", a procura de minas e metais preciosos, junto com a ânsia de receber dádivas do monarca – honoríficas ou de bens materiais – guiavam os homens nos sertões[334].

Voltando ao ano de 1671, propriamente a partir do mês de julho, houve, a partir do Governador de Pernambuco, Fernão de Souza Coutinho, entradas para combater os mocambos. Delas, uma saiu do Rio de São Francisco, sendo capitaneada pelo "Sargento-mor daquelas Ordenanças Vicente Martins Bezerra". As entradas pelo Rio duraram mais de um mês, fazendo-se perseguição aos "negros que andavam fugidos"[335]. Leia-se: ao utilizar moradores da localidade na formação de milícias, bem como seus ameríndios flecheiros e possíveis escravos africanos, as entradas capitaneadas por Vicente Bezerra encontrou outros habitantes, mas esses sendo os negros rebeldes. Terem passado mais de um mês nos matos invoca também observar a falta de habitações e sítios por perto – no sentido de lavouras e fazendas. A mesma dinâmica perdurou até 1694, durante os assaltos paulistas de Jorge Velho contra Palmares. No mês de junho, o Capitão Damião Gonçalvez de Nevoa recebia a ordem de "extinguir" e capturar negros mocambeiros na "parte do Rio de S. Francisco". A estratégia era a mesma de 1671: chamar o máximo de miliciano possível, "não impi[dir] a nenhum doz ditoz moradores que quizerem acompanhar por sua livre vontade (...) e juntamente aoz Indioz das Aldeyaz das suas jurisdiçoenz que também quiserem hir"[336]. A diferença é que se imagina que a quantidade de moradores e aldeias pode ter aumentado – não consideravelmente – a ponto de que fosse mais fácil traçar a destruição daqueles mocambos. Vai ver por isso que no ano seguinte Jorge Velho conseguiu conquistar o Outeiro da Barriga e a região do Rio de São Francisco com menos trabalho como as do norte das Alagoas, Porto Calvo e Serinhaém. Aqueles homens não viviam em espaços inabitáveis, mas relativamente inabitados. Relativismo esse que é sempre posto à prova, pois convém lembrar-se do mulato que foi

[333] ABREU. Op. Cit., 1963, p. 293.
[334] PUNTONI. Op. Cit., 2002, p. 22, 25-26, 29.
[335] "Parecer do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 196-197.
[336] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 559v.

capturado pelos "moradores do Rio de São Francisco", e que acabou entregando os endereços e melhores caminhos para que os paulistas e suas tropas encontrassem as fortalezas de Zumbi[337]. Os habitantes – longe da "democracia" dos sertões e mais interessados em manter a instituição da escravidão – estavam sempre de olho aberto e de dinâmicas afiadas nos sertões do São Francisco.

Vai ver foi por isso que tanto se demorou em descobrirem Minas de Salitre. Faltavam pessoas, campos habitados, e um clima de "paz" para as empreitadas de conquista. A primeira citação do Salitre (depois de tantas décadas) aconteceu provavelmente em 1695, quando o miliciano Bartolomeu Simões da Fonseca lutou nas últimas entradas contra Palmares, fazendo parte do Terço de Domingos Jorge Velho na destruição do Outeiro da Barriga. Após os embates, acompanhou o Sargento-mor Cristóvão de Mendonça até Recife para entregar os Quintos, mas voltou para as regiões de Porto Calvo na captura de criminosos que prendeu em Tamandaré (ver-se-á no próximo capítulo) e, junto com seu sogro, Bento Sorriel, descobriu 17 minas de salitre no Rio de São Francisco, de onde "se tiraram as amostras necessárias"[338]. Essa descoberta advinha de experiências passadas, pois em 1674 Bento Sorriel já tinha entrado nos sertões do São Francisco, acompanhado com o Capitão Francisco Álvares Camelo, tendo passado em torno de quarenta dias perambulando pelos sertões, procurando "minas"[339]. Voltou anos depois, pois entre 1686 e 1687, recebeu ajuda de Manoel Justo Santiago, que na época era Alferes e depois Capitão nas "ordenanças da Capitania do Rio de São Francisco". Na documentação, Bento Sorriel fora tratado como "superintendente das minas" e recebeu "vinte soldados que pediu para huma diligência"[340]. Provavelmente o título foi dado por antecedência a um homem que ainda estava na procura das jazidas. Essas andanças nos sertões possivelmente foram baseadas em relatos de experiências de outros agentes milicianos e quiçá moradores dos sertões ao mesmo tempo em que descia o até o São Francisco nas possíveis procuras de remanescentes mocambeiros, visto que a morte de Zumbi não representou de imediato a extinção de Palmares. Nesses quesitos, Palmares e Salitre, mesmo não tendo relações diretas explícitas, estavam ligados pelos acontecimentos de ocupação e reconhecimento das áreas sertanejas do Rio de São Francisco, que atraia a cobiça dos moradores do litoral atrás de terras férteis, e espaços para auferir riquezas e procura de

[337] "Carta do Governador de Pernambuco (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 367.
[338] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 391. Costa contabilizou que foram retirados 78 arrobas, o que no séc. XVII daria em média 1.150.110 kg. O que representa um exagero, visto que as "amostras necessárias" seriam para propagandear as minas, não sendo necessária essa produção toda, **Anais Pernambucanos**, vol. 7. 1983, p. 230.
[339] ANTT. **Chancelaria Régia.** Dom Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 27, fl. 44-44v.
[340] ANTT. **Chancelaria Régia.** Dom Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 21, fl. 48.

metais preciosos. Vale ressaltar que o responsável por escrever as cartas de Domingos Jorge Velho era Bento Sorriel, ou seja, até que ponto houve um intercâmbio entre um Mestre de Campo experimentado nas regiões "das lagoas" e um miliciano versado nos sertões do São Francisco? Provavelmente muito, uma vez que é mais comum encontrar os paulistas querendo estabelecer moradia nas regiões de Palmares do que no Rio de São Francisco.

Apesar de 1695 ter sido o ano de destruição do mocambo de Zumbi, a impressão que fica na documentação "palmarina" é de abandono dos sertões e de uma dinâmica voltada exclusivamente na extinção e aprisionamento dos negros rebeldes. Porém, em 1696, enquanto o Governador de Pernambuco dava as ordens para o Superintendente das Minas, escreveu que os Capitães de Milícia que estavam nos sertões deveriam prestar as ajudas que fossem necessárias nas caminhadas que seriam feitas pelo Superintendente e seus homens (que iriam sair de Olinda para o São Francisco). Em conjunção com os oficiais das minas e das Milícias, os demais moradores naquelas partes, de qualquer condição e qualidade, tinham as mesmas prerrogativas. Não importava se eram ricos, pobres, nobres, subalternos, negros, brancos, pardos, lavradores, vaqueiros ou mercadores. Todos deveriam subsidiar e prestar socorro sempre que necessário principalmente com mantimentos e explicações acerca da geografia e população da região, apesar de este último não estar explícito no documento[341]. Pode ser que um recorte desses moradores fizessem parte do projeto de expansão luso-brasileira pros interiores de Jaguaribe (Ceará), Assú (Rio Grande do Norte) e Piranhas (Penedo do Rio de São Francisco), que o Governo de Pernambuco, por Caetano de Mello e Castro, em 1696, estava colocando em prática para poderem fincar raízes e evitar novas batalhas (Palmares na região do São Francisco e Ameríndios na de Jaguaribe e Assú)[342]. Ajudariam a compor aquela sociedade ao mesmo tempo em que povoariam áreas estratégicas; e Piranhas, nesse caso, por ser distante da Vila de Penedo e correndo o Rio de São Francisco, seria de grande suporte.

Mesmo tendo sido referido aos Capitães e Oficiais de Milícia, supõe-se que as punições dadas pelos atos de desobediência (não ajudar, prestar serviço, impedir a locomoção do Superintendente) fossem mais em exclusivo, e fácil de ser aplicada, aos moradores dos sertões mais distantes dos ideais de nobreza e poder dos centros urbanos e das áreas litorâneas do açúcar. Isso pode significar que o Governador poderia ter uma leve consciência da sociedade que habitava o "dito Sertão". Sabia que lá existiam pessoas que dariam suporte, bem como aquelas que poderiam impedir o "ir e vir" dos Oficiais das Minas[343]. Habitado, os sertões do

[341] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 583v.
[342] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 579v-580.
[343] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 583v.

Rio de São Francisco, pelo menos jurisdicionados à Câmara da Vila de Penedo, era espaço que garantia segurança e apreensão do Governador por conta de seus moradores. O que acabou ocorrendo anos depois, pois em janeiro de 1705, o Governador Francisco de Castro Morais, já experimentado e com conhecimentos e frutos das Oficinas de Salitre, recebeu informações de que o minério ou era desviado ou era revendido ali mesmo para as pessoas "[d]estas povoações" nos sertões, "para uzarem delle nos seus ministérioz, ou para tornarem a vender para seuz lucroz". As penas para "toda pessoa de qualquer qualidade ou proheminença que seja", envolviam a prisão, o degredo para praças da África e penas pecuniárias que seriam reinvestidas nas Oficinas[344].

3. 2 Habitantes e moradores nos sertões

A posição de condição e qualidade é interessante. Pois é uma pista para ajudar a demonstrar a composição daqueles habitantes dos sertões. Escrever sobre a população dos sertões é tema assaz espinhoso. Por falta de fontes, sobra a leitura bibliográfica de obras que foram escritas sobre outras localidades, como Bahia, Rio Grande do Norte, Piauí e São Paulo. De maneira geral, concorda-se que parte da população dos sertões era composta de "indivíduos sem posses e marginais", que se dedicavam a uma vida mais afastada do litoral, mas não totalmente ausente dela, pois usavam daquele mercado para levar seus produtos, visto que o gado "abastecia a zona da cana", além de dar "vazão aos excedentes demográficos". Um desses excedentes foi a invasão holandesa e inclusive a guerra contra os mocambos, que fizeram, peculiarmente, com que pessoas fugissem dos litorais ou se mudassem dentro das áreas sertanejas. "Nos sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará", uma fazenda de gado comportava pessoas, que iam dos agregados como brancos assalariados, negros escravos, forros, mestiços e ameríndios, que foram transformados em vaqueiros[345]. Seriam parte desses vaqueiros, que depois de trabalharem por um período de 05 anos, os próximos povoadores de áreas do sertão, pois recebiam parte de seu pagamento em crias, podendo assim ter sua própria fazenda[346]. Apesar de generalizante, "em todo caso as semelhanças entre os moradores de ambos os sertões [Bahia e Pernambuco] avultam mais que

[344] AUC. **Coleção Conde dos Arcos**, códice 32, fl. 9-9v.
[345] Autor desconhecido [indicado como João Pereira Caldas]. "Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí". *Apud* ABREU. Op. Cit., 1963, p. 360.
[346] PETRONE. Op. Cit., Vol. II, 1982, p. 219 e 221 (sobre as invasões holandesas), 222-223 (sobre a composição de uma fazenda).

entre quaisquer outros habitantes do Brasil"[347]. Essa posição é perigosa se for levada sempre adiante e encarada como desnecessária de estudos aprofundados. Todavia, a miscigenação (biológica e cultural) de ameríndios, negros, brancos e paulistas na Vila e adjacências de Penedo do Rio de São Francisco, demonstra que havia uma base de vida comum a outras Capitanias, ao mesmo tempo em que vivenciavam situações próprias, concernentes à economia material e relações de trabalho. Viu-se anteriormente, e observaremos com mais afinco adiante que existiam negros mocambeiros, bem como escravos de homens brancos, além de ameríndios aldeados.

Apesar das características de inóspito, bravo e arenoso, desde meados do século XVI (25 de setembro de 1534) que o São Francisco recebia empreendimentos de conquistadores, possivelmente brancos; afinal, a propriedade de todo o rio, e ainda de suas ilhas, era de Duarte Coelho:

> ficara asy mesmo com elle dito Duarte Coelho ametade do dito rio de samta cruz pera a banda do sull e asy entrara na dita terra e demarquaçam della todo o dito rio de sam Francisco e ametade do rio de santa cruz pella demarquaçã sobre dita pelos quaes rios elle dara servemtya aos vezynhos delles de hûa parte e da outra avendo na fromtarya da dita demarquaçam alguãs ylhas ey por bem que sejam do dito Duarte Coelho e anexas a esta sua capytania sendo as taes ylhas ate dez legoas ao mar na frontarya da dita demarquaçã pela lynha de loeste a qual lynha se entendera do meo da barra do dito Ryo de santa cruz cortando direyto a loeste e as ditas sasenta legoas de terra se entenderã e seram de largo ao longo da costa e entrarã na mesma largura pelo sertã e terraa fyrme adentro tanto quanto podere entrar e for de mjnha comqujsta da qual terra pela sobredita demarquaçã lhe asy faço doação e mercê de juro e derdade pera todo sempre como dito he e quero e me apraz que o dito Duarte Coelho e todos seus erdeiros e sobçesores que a dita terra erdarem e soçedere sê posam chamar e chame capitães e governadores della[348].

O povoamento demorou um pouco e sofreu de atitudes esporádicas, pois Duarte Coelho já reclamava em 1546 dos problemas de colonização das "terras e capitanias de mim para baixo para o sull", por causa de salteadores e ameaças dos índios "potiguares". O mesmo tom é repetido em 1549, quando escreve acerca da costa do "cabo de Santo Agostinho ate São Francisco", reclamando dos índios "potiguares", como dos outros "para ho sul que he outra geração comtrairos destes [leia-se, os caetés]"[349].

---

[347] ABREU. Op. Cit., 1963, p. 212.
[348] "Carta da doação da Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho". In: **HCPB,** vol. III, 1924, p. 309.
[349] "Carta de 1546" e "Carta de 1549". In: **Cartas de Duarte Coelho**, pp. 59-61 e 75. Sobre as terras e vilas do sul, MELLO, "Introdução: as cartas de Duarte Coelho e seus temas principais", pp. 24-25. Sobre o sul entre Cabo de Santo Agostinho e Rio de São Francisco, indicando os ameríndios, MELLO, "Anotações às cartas", p. 133, nota 37.

De forma mais empírica, um dos primeiros povoadores foi Fernão Vaz Freire, que recebeu uma sesmaria em 1614 de duas ilhas, "uma por nome Pirocaba e outra dos Genipapos e mais 2 legoas de terras em quadro ao longo do dito rio", onde tinha construído uma casa de sobrado, currais de gado vacum, ovelhas, cabras e plantações (nota-se a ausência do açúcar). Fez tudo com seus escravos, sendo o Feitor chamado Manoel da Silveira. Alegava-se ter sido o primeiro a ter feito um barco para se utilizar nas passagens de gado no Rio de São Francisco. Valeu-se possivelmente das estratégias e experiências que começaram com Tomé de Souza, tomaram força com Garcia D'Ávila em 1552 e se manteve até a época palmarina, causando dores de cabeça para a administração de Pernambuco[350]. Seu vizinho era um Leandro de Barros e outras pessoas que habitaram terrenos circunvizinhos à ilha desde 1596, sendo um deles João da Rocha Vicente, que estava de testada do reguengo[351] de Jorge de Albuquerque e, após anos recebendo mais léguas de terra, chegou até a ser vizinho de Dom Felipe de Moura. Esse João, junto com seu genro Sebastião da Rocha Dantas, tinham sido considerados "os primeiros povoadores que houve no rio de S. Francisco", sendo bem vistos por terem "segur[ado] os caminhos dos assaltos e furtos que faziam os gentios levantados e os escravos de Guiné". A hospitalidade diante de seus iguais foi o que marcou suas atitudes, uma vez que "amparavam e recolhiam em suas casas pessoas que caminhavam por aquellas partes e guardavam a costa do mar dos inimigos, impedindo-lhes fazer agoadas e o commercio que tinham com o Gentio..."[352].

O discurso de "primeiros povoadores" deve ser relativizado[353]. Afinal, dada a extensão da área do Rio de São Francisco (e seus sertões), espaços não eram colonizados até metade do século XVII, o que poderia garantir alguns floreios dos homens coloniais na documentação, trazendo, para si, o título de "primeiro povoador". Em 1672, por exemplo, Maria Barbosa de Almeida, mulher do Rio Grande do Norte e já dona de outras sesmarias, pedia 02 léguas de terra "ao longo do Rio São Francisco na localidade de Nossa Senhora da Barra do riacho de Upanema até o morro Jacioba". Dizia que a sesmaria anteriormente era do Sargento Mor

---

[350] HOLANDA. Op. Cit., Tomo I, 1960, p. 117. FREITAS. Op. Cit., 1978, pp. 74-75.

[351] Propriedade real onde se pagava "à coroa <<um quarto, um quinto ou qualquer outra fracção da produção do solo, assim como o *laudêmio* (imposto de transferência)>>". HANSON, Carl. **Economia e sociedade no Portugal barroco, 1668-1703.** – Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986, p. 35. Voltar-se-á a esse assunto no capítulo sobre Porto Calvo.

[352] "Copia do extracto de uma sentença do juiz Soares lançada nos autos de acção de reivindicação movida pelos monges de S. Bento contra os herdeiros de Sebastião da Rocha Danta, acerca da propriedade da Ilha Grande. Bahia – Novembro de 1655". **Revista do IHGAL**, 1872, pp. 28-29.

[353] FRAGOSO, João. "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)". In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Jerônimo Serrão de Paiva, recebida de Duarte Coelho de Albuquerque e doado para Maria Barbosa durante a guerra contra os holandeses. Antes dele, Cristovão da Rocha, que dizia ter os títulos da terra, deu autorização a Jerônimo Serrão. Com o tempo, descobriu-se que os títulos não existiam e Jerônimo tomou a terra para ele. Esse jogo de autorização, recebimento e doação demonstra como a colonização mudava nos sertões no século XVII, em processo de expansão e consolidação de dominação lusitana. Sob argumentação tentadoramente legítima perante qualquer possível interesse de povoamento e desenvolvimento local, Maria Barbosa de Almeida requeria a terra para ela e seus herdeiros, alegando ter gado para dar vida à região e que era "descobridora das terras com risco de vida por causa dos índios"[354].

As terras do Sargento Mor Jerônimo Serrão de Paiva realmente eram antigas e espaços de referências no sertão do Rio de São Francisco. Como se pôde ver acima, Maria Barbosa de Almeida recebeu a carta de confirmação de sesmaria em 1672, mas já ocupava alguns terrenos nos sertões desde o período holandês. Anos depois da restauração, em 1660, foi a vez de Lourenço de Brito Corrêa, homem que era "criador de gados" e "povoador do mesmo Rio de São Francisco", pedir 03 léguas que ficavam acima das terras de Jeronimo Serrão de Paiva. A estratégia era poder povoar aquelas terras, que ficavam perto de "uma agua que se chama Upanema". Apesar de estar bem afastado do Rio de São Francisco (a agua de Panema estava a "trinta leguas", somando com as 02 de Jeronimo e mais 03 que seriam as dele), Lourenço Brito se declarava um morador do Rio de São Francisco[355]. Seguindo os cursos dos rios e locais geograficamente habitáveis para animais, aqueles homens dos sertões poderiam dividir suas posses em locais espaçados. Uns para lavouras, outros para gados.

Essas poderiam ser as primeiras linhas de defesa contra mocambos, ameríndios (hostis à catequização e escravidão) e possíveis piratas que adentravam pelo Rio de São Francisco. Ao mesmo tempo em alguns documentos, é falado da plural expansão social dos sertões, apesar de ser possível relativizar a quantidade e não deixar cair no erro de encarar a quantia de negros, ameríndios e brancos como parecidas entre si ou que todas as futuras fazendas fossem ter aquele tipo de aparato.

Isso ajuda a melhorar as primeiras avaliações sobre o sertão do Rio de São Francisco e o fundamento da povoação (depois Vila) de Penedo. Diferente de Porto Calvo e Alagoas, que

---

[354] Plataforma S.I.L.B. (Sesmarias do Império Luso-brasileiro) disponível em http://www.silb.cchla.ufrn.br/sesmaria/PE%200422 Acessado em 04/01/2017. A Carta só foi passada em 1674, cf. http://www.silb.cchla.ufrn.br/sesmaria/PE%200423 Acessado em 04/01/2017.

[355] **Documentos Históricos,** 1659-1662, Provisões, Alvarás e Sesmarias. Vol. XX da série e XVIII dos Docs. da Bib. Nac. – Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930, pp. 181-183. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094536&PagFis=9799&Pesq= acessado em 04/01/2017. Todos os documentos citados foram retirados nessa data. Doravante "Documentos Históricos".

tiveram nas lavouras de gêneros para futuros Engenhos de Açúcar os primeiros focos de povoamento, Penedo se iniciou como um "arraial fortificado" em aproximadamente 1545, para poder salvaguardar militarmente o extremo sul da Capitania de Duarte Coelho, ao mesmo tempo em que este lutava contra ameríndios. Apenas depois de 1560 mais sesmarias foram concedidas, como foi o caso de "Filipe de Moura, Belchior Álvares Camelo, a dos Rochas, de onde brotariam os Rochas Dantas, por longo tempo senhores do Rio de São Francisco"[356]. Assim como visto acima, João da Rocha Vicente estava com sesmaria desde 1596, com plantações e criações de gado e animais. De início, esse teria sido o primeiro estilo de ocupação das terras do Rio de São Francisco e de motivação de estabelecimento social dos habitantes. Em 1612 e 1615 mais sesmarias foram concedidas, como a de D. Felipe de Moura e seus genros, Antonio Ribeiro de Lacerda e Cosme Dias da Fonseca, no "poente no dito rio de S. Francisco 4 legoas de terra em quadro da boca do rio Piangue para a banda do norte". Ou seja, mais léguas, visto que em 1600 Felipe de Moura já tinha outras no Rio de São Francisco[357]. A ocupação seguia uma via dupla, na horizontal e na vertical, aproveitando as margens do Rio, as ilhas com solos férteis e provavelmente os interiores que corriam os pequenos rios, desmembrados do São Francisco, que figurarão como focos de povoamento nos finais do XVII durante as expedições de missionários e dos administradores das Minas de Salitre.

Belchior Álvares Camelo, que se tornou Alcaide-mor de Penedo, era dono de várias terras, que corriam entrando no Rio de São Francisco, como também para o Atlântico, na região do Rio Coruripe (que foi dada ao seu filho)[358]. Disseminou a cultura do gado e de gêneros, o que acabou chamando a atenção dos holandeses, se tornando protegido e, depois da restauração, atacado judicialmente (mas já era falecido) por conta de uma légua de terra que se apropriou (ou resguardou) na Vila de Penedo ("meia légua do pelourinho pra baixo e meia para cima com a matta d'aldeia")[359]. De acordo com Adriaen Verdonck, em 1630: "nessa região os poucos habitantes, quase todos pastores, vivem unicamente de bois e vacas (...); fazem também ali bastante farinha, pescam muito peixe e plantam também muito fumo; encontra-se igualmente algum pau-brasil, mas pouco açúcar"[360]. O açúcar poderia ser proveniente de "desvaliosas engenhocas", visto que o batavo não contabilizou nenhum

[356] DIÉGUES Jr.. Op. Cit., 2006, p. 80-81.
[357] "Copia do extracto de uma sentença do juiz Soares (...) 1655". **Revista do IHGAL**, 1872, pp. 28-29.
[358] MARQUES. Op. Cit., 2015, pp. 115-120.
[359] "Sobre a devassa que o Dr. Luís Salema de Carvalho tirou na Baía de Belchior Álvares, que se passou ao Holandês (1662)". In: AHU. **Consultas Mistas.** Códice 16. Rolo 96, fl. 41v. Sobre a légua de terra e a disputa que aconteceu depois, indo até 1690, cf. CAROATÁ, José Próspero Jehovah da Silva. "Chronica do Penedo". **Revista do IHGAL**, 1874, p. 35.
[360] VERDONCK, **Fontes Brasil holandês**, 2004, p. 35.

Engenho em sua relação. Isso poderia indicar falta de interesse "mercantil" (fim da WIC) em não registrá-los[361]. Todavia, essa evidência também serve para mostrar que o Engenho de Açúcar utilizado para propagação social-habitacional não era apenas a fábrica, mas a maquinaria que fosse alimentada por grandes áreas de cana; somando ainda as outras estruturas como casa-grande, senzala, torre e uma possível capela. Como o Açúcar não vingou, os homens possivelmente se fizeram poderosos a partir de cargos milicianos, currais de gado e boas extensões de terra. Pelo menos naqueles idos de colonização.

A descoberta das Minas de Salitre não foi ao acaso. Viu-se que os negros Palmarinos poderiam ter alguma ideia do tipo de terreno dos sertões do Rio de São Francisco, bem como os próprios agentes colonizadores em constante ação. O conhecimento que pode ter servido de mote para as expedições e a abertura das Minas poderia ter começado a ser construída a partir da concessão de Sesmaria, ao "mestre de Campo Nicolau Aranha Pacheco, Cosme de Brito, Antônio Fernandes Aranha e Ambrósio Aranha" de 29 de dezembro de 1658:

> uma data de terras nos sertões do Buíque com vinte léguas em quadro, cujo governador concedeu ainda ao referido mestre de campo Nicolau Aranha Pacheco e Ambrósio de Faria uma outra data de terras nos mesmos sertões, constantes de dez léguas em quadro[362].

A nomenclatura Buíque advinha do Tupi, e consecutivamente, da corruptela "yby-yqui, de ybi, a terra, o solo, o chão, e a palavra yqui, o sal"[363]. É provável que a partir dali os luso-brasileiros tivessem um conhecimento prévio ou pistas de existências de minas de salitre – apesar de que o "sal" também faz remeter aos terrenos salitrosos mais conhecidos como "lambedouros", que eram de interesse dos criadores de gado. As duas hipóteses (do sal como salitre ou como "lambedouro") vão ter que andar em conjunto, visto que em 1612 Diogo Moreno já indicava que naquela região havia a "estrada do salitre". A "outra data de terras nos mesmos sertões" que referenciou Pereira da Costa pode ter sido a sesmaria entregue ao Mestre de Campo Nicolau Aranha Pacheco, e aos Capitães Francisco de Brá Damião da Rocha e Balthazar de Faria, em 20 de maio de 1658, de "dezaseis leguas de terra no Rio das cabaças" (Cabaços). Todos se diziam "moradores nesta "Cidade do Rio de São Francisco", e tinham ido "pelo dito Rio acima da banda do Norte junto do Rio das Cabaças [onde] descobriram terras capazes para se trazer gado e porque nunca foram povoadas". A sesmaria

[361] DIÉGUES Jr.. Op. Cit., 2006, p. 84. A expressão "interesse mercantil" é minha, Diégues Júnior avalia que os Engenhos "fossem de pequeno valor".
[362] **Anais Pernambucanos**, vol. 3. 1983, p. 467.
[363] Idem, ibidem, p. 468.

seria de "oito léguas do Rio das Cabaças pelo Rio de São Francisco abaixo, e as outras oito do Rio das Cabaças pelo Rio de São Francisco acima, e oito léguas de largo"[364]. Possíveis parentes daqueles homens também correram atrás de suas sesmarias em 11 de novembro de 1658: o Sargento Mor Damião da Rocha, e o Capitão Francisco de Brá Antonio de Soutto de Macedo, e Theodosio da Rocha. Pediram suas dezesseis léguas no mesmo Rio dos Cabaços. Alegaram serem moradores "no Rio de São Francisco" "ha muitos annos", como criadores de gado vacum e cavalar. Esse segundo conjunto de sesmaria iniciaria onde terminava a de Nicolau Aranha e dos outros dois Capitães acima citados: "oito legoas de terra começando aonde acabarem as oito legoas de largura dos *Supplicados* (Nicolau, Francisco e Balthazar?)"[365].

Andrée Mansuy, ao redigir suas notas para a Cultura e Opulência do padre Antonil, alertou que "este nome de rio já não existe, mas é mencionado nos documentos do século XVII como 'rio das Cabaças', 'rio das Cabassas', e 'rio dos Cabassos': talvez um afluente da margem esquerda do São Francisco"[366]. Esse "talvez" de Mansuy pode se tornar uma "certeza", pois já se encontrava o "Rio dos Cabaços" na Carta do curso do Rio de São Francisco de João Teixeira Albernaz I (presente no **Livro que dá razão do Estado do Brasil**), subindo do Rio em direção ao interior de Alagoas e Porto Calvo (legenda I I)[367]. A mudança de nome pode ter ocorrido no decorrer do século XVIII, pois Fr. Jaboatão escreveu em 1761 que a primeira "Cachoeyra" do Rio de São Francisco (saindo do Atlântico) era o que "chamaõ *Porto do Jacaré*, e houve nos annos passados armazem para a fabrica do Salitre, que se depois se desvaneceo"[368]. O armazém do Salitre foi construído na entrada do Rio dos Cabaços. E, atualmente, existe o "Rio Jacaré", que vai desembocar em uma cidade alagoana chamada Jacaré dos Homens, que fica entre o Rio Ipanema e a cidade de Piranhas. O Rio Jacaré logo termina, não cortando mais o atual estado de Alagoas. Mas, se formos seguir o caminho em linha reta subindo até o estado de Pernambuco, chegará à cidade pernambucana de Buíque.

Todavia, ao que tudo indica, possíveis explorações ou colonizações não surtiram tanto efeito naquele período, pois Nicolau Aranha Pacheco acabou indo para Bahia, onde faleceu. A motivação de exploração local e construção de habitações e possíveis currais de gado ficaria a

---

[364] **Documentos Históricos**, vol. XIX. 1930, pp. 355-357. Colchete meu.
[365] **Documentos Historicos**, vol. XIX. 1930, pp. 422-425.
[366] MANSUY, Andrée. [nota de rodapé 20]. In: ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas.** Introdução e notas por Andrée Mansuy Diniz Silva. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007 [1711], p. 291. Doravante "Cultura e opulência".
[367] **Livro que dá razão**, 1968 [1612], p. 55.
[368] **Novo Orbe Seráfico**, vol. I, 1979 [1761], p. 382.

cargo de outros homens. Possivelmente foram eles, seus descendentes e de outros moradores, que certamente carregaram informações das terras salitrosas, se fazendo chegar aos ouvidos de Bento Sorriel Camiglio. Mas, mesmo sem a confirmação da concessão de sesmarias para a exploração de Salitre, sabe-se que pelo menos o fator geográfico pesou na escolha das terras, pois terrenos salitrosos são bons para a manutenção da vida do gado. Se os currais contribuíram – junto com lavouras diversas – na estabilização dos homens nos sertões, as Minas de Salitre aparecerão anos depois para fortalecer a dinâmica socioeconômica daqueles sertões.

A família Aranha continuou sua empreitada de conquista de terras alguns anos depois, aproximadamente em 22 de setembro de 1663. Alegando serem "descobridores" e que "tinham terras, mas que não serviam para o gado e outras criações", os requerentes, Francisco Correia de Sande (filiado a Nicolau Aranha Pacheco e Francisca de Sande), Francisco de Abreu de Araújo, Francisca de Sande (esposa de Nicolau Aranha Pacheco) e Pedro Fernandes Aranha (filiado a Nicolau Aranha Pacheco e Francisca de Sande), pediram 20 léguas, que ficavam nas fronteiras das terras de Nicolau Aranha (provavelmente os Campos do Buíque, acima citados), passando "pelo campo de Maracayo e pelas aldeias Bocaradas, Cugi e Jacurui ao Norte". Uma das justificativas para terem mais léguas, era que as terras iniciais, que herdaram de Nicolau Aranha, não tinha muita água e, assim, "prejudicava a criação de gado da família". O provedor, entretanto, "alegou que de acordo com a Ordenação do reino, Livro quarto, título 40, parágrafo 03, cada sesmeiro poderia receber somente 05 leguas de terra. Cada sesmeiro já tinha 03 leguas de terra, então receberiam 02 leguas quadradas cada um"[369]. Observando bem as informações dadas na documentação, tem-se um espaço geográfico desabitado em demasia (em comparação com Alagoas, a região do São Francisco recortada em lotes muito grandes de terras), mas que pouco a pouco recebiam novos colonos. Da mesma feita, as aldeias ameríndias serviam como polos habitacionais e fronteiras de sesmarias (v. adiante).

Mesmo assim, por mais que algumas famílias poderosas pedissem léguas e mais léguas de terra, ainda apareciam gentes concorrentes para povoar os sertões. Olhando desatentamente os nomes de Belchior Álvares e Nicolau Aranha, imagina-se que eles tenham se tornando senhores dos sertões. Porém, sempre alguns pontos permaneciam em vazio. Em 1663, João da Costa, José da Costa (seu filho), e José da Costa (seu sogro), já moradores no Rio de São Francisco, em terras chamadas "urubu", "da banda do Rio [de São Francisco] para a banda de

[369] Plataforma S.I.L.B. (Sesmarias do Império Luso-brasileiro). Disponível em http://www.silb.cchla.ufrn.br/sesmaria/PE%200418 Acessado em 04/01/2017.

Pernambuco", pediam mais terras devolutas para poderem cultivar seus gados e lavouras (e aumentar seu poder e cabedal): "pelos Tibiris acima que começam donde acabam as terras de Antonio de Faria Mimoso e ficam confrontando com terra que comprou Belchior Alvares ao Commendador Domingos Martins, e pelo dito Rio acima se podem cultivar terras". A indicação de que as mesmas ficavam na área pernambucana e de terem feito parte da jurisdição de Penedo é que a sesmaria subia mais ao sertão acima de Pernambuco, ao invés de correr o sentido oeste do Rio de São Francisco. A quantidade, como foi comum nos sertões, era considerável, em comparação com o que aconteceu em Alagoas:

> Pedem a Vossa Excellencia lhes faça mercê conceder por Sesmaria dez leguas pelo Rio Tibiri acima que começão a correr na forma da declaração acima com cinco legoas da Hutioba correndo as ditas dez legoas pela Hutioba arriba com declaração que as ditas dez legoas possa tomar salteadas fóra de serras visto ser sertão[370].

Anos depois, em 1667, o Capitão Sebastião Barbosa de Almeida, requerendo o registro de uma carta de Sesmaria, que tinha comprado de sua irmã, Maria Barbosa de Almeida, possuidora de terras da região desde o período holandês. A área "corria" a "varge chamada a dos Pontes até o Morro Jasiobá onde antigamente Lonrenço de Brito Corrêa teve um curral", e, "do Morro Jasiobá pelo Rio de S. Francisco acima" onde "estão terras devolutas"; alegou Sebastião que as terras tinham espaço suficiente para "pastar o seu gado", que não era pouco, pois em anos passados tinha perdido "seiscentas cabeças de gado"[371]. As expressões "acima" e "devolutas", tão recorrentes nessas sesmarias, possivelmente indicam ataques palmarinos e ameríndios responsáveis por esvaziar os povoamentos nos sertões. É latente que o clima local, a dificuldade de manter uma economia estável e ainda as frustrações de não acharem minas de prata e ouro devem ter ajudado nessas ocasiões em que houve abandonos de sesmarias. Perder 600 cabeças de gado é razão considerável, e as hipóteses podem ser variadas. Como Palmares não foi citado e o Capitão precisava de novas terras para "pastar seu gado", supõe-se que o clima e a geografia local exigia demais dos animais e das plantas. E, como é de se esperar, a rotatividade da grei também pode ser traduzida em alguns momentos como rodízio de pessoas, fazendo dos sertões do Rio de São Francisco um espaço dinâmico, mas ao mesmo tempo instável.

Em 1670, outros homens pediram terrenos que eram "pastos devolutos". Frei Manoel da Silveira, "Procurador de Nossa Senhora dos Prazeres", mais Diogo de Mello de Mendonça,

---

[370] **Documentos Históricos**, vol. XXI, 1933, pp. 261-263.
[371] **Documentos Históricos**, vol. XXII, 1933, pp. 439-444.

Cristovão Falcão e o Capitão Bras Soares de Passos, requereram uma sesmaria entre o "rio Panema, e o Traguipû (Traipu) e o Tybery", encarados como "terras devolutas para pastos de gado, com mattos, e agoas, que estam por aproveitar". Almejavam "povoar, e aproveitar com seos gados, criaçoens, e lavouras, em utilidade comum, e dos dízimos das rendas reais". Para melhor estabelecer a localização, as terras partiriam "da nascença do rio Traguipu, correndo das ditas Taperas, que ficam servindo de piam, des Legoas pelo Traguipu abaixo athe as cabeceiras das Datas de Belchior de Faria, Simam Ferreira [e] de Belchior Alvares". Quando o Provedor-mor do Estado da Bahia escreveu acerca da doação, reafirmou que "he serviço de sua Magestade que este rio seja povoado, e cultivado"[372]. Essa sesmaria cabia no que seria a ocupação da Vila de Penedo do Rio de São Francisco, margem pernambucana, de acordo com o mapa presente no **Livro que dá razão do Estado do Brasil**[373]. Se levarmos em consideração que o Rio Panema fazia parte da jurisdição de Penedo – somando com o Rio Traguipu ser o Traipú (cuja nascente fica entre/abaixo de Garanhuns e Buíque, também jurisdições da Vila de Penedo no XVII, apesar de hoje serem Pernambuco) – e que se tratava de léguas em sentido sul, "junto ao rio Traguipû para as partes do rio de Sam Francisco", surge a hipótese de que essa sesmaria fazia parte de um conjunto maior da ocupação dos sertões do Rio de São Francisco, teoricamente sob jurisdição direta da Vila de Penedo[374].

Os anos de 1680, como já discutido, foi um período de alta disseminação de Sesmarias nos espaços sul da Capitania de Pernambuco. A região do Rio de São Francisco não ficou marginalizada e vários requerentes apareceram para conseguir seu quinhão de terra. O problema, contudo, é estabelecer se as terras doadas fariam parte da jurisdição de Penedo ou se estavam mais atreladas ao que seria a jurisdição do Piauí e Bahia. De maneira segura, pode-se supor uma sesmaria de 30 léguas doada em 1682 ao Desembargador Christovão de Burgos, o Capitão João Alvares Feitosa, Lourenço Alvares, Paulo Vieira, Agostinho Alvares, João Alvares Lima, João de Montes, Diogo de Barros da Rocha, na região do "rio de S. Francisco até intestar com a data do Mataquiri e serras da Marabá e Pereuca, com a data de Damião da Rocha pelo dito rio acima até intestar com a data do Capitão Cosmo de Brito até Janabá, com **data de D. Francisca de Sande até Jariobá**"[375]. Somando estas proporções com

[372] "Carta de Data, ou Cesmeria de hum quinham (...), fls. 141v-142v". In: **Livro do Tombo do Mosteyro de São Bento de Olinda**, 1948, pp. 272-274.
[373] Ambos aparecem grafados como "Panema" e "Taraguaipu" **Livro que dá razão**, 1968 [1612], p. 55
[374] Essa sesmaria também está cadastrada em outro conjunto documental. Todavia, os rios foram grafados de maneira diferente: "Panema, Fragoiba[?] e o Tibiri". A discrepância entre Traguipu e Fragoipa pode ser respondida analisando os documentos originais. Fica-se com a transcrição do Livro do Tombo do Mosteyro de São Bento de Olinda, visto não haver em outra documentação sobre o Rio de São Francisco a existência do Rio "Fragoipa", **Documentos Históricos**, vol. XX, 1930, pp. 276-278.
[375] DHP. **Sesmarias.** Vol. IV, pp. 103-104. Negritos meus.

as das sesmarias da família Aranha, tem-se outra grande porção de terra; o que pode ter sido comum naqueles idos de século de conquista dos sertões da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Piauí[376]. O nome de Cristovão de Burgos também não causa espanto, pois viu-se (Capítulo I), que até nas Alagoas o poderoso Desembargador tinha seus currais de gado. Se seu nome é muito visto em sesmarias nos sertões de Bahia e futuro "Piauí", convém salientar que em 1712 o ex-Desembargador tinha terras nos Campos do Buíque[377].

Outro morador dos sertões, branco, foi João de Barros [ilegível], oficial que foi o Provedor que cuidou das Minas de Salitre e, em 08 de novembro de 1702, pediu o cargo de Administrador (na verdade, Superintendente) por conta do afastamento de Inácio de Moraes, que iria para o Tribunal da Bahia (que acabou não conseguindo). Em seu discurso, escreveu sobre dois anos em que trabalhou pelas minas juntando rendas pelos dízimos e tinha uma carta na manga bem interessante. Invocava que nos caminhos (na região como um todo), tinha os seus "engenhos para donde se vai para[?] as ditas Minas com o conhecimento de fábricas os engenhos, para melhor poder dar expediente a fábrica que trabalha na dita Mina"[378]. Apesar de ser um discurso de atitude negociada, extrai-se daqui a existência de engenhos adentrados nos sertões.

Nesse caso, uma vez que João de Barros estava escrevendo do Recife, pode ser um pouco difícil acreditar que o mesmo detinha vários Engenhos que iriam descer da sua Vila "pernambucana" até chegar ao Rio de São Francisco. Poderia ter acontecido de que possuía alguns, mas deixava-os arrendados a pessoas nos sertões. E até que ponto as áreas jurisdicionadas por Penedo iriam ter Engenhos de Açúcar? Infelizmente não se tem nenhuma relação de Engenhos "penedenses" para esse período histórico. Mas teria sido a partir de João de Barros – ou de outros moradores da virada do século XVII para o XVIII – os primeiros a investirem em Engenhos de Açúcar nas regiões dos sertões que ficavam entre Alagoas e Penedo? Difícil responder com precisão, mas serve como ponto de problematização acerca dos moradores e conquistadores dos sertões.

Ora, para encorpar o argumento do "reforço" e do "aumento" populacional nas regiões do São Francisco, é-se importante atentar à instituição básica lusitana que deveria existir em espaços onde houvesse um conglomerado de pessoas – não necessariamente unidas fisicamente – que era a Igreja. A Vila de Penedo do Rio de São Francisco, espaço dilatado e grande extensão territorial, que poderia nem sempre ser bem jurisdicionada pela Câmara de

[376] Seria cansativo e muito arriscado sair enumerando todas as sesmarias presentes no livro DHP. **Sesmarias.** Vol. IV, 1959. Mas é-se necessário deixar essa referência à prova de futuras pesquisas.
[377] AHU. **Alagoas Avulsos.** Doc. 129, fl. 3.
[378] AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1938, fl. 26-26v.

Penedo, deveria ter, na mentalidade católica, instituições religiosas que gerenciassem a manutenção da fé cotidiana a habitantes que moravam tão longe da Igreja Matriz da vila mais próxima. Em 1697, o Bispo de Pernambuco fez visitações nas bandas sul da Capitania e relatou vários problemas, um deles era sobre a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que fazia parte do Curato de Cabrobó, nas margens do rio. A dificuldade residia na questão que a jurisdição da Igreja era imensa, correndo a parte norte de Cabrobó e "todo o sertão a que chamam de rodela[s]", que continha "mais de 400 léguas". O depoimento do Bispo é exemplar, apesar de sua extensão:

> e por esta razão contém em si muitas povoações [o sertão de Rodelas] em grandes distâncias umas das outras e todas elas sujeitas ao cura da dita Igreja da Conceição e para este as desobrigar não lhe basta todo ano para correr uma só vez a paróquia, por que além de pouco os votos que são os moradores as distâncias grandes em que vem da igreja lhes dificultam e fazem quase impossível o ir a ela, assim passam todo o ano sem missas e sacramentos porque e não há sacerdote, que e lhes administre fora do cura nomeado: este se vai às vezes dos padres franceses barbados para acudir aquelas povoações mais próximas às aldeias em que eles assistem no Rio de S. Francisco e as mais ficam no desamparo referido. Este ano mandei ao cura corresse o dito sertão e gastando mais de seis meses, não pode chegar [ilegível] povoações dele, e nas que entrou achou muitas pessoas, que e havia dez anos não ouviam missa, nem se tinham confessado, nem visto sacerdote com quem pudessem fazer; e assim vivem estes homens sem lembranças da outra vida, com tal soltura no que e passam, como se não houvesse justiça, porque e de Deus não a teme, e a terra não lhe chega[379].

O depoimento do Bispo, a partir das experiências dos curas e padres que moravam naqueles sertões, ajuda a abrir o olhar, complementando com os discursos dos milicianos que participaram nas batalhas contra Palmares e nas primeiras expedições do Salitre. Vários pontos são possíveis de observar, dos caminhos percorridos às citações de termos como "povoações", "moradores", "pessoas", invocando caracteres de individualidade do sujeito (frente à religião católica) como de grupos sociais que viviam apartados da ação mais fixa da Igreja Católica.

Rodelas pode ser considerado, mesmo na época "colonial", um espaço "baiano" e "piauiense". Marcos Galindo, em extensa pesquisa, assim estabeleceu a região como dividida em "dois assentamentos" de "rodeleiros aldeados". Em uma parte ficavam "situa[dos] próximos à ilha de Tacuruba na margem baiana do rio de São Francisco", enquanto que outros (mais hostis aos lusos), habitaram os "territórios situados entre as barras dos rios Grande e

[379] "Consulta da Junta das Missões (...)". In: **Mocambos**, p. 385.

Negro, afluentes da margem esquerda do rio São Francisco". No âmbito "geográfico", a demarcação era a seguinte:

> O perímetro histórico do sertão de Rodelas situava-se no médio curso do rio São Francisco, no segmento compreendido entre a barra do rio Grande e a cachoeira de Paulo Afonso. Confrontava-se ao sudoeste com os sertões das Jacobinas e com o rio Itapicuru, ao nascente com o Xingó e o rio Pajeú, e ao norte com os sertões do Piauí, territórios anexados no último quartel do século XVII por Francisco Dias d'Ávila e Domingos Afonso Sertão[380].

Para a presente tese, desconfia-se ainda que Rodelas não pode ser considerada, no século XVII, um espaço bem delimitado em termos de "jurisdição" (Pernambuco-Bahia), visto que ficava entre as duas margens do Rio São Francisco. Para isso, no decorrer da escrita, tentar-se-á dar mais atenção a Rodelas que fazia "fronteira" com a cachoeira de Paulo Afonso e que corria o São Francisco em direção a Penedo.

Nesse sentido, sente-se mais segurança ao dizer que haveria "bolsas populacionais" entre o "sertão de Rodelas" e a Vila de Penedo. Pode-se imaginar o sertão como uma localidade onde grandes espaços não teria morador nenhum, enquanto que em outros já haveria um considerável número de indivíduos. Passar seis meses caminhando para não conseguir chegar à totalidade de fregueses que estavam nas adjacências da Igreja de Nossa Senhora da Conceição é um dado sócio-geográfico importante. Demarca a ideia de um sertão povoado e ocupado, com caminhos que já estavam em uso tanto pelos rios como pelas estradas. O tempo pode ser tão relativizado quanto as distâncias. Afinal, se formos entrar no fluxo do discurso do Bispo e acreditar que existiam pessoas que havia 10 anos que não ouviam missa, pode-se já recuar uma ocupação luso-brasileira do sertão de Penedo-Rodelas desde anterior a 1687 (mais propriamente em 1646-1669, v. tópico *infra* sobre as missões). Tarefa essa que só era possível a partir de diversos fatores: produção material, reprodução biológica, relacionamentos sociais com ameríndios e caminhos para se locomoverem. Para utilizar da interpretação de Abreu: "um fenômeno daquelas regiões, ainda hoje existente, eram as feiras de gado ou de outros gêneros. Algumas feiras deram origem a povoados"[381]. Essas são as linha de raciocínio que se segue nesses primeiros capítulos da tese e leva em consideração a formação de uma região do Rio de São Francisco não apenas pelo polo da Vila de Penedo, porém também pelas ações internas dos habitantes e moradores dos sertões entre si.

---

[380] GALINDO. Op. Cit., 2017, pp. 23 e 90 (para citações no parágrafo anterior).
[381] ABREU. Op. Cit., 1963, p. 212.

Como foi previamente citado, inserida em parte do que seria "Rodelas" constava terras de Domingos Afonso Sertão, que junto com os herdeiros de Antonio Guerra de Brito e "a Caza da Torre", "todos estes três senhorios moradores na jurisdição da Bahia", tomavam conta "de quazy todo o Certão de Pernambuco, o qual começando no Rio de S. Francisco tem de extencão pella costa athé quinhentas légoas, onde o termina o distrito do Maranhão". Essa quantidade exorbitante de chão foi motivo de conflito com párocos e missionários que desejavam doações de léguas para poderem fundar aldeias missionárias e manterem ativos as jurisdições das "três Parochias erectaz e duas para de novo Se erigirem" (possivelmente estavam atinados com o relatório do Bispo, anteriormente analisado)[382]. Pelo tamanho da extensão do terreno, cortando em linha reta até chegar ao Maranhão, fica difícil saber até que ponto as partes que eram jurisdições de Penedo foram tocadas e ocupadas por esses homens. Provavelmente poucas (que sabe até mesmo "fronteira"), pois, de acordo com Rocha Pita, desde 1671 que Afonso Sertão conquistava terras que seria do "Piauí", atrás de mais fazendas de gado e lutas contra os "gentios bravos"[383].

Todavia, encontrar Domingos Afonso Sertão provavelmente morando em Rodelas é indicativo de povoamento das localidades a partir de participações de pessoas com motivações religiosas e econômicas, que visavam montar aldeias de catequização. O próprio Rei também dispendia sua atenção: em dezembro de 1698 enviou carta ao Governo de Pernambuco pedindo informações sobre outro documento (de 15 de junho daquele ano) em que solicitou que os Capitães-mores e Cabos fossem procurar "pessoas, que acharem capazes de Servirem de Juizes Ordinarios" naqueles sertões, pois lá constava de uma "freguesia antigua" e de "duas mais que de novo formou", sendo essas as que poderiam receber os Juízes e seus Escrivães, como informou o Bispo de Pernambuco ao Rei. Entretanto, naquele sertão não se "achava povoação, em 5 e 10 e 20 léguas por se povoarem aquelles desertos de curraes de Gado", e que para manter a "conservaçam era forçoso apartarem-se [os juízes ordinários] hum dos outros, duas e tres legoas"[384]. Como já foi bem citado nesse capítulo, fixação social e distanciamento marcavam a sociedade "sertaneja".

A relação Rodelas-Minas de Salitre apareceu anos depois. A disseminação de sesmarias, ao que parece, tomou força com a estabilização das Minas. Em 3 de dezembro de 1700 o Rei, fazendo valer seu Alvará que dizia que os Ouvidores Gerais eram os responsáveis por

[382] AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1840, fl. 1. Ver também GALINDO. Op. Cit., 2017, pp. 276 e seguintes (a partir de outras fontes)
[383] **História da América portuguesa**, 2011 [1730], pp. 280-281.
[384] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 249v. O sublinhado consta no documento. O colchete é meu.

tombamentos de sesmarias, estabeleceu para as que "ficarem junto as Minas do Salitre" a responsabilidade ao Desembargador Ignácio de Moraes Sarmento (que vai se tornar o Superintendente das Minas), e para o "Certão de Rodellas" o Desembargador João Guedes de Sá[385]. Com um aumento de pessoas morando, arrendando e expandindo terras, somado com a provável e planejada dinamização por conta do fim da guerra contra Palmares e descobrimento das Minas de Salitre, a demarcação de terras se mostrou tanto necessária para aquele momento histórico como indício (para nós, historiadores) de que a região dos sertões começava a receber mais atenção do Governo da Capitania. Da mesma feita, todos os espaços do Rio de São Francisco eram visados, pois em 1703, os índios (em casais), capitaneados por Jacinto Afonso, receberam ilhas para poder povoar[386].

Para ajudar a delimitar a posição de Penedo como centro de uma área maior que era a do Rio de São Francisco, e para que as localidades analisadas nesse tópico (e no restante do capítulo) sejam vistas como jurisdições da Câmara da Vila (e não, portanto, do "Piauí" ou sertões mais perto do centro de Pernambuco), pode-se averiguar uma carta da Câmara de Penedo para o Ouvidor da Comarca das Alagoas, datada de 1715. O assunto é intrigante, os oficiais do senado pediam exatamente a manutenção das suas jurisdições da Vila do Penedo demarcado a mais de cem anos. A lista envolvia as seguintes localidades:

> demarcando-lhe Rio Jiquiá por ele acima, e para o seu sertão, e pela beira do mar até a barra do Rio de São Francisco, e por todo ele acima até povoação de Rodelas, e pelo Rio do Panama[Panema][?] acima, Comunatis[?], Campos do Buíque, e Campos dos Garanhuns, Savias[?], Mimoso, Caichoeiras[?], Panellas[?], Servinhão[?], Cabo do Pasto, Pinheiro, Preapé[?], Cancaláco[?], e tudo o mais fronteira a Missão dos Gentios, em que assistem o clero recoletos[?] do Urubá[387].

Espaços esses que aparecem em cartas patentes passadas no século XVII para os milicianos responsáveis pela "Capitania do Rio de São Francisco"[388]. A título de ilustração, quando Diogo de Souza Vieira recebeu sua carta patente de Sargento Mor da Infantaria da Ordenança da Vila do Rio de São Francisco, em 1684, foi baseado em atuações passadas como "Alferes Capitão e Sargento Mor da freguesia de Rodellas", tendo ido a Palmares e "protandose no trabalho daqueles sertões", além de ser "huma das principais pessoas da

[385] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 278-278v.
[386] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1903, fls. 1-1v. (escrita de difícil leitura e levemente apagada).
[387] IHGAL. **Arquivo 01620-21-02-18.** Certidão do Senado da Vila de Penedo sobre os seus limites e jurisdição, demarcados há mais de cem anos. 08 Dez. 1715, fl. 1.
[388] ROLIM. Op. Cit., 2012, pp. 140-143.

nobreza da dita vila [de Penedo]"[389]. A hipótese da Câmara de Penedo ser o ponto institucional fixo de delegação de ação judicial e militar se torna cada vez mais forte e firme. Afinal, no próprio corpo da carta isto era usado como argumento discursivo:

> e não constam[?] que aos ditos lugares farão[?] sempre as juízes, e mais oficiais de justiça desta vila, e ir citar, autos de justiça de tirar devassas e fazer inventários, e juízes, e de tudo o mais que se lhe afferecia[?] da execuções, sem haver quem lho impedisse por pertencr o conhecimento ordinário á justiça desta Vila, e não[?] consta mais, que alguns homens dos[?] referidos lugares serviam nesta respública, como foi servir de juiz ordinário Pedro Aranhas[?] Pacheco, e de vereador o Tenente Ambrósio, e serviu o Capitão António Martins Pereira[?], Manoel Brás Poderoso, Manoel Seixeira Pinto, Capitão dos mesmos distritos do Buique, e mais lugares dos Garanhuns, Comunatis[?] por nomeações todos deste senado, por esta em posse de muitos anos, e inda hoje, de ditas nomeações e jurisdições, e até o presente nas não consta que S.M que Deus Guarde, repartisse ou tirasse a dita jurisdição, não ainda dos Capitães Maiores, porque ainda existem nas suas patentes serem Capitães Maiores do Rio de São Francisco e todos os seus distritos[390].

Visto existir certa complexidade inicial do que seria uma regiãa do Rio de São Francisco, ao menos um motivo teria que haver para que haja certa desconfiança no trato documental ao tentar essa construção nada formal sobre esse espaço do sertão. Colocar Penedo como centro desses termos e distritos é plausível, como aparece na carta patente de Capitão da Infantaria da Ordenança da Povoação das Rodelas "termo do Rio de São Francisco", destinada a Domingos Fernandes de Freita, em 1688, Rodelas[391]. Em 1757, Dom Domingos Loreto Couto escrevia que "o seu termo [da "famosa villa do Penedo"] he muito dilatado correndo pelo Rio [de São Francisco] asima mais de oitenta legoas, e vay confinar com o termo da nova villa de São Francisco do Sul do Cabrabo [Cabrobó]"[392]. Quando o Capitão Mor do Rio de São Francisco, Francisco de Alemão[?] fez uma relação sobre o rendimento de vários ofícios por aqueles distritos, em 1689, acentuou no final da carta a complicação de tal tarefa, principalmente para Rodellas, que ficava "duzentas legoas" sertão adentro (da Vila de Penedo)[393]. Por isso, visto a época ainda ser inicial (meados do XVII e início do XVIII), tendo em Penedo uma Vila, com Câmara Municipal, e até mesmo uma dinâmica peculiar, não apenas por conta do gado, mas também em relação econômica mercantil e de justiça, levando em consideração também as movimentações políticas dos

[389] ANTT. **Chancelaria Régia.** Dom Afonso VI. Ofícios e Mercês. Livro 52. Microfilme 451-A, fls. 304-304v.
[390] IHGAL. **Arquivo 01620-21-02-18.** Certidão do Senado da Vila de Penedo sobre os seus limites e jurisdição, demarcados há mais de cem anos. 08 Dez. 1715, fl. 1-1v.
[391] ANTT. **Chancelaria Régia.** Dom Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 18, fl. 158v.
[392] **Desagravos do Brasil**, 1981 [1757], p. 167.
[393] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1491, fls. 1-1v.

poderosos da terra que a todo o momento negociavam e até mesmo exigiam seus privilégios para exercerem força, é possível encarar Penedo como polo "do Rio de São Francisco" que chegaria a espaços que hoje seriam de Pernambuco (Campos do Buíque, Garanhuns, Cabrobó) e Bahia (Rodelas)[394]. Cabe salientar que o Rio de São Francisco era propriedade da Capitania de Pernambuco desde os tempos de Duarte Coelho, inclusive com domínio sobre "todas as ilhas".

3. 3 Fundar a Oficina do Salitre

Coube ao Desembargador Inácio Sarmento o maior depoimento sobre os dois anos que se percorreram na fixação e funcionamento das Minas de Salitre, entre 1701 e 1702. Em seus argumentos, o estabelecimento social recebe ares mais concretos e dificuldades que, na teoria de um projeto de construção, não é levado em consideração, aparecendo e ganhando importância no decorrer da vivência social e material do espaço. Antes de passar aos escritos de Inácio Sarmento, convém observar os planos da Coroa portuguesa e do Governo de Pernambuco em relação às minas.

Em 1 de fevereiro 1698 o Monarca já traçava seus planos para exploração. Seu entusiasmo discursivo é latente: "Por ser muyto conveniente ao meu Serviço tratarse com toda a aplicaçam das Minas de Salitre (...) por ser este Genero tam preciso pera a defença do Reino e Suas Comquistas". O encarregado de ir primeiro – como uma espécie de batedor/estudioso – seria João Rodrigues, por "ser pessoa pratica no conhecimento e Exame das terras[?] Salitrias". Sua missão era encontrar os melhores sítios para começar a fundar as oficinas e fábricas, observando as localidades que teriam o minério tanto em qualidade como em quantidade. Após as delimitações, a missão seria "plantar logo Mandioca naquella parte que lhe pareser mais acomodado, juncto az Minas do Salitre e mande fazer Curraes, e compre Vacas, pera sustento das pessoas que Ouverem de trabalhar nellas". A estratégia não era teórica, mas tinha em seu arcabouço conhecimento de ordem prática a partir de experiências sociais: "por Ser Informado que Em Razam dos taiz Citios serem incultos e despovoados se

[394] Para o caso analisado da carta de 1715, interessante observar que todos os interessados nas jurisdições e na manutenção dos espaços militares "assinaram" o documento, sendo eles: Gonçalo Martins Pereira, João Dantas Aranha, Lourenço de Pina Cruz, Manoel Velho da Rocha, Gonçalo Dias da Nava, Guilherme [ilegível] de Mendonça, Manoel Dantas Cerqueira, José Pinto de Vasconcelos, Domingos Fernandes Torres, Dom José de Souza, Diogo de Campos, Domingos da Silva Mello, Pedro Rodrigues Chaves, Pedro de Souza Vieira, Francisco Alvares Camelo, Manoel Ribeiro de São Paio, José Bezerra Lima, Severino Moreira de São Paio, Antonio de Sá Mahia[?], Agostinho Pereira de Carvalho, Gaspar Coelho do Espírito Santo. Nota-se a ausência de Domingos Afonso Certão, que tendo terras em Rodelas, realmente se mostrava como um morador da "Jurisdição da Bahia", como disseram os párocos.

nessecita precisamente desta[?] prevenção, antecipada para o Estabelecimento da dicta fabrica"[395]. Após receber notícias de João Rodrigues em 25 de junho daquele mesmo ano, o Monarca deu sinal verde para novas idas e exploração em dezembro de 1698[396]. As políticas de Estado e as experiências sociais já começavam a se comunicar.

Mas cada Governador tinha sua maneira de trabalhar e o novo encarregado nem sempre continuava com os projetos do antecessor. Ao que parece, Dom Fernandes Mascarenhas de Lancastre, quando tomou posse, em 1699, enviou ao Monarca algum documento sobre as Minas de Salitre, provavelmente sobre se deveria ou não continuar com a empreitada. O Rei, em 24 de janeiro de 1700, para reafirmar a importância das Minas, enviou uma carta para (Dom Fernandes), que assim como seu "antesesor", deveria "continuar em a averiguação daz Minaz do Salitre"[397]. O plano não poderia sair de seu horizonte prática e foi a partir de 02 de dezembro de 1700 que a Monarquia enviou carta régia categórica para que se estabelecessem as Minas de Salitre. A necessidade de enraizamento de gente e instituições para conquista dos sertões não deixa de estar relacionada ao processo em questão:

> que para este efeito mandeis logo fazer hu curral de gado nos campos de Borquê [Buíque] na parte mais comoda para as dictas Minas se[?] achando [?] para os postos do Gado toda a terra que for nesessaria arendandosse o Cittio por ora emquanto não esta de todo fundada e Estabalecida a Fabrica. (...) e no dicto Curral Se me terão Az Sincoenta Vacas que os Contratadores dos Dizimos ham de dar para este efeito, já criadeyras na forma do contracto que com elles se fez comprandosse de mais athé corenta ou sincoenta egoas pera se trazerem nos mesmos pastos por serem precisamente Nescessariaz as crias que estas Egoas, e as ditas Vacas produzirem asym para o serviço das ditas Minas, como para a Conduçam do Salitre. (...) E porque Convem se situe hûa Aldeya de Indios no mesmo Citio das Minas, Voz ordeno mandeis tirar oitenta Cazaes das Aldeyas Sogeitas ao Governador doz Indios (...), elegendo citio para ella de maneyra que fique bem acomodada, mandando dar pera estez Citios terras nos brejos das mesmas Minas, com Largueza capas de viverem a seu contento[398].

De início, a Fábrica sofreu perdas nas jornadas (infelizmente, não se sabe os motivos), pois das peças que chegaram de Portugal, sobrou apenas "uma caldeira", que tinha sido transportada com os outros artigos e mantimentos a partir de comboios pelo "Rio de São Francisco" até as Minas de Salitre. As "casas" – aqui entendidas como os armazéns e espaços das Fábricas, e não as dos índios – eram igualmente poucas, sendo "necessárias mais". De

[395] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 205v-206.
[396] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 248.
[397] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 279v, 281v-282.
[398] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 276-277v (citação 276v-277). Uma outra transcrição (mas com as mesmas informações) está em **Anais pernambucanos**, vol. 7. 1983, p. 231. Um resumo pode ser encontrado no Vol. 3, 1983, pp. 467-468.

1700 até 1702, em um período de dois anos, a missão de ocupar e estabelecer conquista nos sertões deu certo, mas parece que tal dinâmica aumentou de maneira que, findo esse período, uma maior estruturação era indispensável[399].

O depoimento de Inácio Sarmento ajuda a reforçar a importância de Penedo naquele espaço das Minas, não como polo centralizador, mas como a localidade melhor estruturada para recebimento de oficiais, envio de novos agentes, contratação de serviços e até mesmo jurisdição policial. No prisma da política lusitana, as vilas tinham essa característica de serem bem aparelhadas em termos de governo, comércio, milícia e centro religioso[400]. Na ida de Inácio às Minas, teve como destino a Penedo e, em outra declaração, esclareceu: "vindo a esta Vila do Penedo do Rio de São Francisco para daqui mandar para as áreas do salitre a fábrica e mantimentos e tudo o mais de que se necessitava para o labor e a condução do dito Salitre". Foi lá que o Superintendente achou "morando na dita Vila o Capitão João Dantas Aranha", personagem central no estabelecimento da Oficina nos sertões[401]. Na Bahia, as áreas de Salitre que eram exploradas ficavam nos sertões de Jacobina (apesar de serem relacionadas desde 1587 por Gabriel Soares de Sousa[402]), mas não descartavam Penedo como vila que poderia receber o minério extraído, pois (os baianos) seguiriam o curso do Rio de São Francisco (via barca, cavalo e barca novamente, por causa da cachoeira de Paulo Afonso). Essa conjugação de espaços "baianos" e "pernambucanos" também contribuía para planos de estabelecimentos sociais, pois em Paulo Afonso deveria ser feito "um armazém" para poder resguardar o minério que deveria seguir viagem para Penedo[403]. Com esses indícios, estabelece-se Penedo do Rio de São Francisco como vila e polo administrativo e social importante nas dinâmicas dos sertões. A Câmara poderia se sentir responsável pelas Minas de Salitre da parte de Pernambuco, e cujos administradores não eram ausentes de ações que poderiam vir da Bahia.

A localidade tinha seus percalços, como "esterilidade de pastos e águas", o que ajuda no argumento da imensidão e dos perigos dos sertões. Um desavisado pensaria que o Desembargador estava falando apenas das margens do São Francisco (saindo da Vila de Penedo até as Minas, tem-se a impressão que o caminho está baseado em seguir o curso do rio, que era a linha fronteiriça natural com Sergipe d'El Rei), mas, observando atentamente o que foi descrito em linhas passadas, sabe-se que existiam vários cursos e estradas que levavam às áreas do salitre, inclusive rotas por terra mais rápidas e elogiadas. O que se pode

[399] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 9-10.
[400] RUSSELL-WOOD, Anthony J. R. "Políticas de fixação e integração". In: BETHENCOURT. CHAUDHURI. Op. Cit., 1998a, p. 134.
[401] AHU. **Alagoas Avulsos.** Doc. 90, fl. 46.
[402] **Tratado descritivo**, 2000 [1587], p. 307.
[403] PUNTONI. Op. Cit., 2002, pp. 32-33.

apreender no discurso do oficial é que o plano de estabelecer vários currais, aldeias ameríndias, casas com casais de ameríndios, armazéns e novos habitantes vaqueiros, não foi perfeitamente concretizado por conta de imprevisões da natureza[404]. A caatinga era (e continua sendo) um terreno favorável e desfavorável para a criação de gado[405]. Um desses momentos "desfavoráveis" foi lembrado em 1703-1704, quando o Governador de Pernambuco informava ao Rei das complicações da seca e da falta de chuva que impedia que os súditos e trabalhadores no salitre pudessem deslocar-se nos sertões, por conta da já quase exaurida mina em que estavam. Era necessária a mudança daquela oficina para as outras duas minas que tinham encontrado a algumas léguas de distância. Entretanto, tiveram que esperar passar o período de estiagem e iniciar a viagem e mudança "com as primeiras águas, que ordinariamente começam no sertão de Março por diante"[406]. Substância vital à vida humana, a água e a chuva eram elementos preciosos na hora de se traçar estratégias de viagens e deslocamento nos interiores do São Francisco.

A área caatingueira castigou os lusos, fazendo-os repensar suas ideias de estabelecimento social e estrutural administrativo, pois não só os homens estavam sendo afetados: seus animais – principal produto de subsistência – deveriam ser resguardados ao máximo. Os cavalos foram os mais atingidos (sem pasto e sem água em partes do caminho), pois era o que mais trabalhavam com o carregamento. A ação do Capitão João Dantas Aranha, que no começo do estabelecimento, "andou pela Capitania e comprou os pastos", para que o Superintendente Inácio Sarmento pudesse deixar as éguas para "multiplica-las"[407], foi importante, mas não gerou resultados bons o suficiente, visto que. Tendo relativo conhecimento dos sertões, Dantas Aranha não comprou qualquer pasto, dando preferência a um que fosse de confiança e que suprisse as necessidades biológicas dos animais comprados e levados para as Minas. Essa atitude pode refletir experiências adquiridas em expedições feitas pelo Rio de São Francisco desde 1524. Nelas, colocava-se a prova uma série de mitos em busca de montanhas de metal e ouro, processos que, certamente, de alguma forma garantiram o desenvolvimento de conhecimento geográfico e enraizamento de possíveis moradores – mas nada que compusessem povoações[408] (como Ararobá, Rodelas e Cabrobó). A falta de investimento, os ataques de ameríndios bravos e mocambeiros encorparam a situação de

[404] AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1938, fl. 10.
[405] Sobre geografia e clima, deixar-se-á o estudo para capítulos seguintes, cf. PETRONE. Op. Cit., Vol. II, 1982, pp. 220-221.
[406] AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1950, fl. 2.
[407] AHU. **Alagoas Avulsos**. Doc. 90, fl. 46.
[408] MAGALHÃES, Basílio de. Expansão Geográfica do Brasil Colonial. – São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1978, pp. 14-55. *apud* MAGALHÃES. Op. Cit., 1998, p. 36.

andanças e assentamentos esporádicos. Apesar de correr o risco de supervalorizar o estudo, as Minas de Salitre podem ser encaradas como um dos principais momentos de sistemática ocupação dos interiores do Rio de São Francisco, pelo menos o que ficava entre o Rio Panema e Rio de Piranhas, fazendo um triângulo Ararobá/Rodelas ↔ Piranhas/Panema ↔ Penedo. *Um dos principais* porque houve outros, como os currais de gado "de Francisco Gomes de Abreu, dona Francisca e outros muitos daqueles sertões", que ficavam pelo Rio Panema, atacado por Palmarinos, igualmente potenciais povoadores e desbravadores dos sertões, apesar de sempre serem vistos como pessoas que só "assaltam, roubam e destroem todo aquele país [sic]"[409].

Todavia, nem só de clima e geografia depende a vida do homem, pois as atitudes administrativas em relação à alimentação, subsistência e regime de trabalho influenciava em muito as perdas e economias animal – assunto esse que será tratado em capítulo próximo. Para o momento, deixa-se atento que a conquista do sertão e possessão de terras nos sertões do Rio de São Francisco estava a todo o momento sofrendo reveses. A pecuária era ainda a melhor maneira de estabelecer os homens naquelas paragens, e as posições podem ser de duas ordens: a primeira é a do baixo custo da empreitada, não sendo necessários grandes cabedais para custearem as fazendas; a segunda é que o gado se mostrava a espécie que melhor se adaptava ao sertão, deixando para a agricultura gêneros alimentícios de primeira necessidade mais fáceis de plantar ou de importar (o que acabou acontecendo). Da mesma feita, por conta da dinâmica da criação do gado (mais solto), deixava-se um rastro de ligações entre as fazendas e populações, impedindo, por exemplo, formações de desertos humanos[410].

Naqueles momentos, a escravidão entrava na jogada – mesmo que a contragosto, pois representaria custos, e perder um escravo era pior do que um cavalo. Quando os equinos não podiam fazer o trabalho de tração, carregamento, transporte e viagens, eram deixados de lado e os ameríndios Tapuias consistiram em aqueles foram usados para fazer as conduções nessa primeira fase de estabelecimento social. E mais uma vez o Capitão João Dantas Aranha utilizou de seu conhecimento sócio-espacial para traçar contatos com os Capitães de Aldeias e moradores próximos para, juntos, convencer os ameríndios a trabalharem no desenvolvimento de atividades de subsistência na localidade, e em nome do rei, mediante pagamentos em jornais e rações nas conduções de fábricas e mantimentos[411]. Foi uma estratégia do momento,

[409] "Planos para a destruição de Palmares (I)". In: **República**, p. 96.
[410] PETRONE. Op. Cit., Vol. II, 1982, pp. 218-219.
[411] AHU. **Alagoas Avulsos**. Doc. 90, fl. 46.

mas não agradou muito o Superintendente, já que para ele os ameríndios faziam o mesmo serviço das bestas, só que "mais vagoros[o]s, e com maiores despesas"[412].

Os ameríndios eram os principais moradores da região do Rio de São Francisco. Se o Governador de Pernambuco se preocupava com a malha, *a priori*, súdita da monarquia portuguesa, os naturais habitantes que antecedem o Novo Mundo lá estavam vivendo suas vidas, produzindo seus materiais, recriando suas crenças e costumes, batalhas e rituais culturais. Eram sociedades em potencial: para o perigo (guerra), para o engrandecimento da monarquia católica (catequização), para os cofres dos súditos locais (escravidão, captura e revenda), bem como para autoridades e, nunca se deve esquecer, para a reprodução dos valores excludentes de Antigo Regime, provenientes da sociedade de Ordens e Estados, diferenciadores entre si e estratificadores sociais, em que o ameríndio figuraria como componente para qualificar uma pessoa americana.

Para desvendar parte dessa trama do estabelecimento social dos lusos e da utilização de ameríndios como agentes conquistadores e trabalhadores naquelas terras, deveras importante são as avaliações do Desembargador Inácio Sarmento. Ao chegar às Minas, em meados de 1701 (pra lá de agosto), e saindo em abril de 1702, tinha deixado já construídas as casas e as fábricas do Salitre a partir do trabalho dos "Índios do Camarão", em conjunção com a ordenação do Mestre Salitreiro João Rodrigues[413]. Essas casas podem ser avaliadas em duas opções: as que eram utilizadas para armazenar e estocar Salitre, ferramentas, mantimentos, bem como as moradas os altos oficiais, que não poderiam ficar nem ao relento, muito menos em moradas mais "simples", visto que o exercício de poder, a hierarquização e a exclusão deveria estar a todo o momento presente naquela região. A grande quantidade de ameríndios, a necessidade de escravos, a existência de moradores naquelas estradas e a possível ausência de corpos policiais que fossem uma garantia de autoridade do administrador e seus subordinados diretos eram fatores que implicavam na constante adaptação das ordens e da remodelação de maneiras de exercer violências e mando.

O Desembargador Inácio Sarmento era mais crítico, mas não menos dramático, sobre o início das construções das Aldeias ameríndias e de suas dinâmicas cotidianas no princípio da conquista e no decorrer das atividades laborais. Utilizando o aspecto dos matos e das águas, somando com os brejos (ver-se-á mais adiante), elevar uma aldeia ameríndia do nada não era tão fácil. A logística era imprescindível para que um ponto certeiro geograficamente fosse encontrado, pois a maior vontade era de criar bestas, gados, produzir subsistência com

[412] AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1938, fl. 10.
[413] AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1938, fl. 10.

agricultura e possivelmente começar as atividades de pesca (apesar de não ter nada citado). Para azar de Inácio, o melhor ponto para se assentar uma "povoação" ficava a 19 léguas de distância das minas que deveriam escavar, o que fez o Desembargador resolver não elevar nenhuma aldeia por conta dos custos e despesas que a mesma acarretaria[414].

Entretanto, os oitenta casais de ameríndios enviados para trabalhar estavam cuidando do sustento das fábricas na região do salitre. O que Inácio Sarmento queria era não dividir os que lá estavam, fazendo-os serem enviados para um ponto distante, o que iria comprometer o trabalho de extração do minério. Ao que parece, o trabalho para levantar a Fábrica do Salitre era o primordial, enquanto que o ato de "levanta[r] casas, roça[r] matos e trata[r] da cultura de plantas" era dispendioso não no sentido meramente econômico, mas temporal, pois, na interessante avaliação do Desembargador, "porque só neste mês podiam começar-se a roçar os matos para se plantar em janeiro sendo ainda necessário esperar mais dezoito meses para se colher daquela planta bem acezoada[?] a Mandioca"[415]. Posição um pouco contraditória com que foi escrito anteriormente, em que a vontade da administração era que o desenvolvimento ao redor das minas de salitre era importante. Com as vivências tomando forma através do tempo, ao que parece, apesar de importante, era também dispêndio de tempo na prática. Manter a característica híbrida de produzir nos arredores e importar de outras paragens parece que se tornará estratégia viável e comum para manter de pé as Minas de Salitre. Afinal, sem farinha, não haveria salitre (v. capítulo 5).

Outro espaço de estabelecimento, pensado e concretizado no início da oficina, já em 1701, partiu do Capitão João Dantas Aranha e do Administrador das Minas de Salitre, Inácio Sarmento. Ao chegarem nos Campos de Buíque para começar a fixação das fábricas, João Dantas comprou de suas próprias fazendas pastos para se colocarem éguas[416]. Mais uma vez, não escolheu ao léu, tendo antes andado nos sertões da Capitania atrás de vendedores e de uma morada geograficamente satisfatória para poder ser utilizada. Já foi explicado que a região da caatinga castigou de homens a animai. Todavia, analisando no prisma da experiência territorial e social, João Dantas Aranha sabia que a compra de pasto seria favorável para estabelecer núcleo de povoamento e ligação mercantil com moradores dos arredores, além de finda a exploração do salitre, a continuação ou mesmo a venda do terreno para futuros interessados, concretizando uma ação que em sentido macro era de importância do bem-comum dos luso-brasileiros, bem como das próprias fazendas do Capitão investidor.

[414] AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1938, fl. 10v.
[415] AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1938, fl. 10v.
[416] AHU. **Alagoas Avulsos**. Doc. 90, fl. 46.

Ver-se-á no próximo tópico que o Campos do Buíque era constantemente atacado por Tapuias que não se deixavam reduzir à missionação e escravidão que lhe eram impostas. Ter comprado um terreno naquelas proximidades (sem contar a própria elevação de oficinas) 10 anos após um poderoso ataque de Tapuias e mais 06 nações (em 1691), mostra que o poderio bélico e populacional dos colonos tinha aumentado consideravelmente naquela década, demonstrando maior firmeza nas futuras atitudes de colonização, bem como já um possível sucesso de estabelecimento que se iniciou em meados do XVII.

Mas os ameríndios não eram os únicos explorados em prol dessa expansão econômica e do trabalho dos sertões do Rio de São Francisco. Os negros e os mulatos foram cogitados em 1703, por iniciativa do Superintendente, que se baseou na vida e nas vicissitudes que se desenrolavam nas Minas após a formação de sua Fábrica[417]. A transição do trabalho ameríndio para o negro africano não foi exclusividade dos ambientes litorâneos. As vontades de Inácio Sarmento, naquele momento histórico, era que o sertão fosse uma extensão do litoral, pelo menos no que dizia respeito as suas relações laborais. Em termos econômicos, os ameríndios se mostraram escolhas acertadas dos oficiais das minas, pois seu baixo custo de "contratação" refletiu nos trabalhos de locomoção, agricultura, etc., que acabaram se tornando "baratos". Todavia, a "ingenuidade", ou a "presunção", de se acharem dominantes, fez com que os administradores subestimassem as capacidades de resistências e insubordinações dos ameríndios, normalmente vistos como escravos-coisas e não pessoas. Somam-se outros empecilhos como a relativa pequena produção (de bens alimentícios) e até mesmo o pagamento – em alguns momentos – de jornadas particulares para alguns deles (e não para seus responsáveis). Sentia-se o tiro sair pela culatra e a opção de ter negros africanos fazendo o trabalho de ameríndios começou a rondar na cabeça de Inácio Sarmento, ainda em 1701.

Entender a transição do trabalho ameríndio para o africano só é possível se o pesquisador tiver em mãos um momento histórico e um acontecimento bem recortado. Parte-se do discurso do próprio administrador das Minas de Salitre para se entender o porquê de sua motivação de querer escravos negros naquelas paragens. Para Inácio Sarmento, dois pontos foram os essenciais: o primeiro era a comida e capacidade física, uma vez que o negro africano necessitaria não apenas de farinha de mandioca para sobreviver, e que sua robustez o faria ser um trabalhador mais resistente do que um ameríndio. E essa questão da aptidão física levava ao segundo ponto, que era a quantidade de pessoas no regime de trabalho. Ao invés dos 80 ameríndios que foram estabelecidos, o administrador julgava suficiente apenas 20

[417] AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1920, fl. 1.

casais de negros africanos[418]. Para nós, as motivações são quase que estapafúrdias, pois se baseiam mais em um imaginário de época em que o africano era "superior" ao ameríndio no que concernia tanto a obediência, como as habilidades e resistência física aos regimes extenuantes de trabalho braçal. Analisemos essa posição mais criticamente.

Compreende-se que o uso de ameríndios em um início da estabilização das Minas de Salitre partiu de uma manobra social que unia a economia e a geografia. Custos poucos para exploração e compra, bem como de pagamentos de jornadas e usufrutos de aldeados. Prova concreta foi a doação de 80 casais pelo Administrador dos Índios da Capitania de Pernambuco. O Rei de Portugal retirava esse peso de sua Fazenda Real, bem como os administradores. A importância da geografia no planejamento se deu pelo conhecimento que os moradores, os administradores e os próprios ameríndios tinham dos espaços, dos sítios, dos rios, dos brejos, da existência de outras nações, de estratégias de sobrevivência. Ter ameríndios como trabalhadores era o melhor suporte que o Superintendente e os outros oficiais poderiam ter, já que não se achavam em posição de confiar apenas em quem descobriu as Minas, mas principalmente naqueles que lá estavam estabelecidos.

Isso foi no início, leia-se, momento de formação e estabilização. Uma vez a todo o vapor, as atividades das Minas de Salitre demonstraram as rachaduras daquele tipo de empreendimento e exigiram maior destreza dos moradores locais e dos oficiais que lá estavam incumbidos na tarefa de fazer aquela Oficina dar certo. Das premissas necessárias para manutenção da alimentação, percebe-se que os ameríndios se interessavam mais pelo cultivo da mandioca e da alimentação de sua farinha. A ideia da alimentação suplementar (milho, feijão e abóbora) – pensado por Inácio Sarmento –, era atribuída por ser "bom para os negros" e apareceria para fazer um complemento com a mandioca[419]. Provavelmente a influência do litoral, por meio da cultura do "modo do Brasil" (dos escravos roçarem sua subsistência), também pesou para que os africanos fossem cogitados[420]. Caso continuassem escravizando e

[418] AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1938, fl. 11.
[419] AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1938, fl. 11.
[420] Sobre o "modo do Brasil", cf. MARQUESE, Rafael. **Feitores do corpo, missionários da mente:** senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. – São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp. 29, 61-63, 76-77. A título de problematização teórica, CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês?:** o protocampesinato negro nas Américas. – São Paulo: Brasiliense, 2004. Um contraponto pode ser lido em GORENDER, Jacob. "Brecha camponesa, mercado interno e agricultura de subsistência". In: GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada.** – São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016, pp. 90-105. Apesar de não citar Cardoso, e sim sua inspiração (Tadeusz Lepkowski), Lindoso aplica a "brecha camponesa" para a sociedade cabana do século XIX, mas fazendo vez ou outra referências aos séculos XVII e XVIII, v. LINDOSO. Op. Cit., 2019, pp. 133 e ss. Uma retomada do assunto, muito bem documentada e avaliada (tentando uma espécie de conjugação de interpretações, mas, ao que parece, acabou comprovando mais alguns pontos de Gorender do que de Cardoso), é a de BARICKMAN. Op. Cit., 2003; todavia, importa salientar que Barickman escreveu sobre a Bahia dos finais do XVIII e boa parte do XIX, suas conclusões não podem ser

empregando apenas ameríndios, a farinha de mandioca continuaria sendo o alimento mais produzido, em detrimento de outros que poderiam receber muita atenção por causa dos brejos que lá existiam. Brejos esses que não se poderia plantar mandioca, por conta de sua área pantanosa, mas que em contrapartida representava ganhos porque poderia atuar como um espaço para produção de gêneros que serviria de suplemento à farinha, uma vez que não tomaria o lugar dela nas plantações iniciais e já desenvolvidas.

Ter 20 casais de africanos escravos trabalhando no lugar de 80 casais de ameríndios aldeados pode levar a diversas interpretações. Uma delas (a mais conhecida e disseminada na historiografia) é a de que os africanos trabalhariam mais do que os ameríndios, fosse por causa do "ócio" ou por uma suposta "proteção" dos missionários. Todavia, partir-se-á de outra esteira avaliativa: custos econômicos. Os ameríndios traziam um peso obrigatório no que dizia respeito as recompensas por seus trabalhos na forma de "rações", "jornadas" e tinham como sua principal fonte alimentícia a mandioca, quetinha de ser importada de localidades circunvizinhas, até mesmo da Vila de Penedo (v. capítulo 5). Em 1704, o Governador da Capitania de Pernambuco, Francisco de Castro de Moraes, endossava a reclamação que era feita pelo Superintendente Inácio desde anos atrás. Para o Governador, os negros trabalhariam mais e "faziam muito menos despesa, que os índios; e só com a importância dos jornais, que estes tem vencido, se poderão já comprar mais de dez, ou doze negros"[421].

Ou seja, a culpa não era do ócio, mas partia tanto da questão monetária e logística (jornada para muitos índios que dava para comprar alguns africanos) e da geografia do local, que impedia que mais mandioca fosse plantada para sustentar os trabalhadores. Nesse ponto, o africano entraria no ambiente como um trabalhador que superaria esses entraves. Iria trabalhar sem o problema da constante necessidade de recompensas monetárias, sobrevivendo pela alimentação que fosse conveniente ao desenvolvimento das Minas e que permitissem aos administradores envolvidos poupar investimentos. Subsistência essa que não iria mais ser provida em exclusivo pela mandioca, mas receberia avanços com outros gêneros que iriam ser plantados nos brejos, o que poderia diminuir em muito as despesas com importação de farinha. Considere-se ainda atribuições que não estavam inseridas em exclusivo no plantio de gêneros ou na extração de salitre, mas na própria condução do minério, casos os cavalos não

---

transpostas para o sul de Pernambuco do XVII, embora o que já se escreveu até agora (e ver-se-á no andamento da tese) também implica não levar em consideração a transposição da "brecha camponesa" ensaiada por Lindoso.

[421] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1950, fl. 2v.

pudessem ser utilizados, o que fazia com que os ameríndios fossem encarregados da tarefa e a cumprissem "com maior dispêndio"[422].

A experiência africana e brasileira com o uso de tecnologias diferentes das ameríndias também contou para o raciocínio do Superintendente. Apesar de não serem africanos, foi estabelecido que dois mulatos deviam ser comprados (escravos) para aprender a extrair salitre, diminuindo em muito as atribuições, e até mesmo a despesa que se fazia com o "mestre salitreiro"[423]. É de se imaginar que mesmo tendo que instruir-se naquela arte, os mulatos que iriam ser enviados às Minas de Salitre já eram escolhidos entre tantos que já tivessem experiência com fundição, mecânica, etc. Serem escravos reforçaria a ideia da contenção econômica (ausência de pagamento, apenas alimentação) e usos de pessoas que fossem igualmente habilidosas, reforçando uma posição que encontrar-se-á disseminada na sociedade luso-brasileira: "melhores ainda são para qualquer ofício os mulatos", já escrevia Antonil em 1711[424]. Poderia até mesmo existir a possibilidade de esses dois mulatos ter que passar os ensinamentos a outros escravos africanos, visando melhorar a extração e, inclusive, o controle da escravaria.

Em termos policiais, serem transportados para uma região "recém-descoberta" (pelos lusos), e postos a trabalhar em um ambiente diferente do litorâneo e/ou africano, era uma estratégia de melhor controle por parte dos senhores. Os ameríndios eram peritos naquelas paragens. Sabiam se esgueirar e tinham vários esquemas de fugas. Lutavam periodicamente contra os padres e capitães de milícia e do mato. Todas essas tentativas de sobrevivência por parte dos ameríndios, em dois anos de atividades, renderam dores de cabeça enormes para os administradores das Minas. Colocar africanos representava uma estratégia de evitar perdas constantes de mão-de-obra nesses ocorridos, visto sua percepção geográfica e – possivelmente – falta de articulação (mas não de união, ou identificação) dos negros entre si no início dos seus labores. É óbvio que nesse período existiam remanescentes mocambos de palmares nas regiões da Vila de Penedo e de toda a região do Rio de São Francisco. Mas se o Superintendente resolvia ter os seus 20 casais de africanos ali, subtende-se que o cerco miliciano naquelas localidades, bem como a falta de experiência militar e de resistência dos escravos fosse um atrativo para escraviza-los nas Minas de Salitre. Saber da "destruição" de Palmares, em 1696, também pode ter feito aflorar uma tranquilidade psicológica nos luso-brasileiros, bem como um baque – por conta da derrota – nos próprios negros que ainda

[422] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 11.
[423] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 11.
[424] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 99.

pensavam em se rebelar e fugir. Mesmo assim, arriscar formar novos mocambos não era tão fácil quanto parecia. Morrer de fome, sede, insolação; ser capturado, morto em combate, alvejado por balas, cortado por uma espada, poderia ser o destino de qualquer um ali que se aventurasse em terras inóspitas.

Por último, mas não menos importante, para controlar os africanos era necessário ter o poder de um homem branco por perto. Nesse caso, a prepotência do Superintendente fazia crer que, se todos os pontos listados (e hipotetizados) acima fossem cumpridos, "não será necessário mais que um homem branco verdadeiro e com préstimo para obrigar os negros ao trabalho que lhes distribuir". A existência de oficiais de milícia nos sertões, bem como de homens brancos nas Minas de Salitre, somados com os mulatos "salitreiros", faria esse homem branco se tornar uma espécie de feitor-mor, um chefe organizacional e disciplinador dos africanos que lá estivessem encarregados de trabalhar. O discurso é bem econômico ("bastando a verdade daquele homem para que se esteja pelas suas contas, e por este modo sempre o Salitre cobrirá melhor as despesas"), mas os ganhos sociais e simbólico-práticos (e aqui insere-se as relações de trabalho) seriam maiores[425]. E, voltando ao início dessas linhas: a fundamentação da ordem geraria o rendimento econômico esperado. A região do Rio de São Francisco, agora em conjunção com as Minas de Salitre, demonstravam ser espaço propício para (mais) aumento populacional e geração de riquezas tanto locais como para o cofre da Capitania e Monarquia. Continuar utilizando ameríndios nos labores e "importar" africanos trabalhadores demonstrava a segurança daqueles homens nas potencialidades econômicas da Vila de Penedo do Rio de São Francisco e na garantia da obediência dos escravos pela força e violência que eram capazes de exercer. A segurança partia da dominação pela instituição da escravidão, pela estruturação local que planejavam e construíam (as experiências sociais), pelo policiamento que lhes eram garantidos por seus iguais, pelas letras da lei, pelos seus costumes dominadores, pela religião e pelo próprio Deus, representado na pessoa de seu Rei.

O extenso depoimento, baseado nas vivências do Superintendente Ignácio de Moraes Sarmento teve seus ecos. Tendo chegado até o Governo de Pernambuco e depois até a Corte portuguesa. O fim da Oficina estava próximo, mas algumas dinâmicas entre 1703 e 1704 (v. infra), garantiram um sopro de vida. Avançando um pouco no tempo, tem-se a carta de que a

[425] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 11. Sobre a ideia de "simbólico-prático", tomo as considerações de Pierre Bourdieu, em que o poder simbólico é aquele que não necessitaria mais do poder arbitrário para ser reconhecido (não mais), visto que sua autoridade seria exatamente pela arbitrariedade que o poder teria escondido por debaixo de seu símbolo. É silencioso, mas bem conhecido pela sociedade em que ele foi criado e pode atuar sempre que possível. Sua percepção e demonstração de "existência" podem ser encontradas nos "símbolos" que seriam utilizados para traduzir de maneira concreta a representação da dominação e de suas atitudes, BOURDIEU, Pierre. "Sobre o poder simbólico". In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, pp. 1-2, 14-15.

"Rainha da Grão Bretanha [e] Infanta de Portugal", escreveu para o Governador de Pernambuco em julho de 1704. Nela, trazia de volta os testemunhos do antigo Superintendente Ignácio de Moraes Sarmento, sobre os "grandes gastos" e "pouco salitre que daquela terras se tirava". Todavia, antes que um ponto final fosse posto no destino da Oficina, a ida do novo administrador Manoel Marques, junto com a "domesticação" dos ameríndios em três aldeias, a existência de Missionários, e a descoberta de novas minas deu um prolongamento ao destino final das Oficinas do Salitre (v. infra). A Rainha agradecia pela "prontidão com que socorrestes aos mineiros para se livrarem dos bárbaros. E dizer voz [vós] que ao dito Dezembargador, e a Manoel Marques mando agradecer o serviço que me fizeram neste negócio"[426]. Aqui, vê-se que a sobrevida das Minas de Salitre obedeceu a uma dupla condição: apaziguamento de ameríndios e descoberta de novas minas (portanto, os africanos não foram enviados para os sertões). Mas essas condições são ainda falhas, pois é importante sempre relembrar que a "pacificação" dos "bárbaros" só seria possível, e vantajoso, se fosse sem violência e que os moradores dos sertões, junto com os próprios Tapuias aldeados, formassem núcleos habitacionais nos moldes do Antigo Regime lusitano, com missionários e milicianos por perto para administrá-los. Da mesma feita, as descobertas de novas minas deveriam ser pelo menos em locais habitáveis e pouco custosos em termos de cabedal e de vidas ("e por esta causa mandastes se mudarse a oficina para junto da que se achasse mais rendosa"). A partir daquela data, a Oficina do Salitre daria um salto qualitativo na sua dupla proposta: extração de minério e ocupação dos sertões do Rio de São Francisco.

3. 4 Violências e catequização na formação de núcleos habitacionais

Esse tipo de raciocínio ("acalmar" os ameríndios para fundar aldeias) perdurava no ano de 1700 e pode ser retraído até pelo menos – em termos institucionais – 1681, ano da criação da Junta das Missões de Pernambuco[427]. No que respeitava às oficinas do Salitre, as fundações de aldeias não seriam na maneira da guerra justa, o que pode levar a interpretações enviesadas. Ao se estabelecer que eram necessários 80 casais de outras Aldeias que estavam sujeitas ao Governador dos Índios de Pernambuco, o Monarca não estava se esquivando de guerra no sentido de não ser belicoso nas explorações das Minas. Leia-se o ato como demonstrativo de que não interessava a Coroa despender em demasiado suas fazendas, preferia-se não estabelecer batalhas que pudessem exaurir as rendas dos principais indivíduos

[426] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 370v-371.
[427] GALINDO. Op. Cit., 2017, pp. 199-201.

que estavam comprometidos com aquela exploração. A existência de conflitos entre os luso-brasileiros e ameríndios, por questões de propriedade, fez com que o Superintendente Inácio Sarmento tenha levado consigo um Meirinho que iria demarcar com ele as "Terras doz Indioz", cuidando tanto da "deligencia da Repartiçam daz Aldeyas, mas tambem pera a do Salitre"[428]. A ordem do número de casais e da repartição da terra feita por um Desembargador também não é especial para o caso das Minas de Salitre. Um alvará tinha sido redigido em 1700 depois das inúmeras contendas entre missionários e moradores dos sertões de Rodelas e Piauí acerca de sesmarias. Como vimos em parágrafos passados, as sesmarias entre Penedo e Rodelas estavam sendo dadas e as povoações aumentavam. Não é, portanto, de se estranhar que as repartições das terras ameríndias e a colocação do binômio "ameríndio aldeado = amigo" e "ameríndio fora da aldeia = inimigo hostil" tenha aparecido com mais força naquela passagem de século[429].

Outro ponto para se ressaltar é que, no século XVII, os luso-brasileiros já exerciam um domínio (ou o que podemos chamar de mentalidade de dominação) em que as negociações e as subalternizações dos ameríndios eram dadas tendo em vista uma superioridade dos lusos e as vontades desses últimos terem as maiores vantagens nos relacionamentos[430]. Para evitar as contendas acerca de relações de trabalho e escravidão, a administração inicial na aldeia das minas de salitre ficaria a cargo dos padres de São Felipe Neri, encarregados de aplicar a doutrina católica aos ameríndios, visto que ali por perto, em Ararobá, também estavam estabelecidos com uma Aldeia[431]. Com o tempo, outros padres foram aparecendo e os Capitães dos Ameríndios é quem tomavam a frente em relação ao trabalho das Minas.

Mas essa Aldeia "do Salitre" não era a única habitação e núcleo populacional desenvolvido. Em 1689 já se tem relatos, como o de Bernardo Vieira de Melo, Coronel de Ordenanças, que foi de socorro aos "moradores da povoação de Ararobá", que distava 90 léguas de Pernambuco, uma vez que "o Tapuia da nação Guegues [estavam] fazendo grande dano e destruindo-lhe os gados"[432]. O que não é de surpreender, pois "a família Vieira de

---

[428] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 296.
[429] GALINDO. Op. Cit., 2017, pp. 276-282.
[430] FERNANDES, Florestan. "Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis". In: HOLANDA (dir.). Op. Cit.. Tomo I, 1960, pp. 80-81. Ver, também, HESPANHA, António Manuel. "Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português". In. FRAGOSO, João. Gouvêa, Maria de Fátima (orgs.). **Na trama das redes:** política e negócios no império português, séculos XVI – XVIII. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 54-58. ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. **Linha de Fé:** a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
[431] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 276-277v. (citação fl. 276v). Desde pelo menos anterior a 1686 que os padres por lá se encontravam, cf. MELLO. Op. Cit., 2012, p. 113.
[432] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, p. 353.

Melo mantivera relações estreitas com a Congregação do Oratório no tocante ao Ararobá"[433]. O povoado era um espaço bem delimitado e estabilizado, e a manutenção dele como polo de poder luso-brasileiro era importante para manter a conquista, principalmente por estar na margem do Rio de São Francisco e, de acordo com o Bispo de Pernambuco, por ter a Igreja de Nossa Senhora da Conceição parte do curato que era o "último que e este bispado tem da banda do sul" (sentido sertão)[434]. No ano seguinte, em julho de 1690, o Governador de Pernambuco Marquês de Montebelo enviou uma carta para um Paulista, que era responsável por retirar ameríndios Tapuias de Ararobá sob objetivo de os fazerem marchar até as Ribeiras do Payahú para resguardas as fronteiras. A ordem foi remodelada, pois Montebelo encarava Ararobá um espaço estratégico importante para a manutenção dos sertões. Assim, pediu para que nenhum Tapuia fosse de lá retirado, a não ser por ordens do Capitão Geral do Estado, pois não se poderia contribuir com o "despovoar-se [de] todo aquelle Sertão"[435]. A tática surtiu efeito, pois em 15 de agosto de 1691 os "Tapuyas Hoez" (Oé), e mais outras 06 nações, andavam atacando os Campos do Buíque. Marquês de Montebelo, conhecendo a geografia e a população local, colocou como prazo até 28 de agosto daquele mesmo ano que 30 homens milicianos e "sertanejoz" fossem até Ararobá em companhia do "Sargento Mor Cosme do Rego Barros". Sintetizava a preocupação do Governador os "consideráveis danos aoz moradores com mortez de algua gente que matarão"[436]. A situação se prolongou até 1710: "Tapuyas ynimigos" continuavam atacando os currais de "Sua Magestade" e tinham matado "dous" (não se sabe as qualidades e condições). Provavelmente ocorreu nos sertões do Rio de São Francisco, pois a ordem de apaziguar os conflitos e capturar os ameríndios foi dada para o Capitão-mor de Ararobá[437]. Se a ocupação dos sertões já era difícil e sem muito patrocínio, pior era quando ameríndios tapuias se uniam para se defenderem dos missionários e luso-brasileiros que desejavam escraviza-los. Todavia, o abandono não era completo ou total, e em algumas ocasiões a administração central da Capitania tinha noção da importância de aldeias e de núcleos populacionais que serviam como pontos de referências nas dinâmicas locais e entradas nos sertões. Essa estratégia passou a vigorar com mais força com a estabilização da Junta das Missões, que agora criavam aldeias nos interiores ao invés de descerem sempre os ameríndios para o litoral[438]. Pois convém lembrar que Palmares ainda era força bélica em 1691 e, desde 1675, havia no Conselho Ultramarino, na pena de Salvador Correia de Sá, o

[433] MELLO. Op. Cit., 2012, p. 298.
[434] "Consulta da Junta das Missões (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 385.
[435] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 542v-543. Colchete meu.
[436] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 551v-552v.
[437] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fls. 63v-64.
[438] PUNTONI. Op. Cit., 2002, p. 26.

pensamento sobre a união de aldeias ameríndias e povoação dos interiores para conter "os mocambos dos negros e mulatos fugidos que se metem nessas terras despovoadas"[439].

Obedecendo a política de Estado, manter aquelas povoações e aldeias era essencial para a Monarquia e a Capitania de Pernambuco[440]. Nesse sentido, acompanhando o espaço geográfico e abordando ali como o "sertão de Rodelas", sua importância aumenta, pois em 1674, de acordo com o Governador de Pernambuco Dom Pedro de Almeida, os negros rebeldes de Palmares continuavam praticando "roubos e mortes" em Porto Calvo e Alagoas, atacando inclusive "aldeias dos índios" que estavam sob o Governo de Camarão, sendo ambas postas à luta. Na parte mais sul, a "outra nação a que chamarão as Rodelas" também foi acionada para fechar o cerco de ataque. Personagens principais de conquista e estabilização dos sertões do Rio de São Francisco, os ameríndios aldeados já eram redirecionados para batalhas e defendidos como entrepostos de combates desde meados do século XVII. Em novembro de 1664, o governo de Pernambuco mandou que a "gente dos Auxiliares, e moradores que sejão capazes de tomar Armas para quem Companhia dos Tapuyas do Rodellas" estivesse pronta para receber ordens para defesa e ataque em focos de "mocambos de negros levantados" naquelas localidades. Apesar de não ter indicado quem era o responsável por gerenciar aquela heterogeneidade de homens, observa-se a proposta de obediência à administração da Capitania de Pernambuco para manter seus contatos com os moradores circunvizinhos e até mesmo distanciados, como as vilas do litoral[441].

Essa data recuada ajuda a problematizar a informação de que Rodelas tenha se fundamentado com mais consistência a partir de uma missão jesuíta em 1669, composta de várias aldeias[442], visto que a "primeira" sesmaria que cita Rodelas foi dada para a Casa da Torre, em 1646[443]; no período de 1672, Rodelas já tinha se tornado uma missão Capuchina[444]. Entretanto, subtende-se que a "colonização" estaria naquele momento mais ligada ao sul (Bahia, propriamente Jacobina) do que ao leste (Penedo), apesar de que em "Porto da Folha" (leia-se, Traipú[445]), na "barra do Rio Ipanema [Panema]", havia outro Capuchino, Anastácio de Audierne, com uma aldeia erigida desde antes de 1672. A Aldeia ficava na "Ilha de São Pedro" e tinha se iniciado da viagem do padre a partir da Foz do São Francisco. Sabe-se que

[439] AHU. Bahia, caixa 2, 105. *Apud* PUNTONI. Op Cit., 2002, p. 72.
[440] AB'SABER. Op. Cit., 1960, p. 69-70.
[441] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 161v-162.
[442] LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Tomo V. – Lisboa, 1938-1951, pp. 292-310. *Apud* MANSUY, Andrée. [nota de rodapé 5]. In: ANTONIL. Op. Cit., 2007 [1711], p. 287.
[443] GALINDO. Op. Cit., 2017, p. 134, sobre Rodelas no período holandês, pp. 156 e seguintes.
[444] GALINDO. Op. Cit., 2017, p. 205.
[445] BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de, **ABC das Alagoas:** dicionário Histórico e Geográfico de Alagoas. 2 Tomos. Brasília: Senado Federal, 2005, vol. II, pp. 632-633.

todas as aldeias eram de jurisdição "pernambucana", mas não se tornaram "penedenses". Para encorpar o raciocínio, a região de Poxim também tinha sido espaço de aldeamento, mas, ao que tudo indica, não vingou, pois "possivelmente desta base subiram o rio São Francisco e ocuparam a região inferior da cachoeira de Paulo Afonso, e daí passaram para o sertão de Rodelas, onde montaram seu quartel-general"[446]. Com isso, a existência de ameríndios e de seus contatos violentos ou não, advinha antes mesmo dos padres da Companhia de Jesus, apesar de que sua relação com a área "pernambucana-penedense" só iria começar a partir de 1669. Entretanto, os capuchinos tinham estabelecido como "base" o Sertão de Rodelas, o que faz com que a interpretação acima aviltada de que tal "núcleo" de colonização pendesse mais para a Bahia do que para Penedo tome força.

Pode-se hipotetizar – e só pesquisas mais profundas melhorariam as evidências – que as aldeias ameríndias, nos finais do século XVII e início do XVIII nas regiões do São Francisco, só se mantiveram com maior firmeza pelos contatos interdependentes entre eles (missionários e ameríndios), que advinham desde o início-meados do século XVII, e não por causa do constante estado de guerra entre luso-brasileiros e as diferentes nações, somando com a colonização dos sertões e aumento demográfico. Subtende-se que a conquista luso-brasileira naqueles sertões se dava pelos intercâmbios (mas sem descartar as violências e guerras) e as trocas mais ou menos amistosas com os ameríndios, pois o português, sem a ajuda de algumas nações dos naturais da terra, provavelmente não suportaria os interiores da Vila de Penedo[447]. Afinal, "o índio era a fonte de alimentos, de bens para exportação e da pouca segurança existente em face das tribos hostis", sem contar a própria miscigenação a partir dos contatos (violentos) e das formações de alianças e parentesco. Com o tempo, visto que aldeias davam promissoras bolsas populacionais, a relação deles como mão-de-obra na agricultura e no pastoreio se mostrou mais forte. De aliados, passavam também a categoria de trabalhadores e "instrumento de conquista e de controle dos territórios ocupados"[448].

Dito tudo isso, entende-se que uma maior relação entre a Vila de Penedo e os seus sertões, no que concerniam as aldeias missionárias, tomará mais força nos meados-finais do século XVII, por conta da reconquista contra os batavos, das novas entregas de sesmarias, das destruições de mocambos e da descoberta das minas de salitre. Se os Capuchinos e Jesuítas

---

[446] GALINDO. Op. Cit., 2017, pp. 204-205, nota 69, e 208-209 (sobre Porto da Folha), pp. 207-208 (Sobre Poxim).

[447] FERRAZ, Maria do Socorro. "A sociedade colonial em Pernambuco. A conquista dos sertões de dentro e de fora". In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil Colonial,** volume 2 (ca. 1580-ca. 1720). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 172-178 e seguintes.

[448] FERNANDES. Op. Cit., Tomo I, 1960, p. 82-83 (para ambas as citações). GALINDO. Op. Cit., 2017, pp. 126 e seguintes.

faziam uma ligação vertical entre Rodelas-Campos do Buíque/Garanhus e Rodelas-Jacobina[449], com o tempo as áreas entre Rodelas e Penedo começaram a ser mais bem ocupadas pelos missionários.

Enquanto o Governador de Pernambuco pensava em como criar e utilizar aldeias para trabalhar nas Minas de Salitre em 1700, o Padre Miguel de Carvalho escrevia uma carta a Roque Monteiro Paim sobre as missões que existiam em Palmares. Por causa de contendas entre o Bispo e os missionários encarregados, o Padre Miguel dava a opinião de levar esses últimos a cuidar das missões "do rio de São Francisco dos índios da nação Porcas que estão situadas nas ilhas, do mesmo rio chamadas Corobabe, Canabrava e Achara". Para evitar confusões, deixou claro que as ilhas "tocam a repartição de Pernambuco"[450]. A existência de tantas "nações" ameríndias, da necessidade de aldeamento e de conquista dos sertões partia de diversos campos de poder, não apenas interessantes às Minas de Salitre, mas também aos religiosos preocupados com ganhos materiais e catequização de almas, bem como do governo de Pernambuco com a milícia e povoamento da região. Como em 1685, quando o Governador enviou ordem para o Capitão mor do Rio de São Francisco para que recebesse o Capitão Mor Antonio Gonçalves, da Nação Caropoto, que deveria "recolher" seus ameríndios para uma aldeia chamada Pacatuba e continuarem sobre a administração dos capuchinos[451]. Ao que tudo indica, eles eram batizados e aldeados, mas tinham fugido e estavam vivendo há mais de 06 anos sem estar sob "o grêmio da Igreja". Apesar da preocupação da catequização, não é demasiado forçado pensar nas estratégias bélicas e populacionais que tais ameríndios representavam para os habitantes locais e governo da Capitania. Suas fugas podem ter ocorrido exatamente por conta de embates com os homens luso-brasileiros escravistas, visto que o próprio Governador pedia que "nenhum morador, Ou Outra qualquer pessoa os [a]divirta nem lhe empida a mudarem-se para o dito lugar". Essas relações de conflitos, colonização lusa e fugas encorpariam as dinâmicas de povoamento e fazer-se social da região do Rio de São Francisco[452]. Ajuda, portanto, a desmistificar a ideia do índio "dócil", retirando

---

[449] No caso dos Capuchos, Galindo traz outras duas questões para ser avaliada: a da perseguição por serem "franceses", que os fizeram se "refugiarem" em Rodelas, e as brigas constantes com os ameríndios (por questão de doutrinação) e com a Casa da Torre. GALINDO. Op. Cit., 2017, pp. 209 e seguintes.

[450] "Carta do padre Miguel de Carvalho (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 452.

[451] Crê-se que essa aldeia e o "Rio de São Francisco", seja o da jurisdição de Penedo, pois na relação do Bispo de Pernambuco, Senhor Frei Francisco de Lima, sobre aldeias e nações de Tapuias no sertão do Piauí de 1697, nem a nação Caropoto e nem a Aldeia Pacatuba, são mencionados. "Descrição do sertão do Piauí (...) [1697]". In: **Mocambos**, 2010, pp. 370-383. A dúvida fica sanada porque em 1660 houve uma venda de terras da Aldeia de Pacatuba, e o traslado foi redigido "nesta villa de S. Francisco Capitania de Pernambuco", AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 616, fl. 1.

[452] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 379. Acréscimos meus.

o peso interpretativo demasiado romântico da existência de uma sociedade "democrática" que era feita nos sertões[453].

Em 1703, com a vinda do Reverendo Padre Paulo Barreiros, as dinâmicas das Minas de Salitre vivenciaram mudanças. Tendo saído da Capitania de Sergipe (Vila de Lagarto), e se estabelecendo em Penedo, recebeu autorização para dar missas. Não demorou até que o Padre se esgueirou nos Sertões, indo se situar "nesta Capitania (...) no lugar de Comonaty[?] (...) 50 léguas da Vila para o Sertão". Assistia os moradores, oficiais e os fábricas nos espaços das Minas de Salitre. Mas não ficou apenas nesses serviços de manutenção da fé cristã. Tratou logo de missionar e querer fazer descimentos. Adentrou-se nos sertões e fez diversas reduções, principalmente de tapuias da nação "bocadarda[?]" e dos "gentios brabos da catinga" chamados Oé. Esses últimos eram mais hostis e – no discurso da Câmara de Penedo – causavam muitos motins e danos nos habitantes e nas fazendas. O Padre, ao invés de declarar guerra justa, "com muito risco de sua vida", entrou na catinga atrás dos Oés "e com razões, e afagos, o constrangeu, e o arrancou dos mesmos matos metendo a aldeias". Ficou um ano doutrinando cerca de 200 na fé cristã, nas aldeias que fez no Rio Panema. Mas isso não o impediu de fazer novas entradas atrás de outros ameríndios. Suas novas habitações ajudaram a dinamizar um pouco aqueles espaços do Rio, de cunho social e econômico[454].

Observar à distância, e de maneira dialética, os acontecimentos delimitados nas experiências sociais mais "espontâneas" (na falta de um termo melhor), com as conjunturais, apreendidas a partir de um desenho maior do que acontecia na América portuguesa, pode acarretar um perigo de interpretação. Porém, se for colocado de maneira cautelosa, rende algumas boas hipóteses. Desde os fins do século XVI, mas tomando força com a expulsão dos holandeses e franceses das costas e vilas do Brasil, de norte a sul, as entradas nos sertões e de povoamento foram mais constantes. E os embates contra os índios era fator comum. A presença de missionários para apaziguar guerras e criar aldeias para catequização e reduto de mão-de-obra se mostrou estratégia geral que rendeu frutos à coroa e aos governos de Capitanias. Paulistas, jesuítas e gado foi uma tríade que fez, "criação de novas capitanias, a distribuição de sesmarias a colonos e o estabelecimento de vilas"[455]. Adaptando para a área do São Francisco de Penedo, a contribuição foi de sesmarias, aldeias e núcleos populacionais. E nesses momentos, a presença era maior de luso-brasileiros brancos e missionários de várias ordens. Com o tempo os ameríndios aliados, negros escravos e mestiços vaqueiros

[453] FERNANDES. Op. Cit., Tomo I, 1960, p. 72.
[454] AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1943, fls. 3, 5, 7.
[455] RUSSELL-WOOD. Op. Cit., 1998a, p. 135.

colaboraram na fundamentação da conquista portuguesa, mas é importante ressaltar que o início lusitano e católico violento foi o principal motor.

No ano de 1703-1704, quando o novo Administrador das Minas de Salitre, Manoel Marques, foi designado a tomar conta daquela empreitada, os ameríndios de diferentes nações mantinham constantes combates e emboscadas contra os trabalhadores das Minas e os comboistas que carregavam os mantimentos que chegava pelo Rio de São Francisco e que tinha que subir até a Oficina. De início, foi cogitada a aparição de Domingos Jorge Velho para resolver as lutas por meio da guerra e do "extermínio". Porém, o novo Administrador soube, à sua maneira ("mostrando o temor da guerra"), apaziguar os índios de três nações (Pororodas, Agoes, Piracoanhas) e aldeia-los perto de rios (os dois primeiros no Panema e o terceiro no Cabaços). A situação ia tão bem que os "Principais destas Nações" pediram um Missionário e foram agasalhados em suas novas moradas para não causar mais "distúrbios" ao conquistador luso-brasileiro. Não é demasiado lembrar que o alto administrador (nesse caso, o Governador), deixou claro que desconfiava dos ameríndios e encarava-os como pessoas que a qualquer momento voltariam ao estado de "feresa". Apesar de isso tudo, um possível momento de extinção das minas e oficinas do Salitre foi adiado por conta da atuação do Administrador Manoel Marques[456].

Outro que se deparou com diversas outras nações de Tapuias (ou seja, o que não estavam aldeados e eram hostis) foi o Capitão João Dantas Aranha. Quando se tornou tesoureiro das Minas, entre 1704 e 1707, teve que fazer valer seu poder violento militar para intimidar as "Tropas do Gentio Tapuia" que viviam nos espaços do Rio São Francisco e pequenos rios afluentes, sendo elas "as nações, Laraguiâs, Paranconhas, com os [corroído], Bocaradâs [bocadardas], Carapotos". Utilizou de táticas de conquista pela negociação, agasalhando os ameríndios para reduzi-los a sua visão de mundo, à sociedade católica cristã (entregando-os, pode-se pensar, ao clero regular), só que sempre desconfiado, pois eles eram encarados como "pouco domésticos, e [de] pouca fidelidade". Nem todos acreditavam nas palavras e atitudes do Capitão, e batalhas de defesa aconteceram como no caso de um comboio que ia para as Minas de Salitre e foi atacado (pois estava em perigo) por guerreiros das "ditas nações" nas alturas do Rio Tabajos. Ao receber a notícia, o Capitão Dantas Aranha reuniu "com tanta pressa a atalhar as ditas Tropas [dos ameríndios] que dentro de uma noite marchou vinte léguas e com sua diligência poução[?] e quietou as ditas nações"[457].

[456] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1950, fl. 1-2.
[457] AHU. **Alagoas Avulsos.** Doc. 90, fl. 55-56, 64.

Provavelmente por meio de violência e embates físicos, mais do que no discurso cristão da catequização e do descimento.

Ter tantas nações "relatadas" na documentação fosse elas inimigas, amigas, ou pelo menos indiferentes entre si demonstra que partes dos Sertões, principalmente do Salitre, eram polo constante de lutas e combates entre os luso-brasileiros e os ameríndios livres que lá residiam e estavam sendo dominados em aldeias ou em trabalhos forçados por meio da "guerra justa". A partir desse sangue americano se forjará experiências de conquistas e dominação dos sertões, de recolhimento de informações, de invasões a territórios e acumulações de riquezas. Tanto se utilizando dos ensaios dos ameríndios aldeados e trabalhadores, como guerreando e criando novas experiências a partir daqueles que, ao fugirem da dominação lusa, acabavam desbaratando mais os sertões e – indiretamente – contribuindo para o aumento do conhecimento geográfico da Vila de Penedo e dos sertões do Rio de São Francisco[458]. Tal como aconteceu com Palmares, pode-se encarar que a conquista dos sertões do grande rio se deu a partir de alianças, aventuras individuais e apropriação de experiências provenientes de contatos hostis e esporádicos, visando a expansão econômica de lavouras diversas e dos currais de gado, dados pelo acaso e sem obedecer a nenhuma política de Estado, sendo fruto de atividades do dia-a-dia.

Voltando à tática de aldeamentos, houve moradores das localidades que elogiaram o Reverendo Padre Paulo Barreiros (citado acima) por suas atuações, enquanto outros o criticaram por ter descido apenas os "velhos e doentes". Elogios e alfinetadas a parte, importante é estabelecer a atuação do Padre como importante na conquista daqueles sertões, estabelecendo áreas de moradores luso-brasileiros, logo, no limite, espaços onde todo um conjunto de normas sociais, religiosas, políticas e econômicas lusas estavam em prática. Em um desses momentos, em março de 1704, o depoimento do Padre foi interessante: esperava chuvas para poder voltar às Minas de Salitre e ir para a Várzea das Araras, pois entre os Tapuias que estavam aldeados existia um chamado "filho do Cordrº [Cordeiro][?]" que sabia os caminhos para o local, pois um tal de Matheus, Prª [Praça][?] do Rio de São Francisco, "levou um pouco de gado pela estrada que abriu o dito Cordrº"[459]. Em suma, possíveis milicianos (moradores), e uma rede já de criação e comércio de gado iam se expandindo com essas entradas e novos aldeamentos ameríndios. Para um espaço alargado – dilatado, nos dizeres da documentação –, estabelecer centros populacionais era importante, apesar de que

[458] Essa ideia de fuga ameríndia contribuir para a dominação luso-brasileira foi retirada e remodelada a partir da leitura de FERNANDES. Op. Cit., Tomo I, p. 84-85.
[459] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1943, fls. 11-11v.

habitantes afastados também ajudavam nesses projetos de ocupação dos sertões. Principalmente para os espaços da jurisdição da Câmara da Vila de Penedo, indicada em documentações como "Capitanias do Rio de São Francisco" (no plural mesmo), pode-se observar a necessidade sempre de novas entradas e estradas, visando espaços de moradias onde, principalmente, gado e produtos de subsistência pudessem ser produzidos.

Da mesma feita, em 03 de julho de 1704, o Padre Barreiros continuava seu discurso da necessidade de aldeamento e construção de casas dos tapuias, situados nas "Lagoinhas" e no Rio Panema. Fazer as casas ajuda a lembrar dos primeiros depoimentos sobre os ameríndios nas minas de salitre: dividir em casais. Logo, viver segundo a norma da família cristã monogâmica, prezando o casamento e a vida como um luso. Da mesma feita, queria o Padre tornar aquele espaço em um núcleo populacional importante, já que, se os depoimentos forem verídicos, mais de 200 ameríndios era mais do que o suficiente para tal empreitada. Ocupá-los com trabalho era também o objetivo, mas sem pagá-los em dinheiro, pois não queriam fazê-los se sentirem afastados da dominação lusa[460]. É deveras interessante essa objetivação das aldeias nos sertões: apaziguamento de conflitos, catequização cristã, assentamento social e redutos de mão-de-obra escravizada. Em suma: consolidação e expansão de uma "economia luso-brasileira". Com o tempo poderiam se tornar servos, vaqueiros e habitantes naquelas paragens. O aldeamento era um dos primeiros passos para essas conquistas e estabelecimentos nas localidades do Rio de São Francisco. Sairiam dali futuros habitantes que poderiam receber sesmarias, ou viver de agregados em terras de poderosos ou de moradores que lá já eram estabelecidos. Somam-se a isso os conhecimentos prévios da natureza circunvizinha que os ameríndios tinham já em suas experiências, visto que as tribos de caracteres nômades absorviam informações de áreas férteis e pobres nos espaços da região[461].

Mas essas aldeias não eram suficientes (ou pelo menos nem todas eram documentadas). Alguns outros Padres poderiam gerenciar outras nações em povoações que não necessariamente faziam parte da estrutura da oficina do salitre. Em suma: antes da estruturação das minas, haviam por lá outros espaços catequizados por missionários que há um período considerável, que provavelmente foram se aglutinando com as novas que apareceram e que precisavam de um olhar em conjunto mais abrangente. Apesar de não ter aparecido na documentação compilada para esse trabalho, como se não tivesse atuado "tanto" nas minas de salitre, não se pode ignorar a aparição do Reverendo Padre Missionário Manoel Neri, Religioso da Congregação do Oratório, encarregado nos inícios de 1704 a "assistir a

[460] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1943, fls. 18-18v.
[461] FERNANDES. Op. Cit., Tomo I, 1960, p. 73.

Missão das Minas de Salitre", recebendo para isso um ordenado de "40$réis da quarta parte que Sua Majestade que Deus guarde foi servido destinar para as missões destas Capitanias"[462]. Apesar dos diferentes Padres e Reverendos que existiam naquelas "Capitanias", o Monarca e o Bispado de Olinda não deixavam passar despercebidas as existências das aldeias como um conjunto que ajudava a compor, ou pelo menos delimitar, espaços habitacionais e conquistados nos Sertões. Sem contar que, naquele momento histórico, ter uma área denominada "do Salitre" ajuda a arrumar a ideia da importância das minas e da oficina na propagação, estabilização e manutenção da conquista econômica luso-brasileira naqueles espaços, sendo ponto possivelmente usado em discursos locais ou das Vilas mais próximas para compor ideias mais concretas "dos sertões" não como espaços longínquos e inabitáveis, mas agora apossados e com possibilidades de expansão.

Os ameríndios não seriam a única força econômica. Proteger e guerrear, nesse caso, além do custo político, é um custo em demasiado econômico[463]. Nessa posição de administração, os oficiais de milícia foram pessoas que deveriam participar ativamente do povoamento das Minas de Salitre. Presume-se que, ao "evitar quanto aos for possível todas as despesas", os "soldados, e oficiais"[464], eram súditos em potencial para cumprir várias funções nos espaços mais distanciados dos litorais: povoar, aplicar ordens administrativas, policiar e usar a violência para corrigir "problemas" que pudessem aparecer. Presume-se que, sendo milicianos, eram aptos para colonizar o espaço do Rio de São Francisco por serem, teoricamente, mais afeitos à disciplina e obediência de autoridades e das ordens de superiores, fossem do centro da Capitania de Pernambuco, Câmara Municipal de alguma Vila próxima (como Penedo) e da Monarquia lusitana. E volta-se a ideia de manutenção da ordem e estabilização econômica.

3. 5 Etapas finais das Minas de Salitre e seu legado no Rio de São Francisco

Portanto, entre 1696 até 1703, teve-se esse primeiro momento do projeto, das negociações em torno dos assuntos das minas de salitre, entregas de deveres e direitos e estabelecimento da oficina e dos regimes de trabalho, culminando no "balanço final" desse início (a importância ressaltada na carta da Ouvidoria). Interessante é verificar que, em 10 de abril de 1703, o Governador de Pernambuco continuava com a exploração, mas propondo

[462] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fl. 16.
[463] FOUCAULT, Michel. "o olho do poder". In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010, p. 217.
[464] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 276-277v (citação 277v).

novas descobertas, entradas e procuras de terras para o salitre[465]. Isso pode significar dois pontos: **1)** que os sítios iniciais das minas realmente não eram o suficiente para a exploração do minério, dando muito prejuízo em alguns quesitos por conta das diversas peripécias que aconteciam naquelas paragens. **2)** que, ao mesmo tempo, os espaços dos salitres eram sim úteis, pois ninguém mantêm uma atividade se ela fosse a representação quase fiel do ditado "dar soco em ponta de faca". Alguns bens eram retirados dali, fossem em caráter econômico de curta duração (o minério, etc), de longa duração (aumento de população, terrenos ocupados por pessoas, terços milicianos aparecendo) ou de média duração (atividades políticas para mercês reais, contratos de compra-e-venda de escravos, serviços de ameríndios, novas alianças sociais com os habitantes locais). Mesmo com pouco lucro, os administradores das minas verificavam que ainda poderia se tirar leite de pedra.

De 1704 até 1707-1709, houve um período de melhoria e declínio na exploração, mas não de abandono total como pode deixar transparecer alguns documentos oficiais[466]. Um deles foi escrito em outubro de 1706, do Rei para o governo de Pernambuco. Por causa do pouco rendimento, dos custos excessivos e de informações que teriam sido consultadas novamente ao Desembargador Ignácio Sarmento, foi decretado o fim da Oficina de Salitre:

> Francisco de Castro Moraes, Eu El Rei vos envio muito saudar. Havendo mandado ver, o que me escrevestes em carta de 20 de janeiro deste ano, acerca do pouco rendimento que prometem as Minas do Salitre dessa Capitania, e a grande despeza que faz a sua fábrica, sem aquela utilidade, que se procurava, vindo a sair o quintal deste gênero, por mui extensivo preço, como me informou o desembargador, Ignacio de Moraes Sarmento, a quem mandei ouvir sobre este particular. Fuy servido resolver e haver, e por bem que se extingua a dita fabrica do salitre, e vos ordeno se nam continue mais com ella. De que vos avizo para que assim o tenhaes intendido e nesta conformidade façaes executar esta minha resolução. Escrita em Lisboa aos 22 de outubro de 1706. Rei[467].

Entretanto, tentativas foram feitas de manter em funcionamento a Oficina durante e após os esgotamentos das primeiras minas. No parágrafo passado (e tópico passado), viu-se o Governador de Pernambuco querendo novas expedições, assim como padres e milicianos que fundavam novas missões ou compravam áreas em explorações posteriores, além de fundarem armazéns e contratarem serviços dos capitães e moradores locais. Inclusive, em 1705 as explorações estavam dando frutos, visto que o Rei de Portugal em janeiro tinha ordenado para

---

[465] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1941, fl. 4.
[466] O último documento relacionado às Minas de Salitre, pesquisado por mim, remete ao ano de 1707. Francisco A. Pereira da Costa atribui o seu fim a 1709.
[467] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 351.

que o Governo de Pernambuco enviasse para a Bahia uma embarcação com Salitre, o que foi atendido[468]. Mas, é-se necessário pôr em evidência outra atitude que visava a manutenção das Oficinas.

Uma delas era a aplicação de dinheiro naqueles espaços a partir de multas e penas de outros tipos de crime que aconteciam na Capitania de Pernambuco como um todo. Tais como fortalezas e outras obras públicas, as Minas de Salitre entraram em alguns momentos na contabilidade da Fazenda Real. O Governador, para aliviar as contas e impedir constantes pedidos de financiamento ou apelos dos administradores e moradores para dar suporte à Oficina, usou dessa estratégia do passamento de verba para "despezaz do Salitre", tendo o primeiro documento que evidencia essa prática ter sido acertado em 09 de fevereiro de 1700 em Recife[469]. A atitude manteve-se em 1703 (multas aplicadas ao descaminho do Tabaco)[470], em março de 1707 (multas aplicadas à quem vender farinha e feijões para fora de Pernambuco)[471] e em abril de 1707 (multas aplicadas aos homens que não se alistassem nas ordenanças do Capitania-mor de São Lourenço da Mata)[472]. Não se deve pensar que as multas eram incididas apenas naqueles anos e somente por conta daqueles tipos de "crimes", mas pode-se imaginar que sobre o descaminho do Tabaco e das vendas de farinhas e feijões, as penalidades eram reafirmadas durante os anos, podendo garantir alguma verba considerável para as despesas do Salitre.

Provavelmente parte desse dinheiro chegou ao seu destino, como em agosto de 1704, em que o Provedor da Fazenda Real ordenou que o Almoxarife retirasse 04 mil cruzados dos cofres para remeter em "dinheiro de contado" para o "Tesoureiro do Salitre". O motivo não era bem esmiuçado, mas indicaram que era importante "por serem nescessarioz para os gaztoz da dita Offiçina"[473]. Se for fazer um cálculo rápido, 04 mil cruzados era o equivalente a 1:920$000 (Um conto, novecentos e vinte mil réis)[474]. Portanto, a importância das Minas naqueles idos da década continuava em voga. Difícil é ainda saber se os repasses da Fazenda Real entre 1704 e 1707 foram constantes ou se nunca aconteceram.

Para Francisco Pereira da Costa, a extinção das Oficinas e Minas de Salitre, por ordem do governo (não se sabe de Portugal ou de Pernambuco), em 1709, foi atribuída a partir das

---

[468] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 350-350v.
[469] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fls. 2-2v. O nome Salitre está todo grifado, bem como a quantia que deveria ser passada para a despesa, de 2$réis (dois mil réis).
[470] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fls. 14v-15.
[471] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fls. 23-23v.
[472] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fls. 23v-24.
[473] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fl. 16v.
[474] Utilizam-se as avaliações de RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e Filantropos:** a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, pp. 301-302.

inúmeras dificuldades de extração, como o "transporte em um longo percurso de 319 quilômetros, contados do Buíque à praça do Recife, sem estradas e pontes sobre os rios que tinham de atravessar os comboios de cargas do salitre", além de "ficarem as minas muito distantes da costa e navegação". Apesar de ser uma observação cuidadosa e certeira (pois pode ter sido esse mais ou menos o discurso do documento que extinguiu de vez as Oficinas), julga-se que a importância das Minas não deve ser pensada apenas em sua função de extração de minérios para fabricação de pólvora e na sua posição dentro da esfera das rendas econômicas da Fazenda de Pernambuco[475]. Além do mais, seria certo exagero pensar de que as oficinas não trouxeram nenhum progresso à conquista lusitana na região do Rio de São Francisco no XVII. Concordando com Fernandes Gama, Pereira da Costa cita uma passagem em que certo trecho é interessante, pois ilustra o pensamento e juízos de valores dos homens do século XIX: "Assim se malograram todos os planos [das Minas], depois de sete anos de inúteis vexamês, movidos mais pelo gênio altivo e caráter despótico dos funcionários do que pela necessidade"[476]. Realmente é provável que a extração de Salitre obedeceu *em parte* a ganância dos homens, tanto no sentido material como de honrarias, pois queriam demonstrar serviço ao monarca e assim receber benesses diversas (o que acabou acontecendo). Mas as importâncias das Minas e Oficinas de Salitre devem ser alargadas.

Os habitantes locais souberam viver aquele momento e se aproveitar da situação, traçando novas estratégias de vidas (como se verá em capítulos próximos). Por isso, afasta-se aqui do raciocínio de Dirceu Lindoso, de que a região são-franciscana no século XVII não conheceu efetiva ocupação populacional[477]. Convém reforçar com mais afinco a importância que a Vila de Penedo (dentro de um conjunto do Rio de São Francisco), passou a ganhar antes mesmo das Oficinas e que foi alentada por ela. Por conta de suas atividades, foi ganhando a Vila e os sertões mais corpo e forma entre os habitantes do Rio de São Francisco. Quando o Bispo de Pernambuco, Frei Francisco de Lima, fez a descrição do Piauí em 1697, tratou de inserir a região em um desenho maior geográfico da América portuguesa. Nele, a povoação do Piauí tinha que ser contada (em termos de léguas de distância) do que poderiam ser consideradas vilas principais ou espaços importantes para ligações de gentes, e Penedo estava entre elas[478]. Quando o Capitão de Infantaria, Gabriel Barbosa Lobato, pediu 2 léguas de terra no Rio de São Francisco, em 1702, deixou claro que as mesmas estavam a "seis ou sete léguas

[475] De acordo com Virgínia Almôedo (provavelmente se baseando em Pereira da Costa, que cita em seu trabalho), "os Donatários da Capitania de Pernambuco não tiveram ocasião de usufruir a parte que lhes cabia das jazidas", v. ASSIS. Op. Cit., 2001, p. 174.
[476] **Anais Pernambucanos**, vol. 3, pp. 468-469; vol. 7. 1983, pp. 232 (para citações, respectivamente)
[477] LINDOSO. Op. Cit., 2019, p. 38.
[478] "Descrição do sertão do Piauí (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 372.

da Vila do Penedo", o que já inseria a Vila no mapa jurisdicional dos sertões do Rio de São Francisco, situação que não aconteceu nas sesmarias analisadas no início desse capítulo, que não indicavam a Vila de Penedo como ponto de referência[479].

Da mesma feita, o antigo Administrador das Minas, o Capitão Manoel Marques (que morava em Recife), estabeleceu negócios nos sertões do Rio de São Francisco, não sendo a toa que, em outubro de 1712, o Escrivão da Matrícula do Exército escreveu uma declaração informando a licença que o Capitão tinha para "hir ao Rio de São Francisco": não poderia passar de mais 06 meses[480]. Convém lembrar que na Vila de Penedo estava o Capitão João Dantas Aranha, que ainda pediu terras no Rio de São Francisco em 1713, junto com o Capitão Manoel Braz Pedroso e Caetano Dantas Passos. Colocaram em seus discursos tanto as lutas contra Palmares como o "descobrimento das minas do salitre". Suas atuações os fizeram aumentar a colonização dos sertões:

> e por que tem descoberto alguns pastos, que servem p[a] crearem gados ao certão do dito rio de S. Francisco no porto da folha da parte do Norte pelo riacho chamado Jacobina a cima de uma e outra parte nas cabeceiras das datas de Melchior [sic?] Alves Camello para a parte da serra do Panema, entre o rio ..... e Panema, e datas de Ambrosio Aranha, e Bras Soares de Passos, e mais héreos, para aquella parte, em meios de umas e outras datas, correndo pelos ditos meyos acima p[a] a parte do Norte, que poderá ser seis legôas em comprimento, e em largura trez[481].

Vivo ainda em 1734, ex-Tesoureiro da Oficina, com propriedades nos sertões do Rio de São Francisco e possível amigo e braço direito de Manoel Marques, João Dantas Aranha tinha montado – junto com outras famílias – uma dominação efetiva nos sertões[482]. Quem sabe, assim, tira-se um pouco do peso interpretativo dado aos D'Ávila e começa-se a pesquisar com maior profundidade a complexidade da povoação do Rio de São Francisco, principalmente a parte mais comum à jurisdição das Alagoas. Leia-se: pensar os "poderosos do sertão de Penedo" pelo prisma e história dos próprios "penedenses", e não mais fazendo transposições diretas (no máximo aproximações) com o que acontecia na Bahia e no Piauí.

Por conta disso, o estudo das Minas de Salitre contribui no entendimento de estabelecimento dos sertões do Rio de São Francisco, principalmente no que poderiam concernir as jurisdições que ficavam entre a Vila de Penedo e povoações como Cabrobó a

---

[479] Plataforma S.I.L.B. (Sesmarias do Império Luso-brasileiro). Disponível em http://www.silb.cchla.ufrn.br/sesmaria/PE%200431 acessado em 01/07/2017.
[480] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fl. 126.
[481] DHP. **Sesmarias.** Vol. I, 1954, pp. 186-189.
[482] AHU. **Alagoas Avulsos.** Doc. 90.

Ararobá. É importante salientar que desde finais do século XVII e principalmente no início do XVIII, levas e mais levas de pessoas – toda qualidade e condição – e de gados, rumaram de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro para as Minas Gerais, tendo os "sertões" e o Rio de São Francisco como caminho[483]. Pode até ser que isso aconteceu, mas um povoamento contínuo garante algumas hipóteses de que a fundação de Aldeias, abertura de estradas, estabelecimento de novos currais de gado, plantações e conhecimento geográfico e climático ampliado graças às lutas contra os ameríndios, palmarinos e extração nas Minas de Salitre, contribuiu mais para um fortalecimento da fixação de luso-brasileiros na margem pernambucana do Rio de São Francisco do que sua sistemática desocupação. No conjunto da América portuguesa, de fato ocorreu uma discrepância populacional entre litoral e sertão, bem como as populações entre si, acarretando em "arquipélagos de colonização, isolados uns dos outros por enormes expansões territoriais"[484]. Mas se a Vila de Penedo do Rio de São Francisco vai chamar atenção no processo da instituição da residência do Ouvidor em 1710, convém salientar que o estudo aprofundado nos garante uma avaliação mais empírica das condições e maneiras de como "Penedo" se estabeleceu e progrediu. Concordando no âmbito da América portuguesa, "somente com a descoberta do ouro e dos diamantes na região mais tarde chamada de Minas Gerais, entre 1693-1695, é que a interiorização da Colônia intensificar-se-ia, porém deslocada para o sul"[485]. Mas, visto no prisma da história da Capitania de Pernambuco, as Minas Gerais devem ser mais bem relativizadas. Experiências sociais mais locais tiveram suas importâncias naquele imenso xadrez econômico.

[483] BOXER. Op. Cit., 2002, pp. 170-171.
[484] RUSSELL-WOOD. Op. Cit., 1998, p. 136.
[485] PUNTONI. Op. Cit., 2002, p. 30.

4 TAMANDARÉ E A VILA DE PORTO CALVO

Após lutarem contra os holandeses, ameríndios hostis e negros africanos rebeldes, as Vilas de Porto Calvo e Sirinhaém se sentiam em uma situação socioeconômica relativamente confortável. Julgavam-se provedoras de gêneros de mercado interno e externo para aumento da Fazenda Real, mas não recebiam atenção que almejavam, ou pelo menos o patrocínio e colaboração para aperfeiçoar seus negócios. Escrevendo cartas separadas, mas atuando em conjunto, deram seus depoimentos para que o Governador da Capitania de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, em 1697, escrevesse ao Rei para que o Porto de Tamandaré pudesse receber mais navios. O pedido de uma mudança de olhar e oportunidade de aumentarem seus negócios e progredirem em suas ações políticas e mercantis era uma demonstração de como as Vilas de Porto Calvo e Sirinhaém se viam diretamente em relação às partes sul da Capitania de Pernambuco. A citação dos gêneros produzidos nas "Capitanias do Rio de São Francisco, Alagoas e Porto Calvo"[486], ajuda o pesquisador a aprofundar a pista discursiva para compreender como as três vilas abaixo do Rio Una se expandiam economicamente e visavam maiores facilidades de tocarem suas administrações.

Expansão essa, vale salientar, que não era o mesmo que identificação recíproca. Em outros termos, no processo da instituição da Comarca das Alagoas, a Vila de Porto Calvo não queria fazer parte da jurisdição da nova Comarca, se sentindo mais pertencente à parte norte (Olinda) do que sul (Alagoas)[487]. Não se tem conhecimento – ainda – acerca dos motivos particulares, apenas dos despachos do Desembargo do Paço e do Conselho Ultramarino sobre a posição de Porto Calvo (que foi negada, tendo os Desembargadores escrito que "A câmara de Porto Calvo pretende com frívolas razões escusar-se desta separação, e ficar na correição desta ouvidoria de Pernambuco")[488]. A política – vista no viés das autoridades negociadas[489] – ajuda a observar a situação quando se tem, durante a guerra dos mascates, a posição dos

[486] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1724, fls. 1, 4.
[487] Em trabalho passado, salientei essa posição de Porto Calvo após sofrer na seara da Análise de Discurso para compreender o despacho do Conselho Ultramarino (MACHADO. Op. Cit., 2013, pp. 81-82). Admite-se que a escrita rebuscada deixava a posição de Porto Calvo um tanto quanto ambígua (sem contar a própria prisão do presente de que Porto Calvo é atualmente Alagoas, o que faz o pesquisador automaticamente encarar que desde tempos longínquos isso era "natural"). A dúvida foi sanada após a descoberta do despacho do Desembargo do Paço, feita pela Doutoranda Yamê Paiva, que junto com Arthur Curvelo, me passou o documento transcrito. A eles, deixo meus mais sinceros agradecimentos.
[488] ANTT. **Desembargo do Paço.** Repartição das Justiças e Despacho da Mesa. Maço 1882. AHU. **Alagoas Avulsos.** Doc. 8, fl. 1.
[489] Proposta por GREENE, Jack. **Negociated Authorities.** Essays in Colonial Political and Constitutional History. Charlottesville and London: University Press of Virginia, 1994.

"porto calvenses" a favor dos olindenses açucareiros, enquanto que Alagoas e Penedo mantiveram posições neutras[490]. Mas a economia não deixaria de ter seu peso, afinal, vista a principal estrutura econômica da vila ser o açúcar, não surpreende a relação com os pró-homens de Olinda. O resguardo não era somente político, familiar, de "modos de viver". A salvaguarda dos interesses açucareiros acima de tantos outros pesava em determinadas situações[491].

Para compreender essas confianças de Porto Calvo em relação à sua economia e a progressão que sofreu sua sociedade (com as rupturas e descontinuidades), é-se necessário atentar para momentos iniciais e intermediários que criaram argumentos para encorpar os pedidos e o ego de seus assinantes como merecedores da graça real (no que tange mais a Tamandaré do que a não-inserção na nova Comarca). Comumente é dito que desde os tempos de Capitania Donatária que os Engenhos de Açúcar e os currais de gado eram responsáveis pelas entradas de novos colonos e ocupação de terras[492]. Esses gêneros, tão importantes quanto os de caráter alimentar interno, eram tratados como respeitáveis focos de povoamento e – social e politicamente – ferramentas discursivas para os súditos exigirem as mercês monárquicas. No caso "porto calvense", ver-se-á ligeiras diferenças em relação à Alagoas e Penedo. O açúcar terá um peso econômico e cultural bem maior, apesar de não ser o principal motor da conquista dos sertões. A tarefa será levada a cabo mais pelas roças de mantimentos, que não vão deixar de serem subordinadas aos donos dos canaviais, mas terão sua importância no estabelecimento territorial e fazer-se econômico no período palmarino.

Da mesma feita, tais ocorridos respingarão na reestruturação da área de Tamandaré. Afinal, como bem salientou Russell-Wood: "o desenvolvimento histórico do Brasil, e não os fatores geográficos ou de navegação, resultou nos mais importantes portos"[493]. A despeito da colocação em relação à geografia (que é de suma importância, como se verá no final desse capítulo e no seguinte), atenta-se que eram os súditos luso-brasileiros que observavam e davam valores às suas costas e localidades. Tal linha de raciocínio, conjugada com a do parágrafo anterior, dará corpo para as linhas seguintes.

---

[490] voltarei a esse assunto no final do capítulo, com as devidas citações.

[491] Vista a complexidade desse assunto (que renderia um enorme trabalho, de profundidade e extensão, no âmbito da história política), o presente parágrafo acaba se tornando um pouco tosco. Estender-se nele daria linhas e mais linhas e fugiria da problemática específica da tese. O recorte para as motivações econômicas cabe somente como introdução ao presente capítulo.

[492] ABREU. Op. Cit., 1963, p. 82.

[493] RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Portos do Brasil colonial". RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Histórias do atlântico português.** – São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 126.

4. 1 Conquistar e povoar

Inicialmente composta pela chegada do alemão Cristovão Lins[494], os primeiros Engenhos de Açúcar em Porto Calvo serão os principais responsáveis pelo estabelecimento social naquela localidade, levando a cabo o projeto de Duarte Coelho de colonizar com mais afinco a Capitania de Pernambuco pelo açúcar desde 1516. A experiência acabou demonstrando que a Casa-grande, junto com a senzala e as lavouras periféricas, se tornavam ótimos núcleos populacionais, maiormente para áreas ainda para conquistar, tanto geograficamente, como no quesito de apaziguamento e escravização de ameríndios. Eram "centros satélites do controle português"[495], principalmente pela falta de moradores ao redor, o que fez com que os primeiros Engenhos em Porto Calvo aglutinassem em si as estruturas tão caras ao Engenho Ideal (Casa-grande, lavouras, moenda, diversas casas, capela, senzala), que tanto se escreveu na historiografia e que hoje já se encontra relativizado[496]. Se desde 1584 já se encontrava nos engenhos pernambucanos "muita gente branca, Negros de Guiné e Indios da terra", era questão de tempo até que essa mesma arquitetura social fosse transplantada para a região ao sul do rio Una[497].

De 07 engenhos elevados entre as regiões do Cabo de Santo Agostinho e Porto Calvo, Cristovão Lins fundou 02 no que seria hoje a região "pernambucana", e 05 na de Porto Calvo. Ter vendido um para João Pais Barreto em 1586, no Cabo, indica que a "colonização" de Porto Calvo adveio desde o terceiro quartel do XVI, apesar de que é tentador encarar aquele momento como uma ocupação e dinamização social bem estabilizada na região (v. introdução). Afinal, com um pouco de segurança, pode-se encarar Porto Calvo como relativamente povoada em 1600, quando Cristovão Lins recebeu sua patente de Alcaide-mor, demonstrando que ali havia população, hierarquias, instituições, lavouras e engenhos para

---

[494] Usar-se-á o nome aportuguesado, para não causar confusão e por já estar bem estabelecido na história do atual Estado de Alagoas. De acordo com Lindoso, o nome seria Christopher Linz e sua naturalidade era "ítalo-alemão", v. LINDOSO. Op. Cit., 2019, p. 36.

[495] JOHNSON. Op. Cit., Vol. I, 2012, p. 254 e 262.

[496] CANABRAVA. Op. Cit., 2005, p. 52. O que chamo de "Engenho Ideal" é o Engenho de Sergipe Do Conde, estudado por Antonil, Canabrava, Ferlini, Mauro, Schwartz e Godinho. Por conta da sua riqueza de fontes, sempre foi bem avaliado e muitas vezes observado como um engenho mais ou menos típico do recôncavo baiano e até mesmo da várzea pernambucana. Seu caso, todavia, é quase que extraordinário e é assaz perigoso transplantar as conclusões dos historiadores, bem como a estrutura do Engenho do Conde, para os espaços das Alagoas. Antônio Carlos Jucá de Sampaio, com uma ironia ácida, enquadrou o engenho Sergipe do Conde como "velho fetiche dos historiadores ligados à história do Nordeste colonial", SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. "Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional". In: FRAGOSO. GOUVÊA. Op. Cit., 2014, p. 385.

[497] "Informações. XXIX. Informação do Brasil e de suas Capitanias – 1584. Das ocupações e trabalhos da Companhia". ANCHIETA, José de. **Cartas:** informações, fragmentos históricos e sermões. – Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da universidade de são Paulo, 1988, p. 326.

administrar[498]. Casou-se com D. Adriana de Holanda e teve 04 filhos. Naquela época de 1601, quando Salvador Correa de Sá teve que se hospedar no Engenho Escurial, Cristovão Lins já tinha suas lavouras de cana, moenda e criações de gado. Em outro depoimento, Arnal de Olanda, seu filho, indicava que havia uma "igreja da fazenda do ditto seu pai". O que pode indicar não necessariamente o Engenho, mas uma extensão maior de terra e de produtividade (gado, cana e quiçá gêneros alimentícios)[499]. Passados os anos, em 1630 Porto Calvo já tinha 10 Engenhos de Açúcar (em 1640 eram 05 moentes e 05 arruinados, cf. capítulo 7), o que demonstra uma disseminação de famílias e a possível utilização daqueles espaços como focos de povoamento. Mas não se pode supervalorizar o açúcar, pois Porto Calvo, até a chegada dos holandeses, tinha em seus quadros econômicos uma importante área de produção de gêneros alimentícios e básicos, também focos de criações de novas estirpes, provenientes de grupos sociais subalternizados, mestiços, escravos, forros e ameríndios[500]. Por conta disso, romantizar (ou generalizar) a ocupação de Porto Calvo apenas por Engenhos de Açúcar é assaz problemático, visto que de 1586 até 1637 (51 anos) só foram construídos 05 novos Engenhos[501]. Importante, para esse argumento, é a doação das terras de Cristovão Lins para Rodrigo de Barros Pimentel, feita em Olinda em 1608:

> Cristovão Lins Alcaide Mór e Repartidor das terras do Destrito da povoação de Santo Antonio dos Coatro Rios de Porto Calvo para que vizam que tenho do Sr. Governador e Camp. General de Pernambuco Duarte de Albuquerque dou e faço adoação deste dia para todo e sempre em nome do dito e sr. a Rodrigo de Barros Pimentel meo sobrinho de hua sorte de terras que está vago em Tatuamunha que parte pelo norte no riaxo das Lages no citio goitizeiro e holhos dagua com hua lagoa [sic][légua] de terra que vendi a Antonio Maxado de Vasconcelos donde o emtereis. De lá com a demarcasão que le mandei fazer e meter marco na costa do mar de fronte do dito citio riaxo donde tem çua caza e mora o dito Antonio Maxado e Vasconcellos e pello sul parte a dita sorte de terras com as de João Graçia Riscado terá oito sentas Braças pouco mais houmenos e para o sertão o que çe achar vaga entre os mais ereos a quem tenho dado e vendido nas terras que constarão das suas aduaçõis e escripturas a real sorte de terras dou e doua ao dito Rodrgio [sic] Barros Pimentel livre e ezsenta sem foro e sem penção Algua somente dizimos a Deus com todos os seos mattos pastos agoas lenhas mangues e pesqueiras assim dorrio como da costa do mar em sua confrontasão tudo a elle pertencente a coal terra alli-comfrontada lhe a dou por respeito ser hu dos primeiros que no Povohar deste Porto Calvo me acompanhou sempre e ter mettido nas ditas teras gado e criaçõis e feito cazas e assistir com as çuas pesoa e escravos na Dita terra o dito Rodrigo de Barros

[498] **Anais Pernambucanos**, vol. 2. 1983, p. 445.
[499] Diégues Júnior, em seus momentos generalizantes, invoca que fazenda "quer dizer engenho, nas Alagoas", cf. DIÉGUES Jr.. Op. Cit., 2006, p. 53.
[500] AZEVEDO. Op. Cit., 2002, pp. 44-54.
[501] DIÉGUES Jr.. Op. Cit., 2006, pp. 50-59.

> Pimentel e esperar dele munto augmento na dita povoação como dele comfio pelo zello que tenho esprementado nelle do serviço Real serviço (e assim poderá fazer da dita terra o que Bem le parecer como cosa sua que já he e fica sendo ade perpetua rey memoria) e sendo que algum tempo tenha duvidas com Antonio Maxado nunca paçará ao sul o dito riaxo também por que fica para deviza de hu e houtro senhores das ditas terras e assim para firmeza de tudo le mandei pasar a prezente carta de aduação por mim asignada e selada com o segnete de minhas armas. Nesta Villa de Olinda aos vinte oito de maio de mil ceis centos e oito annos. E eu Pedro Frrz. Lisboa escrivam das aduações o escrevy. Cristovam Lins estava o selo do segnete das armas do alcaide[502].

"Pesqueras", "gado", "criaçõis", "cazas". Essa foi a infraestrutura primordial de Rodrigo de Barros Pimentel no auxílio que deu para Cristovão Lins no aumento da ocupação do espaço e colonização da área de Porto Calvo, visto que tinha escravos; o que pode ser lido como ameríndios. Nada sobre cana de açúcar, tabaco, Engenho, moendas ou algum produto de grande vulto foi escrito na carta de doação. O objetivo era povoar e adentrar em espaços mais férteis, auxiliando no conhecimento local e aumentando o poder da família e do Alcaide-mor. A importância dos rios como divisão de sesmaria, locomoção, mas também como bem natural importante para criação animal e agricultura, é latente no documento. Ver-se-á mais adiante a estima, com o tempo, de construção de estradas e procuras de terras férteis que não eram mais tão perto de rios e riachos (os sertões de Palmar, por exemplo). Porém, naquele início de colonização, as terras margeadas a rios eram de suma importância, pois "as variáveis que delimitavam a quantidade de açúcar produzido em cada engenho remetiam-se à qualidade das terras e ao provimento abundante de água e de lenha"[503]. Embora naquele momento histórico não era apenas para a cana de açúcar, mas especialmente para víveres como peixes, gados e outros animais.

No período holandês, Rodrigo de Barros Pimentel aparecia como dono de 03 Engenhos. Todavia, é-se necessário perceber que de antes de 1608 e 1637, tem-se mais de 30 anos de trato com a terra e animais para reunir cabedal almejando a elevação de um Engenho. Pois o de Rio Formoso foi comprado por Rodrigo em 1637 após os confiscos holandeses (revendido em 1638); o do Morro foi comprado em 1623 e só o de Santo Antônio é que foi construído por Rodrigo em 1637. Ou seja, Açúcar é sinônimo de sesmaria e ocupação territorial, mas a recíproca não é verdadeira. Rodrigo de Barros Pimentel gerenciou Engenhos de Açúcar só depois de aproximadamente 20 anos de ocupação territorial em sua sesmaria, e mesmo assim,

---

[502] A. L. "documento publicado no Jornal Correio da Tarde", Maceió. *Apud*. DIÉGUES Jr.. Op. Cit., 2006, p. 61-62.

[503] MARQUESE, Rafael. **Administração e escravidão:** idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira. – São Paulo: Hucitec, 1999, p. 41.

os comprou já construídos e moendo, tendo tirado do próprio bolso cabedal para elevar apenas um, depois de praticamente 30 anos; E nem era lá esse tipo de Engenho Ideal romantizado pela historiografia alagoana, pois era de bois e não moía quantidade de açúcar para fazer frente a grandes Engenhos[504].

Além da atuação do Donatário, dos homens que recebiam Sesmarias, repartindo-as, e daqueles que as recebiam de segunda mão para colonizar, é importante observar a atuação do Estado monárquico português. Apesar de poucas informações, encontra-se anterior a 1610 a existência de reguengo (assim como era em Penedo do Rio de São Francisco) em "Piracinunga no Porto do Calvo"[505]. De acordo com D. Raphael Bluteau:

> REGUENGO: Deuse em Portugal este nome às herdades novamente acquiridas por el-Rey dos Mouros, ou dos Barbaros, ou que os primeyros Reys tomàraõ para si, em lugar de patrimônio; & quem lavra nelas, tem obrigação de pagar el-Rey o quarto, ou outro tributo annual. Os Jurisconsultos de Portugal lhes chamão *Regis própria bona*[506].

Tal como no Rio de São Francisco, a existência do reguengo não confunde, mas ajuda a pensar com maior cautela a relação das primeiras ocupações nas partes sul: uma situação híbrida de ações particulares (como os Engenhos de Cristovão Lins) com as donatariais-régias (como os reguengos de Jorge de Albuquerque e do Mosteiro de Olinda). No decorrer das décadas, a Coroa, junto com o Governo Pernambucano, patrocinara entrega de Sesmarias, além dos próprios súditos e moradores locais e de outras vilas requererem os terrenos (como se viu em capítulos passados). Apesar de a informação estar sendo reafirmada pela terceira vez, é importante ressaltá-la de que agora estar-se-á falando de Porto Calvo, no intuito de entender em parâmetros maiores as ligações e aproximações das três vilas do sul da Capitania de Pernambuco.

---

[504] As informações foram retiradas de MELLO. Op. Cit., 2012, pp. 128-129, 135-137. E são ótimas para relativizar Manuel Diégues Júnior que, mesmo indicando as datas precisas dos Engenhos de Barros Pimentel, não se dá conta do espaço de tempo necessário para povoar uma localidade e extrair bens provenientes da agricultura e pecuária, colocando a interpretação histórica da seguinte maneira: "É à ação de Rodrigo de Barros Pimentel que se deve o desenvolvimento da região, erguendo – ele e seus parentes – engenhos de açúcar, plantando canas, vencendo a grossa mataria então existente". Grosso modo, para o historiador alagoano, o Açúcar é que vai criar o povoamento, e não o contrário. Manuel Correia de Andrade, já em 1962, problematizava a interpretação de Diégues Jr. de uma Porto Calvo fundamentada desde o início no açúcar: "Esses engenhos [de Cristovão Lins], porém, não tiveram grande desenvolvimento nos primeiros tempos (...)", cf. ANDRADE. Op. Cit., 2010, p. 123.

[505] "Carta de Doaçam de Sinco Legoas de terra ao Mosteyro de Sam Bento da cidade de Olinda sitas na Paripoeira limites da Alagoa, fls. 260v-262". In: **Livro do Tombo do Mosteyro de São Bento de Olinda**, 1948, p. 525.

[506] BLUTEAU, Op. Cit., Vol. 7, p. 206. Disponível em http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/reguengo Acessado em 03/01/2017

No que toca Tamandaré, sua relação com a economia e conquista territorial de Porto Calvo é marginal. Grosso modo, lá era uma Barra, onde havia uma fortaleza e que os habitantes pretendiam usar como um porto mais bem aparelhado, visando o escoamento de seus gêneros para melhorar o mercado e a economia local. Pelas rápidas linhas acima, Porto Calvo estava bem atrelada com a atual "Zona da Mata", correndo em direção aos sertões para os espaços de "Palmares" e subindo para Serinhaém e acompanhando os rios. E é aí que reside a problematização – por outros olhares – da economia "porto calvense": Tamandaré aparece como local para escoar gênero, somando com a própria vontade dos habitantes (por meio de sua Câmara Municipal – instituição *Magnum* de poder e barganha política[507]) em ter aquele Forte e Barra mais bem estruturada. Leia-se: já se consideravam "maduros" e organizados o suficiente para poderem tirar proveito de suas próprias localidades sem necessitar da dependência do Recife e Olinda.

Essa "maturidade" envolvia o próprio processo de assentamento social e aprendizado econômico que destinaram à área mais para o litoral. A formação socioeconômica se baseava na afinidade entre rios e planícies que ajudavam a formar uma malha fluvial entre as duas vilas de Serinhaém e Porto Calvo e o Porto de Tamandaré; sem contar as madeiras de Serinhaém e das "Alagoas". No século XIX a região era ocupada com Cana de Açúcar, Tabaco e Algodão, fazendo uso do clima, da água corrente e do terreno fértil. Entretanto, não se deve pensar que esse futuro representa um passado longínquo de uma Tamandaré no XVII já com esse tipo de investimento[508]. O que se pretende salientar é que o espaço ao redor do Porto, que será da Fortaleza também, não foi escolhido a esmo. Da mesma feita, não existirá ali apenas um Forte, pois se imagina que habitantes locais ocupassem de pouco em pouco, na medida do possível, a região, dando valor a ela no sentido socioeconômico. É esse estilo de panorama geral que se deve ter em mente para se compreender o porquê de pelo menos Porto Calvo ter uma relação forte com Tamandaré, e não com Alagoas (Porto dos Franceses), por exemplo.

Seguindo essa linha interpretativa, focar-se-á na participação que Tamandaré dava para os habitantes locais e na formação do espaço sul da Capitania de Pernambuco. Assim como Alagoas, que terá em Palmares uma motivação de expansão, e Penedo, com o Salitre, o

[507] Cito as principais referências bibliográficas, dando ressalvas para o século XVII (para não me estender no assunto) BOXER, Charles. **Portuguese society in the tropics:** The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800. – Madison, Wisconsin: The University of Winsconsi Press, 1965. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. "As câmaras ultramarinas e o governo do Império". In. FRAGOSO. BICALHO. GOUVÊA (orgs.). Op. Cit., 2010. CURVELO. Op. Cit., 2014.

[508] **Anais Pernambucanos**, vol. 4. 1983, p. 480. Até porque ainda em 1827, a região de Tamandaré estava nos planos do Presidente da Província, José Carlos Mairinck da Silva Ferrão para receber incentivos que partiriam de um Estaleiro e das madeiras locais, **Anais Pernambucanos**, vol. 9. 1983, p. 238.

crescimento e a dinamização de Porto Calvo podem ser vistos pela sua ligação com Palmares, com as duas vilas mais ao sul, com a Vila de Serinhaém e com Tamandaré. Avaliar os acontecimentos e percursos históricos dessa Barra, que também foi Fortaleza e vez ou outra era encarada como Porto, ajudará a compreender melhor o fazer-se econômico de Porto Calvo.

4. 2 Tamandaré holandesa

A guerra contra os batavos fez o espaço sul de Pernambuco sofrer uma dupla consequência: a destruição e complicação de suas Vilas (no sentido social e econômico), bem como de expansão e aprimoramento (de sua economia e grupos sociais). Foi em 17 de maio de 1650 que Gaspar Dias Ferreira, preocupado e já em guerra, enviava uma Informação ao Conselho Ultramarino sobre a utilidade de se fortificar o Porto de Tamandaré[509]. Dias antes, em 06 de maio de 1650, já partia do Conselho Ultramarino essa logística militar em relação à localidade. O que aconteceu nos discursos foi o contrário do que já foi exposto. A fortificação de Tamandaré foi recusada e encarada como inviável, pois, apesar da necessidade bélica e de um local de escoamento de açúcar, mantimentos e armamentos, as autoridades não viam com bons olhos o porto ("Bahia de Tamandaré"). O que deveria ser feito, portanto, era a defesa do que já existia para impedir que os Holandeses tomassem conta do espaço, visto que foram reconhecidos por bons arquitetos em fortificações. Em termos geopolíticos, era o forte longe das principais Vilas de Pernambuco: Ipojuca, Serinhaém, Cabo, Moribeca e Várzea[510]. Ou seja, Porto Calvo, Alagoas e Penedo, que no período pós-guerra foram encaradas como essenciais nessa arquitetura administrativa da Capitania de Pernambuco, antes não eram nem contabilizadas nessa estratégia militar e mercantil em relação a Tamandaré, como se seus espaços não recebessem importância para o que seria a "restauração", tanto no sentido econômico, ou bélico.

Pode ser que essa situação retratasse ocasiões que aconteceram anos antes, como o caso de Antônio Fernandes Peixoto, súdito português que foi do Reino para a América em sua Nau. Acabou rumando para Pernambuco com uma infantaria, em 1645, ano em que foi deflagrada guerra contra os batavos. Sua embarcação foi aprisionada no Porto de Tamandaré e

[509] De acordo com Frédéric Mauro, Gaspar Dias era um "Português de Amsterdão naturalizado holandês para melhor servir secretamente os Portugueses", MAURO. Op. Cit., vol. I, 1997, p. 309, nota 99. Ao que tudo indica, era um estrategista, pois em 1645 tinha enviado para o Monarca outros planos para a guerra contra os batavos, MAURO. Op. Cit., vol. II. 1997, p. 240.
[510] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 400, fls. 1-2.

lá os holandeses a incendiaram, gerando revolta e uma indenização a Antônio Peixoto, que pleiteou a quantia até 1653[511]. O caso não foi um "acidente", pois as sumacas holandesas usavam o Rio Manguaba para entrarem em Porto Calvo. Imaginar tais navios batavos ligações com o litoral e Tamandaré é plausível tanto por mar como por terra[512]. O caso de Antonio Peixoto pode esta inserido no conjunto dos navios "[d]os da Bahia" que ser perderam "na baía de Tamandaré", provavelmente capturados pelo chefe ameríndio Pero Poti – que estava lutando pelos holandeses[513].

Porto Calvo era espaço de batalha contra os flamengos, como a que aconteceu em 1634, quando cerca de 300 deles foram rendidos na "tomada de Porto Calvo", estando "forteficados em hum Reducto"[514]. Não se sabe se era o forte de Tamandaré, mas em 1638, na região de Paripueira havia também "fortificações"[515] e Calabar tinha sido aprisionado no "Forte de Porto Calvo". Todavia, desde 1630 os batavos davam atenção à região da Barra Grande (Tamandaré). No interrogatório de Bartolomeu Peres, a informação dada era que a Barra Grande era "uma bela baía":

> Ela nunca foi sondada, mas sabe-se que ela é profunda, porque esse novo navio que lá foi fabricado e queimado pelos nossos teria, quando carregado, um calado de pelo menos 20 pés. Tem bom ancoradouro de argila. Entra-se nela por duas barras: uma ao norte pela qual entram sobretudo os barcos, porque têm um escolho em frente da entrada; e, ao sul, sobretudo os navios grandes, porque não têm outra entrada. Lá não há fortificação nem engenhos, só gente no interior que produz muito tabaco. No interior há somente terra chã, sem árvores, onde encontra-se uma aldeia[516].

O mesmo tipo de depoimento (espaço bélico e terra própria para habitação) foi descrito pelo Capitão Willem Jansz:

> É uma grande baía na qual facilmente cabem mil navios grandes sem perigo nenhum. Tem um firme recife ao lado do mar, sobre o qual apenas passa a água na maré cheia. Tem três entradas: duas aptas a navios com calado de 12 pés; a terceira está ao norte e só é utilizável por chalupas com calado de 4 ou no máximo 5 pés. A terra da Barra e do Una é a melhor zona da costa para a criação de gado, de maneira que ela o tem em abundância. Também produz abundantemente o melhor tabaco de toda a costa[517].

---

[511] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 444.
[512] **Desagravos do Brasil**, 1981 [1757], p. 99
[513] **Anais Pernambucanos**, vol. 3, 1983, p. 245.
[514] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 29v, 31-31v.
[515] **História da América portuguesa**, 2011 [1730], p. 201.
[516] **Descrição das costas do Brasil**, 2007, 130.
[517] **Descrição das costas do Brasil**, 2007, p. 171.

Quando André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira iniciaram a resistência aos batavos, em 1645 o primeiro Mestre de Campo, junto com Martim Soares Moreno, desembarcou no Porto de Tamandaré com 800 homens em 02 regimentos, para dali marchar para o Cabo de Santo Agostinho. Tinham saído da Bahia em uma Esquadra comandada por Jerônimo Serrão de Paiva, que deveria fazer parte da Frota de Comércio do Brasil, "comboiada pelo Almirante Salvador Correia de Sá e Benevides", cujo destino era Lisboa, passando antes em Recife "para dar conta ao Supremo Conselho holandês da chegada daqueles corpos, conforme era necessário à política dissimulada do governador geral do Brasil Antonio Teles da Silva". Deixando um pouco de lado as estratégias das guerras luso-holandesas, é importante ressaltar essa passagem e capacidade do Porto de Tamandaré servir como local de escoamento de tropas e gentes. Afinal, para receber tamanho vulto de pessoas, é-se necessário que apoio material existisse por perto, apesar de que só em 15 de agosto (a saída foi em 27 de julho) é que as tropas chegaram no Cabo de Santo Agostinho[518]. Parte da tropa foi direcionada para Serinhaém a fim de "sossegar as alterações dos moradores de Pernambuco"[519]. No caminho conseguiram conquistar Porto Calvo, onde encontraram "artilharia de bronze"[520]; Pode ter sido que a escolha de Tamandaré foi proposital (e não Alagoas, por exemplo), por conta desse reduto bélico dos holandeses antes do Cabo de Santo Agostinho e Serinhaém. Em 1646, portanto, um ano depois dessa atitude militar e de conhecimento espacial, é que João Fernandes Vieira decidiu construir a Fortificação "não somente para guardar o porto contra qualquer tentativa dos holandeses, como para o proteger e servir de abrigo às embarcações portuguesas, que constantemente o cruzeiro inimigo perseguia por todo o litoral"[521].

Esse ponto estratégico já garantia, em 1652, a fama do local que ficava entre o "porto de Tamandaré" e "o de Camaragibe". Finda a Guerra, os ataques e visitas indesejáveis continuavam, a partir de "muytos Pirataz que continuamente emfestão estes Marez e Portos"[522]. Em outubro daquele mesmo ano, por conta de um ataque holandês em Coruripe, jurisdição do "Capitão Mor do Rio de São Francisco, e oficiais da camera daquella villa [do Rio de São Francisco (ou seja, Penedo)]", o governador de Pernambuco Francisco Barreto enviou tropas de barco do Recife para "entrar no Porto de Tamandaré", visando tomar mais

[518] **Anais Pernambucanos**, vol. 3, 1983, p. 211, 222.
[519] "Os soldados do rei". In: **República**, p. 89.
[520] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I. 1956, p. 41, doc. 81.
[521] **Anais Pernambucanos**, vol. 3. 1983, p. 478.
[522] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 6v.

70 soldados, repartindo-os em dois barcos e seguirem viagem até o "Porto de Coruripe"[523]. Ter sido palco de constantes embates de guerra pode ter contribuído para a visão pejorativa do território da Barra Grande como não propício ou seguro para receber um melhoramento com a elevação do Porto de Tamandaré. Porém, as opiniões mudavam com o sabor da conjuntura e mesmo que o "porto de Tamandaré" não fosse de grandes proporções ou do calibre do do Recife, tinha sua responsabilidade naquele xadrez bélico da Capitania de Pernambuco; afinal, receber 70 soldados é uma responsabilidade considerável para já encarar pelo menos a arquitetura do lugar como de razoável qualidade, visto que mantimentos, munições e defesas internas, bem como comunicação com as vilas vizinhas eram indispensáveis para a sobrevivência. Suas características econômicas poderiam ser menos aproveitadas e elogiadas por causa do clima de tensão naqueles anos. Como o que aconteceu em 1653, quando Francisco Barreto, ao receber ordens do Rei de Portugal, teve que enviar embarcações para Lisboa, saindo dos portos de Nazareth e Tamandaré, criando uma "esquadra" para fazer frente aos piratas e "inimigos" que se encontravam "nos marez da Bahia"[524]. Essas vivências e experiências advindas das guerras holandesas provavelmente deram força para que os habitantes locais, apesar dos percalços e das reclamações sobre a região do forte-barra, atentassem para sua importância e necessidade de sua existência.

Mas Gaspar Dias, personagem dessas primeiras linhas, representava *uma* opinião; advinda, ao que parece, muito mais no sentido econômico e logístico, do que da *práxis* que a guerra tomava. Se ele dava demasiada ênfase em localidades açucareiras utilizadas para focos de resistência, Francisco Barreto, o mestre de campo geral da Capitania de Pernambuco, escreveu em 20 de julho de 1650 que era necessário enviar todo mês embarcações com bacalhau e sardinha para o Porto de Tamandaré, ao invés do Recife. A motivação era de ordem beligerante. O segundo porto se encontrava resguardado pelos holandeses com mais afinco, enquanto que o primeiro permanecia menos assegurado pelos batavos e, ao mesmo tempo, estava aos cuidados do mestre de campo, que já havia "obrado duas fortificações para reparo das embarcações que ali aportarem"[525]. As comunicações chegavam até mesmo do Rio Grande do Norte, na figura de Álvaro Fragoso de Albuquerque, que enviava da Barra de Cunhaú (Natal), "para o de [porto] de Tamandaré alguãs pequenas embarcações"[526].

No mesmo ano da carta de Gaspar Dias e de Francisco Barreto, outro morador de Pernambuco, chamado Manuel Fernandes Cruz, escrevia ao Rei uma breve notícia das

[523] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 7v-8.
[524] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 9v.
[525] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 403, fl. 1.
[526] **Desagravos do Brasil**, 1757 [1981], p. 434.

vantagens de se ter Pernambuco como uma das Capitanias sob o domínio da Coroa lusitana. Em um de seus elogios, dava ênfase às madeiras para se construírem naus, além da existência de "<<marinhas de sal>>" que havia "nalgumas praias" para mantimento daqueles homens; Por ser uma conquista ainda muito litorânea, era de suma importância que a Coroa desse mais atenção aos portos e as madeiras do litoral de Pernambuco, para assim se construir "grandes armadas secretamente, visto estar tão longe da Europa", pois, segundo Manuel Cruz: "com estas naus dava-se ao Reino aquilo que lhe era mais necessário, e que constituía o único meio de o tornar poderoso, unindo-o aos territórios ultramarinos e dominando os mares"[527]. Nada sobre Tamandaré fora dito, mas observando que Porto Calvo-Serinhaém, Alagoas e Penedo do Rio de São Francisco tinham seus portos locais, não é de se ignorar a opinião de Manuel Fernandes Cruz, entusiasta da conquista litorânea da Capitania de Pernambuco e suas anexas como um todo. Mesmo que Tamandaré não fosse o melhor porto para receber e despachar açúcares e armamentos que saía das Vilas supracitadas, mas deveria ser bem visto como porto capaz de acolher novos navios com mantimentos básicos necessários na composição e vida de Pernambuco.

Aponta-se Brás da Rocha Cardoso, miliciano que lutou contra os batavos e foi agraciado em 25 de março de 1681 com o registro de sua patente de Capitão-mor de Sergipe Del-Rei. Pelejou nos ambientes sul-pernambucanos, tendo ido primeiro à região do Rio de São Francisco, onde "padeceu muitas moléstias", e depois tornado cabo de duas companhias que foram ao "sítio" de Tamandaré, prestar assistência durante dois meses. Mesmo não escrevendo de qual tipo, imagina-se de cunho bélico e, se possível, de mantimento, visto que a situação na Vila das Alagoas – onde foi logo em seguida – não era das melhores. A "aspereza dos matos e fomes que houve" atacou a eles e a diversos outros habitantes, podendo ter suas consequências na parte norte, entre Porto Calvo e Serinhaém. Importante ressaltar que, de canoa, batalhou no mar contra os flamengos e foi para o "Forte de Tamandaré" assistir por mais um ano e meio. Depois, acabou indo...

> se embarcar em uma fragata e comboiar daquele porto cinco navios á vista de quatro inimigos, até os pôr debaixo da força de Nazareth e recolhendo-se marchar por terra mais de sessenta léguas a socorrer a capitania de São Francisco e ficar nas Alagoas, dando guarda aos moradores, embarcando-se em uma das caravelas que oram de socorro a vila de Olinda[528].

[527] **Manuscritos da Cada de Cadaval**, vol. 1. 1956, p. 90-91, doc. 149. O que está entre aspas é o resumo de RAU e Silva; as citações entre <<>> são originais do documento, transcrito pelas autoras.
[528] "Registro da patente (...)". In: **Mocambos**, p. 258.

Navios saíam e eram comboiados no Porto de Tamandaré, o que sinaliza a importância daquele local para a guerra e que, nos anos seguintes, será usado para outras atividades. Além de saída e entrada, os holandeses mantinham por ali seus barcos de ataque, que eram constantemente reprimidos e postos a fugas pelas ações dos luso-brasileiros. Tamandaré era um espaço de interesse a todos, mesmo que fosse uma pequenina parte do extenso litoral da Capitania de Pernambuco. Nesse discurso ver-se-á igualmente a labuta que era caminhar ("marchar a pé") pelo litoral sul pernambucano, enquanto que as caravelas e canoas eram locomoções que ajudavam os moradores a estabelecer uma vida mais dinâmica e utilizando as estradas fluviais para viajarem em vários sentidos: beligerância, sociabilidade, política e econômica.

É-se importante, portanto, observar que atrás do porto existe uma cidade. Em uma relação dialética, é-se necessário atentar com afinco as ações que eram vivenciadas em Porto Calvo, que sustentavam Tamandaré, mas ao mesmo tempo eram alimentadas pelo que acontecia no Forte-Porto. Observar essas trocas resultará num entendimento melhorado da formação socioeconômica e dos rumos que a Vila de Porto Calvo e o Forte-Porto de Tamandaré tomarão no século XVII e início do XVIII.

4. 3 Porto Calvo Palmarina

Após a guerra e a expulsão dos batavos, os habitantes de Porto Calvo tiveram que refazer suas vidas, aprimorar relações e manter acesa a chama da ocupação territorial e da economia. E, nesse ponto, Palmares já representava uma força de ataque aos interesses dos senhores luso-brasileiros, que visavam o aumento da economia e maiores poderes políticos aos envolvidos nos empreendimentos; os negros quilombolas configuravam um empecilho – na vida dos grupos de mando – nas entradas dos sertões, da ocupação e do estabelecimento de mais terras nos interiores.

Em 1657 o Governador de Pernambuco já reclamava que milicianos tinham que ser enviados para as Vilas de Alagoas, Porto Calvo e Rio de São Francisco, para que lutassem contra os negros mocambeiros e assim evitar "para que a continuação [de ataques de negros] não sirva de estimullo a se despovoarem aquellas terraz"[529]. O estabelecimento social e a produção material e política da dominação lusitana continuava relativamente frágil nas três vilas, necessitando de melhorias e afirmações mais contundentes de força. A leitura inversa

[529] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 37v-38.

também é aceita: o estímulo da conquista lusitana escravista era povoar a terra. Fugir dela representava um retrocesso não apenas sociopolítico, mas especialmente econômico.

Tal como aconteceu no período de dominação holandesa, a promoção para elevações de Engenho de Açúcar tomava força como um dos principais baluartes de ocupação e utilização de um espaço que agradasse as camadas dominantes da população, o governo da Capitania de Pernambuco e a Monarquia portuguesa:

> As guerras holandesas foram inegavelmente guerras do açúcar, não apenas no sentido, que é o geralmente posto em relevo, de guerras pelo açúcar, isto é, pelo controle das suas fontes brasileiras de produção, mas também no sentido, (...) de guerras sustentadas pelo açúcar, ou antes, pelo sistema sócio-econômico que se desenvolvera no Nordeste com o fim de produzi-lo e exportá-lo para o mercado europeu[530].

Por conta disso, a destruição e fugas de terras e Engenhos figurava perdas a todos eles. Pois, além de diminuição de renda da Fazenda Real, era ao mesmo tempo arrefecimento de poderes e até fisicamente de famílias, bem como de perda de ocupação territorial da população. Convém lembrar que Porto Calvo, assim como Alagoas e Penedo, não são urbes litorâneas, e sim ribeirinhas, mais afastadas do oceano e com comunicação com os sertões e mar via rios, seguindo mais ou menos o estilo lusitano de ocupação, mas sem deixar de lado as particularidades advindas de experiências próprias[531]. Essa posição ao mesmo tempo privilegiada e perigosa pode ter colocado Porto Calvo em situação delicada durante as guerras palmarinas, mas vantajosa para usufruir do Porto de Tamandaré.

A desocupação de terras será tema em todo o século XVII. Em 1690, período já avançado das batalhas contra Palmares, os habitantes de Porto Calvo, por meio dos oficiais de sua Câmara Municipal, pediam para serem diminuídos de pagar o Dote da Rainha da Inglaterra por conta dos constantes embates e gastos que já despendiam "a mais de trinta anos". Em suas súplicas para sensibilizar o Monarca e seus agentes, alegavam que os assaltos dos negros palmarinos causavam destruição, ocasionando de "obriga[r] a muitos moradores a despejarem aquela capitania, largando suas propriedades por senão verem de todo destruídos"[532]. O exagero é latente, pois se uma Vila era constantemente despovoada durante

---

[530] MELLO. Op. Cit., 2007, p. 12.

[531] HOLANDA. Op. Cit., Tomo I, 1960, pp. 129-131. Abstraindo a interpretação demasiada romântica de Diégues Júnior de que os rios pequenos, "cujas margens os canaviais gostosamente se estendiam", toma-se sua ideia (que vem de Gilberto Freyre), de que os pequenos rios e suas ligações com os grandes e o Atlântico, foram essenciais para colonização dos espaços das "Alagoas", cf. DIÉGUES Jr.. Op. Cit., 2006, pp. 45-46. O reforço interpretativo aparece com ANDRADE, Manuel Correia de. **Os rios-do-açúcar do Nordeste Oriental:** os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. – Maceió: Edufal, 2010.

[532] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 315.

30 anos, é surpreendente que ainda se mantivesse de pé com Câmara Municipal e tudo. Por conta disso, é importante observar nesse século XVII "porto calvense" o incessante vai-e-vem migratório ocasionado pelas entradas e pela conquista lusitana. Enquanto uns fugiam para outras paragens, outros viam como novas oportunidades fincarem poder e moradia em áreas propícias para produtos de mercado interno e mundial (v. cap. I). Por conta disso, é-se necessário cavar mais essa seara.

Novas moradias não eram pensadas apenas na Vila e freguesias, mas envolviam o significado estrito da palavra "conquista". Na época de Fernão Carrilho e suas pelejas, o tema de ocupação de espaços nas adjacências de Palmares, para compor novas fazendas, era algo posto para ser uma atitude concreta. Todavia, informações colhidas demonstravam "que nenhuma fazenda de novo se tinha fabricado antes alguns currais de gado que se avizinhavam com os arraiais e mocambos dos negros se haviam retirado pelo grande dano que lhes fazia". Isso não significa que não houvesse ocupação, mas que o tipo que era endereçado mudava de acordo com a capacidade e estratégia de dispêndio de cabedal dos homens. Os engenhos de açúcar eram vistos como espaços de formação de indivíduos, fazendas para mantimentos e pagamentos de dízimos para poder financiar a guerra[533], mas não passava de mera propaganda ou desejo vindouro. E nesse ínterim é que entra o gado, que apesar de sua importância no comércio, ocupação e alimentação, principalmente nas áreas de Alagoas e Penedo, pareceu não ter "vingado" nas áreas de Porto Calvo, pois vivia sendo esquecido nos discursos edificantes dos administradores e dos que se propuseram a fundar arraiais e bases de ocupações nos sertões. Ver-se-á somente adiante, já com a conquista dos paulistas, as referências a "criações" para o Arraial de Cristovão de Mendonça. Na época de Carrilho, o que prevaleceu foram as roças de subsistência. Embora avaliando em uma perspectiva de longa duração, pode-se dizer que essas pequenas atitudes de fazerem currais e plantações proporcionaram a conquista de Palmares pelas partes de Porto Calvo garantiram uma injeção tanto de cabedal como de força humana na economia açucareira.

As fazendas eram importantes no contexto geral das guerras, sendo espaços aglutinadores *Magnum* de ocupação territorial. Mesmo com abandonos e destruições, eram locais de maior resistência, dependendo do poderio dos homens frente aos palmarinos. Uma leitura das fontes superficialmente dá a impressão de um abandono constante de terras e gentes, sendo que pouco se fazia para manter ou conquistar locais abandonados, cabendo somente aos paulistas, décadas depois, a força militar para destruição dos mocambos.

[533] "Parecer de João do Rego Barros (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 331.

Todavia, se as evidências forem bem trabalhadas, outras interpretações podem ser retiradas. A saber, em 1661, durante a formulação de uma expedição à Palmares, que partiria da Vila das Alagoas, Porto Calvo e Serinhaém, os moradores da segunda Vila receberam ordem de garantir os mantimentos para as tropas. A motivação era bem simples e importante: para "conservar a esses moradores em Suaz Cazaz e Fazendaz em muyta quietação, e descanso". A necessidade de manter a população ainda em moradia fixa era papel fundamental na conquista lusitana, da mesma feita, o Governador pedia "que vossas mercês [a câmara de Porto Calvo] me ajudem deyxando o apresto de mantimentos para a jornada"[534]. A perda constante de áreas açucareiras (tal como foi no período holandês) causava desconforto aos administradores do Estado lusitano, ainda mais sabendo que Porto Calvo era local estratégico para subir ao centro de Pernambuco, bem como para descer ao sul da Capitania, chegando a Alagoas e Penedo. Apesar de Alagoas ter se tornado cabeça da Comarca no século seguinte, a contextualização aqui garante que Porto Calvo, por ser constantemente atacada, também era encarada como ponto estratégico dentro de uma lógica de dominação lusitana no que concernia a economia e o estabelecimento social dos luso-brasileiros, interessados nos gêneros alimentícios e nos produtos do mercado mundial como o Açúcar.

A ocupação de sítios e mantimentos de Palmares, pelo menos da região norte de Porto Calvo, data desde 1668, quando as Câmaras de Porto Calvo e Alagoas fizeram acordos sobre combates e destruição dos palmarinos. Durante os embates, era responsabilidade dos cabos fazerem assistências e serem "obrigados a conservar os mantimentos que nos ditos mocambos se acharem para sustento dos soldados". Situação que não perdurou para tudo e todos, visto que destruir os mocambos se tornou prática comum para impedir a reconquista pelos palmarinos[535]. Uma das motivações dessa reutilização dos mocambos pode ter advindo também pela falta de estradas que entrassem pelos sertões, indo desembocar no interior das matas.

Em 1671 o Governador Fernão de Souza Coutinho determinou que de Porto Calvo necessitava "mandar abrir caminhos pelos ditos Palmares". As dificuldades iam das "asperezas das terras, falta de caminhos e de carruagens para os mantimentos", até o enfrentamento de distâncias e barreiras naturais. Abrir estradas era essencial para poder adentrar nos sertões, conhecer os terrenos, traçar mapas, compreender a geografia para questões imediatas (destruição de mocambos) e de média-longa duração (estabelecimento nos

[534] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 154v-155.
[535] IHGAL. **Arquivo 00007-01-02.** 2º Livro de Vereações da Câmara de Alagoas do Sul, vários fólios, fl. 9. "Accordo entre as Camaras da Villa do Bom Sucesso e das Alagoas acerca da extinção dos Palmares – 1668".

locais). Era ação indispensável de colonização, visto que desde aqueles anos, os negros eram encarados como rebeldes, de "se verem com liberdade lograda no fértil das terras e segurança de suas habitações"[536]. Abrir estradas era alcançar essas terras.

Foi com Cristovão Lins (descendente daquele primeiro conquistador da terra), alcaide-mor da vila de Porto Calvo, que parte desses objetivos foi concluída. Suas atuações datam desde 1662. Teve como missão impedir que negros entrassem nas "caza de seus senhores" para "leva-los [outros negros] consigo para os Mocambos"[537]. O Alcaide não teve descanso nos diferentes desempenhos e em 1665 aconteceu outro revés: ao terem ido para Palmares, para depois descerem até os mocambos nas "cabisseyras" das Alagoas, o "Mestre de Campo" Cristovão Lins fez uma entrada "com muyto menos bom subsesso o que eu [o Governador] esperava". Os soldados ficaram "extropiados" e as conquistas dos mocambos foi uma lástima. Pode-se pensar que parte desse fracasso foi exatamente a falta de bases ou de conquistas luso-brasileiras naqueles sertões e entradas. A situação quase mudou em 1671: após ter as suas lavouras de cana queimadas por rebeldes palmarinos, Cristovão Lins entrou nos matos para persegui-los e acabou "descobrindo por breve caminho um mocambo de setecentas casas com muitos mantimentos e roças". Após as batalhas, vencidas com facilidade pela posse de armas de fogo a seu favor, entrou no mocambo e viu que "poderia a muita fatalidade convidar assistência de que necessitava aquela conquista"[538]. Parte do empreendimento foi perdido no inverno, tanto pelo ação do clima por conta de insubordinações dos homens de Cristovão Lins. Entretanto, aquele momento foi um sopro de sucesso para a volta de construções de entradas, estradas e necessidade de conhecer os interiores para possíveis ocupações definitivas.

Inclusive, o Capitão-mor Dom Diego Pinheiro Camarão, foi encarregado de se estabelecer nas cabeceiras da Vila de Porto Calvo para poder melhor guerrear. Em dezembro de 1664 o governador de Pernambuco mandou que as Vilas por perto ajudassem nas despesas e mantimentos daqueles índios, "emquanto não fizeçem colheitas de suas Prantaz"[539]. Em 1665 a ordem foi reafirmada em maneira de que uma finta deveria se escolhida de maneira justa para que todos os moradores de Porto Calvo contribuíssem sem que causassem danos em suas fazendas, dando o sustento necessário para que corressem "a campanha athé as Alagoas"[540]. O plano foi quase abortado naqueles meses e o Governador de Pernambuco

[536] "Carta do Governador (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 186-187.
[537] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 87-87v.
[538] "Parecer do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 197.
[539] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 172-172v.
[540] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 132v.

conseguiu que em julho do mesmo ano o Capitão-mor lá permanecesse com seus índios[541]. Em setembro as notícias eram melhores, pois os ameríndios do Camarão estavam se mostrando bem úteis contra os mocambeiros, apesar da falta de confiança que os homens poderosos tinham neles ("por que esta casta de gente não actendem a mais, que ao interesse").

O jogo político de dom e contradom tinha que estar sendo sempre realimentado, e nesse caso os mantimentos e "munições" eram dados pelo Governo que, por sua vez, queria o retorno econômico[542]. Mas não é de se descartar a parcela de poder dentro dos limites de terra da aldeia do Camarão[543]. Mesmo assim, a situação estava começando a tomar proporções maiores e os índios passaram a se assustar com o poderio dos negros (assim como os moradores e a Câmara Municipal das Alagoas), pois "todos [estão] com grande temor dos negroz pello estimullo com que ficarão pello danno que se lhes fez nas Prantas". A despeito de não saber quem atacou quem, os mantimentos e os locais para assegurá-los eram necessários à guerra, e nos anos de 1665 as estratégias ainda eram incipientes[544].

Não obstante de tudo elas foram longevas, pois em 1680 os índios do Camarão ainda estavam nas cabeceiras de Porto Calvo lutando contra os negros mocambeiros, sob o comando do Capitão D. Antonio João Camarão. Naquele ano tinham uma missão de ir fundar outra aldeia para continuar a guerra, se estabelecendo entre o Rio do Canhoto e o Rio Mundaú, ou seja, entre Porto Calvo e Alagoas. A Câmara de Porto Calvo, na figura do seu Capitão Sibaldo Lins e dos oficiais da Câmara, tinham que prover os mantimentos dos índios por 06 meses, com carne e farinha. As plantações dos índios seriam patrocinadas em parte pelo governo de Pernambuco, que retiraria do seu Almoxarife "hum Barril de Polvora, hu canhete de Ballas; e 10 machados, e 6 foyses, e 6 eychadas". As munições iriam para Porto Calvo, enquanto que os apetrechos iriam para a "Cappittania das Alagoas"[545].

Apesar de poder encarar as lavouras de Porto Calvo como relativamente seguras e estáveis mesmo durante o período de guerra dos Palmares, subtende-se que mais plantações eram indispensáveis, principalmente de mantimentos de primeira necessidade para

---

[541] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 137v.
[542] BOURDIEU, Pierre. "A economia dos bens simbólicos". In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. – Campinas, São Paulo: Papirus, 1996. De maneira teórica, tentando compreender motivações que fariam pessoas assumirem "desinteresse" para esconder algum tipo de interesse ou angariar um capital simbólico por essa atitude, BOURDIEU, Pierre. "É possível um ato desinteressado?". In: BOURDIEU. Op. Cit., 1996. Para o período de Antigo Regime, a melhor leitura é de HESPANHA. XAVIER. Op. Cit., 1992, p. 386 e OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o Estado Moderno:** honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). – Lisboa: Estar Editora, 2001, p. 15, uma vez que troca de dádivas era necessariamente desigual, não sendo o Monarca obrigado a entregar o Dom e, às vezes, nem mesmo concedê-lo.
[543] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 140-140v.
[544] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 184.
[545] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 363v.

abastecimentos de tropas e populações locais. Ou seja, os Senhores de Engenho poderiam estar mais preocupados com seus açúcares, tabaco e carnes, não querendo tomar tanto a responsabilidade de plantar outros gêneros (esse raciocínio será mais bem esmiuçado no capítulo 5). A estratégia de uso de índios obedecia a essas duas posições: milícias de fronteiras para combater palmares e agricultores para plantarem alimentos de sustento social e militar. É provável que a influência e o modelo das primeiras missões ameríndias na Bahia tenha sido usado, pois elas eram escolhidas em pontos estratégicos: "perto do mar para os índios se poderem manter com suas pescarias, e perto das matas para poderem fazer seus mantimentos"[546]. Claro que essa estratégia não funcionou muito, visto que durante todo o período palmarino as Câmaras municipais das vilas do Sul eram obrigadas a contribuir com as campanhas, mas pelo menos não deixam de ser planos dos habitantes locais que tinham o intuito de aumentar os raios de ocupação luso-brasileira nos sertões e no próprio litoral. O ameríndio já estava inserido de maneira segura (para os lusitanos) na "obra de devastamento e de conquista dos sertões, de que ele foi o guia, o canoeiro, o guerreiro, o caçador e o pescador"[547].

Como já se viu no primeiro capítulo, foi no governo de Ayres de Souza de Castro que começou-se uma campanha de doação de terras nos sertões para pôr em prática o projeto de expansão à área de Palmares. Após as vitórias e reveses da guerra, era difícil colocar a responsabilidade apenas nas costas dos homens milicianos. Povoar era essencial e em 9 de dezembro de 1678, foi dado ao Capitão Mor Gonçalo Moreira, Pedro Camello de Abreu (ou Albuquerque) e João Soares, e seus herdeiros, "sesmaria de 6 léguas de terra em quadra, começando da nascente do rio Camaragibe de Porto-Calvo, cortando o mocambo de Ilhoca que fica ao Sul e a nascente do dito rio Camaragibe, que fica ao Norte"[548]. Em 20 de agosto de 1680 foi dada "Sesmaria de 4 leguas de terra na Villa do Porto-Calvo, em Getituba para o lado do sertão, principiando das terras que já possue, (...) Furtuoso Gomes e seus herdeiros"[549]. Em comparação com outra Sesmaria que será dada em 28 de agosto de 1682, essas duas são acanhadas e modestas.

Certamente, por conta dos louros da guerra e das contribuições dada a ela, homens poderosos naquela localidade como o Capitão Mor Sibaldo Lins, o Capitão Cristovão Lins, o Ajudante Ignácio de Azevedo, "e seus herdeiros", receberam "15 léguas de terra no districto

[546] ABREU. Op. Cit., 1963, p. 77.
[547] FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. – São Paulo: Global, 2006, p. 163.
[548] DHP. **Sesmarias.** Vol. IV, 1959, p. 92.
[549] DHP. **Sesmarias.** Vol. 4, 1959, p. 97.

do Porto-Calvo no lugar chamado a Serra do Macaco e o rio Taquara"[550]. Atualmente, o Riacho Taquara é uma continuação do Rio Jacuípe, que faz a divisão territorial entre os Estados de Alagoas e Pernambuco, sentido sertão. Em suma, adentrando na área das matas e indo para os espaços que estavam os mocambos que formavam Palmares, essas sesmarias faziam parte de um projeto maior de ocupação territorial; que partia tanto de patrocínio do Governo da Capitania de Pernambuco como de pedidos dos moradores locais que sabia que ali poderiam angariar novos espaços para eles e – principalmente – seus herdeiros. A expansão de seus raios de ação e a dilatação de suas famílias era essencial naquele tipo de manobra. Provavelmente os pais entravam com seus títulos, folhas de serviço e cabedal para conseguir as léguas, mas seus filhos e filhas (devidamente casadas) tocariam os projetos pra frente.

Assentamentos esses que não se davam apenas pelos homens "comuns" que saiam do litoral, ou dos poderosos da terra ou dos acordos feitos entre as Câmaras de cada Vila. A ocupação da região de Porto Calvo foi tão dinâmica quanto Alagoas e Penedo e, nesse sentido, os religiosos tiveram um papel fundamental, tanto na composição da Vila ("grandes Igrejas"[551]) como na construção de um Hospício do Carmo, "em cuja marinha está a fortaleza de Tamandaré"[552]. O estabelecimento de aldeias ameríndias e missões para poder resguardar seus evangelizados contribuíram para as batalhas contra os Mocambos.

No mês de março de 1661, após alguns sucessos do Capitão Belchior Álvares Camelo no Rio de São Francisco (v. capítulo anterior), o Governo de Pernambuco exigiu que se juntassem tropas para fazer a mesma atividade bélica "por aquellaz Cappitanias de Porto Calvo", pois ela, junto com Serinhaém, sofria os maiores ataques. Para poder conter as ações Palmarinas, tinha sido estabelecido que "25 Índios com mulheres" deveriam ir povoar a "Aldeya dos Ananazez", que ficava mais na jurisdição de Serinhaém do que de Porto Calvo, mas que não deixava de ser um local de uso para ambas as vilas e ponto estratégico para povoar os sertões que eram fronteiras de ambas[553].

A Aldeia dos Ananazes fincou estabelecimento durante décadas, e em 1685 o Governo ordenou que "Antonio Pessoa Arcoverde, Governador dos Índios", fosse com 12 casais e "sua família" (de Arcoverde) para conter os ímpetos e "asaltos dos negros dos Palmares", que estavam circunvizinhos à Aldeia. A estabilização deveria ser feita pela agricultura de "plantas", enquanto que os Senhores de Engenho deveriam prover a alimentação e sustento

[550] DHP. **Sesmarias.** Vol. 4, 1959, pp. 102-103.
[551] **Desagravos do Brasil**, 1981 [1757], p. 166.
[552] **História da América portuguesa**, 2011 [1730], p. 92.
[553] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 49.

dos casais[554]. As lutas foram contínuas e Antonio Arcoverde em agosto de 1695 se via em entreveros com os negros palmarinos, tendo recebido do Provedor da Fazenda uma arroba de pólvora e duas de balas de chumbo. Sua jurisdição (ou pelo menos obrigação de defesa) englobava as "Cappittanias de Serinhaem, Unna, e Porto Calvo", onde as aldeias e ameríndios faziam "fronteira"[555]. Essa pista mescla-se e problematiza-se sob a perspectiva de outros dados empíricos, quais sejam: que a ocupação da terra palmarina, antes de ser feita por homens do litoral e seus produtos, era para acontecer por meio de aldeias ameríndias e suas "plantas", usando os autóctones como milícia de fronteira para sofrerem primeiro e batalharem de início contra os negros palmarinos. É da mesma data de 1695 a ordem do Rei de os paulistas fazerem as duas aldeias em Alagoas e Porto Calvo (Brotas e Jacuípe)[556]. Como os sustentos e os mantimentos foram entregues pelos Senhores de Engenho enquanto novas "bases" se estabeleciam, subtende-se que aquelas lavouras e casas-grandes já conseguiam manter e aumentar sua produção, necessitando de novas conquistas para as famílias detentoras das propriedades. Ressalta-se, até agora, a ausência do discurso do gado.

Possivelmente esse foi um dos planos dos oficiais da Câmara de Porto Calvo, quando pediram, por volta de 1690, para que nas margens de Alagoas, Porto Calvo e Sirinhaém, fossem estabelecidas "três aldeias de 100 casais cada uma dos índios do Regimento de Antônio Pessoa Arco Verde, ouvindo nesta matéria aos religiosos da Companhia e de São Bento"[557]. Certamente querendo proteção miliciana pela utilização de índios, além de produção de gêneros para – quem sabe – abastecer as Vilas, pois o açúcar, tabaco e gado precisavam se recuperar das constantes destruições e incêndios. O pedido de 200 ameríndios por aldeia era exorbitante, o que poderia garantir uma construção de um espaço bem administrado para vários sentidos: muita mão-de-obra para milícia bem como para agricultura e pastoreio. A relação Porto Calvo-Sirinhaém apareceu naquele momento, pondo as duas vilas não apenas como relacionadas ao acontecimento de Palmares, mas a própria geografia do local, que envolviam acordos políticos, relações familiares e dinâmicas mercantis entre ambas. Uni-las por meio de aldeias ameríndias garantia uma melhor estabilização espacial e socioeconômica, partilhada pela população escravista local e pelas suas camadas mais poderosas. Todavia, o Monarca tratou como dispensável essa transmissão das aldeias, visto que Domingos Jorge Velho estava marchando para Palmares para dar um fim aos Mocambos.

[554] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 424v.
[555] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 532v.
[556] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 228-228v.
[557] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 175. No documento é citada a criação de "três aldeias", mas a citação em aspas (mais completa) pertence ao documento relacionado abaixo.

Depois, uma Consulta do Conselho Ultramarino garantiu que após a destruição de Palmares, não seria necessária a mudança das aldeias, "porque sendo o desejado ficarão estes moradores desassombrados e seguros, sem a opressão que terão os índios, mudando os de lugar"[558].

Finda a guerra contra Palmares, os Capitães e milicianos remanescentes de Palmares decidiram fazer sua própria "missão" distante seis léguas de Porto Calvo, "situada entre engenhos e moradores brancos em terra fértil e abundante". Não obstante a localização "entre engenhos" sugerir proteção, não é de se descartar o caráter econômico. Afinal, a todo o momento os senhores foram chamados a plantar ou garantir mantimentos para os homens que entravam nas matas. Ou seja, as plantações e roças entre os canaviais eram de grande valia naquele momento histórico, por mais que fosse a contragosto de alguma parcela do grupo. Da mesma feita, pode invocar já a entrada dos canaviais e dos ascendentes a Senhores do Açúcar nos interiores de Porto Calvo, subindo espaços que antes nem se cogitava por conta dos ataques dos rebeldes palmarinos.

Apesar disso, demonstravam naquele momento que os mesmos tinham consciência que a ocupação dos sertões não visava apenas medidas bélicas paliativas, mas interessavam planos futuros fosse no sentido de ocupação territorial, aumento demográfico e riqueza material. Para reforçar o argumento, é-se necessário citar a carta que o padre Miguel de Carvalho escreveu a Roque Monteiro Paim em 1700 acerca dessas "missões". A de Porto Calvo nem era considerada uma missão, pois estava aos cuidados de Cristovão de Mendonça, Sargento-mor dos paulistas, que após a guerra...

> desceu do mato com alguns soldados e índios a situar-se naquela parte, este com os mais moradores circunvizinhos fazem porção ordinária ao seu missionário que junta aos benesses de suas ordens (que naquela parte são bons) fica vivendo com cômodo e conveniência. (...) que em razão dos estipêndios que pagaram ao missionário, tem força de [capitania] curada, e não de missão simples, suposto isto, que é certo[559].

Estavam aceitos pela população e pelo clero, apesar de não serem tratados como um espaço religioso de catequização de ameríndios. Todavia, servia aos propósitos da população local e do Governo de Pernambuco, pois além de produzir, dar resguardo militar e ministrar a fé católica estava em torno de terras férteis e de engenhos. A "Capitania Curada" tinha a prerrogativa de estabelecer a ordem social dos ameríndios pela religião, dos negros remanescentes dos mocambos e dos atuais escravos que chegavam ou eram recapturados e

[558] "Informação do Governador de Pernambuco (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 314-315.
[559] "Carta do Padre Miguel (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 452. A intervenção entre colchetes foi de Ernesto Ennes.

ainda poderia ser um núcleo de mão de obra para os moradores vizinhos. Afinal, os Engenhos de Açúcar, bem como plantações, lavouras e currais de gado necessitavam de braços para manter ativa dinâmica de criação de animais e gêneros alimentícios e de exportação.

Essa explicação torna-se mais firme quando se tem o depoimento, em 1697, da Consulta da Junta das Missões sobre os assuntos de Palmares. As conversas entre a Junta e o Bispo de Pernambuco, naquele ano, estabeleciam a necessidade da multiplicação das missões para erigir novas paróquias e propagar a fé católica por esses "distritos operários". Em relação a Porto Calvo, a ideia do curato já remontava aquele ano (e não 1700), pois, de acordo com a Junta: "a fertilidade daquelas terras facilita que muitos moradores escolham aquela vivenda e se entende que em breve tempo se levantarão engenhos e farão duas grandes vilas"[560]. Discurso barroco e exagerado, recheados de elementos de projetos futuros a partir de glórias de um presente (a destruição de Palmares e a elevação dos dois Arraiais), que garantiria uma época vindoura de paz e tranquilidade para os luso-brasileiros escravistas, que se achavam livres de futuros combate dos que eram contra a ordem da escravidão.

Bem como Domingos Jorge Velho, o Sargento-mor Cristovão de Mendonça foi citado pelo Conselho da Fazenda, em 1698, para receber a mercê de doação para poder erigir uma vila nos sítios em que ocupava. O estabelecimento social seria mais bem trabalhado se as mulheres dos paulistas e dos soldados fossem até lá para poder se estabilizar e "ajudar a povoar os sertões". Dentro do universo da vila doada, Cristovão poderia "prover os ofícios de justiça como os outros muitos donatários se têm outorgado deve ser porém com a cláusula de que não poderá apresentar justiças, nem apurar eleições nem outras algumas preeminências que toca a correição". Se de um lado pode-se ver a vontade de poder do Sargento em estabelecer ali um domínio e a arranque de formação familiar e de agregados políticos, por outro o Estado Monárquico sabia limitar os poderes para evitar "tão ampla jurisdição a um donatário"[561]. Essas entregas de mercês eram essenciais para colocar na responsabilidade dos luso-brasileiros a conquista e manutenção da sociedade americana, compartilhando poderes[562]. Em termos econômicos, como pode ser vista em uma leitura de contrapelo, o trabalho ficaria para os homens de baixa condição e escravos africanos e aldeados ameríndios, responsáveis desde sempre pela produção da riqueza dos homens que detinham poderes de mando.

---

[560] "Consulta da Junta das Missões (...)" In: GOMES (org.). Op. Cit., 2010, p. 385.
[561] "Parecer do Conselho da Fazenda". In: **Mocambos**, 2010, p. 398-399.
[562] Essa "tradição" vem desde o século XVI, quando o Monarca instituiu a execução da lei de Ordenanças de 1569 e da lei dos capitães-mores de 1570. MAGALHÃES. Op. Cit., vol. II, 1998, p. 28.

A decisão luso-brasileira foi acertada, pois além de Camoanga, um filho seu e mais outros negros, no ano de 1703, atacaram "as fazendas" dos moradores de Porto Calvo. No ano seguinte foram capturados pelos paulistas, "que sem perder nenhûa gente matarão e aprizionarão cem cabeças, a mayor parte escravos", onde "já se entregarão aos moradores dessa Cappitania [de Porto Calvo] na forma de minhas ordeinz, e os que herão filhoz do Palmar se quintarão". O filho de Camoanga era tratado como "o que Governa hoje aquelle Certam"[563]. Lendo de outra maneira: era-se necessário entrar mais e conquistar mais áreas. A destruição de Palmares não representou a estabilidade econômica. Essa última só era possível com o reforço da escravidão e o aumento de território conquistado.

4. 4 Depois do Porto e da Cidade existe um Arraial

Para poder criar uma ponte com o Forte/Porto de Tamandaré, é-se necessário incursionar-se sobre os Arraiais de Palmares que estavam mais para Porto Calvo do que necessariamente Alagoas. Afinal, faziam parte de um mundo miliciano que servia aos propósitos dos moradores, contribuindo nas entradas e estabilizações sociais como instituições fixas, resguardando a ordem luso-brasileira escravista pelas atividades de cunho policial. Eram bases de operações que resguardavam, direta e indiretamente, a propagação demográfica do litoral pelos sertões, inclusive dos currais, roças e lavouras que poderiam ficar em seus raios de ação.

Durante as batalhas, em 1675, o Sargento-mor Manuel Lopes saiu da povoação de Porto Calvo em 21 de novembro, marchando para Palmares com "280 homens brancos, mulatos e índios". Desnecessário se alongar que padeceu as misérias, as fomes e sedes que tantos milicianos sofreram nas viagens e na falta de conhecimento da natureza dos sertões de Palmar. Após encontrar "uma grande cidade de mais de 2000 casas, fortificadas de estacada de pau a pique", entrou o Sargento e seus homens em peleja com as forças de negros que ali estavam agrupados. Finda a matança, houve outra batalha no dia seguinte com os remanescentes da luta, onde o Sargento-mor novamente saiu vitorioso. Após aqueles dois embates...

> assistiu o sargento-mor com arraial formado perto de cinco meses entre os segredos ásperos daquele sertão, padecendo indizíveis misérias, excessivos

[563] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 323 (1704), e 344 (1703).

> trabalhos e fomes grandes; campeando sempre aquelas espessuras grande fruto se colheu desta assistência do arraial[564].

Seria esse padecimento de misérias uma consequência das atitudes do Sargento de tática de terra arrasada? Visto que a capacidade de lutar e conquistar eram limitados, sobrava aos milicianos a "estratégia" de destruição de campos férteis e fazendas estabelecidas pelos negros rebelados para impedir o retorno dos mesmos. Atitude essa que não foi concretizada anos depois, na expedição de Fernão Carrilho, em outubro de 1677, uma vez que após lutar contra um mocambo de negros (que ofereceram nenhuma ou pouca resistência), "deliberou estacionar no sítio, e fundou mesmo um arraial ao qual deu o nome de Bom Jesus da Cruz"[565]. A empreitada de Carrilho não deu certo, pois, no ano seguinte, Belchior Pinto pagou dos mesmos problemas com o terço do Mestre de Campo Zenóbio Acioly de Vasconcelos, no período do Governo de Ayres de Sousa Castro, entre Abril de 1678 e janeiro de 1682. O miliciano tinha como missão levantar um Arraial nas entradas de Palmares, nas partes que tocavam a jurisdição da Vila de Porto Calvo. Mas não para fazer guerra direta, e sim "para ajuntar os mantimentos necessários (...) fazendo os conduzir para o armazém da dita vila"[566]. A destruição de campos poderia ser viável em momentos e sítios em que os homens do litoral não pudessem se assentar e teriam que abandonar, mas a possibilidade de conquistas de terras para fazer ligações diretas e mais seguras entre as Vilas e os milicianos nos sertões de Palmares era bem vinda e patrocinada em alguns momentos, servindo de pano pra manga na hora de homens que lutaram pedirem suas mercês.

Isso nos leva a posição já tratada nessa tese: **1)** as utilizações e descobertas das terras férteis na região de Palmares foram feitas pelos palmarinos, cabendo aos luso-brasileiros a usurpação das conquistas dos mocambeiros; **2)** o estabelecimento de um Arraial no campo de batalha demonstra não uma ocupação sistemática de longo prazo e alcance naquele momento histórico, mas era sim uma estratégia de guerra dos homens do litoral, visto que os negros rebeldes, exauridos de força e de falta de mantimentos, tiveram que se voltar e se entregar nos locais encarados como "povoado, a buscar seus senhores"; **3)** a existência de ameríndios entre os soldados (brancos e mulatos) era estratégia de utilizar sua mão de obra não apenas como força de batalha e conhecimento geográfico, mas também como "campeadores", ou seja, parte de um exército que fica em campo (e não, portanto, algo a ver com camponeses)[567]. Por

---

[564] "Relação das guerras (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 224. **Anais Pernambucanos**, vol. 4. 1983, p. 98.
[565] **Anais Pernambucanos**, vol. 4. 1983, p. 99.
[566] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 427.
[567] BLUTEAU. Op. Cit., vol. 2, p. 85. Disponível em http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/campear Acessado em 01/03/2017

conseguinte, os arraiais desde a década de 70 do século XVII – em caráter possivelmente temporário – eram pontos de estabelecimentos sociais que serviam para resguardar os milicianos que lutavam e os possíveis roceiros que produziriam mantimentos de subsistência. A distância do litoral fez com que alguns grupos dominantes pensassem com maior acuidade essa importância de Arraiais menores e paliativos para poder compor espaço de combate aos negros, mesmo que existisse a possibilidade de abandono e da possível tomada por aqueles que estavam lutando contra.

Arraiais bem estruturados só aparecerão lá pra 1696, com a destruição do mocambo principal pelo paulista Domingos Jorge Velho. Nesse momento, a missão-que-não-era-missão do Sargento-mor Cristovão de Mendonça se tornou um Arraial. Como se sabe, a existência desse agrupamento de Mendonça foi por conta da cisão entre ele e Jorge Velho, e esse primeiro manteve-se nas "cabeceiras de Porto Calvo", recebendo ajudas de mantimentos dos moradores locais "enquanto suas roças lhe não dessem o sustento de que careciam"[568]. O Arraial se tornou o de "Santo Caetano de Jacuípe", situando-se "a noroeste de Porto Calvo, à margem direita do rio Jacuípe, duas léguas ao sul do Unna"[569]. A agricultura era método mais eficaz de ocupação, mesmo que o estabelecimento fosse militar e de ação de resguardo policial contra rebeldes mocambeiros. Aconteceu de pessoas começarem do zero a elevação da localidade, como foi o caso de Gabriel de Goés, paulista que lutou no Rio Grande do Norte e em Palmares. Participou com Domingos Jorge Velho na destruição do Outeiro da Barriga, mas decidiu depois "formar novo arraial na capitania de Porto Calvo". Nessa empreitada, saiu do "arraial do Barriga, deixando sua casa e criações sem aproveitar disso coisa alguma". Após uma viagem de mais de 40 léguas, começou a trabalhar em suas possíveis novas criações em Porto Calvo, ajudando a fundamentar o Arraial de Cristovão de Mendonça (e agora se vê pela primeira vez no decorrer desse capítulo a referência aos animais – "criações" – o que indicaria que a região das Alagoas era a mais experimentada, enquanto que Porto Calvo estava muito atrelada à cana e à subsistência. Não estar-se-á dizendo que Gabriel de Góes iniciou a criação de gado nos sertões de Porto Calvo, mas pelo jeito foi um dos poucos que levou a campanha adiante)[570]. Pode-se aceitar que, assim como Gabriel de Goés, tantos outros tomaram o mesmo rumo no estabelecimento daquele novo espaço de poder e de sociedade.

A importância dos Arraiais foi imprescindível no âmbito da belicosidade, pois mesmo depois de destruídos os Palmares, um autor anônimo enviou carta ao Conselho Ultramarino

[568] "Consulta do governador Caetano de Melo e Castro (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 383.
[569] FREITAS. Op. Cit., 1978, p. 181.
[570] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 444-445.

expondo que "se os Paulistas não ficarem de assento em os dois arraiais que aponto a Vossa Majestade, tudo tornará ao miserável estado em que de antes se achava". Mas não apenas isso, os Arraiais, vistos do ponto de vista de uma extensão da vila de Porto Calvo, consolidava a conquista do Palmar como imprescindível para dar vazão à população que estava à procura de novas terras e de oportunidades de pôr em prática a colonização pela agricultura[571]. Poderiam manter (as pessoas), por via do Arraial, Aldeias e do Forte de Tamandaré, uma comunicação entre Porto Calvo, Una e Serinhaém, o que poderá justificar, em parte, a importância do Porto-Forte nos finais do século XVII para as três vilas.

4. 5 Tamandaré pós-holandesa

A fortaleza de Tamandaré, mesmo com seu protagonismo no período holandês, foi relativamente posta de lado nos tempos das batalhas contra os Mocambos de Palmares. Embora não tenha deixado de receber atenção de autoridades e muito menos dinâmicas dos habitantes que moravam e vivenciavam suas experiências entre Sirinhaém e Porto Calvo[572]. Continuou servindo de suporte para ações militares e de comércio. Vários homens que iam para Palmares acabaram passando por Tamandaré para levar criminosos, servir em algum ofício e ajudar a manter viva a dinâmica do local, fazendo as conexões entre os habitantes de Porto Calvo, Sirinhaém e, se possível, de outras vilas e quiçá Capitanias. Um desses habitantes, que não deu para identificar a data precisa (sua folha de atuação militar é de 1640 até 1685), foi Miguel Rodrigues Sepúlveda que, antes de ir para Palmares, acabou "indo assistir em Tamandaré, ajudando a fazer uma fortificação de que muito se necessitava"[573]. Seu exemplo é ótimo para tomarmos como início desse tópico.

Em 1682, o Conselho Ultramarino dava um parecer ao recém-empossado Governador de Pernambuco, João de Souza, sobre a administração dos fortes da Capitania. Elogiou em demasia as atividades do governante passado, Ayres de Souza de Castro, como o dispêndio de tempo e fazendas nas fortificações como de São Thiago das Cinco Pontas e de São João do Brum. Porém, a que menos recebeu reformas foi Tamandaré, apesar de ter dedicado atenção a ela[574]. A argumentação partia do consumo de fazendas e tempo em que Ayres de Souza "obrara em prejuízo dos negros dos Palmares e utilidade de todos aquelas capitanias"[575]. Essa

[571] "Os 'exorbitantes desaforos' dos Palmarinos". In: **República**, 2004, p. 50.
[572] **Anais Pernambucanos**, vol. 2, 1983, p. 237.
[573] **Anais Pernambucanos**, vol. 4, 1983, p. 278.
[574] **Anais Pernambucanos**, vol. 4, 1983, p. 132.
[575] "Parecer do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 257.

primeira avaliação abre a pista de encarar o Forte de Tamandaré como relativamente abandonado dos planos do Governo por conta das batalhas contra os mocambos; inclusive, João de Souza foi um dos governadores afeitos à construção de arraiais em Alagoas e Porto Calvo, com uma composição de "80 soldados pagos e 120 índios"[576]. Mesmo que não tenha gasto tantos cabedais no empreendimento, pelo menos sua atenção era puxada para os negros mocambeiros, mais do que – provavelmente – para o Forte de Tamandaré. No entanto, a existência de interesse alerta para a importância que o Porto e Forte de Tamandaré teriam ainda nos círculos de poder e administração do centro da Capitania. Duas atitudes aconteciam naquele momento: a primeira é que pouco incentivo da administração central era dada a Tamandaré por conta de outras atividades que tomavam tempo e fazendas; a segunda é que os moradores faziam ainda valer a importância da barra para escoar produtos, fazer bases de operações e utilizar como espaço militar de variados fins.

O mau estado do Forte foi tema recorrente no século XVII, podendo contar já desde 1661 reclamações acerca da precariedade do local. Mas não era apenas Tamandaré que sofria os reveses. Uma representação foi mandada pelos "cappittaenz que asistem de goarnição no Rio Grande, Itamaracá, Pontal e Tamandaré", e nela se observa que quem tomou as rédeas dos discursos foram os milicianos que viviam nos espaços, alegando falta de visitas "em 4 annoz". O Governador, Francisco de Britto Freyre, determinou "O Reparo das que ficão para a parte do Sul", deixando a encargo "[d]os moradores tanto que Suspenderem a moenda dos engenhoz", pois queria garantir ainda um pouco de verba da Fazenda Real[577]. Em junho do mesmo ano, ao responder a Câmara da Vila das Alagoas sobre a importância de cobranças de fintas para manutenção de Fortalezas, o governador citou a Câmara de Serinhaém que não foi aliviada das cobranças das Fintas, sendo os moradores responsáveis a usarem "suaz fabricas [para que] acodissem a Reedificar a Fortaleza de Tamandaré"[578]. Em aproximadamente 1663-1664, parte dos problemas foram sanados com uma repartição de tropa para as fortalezas do Ceará, Rio Grande, Pontal de Nazareth e Tamandaré.

Não se sabe quantos soldados eram passados para cada uma, mas, lendo o discurso fora do âmbito miliciano, seriam esses homens responsáveis também por criarem raízes nas localidades e fazerem caminhos e pontes entre as vilas de Porto Calvo e Serinhaém[579]. Apesar do auxílio do Governo, o ponto chave é compreender que os moradores teriam que se responsabilizar pela reconstrução e dinâmica do Forte-Porto, pois em 1663 as fintas que eram

[576] FREITAS. Op. Cit., 1978, p. 143.
[577] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 48.
[578] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 56.
[579] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 163-164v.

utilizadas para "socorrer a Infantaria da goarnição de Tamandaré" se estabeleceu em cima das carnes e das aguardentes; mas os produtos fintados seriam provavelmente os de Olinda, pois Porto Calvo, naquele mesmo ano, tinha que obedecer a lei que proibia o comércio da cachaça (v. capítulo 10)[580]. E isso (como se verá mais adiante), é o que garantirá o aumento da dinâmica local, intravilas e construções de "identidades" e discursos próprios para atender interesses. Porém, antes de arriscar posições precipitadas, é-se necessário observar, a luz de evidências, outras ocorrências que vividas e re-afirmadas, dariam corpo à essa hipótese de uma construção dialética do Forte-Porto de Tamandaré e das vilas de Porto Calvo e Serinhaém, a partir de suas experiências, mas sem esquecer das ações do Estado monárquico lusitano.

Novas reclamações sobre o estado físico do Forte de Tamandaré apareceram no governo de Jerônimo de Mendonça Furtado, em 1666. Os oficiais de milícia e a Câmara da Vila de Serinhaém eram os encarregados de garantir os reparos das "Ruínas da Força de Tamandaré"[581]. No ano seguinte o auxílio foi enviado pelo Governador, que ordenou ao Provedor da Fazenda Real a compra de madeiras e a contratação de um carpinteiro para a construção de carretas das Fortalezas de Nazareth e Tamandaré[582]. Além disso, em 1671 o governo enviou o "Cappitam Emginheyro Antonio Correia Pinto" para fazer as "Plantas de todas as forteficaçoenz desta Prassa, e Cappittania de Pernnambuco; e da Cappitannia de Itamaracá, asy daz Fortalezaz que estão em pé, como das que hé nescesario levantarem"[583]. Apesar da identificação dessas tentativas, nada parecia surtir o efeito desejado, quando mais uma vez, em novembro de 1671, os moradores da Vila de Serinhaém foram encarregados de "reedificar" o espaço, visto já naquele ano como "hua Prassa de tanta emportancia". A mudança de tonalidade no discurso poderia garantir a ordem de fazer os homens "com o que poderem", trabalharem na manutenção da "Fortaleza de Tamandaré", encarando-a, definitivamente, como importante para o desenvolvimento das dinâmicas locais[584]. Isso não significa que os habitantes de Serinhaém não soubessem com o que estavam trabalhando, mas um apoio do Estado era bem vindo para elevar a moral das gentes e instigar o uso de suas próprias mãos, à reconstrução do Forte, o que acarretaria, em longo prazo, os jogos de mercês que mantinham estáveis as relações de vassalagem entre os súditos e os administradores

[580] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 153.
[581] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 148v-149.
[582] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 241-241v.
[583] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 251.
[584] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 260v.

régios e o Rei de Portugal; situação que foi vista nos primeiros parágrafos e serão retomados no final desse capítulo.

Todas essas ações, posteriores à restauração pernambucana, igualmente evidenciam o pertencimento à localidade em que viviam os homens das vilas ao sul. Não no sentido de nacionalismo, ou, para ser mais exato, regionalismo ("somos serinhaenses" ou "porto calvenses", por exemplo). A observação nos documentos das súplicas por reformas, por mais atenção ao Forte-Barra, ao mesmo tempo em que tomavam as rédeas da situação, alertavam para um ponto de vista necessário dessa tese: a consciência dos luso-brasileiros do que poderiam fazer com o que estavam em suas mãos e de um futuro mais confortável caso progredissem material e economicamente. Apesar da fala parecer um pouco positivista-burguesa (homens vivendo sempre visando o progresso pela riqueza), não é de se desprezar que os habitantes das vilas de Serinhaém e Porto Calvo almejavam um crescimento, traçando estratégias para alcança-lo, não deixando tudo ao acaso. Essa tomada de consciência tornou-se mais firme com as atuações do Forte-Porto de Tamandaré nas lutas contra os holandeses e com as evoluções e mudanças ocasionadas nas duas vilas a partir das batalhas contra os Mocambos dos Palmares. Mesmo que "mentalmente" e que a ideia de "progresso" de um futuro "maior e melhor" não existisse (e Bivar Marquese alerta para as concepções aristotélicas de gerenciamento e administração mais caras ao XVII[585]), não é de se desprezar as vontades da volta a um passado idílico e glorioso dos tempos áureos do açúcar, mais caros ao século XVI e início do XVII, antes mesmo das próprias guerras holandesas e da crise do preço do artigo no mercado mundial. De um jeito ou de outro, a economia guiava parte das ações daqueles homens.

Terem a encargo de manter as fortificações não era necessariamente obedecer cegamente a ordens sem receber nada em troca. Em 1671, o Capitão Pedro Lelou recebeu a ordem pela qual se tornava o responsável pela Fortaleza de Tamandaré, ocupando o cargo Ignácio Ferreira de Leam[586], que estava lá desde 1670[587]. No ano seguinte, ajudou a "reedificar a Fortaleza de Tamandaré, onde fez dispêndio de sua fazenda, dando também formatura a outras da mesma capitania com grande perfeição", como assinalou no documento de 1690, quando tentou o cargo de Capitão da Capitania do Ceará. A indicação da ligação entre Tamandaré e Palmares também pode ser vista na continuação de sua vida: em 1673

[585] MARQUESE. Op. Cit., 1999, pp. 19-23, em especial 25-26.
[586] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 298v.
[587] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 284.

partiu para combater os negros rebeldes[588]. No mesmo ano, em abril se encontrava na "Fortaleza de Tamandaré" "com sua carne", esperando um Barco para poder leva-lo provavelmente até a Vila de Olinda[589]. Sua vida em "Tamandaré" pode ter ajudado a compor a estratégia de voltar para as vilas de Porto Calvo e Alagoas nas guerras contra os negros palmarinos, visto o conhecimento recebido em torno da produção local de carne, açúcar e aguardentes, somando ainda a oportunidade de recebimento de terras em Palmares. Mas, ao que tudo indica, a longevidade da guerra o fez partir ao Ceará, onde levou a experiência de vida acerca do avanço socioeconômico que as vilas do Sul de Pernambuco tomavam no terceiro e quarto quartel do século XVII. Quando chegou em seu novo destino, Pedro Lelou se meteu em entreveros com o Bispo de Pernambuco em 1693[590] e escreveu em 1696 sobre a falta de investimentos "públicos", informando sobre o aumento de moradores, necessidade de ministros, oficiais, igreja, capelão e vigário para administrar as justiças e a fé católica, imprescindíveis para composição luso-brasileira de um espaço[591]. Essa atitude evidencia uma situação que fora vivida em Porto Calvo e – quem sabe – deveria ser posta em prática no Ceará[592]. Não é a toa que a primeira vila da Capitania se erigiu em 1700[593].

A ideia de destruição e reconstrução parciais vai perdurar na história de Tamandaré (bem como dos fortes da América). Se em 1672 o Capitão Pedro Lelou ajudava a reconstruir o Forte, não foi sozinho, pois a Câmara da Vila de Serinhaém e seus moradores eram também responsáveis por tais atividades[594]. No primeiro parágrafo desse tópico viu-se que em 1682 a administração dos fortes da Capitania de Pernambuco estava sendo mais ou menos negligenciado. A situação mudou um pouco no ano seguinte, quando o Provedor da Fazenda pagou 03 mil cruzados ao Mestre Empreiteiro Francisco Pinheiro (02 mil em açúcar e mil em dinheiro) para que ele fosse trabalhar no Forte de Tamandaré[595]. Em dezembro de 1684 a quantia paga foi de 300$000 réis para os empreiteiros Antonio Frz de Mattoz, Francisco Pinheiro e João Ferreira, que tinham a responsabilidade de por em ordem o Forte de Tamandaré[596]. O aumento foi significativo, tanto de dinheiro como de pessoas competentes. O

---

[588] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 317.
[589] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 325.
[590] "Ajudas-de-custo aos paulistas". In: **República**, pp. 184-186.
[591] STUDART, Barão de. "Datas e Factos para a História do Ceará. Século XVII". **Revista da Academia Cearense.** Dir. de Thomaz Pompeu, Barão de Stuardt e Pedro de Queiroz. Tomo XV. – Ceará, Fortaleza: Typ. Minerva, 1910, pp. 159. Disponível http://www.academiacearensedeletras.org.br/publicacoes.php Acesso em 26/10/2016.
[592] GOUVÊA. Op. Cit., 2010.
[593] ABREU. Op. Cit., 1963, p. 357.
[594] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 266v.
[595] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 388.
[596] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 394.

que se pode hipotetizar é que Francisco Pinheiro, provavelmente inexperiente, chegou a Tamandaré sem muito conhecimento da situação do Forte. A conjuntura poderia não ser das melhores e a população local, nesse caso, não foi de grande ajuda para ampara-lo. Isso poderia justificar tanta renda dada pelo Almoxarife de Pernambuco; sendo importante salientar que as obras continuaram até 1693, quando o Capitão Antonio Frz de Mattoz, Manoel João e Jerônimo Francisco, "empreyteyros da Fortaleza de S. Cruz, e S. Ignácio de Tamandaré", receberam em açúcares e dinheiro o pagamento para manter os ajudantes e as obras locais[597]. Naqueles anos os trabalhos no Forte foram feitos por milicianos, como em 1687, quando o Coronel Lopo de Albuquerque mandou ordem aos Capitães da Vila de Serinhaem a irem com suas companhias ao "Trabalho do Forte de Tamandaré", junto com o Sargento Mor Manoel Lopes e mais 15 homens, para poder terraplanar os baluartes[598].

Em julho de 1689 o Governador ordenava aos oficiais da Câmara da Vila de Serinhaém que mantivesse o trabalho de terminar o baluarte para a "Barra do Porto della [da Fortaleza de Tamandaré]"[599], sem contar que a "casa de morada dos Cappitaez" estava arruinada desde janeiro daquele mesmo ano[600]. Como se verá adiante, provavelmente a falta de empenho ou de pessoas para aquele trabalho em Tamandaré fez com que a Vila de Porto Calvo se sentisse mais próxima naquela ocasião, traçando planos e ações em comum que culminará na segunda vila também arrogando para si a importância da Barra de Tamandaré nas suas vivências e evoluções. Ao observar o que acontecia em Serinhaém, e a partir das trocas de informações advindas de várias maneiras (comércio, famílias, conversas informais do dia-a-dia, reuniões entre membros da administração e militares), Porto Calvo se aproximava de novo do Forte-Barra.

As aproximações, e as vontades de manter de pé o Forte-Barra, mesmo com seus custos e gastos, só poderia se sustentar se houvessem vários corpos sociais que contribuíssem na dinâmica da Fortaleza, escancarando para fora de seus muros sua importância não apenas no sentido bélico, mas, sobretudo econômico e social. Assim como Bartolomeu Simões, também lutou em Palmares junto com o Sargento-mor Cristovão de Mendonça, pondo, em 1693, "toda a fábrica de seus escravos para ajudarem ao entulho de Tamandaré". Isso pode ter sido resultado da ação em que conduziu criminosos "poderosos e ricos" que prendeu na Vila das Alagoas, remetendo-os até a "cadeia de Holanda [sic] [Holinda]"[601]. A reedificação, bem

[597] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 569.
[598] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 441v.
[599] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 499v.
[600] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 476v.
[601] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 391. Intervenções minhas.

como trabalhos com entulhos, pode ter vários significados dependendo da visão que o leitor dá ao acontecimento. Uns diriam que a falta de planejamento, a corrupção e os desvios de verba fariam as instituições e prédios de várias naturezas estarem sempre aos escombros, necessitando de eternas reformas e caindo aos pedaços. Outros alegariam falta de apoio do Estado e constante clima de guerra e batalhas, trazendo os negros palmarinos e ameríndios hostis até os limites do Forte.

Parte-se da proposição de uma proposta onde os habitantes, sofrendo de faltas de fazendas e da distância de administrações maiores para resolver esses casos, custeavam de seus próprios bolsos as reformas, dando, àquela maneira, a importância ao Forte e Porto como instituições que não poderiam cair em desuso. Seguindo essa linha de raciocínio, convém sempre mencionar que além do cabedal, os escravos e servos, além dos grupos subalternizados (mesmo sendo livres) eram os responsáveis pelas construções e obras. Sem esses últimos, os trabalhadores, a vida material na América não teria ido tão adiante em muitos momentos.

Outra perspectiva a ser considerada diz respeito aos milicianos que foram "trabalhar" em Tamandaré e a possibilidade de terem se identificado como o espaço, olhando-o como um ponto de fixação que representaria uma melhoria de carreira e de vida. Esse pode ter sido o caso do filho de João Batista Acioly, João Batista Acioly de Vasconcelos. O pai, em 1672, como "Sargento mor da Comarca" (a patente de 1668 é a de Sargento Mor das Ordenanças de Pernambuco[602]), foi encarregado de ir para "essas Vilas, e Freguesias passar mostra as ordenanças para tomar por lista a gente dellaz". Como o assunto da carta tocará nas ruínas do Forte de Tamandaré, subtende-se que as Vilas eram as de Serinhaém e Porto Calvo e suas respectivas freguesias. A vivência local pode ter sido passada de João pai para João filho a partir das experiências do primeiro, que via na vila de Porto Calvo um local mais propício para aceitação de pessoas do centro de Pernambuco, visto que o patriarca, em 1672, tinha como tarefa garantir a segurança e "não empidir a moenda doz Engenhoz"[603]. A absorção da estrutura local e da sociedade deve ter agradado a João Batista de Acioly Vasconcelos, que em 1684 seguiu os passos de seu progenitor e se tornou Capitão de Cavalos da Vila de Porto Calvo[604].

O Forte de Tamandaré visto na perspectiva militar teria em uma de suas funções resguardar presos e servir de cadeia, daí a necessidade de reformas e de ter milicianos lá

[602] ANTT. **Chancelaria Régia.** Afonso VI. Ofícios e Mercês. Livro 45, fl. 2.
[603] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 320-320v.
[604] ANTT. **Chancelaria Régia.** Afonso VI. Ofícios e Mercês. Livro 51, fl. 234-234v.

exercendo ofício. Isso pode ser mais bem apurado quando se vê as atitudes de Manoel da Rocha Lima, que após lutar em Palmares desde 1679 e indo até o Ceará em 1683, desceu para Sirinhaém em 1686 junto com o Sargento-mor Jorge Lopes Alonso, para arrefecer os ânimos dos moradores por conta de desobediências que tinham acontecido às ordens do Governador João da Cunha Sotto Maior. Naquele momento "se prenderam os principais cabeças, que foram remetidos a força de Tamandaré"[605]. O forte figurava como espaço miliciano, servindo aos interesses de Sirinhaém e Porto Calvo, tanto para defesa contra inimigos externos como para manutenção da ordem da sociedade luso-brasileira. Em 1695, depois de ter participado da expedição que matou Zumbi, o miliciano Plácido de Azevedo foi para Fortaleza de Tamandaré passar dois anos de sua vida, em que trouxe...

> soldados bem disciplinados, governando a dita fortaleza na ausência do dito capitão com honrado procedimento e da mesma maneira a companhia que vagou por falecimento do capitão Manoel da Costa, havendo tão bem prezo a muitos criminosos, sendo em tudo muito obediente a seus oficiais maiores[606].

Dois anos são muito tempo e o que foi dito ficou apenas no campo dos discursos milicianos para conseguir a mercê da vaga da Companhia de Infantaria do terço do mestre de campo Jorge Lopez Alonso. Mas as pistas são interessantes, principalmente quando se tem casos de existência de uma quantidade considerável de soldados que ficavam no Forte, resguardando e fazendo serviços militares. Da mesma feita, as prisões de pessoas que iam de encontro com as leis e ordens sociais de Antigo Regime é outro indicativo da importância de Tamandaré nas dinâmicas locais de Porto Calvo e Sirinhaém. Prisões essas que adivinha desde antes de 1686 que, por sinal, Plácido também participou naquele momento de controle das "alterações" dos moradores que aconteciam na Vila de Sirinhaém.

4. 6 Palmares e Tamandaré em sua formação socioeconômica

Tudo isso – e mais um pouco, como se verá em outros capítulos – acabou desembocando na representação dos habitantes de Porto Calvo e Sirinhaém em 1696, levadas adiante pelo Governador de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro, em 15 de maio de 1697. Melo e Castro enviou uma Carta ao Rei D. Pedro II, informando-lhe das vantagens do Porto de Tamandaré ser aprimorado (ou pelo menos promovido) para receber mais

[605] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 426.
[606] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 459-460.

embarcações. Valeu-se de depoimentos e aglutinou com outras vistorias. Deu um parecer que o Porto era capacitado a abrigar um grande número de navios, elogiando primeiramente a topografia da região, como "bem funda", mesmo que na entrada tivesse alguns recifes, que eram facilmente contornáveis por conta da dilatada barra e seus canais que tinham "fundo" para os navios. Esses, inclusive, poderiam ser os da Frota, que lá fossem estacionar, tanto para o comércio como por questões logísticas, visto que em alguns momentos haveria desvantagem na navegação por conta de "ventos e águas que se navegam para o sul" (o que causava transtorno na comunicação intracapitanias desde 1576[607]). Junto a eles, os comboios estariam igualmente habilitados para se juntar e incorporar a frota no sentido da defesa[608]. A complicação dos ventos, águas e recifes pode ter sido comum no século XVII, quando Pernambuco era vista por alguns olhares como um pouco insegura, "devido à corrente das águas, não podendo igualmente estar com a amarra por haver muitos ratos e recifes"[609].

Um salto qualitativo em termos de opinião. No período batavo teve-se duas opiniões em relação ao Porto de Tamandaré. A primeira de que era inviável geograficamente, fraco em termos de defesa, complicado para entrada de navios e não indicado por conta do escoamento de produtos partirem das vilas mais ao sul de Olinda. A segunda pode ser traduzida na importância apenas logística para guerra: era menos guarnecida pelos holandeses e poderia receber navios com suprimentos. Todavia, a situação continuava a mesma: não necessitava de fortificação e não representava retorno socioeconômico caso fosse dada atenção a ela.

Situação que pode ser esticada até 18 de fevereiro de 1693, em que uma Nau, chamada Nossa Senhora da Glória, que saia da Bahia (leia-se, Salvador) até Pernambuco (logo, Recife), reclamava das peripécias de viagem e das complicações que eram dadas no percurso e no porto pernambucano. Tamandaré, ao que tudo indica, era um espaço não muito confiável. Apesar de a geografia fluvial ser benéfica por causa dos fundos, a eólica não era bem elogiada. Por ser bem "ventosa" e ter "falta de vento terral", existiam riscos das naus ao saírem da barra[610]. O Conselho Ultramarino enviou resposta em 07 de abril daquele mesmo ano, ordenando que a Nossa Senhora da Glória não deveria entrar em Tamandaré, devendo seguir com o comboio da Frota do Brasil até a "altura de balrravento do cabo de Santo Agostinho". A problemática de Tamandaré residia na falta de suporte que o porto oferecia, pois qualquer complicação na viagem não poderia ser remediada na barra. A lista de complicações foi bem catastrófica: "se dê crena, ou faltar-lhe mastro, ou qualquer conurio

[607] **Tratado da terra**, 1995 [1576] pp. 17-18.
[608] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1724, fl. 1.
[609] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. 1. 1956, p. 433, doc. 431.
[610] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1727, fl. 6.

(...), e que a piparia se perderá em terra porque lhe dará o cupim"[611]. Mandar a nau seguir viagem da Bahia até Pernambuco é um indicativo de que Tamandaré poderia até ser uma barra interessante (pelo elogio dos responsáveis pela nau), para os pequenos navios ou comércio de pouca distância ou dos moradores locais, mas quando a situação alargava em termos políticos e materiais (a Frota do Brasil e a magnitude de uma nau dela), o porto não era recomendável. Meses depois o Rei, tomando conhecimento de problemas no Porto do Recife, começava, em 10 de abril de 1693, a repensar a posição de Tamandaré: "procurou-se então estudar e aproveitar o porto de Tamandaré para nele se recolherem os navios das frotas reais e dos comboios de comércio". A estratégia não surtiu efeito, pois do Governador Caetano de Melo de Castro continuava com a posição de que o porto conservava muitos "inconvenientes", como "pouco saudável o sítio e muito distante do Recife", apesar de "ter aquele porto capacidade bastante"[612]. Esse jogo de elogios e críticas só reforçava o estudo e a necessidade de atuação sobre Tamandaré e sua posição na formação histórica local, fosse econômica, ou social. Pois cabe lembrar que o Porto do Recife não era infalível, tendo problemas para receber navios da Frota, sem contar os ataques de piratas que esporadicamente visitavam as costas pernambucanas, como o que aconteceu em 1661[613].

Para se entender a reviravolta de pensamento em relação a Tamandaré, a análise deve fincar nessa dupla jogada: era um porto estratégico entre Bahia e Pernambuco, mas mal conservado para receber os navios mais importantes. A resposta, portanto, não é geográfica e nem partiria dos homens sediados em Lisboa, Recife ou Bahia, ou dos responsáveis pelas embarcações que comerciavam. O salto qualitativo está justamente na ação social dos habitantes locais de Porto Calvo e do Capitão Mor de Sirinhaém. Não é forçoso lembrar que a administração central da Capitania de Pernambuco também se envolveu no Forte-Porto a partir dessa relação dialética entre administração local-governo da Capitania. O Governador Antonio Félix Machado da Silva, por exemplo, após tomar posse do Governo de Pernambuco em 1690, tratou de mandar "construir a Fortaleza de Tamandaré"[614]. A escrita pode ser exagerada, mas visto a falta de patrocínios de antigos administradores da Capitania, e tendo recaído nos ombros dos habitantes e dos milicianos locais a responsabilidade de manter ativa a dinâmica do Forte-Porto, a força do termo "construir" lembra a necessidade de fazerem reformas estruturais de suma importância. A soma da vontade e auxílio do Governador ajudou para dar um reforço nas atividades dos habitantes locais.

---

[611] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1727, fl. 8.
[612] **Anais Pernambucanos**, vol. 4. 1983, p. 384.
[613] "A língua falada em Palmares". In: **República**, 2004, p. 72.
[614] **Anais Pernambucanos**, vol. 4. 1983, p. 357.

Esses, representados nas figuras de sua Câmara Municipal, foram quem enviaram petição para fortificação e melhor aproveitamento do Porto de Tamandaré anos depois[615]. E é nessa pista que o exame deve-se penetrar: atuação local dos próprios moradores. Não era uma atitude de independência, tão cara aos românticos do século XIX, mas uma ação autônoma, típica de sociedade de Antigo Regime, em que a dinamização de uma Vila era dada quase que exclusivamente pela expansão de sua população e "evolução" de sua vida social. Apesar de o Governador ter sido o aglutinador dos discursos, a motivação partiu de baixo pra cima.

A Consulta do Conselho Ultramarino, em 23 de agosto de 1697, invoca essa importância populacional das Vilas responsáveis pelo porto. Convém lembrar que Tamandaré não ficava exatamente em Porto Calvo e muito menos em Sirinhaém, mas entre esses dois espaços. Nesse ponto, os homens não poderiam fazer nada contra as forças da natureza, sendo necessária sua submissão e estratégias de acordo com o que era possível extrair daquela conquista que mal conheciam e que a todo o momento sofria novas descobertas. O monarca, em conjunção de seus conselheiros, confiava aos moradores da localidade que, no decorrer da vida e das dinâmicas do renovado porto e possível Forte, seria provável vivenciar ali a composição de uma "populosa povoação, porque o sítio era admirável, e muito benévolo os ares com muitos mantimentos, e lenhas, e muito férteis as terras em que se podiam fabricar muitos engenhos"[616].

Não é possível dizer que Tamandaré se tornou um ponto muito bem habitável, como foi idealizado em 1697; mas tinha seu peso no xadrez político, pois dois anos depois, em 27 de janeiro de 1698, uma Carta Régia foi escrita; nela, encontra-se a relação Porto Calvo-Serinhaém com o espaço de Tamandaré:

> Sobre a reprezentaçam que me haviam feito oz Officiaes da Camera da Villa do Porto Calvo, e Cappitam de Serinhaem aserca da Capacidade que achavam por a Barra em Tamandaré pera entrarem naquelle Porto az Embarcarçoinz de mayor lote, e poderem nelle Estar emparadas da Fortaleza que nelle Mandey fazer, e ancoradas junctas a Terra para Receberem a mais Carga e Sahirem em todo o tempo, Sem Esperar [por] agoas, nem mare nem terem o perigo que continuamente aqueles Povos continentes para a Saca doz Seus Asucares, E mais generos que se lavram naquelles destrictos por ser com menos Trabalho, e mais breve a condução fazendosse hum Fortim sobre a Barra[617].

[615] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1724, fl. 4 (extremamente danificado).
[616] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1727, fl. 1v.
[617] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 206v-207.

O plano pode ter em parte dado certo, apesar de que os floreios de Rocha Pita não devem ser levados ao pé da letra: "A fortaleza (...) é um quadrado regular com quatro baluartes: defende o seu porto (que é capacíssimo de muitas naus) e a narra; tem peças de artilheria de bronze e uma companhia de guarnição"[618]. O Rei dava atenção àquela localidade. Apesar das posições – pode-se dizer – militar e mercantilista, é latente que o Monarca traçava estratégias exatamente por conta da vivência social dos habitantes, de seus níveis de interesses confluentes (riqueza material, defesa da costa brasileira e bem comum) e da possibilidade de um futuro promissor (na medida do possível).

Em 1704, ao escrever o regimento dos cabos da Fortaleza de Tamandaré, o Governador de Pernambuco deixava claro a importância do local para as populações próximas, dando ordens para os soldados, sentinelas, cuidados com a parte de terra e as barras, para evitar ataques de inimigos. Sobre o que importa no momento (relação Forte-porto e vilas próximas), um ponto no regimento é importante: o de dar licenças aos soldados que devessem se ausentar da Fortaleza para "buscar de comer", tendo o miliciano a companhia de 05 a 06 soldados pelo tempo que durar[619]. Essa posição é importante para três colocações: a primeira de que os mantimentos estocados na Fortaleza eram dados pelo Governo de Pernambuco; a segunda de que as terras circunvizinhas poderiam ser usadas para plantios de gêneros e abastecimento local (não devendo esquecer que Capitães e soldados usavam seus escravos nos trabalhos do Forte); a terceira era de que quando faltavam mantimentos, as vilas e povoações próximas (de Serinhaém até Porto Calvo, possivelmente Alagoas pela via marítima) eram pontos de mercado de gêneros para suprir as necessidades dos milicianos estacionados na Fortaleza.

A ligação com o centro da Capitania pode ser encontrada em um exemplo caro, como a "<<Capitulação que fizerão os levantados; e offerecerão ao Bispo para haver de entrar a governar Pernambuco; e com que persuadirão aos particulares; e povo>>"; logo, na conjuntura de expulsão do Governador de Pernambuco Sebastião de Castro e Caldas. Em uma lista de 19 tópicos escritos pelos Senhores de Olinda, mais apegados ao Açúcar e às instituições coloniais, um é de importante atenção: "16º – que se mandassem dois navios ao porto de Tamandaré para receberem o açúcar das freguesias mais vizinhas, por distarem muito do Recife"[620]. "Reivindicação que datava da guerra holandesa; e a liberdade para os comerciantes fixarem o preço das suas mercadorias e para os senhores de engenho e lavradores de cana, o do açúcar". Sua participação em exclusivo é assaz elucidativa: vários

[618] **História da América portuguesa**, 1730 [2011], p. 92.
[619] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fls. 26-26v.
[620] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. II, 1958, p. 352-353, doc. 446. As citações entre <<>> são do documento original, as que se encontram em aspas são os resumos feitos por Rau e Silva.

moradores de Porto Calvo tomaram parte dos mazombos olindenses, contra os chamados mascates recifenses. Apesar de a atuação local, autônoma e discreta, ser importante para alavancar a importância e a dinâmica do Porto-Forte de Tamandaré, em determinados períodos históricos era necessário que o poder estatal fosse acionado para garantir sustento e, até mesmo, ordenar algumas atitudes, forçando a vivência naquele espaço. É importante chamar atenção que naquele momento Tamandaré, além de ser estratégia econômica, também era política, pois parece que desde 1694 que os mascates recifenses não estavam nem um pouco interessados em diminuir o poder do Porto do Recife ao fazer Tamandaré ter mais força. A referência ao Açúcar é também saliente, pois era o gênero que mais garantia riqueza, e, como será escrito em capítulo próximo, Porto Calvo tinha uma cultura açucareira muito mais acentuada (apesar de ter menos Engenhos) do que Alagoas e Penedo (que se mostraram neutros na guerra)[621]. Utilizando uma expressão de Luiz Felipe de Alencastro, estava ocorrendo ali um "conflito clássico na geografia econômica", em que "a abertura de um novo porto de trato drena circuitos de troca interioranos e desloca as carreiras marítimas, em detrimento dos mercadores dos portos mais distantes, mais antigos"[622]. As devidas proporções devem ser salientadas (Alencastro está falando da África), afinal, Recife ainda era o porto principal e era local aonde chegavam os escravos e principais produtos da Europa e África. A estratégia dos "recifenses" e dos "porto calvenses" (os primeiro em impedir Tamandaré e os segundos em fortalecer) pode ser encarada pelo aumento do preço do açúcar no mercado mundial a partir da década final do século XVII[623]. Portanto, praticamente pouco mais de uma década daquelas cartas de 1697-1698, as populações adjacentes, em confluência com os olindenses, viam em Tamandaré local estratégico e contribuinte socioeconômico essencial da formação daquelas sociedades, devendo ser resguardada e administrada com mais afinco.

Mas não só isso. No início desse capítulo viu-se que o Porto de Tamandaré recebia gêneros das "Capitanias do Rio de São Francisco, Alagoas e Porto Calvo"[624]. Ou seja, explorando dialeticamente a relação mercado local ↔ experiências sociais ↔ mercado mundial ↔ políticas de estado, as três vilas se faziam com o reerguimento de Engenhos de Açúcar, lavouras de tabaco, e também gêneros alimentícios como carne, feijão, milho, farinha e peixes. No que concernia a relação das Vilas com seus litorais (convém sempre lembrar que Porto Calvo, Alagoas e Penedo não são "litorais" propriamente dito, e sim vilas que tem nos

[621] MELLO. Op. Cit., 2012, pp. 167 (sobre os mascates botarem empecilhos para o projeto de Tamandaré), 312 (citação em relação ao 16º ponto dos dois navios que iriam para Tamandaré), 313, 337 e 359 (Sobre as participações de Alagoas, Penedo e Porto Calvo na guerra).
[622] ALENCASTRO. Op. Cit., 2000, p. 90.
[623] BOXER. Op. Cit., 2002, pp. 167-168.
[624] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1724, fls. 1, 4.

rios e nas lagoas o acesso ao litoral – ao contrário do Recife e Olinda), o Governo de Pernambuco e Coroa portuguesa em 1709 começaram a dar atenção aos fortins que ficavam "desde a Barra Grande do Porto Calvo athé o porto doz Francezes". Somente aqueles que estivessem "mais chegados aos portos principaes dessa Cappitania e que podem ser mais adequadas a defença della oz conserveis", deixando os outros "que estiverem em mayor distancia [dos portos]" sem os cuidados[625].

Uma Economia dinâmica foi o que prevaleceu nos finais do XVII, pois existiam os arraiais, aldeias ameríndias e novas sesmarias tinham sido dadas e/ou aumentadas nos sertões recém-conquistados. Apesar de tratar sobre o assunto em capítulos próximos, é impossível dissociar ocupação territorial de mercado de gêneros. Os estabelecimentos de cordas ou bolsas populacionais que aproximassem as vilas de Una, Serinhaém e Porto Calvo pode ter sido um movimento favorecido pelas oportunidades criadas a partir dos Arraiais e Aldeias nos sertões e o Forte-Porto de Tamandaré no litoral. Nos finais do XVII, áreas que antes eram relativamente despovoadas, começavam a tomar corpo e vida, em um processo que, em médio prazo, vai chamar a atenção para um gerenciamento mais focado naquelas Vilas que começavam a extrapolar seus limites iniciais e representavam novas oportunidades tanto para os locais como para a administração central.

Essa dinâmica ajuda a explicar em parte Porto Calvo ter essa predileção pelo norte da Capitania. A própria conquista dos sertões de Palmares era como uma diagonal "subindo", até chegar a áreas de Serinhaém e Una. Da mesma feita, Tamandaré era barra mais ao norte, e não na mesma linha horizontal de Porto Calvo. Nos dois espaços, os gêneros de subsistência e roças de mantimentos ganharam força tanto para sustentar o açúcar como para prover a estruturação socioeconômica do restante da população. Se não tivesse havido essa – pode-se dizer – expansão, possivelmente nem Tamandaré teria sido usada para escoar gêneros para o mercado, e nem a Vila de Porto Calvo teria se reunido por meio de sua Câmara para pedir uma melhor reestruturação da barra e do Forte, deixando a tarefa para os outros interessados como Serinhaém.

Abstraindo os sentidos revolucionários e deterministas da frase de Caio Prado Jr., ela cabe como uma luva para terminar esse capítulo e fechar a primeira parte da presente tese: "temida independência econômica (...), prelúdio da [independência] política"[626]. Em suma: não era independência de "Alagoas" ou de "Olinda", mas deve ser lida no sentido de que já

[625] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 391-391v.
[626] PRADO Jr.. Op. Cit., 2011, p. 238.

tomavam consciência de seus poderes e queriam fazer valer suas posições no mercado político e econômico da Capitania de Pernambuco.

5 NATUREZA E ECONOMIA MATERIAL

A localidade e o bom posicionamento de um "sítio" – no dizer português – eram de suma importância tanto para a questão da administração e do estabelecimento social, como para a economia e produção material. Escolher um ponto para construir um arraial, uma missão, uma aldeia ameríndia, uma casa forte, um armazém de farinha, uma olaria, um engenho de açúcar, um curral de gado, uma plantação de tabaco, uma lavoura de mandioca, uma roça de legumes, um canavial, um cercado de pesca e um mocambo, deveria obedecer a alguns fatores que iam da sobrevivência biológica do indivíduo até passando pelas suas motivações socioeconômicas e, no limite, com uma política de Estado no âmbito da conquista da América. Se muitas vezes estabeleceu-se a geografia e a natureza "brasileira" como propícia para o cultivo da cana de açúcar[627], agora se é, mais do que necessário, orientar a visão para a agricultura e pecuária em seu sentido mais abrangente.

Durante a restauração pernambucana já se tinham relatórios de que a guerra fazia aparecer as potencialidades da Capitania e a necessidade de reconquistá-la. Manuel Fernandes Cruz, antigo morador de Pernambuco, escrevendo para o Rei em 1650, dava seu depoimento sobre as boas águas, o clima ameno, os pastos para a criação de gado, as matas densas e de madeiras para construções de naus e exploração do Pau-brasil, sem contar as áreas cultiváveis para o açúcar, gengibre, tabaco e outras drogas; A costa, com "muitos portos e enseadas" era quase perfeita para a comunicação social-política-econômica entre as "12 capitanias[628]", que eram resguardadas pelos "diversos climas, todos muito temperados". Os sertões, mesmo desabitados, estavam localizados em espaços com terras férteis, "onde se podiam fundar vilas e cidades, fazer sementeiras e criar gados"; isso sem contar as minas: "metais, salitre e pedras preciosas, como já se tinham descoberto de ouro em S. Paulo" e de "esmeraldas na do Espírito Santo"[629]. Um verdadeiro depoimento grandiloquente para o Monarca, que pretendia atiçar nos homens de Estado a reconquista de Pernambuco. Esse tipo de atitude perdurava desde 1576, quando Gândavo fazia o mesmo tipo de propaganda para que os pobres de Portugal tentassem uma nova vida na conquista de Santa Cruz[630]; que foi se estabelecendo em

[627] MARQUESE. Op. Cit., 1999, p. 35. Leia-se, a "nordestina". João Fragoso para o Rio de Janeiro faz seu contraponto, cf. FRAGOSO. Op. Cit., 2010.
[628] Aqui, o termo "capitania" é lido como "vila". Ou seja, Alagoas, Porto Calvo e Penedo são consideradas como "Capitanias" em vários conjuntos documentais.
[629] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, pp. 90-91 doc. 149.
[630] **Tratado da terra**, 1995a [1576], p. 3

Pernambuco, a partir da conversa fictícia entre Brandônio e Alviano, escrita por Brandão em 1618:

> Já me há de ser forçado fazer-vos retratar dessa erronia em que estais [Brandônio está corrigindo Alviano]. Não vedes vós que o Brasil produz tanta quantidade de carnes domésticas e selváticas, de que abunda; tantas aves mansas, que se criam em casa, de toda a sorte, e outras infinitas que se acham pelos campo; tão grande abundância de pescado excelentíssimo e de diferentes castas e nomes; tantos mariscos e cangrejos[sic] que se colhem e tomam à custa de pouco trabalho; tanto leite que se tira dos gados; tanto mel que se acha nas árvores agrestes; ovos sem conto; frutas maravilhosas, cultivadas com pouco trabalho e outras sem nenhum, que os campos e matos dão deliberadamente; tanto legume de diversas castas; tanto mantimento de mandioca e arroz, com outras infinidades de cousas salutíferas e de muito nutrimento para a natureza humana, que ainda espero de vo-las relatar mais em particular. Pois a terra que abunda de todas estas cousas, como se lhe pode atribuir falta delas? Porque certamente que não vejo eu nenhuma província ou reino dos que há na Europa, Ásia ou África, que seja tão abundante de todas elas, pois sabemos bem que se têm umas, lhes faltam outras. E assim errais sumamente na opinião que tendes[631].

Na mesma época, o cronista de D. João III encarava o Brasil como terra "bárbara, inconstante e pobre"[632]. Apesar de terem existido diversos comentários coevos que corroborassem essa tese[633], ver-se-á nesse capítulo que os de tipo propagandístico foram comuns desde a chegada de Cabral com a carta de Pero Vaz de Caminha[634]; que não pode ser encarada como de todo uma "mentira" (ou um grande exagero), mas obedecia à diversos fatores, entre eles o humano (o mais importante). Pintar a América como um paraíso não era garantia de que aqui tudo pareceria um éden na Terra. Igualmente, em termos econômicos, as relações pejorativas mudavam nos momentos em que as experiências de conquistas transformavam a terra de pobre para rica (muitas vezes sem nem ter fincado uma enxada na terra, apenas por meios "imaginários" de promoção política ou roubada daqueles que antes estavam lá – ameríndios e palmarinos). O Comércio lusitano não pensava em "arte":

> Precisamente por isso, tais descrições são feitas sobretudo do ponto de vista comercial: formas e côres não importam por si próprias (como devem importar na literatura de ficção) mas apenas na medida que servem para caracterizar mercadorias, indicar regiões que vale a pena explorar economicamente. Os Portugueses raro transcenderam da visão do mercador

---

631 **Diálogos**, 1997 [1618], p. 12.
632 CANABRAVA. Op. Cit., 2005, p. 41.
633 MELLO E SOUZA, Laura de. **O diabo e a terra de Santa Cruz:** feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 33-117.
634 HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso:** os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil – São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Lida por Mello e Souza para fazer seu contraponto dialético.

> ou do navegador para a do artista ou para a do cientista que exprimem, tanto um como outro, uma função completa do real[635].

De Palmares, passando pelo Salitre e o Porto de Tamandaré, o que se vê são relatos de elogios ao terreno e ao clima, ao mesmo tempo em que outros depreciam os espaços como não muito úteis para se estabelecerem, visto as limitações que poderia haver na expansão luso-brasileira. A dominação da geografia e da natureza da conquista só se tornou possível a partir do empreendimento de entradas e ocupações em locais cada vez mais afastados das vilas e povoações mais litorâneas. As "entradas" eram um costume antigo, utilizado em demasia na Espanha dos Reis Católicos: "Como na Antigüidade, essas incursões tinham por objetivo a destruição das fortificações inimigas, a pilhagem, a aquisição de cativos e de reféns, e a velha tática da 'terra queimada' (*tala*) para esfomear o adversário"[636].

Na América portuguesa, o mesmo aconteceu. No entanto, as "entradas" acabaram mudando de características e tornando-se ações muito mais de colonizações do que de "destruição" e "pilhagem". Atentar para essa metamorfose ajudará a compreender as diferentes faces que a natureza tinha frente à conquista.

Que, no caso de Alagoas, estavam tentando fazer girar em torno da dinâmica do açúcar. Enquanto essa última necessitava de muito empenho para se manter em pé, os gêneros produzidos e procurados nos sertões eram mais fáceis de se empreender por conta do pouco cabedal que era necessário para viabilizar o negócio. Grande parte do problema girava em torno da capacidade social de se manter vivo e nas articulações políticas entre si e com a vila mais próxima (que às vezes nem era tão perto).

5. 1 Das confusões de ramos que impedem a luz do sol às várzeas fertilíssimas

Para seguir o ritmo de leitura já acostumada nesse trabalho, partir-se-á de Palmares e da Vila das Alagoas como primeira linha de análise. Não se invoca nenhuma base primordial de ocupação, como uma origem ou gênese da "sociedade alagoana", mas toma-se as batalhas e a conquista dos mocambos como acontecimentos que respaldaram nas outras duas vilas e que serviu para conhecer, de maneira mais aprofundada, as condições do interior da Capitania de Pernambuco.

---

[635] GODINHO, Vitorino Magalhães. "Inovação e permanências nos séculos XV e XVI – entre mito e utopia". In: GODINHO. Op. Cit., 1990, p. 88.
[636] GRUZISNKI. BERNAND. Op. Cit., 2001, p. 69.

Normalmente, quando os inúmeros combatentes que visavam a destruição de Palmares escreviam acerca das péssimas condições de estradas, ou inexistência delas, colocavam em suas linhas alguns depoimentos da geografia do local, para o bem e para o mal. Elogios para incentivar a conquista e críticas para alertar dos perigos e/ou traçar planos mais bem estruturados nas próximas expedições. O Capitão Batavo, João Blaer, que promoveu uma expedição em 1645, foi um dos que atentavam para os inúmeros acidentes geográficos e mudanças de terreno dos sertões de Palmares. Diferente de muitos que virão após ele (luso-brasileiros), sua preocupação não estava vinculada apenas na categoria binária solo fértil/mato infecundo, mas na descrição da natureza, provavelmente para uso militar e conhecimento espacial da conquista flamenga na América. O sertão de Palmares tinha um conjunto elevado de montes altos e baixos, alguns virando "montanhas", que criavam penhascos – às margens sul do rio São Miguel – que eram evitados pelos conquistadores. Abre-se um pequeno parêntesis para afirmar que o Brasil não é necessariamente um país de altas montanhas, apesar de ser montanhoso e cheio de planaltos, em conjunto com suas planícies[637]; o tom de frustração dos lusitanos com as áreas montanhosas surgirá no decorrer do capítulo quando as mesmas aparecem como espécies de empecilhos às áreas menos elevadas e várzeas férteis (objetivo dos conquistadores); nas áreas do São Francisco, as montanhas receberão outra conotação, por estarem mais ou menos atreladas à ideia de minas (como as de Salitre). Da mesma feita, a existência de rios era bem vista por conta das planícies e da quantidade de peixes que eram pescados pelos ameríndios do Capitão batavo. Havia também áreas de pântanos e alagadiços, onde João Blaer encontrou armadilhas feitas pelos mocambeiros, provavelmente por ser *habitat* natural de animais. Blaer também acabou cavando poços para procurar água para beber quando não estava perto dos rios e mais adentro da mata.

Apesar dessa riqueza proveniente das águas, a reclamação partia em relação a "vegetação tão densa", tratada como "impossível [de] atravess[ar]", pelos conquistadores, mas que não representavam tanto perigo para os mocambeiros que tinham que aprender a viver e a caminhar por ali. Compunha essa vegetação densa, capins altos que se alastravam pelos montes adentravam nos espaços. Se rios e cachoeiras era parte da geografia que contribuía para manutenção da vida e de possíveis plantações de conquistadores, ameríndios e mocambeiros, os rios secos e arenosos também faziam parte das caminhadas, sendo parte do cenário maior dos sertões, que incluíam planícies cobertas por "mato fechado e de tabocas

[637] AB'SABER. Op. Cit., 1960, p. 60.

chamadas Canabrava", mas que não eram (os rios) estéreis ou inúteis, visto que porcos foram encontrados e mortos em suas proximidades pelos ameríndios de João Blaer[638].

Por ser fonte de toda a vida, a água também despertava o medo da morte, como em 1654, quando Francisco Barreto enviou o Capitão Mor de Alagoas, André Gomes, e o Capitão Brás da Rocha, para uma campanha em Palmares para extinção dos negros mocambeiros. Nas suas ordens, uma é de importância vital. Apesar dos milicianos estarem habilitados a usarem das lavouras e plantações dos mocambeiros para se alimentar, deveriam ter cuidado com a água: "quando chegarem aos ditoz Palmares que não consintão Si beba de Agoa das cassimbaz, por que se os negros se puzerão em fogida se pode emferir com muyto fundamento que tenhão lançado nelas veneno". Mas nem por isso precisariam os homens ficar com sede e no sofrimento. Se lá haveria cacimbas, o mais natural era que água houvesse por perto. Só não poderia ser a dos poços dos negros; continua o governador: "e por esta consideração as farão emtupir [as cacimbas], e abrir outraz"[639]. A partir das ações dos palmarinos, absorviam experiência de que os solos não eram tão arenosos como poderia fazer crer os mais pessimistas, e aprendiam da mesma maneira a criarem métodos mais sofisticados de acampamento, não sendo mais tão necessário se sacrificarem para estarem sempre perto de rios, apesar de esses serem de segurança maior do que cavar poços artesianos. Todavia, isso não significaria que toda a área dos sertões fosse fértil e que "tudo que se plantasse, daria", pois muitos milicianos pelejaram para sobreviver não apenas aos negros palmarinos e ameríndios nos sertões, mas à própria geografia e clima local; não somente no início da conquista, mas ainda em 1685, período em que já poderia haver um relativo bom conhecimento dos sertões das vilas mais ao sul de Pernambuco[640].

Confiar cegamente nos discursos produzidos nos documentos – por mais que o assunto de Palmares tenha produzido um manancial de fontes – não é atitude atualmente indicada, mas é importante perceber que as descrições geográficas de João Blaer faziam parte de um mundo de dinâmica mais lenta, que existia antes mesmo dos lusos desembarcarem nas terras americanas[641]. Como se viu em capítulos passados, pessoas foram para Palmares desde o início da colonização, fossem conquistadores ou mocambeiros; e seus relatos certamente percorreram as povoações de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, passando pelos batavos e desembocando nas novas famílias e moradores pós-restauração luso-brasileira. Essas

---

638 "Diário da viagem (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 168-172. Acréscimos meus.
639 AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 16v.
640 "A tática palmarina". In: **República**, 2004, p. 77.
641 LE GOFF, Jacques. "Documento/Monumento". In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** – 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. GINZBURG. Op. Cit., 2002.

primeiras linhas nos leva à afirmação que: o primeiro depoimento em que as terras férteis de Palmares aparecem como algo de bom e necessária para a conquista veio em 1671, pelo Governador de Pernambuco, Fernão de Souza Coutinho. Sua preocupação não estava ainda no discurso do Açúcar, dos Engenhos, das lavouras de tabaco e da criação de gado; mas nos "roubos e assaltos" que faziam os negros rebeldes, além da dificuldade da guerra por conta da falta de estradas para se entrar em Palmares por conta dos caminhos ásperos e da geografia acidentada. Ou seja, era necessário conhecer e dominar a natureza antes de abrir missões de povoamento e tipos de gêneros. Outra colocação pertinente é que as terras férteis dos sertões do rio de São Francisco tinham "metais, e salitre". Portanto, Palmares, de campos dilatados, acidentados, arenosos e alagadiços, se tornou espaço de terras férteis necessárias de conquista e extração de minérios. Todavia, existiam as relações que traziam a visão de infecundidade dos espaços e da necessidade de saber o que deveria ser colonizado e o que não deveria. Nesse ponto, o depoimento dado na "Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida [1675 a 1678]" é exemplar:

> É sítio [de Palmares, um conjunto de mocambos] naturalmente áspero, montanhoso e agreste, semeado de toda variedade de árvores conhecidas e ignotas, com tal espessura e confusão de ramos, que em muitas partes é impenetrável a toda luz; a diversidade de espinhos e árvores rasteiras e nocivas serve de impedir os passos e intrincar os troncos. Entre os montes se espraiam algumas várzeas fertilíssimas para as plantas e, para a parte do oeste do sertão dos palmares, se dilatam campos largamente estendidos, porém infrutíferos e só para pastos acomodados[642].

Em um único parágrafo têm-se as duas visões. A negativa que trata da dificuldade de entrada em Palmares para a guerra, e a positiva colocando como uma espécie de prêmio que, no interior da mata densa, dos montes e dos caminhos ásperos, havia as terras férteis, como um jardim do éden para os luso-brasileiros súditos fieis da Majestade de Portugal. Se formos fazer a leitura a contrapelo, ficaria mais ou menos assim: os negros mocambeiros, e os ameríndios hostis à colonização portuguesa, foram os primeiros a aproveitar as terras férteis, tendo vencido os matos e os caminhos. Retiraram dali os primeiros gêneros que chamavam atenção dos lusos: os relativos as Palmeiras, bem como a pesca, os legumes e o "milho grosso", sem contar as caças que faziam[643]. A conquista de Palmares pelos grupos

[642] "Relação das guerras feitas aos Palmares (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 221.

[643] Essa leitura "a contrapelo" parte das provocações de Walter Benjamin: "Por isso o materialista histórico se afasta quanto pode desse processo de transmissão da tradição, atribuindo-se a missão de escovar a história a contrapelo". BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito da História". In: BENJAMIN, Walter. **O anjo da história.** Organização e tradução João Barrento. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 13.

subalternizados e escravizados abriu vias de ocupação que não girava necessariamente em torno do açúcar. Porém, como o peso do açúcar não era propriamente econômico, mas também social e político, sua propaganda apareceu no final da relação, pois eram – nas palavras do escritor – "aqueles sertões ricos de excelentes madeiras, com várzeas fertilíssimas para engenhos, e pastos estendidos para gados"[644]. Reforçam-se as ambiguidades: Matos densos, mas com boas madeiras; terras infecundas, mas com várzeas para engenhos; montes íngremes, mas com planícies arenosas, com capins altos, para a criação de gado. Essa era a natureza de Palmares, moldada e modificada nos discursos a partir dos interesses dos homens que imaginavam os tipos de trabalhos necessários e artigos que poderiam auferir dali.

Às vezes o termo "infecundo" ou "infértil" era traduzido para algo mais próximo da realidade. Francisco de Brito Freire, parecendo não se tocar de seu próprio *insight*, alertava sobre a fuga de casais negros para "os matos incultos do sertão, aonde vivem em numerosas aldeias, aumentadas de muitas crias e de muitos que se lhes juntam"[645]. Esse termo do Governador é o que pode ser o mais próximo para as interpretações desse capítulo: "matos incultos". O problema dos anti-palmarinos é que não davam atenção em demasia às terras dos sertões, por falta de diversos interesses[646]. Ao mesmo tempo, ser "inculta" não era sinônimo de "infértil", o que faz crer que o Governador já tinha tido sua epifania de reconhecer que as existências de mocambos não se davam exclusivamente pelas fugas, e sim pelas capacidades dos palmarinos de conquistar e fazer valer a agricultura em terras férteis (o próprio governador patrocinava a queima de povoações e lavouras dos negros).

O mesmo pensamento passou pelo historiador Sebastião da Rocha Pita, que, como tantos homens do XVII e XVIII, encarava os sertões de Palmares como "terreno inculto", mas que foram enriquecidos quando os negros começaram a roubar plantas e "sementeiras" dos locais que atacavam, dando "princípio às suas lavouras"[647]. Apesar de não estar explícito na documentação, e quem sabe esse tipo de raciocínio nem fizesse parte da cabeça dos homens do XVII, convém salientar que não foram apenas as relações senhor-escravo que fundamentaram os mocambos, mas igualmente a relação escravistas-geografia. Esse tipo de avaliação não retira o peso empírico da violência entre senhores e escravos, mas serve para levar mais adiante as propostas de ensaios históricos sobre a formação de "Alagoas" e das

[644] "Relação das guerras feitas aos Palmares (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 232.
[645] "A língua falada em Palmares". In: **República**, 2004, p. 71
[646] Ironicamente (ou deliberadamente?), desinteresse esse que chegou até a historiografia do século XIX e XX, que queria ver na geografia do atual estado de Alagoas apenas as áreas que interessassem à cana de açúcar. E, aqui, serve o alerta de Edward Thompson: "Para o observador desprevenido, uma floresta aparece simplesmente como uma área inculta (...). Mas uma floresta tem a sua complexa economia própria", cf. THOMPSON. Op. Cit., 1987, pp. 31-32.
[647] **História da América portuguesa**, 2011 [1730], p. 336

relações entre luso-brasileiros e africanos: primeiro conquistaram territórios da África e provocaram a diáspora para o novo mundo; depois, conquistaram os sertões ao sul de Pernambuco a partir da usurpação – novamente – de terras desenvolvidas por negros e ameríndios.

Quando Antonil escreveu sua *Magnum Opus*, em 1711 (sendo depois destruída), se valeu de vivência pessoal em um grande Engenho de Açúcar e de contatos com várias pessoas do Recôncavo Baiano nos finais do século XVII. Algumas avaliações do Jesuíta ajudam a enriquecer a questão da natureza dos sertões das vilas de Porto Calvo, Alagoas e Rio de São Francisco e a perceber como os conquistadores lusitanos e moradores já "brasileiros", utilizando de seus conhecimentos adquiridos das experiências da Bahia e do centro de Pernambuco (Recife e Olinda), somados com o que absorveram das atividades dos palmarinos, souberam dar importância da necessidade de conquista e ocupação de Palmares para seus variados fins. Utilizando o que foi escrito em parágrafos passados, confrontando com o que redigiu Antonil, temos uma espécie de jogo de "ligue-os-pontos", que ajudará na compreensão das motivações dos luso-brasileiros em relação às terras palmarinas.

A partir das experiências dos litorais e das duas Capitanias supracitadas, tanto os moradores das vilas locais, como os homens de Estado (mais afastados daquele cotidiano) sabiam dos terrenos propícios para a plantação de canas e elevações de Engenhos de Açúcar:

> atente não somente à barateza do preço mas também a todas as conveniências que se hão de buscar para ter fazenda com canaviais, pastos, águas, roças e matos, e em falta destes, comodidade para ter a lenha mais perto que puder ser[648].

A área de Palmares tinham exatamente os dois tipos de terreno bons para o plantio do gênero: as várzeas e os outeiros. Estrategicamente, um complementava o outro, e parecia que as forças divinas tinham feito esse terreno híbrido exatamente visando o engrandecimento dos escravistas:

> Diverso sumo tem a cana das várzeas do que tem a dos outeiros: a das várzeas vem muito aguacenta, e o caldo dela tem muito que purgar nas caldeiras e pede mais decoada; a dos outeiros vem bem açucarada e o seu caldo pede menos tempo e menos decoada para se purificar e clarificar. (...) Os canaviais nos outeiros resistem mais às chuvas quando são demasiadas; porém são os primeiros a queixar-se da seca. Pelo contrário, as várzeas não

[648] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 82.

> sentem tão depressa a força do excessivo calor, mas na abundância das águas choram primeiro suas perdas[649].

As terras arenosas, que podem ser pensadas erroneamente como um pequeno deserto infértil onde nada se produziria, também tinha sua função, mesmo que – na visão dos homens que escreviam sobre Palmares – "atrapalhasse" as férteis terras das canas: "As terras boas ou más são fundamento principal para ter um engenho real bom ou mau rendimento. (...) as areíscas, que são uma mistura de areia e salões, servem para a mandioca e legumes, mas não para canas[650].

Por mais que fossem altas, frondosas, com muitos ramos ou bravias e rasteiras, as madeiras e árvores dos sertões de Palmares não podiam passar despercebidas, seus usos em um Engenho de Açúcar e em habitações eram primordiais, tanto para evitar as importações (e encarecer a elevação de um Engenho) como para auxiliar até mesmo em exportações (aqueles que se aventurassem no negócio):

> [é] necessário dar notícia dos paus e madeiras de que se faz a moenda e todo o mais madeiramento do engenho, que no Brasil se pode fazer com escolha por não haver outra parte do mundo tão rica de paus seletos e fortes, não se admitindo nesta fábrica pau que não seja de lei, porque a experiência tem mostrado ser assim necessário[651].

Se alguns lugares úmidos não fossem ideais para o plantio da cana de açúcar (por falta de estradas, de rios por perto e etc, para seu transporte), o tabaco seria bem aproveitado, por ser produto procurado no mercado e que garantia renda aos homens locais e ao Estado monárquico, podendo ser comercializado tanto na Bahia como em Pernambuco: "Semeia-se esta em canteiros bem estercados ou em queimadas feitas no mato, onde há terra conveniente para isso [úmida, umbrajosa, extensa e muito movediça], e aparelhadas no mesmo ano em que se há de semear"[652].

O esterco, é mais do que óbvio, advinha do gado, que também era pensado para povoar os sertões por conta das planícies, das áreas que cresciam o capim para sua alimentação e os rios e lagoas. Os lusitanos bem já sabiam que na Europa o gado só poderia existir em conjunto com a agricultura se houvessem pastos dilatados para sua sobrevivência, podendo

---

[649] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], pp. 93 e 117.
[650] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 111.
[651] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], pp. 130-131. Acréscimo meu.
[652] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 185. Acréscimos meus de acordo com a nota de Rodapé número 6 (p. 185), escrita por Mansuy.

fundamentar os currais[653]. Os pastos, como eram de se esperar, agradaria a todos, pois os rebanhos seriam usados para moer cana, carregar lenha, abastecer com carne as casas, adubar o tabaco com seu esterco, enrolar o tabaco e as caixas com seu couro e diversas outras atribuições: "E porque as fazendas e os currais do gado se situam onde há largueza de campo e água sempre manante de rios ou lagoas"[654].

Em suma, a partir de informações e vivências dos litorais e de outras capitanias, aliados com as experiências dos negros palmarinos, dos ameríndios e dos homens que se embrenharam mais aos sertões das vilas ao sul de Pernambuco, não é de se surpreender com a "empolgação" dos homens da agropecuária em quererem conquistar os espaços de Palmares. Planejamento, nesse caso, é completamente diferente de prática ou certeza de um futuro. Muitos entreveros continuaram acompanhando os procedimentos de colonização das partes mais adentro das vilas. Mas, no sentido de um entendimento acerca da concepção de natureza, alimentada por resultados já existentes de economia material, é válido encarar que o meio geográfico influenciava as ações dos homens porque naquele momento histórico os mesmos já detinham conhecimentos de como usufruir dele, pensando em projetos vindouros. Apesar de ser um crítico dos ingênuos, Antonil pinta muitas vezes o Brasil (em especial o Recôncavo) com cores que quase chegariam à perfeição. Essas propagandas, e os sucessos de algumas fazendas (o Engenho de Sergipe do Conde e os currais da Casa da Torre), estabeleciam os impulsos ideais para jogarem os homens em seus empreendimentos. Todavia, é importante voltar aos acontecimentos de revezes que a vida americana proporcionava.

Passar "fomes e sedes". Esse discurso tão comum nos milicianos, como Gonçalo Moreira da Silva, Capitão-mor da Vila das Alagoas, em 1685, e outros que se embrenharam nas matas, pode ter sido igualmente outro mote para relacionar aquelas terras como "inférteis" ou "bravas"[655]. A incapacidade de domar a geografia longe das lagoas e dos rios, somado com o desinteresse (pois o açúcar o tabaco não era tão viável naqueles espaços sem uma construção de estradas ou rios de boa navegação), potencializado com as guerras contra os ameríndios, batavos e palmarinos, criou um resultado (não monolítico) prático das áreas sem assentamento social, e imaginário das terras inférteis que não dariam de comer e nem de mercadejar para o mercado interno e mundial. O que se viu em capítulos passados é que desde metade do XVII sesmarias foram doadas nos sertões de Porto Calvo, Alagoas e Rio de São Francisco. Mas várias andorinhas, separadas no tempo e espaço, não faziam verão. E

[653] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 101-102.
[654] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], pp. 287-288.
[655] "A tática palmarina". In: **República**, 2004, p. 77-78.

Sesmaria dada não é Sesmaria cultivada para todo o sempre. Até mesmo as áreas "de terra preta ou roxa, de excepcional fertilidade, estava longe de ser o bom de se plantar nele tudo o que se quisesse, do entusiasmo do primeiro cronista"[656]. Experiências fracassadas também serviam para reforçar as concepções das terras inférteis, ao mesmo tempo em que ajudava a procura de como torna-las úteis. Os pobres e ramos de famílias mais abastadas eram as buchas de canhão para colonizar horizontalmente as vilas; somando com as aldeias ameríndias e as ações dos negros palmarinos (v. primeira parte).

Todavia, a geografia não é uma questão de terreno, de natureza e que caberia apenas ao homem transpô-la. A relação social entre indivíduos é o que vai fundamentar a maneira como esses vão viver em um local e gerenciar suas vidas, e não propriamente o contrário[657]. Ato concreto foi em 1654, após a restauração pernambucana, quando o Governador Francisco Barreto traçou um plano para se fazer as entradas e destruírem os mocambos de Palmares. Em sua logística, mantimentos que saíssem do Recife para Alagoas (a Vila) iriam por via marítima, em barcos. É notório que aquele era o meio de transporte mais rápido, mas pensa-se também que a natureza local, conquistada e domada (em sua parte) pelos negros mocambeiros, era outro empecilho. As paradas no "Porto de Gallinhaz" e "Porto do Rio Fermozo" para dali chegar em "Alagoaz" era um caminho viável e, se possível, o único seguro (dependendo da época do ano)[658]; possivelmente por conta da "barra de Jaraguá" (atual Maceió), que já recebia pessoas desde antes a ocupação holandesa[659]. Uma década apanhando e batendo serviu para colher novas informações: a de jovens mocambos, de caminhos para adentrar os sertões e de uma relativa segurança de fazê-lo via fluvial. Em 1665 o Capitão Jorge Peres "com todos os Indioz que tem a seu cargo", tinha como missão entrar em Palmares pela Vila das Alagoas. Sua rota passava "pello meyo do Rio mondahú, e o da Parayba", subindo o sertão e chegando até mesmo em Porto Calvo[660]. Estavam preparados para lutas e embates, mas em compensação já poderiam experimentar melhor a geografia local entre as vilas que não fosse exclusivamente pela via litorânea, apesar de essa última ser teoricamente a mais pacífica, visto que em 1680, um barco saiu do Recife para Alagoas levando munição para o Capitão Antonio da Silva Barbosa entrar em Palmares[661].

[656] FREYRE. Op. Cit., 2006, p. 77.
[657] MARX. ENGELS. Op. Cit., 2007. BLOCH. Op. Cit., 2001.
[658] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 21v.
[659] **Novo Orbe Seráfico**, vol. II, 1980 [1761], p. 90.
[660] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 62v.
[661] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 364v.

5. 2 O caminho das preciosidades, ou o mais áspero e faminto sertão do mundo?

A dupla visão das terras infrutíferas/férteis também fez parte da região do Rio de São Francisco. Continuando o depoimento da relação das guerras, a extensão das "matas bravas" percorria do Rio de São Francisco até o Cabo de Santo Agostinho[662]. Nesse ponto, essas matas não é que sejam necessariamente hostis ao ser humano ou um corpo homogêneo, mas que ainda não tinham sido conquistadas pelos luso-brasileiros. A caatinga do sertão, que fará parte das aventuras de conquista das Minas de Salitre, representava uma barreira natural ao conquistador. Não sendo a toa que algumas campanhas contra Palmares, que partiriam do Rio de São Francisco, tomaram mais confiança com a captura de um negro "por nome Francisco", em 1691, que acabou servindo de guia "que foy aoz Palmares com toda a fidelidade", tornando-se útil para "as emtradaz que se hão de fazer"[663].

A região do Rio de São Francisco recebia o tratamento de terras férteis quando o assunto era currais de gado destruídos pelos negros mocambeiros. Como no depoimento (de suposta autoria) de João Fernandes Vieira, pós-1675:

> Ao lado dos Palmares correm fertilíssimos campos que vão beber ao rio de São Francisco, abundantes de gados e lavouras, e cheio de currais, que todos se hão hoje despovoado pelas repetidas invasões dos negros que sem oposição militar assaltam, roubam e destroem todo aquele país, que é a melhor coisa do Brasil. Como o fizeram aos currais do Panema de Francisco Gomes de Abreu, de dona Francisca e outros muitos daqueles sertões[664].

Todavia, caatinga é caatinga, e até mesmo homens experientes nas matas tinham seus percalços. O sofrimento foi tratado de forma bem extravagante por Domingos Jorge Velho, que, para receber suas mercês pelos acordos que fez com o Governador de Pernambuco e Monarca, atribuiu à costa de Pernambuco – e o percurso que tinha feito desde São Paulo – como o "mais áspero caminho agreste e faminto sertão do mundo"[665]. Convém salientar que geograficamente as regiões dos sertões não são propriamente "desérticas"[666]; o que faz com que o sofrimento dos paulistas seja em sua boa parte proveniente de logística e de relacionamento material com o meio (seu caráter nômade e de exploração, por exemplo). Contudo, impossível não relacionar sua vivência e parte de sua formação cultural a partir de

---

[662] "Relação das guerras feitas aos Palmares (...)". In: **Mocambos**, 2010 p. 220.
[663][663] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 261.
[664] "Planos para a destruição de Palmares (I)". In: **República**, 2004, p. 96. Francisco de Abreu e Dona Francisca já são personagens conhecidos (v. capítulo 2).
[665] "Carta autografada de Domingos Jorge Velho (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 342.
[666] AB'SABER. Op. Cit., tomo I, 1960, pp. 56-57.

sua relação com o clima e a geografia das bandeiras[667]. Esse mesmo paulista teve que receber, em 1686, um carregamento de munição que vinha do Recife por barcos para o Rio de São Francisco. Segurança e rapidez eram palavras de ordem para a guerra e evitar que aquele material caísse em mãos de mocambeiros[668]. Em suma: uma vez assentado, já sabia viver e tirar proveito do espaço (pelo menos para sobrevivência básica).

Quantos outros não sofreram com os aspectos perigosos da caatinga e do clima do sertão? A propaganda da terra de "muitos bons ares, frescos e temperados, como os de Entre-Douro e Minho"[669], escritas por Caminha em 1500, chegando até ao documento de Manuel Fernandes Cruz de 1650 que fala dos "climas amenos" e "temperados" de Pernambuco, chamava a atenção dos aventureiros e surpreendia os incautos. Os relatos nos tempos históricos trazem a tona as mudanças e as ações humanas para se adaptarem a elas: como foi caso da seca que assolou o São Francisco na segunda metade de 1688 e início de 1689, algo em torno de 09 meses (contando de maio de 1689). A Vila de Penedo – ao que tudo indica – não sofria tanto pela estiagem por estar mais perto das partes marítimas, mas as localidades subindo ao rio não poderiam estar com a mesma sorte[670]. Por falar em seca, em agosto de 1666, o governador de Pernambuco se queixava para o Governador do Estado do Brasil acerca da arrematação dos dízimos, visto que aquilo seria modificado por conta de uma seca que tinha destruído boa parte das canas da Capitania[671]. Os homens faziam valer seus sofrimentos nas terras dos Trópicos, como o Capitão João de Freitas da Cunha, tão elogiado pelo Governador João de Souza, por ter entrado nos mocambos de Palmares e "ficando no mato todo o inverno, obrigando-se com grande zelo no que tocava a sua obrigação, com que se fazia merecedor de toda a honra da real grandeza de Vossa Majestade"[672]. A situação não era própria do "nordeste". Visto em uma perspectiva de uma América Portuguesa da Amazônia ao Rio da Prata, o clima brasileiro poderia ser encarado como "caprichoso", por conta de "alternar chuvas e cheias excessivas, de um lado, com uma precipitação de chuva

---

[667] CIDADE, Hernâni. "A colonização do Brasil. Os bandeirantes. Os missionários e a escravatura. As minas de ouro. D. João V e as reformas do poder central de 1736". In: BAIÃO, Antonio. CIDADE, Hernani. MÚRIAS, Manuel. **História da expansão portuguesa no mundo.** Vol. III. – Editorial Ática: Lisboa, 1940, pp. 236-240. Doravante "HEPM". A bibliografia sobre paulistas é enorme, para o que nos interessa nesse momento, vale citar SANTOS, Márcio. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco:** povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

[668] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 435v.

[669] CAMINHA, Pero Vaz de. "Carta de Pedro Vaz de Caminha [1500]" – versão em linguagem actual, com anotações da Doutora D. Carolina Machäelis de Vasconcelos. In: **HCPB,** vol. 2, 1921, p. 99 [fólio 26].

[670] "Carta para o capitão-mor do Rio Grande (...)". In: **Mocambos**, 2010, 306.

[671] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 71v.

[672] "Entendimentos entre Fernão Carrilho e Zumbi". In: **República**, 2004, p. 117.

totalmente insuficiente do outro"[673]. E isso não entusiasmava somente a "guerra" no sentido de batalhas campais e estratégias de lutas, mas deve-se alargar a situação para a própria questão do abastecimento da população e na formação de sua economia material, pois o clima e a chuva influenciavam em muito a própria cultura da mandioca[674], necessária para as entradas nos mocambos de Palmares. A sobrevivência a essas variações dependiam muito mais da capacidade de (re)produção material dos homens e das comunidades entre o litoral e os sertões do que a dependência exclusiva dos humores do clima brasileiro.

Nesses últimos quesitos, é importante relembrar o estabelecimento da Aldeia ameríndia nas Minas de Salitre em 1700 pelo monarca de Portugal. Ao indicar 80 casais provenientes de outras aldeias da Capitania de Pernambuco, o interesse da Coroa visou o uso de ameríndios como trabalhadores que mantivessem ativa a manutenção a vida – pelo menos biológica – dos ocupantes das Minas de Salitre. As terras deveriam ser "nos brejos das ditas Minas, com largueza capaz de viverem a seu contento"[675]. Nesses brejos, muito poderia se tirar dele, mas com os devidos cuidados. Cavalos e éguas lá teriam espaço para se alimentar e sobreviver. E os homens? De acordo com o Superintendente Inácio Sarmento, os ameríndios que lá foram enviados poderiam trabalhar na agricultura local com produtos de subsistência diversos. Apesar de ter sido colocado a importância da farinha como alimentação básica e *Magnum* das Minas de Salitre, pois era feito a baixo custo e alimentava a muitos, o oficial luso dava igual importância ao "milho, feijão e abobra [sic]", que lá recebiam condições favoráveis de plantio e cultivo por conta da fertilidade dos brejos[676]. Mas não se deve arriscar a hipótese de que o Superintendente fosse alguém com ampla visão administrativa no que concerniam os hábitos alimentícios. A utilização das áreas pantanosas para o cultivo desses gêneros foi bem cogitada porque naquele mesmo ambiente a mandioca não rendia por conta do clima e do solo, que a faria demorar mais para colhê-la (v. próximo capítulo). A experiência com clima e atenção a ele era tão essencial quanto a geografia, e isso o lusitano não aprendeu a partir do zero na América, mas trouxe uma bagagem europeia: as "variações [do clima] afetam as árvores, os cursos de dágua, os gelos, o nível dos mares, o crescimento do arroz e do trigo, das oliveiras e da vinha, dos animais e dos homens"[677]. Por necessidade, e evitando desperdiçar terreno promissor, cogitou-se o plantio desse outro tipo de alimentação. Mas, importante reforçar, a mandioca e sua farinha é que era o carro-chefe de sustentação dos trabalhadores.

---

[673] BOXER. Op. Cit., 2002, p. 103. Para a "primeira metade" do século XX, cf. ANDRADE. Op. Cit., 2010, pp. 23-26.
[674] BARICKMAN. Op. Cit., 2003, p. 145.
[675] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 276v.
[676] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 11.
[677] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 36.

A riqueza dos brejos, das barreiras e dos terrenos salinosos aparece como contraponto a uma visão maior dos sertões como território de difícil vivência[678]. Uma vez que a base era a agricultura europeia e seus gêneros, os homens tratavam de procurar terrenos que fossem os mais próximos possíveis dos do litoral. Adiantando um assunto que será exposto em capítulo próximo, até mesmo o gado sofreria: "a caatinga, com sua vegetação arbustiva, proporciona uma alimentação que deixa muito a desejar, pois possui poucas ervas forrageiras e gramíneas". Encara-se que os próprios animais se tornaram agentes históricos a partir da adaptação e domesticação que sofreram para suportarem as entradas e vivências nos sertões. Mas, apesar de serem "animais de pequeno porte, pouco exigentes, mas bastante resistentes", era-se necessária a existência de locais onde pudessem ser salvaguardadas suas reproduções[679]. O animal era resistente (vale ressaltar que essa citação estaria mais propícia para o gado cavalar, e não o vacum ou "gado" em geral[680]); o sertão generalizado não era totalmente propício para sua criação; mas a atenção que se deve dar nessa tese acerca dos espaços dentro daquele imenso sertão é que é a chave para se compreender a participação e expansão humana (tanto colonizadora como dos próprios negros fugidos e dos ameríndios rebeldes). Ou seja, se nem todo o sertão é favorável para a criação do gado, isso não significa que nos locais onde ele tenha vingado a situação tenha sido de "sorte" ou "resistência". Afinal, "do ponto de vista natural, o clima semi-árido dificultava a proliferação de verminoses e de epizootias"[681].

Quando o Superintendente, Ignácio e Moraes Sarmento, escreveu carta ao Rei em 1702, relatando suas peripécias nos sertões das Minas de Salitre, não deixou de evidenciar os caminhos entre as minas, oficinas e locais de entrega do minério. Se haviam áreas que eram abundantes em brejos e serviriam para lavrar gêneros e criar gado, outras apareceram como dificultosas por conta da "esterilidade[?] de pastos, e águas[,] que em todo o referido tempo [setembro de 1701-março de 1702] inutilizando o préstimo do[s] cavalos para as conduções"[682]. O sertão do Rio de São Francisco, portanto, era uma colcha de retalhos, daí as diferentes denominações e colocações que recebem ao decorrer do século e até mesmo dentro de uma única conjuntura (as explorações do salitre). Não é de se espantar com as dispersões das sesmarias, moradias, currais e aldeias ameríndias: cada local tinha suas características

[678] PRADO Jr.. Op. Cit., 2011, pp. 199-200.
[679] PETRONE. Op. Cit., tomo I, 1960, pp. 220-221.
[680] ABREU. Op. Cit., 1963, p. 210.
[681] ANDRADE, Manuel Correia de. "A pecuária e a produção de alimentos no período colonial". In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História econômica do período colonial.** – São Paulo: Editora HUCITEC, 1996, p. 102.
[682] AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1938, fl. 10.

próprias que faziam parte de um grande conglomerado chamado "sertão". Por outras palavras: somente a partir do conhecimento mais específico da natureza e da geografia de um lugar é que o homem (luso, ameríndio ou africano) tiraria estratégias de usufruto e estabelecimento.

Procurar o que estava visível a olho nu, apesar de ter sido a atitude mais comum, não deve ser problematizada como única. As "impueiras, olhos d'água, poços naturais, mais ou menos grandes" e "alguns permanentes" eram os espaços mais perseguidos, entretanto, "fora dêstes casos tem-se de procura-la no seio da terra, operação fácil nos álveos secos, em outros casos emprêsa árdua e até frustrânea"[683]. Quantos casos de sede e pouco consumo de água não já se observou nessa tese? As Minas de Salitre, por estarem entre rios (dos interiores como o Panema, Piranhas; e o grande Rio de São Francisco) e com brejos por perto, podem ter garantido ao conquistador uma estabilização mais fácil. Entretanto, nas sesmarias anteriores à sua fundação, bem como as próximas que viriam, não é de se descartar ações de engenharia humana para conseguirem água, tais como os poços artesianos cavados pelos mocambeiros nas extensas áreas de Palmares e que foram reaproveitados pelos escravistas (que também cavaram os seus, apesar de nunca abandonarem os rios). Nesse caso, encontramos uma ação diferente da versada na Europa: os portugueses tinham a prática de drenar pântanos para a agricultura[684]. Ao invés disso, nos sertões o mais propício era o aproveitamento dos brejos e cavar poços artesianos para garantir a sobrevivência tanto humana como animal.

Pode ter acontecido que esses reveses nos sertões da caatinga, ou em espaços mais afastados das margens do São Francisco, tenham sido recorrentes de uma má-avaliação do rio. Desde os tempos de Gândavo, passando por Gabriel Soares de Sousa, o Rio de São Francisco é tratado como de águas bravas, mas de ilhas férteis (vez ou outra se plantava cana por lá) e de margens propícias para povoamento: "por ser muito farto de pescado e caça, e por a terra dele ser muito fértil como já fica dito; onde se dão muito bem toda a sorte de mantimentos naturais da terra"[685]. Em 1757, Dom Domingos Loreto Couto comete o exagero de encarar que "no meyo da sua corrente [do Rio de São Francisco] faz muitas Ilhas todas povoadas"[686].

A quantidade de peixes para pesca e os inúmeros animais passíveis de serem caçados pode ter enganado os homens que iam pouco a pouco desbravando. Com o tempo, as experiências de descobertas de terrenos com "abundância de barreiros e depósitos salinos" fez com que a ocupação não devesse ser vista apenas no prisma da agricultura, mas especialmente

[683] ABREU. Op. Cit., 1963, p. 209.
[684] HANSON. Op. Cit., p. 199.
[685] **Tratado descritivo**, 2000 [1587], p. 26.
[686] **Desagravos do Brasil**, 1757 [1981], p. 22.

da pecuária[687]. Essa escrita pode até ir um pouco de encontro com o que foi escrito no capítulo passado sobre a ocupação da Vila de Penedo do Rio de São Francisco (que a pecuária não pode ser vista como única ocupação), mas deve-se atentar que as famílias que já tinham um objetivo, cabedais e conhecimentos espaciais, tinham uma chance maior de sobrevivência nas sesmarias que receberam; e muitos nem conseguiram, pois revenderam ou abandonara-as, deixando-as devolutas. Se a "fertilidade" decorrente do clima, geografia e animais que lá viviam, atraiam colonos, era a falta de conhecimentos mais concretos sobre os mesmos que causavam alguns empecilhos àqueles luso-brasileiros.

Além dos brejos e "pântanos", o que faz pensar a região do sertão do Rio de São Francisco como de planícies; houve expedições como do Capitão Manuel Bráz Pedroso (possivelmente entre 1694-1702), que afora encontrar minas de salitre, expôs a geografia do espaço entre o Rio de São Francisco e o Rio Panema como mais ou menos serrada. A serra era chamada "Catimbabo", envolva de uma região com "muitas matas, com grande variedade de madeiras e palmeiras". Existia ainda nas imediações umas "barreiras de pedra branda, que limitavam uma estrada, brotava o salitre e um outro metal preto". A dupla noção de terra infértil/fecunda aparece no sentido de que nas minas de salitre não se tinha encontrado o minério "em muita quantidade", enquanto que as matas poderiam ser de bom uso[688]. A complicação aumentava mais um pouco por causa das estradas, que deveriam ser abertas e o Rio de São Francisco também era fator-chave de locomoção naqueles sertões.

Essas observações devem ser relativizadas por conta de duas posições que o leitor tem que encarar: as motivações de quem escreve e o espaço sobre o qual está se redigindo as letras[689]. As Minas de Salitre poderiam ter terras não muito elogiáveis e águas pobres e ruins de beber. É por isso que se tem que ter em mente outros depoimentos e a clareza de encarar a Vila de Penedo como muito dilatada nas entradas dos sertões. Em outubro de 1697, uma Consulta da Junta das Missões, em Lisboa, avaliou as cartas escritas pelo Bispo de Pernambuco, e em uma delas o assunto do Rio de São Francisco chamava a atenção: a necessidade de mais padres para os sertões de Rodelas. A geografia do local, ao contrário dos outros depoimentos, é mais propícia a propagandear para propagar a atividade missionária e religiosa do clero secular. Os rios naqueles espaços eram vários, dizia o Bispo: "uns menos, outros mais caudalosos, porém todos de boas águas, o clima é muito saudável e não menos

[687] HOLANDA. Op. Cit., tomo I, 1960, p. 136.
[688] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, Vol. I, 1956, p. 457, Doc. 623.
[689] CERTEAU, Michel de. "A operação historiográfica". In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

fértil a terra para a criação e sustento dos gados"[690]. Mais uma vez, os pontos de vista em relação a natureza era o que fazia um local ser bom ou ruim. Da mesma feita, áreas de boa concentração de recursos naturais ricos estavam fadadas a caír nas graças dos conquistadores, enquanto outras de mais difícil acesso e de riqueza limitada para manter a vida humana e animal de criação estavam amaldiçoadas a serem sempre criticadas. É bom pôr a pensar em como as primeiras eram inicialmente as segundas e que só se tornaram habitáveis – nas áreas sertanejas do salitre – por conta dos inúmeros gastos de trabalho empreendidos pelos ameríndios que viviam fugidos da escravidão ou que lá já estavam antes mesmo da conquista lusitana, e pelos palmarinos rebeldes. Sob o risco de forçar uma hipótese, a fala do Bispo lembra a do personagem Brandônio que, para elogiar o clima, fala a Alviano que o Brasil era terra benigna porque bastava observar os ameríndios (que andavam nus) e possuíam robustez[691]. Em 1500 Pero Vaz de Caminha teve o mesmo raciocínio:

> Êles não lavram nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, ovelha ou galinha, ou qualquer outro animal que esteja acostumado ao viver do homem. E não comem senão dêste inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. *E com isto andam tais e tam rijos e tam nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos*[692].

De maneira sintética e direta: onde havia ameríndio vivendo, havia condições para lusitanos viverem, portanto, terras para conquistar e lavrar. A mudança de discurso é latente quando se observa o trabalho ameríndio nos engenhos: sua indolência, para os lusitanos, advinha em parte por causa do clima; historiograficamente, já se tem conhecimento que o regime de trabalho desumano e – me apropriando do famoso anarquista J-P. Proudhon – "homicida" era o que causava tamanha "indolência", levando ainda em consideração os choques culturais no que concernia ideias de disciplina, trabalho e exploração. Reforça-se: a economia e o fazer-se material não eram apenas a conquista da geografia, mas a própria exploração escravista do trabalho, sobretudo, de ameríndios e africanos.

Essas avaliações ajudam a complementar algumas colocações em relação aos sertões baianos. Como espaço que "pouco remunera[vam] a lavoura", a caatinga deveria ser mais bem explorada: "urgia dar-lhes destino, mesmo porque a área dos catingais era enorme, e descura-la tanto montava a deixar sem proveito a maior parte do país. A criação do gado

---

[690] "Consulta da Junta das Missões (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 385.
[691] **Diálogos**, 1997 [1618], pp. 68-69.
[692] CAMINHA. **HCPB**, 1500 [1921], p. 97 [fólio 22], itálicos meus.

resolveu o problema"[693]. Usando esse gancho problematizante, vale retornar que, para as três vilas do sul (v. primeira parte), não é possível afirmar categoricamente que o litoral, ao longo do século XVII (principalmente a metade) já fosse tomado por extensas lavouras (especialmente de cana e tabaco) tais quais as várzeas de Olinda e o Recôncavo Baiano. O conhecimento dado e adquirido acerca da natureza e do clima, em conjunção (aí sim) com um sentido da colonização, promoveram as ocupações da caatinga. Frases curtas e conclusivas como "a criação do gado resolveu o problema", escondem por trás de si várias histórias de erros e acertos, fracassos e vitórias, intercâmbios e escravidão, diálogos e chacinas tais como foram sublinhadas em linhas passadas e que reaparecerão em futuros capítulos.

5. 3 O litoral fértil, mas também pouco salutífero

A situação da geografia de Porto Calvo estava atrelada intrinsecamente a Palmares. Algumas diferenças são perceptíveis, como a ausência das grandes lagoas (Mundaú e Manguaba), e existência de áreas mais planas, que fizeram sucesso na plantação de canaviais e elevações de Engenhos de Açúcar desde o início de sua ocupação por Cristovão Lins; apesar da própria vila de Porto Calvo ficar em terreno "alto e acidentado", inclusive tendo ao seu sul a existência de "um monte alto que se apresenta como dois seios de mulher"[694] e um outro caminho montanhoso, chamado "A montanha do Ararobá, que nasce no continente da terra do Porto Calvo, e vai com a mesma grande altura cortando por muitas léguas o interior do sertão"[695].

Pelo fato de não ter rios adentrando tanto o interior, os moradores de Serinhaém foram adquirindo experiências de caminhos e estradas, a ponto de receber a atenção de Jerônimo de Mendonça Furtado em 1664, quando enviou a tropa de Camarão de Serinhaém para Palmares via terra. Sua missão era percorrer – ao que tudo indica – a passagem entre a vila e Alagoas, passando por Porto Calvo; um percurso que duraria em torno de 15 dias[696]. Nove anos depois foi a vez de Cristovão Lins sentir a necessidade de abrir acesso "pella Mata de S. Antão" para perseguir negros palmarinos. O que foi repreendido pelo governador, Fernão de Souza Coutinho, que não tinha certeza se lá havia mocambos de negros que pudesse ameaçar "para estas partes" (ou seja, Recife e Olinda), além de deixar Porto Calvo desprotegida com a falta de homens. Apesar do alarme falso, a "matta de Santo Antão" se tornou via para saídas de

[693] ABREU. Op. Cit., 1963, p. 272.
[694] **Descrição das costas do Brasil**, 2007, p. 172 e 202
[695] **História da América portuguesa**, 2011, p. 31.
[696] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 164v-165.

tropas do centro de Pernambuco, tendo a de Bernardo Vieira de Mello, em 1695, rumado para Palmares por aquele caminho. Se antes não tinha sido seguro para Cristovão Lins abrir ou verificar aquelas passagens, agora se tornava uma estrada quase certa para fazer comunicação entre vilas e freguesias[697].

Aos poucos, porém intensamente, o homem ia dominando o meio geográfico. Mas essa atitude não era de gênese ou propriamente original. Provavelmente a falta de conhecimento e de estradas entre Porto Calvo e as vilas mais ao norte, chegando em Recife e Olinda, deu-se por conta das incontáveis pelejas contra os holandeses no período em que Pernambuco ficou como sendo conquista batava. Se for avaliar os depoimentos dos batavos, caminhava-se entre Recife e Porto Calvo, por exemplo, por terra – viagem que foi feita por Zacharias Wagener em 1639: "Viajei para mais longe com S. Ex.^{cia} o Conde, partindo de Antônio Vaz, seguindo por terra para Porto Calvo, através do Cabo de Santo Agostinho e Serinhaém"[698]. De acordo com os documentos e depoimentos coligidos, depois interpretados por Sebastião da Rocha Pita, o desconhecimento dos terrenos entre Porto Calvo e Paripueira (onde existiam fortificações), era comum aos homens de guerra[699]. Por ser uma área de trânsito, e ter perpassado o século XVII por combates, imagina-se que a rotatividade de pessoas e famílias não deixaria marcas de caminhos e conhecimento geográfico geral para os habitantes que ficavam. A confiança nas águas também poderia ser um fator importante para se evitarem as terras.

Aos poucos a população de Porto Calvo (provavelmente em conjunção com Serinhaém), abria caminhos pelos sertões unindo aquelas vilas com as freguesias do centro da Capitania de Pernambuco. A experiência redundou em ações práticas, como a de Domingos Roiz Carneiro, do Terço da gente preta da Capitania de Pernambuco, que perambulou com "os seus soldados", por oito meses nas entradas de Palmares que sairam de Porto Calvo em 1686, quando já era Capitão e fazia parte da expedição de Fernão Carrilho[700]. O uso de negros guias também era essencial, pois seria a partir deles (e não, portanto, somente pela inteligência e estratégia imbatível daqueles europeus espertos e independentes) que os lusos-brasileiros adquiriam experiência e conhecimento do que existia de natureza e geografia nos

[697] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 577v-578.
[698] Anônimo. "Breve relato dos 35 anos de viagens e atividades do falecido Senhor Zacharias Wagener na Europa, Ásia, África e América, gloriosamente empreendidas e outrora realizadas na maior parte das vezes a serviço das Companhias das índias Ocidentais e Orientais da Holanda, extraídas do diário autógrafo do falecido [1668]". In: TEIXEIRA, Dante Martins (org.). **Brasil holandês,** volume II. O "Thierbuch" e a "autobiografia" de Zacharias Wagener. – Rio de Janeiro: Editora Index, 1997, p. 222. Doravante "Brasil holandês".
[699] **História da América portuguesa**, 2011, p. 201.
[700] "O terço da gente preta na luta contra Palmares". In: **República**, 2004, p. 91.

sertões[701]. Mais do que ações próprias, as experiências sociais dos outros também era essencial.

O forte e a barra de Tamandaré pertenciam a espaços estrategicamente bem vistos em termos de distâncias (entre Recife, Penedo, Alagoas e Bahia), mas com ressalvas em relação à localidade. Se se vale a pena ressaltar que a geografia litorânea brasileira é "repleta de portos seguros, protegidos por elementos da natureza como promontórios"[702], é-se mais importante focar na análise dos homens em seus tempos para se compreender as importâncias que foram dadas à geografia local. Nesse sentido, Tamandaré é figura ímpar.

De imediato, a geografia foi elogiada pelo Governador de Pernambuco em 1697, que tratou a barra como "bem funda", com recifes e canais com profundidade relativamente boa para que os navios entrassem, mesmo que alguns ventos pudessem atrapalhar[703]. As distâncias e possibilidades de comunicação eram interessantes, pois Tamandaré ficava uma légua do Rio Formoso, para o sul, e duas léguas do Rio Unna para o norte. Sua posição não era apenas para o Oceano Atlântico, mas do interior desembocava em Tamandaré "o rio das Ilhotas ou Mambucaba"[704]; essas ilhotas poderiam ser a "ilha de mangue", que se alagava com a maré alta, e "chegadas à terra tem sete ilhetas de mato"[705]. E, como já foi lido em linhas acima e capítulos passados, as águas eram estradas sempre aproveitadas pelos moradores locais, além de indispensável para a sobrevivência biológica dentro das Fortalezas, principalmente as que não tinham cacimbas ou cisternas[706]. O conhecimento de suas localizações e usos poderia remontar desde o início do século XVII (Varnhagen utiliza uma nota escrita posterior a 1612), visto que até os holandeses utilizaram a barra de Tamandaré como espaço de assentamento e o Governador de Pernambuco já teria conhecimentos geográficos e possivelmente históricos acerca da localidade.

As falas eram recheadas de artimanhas para convencer o Rei a acudir seus súditos. Não é que fossem mentiras, mas pode-se falar de exageros correntes e supervalorização de suas causas. A resposta do monarca veio em seguida, acatando as opiniões e autorizando os pedidos. Mostrou-se cético, crítico, mas esperançoso com as atitudes dos habitantes locais. Não se deixou cegar completamente pelos floreios verbais e elogios desmensurados dos súditos americanos. Elogiou a barra e a vontade do forte e do aumento econômico, mas tinha

---

[701] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 324-324v.
[702] RUSSELL-WOOD. Op. Cit., 2014, p. 126.
[703] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1724, fl.
[704] VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. "Breve comentários à precedente Obra de Gabriel Soares. Nota 18". **Tratado descritivo**, 2000 [1587], pp. 317-318.
[705] **Tratado descritivo**, 2000 [1587], p. 22.
[706] AUC. **Coleção Conde dos Arcos,** códice 33, tomo I, fl. 489v-490

receio dos recifes que atravancavam uma boa entrada. Todavia, dava a ordem: o Forte deveria ser construído em cima dos recifes para poder prover toda a barra e a população de ataques inimigos. A terra, tão elogiada anteriormente, não passou despercebida por D. Pedro II, que a criticou como "pouco salutífera, porque nele sempre há malutos, e a terra é toda cheia de capim"[707]. Mas mesmo assim crê-se que viu esses problemas como contornáveis, pois observou como necessário a entrada de navios naquele porto para o engrandecimento da população local, que alcançaria – com a ocupação sistemática – uma "populosa povoação, porque o sítio era admirável, e muito benévolo os ares com muitos mantimentos, e lenhas, e muito férteis as terras em que se podiam fabricar muitos engenhos"[708]. E, mais uma vez, a relação da economia de conquista aparecia: não era necessário apenas aproveitar um ponto fixo, mas fazê-lo trabalhar em consonância e simbiose com as estruturas da agricultura, pastoreio, exploração e assentamento social.

Utilizando a experiência pessoal e os estudos de Pereira da Costa, salienta-se que os mantimentos poderiam advir de Tamandaré (e aquela região) pouco árida, com extensas planícies (o que garantiu plantações de açúcar, café, fumo e cereais no século XIX); a lenha adviria das matas, como dos coqueiros que existiam naquele litoral; a existência de "boa água" também pode ter servido como atrativo no XVII, que perpassará o XVIII, para aumento populacional, mesmo que a Fortaleza sempre estivesse em apuros e aos frangalhos durante séculos[709]. Os holandeses, no período de conquista, avaliaram a área sul-litorânea da Vila de Porto Calvo (Rio Camaragibe e Santo Antonio, logo, abaixo de Tamandaré[710]), como "plana, sem colinas", sem contar a existência dos rios que facilitariam o escoamento de produtos para o litoral. A costa em que ficava Tamandaré (entre o Rio Formoso [de Serinhaém] e o Rio Una) era considerada "limpa" (crê-se no sentido de ausência de recifes, de pedras, e de matas). Enquanto que o perímetro entre o Rio Una e Barra Grande gerou o depoimento em que foi tratada como "a melhor zona da costa para a criação de gado, de maneira que ela o tem em abundância"[711]. Apesar de não ser extensa, em termos populacionais, havia sim colonização nas partes litorâneas que fariam parte do Porto e Fortaleza de Tamandaré. Caso os períodos de guerra e pós-guerra diminuíssem aqueles currais e criações, a experiência

[707] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1727, fl. 1v.
[708] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1727, fl. 1v.
[709] **Anais Pernambucanos**, vol. 4, 1983, p. 480.
[710] O "Rio de Santo Antonio" não existe mais, sendo agora provavelmente o Rio Jerituba, que deságua na atual Barra de Santo Antônio. A hipótese de que o Rio de Santo Antonio tenha se tornado o Jerituba é que nos relatórios holandeses, logo abaixo do Rio de Santo Antonio, existia o Rio de Santo Antonio-mirim (ou meirim, dependendo da grafia), que hoje é o Rio Meirim.
[711] **Descrição das costas do Brasil**, 2007, p. 171.

deixaria viva a memória e a estratégia de que o perímetro da costa era povoável e que serviria de interesse para os homens das vilas e fortaleza.

Homens esses que formavam uma população composta por grupos de mando e de força dominadora que utilizavam de personagens subalternizados ao enviar seus escravos e trabalhadores "livres" para preparar terreno. Provavelmente, parte dessas pessoas direcionadas acabaram sendo parte daquela sociedade, tornando-se moradores livres mais desgarrados do centro da Vila. Essas ressalvas devem considerar, ainda, Serinhaém, que também tinha sua parte no empreendimento. Vale lembrar dos milicianos que iam para o Forte cuidar de presos, reformar ou manter ativa a construção militar, podendo terem fincado residências temporárias e contribuído para melhora da região (v. capítulo 3).

5. 4 A fertilidade é o resultado das cores rubras mais negras

A progressão de ocupação territorial, informação das matas dos litorais e dos sertões, fizeram os habitantes de Alagoas, Porto Calvo e Penedo terem conhecimentos de caminhos tanto em vias terrestres quanto marítimas. Mas isso não significava que uma era melhor do que a outra, pois tudo estava intimamente ligado às circunstancias específicas de momentos históricos. O que se pode apanhar de segurança é que uma, tanto quanto a outra era utilizada para diversos fins. É o que faz transparecer os acontecimentos de 21 de maio de 1691, ainda em período de guerra contra Palmares, o Governador de Pernambuco estava enviando o Capitão Luís da Silveira, com algumas correspondências, para a Bahia. Por conta de fatores não explicados (falta de embarcações, o clima e/ou as marés), o miliciano não poderia percorrer toda a área do litoral via mar. Contudo, naquele período determinado, as aberturas terrestres já eram bem conhecidas, protegidos por milicianos das três vilas do sul e com comunicações relativamente mais seguras do que de épocas anteriores. Foi atribuído "aos Cappitaenz Mores do Porto Calvo, Alagoaz, e Rio de S. Francisco", que dessem "adjutorio" para "se poder comboyar com toda a segurança pelos caminhoz mais periogozoz em que possão andar negroz levantadoz"[712]. Apesar da relativa falta de confiança nos caminhos terrestres, o Governo de Pernambuco tinha que aceitar que as vias por terra eram uma realidade e que deveriam ser usadas em determinados momentos, não deixando para as vias fluviais a exclusividade das movimentações. Essa situação reforça hipóteses de que, pouco a pouco, tanto as vilas iam sendo povoadas em seus entre-espaços (v. primeira parte), como a

[712] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 537.

comunicação entre as administrações das três vilas e o centro de Pernambuco garantia a noção do que estava se tornando as partes sul. E isso, para voltar ao assunto do capítulo, só seria possível a partir dos conhecimentos adquiridos e experimentados acerca da natureza e da geografia local, julgada e trabalhada a partir da produção material e dos interesses de assentamento de conquista, ou seja, as motivações econômicas.

Mas tudo isso foi escrito tomando muitas vezes vestígios latentes da experiência de grupos conquistadores-escravistas em relação ao terreno e a natureza local. Suas opiniões estavam diretamente ligadas às ocasiões particulares que valorizavam diferentes motivações: religiosas, violências, destruição de mocambos, aldeamento, comida, plantar açúcar, ocupar socialmente, construir arraial, ampliar jurisdições de poder, etc. A operação empreendida através da labuta de escravos, ameríndios aldeados, negros livres rebeldes de Palmares, todos subalternizados, apresenta-se como prova substancial de que a conquista da natureza da América não pode ser lida cronológica e unicamente pelas ações ou ideias daqueles que direcionavam, planejavam, mas não executavam, sob pena de tornar a discussão simplista e socialmente injusta. É importante se ater em uma interpretação "anti-elite", qual seja: o conhecimento da natureza e da geografia dos luso-brasileiros em relação as Capitania de Alagoas, Porto Calvo e Penedo, advieram, em boa parte, por conta das experiências sociais dos negros mocambeiros e dos ameríndios "bravos" dos sertões. Uma evidência da utilização e apropriação dessa experiência pode ser ressaltada a partir do caso ocorrido em 1679, quando o Governador de Pernambuco Ayres da Cunha de Castro enviou o Capitão de Infantaria João de Freitas da Cunha e uma "tropa de soldados", para os Mocambos de Palmares. Antes das entradas, pararam na "Aldea da Alagoa" (provavelmente Santo Amaro) para tomar ali "Gentio para guia, e guerra", que estavam sob a administração do Missionário Padre Frei Francisco dos Anjos, "que os seguio com grande trabalho de jornadas, por brenhas, mattos, serras, e agoas"[713]. Que tipo de "guia" esse ameríndio iria proporcionar? Tomam-se como base de problematização (e não como fato dado) as colocações de Sérgio Buarque de Holanda para as regiões de São Paulo colonial e da relação direita e indireta entre ameríndios e bandeirantes paulistas:

> Concebe-se que práticas inventadas pelo gentio para marcar caminhos – por exemplo, o uso de dobrar galhos ou de golpear os troncos de árvores, ainda freqüente entre gente do interior – fossem facilmente aceitas pelos desbravadores paulistas. Outros processos não faltariam, inspirados provavelmente em tradições vindas da península. Um deles, o das cruzes de

[713] **Novo Orbe Seráfico**, vol. II, 1980 [1761], p. 115.

> madeira chantadas nas veredas que saem das estradas gerais, a advertir o caminhante de que poucos passos depois encontrará um teto onde repouse, é claramente dessa espécie[714].

No que tangem a Porto Calvo, Alagoas e Penedo, a situação recebe suas cores próprias: nesse caso, apesar dos paulistas terem aparecido nas paragens de Pernambuco, retifica-se que havia antes uma relação entre luso-brasileiros, ameríndios e – elemento "não existente" em São Paulo – negros palmarinos.

A capacidade de sobrevivência e alimentação dos negros fugidos vai percorrer todo o século XVII nas áreas das vilas de Alagoas, Porto Calvo e Penedo do Rio de São Francisco, chegando a Serinháem, Una e centro de Pernambuco. Apesar da vigência de um pensamento político e social baseado em distinções que relegava apenas a alguns privilégios, foi dos mocambeiros que os "conquistadores" extraíram as principais possibilidades de desenvolver a habitação naqueles locais, mudando o ponto de vista acerca das áreas mais afastadas do litoral. Como bem sintetizou Blaer: "Este era o Palmares Grande de que tanto se fala no Brasil; a terra ali é muito própria ao plantio de toda sorte de cereais, pois é irrigada por muitos e belos riachos"[715]. Para um brasileiro atual, o Capitão batavo estava falando o óbvio, só que, crê-se que aquele depoimento tinha muito peso naquele momento histórico. A Holanda (e aqui me abstenho do debate da diferença entre países baixos, províncias, Holanda, etc) é um país plano, alagadiço, com pântanos e abaixo do nível do mar (Charles Boxer arrisca que "a vitória final luso-brasileira", nas batalhas dos Guararapes foi ajudada porque os homens eram mais "habituados ao sol tropical e hábeis nas lutas no mato contra os que tinham sido treinados nos campos de batalhas mais frescos e formais de Flandres e da Alemanha"[716]). A plantação de cereal, trigo e criação de animais tem outra conotação para um europeu do norte[717]. Por sinal, sua carga cultural era tamanha que comparou a si mesmo e aos ameríndios de "cabritos [d]as ilhas do Mar do Norte" quando se viram escalando uma montanha bem íngreme na região de Palmares[718]. Ao desembarcar e viver no *Novo Mundo*, viu como intransponível as barreiras naturais das vilas do sul de Pernambuco, mas aos poucos aprenderam a apreciar as potencialidades econômicas (fim máximo da WIC) e a respeitar (ou

[714] HOLANDA. Op. Cit., 1994, p. 20.
[715] "Diário da viagem (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 171.
[716] BOXER. Op. Cit., 2002, p. 133.
[717] Não é a toa que os aspectos do relevo pode ter influenciado as pinturas dos holandeses que aportaram na América no período da estabilização do governo de Nassau, cf. OLIVEIRA. Op. Cit., 2018, p. 155.
[718] Caetano de Melo de Castro, na ocasião da destruição de Palmares, também utilizou de sua cultura europeia ao caracterizar as matas palmarinas como "bosques", cf. "A 'feliz vitória'". In: **República**, 2004, p. 191.

dar crédito) implicitamente aos negros palmarinos pela inteligência nos atos de domarem o meio para sobreviverem[719].

Com a restauração, os luso-brasileiros tinham que pôr em ordem a Capitania que foi tão devastada pelos conquistadores batavos e acabada pelos próprios moradores em suas batalhas. Porém, Pernambuco era uma Capitania açucareira, e precisava dos braços escravos para que voltasse a funcionar a todo o vapor como era em seus tempos áureos. Negros fugidos nos mocambos representavam tanto uma desordem social (visto como criminosa e audaciosa), como um desperdício de mão-de-obra para a obtenção de riqueza. Se o litoral era o espaço mais danificado pelas lutas, e, logo, o mais propício para receber as remediações, entende-se que seria mais ou menos óbvio (em um prisma de administração) que os sertões, já observados como infecundos ou nada amigáveis, fosse relegado a um ligeiro ostracismo. Em capítulos passados, viu-se que a concessão de sesmaria e a vivência dos homens nos sertões (de Alagoas, Porto Calvo e Penedo do Rio de São Francisco) partiu de atitudes de políticas de Estado e experiências sociais próprias daqueles habitantes, que foram aceleradas em decorrência dos períodos da guerra dos Palmares, contra ameríndios, descobertas de Minas de Salitre e cuidado maior com a Barra de Tamandaré. Esse capítulo está sendo escrito (nunca é cansativo relembrar) no sentido de que as entradas dos homens percorriam estratégias advindas de vivências e de descobertas, onde os planos eram traçados a partir de conhecimentos prévios adquiridos de experiências passadas[720]. Apesar de não ser uma informação óbvia em uma documentação[721], o olhar para as fontes e sua leitura a contrapelo faz com que as hipóteses de reconhecimento de um meio geográfico e de uma natureza material fosse se tornado mais concreta para os luso-brasileiros escravistas a partir das atitudes dos escravos. Quais atitudes? Várias, na verdade. Para esse fim de tópico, dar-se-á atenção à maneira como as plantações de palmarinos, se de um lado incomodava os antigos senhores ("facinorosos", "criminosos", "salteadores"), de outro foi elemento primordial de consideração do Brasil, mesmo que nunca admitida pelos conquistadores.

---

[719] Se esse respeito realmente existiu, é difícil afirmar com convicção, mas pode-se pensar a partir da relação água-trabalho que havia na cultura holandesa, SCHAMA, Simon. **O desconforto da riqueza:** a cultura holandesa na Época de Ouro. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 34-61.

[720] Esse tipo de linha de raciocínio partiu da leitura de MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital – São Paulo: Boitempo, 2017, pp. 255-263

[721] E nenhuma documentação é "óbvia", pois "não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie", BENJAMIN. Op. Cit., 2016, p. 13. Mas mantem-se essa frase como conveniência de raciocínio Aceitar um documento como um dado "óbvio" é cair no erro de Émile Durkheim, que invocava que os historiadores deveriam dar os dados brutos enquanto que era dever dos sociólogos analisa-los, cf. DOSSE, François. **A história em migalhas:** dos "Annales" à "Nova História". – São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992, pp. 26-27.

Francisco Barreto de Menezes, Governador de Pernambuco que deve ter tido inúmeras dores de cabeça por conta da sua responsabilidade em gerir e ajeitar a Capitania de Pernambuco pós-restauração, traçou planos de destruição e conquista de Palmares no ano de 1654. Entre eles:

> e chegados aos ditoz Palmares, se alojaram no dito Citio onde asestiram o tempo que lhes durar o substento das lavoyraz e Plantaz que os mesmoz negroz ali tinhão, fazendo que haja Provisão nelles de mode que se não experdiçem, poupando os mantimentoz que levão de Rasão para Se Valerem delles quando Se Recolherem[722].

Sabe-se que décadas vão levar para que os administradores e a própria população começasse a compreender a importância de povoar Palmares e ali extrair novas lavouras. Todavia, essas vontades não apareciam do nada por desígnio divino. Foi a partir daquelas entradas, observando a experiência negra, que os descobrimentos da natureza e de sua potencialidade foi tomando forma no decorrer dos anos e décadas. E daí volta-se à expedição de Camarão em 1664, que deveria sair de Serinhaém para os Mocambos que ficavam nas Alagoas, passando pelos da "Cabisseyra do Porto Calvo". Se antes foi escrito acerca da importância dos caminhos para dominar o meio geográfico,a ciência da natureza adivinha de sua constante destruição: "e em todos [os mocambos] aoz que chegar que tiverem prantaz, e Rossaz, lhe aRencarão tudo sem ques lhes fique couza de que os negros se possão valler para seu substento". Como os luso-brasileiros não poderiam ocupar os espaços restava o ataque, que não deixa de causar confusão em termos de estratégias, pois os índios do Camarão deveriam recolher na Câmara de Serinhaém, "Sementez par fazer sua Prantaz, e algum mantimento para Rassão da Sua gente, enquanto não for tempo de colher o fructo das Prantaz que hande fazer", e na Câmara de Porto Calvo mantimentos para "o substento da gente do Cappitam mor Camarão". Adquiriam conhecimento material acerca da fertilidade do solo, destruíam as plantas para impedir ajuntamentos de negros em torno das roças, absorviam informações de onde poderiam ou não plantar, e já tinham noção de que uma campanha de longa duração dentro dos sertões só poderia existir com o estabelecimento material de um grupo em torno da agricultura; afinal, tinham o plano de fundar uma "Aldeya, e Forteficando-se com Estaccada, e a mais defença que lhe pareçer nescesaria para sua segurança", em uma região "18 ou 29 Legoas" distante daquela Vila de Serinhaém, já em "Alagoa", no local de "hum mocambo velho"[723]. Essa "fórmula" não era necessariamente vivenciada, mas usurpada

[722] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 16v.
[723] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 165, 166, 167, 169v e 172-172v.

a partir das vidas de outros e nem sempre posta em prática, pois um ano depois, em dezembro de 1665, uma expedição que sairia de Alagoas, tinha como missão: "Andarão em campanha 30 diaz, ou mais se tantos forem nesceçarioz para destruir todos os mocamboz, nos quais Recolherão todo o mantimento que acharem, e as Plantaz destruirão de modo que jamais se possa colher fructo dellaz"[724]. É óbvio que a "destruição" e "jamais se possa colher..." são exageros no sentido de que o intervalo entre uma expedição e outra não desse tempo e oportunidade dos negros mocambeiros se valerem de suas antigas plantações. Mesmo assim, é assaz pertinente ressaltar que acabar com a agricultura mocambeira não era desvalorizá-la, pois foi a partir daquelas atitudes que se começou a esboçar planos para povoar determinadas áreas dos sertões que fossem pertos ou pelo menos tivessem chances de terem bons caminhos (terrestres e fluviais) com as moradas e freguesias da parte sul da Capitania. Convém ressaltar que aquele tipo de estratégia fazia parte do *modus operandi* dos luso-brasileiros, pois utilizaram dela nas guerras contra os holandeses. Só que dessa vez, ao invés de abandonarem suas próprias plantações e "gados, devendo queimar e destruir tudo o que ficasse", como em 1645[725], os antigos senhores pretendiam combater os rebeldes privando-os de alimentos. Esse tipo de ação vai permear até na década de 70, período da expedição de Fernão Carrilho e das mudanças de olhares da administração pernambucana em relação às terras e ocupação de Palmares. Ao mesmo tempo em que deviam conquistar, as táticas de destruição continuavam, como as feitas nas expedições dos milicianos Antonio Ferreira de Lemosem 1674-1675, e de Constantino de Abreu, em 1679[726]. Antes das ações de Domingos Jorge Velho, em 1687 o Rei de Portugal mandava "aplicar nas sobras de minhaz fazenda" a contratação de 400 soldados pagos, advindos das tropas de Henrique Dias e Henrique Camarão. A estratégia era a mesma de sempre: pôr em correria os negros, destruir o máximo que puder e utilizar dos "Mantimentos das Suas Lavouras [dos palmarinos]", enquanto "se nam fazem outras lavouras, e descobrem outros caminhos"[727]. Mas, ao contrário do que houve antes, nenhuma fala acerca de destruir lavouras e mantimentos foi dada. A ordem era de apropriação e uso, mais do que destruição e privação. Possivelmente a estratégia de passar décadas fazendo batalhas esporádicas e sempre gastando tempo com colheitas fizesse o monarca patrocinar as ocupações efetivas. Da mesma feita, se antes os palmarinos se aproveitavam quando os

[724] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 62v.
[725] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, Vol. I, 1956, pp. 39-40 Doc. 78.
[726] "A língua falada em Palmares". "Os soldados do rei". In: **República**, 2004, p. 71, 86-87 (sobre as folhas de serviços de Antonio Ferreira de Lemos e Constantino de Abreu).
[727] AUC. **Coleção Conde dos Arcos**, códice 33, fls. 135-135v

escravistas voltavam ao litoral, recuperando suas antigas lavouras, agora ficaria mais difícil se reapropriarem de suas antigas bases.

A estratégia parece ter surtido efeito, pois quando o principal Mocambo (o de Zumbi) foi cercado por Domingos Jorge Velho e outros homens, os negros palmarinos se valeram da mesma tática em seus mocambos vizinhos: ao descobrirem (principalmente por conta do avanço da guerra e acúmulo de experiência) que os luso-brasileiros se valiam dos mocambos abandonados e de áreas férteis para fundar arraiais e acampamentos, os negros promoveram a obra da terra arrasada. Narrou, assim, Sebastião da Rocha Pita:

> Chegou o nosso exército, e caminhando a desfrutar aquelas quintas ou fazendas, as achou já sem frutos nem legumes, porque os inimigos com militar discurso colheram todos os que estavam sazonados, prevenindo-se para o cerco, e destruíram os que no curso dele podiam amadurecer e servir à nossa gente; e abandonando os mocambos, se recolheram dentro da circunvalação da sua muralha, unindo nela todo o seu poder, com esperanças firmes de triunfar do nosso, que tantos anos os tinha tolerado, estando eles na posse de não serem na sua fortificação acometidos[728].

Portanto, era mister para aquele pós-guerra holandesa a também destruição dos Palmarinos. Se em relação aos primeiros a necessidade era de fazer voltar a cultura do Açúcar, em semelhança aos segundos era a vontade de ocupar os sertões para expandir as cultivos do litoral e conseguirem espaços periféricos para os artigos de suporte e/ou início de outros empreendimentos que giravam em torno ou desembocavam no Açúcar (v. primeira parte).

5. 5 A natureza e os alicerces da conquista

Compreender os aspectos geográficos e a atuação humana em seus domínios continua sendo imprescindível para entendimento geral de uma temática como a conquista de alguma área por povos "colonizadores". "O determinismo geográfico não é tudo na gênese dos Estados territoriais, mas tem seu papel"[729]. Muitas vezes tratada como maçante, acrítica ou até mesmo desnecessária, a observação das variadas características da natureza dada pelos homens que viveram o momento trazem armadilhas e aspectos elucidativos para a presente pesquisa. É dado como óbvio que os argumentos de convencimentos eram substancialmente

[728] **História da América portuguesa**, 2011 [1730], p. 341
[729] BRAUDEL. **Civilização material, economia e capitalismo,** séculos XV-XVIII: o tempo do mundo. Vol. III, 2009, p. 265.

escritos para chamar atenção e que tudo que era escrito tinha uma finalidade, não sendo nada neutro. Porém, ao avaliar o depoimento de Frei Maria Jaboatão, em seus anos de 1761, encontra-se ainda a visão de uma Pernambuco quase perfeita, colonizada pelo gênio dos lusitanos e administrada pelos seus primeiros donatários e povoadores, responsáveis pela opulência local e riqueza da monarquia. A citação a seguir será longa, mas importante para observar como a necessidade de conquista do meio geográfico era, ao mesmo tempo, motivação final e base inicial para sobrevivência nos trópicos:

> (...) por ser aquelle continente de Pernambuco muy povoado, e appetecido desta gente [os ameríndios] pelo fertil, e abundante do seu Paiz, rasgado de muitos, e caudalosos Rios, cheyos de toda a casta de peixe, regado de varias Ribeiras, de claras, e salutíferas agoas; as suas margens dispostas, e fecundas, para todo o genero de lavouras, e mantimentos, os seus campos, e matas cultivadas de todas as caças, as suas prayas esprayadas nas vazantes, e embutidas de toda a espece [sic] de mariscos, os seus Arrecifes povoados de lagostas de toda a sorte, os seus manguaes habitados de toda a variedade dos caranguejos, os seus salgados por decurso de muitas legoas, como se forão cultivados a humana diligencia, mas só ao cuidado da natureza, são huns dilatados pomares dos salutíferos, e doces cajus, que sem enfastiar a todo o animal, assim como alimentão a natureza em todos, também servem aos humanos de singular medicina para alguns achaques. A estes servem, como de frontispicios vistosos, e prolongadas muralhas os levantados coqueiros, postos em esquadroens pelos combros das prayas, se não para impedirem a entrada para aquelles, para lhes servirem de aparente ornato. Só quem não discorreo por este Paiz, ou ao menos não navegou pela fronteira das suas Costas, poderá suspeitar por hyperbole encarecido esta breve, mas natural descripção do principal sitio de Pernambuco[730].

Ter aquele imaginário perseguido durante séculos (1500-1761) é ponto ímpar de avaliação de que existiria naquele discurso meias verdades e meias mentiras, pois apesar da propaganda ser essencial para conseguir animar os homens na conquista, a garantia de que aquele "mundo" era "real" é igualmente verídico, pois, se não o fosse, a colonização do centro e do espaço sul da Capitania de Pernambuco não teria seguido adiante e, Porto Calvo, Alagoas e Penedo nem sequer poderiam ter se tornado Comarca. Entretanto, a procura por novas fontes, e não apenas o destrinchamento do discurso, é o que deve ser feito na continuação desse trabalho. Em outras palavras: ao invés de se fechar no mundo da análise discursiva, tentando desconstruir para validar ou invalidar o que foi escrito pelos homens do XVI-XVIII, é-se necessário, antes de tudo, pesquisar o que eles mesmos escreviam, visando ter uma compreensão histórica mais bem aprofundada não pela crítica do vocabulário ou do estilo literário de quem escreveu, e sim arrancar de suas falações o que poderia ser concreto naquele

[730] **Novo Orbe Seráfico**, vol. I, 1979 [1761], pp. 141-142.

momento abstrato. E toda essa apreciação do historiador, para se tornar mais crítica, só tem a ganhar com a noção da existência de tensões e embates sociais que aconteciam na conquista americana, muitas vezes apagadas ou silenciadas nos relatos[731]. A análise dos conflitos entre depoimentos (as contradições de experiências) mostra-se essencial para apreender com mais afinco a temática da economia no percurso da conquista da natureza, fosse naquele presente (de maneira pragmática) como para um futuro (o "sentido da colonização").

Para Charles Boxer, uma análise comparativa entre a conquista da América e África evidencia alguns pontos de aproximação e de afastamento nas experiências dos lusitanos. Quando o primeiro continente foi sendo conquistado, uma bagagem "científica" já existia por conta das experiências na África (não em sua totalidade). Mas isso não privou os lusos de sofrerem os reveses da conquista a partir da imensa diferenciação geográfica e climática que existia "entre a selva amazônica e as planícies onduladas da região mais ao sul, (...) se bem que fossem menos prejucidiais aos colonos brancos do que as regiões empesteadas de febre da África Ocidental". Uma rápida "conclusão" de Boxer pode ser resumida: a geofísica do Brasil (principalmente a fluvial) foi mais difícil de domar do que a africana, principalmente por conta das "sociedades negras, de origem sudanesa ou banto", que "constituíam uma barreira mais coesa e mais forte à penetração do interior do que os ameríndios nômades do Brasil"[732]. Para o que foi lido acerca das regiões de Palmares, Salitre e Tamandaré, a escrita de Boxer serve como ponto de análise. Apesar de inicialmente uma balança pender para a barreira geográfica, não é de se ignorar as relações sociobélicas entre os conquistadores e os conquistados (fugidos ou não). Pode-se perceber que o segundo grupo foi o mais sofrido e mais original em suas vivências por conta das características de "isolamento" e fuga constante, impedindo intercâmbios que visassem a expansão de suas comunidades. Ao serem derrotados, pouco a pouco o luso-brasileiro aprendia acerca de sua sobrevivência nos trópicos, fazendo daquele momento a balança pender para os empecilhos socioeconômicos de sobrevivência. O conhecimento de um espaço físico e clima habitável não era o suficiente caso não tivesse poder material para manter sua posição de assentamento socioeconômico.

É-se, portanto, impossível imaginar o território sul de Pernambuco sem levar em consideração os seus rios:

---

[731] Retirei essa ideia a partir do parágrafo de BORGES, Maria Eliza Linhares. "O Brasil: entre o provisório e o duradouro. As representações do Brasil na Cartografia e nos Relatos de Viagem". In: PAIVA, Eduardo França. ANASTASIA, Carla (orgs.). **O trabalho mestiço:** maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. – São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002, p. 117.

[732] BOXER. Op. Cit., 2002, pp. 103-104.

> O que caracteriza geograficamente Alagoas é a existência de uma rede potâmica que cobre toda sua extensão, composta de 11 grandes vales que correm no sentido dos meridianos, os formados pelos rios Moxotó, Capiá, Ipanema, Traipú, Coruripe, São Miguel, Paraíba, Mundaú, Santo Antônio Grande, Camaragibe e Manguaba. Desses vales maiores apenas três se situam na *pars borealis* [i. e., a região norte, mais propriamente Porto Calvo]: o Santo Antônio Grande, o Camaragibe e o Manguaba. Os restantes se situam na grande extensão da *pars meridionalis* [i. e., a região sul, de Penedo e do Rio de São Francisco]. As matas atlânticas cobriam toda a *pars borealis*, e se estendiam ao sul até Coruripe. Entre esses longos vales potâmicos se situam inúmeros rios menores e lagoas, que formam mais que os rios maiores e a rede hídrica que cobre toda Alagoas. Essa presença perene de águas, e a concentração de matas atlânticas nas terras subuneses do norte, criam uma distinção geográfica que separa o sul do antigo Pernambuco da continuidade de tabuleiros que, a partir dos Caricés de Goiana, chega até o sul do Cabo de Santo Agostinho. Alagoas se forma como uma distinção geográfica sobre a qual se veio criar, historicamente, uma distinção cultural. Situada na grande depressão que leva ao vale do rio São Francisco, estendendo-se estreitamente entre o montuado orográfico de oiteiros e serras do Alto Jacuípe, e que se espalha ao sul numa linha elevação da qual a serra dos Guaribas é o ponto de máxima altitude (882 metros sobre o nível do mar), e as terras baixas que antecedem o litoral, Alagoas tomaa forma que lhes dá sua geografia, e cuja imagem cartográfica, segundo consta na Geografia Alagoana do doutor Thomaz do Bom-Fim Espíndola, é a de um 'triângulo trancado'. Esta imagem nos ajuda a entender Alagoas como uma distinção geográfica, com a configuração de um trapézio regado, em toda sua extensão, por rios, riachos, lagoas e lagunas. No mapa do antigo Pernambuco, a água é o elemento distintivo da realidade geográfica nomeada Alagoas. É a água, e não as montanhas e terras secas, que faz de Alagoas uma realidade geográfica distinta do resto da capitania de Duarte Coelho. A hidrografia alagoana criou a autonomia geográfica de Alagoas antes que um ato real estabelecesse a autonomia política. Com seus dois modelos de colonização, Alagoas preparou-se politicamente para a autonomia. Mas primeiro foi a geografia[733].

A existência de cidades alagoanas na contemporaneidade que fazem referências em seus nomes a aspectos antes geográficos (Penedo do Rio de São Francisco, Porto Calvo, Piranhas, Porto Real do Colégio, Olho d'Água das Flores, Olho d'Água das Pedras) do que religiosos (São Miguel dos Milagres) ou políticos (Delmiro Gouvêa, Marechal Deodoro, Teotônio Vilela – se bem que essas são mais caras ao ego desvairado dos políticos alagoanos dos séculos XIX e XX) e até mesmo híbridos (Porto Real do Colégio, Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, Santa Luzia da Alagoa do Norte, Barra de Santo Antônio), é uma manutenção de longa duração acerca da importância da geografia e do clima para sobrevivência de um assentamento social. Prática herdada dos ameríndios que foram conquistados (os nomes e termos como Coruripe, Maragogi, Paripueira), sendo profundos conhecedores de brenhas e de

[733] LINDOSO. Op. Cit., 2019, pp. 64-65.

táticas de sobrevivência[734]. Ao mesmo tempo, convém salientar a experiência e interesse dos lusitanos, conjugados agora com os ameríndios, aos espaços banhados por rios, pois é bom lembrar que o território sul fora batizado pelos batavos como "das Lagoas", "das Alagoas", "das duas lagoas", "Comarca das Alagoas", "Alagoas", a partir de sua divisão cartográfica-holandesa em *Alagoas pars borealis* e *Alagoas pars meridionalis*[735].

Em suma, junto a essa leitura a contrapelo das ações dos gêneros nobres (açúcar, tabaco, madeiras), é interessante observar a importância dos depoimentos relativos a outros gêneros alimentícios e de mercado que foram substanciais na reprodução das povoações que se adentraram nos sertões das vilas de Porto Calvo, Alagoas e Rio de São Francisco. Esses gêneros abrem as investigações acerca das áreas "marginais" ou "naturalmente" (na falta de um termo melhor) pobres. Se fincarmos as observações em notícias fechadas colhidas nas análises dos homens dos séculos XVI-XVII, teremos uma plano interpretativo bastante limitado: terreno fértil é pra cana de açúcar; terreno infértil é empecilho ao açúcar e ao desenvolvimento da riqueza do homem (leia-se: famílias de cabedais ou com poderes já previamente construídos para manutenção de dominação sobre outros corpos sociais subalternos e escravizados).

Igualmente, buscar na geografia por ela mesma os dados técnicos também não é o melhor caminho, apesar de seu conhecimento ser essencial para problematizações: "As áreas mais ricas do solo brasileiro se restringem a um certo número de manchas excepcionalmente férteis, situadas em pontos isolados do território"; "As planícies e terras baixas brasileiras, onde quer que estejam, infelizmente constituem áreas de terrenos dominantemente pobres e arenosos"[736]. Esse tipo de raciocínio faz locais como os sertões parecerem mais "pobres" por conta do clima e da geografia. Mas até que ponto? A conjunção de um método de análise "técnica" com a histórica (a vivência dos homens em seu tempo e o entendimento de suas motivações) parece ser o mais indicado para se entender a questão da natureza. Bert Barickman soube bem sintetizar o julgamento:

---

[734] FREYRE. Op. Cit., 2006, pp. 220-221.

[735] Tal *insight* partiu de Dirceu Lindoso no estudo de Alagoas em "norte" e "sul", baseado na divisão dos holandeses (*pars borealis* e *pars meridionalis*), v. LINDOSO. Op. Cit., 2019, p. 54, "a primeira partição cartográfica das terras do sul do antigo Pernambuco, isto é, das terras subunenses, fê-la a administração holandesa-flamenga da Companhia das Índias Ocidentais. Do rio Uma ao rio Santo Antônio Grande, designou de Alagoas *pars borealis*, cujo polo de colonização era Porto Calvo, e do rio Santo Antônio Grande ao rio São Francisco, designou de Alagoas *pars meridionalis*, cujo polo de colonização era Penedo. Ambas pertenciam a Perfecturae Pernambuco. O topônimo Alagoas Boreal não é uma invenção tardia de historiadores, mas uma realidade geográfica e política nascida das necessidades da conquista, ocupação e colonização luso-tropical no espaço atlântico da América do Sul. A administração holandesa-belga da colônia da Companhia das Índias Ocidentais apenas deu realidade a essa expressão geográfica e histórica: as Alagoas".

[736] AB'SABER. Op. Cit., tomo I, 1960, p. 67.

> Mas os massapés só eram as 'melhores terras' para a cana-de-açúcar. Nem o fumo nem a mandioca cresciam bem nesses solos argilosos e pesados – que durante os meses chuvosos do inverno se transformavam num lamaçal quase intransitável e no verão formavam uma crosta dura como pedra. Ambos desenvolviam-se muito melhor em solos mais leves e mais arenosos[737].

Em um ponto de vista mais científico, Manuel Correia de Andrade também deu seu aval sobre a peculiaridade da geografia dos "sertões" das partes sul de Pernambuco. Seu parecer técnico não reforça uma conclusão histórica, e sim endossa o comportamento e o grau de surpresa (e até mesmo de ignorância) dos luso-brasileiros que desbravavam os interiores de Porto Calvo, Alagoas e Penedo:

> (...) O Nordeste deve gozar de um clima semi-árido desde as eras mais remotas, permitindo essa sua relativa estabilidade climática o clímax de uma vegetação tão altamente especializada como é a nossa caatinga. Concordamos ainda (...) que tenha havido pequenas variações, não tanto da quantidade das chuvas, mas da sua distribuição anual e que tenha havido períodos em que a estação chuvosa se tenha reduzido a 2 ou 3 meses por ano e, consequentemente, a caatinga sertaneja tenha avançado sobre o agreste e este sobre as áreas de mata seca. Ao contrário, em outros períodos de chuvas mais abundantes ou melhor distribuídas, a mata deve ter avançado sobre o agreste e este sobre as áreas de mata seca. Ao contrário, em outros períodos de chuvas mais abundantes ou melhor distribuídas, a mata deve ter avançado sobre o agreste e este ter conquistado da caatinga os trechos mais favoráveis. Na verdade, as regiões de climas indecisos entre a umidade e a semi-aridez devem ter sentido com maior intensidade essas variações, do que aquelas dominantemente úmidas ou dominantemente secas[738].

A ótica, portanto, que deve ser utilizada para "ler" as passagens de Barickman e Andrade é propriamente a da economia social de base empírica e histórica. Nesse caso, observar-se que a cultura da importância do açúcar e da cana alimentava tanto as rendas dos homens mais poderosos das vilas, como ajudava a fundamentar a hierarquia social excludente entre eles. Não é a toa que o massapê fosse bem visto e que a cana era o gênero mais procurado. Todavia, ao se estudar os outros artigos, vê-se que os luso-brasileiros também souberam dar importância a outros tipos de territórios e tratavam de equalizar a agricultura. Por exemplo, em São Paulo colonial, ao contrário do que foi visto para as vilas ao sul de Pernambuco, a mandioca era plantada na parte litorânea porque não se dava bem nos "sertões" da Capitania de São Vicente[739]. Tira-se dessa comparação que apesar de todo o

[737] BARICKMAN. Op. Cit., 2003, p. 43.
[738] ANDRADE. Op. Cit., 2010, p. 29.
[739] HOLANDA. Op. Cit., 1994, p. 173.

poder do açúcar, o massapê litorâneo não receberia a mandioca tal quais os terrenos arenosos dos sertões. Reforça-se que no âmbito "macroecônomico" ou "macropolítico", tais gêneros (mandioca e fumo) não suplantavam o açúcar, mas em recorte mais "micro" e "local", fundamentavam a economia material e social de uma determinada sociedade ou conjunto de vilas.

De fato, os naturalistas, cronistas, viajantes, administradores e escritores acerca de aspectos da natureza "brasileira" nos séculos XVI-XVII, atentam-se à questão do solo fértil não porque ele "merecia" a cana de açúcar, mas pelo fato de que a boa qualidade da planta só era possível se andasse em conjunto com a terra: "a diferença de qualidade do açúcar procede já da natureza do terreno, onde é plantada a cana; ou já do prefeito [mestre] do açúcar, cuja ciência e felicidade muito influi no valor do açúcar"[740].

Em um jogo de reciprocidade, a procura de solo fértil para a cana de açúcar subsidiou a própria agricultura de subsistência. Não é de se surpreender que os paulistas, quando vieram para o "nordeste", para lutar contra Palmares e contra os "Bárbaros" da Bahia (e depois Rio Grande do Norte), decidiram fincar posição. Enquanto os "empreendimentos" dos paulistas no século XVII pouco tinham a ver com o povoamento dos sertões (e sim com o apresamento de ameríndios)[741], os bandeirantes que vieram para Pernambuco terão uma tática distinta.

Não espanta que em 1712 os senadores da Câmara das Alagoas estivessem tão empolgados de escreverem sobre seus 26 engenhos de açúcar, demonstrando suas conquistas em relação à natureza. Penedo, por outro lado, aparecia como a parte "pobre", pois o açúcar não era seu carro-chefe. Os discursos políticos se fundamentavam em torno do açúcar, e isso fez com que a própria análise dos pesquisadores absorvesse aquela dinâmica como explicadora da economia "alagoana" e até mesmo "nordestina". A geografia e clima terem sido expostos em caracteres binários como "bom pra cana" ou "ruim pra cana" também teve suas consequências. Em termos econômicos, a situação se extrapolava, apesar de que a todo o momento naquele século XVII ela (a economia) era puxada de volta pela coleira da política e cultura da fidalguia do açúcar. A Comarca das Alagoas tomou ideia e depois forma prática tanto por conta de uma estrutura geográfica-climática diversificada e diferenciada como por políticas açucareiras que dariam "razão" para aquelas vilas merecerem atenção da administração régia.

---

[740] MARCGRAVE, Jorge. **História natural do Brasil (1648).** – São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942, pp. 84-85 *apud* MARQUESE. Op. Cit., 1999, p. 48.
[741] MONTEIRO. Op. Cit., 1994, p. 7.

6 O AVANÇO PELOS TRABALHADORES

Em 1709, o Convento Franciscano, presente na Vila das Alagoas, recebeu a visita de um Frei chamado André. O religioso era famoso por estar sempre inquieto, ser calvo e não usar proteção para a cabeça, mesmo em dia de sol escaldante. Sua justificativa era deveras curiosa: "dizia, que a nossa cabeça era húa officina de calor, e que se esse se reprimia com cobertura naó podia vaporar, e repercutia a causar alguá molestia". Sua fama advinha por ser demasiado inteligente na filosofia e na teologia. Entretanto, o que chama atenção para essas linhas era o seu "dom de saber operar todos os officios, especialmente de pintor, carpinteiro, e ourives, e tudo com perfeição"[742]. Um Frei experimentado na arte manual, em pleno início de século XVIII, em um ambiente em que o escravismo regia as relações de trabalho e inclusive as posições dos trabalhadores. Até que ponto seu exemplo, suas experiências e até mesmo seus sermões e ensinamentos poderiam causar impacto nos ambientes onde se estabelecia e atuava?

Parte-se do ato de expor o caso de Frei André, e chega-se à introdução do capítulo: imaginemos o religioso em uma guerra como Palmares, uma expedição como as do Salitre ou uma obra como Tamandaré. O que ele faria? Muito ou pouco? Alargando o pensamento, quantos "Frei André" existiram em corpos de ameríndios, negros escravos e forros, homens brancos pobres, mocambeiros, etc.? Ter isso em mente é imprescindível para matizar raciocínios acerca da ação dos trabalhadores na conquista e expansão territorial, sendo um elo com os que se responsabilizavam nas matas de Palmares, nas caatingas do Salitre e nos capins de Tamandaré, que carregavam mantimentos, que navegavam em balsas, que eram guias, que construíam casas, que arranjavam apetrechos para expedições, que faziam as jangadas, etc.[743]. Apesar do clima de beligerância, não será dada ênfase total a "serviços bélicos", mas tomam-se como base os três momentos-chave de ocupação dos sertões de Alagoas, Penedo e Porto Calvo: as entradas em Palmares, a expedição do Salitre e a reformulação do espaço de Tamandaré. Ou seja: adentrar, construir e locomover-se.

---

[742] **Novo Orbe Seráfico**, vol. II, 1980, [1761], p. 610.

[743] Escrever "trabalhadores" não deixa de ser um termo genérico, mas ainda assim mais seguro para o tema que está se propondo nesse capítulo. Sabe-se que havia denominações como "ofícios mecânicos", "artesãos", etc., além de toda uma noção de hierarquia social. Porém, como não é intuito mapear e analisar o imaginário dos oficiais, qualificarei todos como "trabalhadores". Uma síntese encontra-se em FLEXOR, Maria Helena Ochi. "Oficios, manufaturas e comércio". In: SZMRECSÁNYI (org.). Op. Cit., 1996, p. 173 e ss. Sobre a amplitude do universo do trabalho na França moderna, Braudel encontrou uma lista de 192 ofícios de base, v. BRAUDEL. Op. Cit., 2009, vol II, p. 333.

A base de problematização acerca da categoria "trabalho" continuará sendo de caráter marxista, i. e., de encarar o trabalho como ato de transformação da natureza, onde o homem/mulher, ao produzir uma economia material, acaba transformando o modo de viver social de si próprio e do grupo que está em ação[744]. No entanto, nesse capítulo, não se pretende observar tais relações como necessariamente o ato da produção (transformar matéria prima em um objeto), mas importa tanto mais o intercâmbio entre duas ou mais pessoas, onde uma prestará serviço a outro de qualquer natureza (Fernand Braudel diria que a troca é mais visível, enquanto que a produção é mais difícil de acompanhar por ser mais confusa[745])[746]. Isto é, afastando-se um pouco – mas mantendo a inspiração – de Marx e Gorender, não se pretende desvendar os mecanismos de produção da mercadoria e do modo de produção escravista colonial, e sim analisar criticamente as fundamentações socioeconômicas nos processos de conquistas que se deram nos espaços dos sertões ao sul de Pernambuco[747]. Da mesma feita, é igualmente – ainda – difícil a tarefa de "mapear" uma "mentalité", "cultura política" dos trabalhadores: "as expectativas, as tradições e até as superstições dos trabalhadores que com mais frequência se envolviam nas ações de mercado"[748].

Para isso, aproxima-se mais de Edward Thompson e de seu alerta sobre os cuidados para se evitar termos econômicos desajeitados para explicar situações sociológicas[749]. Trocando em miúdos, se na primeira parte dessa tese viu-se o aspecto "imóvel" da conquista dos sertões (concessões de sesmarias em Palmares, fundamentação da Oficina do Salitre e o projeto de reforma de Tamandaré), almeja-se, agora, observar as "mobilidades" da conquista.

Para uma historiografia acostumada ao mundo do Engenho de Açúcar, é difícil – e, ao mesmo tempo, estimulante – iniciar uma pesquisa acerca das relações de trabalho em outros ambientes fora daquele que comumente se traduziu em "Casa Grande, Senzala, Engenho e Canavial"[750]. Os espaços sertanejos da "civilização do couro" igualmente receberam atenção,

---

[744] Ideia levada a cabo também por Lindoso em suas interpretações, v. LINDOSO. Op. Cit., 2019, p. 96.
[745] BRAUDEL. Op. Cit., Vol. II, 2009, p. 12.
[746] Um ótimo ensaio é o de Lindoso, que se atém às técnicas do mundo rural na formação de um campesinato na região norte de Alagoas (nesse ponto, já fazendo uma leitura que invocaria uma longíssima duração, que iria da época colonial até o século XX), v. LINDOSO. Op. Cit., 2019, pp. 211 e ss.
[747] Nesse caso, estou me referindo (e me distanciando) às análises presentes MARX. Op. Cit., vol. I, 2017; e GORENDER. Op. Cit., 1978. E me aproximando das de Thompson e Lindoso.
[748] THOMPSON, Edward. "Economia moral revisitada". In: THOMPSON. Op. Cit., 1998, p. 204.
[749] "Conceitos como 'preferência de tempo' e 'curva da oferta de mão de obra de inclinação retrógrada' são, muito frequentemente, tentativas desajeitadas de encontrar termos econômicos para descrever problemas sociológicos", cf. THOMPSON, Edward. "Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial". In: THOMPSON. Op. Cit., 1998, p. 288.
[750] PALACIOS, Guillermo. "Agricultura camponesa e *plantations* escravistas no nordeste oriental durante o século XVII". In: SZMRECSÁNYI (org.). Op. Cit., 1996, p. 36. Para a historiografia "alagoana", os maiores expoentes foram DIÉGUES JR.. Op. Cit., 2006, e SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas.** – Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool. Museu do Açúcar, 1970.

mas permanecem ainda muito pouco explorados, principalmente no que tangem novas maneiras de enxergar e problematizar a vida material nas paragens longe dos litorais do sul da Capitania de Pernambuco[751].

Em suma, estudar a expansão territorial das três vilas (Porto Calvo, Alagoas, Penedo), sem levar em consideração as relações de trabalho intrínsecas ao processo, é arriscar deixar o trabalho pela metade; alerta esse dado por Schwartz, onde a discussão da "vida escrava" (família e etc.), apartada de um pano de fundo que seria o trabalho, torna as análises um "exercício de fantasia etnográfica"[752]. Carlos Zeron, ao analisar a influência dos jesuítas no debate sobre a escravidão ameríndia e africana, igualmente dá ênfase no uso da categoria trabalho como único caminho que os cristãos viam na "salvação" do ameríndio, bem como ser um dos métodos mais fortes no processo de aculturação[753].

Dito isso, até que ponto o projeto da Comarca das Alagoas só recebeu atenção graças à abertura das vilas cada vez mais pelo interior, por conta das construções e entradas dos homens e mulheres que se apropriaram dos conhecimentos e se valeram da mão de obra escrava, e do terreno conquistado pelos palmarinos e antigas nações ameríndias?[754] Esse capítulo espera estudar os diferentes labores desse extenso e intrincado processo de uma maneira mais social e cultural, como um primeiro plano (Schwartz, *supra*) que fundamentou a expansão dos sertões[755].

6. 1 Adentrar: o mosaico de trabalhadores na conquista dos sertões

[751] Como já foi escrito na introdução, tal pontapé foi iniciado por LINDOSO. Op. Cit., 2011. LINDOSO. Op. Cit., 2019, pp. 58-59.
[752] SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes.** – Bauru: SP: EDUSC, 2001, p. 89.
[753] ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. **Linha de Fé:** a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, pp. 19 e 34, 141 e ss, 413-414.
[754] Para Pernambuco Colonial, Kalina Vanderlei arriscou algumas linhas sobre a conquista pós-palmares pelas "vilas açucareiras". Nesse capítulo espera-se aprofundar e problematizar com mais afinco os passos iniciais da historiadora, SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras:** a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. – Recife: Cepe, 2010.
[755] Sigo as colocações de Thompson acerca da análise do econômico pelo prisma sociocultural do que necessariamente "econômico" (que, no caso brasileiro, tem em Gorender seu maior nome – que levou os estudos, por assim dizer, até perto de suas últimas consequências): "Los conceptos críticos, que se utilizan constantemente en *M[aking of the] E[english] W[working] C[lass]*, son los de clase y lucha de clases. Yo daria primacía a éstos frente a una derivada – una derivada económica – de la noción de plusvalía, sobre la cual se construye después de todo un cuadro del capitalismo partiendo del bloque número uno, que es la plusvalía". THOMPSON, Edward P. "Una entrevista com E. P. Thompson". In: THOMPSON, Edward P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase.** Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. - Barcelona: Editorial Crítica, 1984, pp. 314 e 318.

Comecemos o capítulo a partir da movimentação de "adentrar" nos sertões. É lugar comum na historiografia brasileira a noção que os lusitanos utilizaram em demasia do conhecimento e da força de mão-de-obra ameríndia para desbravar os caminhos delimitados pela linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. As partes sul da Capitania de Pernambuco seguiram a regra, mas, como veremos adiante, as conjunturas de guerra e exploração fizeram com que o ritmo fosse particular àquelas localidades e comunidades.

Os padres e missionários não foram os únicos lusitanos que tiveram os habitantes pré-colombianos em seu jugo. Diversas "nações" ameríndias administradas por Capitães luso-brasileiros existiam nos sertões da Capitania de Pernambuco, e cabia aos oficiais das vilas (leia-se, os edis das Câmaras municipais) estabelecerem o contato para cooperação entre eles. Os ameríndios foram tratados como guerreiros, trabalhadores, agricultores, vaqueiros e escravos. O que não era novidade, visto que os lusitanos se valeram da "divisão sexual do trabalho presente em muitas sociedades indígenas" para tirarem proveito próprio: mulheres e crianças na agricultura e homens "para outras funções especializadas, tais como transporte de cargas e a participação em expedições de apresamento"[756]. Em suma: quando aldeados, os ameríndios eram vistos como lavradores de mantimentos, normalmente ligados ao trabalho da terra; em momentos de guerra, aquele contingente produtor tornava-se bélico e de auxílio militar, mas sem perder suas funções iniciais. Vejamos mais de perto essa característica híbrida.

6. 1. 1 O soldado ameríndio lavrador

Ameríndios utilizados como trabalhadores nas expedições de Palmares constam desde o tempo dos holandeses com a viagem de João Blaer. A falta de prática dos batavos nos terrenos e o conhecimento limitado do clima e das regiões fazia essencial ter escravos para prover e diminuir a carga de afazeres que as matas exigiam. Os ameríndios, por outro lado, já detinham toda a experiência em caçar peixes, aves, patos e porcos. A utilização das habilidades ameríndias se tornou prática rotineira, visto a diferença de destreza: "neste dia [30 de março de 1645], os brasilienses pegaram muitos peixes, mas a nossa gente poucos", certamente pelos primeiros utilizarem de "flechadas" e os segundos, provavelmente, de "anzóis"[757]. Afinal, mesmo se quisessem, não teriam o material para confeccionarem a rede ou canoas para

[756] MONTEIRO. Op. Cit., 1994, p. 67.
[757] "Diário da viagem (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 167, 168, 172.

pescarem na maré[758]. A engenharia da pesca continuaria atrelada aos litorais, enquanto que nos sertões poderiam imperar em maior quantidade a caça terrestre e o improviso[759].

Com o fim da guerra contra os batavos, o Governo de Pernambuco voltou atenção aos mocambos de Palmares e, em março de 1661, já tinha projeto de "povoarem a Aldeya dos Ananazez", que ficava no distrito de Serinhaém – mas que tinha ligação com Porto Calvo –, com "25 Indioz com mulheres, e meninoz"[760]. Em suma: visava-se a utilização do ameríndio catequizado como trabalhador para roçar, plantar, produzir, construir, e ainda batalhar contra os negros mocambeiros. A heroicidade dos luso-brasileiros em "desbaratar" os sertões e sobreviverem nas suas lutas e caças só foi possível com a usurpação do trabalho ameríndio e de suas habilidades. Gândavo já notara o comportamento no século XVI: "[os índios] mata[m] assim com flechas como por indústria de seus traços e fojos, onde [os brancos] costumam tomar a maior parte dela [da caça]"[761].

O uso do ameríndio nas entradas dos Mocambos não pode ser explicado apenas por caracteres de conhecimento geográfico e da natureza, ou por conta do preço e da falta de aldeamentos de religiosos[762]. Pelo prisma de visão dos colonos, o ameríndio era "pau para toda obra" e, apesar de todas as críticas de sua "indolência", eram recrutados para todo tipo de afazer. Em primeiro momento (as viagens de Blaer), viram-se atuações "extrativistas" dos "brasileiros", tendo predominado as caças e armadilhas. Anos depois, com os batavos já expulsos, os luso-brasileiros já olhavam os ameríndios como agentes de processo de "sedentarização", como uma espécie de "colonos", sempre em subordinação aos brancos. A estratégia (por parte dos homens das vilas de Alagoas e Porto Calvo) não teria nascido exclusivamente pela tomada de consciência de que os ameríndios eram uma força bélica, mas também por conta dos conhecimentos desses últimos acerca da terra e natureza que só poderiam advir de uma justificativa: a experiência pelo trabalho.

Como já se viu nos capítulos passados, as entradas em Palmares não se dava sempre com homens caminhando que iam e voltavam. Essa foi uma estratégia que perdurou por

---

[758] **Diálogos**, 1997 [1618], p. 184

[759] Nas áreas habitadas: as vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, tinham suas pescas, inclusive por redes, como bem atentou Arthur Curvelo para o período holandês e principalmente no pós-guerra, cf. CURVELO, Arthur. Pescaria e bem comum: pesca e poder local em Porto Calvo e Alagoas do Sul (séculos XVII e XVIII). In: CAETANO. Op. Cit., 2012, pp. 46 e seguintes

[760] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 49.

[761] **Tratado da terra**, 1995a [1576], p. 21.

[762] Apesar de ter existido, como a expedição de 1679, em que um Padre Franciscano, Francisco dos Anjos, era missionário da "Aldèa da Alagòa", e com "Gentio para guia, e guerra", em conjunto com "huma tropa de soldados [d]o Capitaõ de Infantaria João de Freitas da Cunha", teve que seguir "com grande trabalho de jornadas, por brenhas, mattos, serras, e agoas, ainda que sem effeito", tendo encontrado um mocambo abandonado, v. **Novo Orbe Seráfico**, vol. II, 1980, [1761], p. 115

décadas. No entanto, a experiência lusitana fez mostrar que fincar estabelecimentos nos sertões era uma tática mais efetiva. Da mesma feita, tomando as colocações de John Monteiro para as áreas de São Paulo no século XVI, essas estratégias de criarem roças nos sertões serviu, indiretamente, para abrir "um novo leque de opções econômicas", visto que tais espaços (no contexto paulista) se tornaram aldeias, povoados e, futuramente, vilas[763]. Nesse ínterim, a ligação dessa rede complexa de interdependência era fundamentada em cima do trabalho ameríndio e africano, que teriam que aprender (ou reaprender) a fazer roças e produzirem alimentos de subsistência[764].

Em 1685, quando os dois arraiais principais estavam sendo pensados e implantados em Palmares, o ex-governador Dom João de Souza já tinha tratado como plano o estabelecimento de "80 soldados pagos e 120 índios, com seus casais". A ideia do casal é interessante, pois invocava tanto a questão bélica do uso dos ameríndios flecheiros, como das mulheres para "plantar os mantimentos", sem a necessidade de dependerem e sofrerem tanto das esperas dos comboios que eram enviados das vilas[765]. Nas estradas de 1687 foi traçado um plano de construir uma Casa-forte nos sertões, que objetivava colocar "as aldeias do terço do Camarão, e as demais dos índios domésticos se situem por diversas partes dos Palmares: tanto para os negros, não tenham lugar seguro em que habitar como para cativar e impedir aos moradores, que fugirem"[766].

E, mais uma vez, volta-se à utilização dos ameríndios como lavradores que deveriam resguardar os domínios dos luso-brasileiros. Observar esses variados trabalhos materiais sendo feitos pelos ameríndios é de suma importância para se compreender como a escravidão foi "motor da história" nas fixações dos luso-brasileiros nos sertões de Alagoas, Porto Calvo e Penedo. Mesmo o ex-governador de Pernambuco, dom João de Souza, em 1687 ter considerado "tirania" a atitude de "constrange-los [os ameríndios] a esta assistência", não é de se negar que a utilização de trabalho para outros fins foi fator comum[767]. Esse costume foi continuado por Domingos Jorge Velho e seus paulistas. Já nas suas condições (o contrato traçado com o Governador), Jorge Velho demonstrava que as farinhas, o milho e o feijão dado as suas tropas seriam "conduzi[dos] pelos seus índios", o que demonstra uma parte da

[763] MONTEIRO. Op. Cit., 1994, pp. 90-92.
[764] ZERON. Op. Cit., 2011, p. 84.
[765] "Parecer do ex-governador de Pernambuco (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 267.
[766] "Cópia de uma carta (...)" In: **Mocambos**, 2010, p. 282.
[767] "Parecer do ex-governador (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 285.

autonomia perante os governadores e uso diferenciado de seus escravos nas empreitadas dos sertões[768].

Em 1694, prestes a dar sua última investida para destruir o principal Mocambo, Domingos Jorge Velho estabeleceu mais condições para se manter naqueles sertões. Entre elas, a do pagamento de soldos para si e os seus soldados "e cada soldado índio 2 cruzados cada ano para se enrouparem". De lavradores, o novo contexto transformava os índios em força bélica[769], essencial e cujas vidas não poderiam ser contadas como buchas de canhão, visto que o paulista pensava que mais batalhas ocorreriam, alertando que poderia existir "uma e outra guerra"[770]. Vale citar a "defesa" de seus ameríndios e a caracterização feita por Jorge Velho, no momento da destruição do Outeiro da Barriga:

> Primeiramente, nossas tropas com que íamos à conquista do gentio brabo desse vastíssimo sertão, não é de gente matriculada nos livros de Vossa Majestade, nem obrigada por soldo nem por pão de munição; são umas agregações que fazemos alguns de nós, entrando cada um com os servos de armas que tem e juntos íamos ao sertão desta continente não a cativar (como alguns hipocondríacos pretendem fazer crer a Vossa Majestade) senão adquire o Tapuia gentio brabo e comedor da carne humana para reduzi-lo ao conhecimento da urbana humanidade e humana sociedade a associação racional trato, para por esse meio chegarem a ter aquela luz de Deus e dos mistérios da fé católica que lhes basta para sua salvação (porque em vão trabalha quem os quer fazer anjos antes de fazê-los homens) e desses assim adquiridos e reduzidos, engrossamos nossas tropas, e com eles guerreamos a obstinados e renitentes a se reduzirem e se ao depois nos servimos deles para as nossas lavouras nenhuma injustiça lhes fazemos, pois tanto que é para os sustentarmos a eles e a seus filhos como a nós e aos nossos; e isto bem longe de cativá-los, antes se lhes faz um irremunerável serviço em ensiná-los a saberem lavrar, plantar, colher e trabalhar para seu sustento coisa que antes que os brancos lhe ensinem, eles não sabem fazer, isto entendido, senhor?[771].

Muito se pode problematizar nesse discurso. Para satisfazer os propósitos desse trabalho e tema, foca-se na prática economia ↔ trabalho ↔ humanidade. Jorge Velho colocou os ameríndios como desprovidos de capacidade de lavrar, plantar, colher (logo, de se comportarem como europeus) como condições de sua "bestialidade" (somando comer carne humana, etc.)[772]. Somente o trabalho iria "salvar os índios" (e, aqui, o sentido é

---

[768] "Condições ajustadas com o governador dos paulistas (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 277.
[769] Atitude essa que não era exclusiva da guerra contra Palmares, cf. ZERON. Op. Cit., 2011, pp. 84-85.
[770] "Condições que os paulistas (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 335.
[771] "Carta autografada de Domingos Jorge Velho (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 343.
[772] Curioso (ou hipócrita-oportunista, se for permitido um pouco de juízo de valor) é a posição do Mestre de Campo paulista com os ameríndios aldeados de Ararobá. Antes de irem para a guerra dos bárbaros, em 1690, queriam passar na Aldeia para de lá retirar alguns tapuias que estavam sob a guarda de seus Missionários. O governador de Pernambuco, em prontidão, não permitiu a manobra. A situação faz a posição de Jorge Velho em relação às mercês ser avaliada: em seu jugo, os ameríndios seriam educados e postos a trabalhar, como se todos

completamente diferente dos dados pelos Missionários), além de se tornar o melhor caminho para sua (falsa) inserção no cosmo europeu-português. Os missionários, que não apenas catequizavam, mas ensinavam ofícios e lavrar a terra, não eram muito bem vistos pelos bandeirantes. Tomar ameríndio trabalhador para guerrear e depois escrever carta de mercê dizendo que colocou ameríndio "bárbaro" para se comportarem na humanidade europeia foi discurso comum dos escravistas[773]. Essa tática de "civilizar" pelo trabalho (leia-se, escravidão), foi comum nas áreas paulistas do século XVII, tornando-se, inclusive, formadora de sua sociedade[774]. O que Jorge Velho fizera foi dar um passo adiante, se apropriando do estilo jesuítico para impor sua visão que a vitória contra Palmares era ao mesmo tempo a vitória do estilo bandeirante (do soldado ameríndio lavrador) sobre o estilo missionário (do ameríndio lavrador-trabalhador cristão)[775].

Com a destruição de Palmares e morte de seu líder Zumbi, o Mestre de Campo Domingos Jorge Velho continuou em entreveros com a administração financeira da Câmara (não se sabe qual) em relação aos soldos de seus homens. Volta-se ao aspecto ameríndio ↔ economia-lusitana ↔ humanidade, e Jorge Velho requeria o pagamento de varas de estopa para que os seus ameríndios se cobrissem. Mas vestir-se era um ato "incompleto" para a conquista dos sertões. Era-se necessário utilizar os ameríndios como trabalhadores. Se em cada ano eles tinham cinco varas de estopa, "por hûa vez" (ou seja, de maneira única) o Monarca retirou de sua Fazenda Real dinheiro para comprar e dar "ferramenta que lhes for nesessária para tratarem da Sua Vida, e Cultura das terras"[776].

Mais do que flecheiros e combatentes, os ameríndios dos paulistas (e dos "alagoanos" e "pernambucanos") continuavam inseridos no cosmo luso-brasileiro. Em suma: a manutenção das vidas dos conquistadores estava intrinsecamente ligada com o ato de fazer os ameríndios trabalharem para gerar renda aos seus donos e administradores. A mão-de-obra escrava indígena, mascarada em forma de "liberdade" e "pagamento", se tornou o sustentáculo da economia e dos "fazer-se social" dos luso-brasileiros que conquistavam e se assentavam nas áreas tomadas de Palmares. A particularidade daquele novo momento de conquista dos sertões

---

aqueles que estivessem foram de seu domínio fossem considerados "bárbaros", AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 542v-543.

[773] Além dessa tese, ver, igualmente, MARQUES. Op. Cit., 2014.

[774] MONTEIRO. Op. Cit., 1994, p. 138.

[775] Ao seja, ao invés de observarmos o paulista e o missionário como portadores de projetos conflitantes, vê-se que em Palmares o Mestre de Campo Domingos Jorge Velho era mais um apropriador do estilo jesuítico, principalmente do discurso do trabalho como "salvação da alma", cf. ZERON. Op. Cit., 2011, p. 94.

[776] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 211.

consistia na transformação das aldeias ameríndias por via da militarização[777]. Isto é, Palmares tornou-se um espaço colonizado constantemente por Casas-Fortes e terminou com os dois Arraiais militares (Brotas e Jacuípe).

Sai-se das matas e entra-se na caatinga. O que foi escrito acima para a região de Palmares pode ser pensada para os espaços do Rio de São Francisco. Ao fazer a conexão entre Palmares → Rio de São Francisco → Minas de Salitre, tem-se em aproximadamente 1675 o relatório dos planos de João Fernandes Vieira para a luta contra os negros mocambeiros. A região do Rio Panema tinha sido escolhida como local ideal para comportar "uma aldeia de índios mais fiéis", que trabalhariam para "plantarem mantimentos para sustento seu e dos soldados". Apesar da dinâmica da guerra desestabilizar a economia escravista, Vieira via como necessária a manutenção a todo o custo da aldeia e, para isso, "lhes pagarão tudo o que eles [os ameríndios] venderem"[778]. Se o plano deu certo, é outra história, mas a utilização dos ameríndios em aldeias para lavrarem e cultivarem locais desabitados deu frutos nos finais do século XVII, lembrando que a região do Rio Panema ficou famosa por conta de atuações missionárias em várias nações ali presentes. Ou seja, findo os momentos bélicos mais graves, a economia que antes era desestruturada tornava-se a se rearranjar para engordar os bolsos dos que patrocinaram do alto, à espera dos espólios a conquistar (terras, riquezas e homens).

6. 1. 2 Os negros guias e línguas

E os africanos? Dos que fugiam e eram capturados, alguns foram reutilizados pelos anti-palmarinos, principalmente quando esses últimos retiravam informações cruciais a partir da exploração de algum tipo de trabalho. Não precisava ser necessariamente alguma ação de transformação da natureza ou que se valesse de força física. Um simples "serviço" poderia ser suficiente. Os mais comuns foram a recaptura de negros mocambeiros para valer-se de seu emprego como guias e línguas. Tomemos para avaliação os casos dos negros que foram utilizados no processo de conquista de Palmares.

Em 1672, o Governador de Pernambuco tinha tomado ciência de que um Capitão de Campo da Vila das Alagoas tinha capturado "dous negroz dos Palmarez que vinhão a tomar Lingoa", mas que acabou entregando-os de volta aos seus senhores. A ordem, de acordo com o Governador, era que esse tipo de prisioneiro fosse entregue ao responsável por entradas em

[777] Diferenciando do projeto jesuítico, em que não havia militarização de aldeias, cf. ZERON. Op. Cit., 2011, p. 136.
[778] "Planos para a destruição de Palmares (I)". In: **República**, 2004, p. 98.

Palmares para auxiliá-lo nas campanhas[779]. Possivelmente a escravidão estaria esperando por aqueles dois negros tradutores: trabalhariam para entregar seus companheiros, sendo recompensados com aquilo que os fizeram fugir.

O caso mais famoso foi o do mulato que guiou os paulistas pelas matas até o Mocambo de Zumbi. Recebeu depois perdão pelo Rei de Portugal em 1696, "pellos Grandes e Graves Crimes que tinha cometido"[780]. Além do mulato guia, o Governador de Pernambuco, em fevereiro daquele mesmo ano, mandou "fazer hum vestido para o negro Francisco Gandû", outro negro utilizado como guia e que tinha se tornado "Capitão dos Palmares": "e haver feyto grande serviço a Sua Magestade que Deos goarde, passandose para a nossa parte, e pelleyjando em todoz os emcontroz que houve contra os seus nacturais"[781].

Quantos homens (negros, ameríndios, escravos ou não) trabalharam como guias pelas brenhas e estradas dos sertões? Sabe-se que algumas delas foram descobertas a partir de batalhas, uma vez que "os negros [são] como senhores dos intricados caminhos e escondidos [nos] lugares lhes armam ciladas"[782]. Suas experiências ajudaram a delimitar uma rede de estradas que ligaram as três vilas do sul de Pernambuco, dinamizando e tornando mais concreta os intercâmbios socioeconômicos. Impossível mensurar a quantidade de homem que fizeram esse serviço, mas é certo que suas existências eram certas e as consequências tornaram-se reconhecidas em anos posteriores.

6. 1. 3 Médicos e quebra-galhos da saúde

Alguns postos só poderiam ser entregues a pessoas qualificadas em algum tipo de ofício. Em 1679 o Ajudante Francisco Tavares recebeu a tarefa de tomar conta dos remédios que deveriam ser levados a Palmares para o tratamento dos "duentes": "hua duzia de cayxas de Marmellada, e 2 Botigas de Vinagre"[783]. Esse indício leva a outro: a existência de homens cirurgiões, ou pelo menos versados em tratamentos médicos nos ambientes de maior concentração dos mocambos. Se até agora leu-se acerca de homens que atuavam no processo de entrada para conquista dos sertões, agora dá-se atenção àqueles que deveriam se responsabilizar pela saúde de todo o processo.

---

[779] Após pedir a prisão do Capitão de Campo "para o castigar", a ordem era de procurar os dois negros e entrega-los ao responsável por Palmares, AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 278.
[780] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 220-220v.
[781] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 578
[782] "Planos para a destruição de Palmares (I)". In: **República**, 2004, p. 97. Colchetes meus.
[783] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 360v-361.

Além do Ajudante Francisco Tavares, outros trabalhadores se embrenharam nos sertões. Um deles foi João de Quintanilha, médico que atuou na guerra no período anterior a 1682: "por tempo de mais de hum mez [cuidando d]as infirmidades dos negros dos Palmares com grande trabalho, e continua assistencia como he notorio"[784]. Tem-se conhecimento de João porque ele foi atrás de seu Monarca para pedir uma mercê pelos serviços prestados, mas é igualmente possível que tantos outros médicos e cirurgiões se aventuraram para cuidar tanto dos escravistas – e manter firme a guerra –, quanto dos palmarinos – para evitar mortes e entrega-los à re-escravidão.

As Minas de Salitre igualmente tiveram seu cirurgião, "incumbido do tratamento de todo o pessoal empregado no serviço de exploração do salitre, com uma botica, e um escrivão da receita e despesa". Crê-se que sua existência começou a partir de 1706, com a chegada do novo administrador e tesoureiro, o Ajudante Bernardo de Alemão Cisneiros[785]. Por conta disso, não é de se estranhar que em data anterior, quem surgia para cuidar de doentes nos espaços das oficinas eram "quebra galhos da saúde", que apareciam e ofereciam serviços esporádicos. Um desses momentos se deu com a atuação de uma negra chamada Bárbara em 1701, que recebeu pagamento por ter assistido a homens doentes[786].

6. 2 Construir: o pesado da manufatura e da engenharia

Visando o reestabelecimento dos fortes das Capitanias do Norte, João Fernandes Vieira escreveu ao Rei de Portugal sobre a necessidade de envios de casais à América. Seu intuito era povoar os sertões e começarem a trabalhar em ofícios de manufatura e de engenharia civil[787]. A estratégia foi bem recebida pelas "Câmaras de Pernambuco, Paraíba, Itamaracá" que inclusive pediram que o antigo restaurador se tornasse Governador de Pernambuco[788]. Entre os oficiais, deveriam constar: "pedreiros, carpinteiros, ferreiros, caldeireiros, valadeiros, marreteiros de fazer sal, e almocreves que quiserem ir para aquelas conquistas de Pernambuco". Estes trabalhadores poderiam tanto prestar serviços de engenharia como de

[784] Tido ido João para as matas por "espontânea" vontade, visto que o Conselho Ultramarino declarava que o profissional chegou em Palmares "antes que os médicos da Camara de [apagado] viessem assistir", AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1220, fl. 1. Colchetes meus.
[785] **Anais Pernambucanos**, vol. 7. 1983, p. 232. Convém lembrar que João Dantas Aranha foi tesoureiro entre 1704 e 1707.
[786] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 2651, fl. 76.
[787] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1029. Sobre o povoamento dos sertões, Vieira é claro em relação ao "Rio Grande", por conta dos ameríndios. Entretanto, isso não descarta que também haviam planos de povoamento dos sertões mais para o sul de Pernambuco.
[788] "Planos para a destruição de Palmares". In: **República**, 2004, pp. 102-103.

manufatura de objetos, além de – como foi proposta – povoar os sertões "em que se podiam fabricar muitas coisas de utilidades"[789].

Quando se pensa a dinâmica das relações de trabalho que tangiam a produção de manufaturas, imaginam-se de imediato os homens saindo das vilas dos litorais em direção aos sertões, como um ato automático de conquista em que os litorais colonizaram de maneira monolítica os interiores. Porém, é salutar raciocinar um movimento dialético, em que os sertões, a partir das experiências vividas por seus habitantes, foram responsáveis por, se não criar, pelo menos readaptar os conhecimentos do trabalho manual, que acabaram voltando para os litorais de maneira diferenciada: "Os serviços dos artesãos eram necessários tanto na cidade como no campo. Pedreiros, calafates, tanoeiros, ferreiros, serradores, carreteiros, carpinteiros e outros podiam, todos, ser empregados nos portos e nas cidades, bem como nos engenhos"[790]. Ou seja, a proposta de Fernandes Vieira é ótimo ponto de partida para se questionar até que ponto suas ambições (bem como as conclusões de Schwartz) surtiram efeito nas partes sul de Pernambuco.

6. 2. 1 Os equipamentos para viver nos sertões

O artesanato em relação à alimentação e modo de viver não foi algo que só existiu dentro dos ambientes controlados pelos lusitanos. Ainda durante os conflitos contra os holandeses, os negros palmarinos já davam mostra de habilidades de sobrevivência nos territórios dos sertões. A Viagem de João Blaer é cheia de indícios.

O melhor é o da armadilha de caça, que era feita com material da mata e utilizada pelos negros rebeldes para capturar animais silvestres, e que serve, historicamente, como espécie de "produto" (no sentido marxiano do termo) para o alargamento de interpretações mais amplas. Para manufatura-la, era-se imprescindível o domínio das madeiras e das palmeiras para traçar "cordas". Madeiras e palhas retiradas, principalmente, da árvore Palmeira[791]. E foi dessa árvore que tiraram outras maneiras de aproveitar a matéria prima para manufatura de objetos diversos do dia-a-dia (ou seja, era a matéria-prima)[792]: das casas, passando pelas roupas e camas, somando com os abanadores para fogo e cachimbos com as cascas dos cocos. O uso do barro e de madeiras para confecções de outros adereços existiu com panelas e diversos

[789] "Parecer do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 208.
[790] SCHWARTZ. Op. Cit., 1988, p. 37.
[791] "Relação das guerras feitas (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 220-221.
[792] "Planos para a destruição de Palmares (I)". In: **República**, 2004, p. 96

outros utensílios. Retirar das Palmeiras quase tudo para sobrevivência tenha sido o que mais chamou atenção do batavo[793] e de outros cronistas das guerras.

Dos ameríndios, os lusitanos observaram muito bem a cultura da guerra e tiveram que recriar suas estratégias de composição de equipamento. De acordo com o livro de Dom Loreto Couto: "as iguarias pendião de seu arco, (...) o seu enxoval, hua rede, hum patigua, hum cabaço, hua cuya, hum cão". Cada instrumento tinha seu uso: "rede para dormir, patigua (arca de palha) para guardar rede, (...) igaçaba (he como cântaro) este para guardar seos vinhos, o cabaço para a farinha de mandioca, e a cuya para púcaro, para por ella beberem, e o cão para suas caçadas". Os lusos praticamente se apropriaram do estilo de fabricação e, inclusive, tiveram que reaprender a marchar, pois "estes trastes levavão as mulheres as costas, e os homens somente arco e frechas"[794]. A tarefa não foi muito difícil, pois os negros africanos – escravos utilizados pelos senhores do litoral – eram os encarregados de transportarem toda a parafernália de guerra nas batalhas contra Palmares e nas locomoções no Rio de São Francisco (v. *infra*).

A partir dessa colocação de Couto, imagina-se que a própria fabricação de parte dos apetrechos foi feita durante as campanhas com os ameríndios que compunham as tropas. Das matas para o litoral e vice-versa, em um constante processo de escravidão e ocupação territorial, os lusos iam adentrando nos sertões e se apropriando dos conhecimentos indígenas para utilizarem contra seus criados. Dos militares lavradores, encontrava-se, igualmente, na mesma pessoa, um artesão.

6. 2. 2 O artesanato bélico

De relatos mais indiretos e um pouco fantasiosos – pois tornava-se necessário um discurso belicoso para justificar ataques e pedir ajudas de custo fazendário e de homens para as entradas –, o do Governador de Pernambuco, Fernão de Souza Coutinho foi exemplar: o oficial reclamou das desordens e ataques dos palmarinos, elogiou as terras férteis que deveriam ser conquistadas e tratou de pintar a figura de homens facínoras nos rebeldes:

> tendo já tendas de ferreiros e outras oficinas com que poderem fazer armas, pois usam de algumas de fogo que de cá levam; e estes sertão é tão fértil de metais e salitre, que tudo lhes oferece para sua defesa, se lhes não faltar à indústria que também se pode temer dos muitos que foge já práticos em

[793] "Diário da viagem (...)". In: **Mocambo**, 2010, pp. 167-171.
[794] **Desagravos do Brasil**, 1981 [1757], p. 61.

> todas as mecânicas; e porque de semelhantes perigos desprezados se vem ordinariamente a ocasionar danos irreparáveis me pareceu opor-me aos que daqui podem resultar[795].

Extrair salitre para compor armas de fogo a partir do ferro é uma situação um tanto complicada. O intuito do Governador consistia em homogeneizar os mocambos tomando como base algum mais bem estruturado do qual teve informações (ou fofocas). Todavia, nem todo o discurso deve ser jogado fora, pois alguns dados são essenciais. Escravos com práticas mecânicas e aprendizado de algum ofício eram comuns nos litorais, fosse pelos ensinamentos no mundo do Engenho de Açúcar, ou até mesmo trazidos da África, de suas antigas sociedades e reinos. Ter domínio em atividades manufatureiras que envolvesse a forja e o uso de fogo e ferro poderia ser uma realidade. Complicada, mas possível[796]. Fazer armas é que deixaria a situação levemente fantasiosa (mas que tinha seu fundo de verdade), mas roubar ferros e cobres dos engenhos e reutilizar para outros fins devem ter sido uma prática comum e fácil para os mocambos em que existiam aquelas classes de trabalhadores.

O aprendizado africano das forjas, somados com possíveis conhecimentos luso-brasileiros da fabricação de armas, pode ter atiçado a imaginação dos homens em relação às habilidades manufatureiras dos palmarinos[797]. Na costa da Guiné, a profissão de ferreiro era "ocupação prestigiosa" e nas áreas de Bahia e Minas Gerais a incidência de negros nos serviços de forjas foi fator comum[798]. No sul de Pernambuco, a possibilidade da realidade encontra-se no relato da viagem de João Blaer, em que, no Mocambo "dos Palmares", encontrou "quatro forjas" e "entre os habitantes toda sorte de artífices". Equipamento provavelmente roubado, visto que, se formos tomar como exemplo São Paulo colonial, era proibido levar forjas para áreas dos sertões, e o medo era exatamente que os ameríndios pudessem aprender o ofício e se armarem a partir dos novos conhecimentos[799]. Nas regiões das Minas Gerais,

O fato de palmarinos saberem manusear tecnologias bélicas importantes não causava ranço apenas porque se tornavam mais perigosos, mas igualmente porque era uma mão-de-obra, uma força de trabalho, criada pelos lusitanos e que estava agora se voltando contra eles (o ditado popular "quem com ferro fere, com o ferro será ferido" ilustra perfeitamente a

---

[795] "Carta do governador Fernão de Souza Coutinho (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 187.
[796] CORTESÃO, Jaime. "Relações entre a geografia e a história do Brasil. As raças em presença. A colonização: síntese dum mundo novo e duma idade nova. A administração central: arrendamento e exploração das costas; capitanias de terra e mar; donatarias e govêrno". BAIÃO. CIDADE. MÚRIAS. Op. Cit., vol. III, 1940, p. 13.
[797] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 9v-10.
[798] PAIVA, Eduardo França. "Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo". In: PAIVA. ANASTASIA (orgs.). Op. Cit., 2002, 189.
[799] FLEXOR. Op. Cit., 1996, p. 190.

situação). No lado palmarino, nem todo mocambo tinha trabalhadores manufatureiros de habilidades elevadas para manipular armas de fogo e objetos de ferro. Todavia, isso variava de espaço em espaço, onde a tecnologia poderia ser fator importante para manter de pé o mocambo frente a ataques.

E a relação dialética entre os diferentes tipos de manufatura e seus ambientes (militar, socioeconômica, religiosa, tanto nos litorais quanto nos sertões) igualmente foi presente nos espaços de Porto Calvo e Tamandaré. Por ser um Forte, Tamandaré estava mais ligada à manufatura de cunho miliciana, possivelmente exercida pelos soldados e escravos que lá residiam ou eram locados temporariamente. Uma dessas indústrias era as das estopas – material usado para confeccionar as famosas buchas de canhão, retiradas das árvores pelos próprios Artilheiros de Tamandaré[800]. A importância da madeira ia além, pois outra manufatura era a dos caixões de pau-amarelo, ideais para guardar a pólvora[801]. Explanou-se em capítulo passado que as áreas de Porto Calvo e Serinhaém eram ricas naquele tipo de árvore e, saindo da economia material para os trabalhadores, não é exagero supor que havia mão-de-obra naquelas vilas para suprir tanto as necessidades bélicas como para ensinar a identificação e tratamento no trabalho das madeiras das árvores. Ao contrário do que aconteceu entre Alagoas e Palmares, Porto Calvo se beneficiou de um duplo intercâmbio militar e civil: Palmares para os sertões e Tamandaré para os litorais. Nesse ínterim, enquanto o Forte e Barra consolidava a presença branca e luso-brasileira no espaço, em Palmares o reforço da conquista e dominação lusitana se deu em cima da apropriação e ressignificação das culturas ameríndias e africanas nas artes e usos de materiais de conquista (de espaço e de gentes).

6. 2. 3 As ferramentas para os sertões

Segue-se a linha de raciocínio do subtópico *supra* e iniciemos um novo juízo com uma interrogação: "Finda" a guerra, até que ponto não passou a existir um aumento da classe de ferreiro, armeiro e artesão de forjas e metais nas vilas de Serinhaém até Penedo? Essa ponderação é plausível, principalmente se seguirmos uma ocorrência banal, mas carregada de significados como a que aconteceu em 1680, quando os ameríndios de D. Antonio João Camarão foram encarregados de fundar uma aldeia nas cabeceiras de Porto Calvo (entre os rios Mundaú e Cunhaú), e receberam do Almoxarife de Pernambuco "10 machados, e 6

[800] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fl. 115-115v.
[801] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fl. 117v.

foyses e 6 eychadaz", sendo a mesma quantia enviada para os índios que se encontravam na Vila das Alagoas[802]. Tal dependência arrastou-se durante uma década, quem sabe, por conta do período de guerra. Ou a Vila das Alagoas não tivessem homens qualificados para tal serviço, ou a Câmara e seus "homens nobres" sabiam fazer valer seus discursos de miséria para arrancar os patrocínios da Fazenda Real. Um dos casos ocorreu em 1695, quando o centro da Capitania de Pernambuco enviou "12 eyxadaz, 12 Machadoz, 12 Foysez para remeter neste Barco que vay para a Alagoa". A função de tal equipamento era para ajudar os ameríndios e seu Capitão Mor Dom Sebastião Pinheyro Camarão a "se fabricar hua Aldeya nova que mando situar no destricto doz Palmarez"[803].

No outro lado do Atlântico, em 1675, quando o Conde de Ericeira foi nomeado Vedor da Fazenda, Portugal investia em tais equipamentos. Mas não em sentido restrito, e sim mais amplo, de caráter estratégico e até mesmo de fundamentação da própria economia e do Estado. O reino contava com uma indústria de metalurgia já bem preparada: "a exploração dos depósitos de ferro e estanho foram os aspectos mais importantes dessa actividade, mas foram extraídos outros metais, incluindo chumbo, cobre, mercúrio alguma prata e ouro". A mão-de-obra também foi variada, passando dos especialistas, aos "humildes mineiros que cavavam em regiões isoladas" e "aos arrogantes e vaidosos ourives de Lisboa". A fabricação era plural e servia no comércio com a conquista: "armas, utensílios, jóias, pratos, etc., a partir de metais importados da Europa, África, Novo Mundo e outro pontos"[804]. Observando-se, agora, de maneira renovada, a América, faz-se importante atentar como o "ferro" e os "homens profissionais" em seu trato com "apetreyxos" invoca uma visão histórico-crítica sobre a Vila de Alagoas e Porto Calvo, principalmente no que tangia uma dinâmica que envolvia o centro da Capitania de Pernambuco e até mesmo o Reino de Portugal. Consolidar uma sociedade (as três vilas) e conquistar vários territórios (os sertões) constituía uma tarefa que não dependia apenas de sua população local, mas cuja relação com o "Estado" luso tinha que ser trabalhada a todo o instante.

E, aqui, pode-se até mesmo avaliar a lusitanização nas técnicas e no comércio de mercadorias manufaturadas. Quando Caminha escreveu sua carta ao Rei em 1500, não deixou de prestar atenção às machadinhas dos ameríndios: "porque êles não têm cousa que de ferro seja, e cortam sua madeira e paus com pedras feitas como cunhas, metidas em um pau entre

[802] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 363v.
[803] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 576v.
[804] HANSON. Op. Cit., 1986, p. 194.

duas talas, mui bem atadas e por tal maneira que andam fortes"[805]. Teria as machadinhas sido abandonadas no decorrer da conquista? O recebimento de "12 machadoz" não indicaria que as ferramentas ameríndias desapareceram, e sim que os ameríndios subalternizados nas áreas luso-brasileiras foram inseridos no mundo dos apetrechos de ferro, das "ferramentas, machados, machadinhas, tesouras, maços, martelos, tornos de espiga (...), tornos de manivela ou de pedal", que eram "uma herança vinda de longe, através do mundo romano"[806]. Soma-se a isso o reforço do *sentido da colonização* ensaiado por Caio Prado Júnior, em que a conquista portuguesa tornava-se dependente do mercado – pode-se dizer – intransigente gerenciado pela sua Coroa.

Mas não apenas "Alagoas" sofria com essa relação desigual de mercado e indústria local. Longe o mundo palmarino, as Minas de Salitre precisavam, por sua vez, de oficiais que soubessem mexer com metais. A motivação era de uma ordem simples: na Oficina existia "uma caldeira", que tinha sido importada de Portugal especialmente para os trabalhos exigidos na extração do minério. Apesar da importância do debate que tal situação poderia sucintar – a relação de mercado desigual e *sentido da colonização*, no sentido não mais "pradojuniano", mas igualmente "hespaniano", em que a economia e política estava intrinsecamente ligada a partir de relações morais religiosas e de distribuição de poder político[807] –, finquemos a análise em relação às posições e atuações dos trabalhadores. Isto é, apesar do ferro ser extraído no próprio continente europeu, sem contar o cobre e toda a importância no "*boom* do século XVII"[808], acrescenta-se que os responsáveis pelas Minas de Salitre estavam a procura de alguém que soubesse *operar* a caldeira, e não construir uma nova.

Foi na figura de João Rodrigues, Mestre Salitreiro, o início da construção espacial da Oficina do Salitre em Pernambuco. Sua existência lembra em parte o que aconteceu com os primeiros negros nos Engenhos de Açúcar do Brasil: contratação de trabalhadores habilidosos e experimentados em áreas específicas do processo de fabricação do açúcar. O termo, a primeira vista, parece um neologismo criado a partir do "mestre-de-açúcar". No entanto, a qualificação é antiga, utilizada para outros ofícios de importância (como engenheiro e pedreiro) e tinha uma denominação "geral" de "mestre-perito"[809]. Entretanto, crê-se que a imagem do "mestre-salitreiro" estava bem relacionada com a de "mestre-de-açúcar", por

[805] CAMINHA. **HCPB**, 1500 [1921], p. 96 [fólio 18].
[806] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 273.
[807] V. introdução dessa tese.
[808] BRAUDEL. Op. Cit., 2005, vol. I, pp. 348-349.
[809] FLEXOR. Op. Cit., 1996, p. 175.

conta das aproximações entre os trabalhos, leia-se, conhecimento para manipular procedimentos químicos e físicos. Por isso, devem-se tomar para análise dois pontos: o primeiro é que o oficial do açúcar deveria ter "inteligência, atenção e experiência"; e o segundo (ponto) é que seja "necessária a experiência local, a saber, do lugar e qualidade da cana onde se planta e se mói"[810]. Não é difícil, portanto, imaginar que as qualidades e atribuições do mestre do açúcar seriam a do mestre salitreiro[811].

Continuando, se o mestre-do-açúcar era responsável por homens trabalhadores, poderia ser igualmente o salitreiro. Ou seja, mesmo se ele não for o responsável pela caldeira, tornava-se, no mínimo, conhecedor de pessoas que fariam o serviço. Provavelmente sim. Foi por conta desse tipo de dinâmica que em 1703 o superintendente propôs comprar "dois mulatos" para fazê-los aprender a extrair salitre junto com o "mestre salitreiro"[812]. No mínimo podem-se imaginar os mulatos como trabalhadores com algum tipo de experiência prévia na metalurgia (quem sabe provenientes do mundo do açúcar), mineração e mecânica. A procura pode ter se dado em Penedo, que naqueles anos já era uma urbe bem estruturada e possivelmente com seus homens versados naquelas ciências e nos ofícios que envolviam metais. É difícil imaginar "ferreiros" e outras classes dentro daqueles sertões ainda em desbravamento e consolidação, mas em uma vila a situação poderia ser outra, fosse ela Penedo, Alagoas, Olinda ou Salvador[813]. Caso não fosse possível encontrar homens em Penedo, crê-se que pelos menos existiam homens da envergadura do Capitão João Dantas Aranha, com contatos mercantis e senhor rico o suficiente para tocar a empreitada de comprar escravos com uma experiência diferenciada.

---

[810] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 93.

[811] Tomando como base o que foi estabelecido para a Bahia em 1698, a terra para se extrair o salitre ficava "junto das barreiras". O local deveria ser dividido em dois: "assentando ali uma oficina, e outra na mina". O equipamento era "duas caldeiras para ferver e <<tomar ponto>> o salitre". A tarefa consistia em "ferver as águas que se lançavam nas terras, empregaria seis tachos que poria numa fornalha, para não fazer despesa em outra caldeira", sendo que a caldeira carregaria "30 almudes de água". Para o caso baiano, a caldeira era fabricada na própria Cidade de Salvador e, além dela, "precisava ainda de utensílios adequados para se consertarem as ferramentas da fábrica" (e tal informação corrobora minha colocação anterior, que o *sentido da colonização* e o "pacto colonial" devem ser sempre mais debatidos e observados com acuidade), v. **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, pp. 307-309 doc. 460. Os termos entre <<>> são do documento original transcrito por Rau e Silva. Com o tempo tal estratégia não dava efeito, pois a ânsia de extrair logo o minério e provar que a terra era proveitosa fez com que as minerações não dessem conta do que era produzido. O ideal era "cultivar" a terra, pois "algumas delas ainda produziam mais quando recolhidas e humedecidas em casas. Nelas se conservavam depois de cozidas e destiladas, ficando em pouco tempo recobertas duma camada de salitre". Com aquela experiência, "tira[va-se] esta superfície, em menos de quinze dias a voltavam a formar. Esta experiência provava, pois, que produziam assim mais que nas barreiras", v. **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, pp. 454-455 doc. 621. Intervenção minha.

[812] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 11.

[813] Para Lindoso, "os escravos negros trouxeram de África uma metalurgia do ferro. Eram, pois, escravos-metalúrgicos". No entanto, faltam ainda mais estudos para comprovar essas hipóteses para os espaços do sul de Pernambuco, v. LINDOSO. Op. Cit., 2019, p. 105.

6. 2. 4 Os trabalhadores do couro

Apreender o uso de manufatureiros trabalhando em atividades relacionadas às Minas de Salitre é se arriscar a alargar o acontecimento para além da oficina em si. Já observamos os que administravam e os que trabalhavam na extração do minério. É importante salientar que não foi por causa das Minas que um aumento de classes de trabalhadores ou de produtores de algum tipo de ferramenta começou a existir. Quando o Sargento Mor Cristovão de Mendonça (um dos paulistas destruidores de Palmares), se arrumava para ir à Palmares, em 1687, recebeu ordem do Governador de Pernambuco, para receber do Ajudante Paulo Fariaz Moreira, "assistente no Rio de São Francisco", "toda a ferramenta que tiver (...) para situarem seu arayal noz Palmares"[814]. Porém, não é de se ignorar o impulso que a extração do salitre deu a alguns espaços nos sertões do Rio de São Francisco. A oficina do Salitre acabou se tornando um polo que chamava atenção de um mercado sertanejo que estava sempre em movimento (literalmente). Voltando ao acontecimento de Cristovão de Mendonça, abre-se um pequeno questionamento: quais "ferramentas" eram aquelas?

Uma delas eram as cangalhas, que, nos idos do século XVIII, era designada como "Armadilha de paos, q formão como hua grade larga, para sustentar as quartas, que os Aguadeiros ["o que leva agoa pelas casas", vol. I, p. 176] carregão nas bestas"[815]. Para melhorar a imagem, usemos a explicação dos dias atuais: "armação de madeira ou de ferro em que se sustenta e equilibra a carga das bestas, metade para um lado delas, metade para o outro"[816]. Como se verá em capítulo posterior (por isso, não irá se alongar nesse subtópico), foram compradas 49 cangalhas de um homem chamado Pedro Dantas, no valor de 23$520réis, que iriam ser usadas para equipar os cavalos também comprados para os trabalhos nas Minas de Salitre (no total de 25)[817].

Infelizmente, não se tem noção de quem confeccionou as cangalhas, mas apenas do homem que recebeu o pagamento. O campo de trabalhadores para se conjecturar é grande, passando de escravos até agregados e – quem sabe – membros da família em conjunto com o próprio Pedro Dantas. No caso dos agregados, a prática fora mais ou menos comum na sociedade paulista e também o era conhecida em áreas sertanejas e açucareiras. Da mesma feita, é importante salientar que não é a natureza que invocaria esse tipo de confecção, mas

[814] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 440v.
[815] BLUTEAU, Op. Cit., vol. 2, p. 102, disponível em http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/cangalhas acesso em 15/10/2019.
[816] "Verbete Cangalhas". In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa.** – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988, p. 123.
[817] AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1938, fl. 16.

exatamente o tipo de economia. Ou seja, em áreas de predominância do gado, a existência de "oficiais seleiros, cangalheiros e corrieiros" era indispensável[818]. Indo por essa esteira de raciocínio, tem-se que quanto maior uma atividade econômica, mais alargada é o seu raio de produção de equipamentos e tipos de trabalho. Grosso modo, a "tecnologia do transporte" pode ser resumida da seguinte forma:

> A tecnologia do transporte se limitava ao uso do transporte humano com a carga portada à cabeça com benefício de uma rodilha e o transporte da carga a cavalo, a burro e jumento com o uso de garajaus e de cangalha de ganchos ou cambitos e o transporte a carros de boi. Os cavalos de cangalhas eram providos, ainda, para o transporte, de caçuás. Os cambitos serviam para o carregado de cana, de lenha e de varas e pequenos troncos torados. Os caçuás são cestos oblongos, feitos de cipó ou de fasquias de bambu, dotados de aselhas que os prende à cangalha e usados no transporte de gêneros em alimárias. Os garajaus são também cestos oblongos feitos de cipós trançado, e providos de aselhas, que comumente serve para o transporte de aves. Os caçuás são maiores e mais profundos que os garajaus. Os carros de boi são de modelo romano, e que nos vieram da Península Hispânica, e são puxados por juntas de bois com cangas[819].

Outra atividade manufatureira que envolveu um estilo de vida "do couro" ocorreu em 05 de novembro de 1701. Um serviço prestado por negros consistiu na fabricação de surrões para carregar principalmente farinha. O labor rendeu 244 surrões, o que demonstra três posições interessantes: 1) a quantidade de couro para render 244 surrões; 2) a necessidade da produção de farinha a partir da proporcionalidade do número de trabalhadores que se alimentavam daquele gênero; e 3) a possível utilização de vários negros para um serviço longo. O encarregado de receber o pagamento, pagos em jornais, no valor de 68$720réis, foi o Capitão João Dantas Aranha, que ainda embolsou uma remuneração por ter utilizado "carros [de boi]" para carregar os "juncos[?] para as esteiras e paus"[820], além dos Tapuias que levaram os surrões carregados de farinha para as Minas de Salitre[821].

O surrão pode ser encarado como equipamento próprio da "civilização do couro", o que poderia lhe conferir certo charme *a la* Policarpo Quaresma e Capistrano de Abreu, sendo mais romantizado por Dirceu Lindoso nos espaços das "Alagoas". De acordo com Raphael Bluteau, surrão é uma "Algibeyra de Pastor. He tomado do Castelhano, *Curron*, que he bolsa

[818] Sobre São Paulo, FLEXOR. Op. Cit., 1996, p. 180 (Sobre os agregados nas áreas sertanejas e açucareiras, bibliografia já citada nessa tese), 181 (Flexor atenta que haviam poucos oficiais desse tipo em São Paulo, fazendo-a traçar a hipótese que os mesmos eram mais conhecidos no sul e "de outras partes").
[819] LINDOSO. Op. Cit., 2019, p. 220.
[820] Juncos eram ervas, que serviram como corda para as "esteiras de paus", sobre o Junco, cf. BLUTEAU. Op. Cit., vol. 4, 1712-1728, p. 224. Disponível em http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/junco Acessado em 23/12/2017.
[821] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 15v.

grande com seu pelo". Ou seja, típico equipamento dos homens "pastores de porcos, cabras, vacas e, sobretudo, carneiros" tão comum na Europa e na Espanha[822]. A explicação do padre dicionarista continua: "Em Cadiz dão este nome a hú sacco, em que estão mil & quinhentas patacas, não em numero, mas em pezo, & valor"[823]. Manufatura camponesa europeia, levada para a América e possivelmente readaptada para os sertões por conta de novas dinâmicas – possível aumento de capacidade e reformular na confecção para suportar o condicionamento da farinha e do salitre. Abreu e Lindoso não deixariam de sorrir, mas Policarpo Quaresma com certeza se entristeceria com tal constatação.

Volta-se ao processo de produção e comércio dos surrões. Volta-se ao indício de que os "tapuias" de João Dantas Aranha levaram os surrões até as minas, e entende-se que a fabricação dos equipamentos fora feito, no mínimo, ou dentro da Vila de Penedo ou em suas margens. Construir 244 surrões não pode ser considerado atividade simples. E, aqui, é-se necessário imaginar João Dantas Aranha como um Chefe de Guilda medieval de artesão, mas com práticas advindas mais do escravismo colonial mais caro aos Senhores de Engenho[824]. Isto é, no mínimo deveria existir um espaço físico que poderíamos chamar de fábrica (apesar de outros termos serem utilizados como Casa, ou Oficina), como pensamos nos moldes do século XIX. Dentro dela, os trabalhadores eram responsáveis pela confecção dos surrões, da informação para compra de equipamentos e da transmissão de aprendizado para os recém-chegados. Lembremos também que havia ainda os transportes (as carroças e balsas) e os trabalhadores responsáveis (os "tapuias"). Por enquanto (infelizmente) não é possível descrever quem era ou não escravo e trabalhador de João Dantas Aranha. Da mesma feita, pouco se tem conhecimento se, além dos surrões, o próprio Capitão responsabilizou-se pela construção dos transportes. Para finalizar, ressalta-se que findo os trabalhos (dos surrões), provavelmente os escravos de Dantas Aranha foram remanejados para outros serviços. Nesse ínterim, o que conta é o raciocínio de Marx, e depois de Braudel: a atenção que deve ser dada ao trabalho acumulado, à reinvenção de técnicas, e à passagem de aprendizados e disseminação do produto e do modo de fazê-lo comercialmente. Esse raciocínio só pode ser

[822] BURKE. Op. Cit., 1989, p. 59.
[823] BLUTEAU. Op. Cit., vol. 7, 1712-1728, p. 798. Disponível em http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/surr%C3%A3o Acessado em 23/12/2017.
[824] Isto é, João Dantas Aranha continuaria mais próximo dos ensinamentos da economia doméstica grega aplicada às condições cristã-escravistas (Aristóteles, Antonil e Benci), cf. MARQUESE. Op. Cit., 1999, pp. 19-23, em especial 25-26. Não devemos, portanto, pensa-lo como um capitalista proto-industrial britânico, bem analisado por THOMPSON, Edward. "Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial". In: THOMPSON. Op. Cit., 1998.

aplicado às partes sul-pernambucanas quando inserido dentro de um complexo de conquista onde o mercado tornara-se componente indispensável de colonização[825].

Se antes se viu homens que comandavam trabalhadores nas confecções de produtos indispensáveis à vida sertaneja, deve-se, igualmente, lembrar que havia ainda aquelas personagens que vivam de pequenos serviços nas áreas tanto dos sertões como citadinas. Produzir não era a única ação possível. Remendar e consertar tornava-se, igualmente, uma opção imprescindível na vida material sertaneja. E ela pode ser vista em 23 de agosto de 1703, quando uma negra chamada Bárbara, já conhecida nessas linhas por ter prestado atendimento a homens doentes (v. tópico *supra*), recebeu o pagamento de 6$720réis por ter assistido aos enfermos e, em adição, por ter vendido 05 libras (2,304 kg) de cera da terra para poder "brear[?] os Surrões de Salitre"[826]. Não se sabe se a negra Bárbara remendou os surrões, mas a existência de "cera da terra" demonstra dois outros tipos de atividades nos sertões: a produção e o comércio de matérias locais. Seu aparecimento "informal" e de "surpresa" também serve como sinal da movimentação e dos diálogos que ocorriam entre as novas entradas sertanejas e as áreas mais urbanizadas, onde as Minas de Salitre em determinado momento, pode ter funcionado como uma espécie de catalisador de produção e, consequentemente, impulsionador de mercado.

6. 2. 5 A engenharia dos arraiais

As expedições de Fernão Carrilho para Palmares, lá para 1670, representaram uma mudança do modo como se deveriam fazer a guerra aos negros rebeldes (v. capítulo 1 e 4). Cansado de tanto apanhar para a geografia local e guerreiros africanos, o Capitão desenvolveu a tática de construir nos interiores das matas uma Casa-Forte para abrigar soldados pagos brancos e ameríndios. A base de sustentação material era a lavoura, como visto no início desse capítulo. Mal tendo começado, seu plano fracassou em parte, pois em 1672 chegou a notícia que o carpinteiro responsável encontrava-se em Itamaracá, cuidando da construção da

[825] No depoimento do Padre Luís da Fonseca, escrito em 1594 sobre os colégios jesuítas no Brasil, era dado a reclamação que "nada se acha de compra, tudo os reitores tem de granjear de própria indústria". Uma leitura rápida faz entender que a falta de mercado faria com que cada célula colonial tivesse que se manter por conta própria e que só isso era o suficiente caso houvesse escravos e disciplina o suficiente para sustentar o regime de trabalho. Todavia, quando analisamos situações como as minas de salitre, os arraiais de Palmares e o forte de Tamandaré – e complementando com os estudos de Engenhos como o de Sergipe do Conde, analisado por Stuart Schwartz –, vê-se que a imposição do intercâmbio entre agentes e instituições aparecia não como algo natural ou consequência da colonização, e sim como fator estruturante, cf. ZERON. Op. Cit., 2011, p. 164 (depoimento do padre Luís da Fonseca).

[826] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 2651, fl. 76.

Casa da Câmara e Cadeia daquela praça. O acontecimento evidencia, da mesma maneira, uma carência em outros espaços na Capitania de Pernambuco de oficiais responsáveis por obras arquitetônicas de maior envergadura. Simplificadamente falando, era razoavelmente fácil achar pedreiros, o problema encontrava-se no engenheiro[827].

Mas Carrilho não foi o primeiro a pensar e fracassar. Em 1667, na expedição do Capitão Antonio da Silva, existiu (pelo menos no papel) o desejo de ocupar e construir em espaços de mocambos já conquistados[828]. Apesar de ser militar, e possivelmente ter tido treinamento acerca de fortes e estratégias de defesa, não é forçoso aceitar a hipótese que o Capitão Antonio da Silva não dispendeu raciocínio o suficiente para imaginar uma construção bélica. De maneira improvisada, fez aquilo que tantos outros conquistadores levaram a cabo: se apropriaram do estilo de assentamento ameríndio e de suas técnicas para fundamentar um espaço bélico lusitano[829].

Fincar assentamento nas conquistas não foi tarefa simples. Ninguém chegou com instrumentos e equipamentos lusitanos e puseram-se a trabalhar uma *mimesis* de Lisboa nas margens das praias. Viu-se (e ainda se verá) nessa tese que o modo de vida ameríndio foi "copiado" e adaptado para o estilo português. Entretanto, não demorou muito para as obras de engenharia tomassem força e caracteres lusitanos já em meados do século XVI:

> E vindo ao que toca ao governo de vida e sustentação destes moradores, quanto às casas em que vivem cada vez se vão fazendo mais custosas e de melhores edifícios: porque em princípio não havia outras na terra senão de taipa e térreas, cobertas somente com palma. E agora há já muitas sobradadas e de pedra e cal, telhadas e forradas como as deste Reino[830].

Se formos levar em consideração as colocações de Brandônio, existia ainda um terceiro tipo de moradia que ficava como meio termo entre as de palha ameríndias[831] e as "de pedra e cal bem lavradas" europeias: as construções de madeira, "de duas águas", amarradas e seguradas não por pregos, mas por cordas feitas de "sipós" e "timbós". "A cobertura dela, porque dos mesmos campos colhem uma erva a que chama sapé, que serve de lugar de telha

[827] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 278-278v
[828] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 167.
[829] O improviso não deve ser visto como uma situação "palmarina", podendo ser alargada para todo o Império português, v. RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Padrões de Colonização no Império Português". In: BETHENCOURT, Francisco. CURTO, Diogo Ramada. (dir.) **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800.** Lisboa: edições 70, 2010, p. 175.
[830] **Tratado da terra**, 1995b [1576], p. 65.
[831] CAMINHA. **HCPB**, 1500 [1921], p. 95 [fólio 17].

(...); e também de uma árvore, como palma"[832]. Esse tipo de moradia poderia ser a mais certa para uma Casa-Forte, ao invés da Aldeia ou caso não fosse possível um Arraial.

Entretanto, o que poderia ter feito os dois projetos ruírem (a Aldeia do Capitão Antonio da Silva de 1667 e a Casa Forte de Fernão Carrilho de 1670-1672)? Carrilho lutou durante uma década alegando principalmente o problema das lavouras para manter suas tropas. Contudo, esses problemas ocasionavam consequências em outros, que não eram propriamente as forças de trabalho (ameríndios, escravos e até mesmo soldados e peritos), mas o tempo, ambiente e divisão social do trabalho. Como as entradas eram feitas a pé, distantes das vilas litorâneas, e sem muita ajuda de carros de boi – e muito menos dos rios –, a necessidade de derrubar árvores e improvisarem uma oficina de carpintaria, obrigavam os homens a encontrar cipós para fabricarem as cordas e irem atrás do sapé ou das palhas. A confecção do material para elevação de um espaço passava pelos atos de arrancar, cortar, secar e fazer os cálculos para construir as moradas de acordo com o número de famílias, ao mesmo tempo em que a comida era racionada. Nesse tempo, os negros atacavam, as tropas fugiam e etc. Tudo isso sendo permeado por relações sociais e hierárquicas desiguais que eram fluídas e conflitantes a todo o instante, fosse dentro da instituição da escravidão, do corpo militar por ele mesmo e dos próprios homens que tinham sido entregues pelos senhores – por via da Câmara municipal – para acompanhar as expedições. Em suma, a tarefa tornava-se de vultoso dispêndio de mão de obra e que requeria diferentes engenharias e manufaturas, por mais que elas fossem comuns desde o início do século XVI.

Nesse quesito, os paulistas foram aqueles que voltaram a levar em consideração as obras estruturais nas matas palmarinas. Jorge Velho, para conseguir a consecução de seus privilégios negociados com a Coroa de Portugal e Governo de Pernambuco, discursou em como a presença dos paulistas era necessária naquelas paragens. Seu artifício verbal fora justamente a construção de

> um muro contra o gentio bravo de cima [do Rio Grande], e o negro fugido debaixo [Palmares], mas forte e permanente, que aquele tão afamado de entre a Tartaria, e a China, o qual apesar de sua muitas fortaleza está sujeito as ruínas das inclemências do tempo, e este pelo contrário o mesmo tempo acrescentará, e o fará cada dia mais forte e permanente[833].

[832] **Diálogos**, 1997 [1618], pp. 151-152. Gabriel Soares de Sousa explica bem o tipo de cipó utilizado pelos ameríndios e para os tipos de obras, **Tratado descritivo**, 2000 [1587], pp. 185-186.
[833] "Requerimento que (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 412.

Eloquente e megalômano devem constar sempre no rol das características do Mestre de Campo paulista. Piadas a parte, a sua prepotência advinha de experiências concretas passadas, visto que o Governador de Pernambuco, Francisco de Brito Freire, utilizou a citação do Muro da China para ilustrar a dificuldade de defender de maneira perfeita a costa do Brasil: "Que sustentar os Fortes necessários em todos os sítios perigosos seria introduzir no Brasil ao Muro da China"[834]. No caso de Jorge Velho, o exagero faria parte de técnicas discursivas para ter seus pedidos atendidos. E, dentre essas estratégias, o caráter da arquitetura tornava-se argumento importante de conquista.

Mas, longe do caráter do exagero, o ponto empírico deve ser salientado: ao falar de Muro da China, o bandeirante estava dando atenção ao Rei de que sua apropriação de uma cerca já anteriormente construída fora essencial na vitória contra Zumbi. Com isso, demonstrava por carta e atos materiais que tinha em sua tropa homens com capacidade de obras e trabalhadores engenheiros tão bons quanto os militares. O que Jorge Velho expôs foi que as vidas nos sertões a partir das guerras e dos contatos com nações ameríndias, mesclada com as bagagens culturais dos homens brancos e dos africanos escravizados, eram as justificativas responsáveis pela sua maneira de gerenciar e sobreviver em matos bravos, completamente mais hostis do que os litorais "domesticados". Da mesma feita, os costumes paulistas de apresamento de ameríndios dos sertões[835] reinventaram-se nos espaços sul-pernambucanos. Jorge Velho, nas matas palmarinas, soube adaptar-se nessa cultura de escravidão e utilização da guerra como uma espécie de "mercado sem fiscalização" para conseguir mão de obra de trabalho (voltar-se-á nesse assunto no capítulo 10).

O Rei foi seduzido pela confiança do Mestre de Campo e, em 1695, enviou ao encontro de Domingos Jorge Velho o luso Bento Sorriel Camiglio, encarregado de "tractar da cura dos soldados feridos" e, o mais interessante, "para descignar (desenhar?) a Planta do dito Oyteyro, por convir ao serviço de Sua Magestade"[836]. Além dos homens "locais", capitaneados por Jorge Velho e que detinham noção para viver nas matas, a Coroa sabia que enviar uma ajuda era atuação muito bem vinda ao paulista. Afinal, o que não faltariam seriam braços para trabalho, enquanto tantos outros permaneceriam em estado de guerra. O contingente de Jorge Velho daria sustentação ao projeto dos Arraiais.

Arraiais esses que, como vimos anteriormente, se encaixariam mais no modelo de apropriação lusitana do estilo de engenharia ameríndia do que propriamente uma construção

[834] "A língua falada em Palmares". In: **República**, 2004, p. 69.
[835] MONTEIRO. Op. Cit., 1994, p. 103.
[836] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 572v.

europeia em sua totalidade. No caso de Palmares, a mestiçagem (para usar um termo mais no sentido "gruzinskiano") dos Arraiais envolvia também a arquitetura africana dos mocambos levantada pelos negros fugidos que estavam sendo perseguidos pelo Mestre de Campo paulista. Em tempo, os paulistas não apenas se apropriavam da arquitetura, mas inclusive transmutavam a função: de áreas de moradia e convívio social, as aldeias transformavam-se em espaços militares para resguardarem as áreas açucareiras do nordeste tanto contra as ameaças externas (inimigos corsários) como as internas (ameríndios bravos e negros mocambeiros)[837].

Os mocambeiros foram ótimos engenheiros, e pode-se creditar parte de seus sucessos em todo o século XVII às suas capacidades de adaptação e fixação na terra das matas e dos sertões de Serinhaém até o Rio de São Francisco. Nas andanças do Capitão João Blaer, em 1645, dois mocambos tinham sido encontrados por seus homens: um abandonado e outro em pé e com dinâmica social. O que estava despovoado ficava em sítio insalubre, mas tinha armadilhas de caça, lavouras, casas, estradas e todo um aparelhamento urbano, com duas portas de entradas e nelas "duas ordens de paliçadas ligadas por meio de travessões". As cisternas de água podem ter sido a obra mais importante, pois além de garantir a sobrevivência e irrigação das plantações dos mocambeiros, acabou ensinando aos batavos e seus ameríndios escravos que cavar naqueles espaços pantanosos era meia garantia de encontrar água. O reconhecimento da engenharia dos palmarinos foi reforçado três dias depois, no encontro de outro mocambo:

> Ao amanhecer do dia 21, chegamos à porta ocidental dos Palmares, que era dupla e cercada de duas ordens de paliçadas, com grossas travessas entre ambas, arrombando-a encontramos ao lado interior um fosso cheio de estrepes em que caíram ambos os nossos cornetas; (...) no centro de Palmares havia outra porta, ainda outra do lado do alagadiço e uma dupla do lado de leste; este Palmares tinha igualmente meia milha de comprido, a rua, larga duma braça, corria de oeste para leste e do lado norte ficava um grande alagadiço; do lado sul tinham derrubado grandes árvores, cruzando e atravessando umas em cima das outras, e também o terreno por trás das casas estava cheio de estrepes; as casas eram em número de 220 e no meio delas erguia-se uma igreja, quatro forjas e uma grande casa de conselho[838].

Uma perfeita união entre geografia local, matérias primas nos espaços mais próximos e capacidade de construir uma urbe mais ou menos inspirada em moldes americanos, ameríndios e africanos, com praça pública, casa de conselho, igreja, cisternas no centro,

[837] MONTEIRO. Op. Cit., 1994, pp. 43-44.
[838] "Diário da Viagem (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 170.

fazendas e lavouras mais nas margens, somando com muros e barreiras para impedir as penetrações dos invasores. As experiências africanas, juntadas (ou aprendidas, caso fosse nascido na América) com as luso-brasileiras, garantiram aos negros mocambeiros ações de engenharia que poderiam se tornar melhores do que em algumas regiões do Congo, onde as casas – de acordo com um depoimento de Padre certamente nada empático – eram: "compartimentos de lama feitos com ramos, com vimes, 'redondos como pombais', raramente caiados, sem móveis (salvo os potes de barro e os cestos), sem janelas"[839]. Foi essa reinvenção de moradia e aproveitamento da natureza que perdurou todo um século, até a destruição do principal mocambo por Jorge Velho[840].

6. 2. 6 As influências citadinas nos sertanejos

Nos espaços das Minas de Salitre, aquele Mestre Salitreiro citado acima, também fora responsável por pelo menos ser o idealizador da estrutura da Oficina do Salitre. Se tomarmos como base o que fora pensado para Pernambuco como sendo uma cópia do que ocorreu na Bahia, o Mestre Salitreiro que deveria "introduzir a fabrica do Salitre" era especialmente alguém com experiência em extração de algum tipo de minério e com conhecimentos acerca de infraestrutura e noções de engenharia. Viu-se em tópico passado o tipo de trabalho na caldeira e na escolha dos terrenos. Falta, agora, verificar a estruturação do local no sentido de assentar os trabalhadores e fundamentar a fixação espacial.

Os Índios do Camarão, sob as supervisões e aprovação do Mestre Salitreiro João Rodrigues, deram início à construção das primeiras casas na Fábrica do Salitre. A tradicional moradia ameríndia de palha (com seus tetos de "pindova ou sapé") pode ter sido figura comum nas Minas, pois já o era nas vilas e áreas rurais de Pernambuco desde o século XVI[841]. A tarefa foi levada a cabo, apesar de ter tido seus percalços: um deles foi que o superintendente, Inácio Sarmento, julgou que a estabilização de aldeia ameríndia diminuiria o número de braços para o trabalho da extração do minério. Uma de suas ideias foi a compra de negros escravos. A justificativa advinha de longe, lá do mundo do açúcar: "porque a lembrança da ociosidade com que todos vivem nas suas Aldeias dos filhos, mulheres, e

---

[839] J-B Labat, **Nouvelle relation de l'Afrique occidentale,** II, 1728, pp. 327-328. *Apud* BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 263.
[840] Para 1675-1678, v. "Relação das guerras feitas aos Palmares (...)". In: **Mocambos**, 2010. Sobre a destruição do último grande Mocambo, OLIVEIRA, Maria Lêda. "A primeira *Rellação* do último assalto a Palmares". **Afro-Ásia**, 33, 2005, pp. 251-324.
[841] **Diálogos**, 1997 [1618], p. 213.

parentes que nelas deixaram os incapacita para qualquer trabalho"[842]. Até que ponto Inácio Sarmento conjecturou o mesmo destino? Como representante da administração e com a responsabilidade de prestar contas aos superiores, Inácio Sarmento soube desde o início a quem creditar um possível futuro fracasso das suas Oficinas: aos trabalhadores subalternizados.

À medida que a Oficina ia progredindo, novos projetos foram pensados. Um de suma importância concernia a alimentação. Os espaços das Minas de Salitre não ficaram de fora daquela necessidade e um "armazém de farinha" foi pensado para suprir os imperativos de estocagem para o número de ameríndios e brancos oficiais que se encontravam naquelas paragens. O interessante de se salientar é que a obra foi toda "terceirizada", uma vez que Inácio Sarmento não queria realocar parte de seu contingente ameríndio de extratores de minério tanto para o labor das lavouras quanto da construção do armazém. Para levar o projeto adiante, o primeiro "empreiteiro" a ser contratado foi o Capitão João Dantas Aranha, que vendeu em 03 de janeiro de 1702 "madeiras" para a edificação do armazém nas barras do rio Satuba. O pagamento foi relativamente baixo, 4$400réis[843]. Ou seja, até que se prove o contrário, vendeu apenas as madeiras, não prestando nenhum tipo de serviço extra como carregamento e etc..

Demorou um pouco para que o armazém recebesse a segunda leva de materiais para manter-se mais firme. Em 17 de março de 1702, foi pago a Matheus Pereira de Almeida 8$000réis por dois milheiros de telha vendidos para cobrir o armazém. Possivelmente, durante esse tempo, a palha (herança apropriada dos ameríndios e palmarinos) e/ou couro (herança dos homens pobres sertanejos) pode ter sido utilizados para proteger a farinha estocada no ambiente, evitando-se o sol escaldante do sertão naqueles meses de estiagem, mas que mesmo assim estava (a farinha e os homens) à mercê de possíveis precipitações conhecidas como "chuvas de verão"[844].

O preço das telhas foi bem mais alto do que o da madeira do Capitão João Dantas Aranha. E a explicação pode ser dada nos seguintes termos: a manufatura das telhas, baseada no trabalho nas Olarias, era mais dispendiosa e complexa do que extração e serralharia de árvores. Para o mundo do Engenho de Açúcar, Antonil estabeleceu que uma Olaria só poderia ser fundada caso o dono fosse rico o bastante para poder prover os mestres e utilizar da madeira para a caldeira sem prejudicar a flora local, pois uma boa madeira era o mangue, que

[842] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fls. 10-10v.
[843] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 17.
[844] Sobre a palha, **Diálogos**, 1997 [1618], p. 215. Sobre o couro, cf. ABREU. Op. Cit., 1963.

estava intrinsecamente ligada aos mariscos que era "o remédio dos negros". A composição de homens trabalhadores chama a atenção, pois um deveria ter habilidade para ser "oleiro com soldada, roda e aparelho", assim como outro iria ser responsável pelo conhecimento de maré e barro para poder retirar e fazer as fôrmas das telhas e tijolos. Como Penedo não é litorânea, o serviço de barcas era imprescindível para travessias até algum local apropriado do mar, levando em consideração que o tipo de embarcação para retirar o barro deveria ser "em barcos, canoas ou balsas, que são duas canoas juntas com paus atravessados, e sobre eles tábuas, nas quais se amontoa o barro"[845]. Ou seja, em um único armazém, têm-se um ambiente – ou junção de dois ou mais ambientes – que formariam um complexo tão intrincado quanto o Engenho de Açúcar. Do trabalho livre ao escravo, da terra ao mar, da madeira ao barro, da manufatura à prestação de serviço.

A falta de homens que cuidassem daquele serviço (fosse o braçal ou o administrativo) poderia influenciar no preço. O Engenho de Sergipe do Conde, que Antonil utilizou como base para sua obra, não tinha Olaria, sendo que as telhas e os tijolos eram comprados de terceiros. No período de 1699-1700, o milhar de telha era vendido por 3$000réis no Recôncavo Baiano[846]. Se formos transpor para Penedo em 1702, dois milhares seriam 6$000réis. Viu-se anteriormente que Matheus Pereira de Almeida recebeu 8$000réis por dois milheiros de telha em março de 1702, ganhando um lucro mais em conta do que na Bahia. Vários fatores justificam essa disparidade: qualidade da telha, necessidade (lei da oferta e da procura), exclusividade na produção (monopólio por Matheus Pereira). Com todos esses indícios, é impossível negar que, mesmo com a deficiência na extração e os altos custos na manutenção da Oficina de Salitre, Penedo tinha infraestrutura, classes trabalhadoras e ambiente favorável para aquele empreendimento.

A Olaria era uma fábrica, em um sentido estrutural do termo. Em Portugal era "As logeas dos oleiros. O lugar onde se faz louça"[847]. As vivências tropicais melhoraram a "definição", como pode ser vista em Antonio de Moraes Silva, em 1789: "Fabrica de loiça de barro; de telhas, &c"[848]. A Vila das Alagoas também tinha seus oficiais. Quando em 1703 o Capitão João de Araújo Lima conseguiu o cargo para Familiar do Santo Ofício da Inquisição de Portugal, teve que antes "limpar" sua família e de sua esposa até a via dos avós. Sua

[845] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], pp. 157-159.
[846] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p.. 159, nota 45.
[847] BLUTEAU. Op. Cit., vol. 6, 1712-1728, p. 53. Disponível em http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/olaria Acessado em 23/12/2017.
[848] SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da língua portuguesa. 1789** – Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, vol. 2, p. 364. Disponível em http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/olaria Acessado em 23/12/2017.

mulher, Maria de Amorim Cerqueira, "alagoana", era filha de Ana de Amorim, natural do termo da Vila de Alagoas do Sul, que era filha de Antonio de Fortes, "Oficial de Oleiro" e, provavelmente, natural da Ilha de São Miguel (alguns diziam que era da Ilha da Madeira). Ao que parece, Antonio Fortes teria ido para Alagoas fazia "100" ou "90 anos" (ou seja, início do século XVII), "sendo menino de pouca idade". Com a invasão dos "flamengos", acabou fugindo para a Bahia e lá faleceu, tendo a avó materna ter voltado para Alagoas "depois da restauração". Na Ilha de São Miguel, na freguesia da Ribeira Grande, fizeram uma genealogia da Família Fortes e o padre responsável pela entrevista escreveu na documentação: "e se elle no Brasil era Oleiro, La teria[?] aprender esse ofício que aqui não se acha-se exercitarse nele"[849]. A Vila das Alagoas já teria seus oficiais de Oleiro já nos finais de 1500, tendo Antonio Fortes aprendido no início do XVII.

A Olaria poderia ter se tornado um bom negócio no período de guerra. Em Pernambuco, chegou-se a um ponto em que na Olinda do século XVII, essa atividade tinha uma "Rentabilidade compreensível", pois "a frequência com que se caiavam as casas, as práticas higiênicas e estética que, de tão rotineira e leve (...)" faziam dela uma atividade que agregava rendas extras. De acordo com uma viúva de um Senhor de Engenho, "(...) rendia tanto ou mais que um engenho"[850].

6. 2. 7 Os intercâmbios das obras militares e civis

Falar de trabalhadores da "engenharia" em Tamandaré é praticamente levar em consideração todos os detalhes da vida que fundamentava a fortaleza. Por ser um espaço militar, mas que também estava sendo pensado para o econômico (o porto), o assunto do trabalho é intrínseco a sua história. Recortemos os momentos para aqueles que nos interessam na fundamentação do argumento desse capítulo e, por conseguinte, da tese como um todo.

Um momento-chave é o ano de 1676, quando João Fernandes Vieira deu sua investida em relação às reformas de todas as fortalezas "do Rio de São Francisco até o Ceará, por mais de 300 léguas de costa", sendo as obras mais urgentes a de "botar capa de pedra e cal para ficarem feitos por mais duração"[851]. Tamandaré não ficou de fora e recebeu seu primeiro

[849] ANTT. **Tribunal do Santo Ofício.** Conselho Geral. Habilitações. João, maço 35, doc. 772.
[850] MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue.** Uma parábola familiar no Pernambuco colonial. – Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 181.
[851] "Parecer do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 216.

Mestre Empreiteiro em 1683, que não conseguiu – pela complexidade – tocar sozinho a obra, tendo exigido em 1684 a ajuda de outros dois Mestres Empreiteiros[852].

Ao que tudo indica, os Mestres Empreiteiros teriam que trabalhar sem ajuda do Governo da Capitania de Pernambuco. O trato era que, ao final da obra, "a qual despeza se levará em conta ao dito Almoxarife nas que der de seu Reçebimento, apresentando quitaçoenz dos ditoz empreyteyros". Ou seja, aconteceu algo parecido com as relações promovidas nas Minas de Salitre: os três Mestres Empreiteiros tiveram que se valer do conjunto social ao seu redor (em seus caracteres econômicos) para traçar negócios mercantis e, assim, tocarem pra frente a obra de Tamandaré.

Um vestígio desse intercâmbio pode ser encontrado em 1694, quando a Fortaleza sofria de contingente para o posto de "Ajudantes". O Rei de Portugal teve que interferir na situação, ordenando que o Superintendente das Fortificações fosse responsável por aquelas nomeações[853]. Até que ponto essa atenção atiçou os olhares dos homens das Vilas de Porto Calvo e Serinhaém? Pois, como já foi escrito em parágrafos anteriores, o Forte e Barra eram utilizados para escoamento de gêneros (tomando como exceção o período holandês, em que o tema da defesa contra embarcações de inimigos era corrente). Daqui, fecha-se em parte o raciocínio que, quanto mais trabalho era acumulado no Forte, mais atenção se dava à sua posição, não apenas em quesitos militares, mas na própria contribuição econômica e política dos homens das duas vilas e distritos vizinhos (lembrem-se que, de Porto Calvo foi a Câmara que escreveu acerca da importância da Barra e Forte de Tamandaré, enquanto que em Serinhaém quem tomou as rédeas foi o Capitão da Vila e conjunto com os moradores). Daquele momento em diante, provavelmente, os moradores das duas vilas teriam absorvido técnicas para pôr em prática em futuras e reedificações do Forte, além de casas nas próprias urbes e – por que não? – nos Arraiais e aldeias ameríndias e anti-palmarinas. E a recíproca pode ser verdadeira, onde as evoluções "urbanas" de cada vila e da fortaleza e a contínua capacitação de seus trabalhadores foi retroalimentada pelos intercâmbios de ambos os espaços.

De reforma em reforma (no sentido mais de remendo do que de progresso ou aumento arquitetônico), a Fortaleza de Tamandaré chegava em 1711 com problemas na "Caza de pólvora e as do Cabo", feita pelo "Carpinteiro"; as das "explanadaz do Lajedo[?] dos baluartes da dita Fortaleza, os Telhados dos quarteis, e a obra que mais acresçer nos parapeytoz", feito pelo "pedreyro". Tendo uma noção do que se viu nas Minas de Salitre e em

[852] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 388. AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 394.
[853] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 236

Palmares, consegue-se fazer uma ideia de que no mínimo os serviços de olaria e outras manufaturas seriam essenciais, além do tipo de contrato (algum homem que terá jornaleiros ou negros escravos a seu mando). As eternas reformas não demonstram a falta de trabalhadores e profissionais nos ofícios, mas, ao contrário, evidenciam que o que havia era deficiência de diversos fatores, sendo um deles o pagamento, visto que em 1711 o Sargento Mor ou o Capitão Engenheiro responsável deveria "arrematar" aquele serviço "a quem por menos a fizer para se pagar logo na dita obra, pella urgentissima nescesidade que della se offereça"[854]. A casa de pólvora teve que esperar até maio de 1712, quando os "officiais que hão de fazer os consertos da Caza da Pólvora" iriam receber 30 patacas (9$600réis) do Provedor da Fazenda Real[855] e também a Cal para o serviço[856]. A tríade trabalhador-dinheiro-matéria causava diversos transtornos em Tamandaré, diferentemente das Minas de Salitre, que tinha em sua jurisdição um homem com interesse de conquista e ganhos econômicos: o Capitão João Dantas Aranha.

6. 3 Locomover: os carregadores terrestres e fluviais

Viu-se na primeira parte dessa tese a importância das estradas e caminhos que os moradores da América faziam e usufruíam para dinamizar suas vidas. Agora, ao invés de avaliar as estradas terrestres e fluviais na concepção que dava "tom geral de vida frouxa que caracteriza o país", pretende-se observar, pelo prisma dos trabalhos aplicados, uma dinamização que, se em uma longa duração continua sendo de "ritmo lento e retardado"[857], em uma determinada conjuntura histórica se mostrou ligeiramente "elétrica". Palmares se encontrava em conquista, os sertões do São Francisco eram ocupados com a ajuda das Minas de Salitre e a Vila de Porto Calvo estendia sua economia a partir da Fortaleza de Tamandaré. Nesse ínterim, as vias de comunicação e de viagens tinham que acompanhar os passos dos habitantes da parte sul da Capitania de Pernambuco.

6. 3. 1 Remar e navegar

[854] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fl. 114.
[855] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fl. 122v.
[856] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fl. 122v-123.
[857] PRADO Jr.. Op. Cit., 2011, p. 251.

A comunicação entre Capitanias, vilas, paróquias, fazendas, currais, arraiais, aldeias ou qualquer outro tipo estabelecimento em que viviam seres humanos, só era possível com a existência daqueles que, além de construírem, tinham noções e habilidades para guiar a si e suas companhias nos caminhos da conquista. No que concerne as passagens fluviais, o litoral do "nordeste", do "cabo Calcanhar (Rio Grande do Norte) até a altura de Maceió" era propício para a navegação de cabotagem[858]. Como já se explanou em capítulo passado acerca de geografia e natureza, passar-se-á agora para o quesito da atuação de remadores em seus trabalhos de locomoção pelos rios e mar.

É comum aceitar a aura construída dos lusitanos como homens do mar, por estarem acostumados à vida na pesca e com as viagens marítimas que advinham desde antes de 1415 com Ceuta. Porém, não é desnecessário lembrar que, para percorrerem os caminhos da América portuguesa, o conhecimento e a experiência dos ameríndios na construção das embarcações foram essenciais, tendo sido apropriada por seus escravizadores. Escrever sobre canoas, ou "apropriação cultural" dos lusitanos em relação aos equipamentos americanos, sempre passou a impressão de que os processos foram mais ou menos isentos de dificuldades[859]. Apesar de um ou outro revés, o que valeu na conquista foi exatamente o processo pela experiência. Neil Safier, valendo-se da definição de Rui Loureiro de *passeur culturel*, sintetizou a figura do remador na seguinte maneira:

> O remador – cuja categoria pode se sobrepor à do guia, do intérprete e do trabalhador braçal – serve de intermediário entre o viajante e as condições materiais da viagem; cria-se assim uma relação de dependência (para o viajante que deseja uma passagem tranquila) e de interdependência (para o remador que aceitou o trabalho de transportar sua carga pelo rio, quer obrigado pela força, quer na esperança de uma compensação razoável). Situado na zona de interseção entre o ambiente natural do rio, o meio social do barco e sua equipagem, e o relato escrito que finalmente surgirá de tal conjuntura de elementos, o remador negocia os vetores cruzados que obstam ou tornam possível o transporte fluvial – as pedras e as cachoeiras, a correnteza, as condições meteorológicas, os materiais físicos da embarcação, a luz do dia ou a escuridão da noite – e assim possibilita a aquisição de informação, a matéria prima que constitui a base dos relatos textuais escritos posteriormente pelos europeus[860].

---

[858] PRADO Jr.. Op. Cit., 2011, p. 39. ANDRADE. Op. Cit., 2010, pp. 112-164. MELLO, Evaldo Cabral de. "A cabotagem no Nordeste oriental (1)". In: MELLO, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal:** história e historiografia. – São Paulo: Ed. 34, 2002, pp. 179-187.

[859] **História da Província**, 1995b [1576], pp. 105, 107-108. **Tratado descritivo**, 2000 [1587], p. 24. **Cultura e opulência**, 2007 [1711], pp. 151-152. **Novo Orbe Seráfico**, vol. I, 1979 [1761], p. 16.

[860] SAFIER, Neil. "Subalternidade tropical? O trabalho do índio remador nos caminhos fluviais amazônicos". In: FRANÇA. ANASTASIA (orgs.). Op. Cit., 2002, p. 428.

Apesar da definição de Neil Safier ser bem geral, foi pensado a partir de estudos dos ameríndios na Amazônia no século XVIII. Porém, no decorrer da leitura desse subtópico, poder-se-á pensar que os remadores que percorreram o litoral e rios da parte sul da Capitania de Pernambuco, detinham um papel parecido com os remadores presentes na Amazônia. Essa explanação leva, na temática da economia e das relações de trabalho, alguns estudos pertinentes. O primeiro é em relação não apenas da economia material já conhecida da produção açucareira da América (muito bem delimitada em Antonil e em estudos de historiadores contemporâneos), mas do próprio uso das embarcações e seus trabalhadores no processo de conquista dos sertões da parte sul da Capitania de Pernambuco[861]. Uma segunda posição é: conhecendo a dinâmica das Minas de Salitre e do Forte-Barra de Tamandaré, como se deram os contratos de trabalho em relação aos homens que cuidavam dos transportes fluviais de diversas naturezas?

No caso das Minas de Salitre, as atuações do Capitão João Dantas Aranha ajudam a introduzir a problematização do uso das barcas na região do Rio de São Francisco. Apesar de ser assunto para próximo capítulo, convém adiantar que Dantas Aranha será personagem importante no fornecimento de farinha de mandioca para alimentação dos homens que trabalhavam nos sertões do grande rio. No entanto, para fazer as entregas, o Capitão se valeu de meios de locomoção que não eram propriamente os terrestres. Suas conduções de mantimentos eram feitas via fluvial até o Rio dos Cabaços e era – em termos – privilegiada por conta de ter juntado "em sua casa todos os mantimentos necessários para as Minas do Salitre"[862]. Isto é, os escravos de Dantas Aranha não trabalhavam exclusivamente na atividade de curtir couro e fabricar surrões. O Capitão disponibilizou e utilizou seus "negros que algumas vezes ocupou nesse serviço" de conduções, e a atividade continuou anos adentro[863]. No geral, um quadro dos serviços de barcas ficaria da seguinte maneira.

Quadro 1: Barcas alugadas para as minas de salitre (1701-1702).

Contratado	Serviço	Saída	Destino	Data	Pagamento
José Alberto	Condução de fábrica	Vila de Penedo	Rio dos Cabaços	3 de dezembro de 1701	6$400
Domingos	Condução de	Não	Rio dos	4 de	Não

[861] Duas inspirações vem de Mello e Braudel, cf. MELLO. Op. Cit., 2002. BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 383.
[862] AHU. **Alagoas Avulsos.** Doc. 90, fl. 15, 29.
[863] AHU. **Alagoas Avulsos.** Doc. 90, fl. 1v, 46, 55.

Ferreira	fábrica	especificado	Cabaços	dezembro de 1701	especificado (aprox. 6$400)
Felipe de Souza	Condução de fábrica	Não especificado	Rio dos Cabaços	17 de dezembro de 1701	2$700
Domingos Ferreira da Cunha	Condução de fábrica	Vila de Penedo	Rio dos Cabaços	21 de janeiro de 1702	6$800
Capitão João Dantas Aranha	Condução de fábrica	Vila de Penedo	Rio dos Cabaços	22 de janeiro de 1702	6$000
Manoel Francisco	Condução de fábrica	Vila de Penedo	Rio dos Cabaços	22 de janeiro de 1702	4$000
José Alberto	Condução de fábrica	Vila do Penedo	Rio dos Cabaços	26 de janeiro de 1702	14$800
Capitão João Dantas Aranha	Condução de fábrica	Vila do Penedo	Rio dos Cabaços	26 de janeiro de 1702	6$800
Gaspar dos Santos	Condução de farinhas	Vila do Penedo	Barra[?] do [Satuba]	15 de março de 1702	2$800
José Alberto	Condução de farinhas	Vila do Penedo	Barra do Satuba	18 de março de 1702	9$600
Total:					66$300

Fonte: AHU. Pernambuco Avulsos. Doc. 1938, fls. 16-16v, 17v-18, 19-19v.

A primeira barca alugada para fazer um serviço de transporte foi a de José Alberto. De imediato, é-se importante atentar que sua barca foi contratada pra fazer um carregamento no exato dia em que tapuias já estavam em serviço com outras locomoções. Ou seja, até que ponto os outros contratos de embarcações apareciam porque os ameríndios que trabalhavam nos transportes terrestres estavam ocupados com outro serviço?[864]. Outro raciocínio é que os ameríndios cuidariam de caminhos mais por dentro dos sertões, passando por outras paragens, enquanto que as barcas estavam intrinsecamente ligadas às fábricas, farinhas, couro e outros mantimentos que saiam da Vila de Penedo.

[864] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 16v.

Subtende-se que as barcas variavam de preço provavelmente pela quantidade de material levado por ela. A média do preço de 6$400, com poucas (mas significativas) variações, ajuda a reforçar o argumento anteriormente mencionado, apesar de que a possibilidade de existência de uma "economia moral" é igualmente crível, uma vez que as Câmaras municipais tinham como tarefa regular os preços e fiscalizar os oficiais que os ofertavam[865]. Caso em que voltamos para o José Alberto. Sua barca foi a primeira alugada e custou 6$400 de aluguel em 3 de dezembro de 1701. No ano seguinte, em 26 de janeiro, fez a mesma condução, dos mesmos equipamentos, pelo mesmo caminho, e recebeu 14$800. Um aumento de 8$400. É como se ele tivesse feito dois carregamentos de 7$400. A ideia de o preço ser proporcional à quantidade ou peso de equipamento é mais bem aceita quando se observa o aluguel da barca de Felipe de Souza em 17 de dezembro de 1701, que conduziu fábricas para o Rio dos Cabaços por apenas 2$700. Da mesma maneira, a interpretação da média de preço pode ser mais bem esboçada quando se veem outras barcas sendo alugadas, em que os preços foram 6$400 e 6$800 (Domingos Ferreira da Cunha); 6$000 e 6$800 (Capitão João Dantas Aranha); e 4$000 (Manoel Francisco). A repetição de ofertantes (José Alberto e Capitão João Dantas Aranha) pode aflorar tanto o poder econômico daqueles homens quanto suas posições sociopolíticas de exercerem mais influência em áreas mais distantes da vila de Penedo.

Ter barcas em seu poder, e escravos com habilidades de manufatura, faz pensar que o Capitão João Dantas Aranha detinha meios de produzir suas próprias embarcações, podendo pô-las para alugar ou vender. Valendo-nos dos dados de Antonil para o Recôncavo Baiano, "as canoas vendem-se conforme a sua grandeza e qualidade do pau. Por isso sendo as de que comumente se usa nos engenhos umas pequenas e outras maiores, maios ou menos também será o preço delas, a saber, de vinte, trinta, quarenta e cinquenta mil-réis"[866]. A partir do capítulo passado, acerca das madeiras comuns ao Rio de São Francisco, bem como as da região norte (em Porto Calvo), fica difícil estabelecer a qualidade e tamanho das canoas utilizadas pelos homens nas partes sul da Capitania de Pernambuco. Todavia, tal situação não retira o peso de problematização sobre o poder econômico de João Dantas Aranha e muito

[865] Em São Paulo e Bahia, cf. FLEXOR. Op. Cit., 1996, pp. 187 e ss. Sobre "economia moral", apesar da importância do exemplar texto de Thompson, tem-se que seguir os apelos do autor em relação ao cuidado do uso indiscriminado de suas colocações. Isto é, para um maior aprofundamento da "economia moral" em determinada circunstância histórica, é-se necessário o historiador procurar em suas próprias evidências o que poderia ser uma "economia moral", e não simplesmente copiar e colar as conclusões de Thompson, cf. THOMPSON, Edward Palmer. "A economia moral da multidão inglesa no século XVIII" e "Economia moral revisitada". In: THOMPSON. Op. Cit., 1998, pp. 150-202 e 203-266.

[866] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 135.

menos a capacidade dos seus escravos - africanos e ameríndios – e outros homens livres trabalharem na confecção daqueles bens[867].

Outro ponto pertinente acerca da importância da categoria analítica de trabalho é o uso mais cuidadoso da "mais-valia mercantil" de F. Braudel (i. e., que o preço aumenta de acordo com as variações de transporte de uma mercadoria)[868]. Sendo as distâncias praticamente as mesmas (Penedo ↔ Cabaços), bem como os produtos (fábrica e farinhas), o preço elevado/baixo ficaria por conta da quantidade levada e do trabalho empenhado por aquele que estava alugando a barca (e não, portanto, apenas pela distância). Muito pode ainda se problematizar sobre a questão do preço naquele oferecimento de serviço[869]. Porém, voltando ao tema dessa tese, salienta-se de imediato que, apesar dos conhecimentos pré-existentes sobre a navegação do São Francisco em período pré-descoberta das Minas de Salitre, não é de ignorar que a manutenção da Oficina serviu, pelo menos, para a manutenção dos caminhos e das trocas de experiências de trabalhadores no processo da conquista do grande rio.

A situação de Tamandaré obedeceu a outra ordem de fatores. Por ser uma barra, o espaço foi pensado para se tornar um futuro porto. Os moradores de Porto Calvo e Serinhaém já demonstravam como a barra era utilizada fazia muitos anos no escoamento de gêneros, sendo utilizada como parte geográfica essencial à dinâmica local dos produtores da região. Em termos logísticos, as sumacas não podiam chegar até as costas (como carros estacionados rentes a uma calçada), e, nesse ponto, as pequenas barcas eram necessárias para fazer o trajeto de levar pessoas, equipamentos e os gêneros até as embarcações que aguardavam para serem abastecidas ou esvaziadas. E, para isso, trabalhadores eram contratados, ou escravos utilizados que faziam os caminhos.

Mas nem sempre foi assim, viu-se que nos finais do século XVII alguns relatórios encararam a Barra de Tamandaré como perigosa. As constatações podem ter partido de experiências de outras partes da Capitania de Pernambuco. Em 1661, o Governador de

---

[867] A título comparativo vale ressaltar a colocação do Padre António Vieira, quando se encontrava no Maranhão: "Não tem lugar nos sertões do rio das Amazonas, que é todo povoado e fértil, e as entradas são em canoas por mares de água doce e não por terra", cf. VIEIRA, Pe. Antônio. "Parecer sobre a conversão e governo dos índios e gentios feita pelo Padre Antônio Vieira a instância do Doutor Pedro Fernandez Monteiro". In: VIEIRA, Pe. Antônio. **Escritos históricos e políticos.** Estabelecimento dos textos, organização e prefácio Alcir Pécora – São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 373. Neil Safier escreveu uma comunicação fazendo chamada para que pesquisadores dedicassem mais atenção aos "índios remadores" da Amazônia colonial, cf. SAFIER. Op. Cit., 2002, p. 427, 429-430 (sobre o Padre Antonio Vieira como um dos poucos colonizadores que repararam nos remadores).

[868] Sobre esse "conceito" de Braudel, estudaremos com mais afinco na terceira parte dessa tese.

[869] Ou seja, um embate metodologicamente mais profundo acerca das ideias de "tempo de trabalho" e "economia moral" advindos de épocas "medievais" (presentes em trabalhos como de Le Goff, Thompson, trazidas de volta por FLEXOR. Op. Cit., 1996) com as "teorias do valor" da época "mercantilista" e "capitalista" analisadas por Marx dentro de um ambiente escravista colonial (Gorender, Cardoso e Schwartz, já citados nessa tese).

Pernambuco ordenou que se nomeassem um "Prático da Barra" para Itamaracá – mas obedecendo ao que deveria ser comum para Tamandaré, Itamaracá e Paraíba. A escolha deveria ser feita pelos "Pescadorez, vezinhoz para mais Certeza de o acharem a qualquer hora em caza ou em Mar". A sua atribuição era ajudar a manejar as embarcações a entrarem nas Barras sem sofrerem acidentes e danos. Isso porque muitas tinham se perdido "apertadaz do tempo, ou corridaz do inimigo" e "por não trazerem Pilloto". A função do "Prático" era estar "sempre pronto com Jangada ou Bartel para acudir a qualquer embarcação que vier buscando a Barra". Em Itamaracá, seu pagamento seria de 10$000réis "por cada Navio que meter dentro no Porto"[870].

Compreender melhor as relações de trabalho e formação de uma classe de trabalhador é ímpar nessa ocorrência. Analisemos com mais afinco alguns pontos. **1) a contratação ser nos locais, por meio de uma espécie de "eleição" dos "pescadores".** Leia-se, pessoas que detinham a experiência, as técnicas de pilotagem no mar, o conhecimento tipográfico e climático, em específico naquele mar, pois as correntes marítimas e ventos variavam de lugar para lugar e de mês para mês na costa da América portuguesa[871]. Ao invés de algum nobre, ou miliciano bem quisto em ambientes de algumas praças importantes, aquele tipo de trabalho deveria ser observado mais pela capacidade de alguém "experimentado, versado, perito, &c"[872] (daí o nome "Prático") do que por algum queridinho nos círculos de poder. Apesar do pagamento interessante, nada sobre privilégios é explicitado na documentação, o que faz crer que as relações hierárquicas de antigo regime eram a base na formação de grupos e na subalternização dos trabalhadores. Apesar de algumas vantagens (seria "agregado a companhia que nelle esta de goarnição em que se lhe dará seu socorro como aos mais soldados e 10$réis"), e ter sua importância (afinal, deveria ser eleito localmente), continuaria sendo um pescador trabalhador, subordinado ao "Cappitam que tiver a cargo o dito Forte".

2) "por não trazerem Pilloto". Essa frase demonstra como poderia ter sido comum nos ambientes intracapitanias as constantes viagens de embarcações de todo o tipo em que a figura do piloto fosse improvisada – i. e., que não detinha a capacidade de manejar a embarcação no momento de chegada a Barra. Até que ponto os pescadores locais foram os responsáveis por guiarem e até mesmo treinarem aqueles que deveriam comandar os barcos

[870] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 60-60v

[871] Bibliografia sobre os marinheiros é extensa, deixa-se as lidas para composição das argumentações nesse tópico, cf. RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Portos do Brasil Colonial". In: RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Histórias do Atlântico português.** – São Paulo: Editora Unesp, 2014, pp. 125-176. Sobre essa hierarquia das Naus e dos postos militares do mar, BOXER, Charles. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686.** São Paulo – Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973, p. 198.

[872] BLUTEAU. Op. Cit., vol. 6, p. 674. Disponível em http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/pr%C3%A2tico Acessado em 16/10/2019.

que interligavam as Capitanias do Brasil? Pode ser considerado um exagero pensar nessa situação como algo corriqueiro, mas é plausível observar naquele momento histórico de 1660 as dinâmicas entre suas vilas, onde novos conflitos (entre Recife e Olinda), bem como guerras (contra os "Bárbaros" e "Palmares") influenciavam nas relações entre pilotos e marinheiros locais nos processos de conquista dos sertões e das próprias "reconstruções" socioeconômicas das vilas que fundamentavam a Capitania de Pernambuco e suas anexas como um todo[873].

Por outro lado, a falta dos próprios barcos e de pessoas que fizessem as viagens também existiu. Pedro Lelou, um soldado que estacionou em Tamandaré em 1672, recebeu ordem de voltar para Olinda com sua Companhia para suprir a falta de homens naquela praça. Em abril de 1673 o plano do Governador ainda não tinha dado certo, proveniente da falta de barco "para se mudar com sua caza da Fortaleza de Tamandaré". Decidiu, por aquele momento, mandar ordens para o Capitão Antônio Jacomé Bezerra (que iria entrar em Palmares): "fasa-lhe vossa mercê advertencia senão descuyde em procurar Barco com instancia porque hé necessário venha a Sua Companhia"[874]. Ter dado ordem para Jacomé (que estava em Serinhaém e com ligações com Porto Calvo) indicaria a existência comum de pescadores e barqueiros que fariam aquele tipo de viagem, além de conhecerem as rotas.

Um momento extraordinário foi em "primeiro de Agosto de 1682", quando uma embarcação da "Frota da Bahia" acabou naufragando "naquela Costa de Pernambuco, no distrito de Porto Calvo". O Capitão Mor de Porto CAlvo da época, Sibaldo Lins, foi com "Sua pessoa, e fabricas da dita freguesia, carros, canoas, jangadas, e concideravel perda de gente morta e ferida como a Salvar tudo quanto poude da fabriqua das ditas Naos"[875]. Até que ponto os responsáveis pelas canoas e jangadas eram pessoas particulares e/ou escravos de Sibaldo Lins é uma incógnita, mas atesta a prática de uma sociedade fundamentada em torno do uso dos pequenos rios e jangadas como meio de transporte, visto que, geograficamente, Porto Calvo não era cortada por grandes rios, o que impedia, por isso, o aparecimento de grandes

[873] Se formos ousar em mais outra interpretação, estar-se-á em um momento como os dos militares de Palmares. Se esses últimos angariaram mercês por vitórias de batalhas, alegando que lutaram e receberam ferimentos e mataram muitos, sendo que uma parte considerável tinha sido morta por negros escravos, ameríndios flecheiros, além de homens negros, pardos e mulatos de outros Terços; até que ponto os Pilotos de embarcações se valiam da mesma estratégia arrogante de se considerarem os responsáveis pelo ir e vir em segurança dos passageiros e mercadorias, sendo que havia ali os pequenos trabalhadores do mar, pescadores e homens menores de navios que auxiliavam e eram responsáveis pelos "sucessos" dos Pilotos e Capitães. Alegar isso é atestar um óbvio (um homem sozinho – por mais habilidoso que fosse – não conseguiria tocar um barco), mas o que está de interesse nesse momento é que havia homens que trabalhavam na posição ou que, "por fora", exerciam serviços que eram dos pilotos.
[874] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 325.
[875] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1673, fl. 3.

embarcações[876]. Por conta disso, seria latente uma relativa quantidade daqueles trabalhadores em Porto Calvo, além, é claro, da influência do Capitão Mor no controle e manejo da situação de resgate.

6. 3. 2 Carregar e caminhar

Do mundo das águas e das redes fluviais, adentra-se agora em outro espaço tão intricado quanto o primeiro: as das terras e estradas terrestres. Uma parte desse assunto foi bem esmiuçada na primeira parte dessa tese. Portanto, seguindo a esteira de raciocínio do presente capítulo, espera-se dar mais atenção aos tipos de trabalho e trabalhadores que foram essenciais nas conquistas luso-brasileiras pelos sertões. Tal obrigação lembrada pelo Rei advinha de normas mais antigas, especialmente as relacionadas ao regime de Sesmarias, em que, ao receber sua parte, o súdito luso-brasileiro se tornava responsável por construir estradas, pontes e prover o livre trânsito. Frei Jaboatão, na metade do século XVIII, resgatou aspectos da guerra holandesa em que os ameríndios figuraram como um dos principais trabalhadores – logísticos e braçais – na formação da malha de caminhos pelas partes sul da Capitania de Pernambuco: eram "práticos" nos atos de "descobri[r] os caminhos, e bosques", uma vez que "entre os mesmos mattos haviaõ nascido, e eraõ creados"[877].

As fugas das fazendas, das casas, das vilas, das plantações, e os aumentos constantes de mocambos nos sertões de Porto Calvo, Alagoas e Rio de São Francisco, foram assunto corrente nos séculos XVII e início de XVIII na Capitania de Pernambuco. As consequências eram duplas: os negros desestabilizavam a economia luso-brasileira diretamente, e, ao mesmo tempo, fundamentavam o progressivo conhecimento dos sertões – que, com o tempo, acabou estabilizando a economia escravista. O problema residia nas tentativas dos luso-brasileiros em irem atrás dos mocambeiros. Essas complicações fizeram com que ameríndios e africanos escravos (que não tinham fugido) fossem cogitados para os labores de "bestas de carga" nas batalhas. Tal ato pode parecer consequência "natural" do clima das batalhas. Porém, visto de maneira um pouco mais alargada, o processo de utilizar o trabalho dos ameríndios e negros como carregadores não invocava apenas a concepção da força física dos homens, mas igualmente na desestabilização do estilo de vida "guarani"[878]. Ao mesmo tempo, como os

[876] ANDRADE. Op. Cit., 2010, pp. 124-125.
[877] **Novo Orbe Seráfico**, vol. II, 1980, [1761], p. 164
[878] MONTEIRO. Op. Cit., 1994, p. 124.

homens eram responsáveis pela guerra, utilizá-los como trabalhadores acabou se tornando uma estratégia bélica.

Entretanto, as relações de trabalho não eram apartadas das esferas da política ou economia (ou, no caso de Antigo Regime, de economia política). A existência dos homens carregadores estava intrínseca com negociações de "dá-los ou não dá-los" para aqueles serviços. Perdê-los não era uma opção válida para os homens do litoral, como foi tratado em reunião na Câmara da Vila das Alagoas no ano de 1676, em que os oficiais e moradores decidiram dar alguns de seus "negros" para levar os mantimentos para Palmar nos comboios de Fernão Carrilho, só que com uma condição: que se algum negro que levasse mantimentos morresse durante as lutas, o Capitão Fernão Carrilho seria obrigado "a pagar todo o negro que morrer" usando as "pilhagens que fizer"[879]. A possível situação de baixa existência de africanos ainda escravos nas localidades que compunham a Vila das Alagoas fazia com que seus trabalhos se tornassem mais importante, por isso os senhores se tornaram mais renitentes em tê-los fora de seu jugo.

Carregar mantimentos foi prática comum nas batalhas. O terreno acidentado e a falta de estradas se tornaram empecilho para transporte por bestas e carros. Apesar de não ser comum na documentação, soldados também carregavam seus apetrechos: "meia arroba de carne, meio alqueire de farinha, peixe, rede para dormirem, camisas, capote, dois alateis de pólvora, balas, espingarda, espada, facão e cabaça de água"[880]. Por terem que levar os instrumentos nas costas, a existência e imposição de negros africanos e ameríndios para fazer o serviço de transporte foram mais ou menos rotineiras. Têm-se vestígios desde 1671, quando o Governador de Pernambuco, Fernão de Souza Coutinho, reclamava da geografia local e via como maneira de carregar os mantimentos "senão ás costas de negros por não haver estradas para carros, nem para mais que um homem, atrás de outro"[881].

As negociações por escravos sempre eram vistos como empecilhos pelos seus donos. O Capitão Mor, João da Fonseca, fez pedido em 1680 para que os moradores das Alagoas fizessem um donativo para as tropas que estavam lutando em Palmares. Pediu, além da alimentação, "cincoenta negros para o carreto deles"[882]. Pode parecer que dar o negro escravo para carregar mantimento e exigir pagamento em caso de sua morte fosse a única atitude que

[879] IHGAL. **Arquivo 00007-01-02.** 2º Livro de Vereações da Câmara de Alagoas do Sul, vários fólios, fl. 44v. "Termo pelo qual se obriga o Capitam Fernão Carrilho a pagar com as pilhagens o custo de todo negro que fallecesse condusindo mantimentos para subsistência nos Palmares – 1676".
[880] "Plano para a destruição de Palmares (I)". In: **República**, 2004, p. 97.
[881] "Carta do governador Fernão de Souza Coutinho (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 186-187.
[882] IHGAL. **Arquivo 00007-01-02.** 2º Livro de Vereações da Câmara de Alagoas do Sul, vários fólios, fl. 60v. "O Capitão Mor João da Fonsequa pede a camara socorro de mantimentos para as tropas do Arrayal dos Palmares – Governador Ayres de Souza Coutinho [sic] – 1680".

os moradores estabeleciam com as tropas que iam para Palmares. O ex-Governador de Pernambuco, Ayres de Souza de Castro, em 1685, ao discursar sobre seus sucessos, exagerou ao escrever que "os moradores não fazem pouco em darem os negros para a condução dos mantimentos". Argumento esse muito utilizado para estabelecer grandes sucessos de sua administração[883]. Um dos tópicos levantados por Ayres de Souza era que, em relação aos soldados livres – que tinham direito a pilhagem –, a possibilidade de angariarem parte do "Quinto de Sua Majestade", era a demonstração que aquela experiência lograva sucessos (v. capítulo 10)[884]. Ao que tudo indica, as utilizações dos negros africanos nos comboios obedeciam também a estratégias dos seus donos em se valer de possíveis atitudes que angariassem possíveis espólios de guerra.

De áreas montanhosas e acidentadas, passemos às planícies áridas da caatinga do Rio de São Francisco. Não é cansativo começar o assunto retomando o argumento do segundo capítulo dessa tese: que os moradores que estavam disseminados pelas áreas do Rio de São Francisco eram personagens-chave para a manutenção da riqueza e do alargamento territorial das fazendas e futuras minas de salitre. De acordo com o Monarca, ainda em 1700, os moradores dos sertões estavam facilitando as entradas (leia-se, estradas) pelo interior. Tais caminhos eram os melhores indicados para que se pudesse conduzir o salitre extraído em transportes como carros de bois e homens. Visando uma possível necessidade de mais vias de escoamento e trânsito, o Monarca exigiu que seus súditos sertanejos abrissem mais estradas para melhorar a administração dos sertões. Governar, naquele momento histórico, estava intrinsecamente ligado ao ato de abrir caminhos: "visto ser hua das obrigaçõins, em que se lhes fes doaçam das tais terras"[885].

Durante as andanças e arrumação das fábricas nas Minas de Salitre, em 1701, o desembargador Inácio Sarmento encontrou a "nação dos Piracoânhas", vivendo fora da dominação portuguesa. Ao utilizar as estratégias caras à dominação lusitana (os pactos através do Dom e Contradom, misturados em boa dose com um instinto de não fazer guerra), estabeleceu contato com "os seus principais [dos índios]" e travou acordo para que eles fizessem conduções de comboios pelo Rio dos Cabaços. A partir dessas estratégias, arrancou dos habitantes ameríndios trabalho para poder aliviar os que estavam já laborando nas minas. Para ajudar em sua empreitada, o desembargador tratou de chamar missionários para ajudar a

[883] LARA, Silvia Hunold. "Com fé, lei e rei: um sobado africano em Pernambuco no século XVII". In: GOMES, Flávio (org.). **Mocambos de Palmares:** histórias e fontes (Séc. XVI-XIX) – Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.
[884] "Parecer do ex-governador de Pernambuco (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 269.
[885] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 277.

aldear aquela "nação"[886], uma vez que os interesses dos religiosos acabavam confluindo para seus objetivos de utilização dos ameríndios como mão-de-obra[887].

Esse momento correspondeu a uma situação de aldeamento, violência e negociação. Ambos o desembargador Inácio Sarmento e o Capitão João Dantas Aranha trataram de ir nesses espaços "persuadir os gentios das aldeias daqueles distritos" a trabalharem nos carregamentos do salitre[888]. Provavelmente pensava o desembargador em ter ali por perto um contingente de trabalhadores obedientes, agricultores promissores, extrativistas experientes e conhecedores geográficos exemplares para desbravar aquelas paragens. Afinal, não é forçoso lembrar que os 80 casais de ameríndios "dados" ao desembargador não eram naturais da região do Rio de São Francisco para dar conta da mineração, transporte, construções, tangeamento de gado, cuidado de cavalos, batalhas contra ameríndios hostis, alimentação, entre tantas outras atividades que eram preparadas por eles, a favor da minoria oficial luso-brasileira. Pode-se supor que, a partir da cultura dos "Piracoânhas", Inácio Sarmento pretendia mesclar ensinamentos e aumentar gradativamente seu domínio local para explorar com mais afinco e efetividade a força de trabalho de seus homens.

Essa "estratégia" é peculiar. Normalmente, o que se escreve na historiografia são citações aonde os missionários (como os jesuítas, mais famosos), chegaram primeiro, catequizaram e, com o tempo, "por força das circunstâncias foram relutantemente obrigados a deixar que os internos das *aldeias* fizessem trabalho braçal para os colonos portugueses, sob certas condições e garantias"[889]. Vê-se que, em alguns locais do Rio de São Francisco, o que aconteceu foi o inverso: os milicianos chegaram antes, tendo os próprios "apaziguados" os ameríndios violentos e "negociado" com os restantes para, no fim, escolher algum missionário para exercer o controle pelo domínio da fé católica.

Essa situação pode ter sido comum na Capitania de Pernambuco no século XVII, uma vez que, no início do século XVIII, o padre Miguel Carvalho, por meio da Junta das Missões, alertou o Rei de Portugal (que o respondeu em 1701), sobre a situação em que os Capitães mores estavam constantemente retirando ameríndios de aldeias "para as obras que forem do meu Serviço". A reclamação do eclesiástico (e de um conjunto de missionários) era o tempo em que os trabalhadores ficavam longe de suas aldeias, sem poderem cultivar as suas "rossaz

---

[886] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 10.
[887] Como bem sintetizou Monteiro, os missionários (em especial os jesuítas em São Paulo), se valiam basicamente de uma estratégia de três ações: "a conversão dos 'principais', a doutrinação dos jovens e a eliminação dos pajés", cf. MONTEIRO. Op. Cit., 1994, p. 47.
[888] AHU. **Alagoas Avulsos.** Doc. 90, fl. 1v.
[889] BOXER, Charles. **Relações raciais no império colonial português, 1415-1825.** – Rio de Janeiro: tempo brasileiro, 1967, p. 124-125.

e famílias". O Rei ordenou que, todas as vezes que algum Capitão Mor utilizasse de um serviço por parte dos ameríndios, que o fizesse por um máximo de 15 dias, entregando-o de volta à aldeia para ser trocado por outrem. Caso o período extrapolasse, o pagamento pelo "seu trabalho" seria dado "em quadrupo"[890]. Destrinchando melhor a situação, observa-se que durante o século XVII, o que pode ter ocorrido foi a tradição de abuso de poder por parte dos Capitães em relação aos ameríndios trabalhadores, desembocando-se, assim, em disputas e picuinhas com missionários que também estavam interessados no aproveitamento material de seus aldeados.

Apesar de não se ter conhecimento do lugar de onde o Padre Miguel Carvalho escreveu sua reclamação, deve-se ter cuidado ao conjecturar a mesma situação para as regiões do Rio de São Francisco. De fato, crê-se que o uso e abuso de trabalho ameríndio foi fator comum e convém observar com mais afinco alguns dados para compreender os serviços e relacionamentos entre os trabalhadores e seus responsáveis.

Quadro 2: tipos de trabalho e pagamentos dados aos ameríndios e tapuias nas Minas de Salitre (1701-1702).

"Etnia"	Trabalho	Pagamento	Data	Custo
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	01 de setembro 1701	5$450
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	07 de setembro de 1701	4$500
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	16 de setembro de 1701	2$000
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	17 de setembro de 1701	5$200
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	18 de setembro de 1701	5$200
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	28 de setembro de 1701	5$000
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	29 de setembro de 1701	5$000
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	9 de outubro de 1701	4$410
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	10 de outubro de 1701	4$900

[890] "Carta do padre Miguel de Carvalho (...)". In: **Mocambos**, 2010.

Índios	ñ. esp.	Ração	20 de outubro de 1701	4$410
Índios	ñ. esp.	Ração	21 de outubro de 1701	4$900
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	31 de outubro de 1701	4$230
Índios	ñ. esp.	Ração	1 de novembro de 1701	4$700
Tapuias	Cond. de fab. e mant. do Rio dos Cabaços para as minas do Salitre	Gêneros que foram comprados	3 de novembro de 1701	74$510
Tapuias	Cond. de Caldeiras e outras fab.	Mant. para "matalotar"	7 de novembro de 1701	18$160
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	10 de novembro de 1701	4$410
Índios	ñ. esp.	Ração	11 de novembro de 1701	4$900
Índios	ñ. esp.	Ração	21 de novembro de 1701	2$160
Índios	ñ. esp.	Ração	22 de novembro de 1701	2$400
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	3 de dezembro de 1701	4$560
Tapuias	Cond. de fab.	Mant.	9 de dezembro de 1701	24$240
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	14 de dezembro de 1701	4$320
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	25 de dezembro de 1701	4$140
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	5 de janeiro de 1702	3$960
Índios	ñ. esp.	Ração	16 de janeiro de 1702	3$960
Tapuias	ñ. esp.	Gêneros que foram comprados	21 de janeiro de 1702	21$420
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	27 de janeiro de 1702	3$960
Tapuias	Cond. de fab. e	Mant. para	2 de fevereiro de	211$350[1]

	farinha	"matolotar"	1702	
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	7 de fevereiro de 1702	3$960
Índios	ñ. esp.	Ração	18 de fevereiro de 1702	3$960
Índios	Cond. do din.	Ração	3 de março de 1702	3$060
Tapuias	Cond. de fab. e far.	5 vacas e 3 bois para "matalotagem"	3 de março de 1702	23$500
Índios	Cond. do din.	Ração	13 de março de 1702	3$060
Tapuias	Apagado no documento	Apagado no documento	16 de março de 1702	11$[apagado]40
Tapuias	Cond. de fab. e mant.	[ilegível][fl. 19v]	19 de março de 1702	33$000
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	23 de março de 1702	3$060
Tapuias	Cond. de mant.	03 vacas e 1 boi	25 de março de 1702	12$500
"etnia" não especificada	Cond. de fab. e mant.	ñ. esp.	25[?] de março de 1702	8$080
Hurumarus[?]	Cond. de fab. e mant.	ñ. esp.	25 de março de 1702	18$000
Humijos[?]	Cond. de far.	[apagado] a "matalotagem"	26 de março de 1702	2$830[2]
Índios	Cond. do din. e fab.	Ração	ñ. esp.	3$060
Índios[?]	Cond. de surrões de far. e outros serviços (apagado no documento)	Apagado no documento	18 de abril de 1702	18$240
Tapuias "Chocos"	Cond. de um comboio de far.	1 boi para matalotagem	9 de maio de 1702	4$000
6 Tapuias	Cond. de 10 cavalos carregados de far.	"pagar e sustentar"	6 de junho de 1702	3$200
40 Tapuias	Cond. do Salitre para Recife. Cond. de farinha	Sustento	25 de junho de 1702	16$000

	para as minas do Salitre			
Tapuias de Rodelas	Cond. de fab. e far.	"pagou aos Tapuias"	25 de junho de 1702	30$000

Fonte: AHU. Pernambuco Avulsos. Doc. 1938, fls. 13v-22.
Abreviaturas: Cond. (condução); din. (dinheiro); fab. (fábricas); ñ. esp. (não especificado); mant. (mantimentos); far. (farinha).
1 - Contém outros serviços, como compra de cavalo e pagamento de oficiais que trabalharam no armazém.
2 - Contém os serviços para um homem branco.
Obs: 1) as "etnias" estão em aspas porque foram essas as nomeações dadas pelo Escrivão, salvo quando indicado o contrário. 2) Todo o trabalho foi em direção às Minas de Salitre, salvo quando for indicado o contrário. 3) os pagamentos foram dados aos Capitães e responsáveis dos ameríndios e tapuias.

Pelo quadro acima, ressalta-se que 1701 e 1702 foram anos de extrações e conduções a todo o vapor. De início vê-se que conduzir dinheiro e fábricas – recebendo como sustento uma ração –, era o fator comum e mais básico da oficina. Provavelmente era o serviço que os responsáveis pelas Minas tinham em mente quando decidiram levar os 80 casais iniciais para os sertões. Outros trabalhos foram aparecendo e pode ser considerados pontos-fora-da-curva, mas ao mesmo tempo não deixavam de ser vistos como consequências das dinâmicas das Minas. A problematização de tabelas e "séries", por isso, se torna imprescindível[891].

Em 1702 é que aparece um serviço diferente. No dia 18 de abril foi paga a quantia de 18$240réis ao Alferes dos Índios, para o serviço de fazerem uma viagem carregando para a oficina vários "surrões de farinha"[892]. Ao que tudo indica, aqui estaria se mesclando as viagens pelo Rio de São Francisco, via barca (v. *supra*), para depois os ameríndios trabalhadores seguirem viagem terrestre com os mantimentos[893]. Mas nem sempre os carregamentos eram feitos pelos homens.

Houve também momentos em que o uso de cavalos se mostrou essencial: por terem guiado 10 cavalos carregados de farinha, o Capitão Manoel Brás Pedrozo e seus 06 tapuias receberam 3$200 réis pelo serviço até a oficina[894]. É impossível discernir com exatidão a diferença de preços, uma vez que o pagamento de 18$240réis também incluía "outros serviços". O que convém ressaltar é que o carregamento pelos cavalos e poucos tapuias foi relativamente barato e estava no mesmo patamar de preços dados a outros serviços parecidos onde figuraram apenas ameríndios. Acredita-se que mesmo os cavalos podendo transportar cargas mais pesadas, seus cuidados ficariam a cargo do Capitão Brás Pedrozo, cabendo o

[891] THOMPSON. Op. Cit., 1987, p. 144.
[892] AHU. **Pernambuco Avulsos,** Doc. 1938, fl. 20v. Não se tem o nome do Alferes por conta do documento estar apagado.
[893] AHU. **Pernambuco Avulsos,** Doc. 1938, fl. 21v.
[894] AHU. **Pernambuco Avulsos,** Doc. 1938, fl. 21v.

pagamento ser feito apenas aos ameríndios que trabalharam. Da mesma feita, caso os ameríndios mantivessem a pé, a velocidade continuaria sendo ditada pelos homens, além de que 10 cavalos carregariam as farinhas. No limite, pode-se supor que Brás Pedrozo fez um bom negócio ao utilizar de seus animais para conseguir uma quantia de réis onde necessitaria, *a priori*, de um número bem maior do que 06 ameríndios.

Por outro lado, quando não havia ameríndios aldeados para trabalharem, e nem animais para carregar em seus lombos os equipamentos e suprimentos requeridos, coube aos militares dos sertões a incumbência dos carregamentos. Em termos comparativos, foram poucos os que se detiveram no serviço, mas que rendem interpretações interessantes.

Quadro 3: Soldados que conduziram fábricas e mantimentos para as Minas de Salitre (1702).

Trabalhador	Serviço	Pagamento	Oficial responsável	Localidade	Data	Preço
Soldados	Condução das fábricas	Jornais	Governador dos Tapuias	Rodelas	10 de fevereiro de 1702	10$000
7 Soldados	Condução das fábricas	Jornais	Governador dos Tapuias Carijós	Não especificado	28 de fevereiro de 1702	14$000
17 soldados	Condução de dinheiro e fábricas	Ração	Superintendente das minas de salitre	Não especificado	Não especificada (aprox. início de abril)	3$060
4 soldados	Não especificado	Ração	Administrador das [ilegível]	Não especificado	10 de abril de 1702	$800
Soldados	Condução de fábrica e mantimentos	Não especificado	Dom Lourenço, governador dos [Tapuias] Chocos	Sua aldeia	26 de maio de 1702	20$680

Fonte: AHU. Pernambuco Avulsos. Doc. 1938, fls. 18v, 20v, 21v.

De início, o que deve ser visto primeiramente é o aparecimento deles somente no início do ano de 1702 e, mesmo assim, com poucas ocorrências. Convém mencionar que as barcas que foram contratadas para serviços de transporte não atuaram nesses dois meses, sendo mais

comuns em janeiro e em março (v. *supra*). Podem-se considerar duas explicações nesse quesito. **1)** que pode ter acontecido dos donos das barcas terem alugado seus transportes para outros serviços e o superintendente das Minas de Salitre ter ficado sem aquela ajuda no momento. **2)** A questão climática: os meses de Janeiro-abril são períodos de seca na região do baixo São Francisco[895], o que pode ter forçado algumas barcas a não terem se aventurado nos momentos em que o rio não operava com capacidade pluviométrica segura. Leva-se em consideração ainda outras variantes como os ventos. A própria falta de vento se tornava inimiga da navegação: "porém tanto que acalma o vento hé necessario lancar ancora, porque a corrente da aguoa com presteza increivel os torna a trazer para baixo sem vella nem Remo"[896]. Em suma: sem ventos ficaria difícil fazer o transporte, e o meio terrestre era o cogitado.

Os ameríndios, por sua vez, não trabalharam muito nesses meses de fevereiro e muito menos em março e abril. Só que, nesse caso, os soldados foram contratados para os carregamentos junto com ameríndios, formando, assim, um conjunto híbrido de pessoas, unidos por um trabalho (condução), um pagamento (jornais ou ração) e um comandante (Capitão ou Governador). Mas, continuavam resguardando em seus ambientes a divisão excludente pelo caráter da escravidão. O trabalho não os uniria, sendo mais explícita a separação entre grupos.

E qual a relação que se tiraria desse questionamento? Partindo da ordem econômica, as contratações de soldados eram mais dispendiosas do que a das barcas e dos ameríndios. Enquanto o preço médio de uma barca e dos ameríndios era de 4$000-6$000réis, os soldados variavam entre 10$000 e 20$000réis, mesmo tendo valores baixos inseridos no total. Apesar de o trabalho ter sido o mesmo dos ameríndios, o pagamento era maior. Ora, a relação consistia em jornais e assalariamento, e não de escravidão indireta, onde a ração era dada no sentido de subsistir o trabalhador para garantir sua sobrevivência para mais um dia de labuta[897]. Em tempo, propõe-se a hipótese que, em relação aos ameríndios, os jornais passavam por negociações entre o superintendente com os Capitães ou Governadores, onde os últimos teriam o intuito de usar o dinheiro para investir em suas aldeias, terços militares ou propósitos pessoais.

Nesse ponto, a diferença é latente. Até agora se propôs a diferenciar os serviços dos soldados entre si, mas, quando se coloca em comparação com os ameríndios ou com os

[895] que compreende o que seria hoje (e era mesmo na época "colonial") os estados de Alagoas e Sergipe.
[896] "Rio de São Francisco". **Livro que dá razão**, 1968 [1612], p. 53.
[897] A escravidão "indireta" aqui é retirada da ideia de "escravidão incompleta" de GORENDER. Op. Cit., 1978.

aluguéis das barcas, os milicianos foram pouco acionados e seus trabalhos custaram mais aos cofres das Minas de Salitre. Ou seja, mesmo que vários ameríndios "pertencessem" às minas por ordem do Rei, que alocou várias famílias, além de vários Tapuias terem sido empregados via jornais pelos seus responsáveis (Capitães e Governadores), eles continuavam sendo "índios"; leia-se: pessoas de baixa condição e qualidade dentro do cosmo social luso-brasileiro. Ate mesmo os donos de barcas recebiam pagamentos menores do que os soldados, pois nesse ponto a ideia de que as embarcações eram manejadas por escravos e servos se torna mais forte para justificar uma média de 4$000-6$000 por frete, obedecendo, portanto, a uma "economia moral", mas ao mesmo tempo passível de oscilações de valor a partir de condicionamentos próprios de seus momentos históricos. Em suma, o serviço era pago ao dono da barca, e não aos trabalhadores. Os milicianos, como agentes livres, eram subordinados a um comandante por causa da hierarquia dos corpos militares, mas não podiam – e nem desejariam – ser tratados como escravos ou trabalhar braçalmente para receber uma gratificação que os equiparassem a um ameríndio ou negro.

As relações de trabalho, nos "sertões democráticos" dos vaqueiros do couro, não eram tão simples ou menos sofridas do que as do litoral.

6. 4 Os trabalhadores das conquistas

Chega-se à conclusão do capítulo, e é necessário traçar uma linha mestra que conjugue todas as evidências históricas aqui analisadas em uma avaliação que considere a multiplicidade de agentes históricos dentro do objetivo proposto.

Até que ponto poder-se-ia utilizar algumas hipóteses já traçadas para a civilização vaqueira sertaneja e aplicar a um espectro maior de atividades materiais? Em outras palavras: se um vaqueiro trabalhava a ponto de, em um futuro, receber algumas cabeças para começar seu próprio curral, imagina-se que os vários trabalhadores que foram analisados nesse capítulo fariam parte de um mundo de expansão e conquista maior do que o da simples "relação mercantil de troca de mercadorias". Em suma: quantos trabalhadores contratados e escravizados, a partir da inserção a que foram obrigados a participar, absorveram experiências para – por iniciativa própria e não (atenção!) por iniciativa privada – inserirem-se no processo de conquista? A hipótese pode ser interpretada com demasiada inocência (e ela é), mas, fazendo a leitura (agora, crítica) dos grupos dominantes, quantos senhores de engenho, de currais, de lavouras, de extensões de terra, utilizaram seus empregados para expandir mais seus domínios a áreas mais afastadas das vilas onde estavam assentados?

A apropriação e fundação de aldeias ameríndias, para o caso de Palmares e Salitre, mostrou um dos pontos de partida. A tática (adaptada dos jesuítas) consistia na seguinte maneira:

> Os aldeamentos dependiam fundamentalmente da introdução constante de novos grupos para recompor suas populações. Por conseguinte, estas missões foram caracterizadas pela mistura de povos e culturas, o que, por um lado, contribuía para a estratégia jesuítica de homogeneização, porém por outro, desarticulava a sociedade indígena. De fato, no seu esforço em transformar os aldeamentos em mecanismos ideais para a manipulação e controle dos povos indígenas, os jesuítas buscavam, de forma meticulosa, desmontar os elementos fundamentais da organização social e cultural de diversos grupos locais, substituindo-os por um modelo radicalmente divergente. Por exemplo, a criação de povoados fixos e permanentes com uma delimitação territorial em termos absolutos contrastava fortemente com o padrão convencional de fragmentação e recomposição periódica de aldeias. Já a organização espacial das missões, decalcada do modelo orientado em torno da igreja numa praça central, também fugia aos modelos organizacionais das aldeias pré-coloniais. Ainda em outros casos, a substituição das unidades domésticas multifamiliares por unidades nucleares bem como a proibição da poligamia tiveram grande impacto, ao passo que a repressão de boa parte dos ritos nativos e a concomitante introdução de rituais cristãos buscavam reestruturar os contornos básicos da vida dos índios. Finalmente, **e talvez mais significativo, os missionários procuravam inculcar nos seus súditos indígenas uma nova concepção do tempo e do trabalho, na qual a divisão sexual do trabalho e a organização rígida do tempo produtivo necessariamente esbarravam nos conceitos pré-coloniais**[898].

Da mesma feita, ao retirarem dos ameríndios o poder de fabricação de seus equipamentos, os lusitanos inseriam os autóctones no mercado que permeava o sistema de trocas, compra e venda. Ou seja, conquistar os sertões se tornou, ao mesmo tempo – apesar de não parecer ter sido o objetivo primordial e mais importante –, uma necessidade para criar mercado em benefício dos homens do litoral, principalmente das classes de manufatureiros. Mas, essa posição deve ser bem analisada e não tomada de chofre. Afinal, teríamos que adentrar mais no século XVIII para poder estabelecer um quadro mais profundo e amplo de movimentação de conquista e mercado local.

Em outras áreas da América portuguesa, a medida que uma sociedade estabilizava-se, os ofícios acabavam sendo direcionados e transformavam-se em características de um determinado segmento social. Tanto em São Paulo como em Salvador, no decorrer do século XVII, culminando no século XVIII, os brancos "predominaram como ferreiros e oleiros, e os mulatos nos ofícios de alfaiares, carpinteiros e sapateiros e os negros no de pedreiro"[899]. Da

[898] MONTEIRO. Op. Cit., 1994, pp. 46-47. Negritos meus.
[899] FLEXOR. Op. Cit., 1996, pp. 178-179.

mesma feita, a força dispendida também era direcionada a categorias sociais. Os trabalhos mais pesados ficavam a cargos de negros e ameríndios, e os mais leves e de comando eram designados aos mulatos e brancos[900].

As mesmas situações – guardando as especificidades e devidas proporções – foram encontradas nos ambientes de Palmares, Salitre e Tamandaré. Os ameríndios e africanos foram incumbidos de ofícios de manufaturas, carregamento de mantimentos, lavrar roças para fundamentação de arraiais, confecção de equipamentos sertanejos, remadores de jangadas pelo Rio de São Francisco, carregadores de materiais de construção para reformas de Fortaleza, etc.. Enquanto isso, os brancos seguiam no topo da hierarquia e do mando, designando tarefas e cuidando da administração das ordens e comandos como Capitães, Sargentos, Administradores, Engenheiros, Oficial Salitreiro, Mestre de Campo, Superintendente, etc..

A existência de homens trabalhadores e manufatureiros, além de matérias primas nas regiões de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, é que irão fundamentar a importância dos principais núcleos urbanos no conjunto das freguesias e seus sertões. Por conta do regime escravista, acredita-se que houve uma relativa facilidade nas estabilizações das conquistas nas áreas palmarinas e das Minas de Salitre. Os conhecimentos apropriados dos ameríndios e dos negros, somados com os lusitanos, garantiram uma gama de material que se mostrou indispensável no processo de colonização: casas, surrões, armazéns, carroças, ferramentas diversas, olarias, paliçadas, escavações de poços; além de um aumento de conhecimento geológico, topográfico, medicinal e até mesmo linguístico.

Dentro dessa conquista, é-se necessário também reparar nessa "Colônia em movimento"[901]. Quando o Padre Antonio Vieira morou no Estado do Maranhão e Grão-Pará, definiu o transporte fluvial como uma atividade "passiva"; um momento de descanso das caminhadas que os jesuítas promoviam na selva amazônica[902]. Se formos transpor o meio de transporte para os vários rios que cortam toda a parte sul da antiga Capitania de Pernambuco, percebem-se seus valores nas dinâmicas das Minas de Salitre, Palmares e Tamandaré, onde poderíamos enquadrar a condução (de gentes, mercadorias e apetrechos) pelos rios como uma atividade "ativa". Isto é, percorrer os caminhos fluviais transformava-se em uma ação de

[900] FLEXOR. Op. Cit., 1996, pp. 180. Para o mundo do açúcar, SCHWARTZ. Op. Cit., 1988. FERLINI. Op. Cit., 2003.
[901] Tomo aqui o feliz título de FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento.** – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
[902] SAFIER. Op. Cit., 2002, p. 430. Neil Safier fará seu contraponto ao dizer que "no entanto, trata-se de uma atividade que é facilitada e viabilizada pelo fazer constante – até então não observado e não registrado – do remador".

conquista e de colonização, contribuindo para a manutenção de uma arte (a de navegar) e de sua transmissão (entre os remadores e os construtores de barcas).

Essa questão da comunicabilidade entre rios é ponto interessante para as três vilas ao sul de Pernambuco. Como é sabido, havia impostos sobre a "passagem dos rios", cuja administração cabia à Câmara de Olinda, que designava aquele que tomaria o monopólio de passagem e viagem, cobrando certos preços[903]. Interessante observar que em Penedo tal imposição existiu no ano de 1667, como foi o caso do Fidalgo da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo, Lourenço de Brito Figueiredo, que recebera uma provisão do Rei de Portugal, Afonso VI, em 1667, mas já tinha pedido desde fevereiro de 1665[904]. Em suas atividades estava a fixação de preços, que eram cobrados pelas passagens e pelos usos da barca: o gado grande e pequeno, pessoas libertas e escravos. Tal fixação de preços tinha sido debatida pelos principais oficiais da Câmara da Vila de Penedo do Rio de São Francisco, tendo sido determinada a sentença pelo Ouvidor de Pernambuco. Outra atribuição era que a passagem do Rio (ou pelo Rio), deveria ser feita exclusivamente pela barca de Lourenço de Brito Figueiredo, tendo sido proibida o uso de outras embarcações para tais ações de comércio ou até mesmo de pura e simples passagem (o ir e o vir). A proibição chegava ao extremo do monopólio da passagem ser apenas por embarcação, sendo também não permitida a passagem do gado a nado. As ações criminais, portanto, seriam a de algum morador atravessar o rio com o gado e cavalos a nado ou usar outra embarcação. As punições eram a sistemática destruição (atear fogo) desses meios de transporte que fizessem isso, além de uma multa de duzentos cruzados (100$000réis), que seriam utilizados para o sustento da infantaria da Vila de Penedo até a de Recife (logo, boa parte da Capitania).

É importante atentar que a criminalização e a punição contra os moradores da Vila de Penedo não é por conta de terem embarcações. Mas sim do uso que se daria a elas. Ora, o próprio monarca deixava atento na documentação que os mercadores poderiam usar suas próprias barcas para uma ou outra parte do rio, desde que fosse sobre assuntos que tocassem suas lavouras e tratos de seus negócios, e que apenas as suas "cavalgaduras" necessárias para a condução de suas pessoas pudessem passar a nado. O principal aspecto era que o atravessamento *mercantil*, ou de grande proporção, do rio de São Francisco deveria se dar, exclusivamente, pela barca de Lourenço de Brito Figueiredo, mediante pagamentos taxados para quem (ou o que) estivesse na barca[905].

---

[903] ACIOLI. Op. Cit., 1997, p. 68.
[904] AHU. Pernambuco Avulsos. Doc. 762, fls. 1-1v. A provisão está anexada no fólio 3, já datada como 1667.
[905] ANTT. Chancelaria Régia. **Ofícios e Mercês.** Dom Afonso VI. Livro 20. Microfilme 1466, fl. 161.

Visto em conta os tipos de punições (e seus fins práticos), supõe-se que, sempre que possível, e arriscando ir contra a vontade da Câmara, do Cavaleiro e do Ouvidor, os colonos de Penedo usufruíssem suas embarcações, ou, sendo mais arriscado, pusessem seu gado para atravessar a nado o rio. Como o Cavaleiro era apenas um, a fiscalização poderia ser falha em vários aspectos, deixando espaços de atuação que desobedeciam em vários aspectos o que era proposto por Lourenço de Brito Figueiredo. Da mesma feita, a leitura do documento, em conjunto com o que foi apreendido até agora da "história da Capitania do Rio de São Francisco", crê-se que a situação era impossível de ser sustentada, tanto por questões logísticas como materiais. Provavelmente podem ter ocorrido embates entre Lourenço e outros homens "nobres" da Vila de Penedo com João Dantas Aranha pelo controle das barcas no Rio. Do mesmo modo, o constante fluxo de gentes e o aumento populacional podem ter acarretado em uma possível revogação daquela exclusividade do Cavaleiro da Ordem de Cristo. A segunda metade do século XVII já representava para a Vila de Penedo um momento em que o trânsito já poderia chegar a ser mais intenso e apenas uma pessoa e suas barcas não dariam conta de toda a demanda.

Porém, ao mesmo tempo em que os trabalhadores motivavam o processo de conquista e ocupação territorial, a hierarquização de Antigo Regime ia tomando mais forma no contexto americano (leia-se, a apropriação de seus frutos de trabalhos pelos homens que se encontravam no topo da sociedade, fosse por detenção de cargos ou por usufruto de riquezas e investimentos). A arquitetura ajuda a dar uma visão mais firme do assunto: tanto os tijolos, a cal, o trabalho com pedras, bem como as telhas e até mesmo o uso de palhas era comum para os europeus por conta de suas vivências no velho continente como por causa de suas andanças no Oriente e na África. O que vale problematizar é que, não seguindo a risca a ideia de que os habitantes da América não tinham que comprar tudo de Portugal, leva-se em consideração que a produção deveria ser local. Ora, para um economista vulgar, tudo aquilo que é produzido localmente tende a diminuir o preço e ser mais acessível. Se a matéria-prima não for importada, melhor ainda, como era o caso das telhas e tijolos. Entretanto o que é que ocasionava no Brasil a existência de até mesmo Casas-Grandes de abastados Senhores de Engenho serem de "grossas paredes de taipa, ou de pedra e cal, coberta de palha ou de telha-vã, alpendre na frente e dos lados, telhados caídos em um máximo de proteção contra o sol forte e as chuvas tropicais"[906]? Nos ambientes dos sertões a situação poderia ser a mesma: "de couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os

[906] FREYRE. Op. Cit., 2006, p. 35.

partos"; quando as "condições de vida melhoraram", as "casas [se tornavam] sólidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro, currais de mourões por cima dos quais se podia passear, (...), açudes, (...) capelas e até capelões"[907].

Em suma: a riqueza pessoal, ou de um grupo específico, em determinado momento histórico e geográfico, é que vai estabelecer a maneira como certas arquiteturas existiram e de que maneiras foram elevadas e por quais mão-de-obra, matérias e ferramentas. Um "hibridismo" habitacional não existia pela magia da colonização lusitana em conjunção com a natureza "selvagem" da América, vencida pelas dinâmicas dos negros africanos, ameríndios e lusos: era a divisão social e a existência de grupos de mando e subalternizados que geravam as diferenças habitacionais, que se pode ser (as diferenças) alargadas para todo um espectro social maior que representou as conquistas de Tamandaré, Palmares e Salitre.

[907] ABREU. Op. Cit., 1963, pp. 147, 150.

7 A ALIMENTAÇÃO COMO SUPORTE DA ECONOMIA

Quando o francês François Pyrard de Laval saiu da Ásia, em 1602, em uma "viagem atribulada", tendo parte de seu regresso passado pelo Brasil, em 1610, desceu nas costas da Bahia e, como todo bom viajante e cronista, escreveu seus elogios e críticas. Uma é especial: a relação entre a terra e o complemento entre produção para mercado mundial (açúcar e tabaco) e subsistência; essas últimas:

> fornecem arroz, milho grosso e miúdo, raízes de mandioca, batatas e outras. Milho não comiam os homens, dando-o aos animais. Criam gado e aves. Há frutas com abundância, laranjas, limões, bananas, cocos e gengibre verde. Este só pode ser levado de conserva, para não fazer concorrência ao asiático. Belas hortas cheias de boas hortaliças, alfaces, repolhos, melões, pepinos, rábanos[908].

Para um brasileiro dos séculos XX e XXI, Laval dá um depoimento de uma terra idílica, sonho de muitos, principalmente daqueles que clamam por justiça social, reforma agrária e uma boa alimentação. Ledo engano. Como homem do século XVI-XVII, europeu, preocupado com seu mundo continental, Pyrard de Laval considerava a terra do Brasil "incapaz de servir para habitação se não fosse o atractivo pelos rendimentos do açúcar e do pau-brasil". A subsistência estava mais como "culturas para sustentação"[909], ou seja, apoios alimentícios de uma terra ruim que deveria agradecer por poder produzir açúcar e tabaco para os europeus. Parte da historiografia brasileira comprou a tese em que os produtos de subsistência seriam meros "apêndices" da "grande lavoura", que produzia para o mercado mundial[910]. Entretanto, as colocações de Laval abrem esse capítulo muito bem: ao invés de ler os gêneros alimentícios como sustentadores do grande açúcar e singelos alimentadores de senhores opulentos, luxuosos e escravos africanos e ameríndios sofridos, torna-se importante analisar a alimentação como suporte da economia, em seus caracteres gerais, e não somente ligado ao plano do açúcar, como culturas subalternizadas e sem importância. Ou, como bem escreveu Stuart Schwartz: "a agricultura de subsistência e a de exportação, estavam intimamente

[908] LAVAL, François Pyrard. Viagem..., II, pp. 230-231. *Apud* MAGALHÃES. Op. Cit., 1998, pp. 40-41.
[909] MAGALHÃES. Op. Cit., 1998, p. 40.
[910] PRADO Jr.. Op. Cit., 2011, p. 149. Sobre a "historiografia" que seguiu os mesmos caminhos, vale citar Canabrava, Novais e Ferlini, que deram atenção à "grande lavoura" e "pequena lavoura", em conjunção com a ideia de "Antigo Sistema Colonial".

ligadas numa relação complexa, multidimensional e em mutação histórica. Eram, de fato, duas faces da mesma moeda"[911].

A mais completa informação dos mantimentos produzidos nas vilas e povoações de "Ipojuca, Serinhaém, Alagoas, Unna, Porto Calvo e São Miguel", e pelos soldados partiu do relato das expedições mais sistemáticas de Palmares, ocorridas no governo de dom Pedro de Almeida, em 1675-1678: "gados, farinhas, açúcares, tabaco, legumes, madeiras, peixes, azeite". Do Rio de São Francisco mandou-se "carnes e farinhas" para o sustento das tropas[912]. Anos antes, em 1650, a partir de um relatório acerca das riquezas de Pernambuco, os gêneros (para todas as Capitanias do Norte) relacionados foram o gado, o açúcar, o pau-brasil, o algodão, gengibre e "<<marinhas de sal nativo>>"[913]. Tradição discursiva antiga, podendo ser retraída para os cronistas (já tratados nessa tese) e padres jesuítas dos quinhentos[914]. Mas essa é a parte dos luso-brasileiros; os mocambeiros tinham suas próprias maneiras de se alimentar e produzir outros artigos a partir da extração de Palmeiras e plantação de roças. Que a expansão ultramarina melhorou a alimentação dos conquistadores e conquistados não é nenhuma novidade. Não apenas em termos mercantis, mas, sobretudo, de intercâmbios de técnicas de agricultura e pecuária, transplantadas de um lado para o outro[915].

Entretanto, ler esse parágrafo dá a impressão de que sempre houve boa quantidade de gêneros nas vilas mais ao sul de Pernambuco. Desde o início dessa tese que se alerta sobre as constantes faltas de comida para entradas nos sertões, fossem para povoar ou para guerrear, sem contar as carestias dentro das próprias vilas. Quem sabe a constante falta de alimento pode ter contribuído para a mudança de olhar que os luso-brasileiros davam para os espaços mais afastados do litoral. O financiamento da guerra de Palmares, por exemplo, evidenciava a necessidade de mais produção de bens de consumo[916]; as minas de salitre traziam a tona que não só de gado vive um sertanejo e a reestruturação da área do porto e forte de Tamandaré colocavam sobre a mesa a importância da ocupação dos entornos com culturas que sustentassem os moradores e soldados; por fim, aquele Ouvidor que gerenciaria as minas, os tabacos e a ordem dos arraiais dos paulistas, estaria intimamente ligado com esse fazer-se econômico mais ao rés do chão. Os tipos foram diversos, e só podem ser apanhados no tempo e espaço a partir das ações daqueles homens (e não a partir de relatos generalizantes de

[911] SCHWARTZ. Op. Cit., 2001, p. 125.
[912] "Relação das guerras feitas (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 220-224.
[913] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, pp. 90-91 doc. 149. A citação entre <<>> é do documento original.
[914] MONTEIRO. Op. Cit., 1994, pp. 31-32.
[915] GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os descobrimentos e a economia mundial.** Vol. IV. – Lisboa: Editorial Presença, 1981, p. 23. BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 144.
[916] "Problemas da luta contra Palmares". In: **República**, 2004, pp. 79-80.

cronistas ou do método que vulgariza a geografia em fórmulas fáceis como "terra fértil = produz de tudo", tão célebre nas palavras dos depoimentos coevos).

7. 1 A farinha

A farinha de mandioca tem um peso especial na história tanto da alimentação quanto da conquista da América lusa. Apesar de não ter tido uma força pra modelar toda uma "vida material e por vezes [até] a vida psíquica", tais como o trigo (Europa), milho (Império Asteca e Império Inca) e arroz (China)[917], a mandioca figurou como alimentação base de muitos homens. Pode não ter fundamentado as diversas etnias ameríndias da parte atlântica da América, na criação de grandes Impérios ou "civilizações", mas, no decorrer da conquista lusitana, das lutas entre conquistadores e conquistados, cujos intercâmbios desiguais tomaram conta, a mandioca aparece como alicerce fundamental da vida material.

Serviu para manter soldados vivos em combates, manter em pé os escravos trabalhadores, prover a casa grande em períodos de carestia de outros gêneros, etc. Sendo uma planta existente dos tempos pré-conquista, foi rapidamente assimilada pelos primeiros jesuítas, como o Padre Manuel de Nóbrega, e outros lusitanos que entravam em campanhas para guerrear, escravizar e catequizar ameríndios[918]. Pero Vaz de Caminha não deixou passar despercebida a importância dos tubérculos na dieta dos ameríndios que encontrou e travou contato[919]. A existência dos "Tupynambás", "Tupynás" e "Tupynamquis" nos sertões e costas da Bahia pode ter contribuído para essa rápida absorção, pois esses últimos "tratavão de suas lavouras, plantavão a Mandioca, e outros legumes"[920]. Das primeiras experiências, o conhecimento foi se propagando.

Quando Gândavo escreveu sobre a mandioca em 1576, vê-se que sua força e importância apareciam na conjugação com outros frutos e carnes que existiam nas regiões do litoral da América. A diferenciação entre dois tipos, a de guerra e a fresca, retrata que os usos dos alimentos eram pensados por conta das dinâmicas da conquista. Uma durava mais tempo e poderia ser guardada; enquanto a outra logo perdia sua "validade" por conta de se manter úmida e mais propícia a estragar[921]. Porém, se for utilizada apenas as colocações de Gândavo, imagina-se que todos no Brasil plantavam e viviam com abastança da raiz, sendo que, houve

[917] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, p. 92.
[918] **Anais Pernambucanos**, vol. 6, 1983, pp. 397-398.
[919] CAMINHA. **HCPB**, 1921 [1500], p. 97 [fólio 22], itálicos meus.
[920] **Novo Orbe Seráfico**, 1979 [1761], p. 21.
[921] **Tratado da terra**, 1995a [1576], pp. 19-20.

tempos de falta que levaram, inclusive, a entrega da responsabilidade de plantio para os homens pobres e de poucas posses, deixando para os poderosos e ricos a missão do açúcar, tabaco, gado e outros gêneros considerados mais "importantes". Quando as guerras contra a Holanda e Palmares estouraram, mais proximamente a necessidade de farinha foi sentida de maneira mais substancial; igualmente, nas conquistas dos sertões apelaram para o plantio da raiz para poderem assegurar o estabelecimento em paragens longe das vilas do litoral.

A situação de carestia pós-restauração foi tamanha que em 1661 o Governador de Pernambuco deu ordem para que todos os lavradores "de rossas" plantassem "mil covas de mandioca por cabeça de escravo em cada huã". Os senhores de Engenho e os lavradores de partidas [de Cana], deveriam plantar 500 covas[922]. Ver-se-á adiante que esse tipo de política não foi levado tão a sério e o problema da farinha (que foi preconizado em 1661) atravessará todo o século XVII, principalmente nos momentos de manterem alimentados os homens que iam lutar em Palmares, os trabalhadores que estavam nas Minas de Salitre e possivelmente os soldados da Fortaleza de Tamandaré; pois, além desses homens, todo o restante da população necessariamente tinha que se manter. A generalização de Gândavo não sobreviveu ao século XVII pernambucano: "quantos moradores há na terra têm roças de mantimentos e vendem muitas farinhas de pau uns aos outros, de que também tiram muito proveito"[923].

Em relação à Vila das Alagoas e Porto Calvo, a farinha de mandioca era produto bem visto pela população e foi rapidamente assimilada na alimentação local e no corpo miliciano que ia constantemente aos mocambos. O relato mais antigo (em relação a Palmares) que tratou da mandioca foi o do diarista da expedição do Capitão João Blaer, em 1645, que tinha farinha seca e feijões entre seus mantimentos para manter as viagens[924]. Provavelmente retirou sua farinha da população da Capitania de Alagoas, mais relacionadas (de acordo como o relato de Bartolomeu Peres) com "uma lagoa no interior, Alagoa chamada" (ou seja, Alagoa do Norte), onde se encontrava "abundância de farinha"[925]. Após a restauração, a situação se repetiu em 1654, quando os moradores das "Cappitanias do Sul" (em especial Alagoas), tinham que dar peixes e farinha para os homens que estavam em expedições contra os negros mocambeiros[926]. Naquele ano, contudo, partia o alimento igualmente do Recife para as regiões das vilas ao sul[927], possivelmente como uma maneira de reforçar a "ração" dos milicianos, e não por uma suposta carestia em Alagoas e/ou Porto Calvo. Até porque, em

[922] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 53v.
[923] **Tratado da terra**, 1995a [1576], p. 15.
[924] "Diário da viagem (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 171.
[925] **Descrição das costas do Brasil**, 2007, p. 130, p. 130.
[926] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 16-17.
[927] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 20v.

outubro de 1664, a Vila do Rio de São Francisco era responsável por fornecer "100 Alqueyres de Farinha, e quatro Milheyroz de Peyxe" para a guerra de Palmares, mas sem deixar de continuar "depois da tropa partida", de "[a Vila] fazer mais mantimentoz para socorrer a gente que hey de trazer por esse Certão"[928]. A estratégia dava certo, e parece que até demais, visto que em janeiro de 1665 foi passada ordem de que, por causa da "partida da Armada e Sôcorroz que se tem emviado ao Reyno de Angolla, Çiará, [e] Rio grande", estava acontecendo uma falta de farinha nas vilas de Pernambuco. O próprio Governador escreveu para as Câmaras de Porto Calvo e Alagoas, alertando de que nenhum Barco poderia sair daquelas praças carregando farinhas[929]. Mas era tarde demais, e em março daquele mesmo ano foi enviado para Porto Calvo um pedido de 200 Alqueires de farinha que deveriam ser enviados para Alagoas[930]. As duas Vilas tinham que se resguardar, mas parece que quando uma falhava na tarefa, as outras estavam por perto para remediar a situação e, em momentos futuros, poderem requerer os mesmos favores.

E a situação não era de altos e baixos por conta apenas de meios climáticos e geográficos. Vicissitudes da vida humana eram um dos principais fatores para ocorrência de carestias de alimentos. Esse argumento pode parecer óbvio porque se estará analisando um período de guerra. Porém, foi por causa de uma epidemia de Bexiga na Vila das Alagoas, em aproximadamente 1665 e julho de 1666, que houve novamente uma ocasião de baixo consumo de farinha, por conta da alta mortalidade ou incapacitação dos principais trabalhadores na produção daquele gênero: os escravos e homens pobres livres[931]. Além disso, o do preço estava sendo superfaturado em "duas patacas o alqueyre"[932] ($640 réis). A epidemia varreu as costas entre Pernambuco e Bahia, causando déficits na população e na produção alimentícia (o que agravava mais a situação)[933]. Em 1685, foi a vez de a febre amarela atacar o "Brasil"[934], especificamente Bahia e Pernambuco, se alastrando nas regiões por cerca de 06 anos, causando "alta taxa de mortalidade"[935]. Após esse período, em 1698 e

[928] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 119v.
[929] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 129.
[930] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 131.
[931] E, aqui, concordamos com Edward Thompson, quando o historiador alertou que "Uma fraca relação (quando generalizada por toda a nação) pode mascarar crises locais agudas, ou uma mortalidade diferenciada, em que o maior número de mortes se situava principalmente entre 'os pobres' ou certos grupos mais expostos às dificuldades", cf. THOMPSON, Edward. "Economia moral revisitada". In: THOMPSON. Op. Cit., 1998, p. 230.
[932] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 147 (julho de 1666), 198v-199 (fevereiro de 1666), 206-206v (sobre o preço do alqueire de farinha).
[933] De acordo com Vera Lúcia Acioli, além da epidemia de 1666, houve, em Pernambuco, outra em 1677 chamada de "febre dos pântanos". Ao que tudo indica, a peste não chegou nas vilas mais ao sul, v. ACIOLI. Op. Cit., 1997, pp. 38-39.
[934] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 26.
[935] BOXER. Op. Cit., 2002, p. 165. ACIOLI. Op. Cit., 1997, pp. 38-39.

1699, respectivamente, a Bahia se apresentava com "uma grande falta de mantimentos na terra", o Alqueire de Farinha poderia ter chegado a 16 tostões "e dahi para sima"[936] (1$600 réis). Para o Padre Antonio Vieira, Jorge Benci, Rocha Pita e Dom Domingos Loreto Couto – com seus excessos de costume –, as situações do Recôncavo baiano e da Capitania de Pernambuco foram as piores possíveis, fazendo com que seus ecos fossem sentidos no início e metade do século XVIII, tanto em termos materiais, como no próprio imaginário local, passados a partir das memórias de seus sobreviventes e/ou seus descendentes:

Pe. Antônio Vieira, 1689 [Bahia]:

> Este ano, muitos engenhos de açúcar deixaram de moer cana, e, para o ano, só alguns poderão funcionar. As pessoas prudentes aconselham-nos a vestirmo-nos de algodão, a comermos mandioca e a voltarmos a usar arcos e flechas por falta de armas modernas; para que brevemente regressemos à selvajaria primitiva dos índios e nos tornemos nativos brasileiros em vez de cidadãos portugueses[937].

Jorge Benci, 1700:

> Depois lhe ameaçava fomes e esterilidades, das quais se seguiria tanta falta de víveres e mantimentos, que os mesmos nobres pereceriam de pura necessidade e falta do necessário para a vida. Estas fomes e esterilidades, não há tantos anos que as padecemos? E por mais remédios que se apliquem para que haja abundância, não continua a carestia? Ainda mal, que tudo é verdade. Ultimamente lhe ameaçava pestes e mortandades tão formidáveis, que o comum cemitério (chamado vulgarmente inferno) não seria bastante para se sepultarem os corpos dos defuntos. E que destroços e mortes não experimentou a maior parte do Brasil com aquele mortífero contágio da *Bicha*, cujas cabeças até agora não estão de tal sorte cortadas, que as não vejamos ainda brotar por vezes em febres e doenças mortais?[938]

Rocha Pita, 1724 [Bahia]

> Seguiu-se depois uma geral fome, que alguns anos padeceu o Brasil, por faltarem os cultores das plantas e sementeiras e dos outros gêneros precisos

[936] **Novo Orbe Seráfico**, vol. III, 1980 [1761], p. 254.
[937] Padre Antônio Vieira, citado por BOXER. Op. Cit., 2002, p. 165. É de se salientar certo desprezo do Padre em relação à farinha de mandioca. Interessante ver como o "status social" de um alimento tem peso discursivo mesmo em sérios tempos de carestia. O religioso parece ser irônico, sugerindo que se não tem forças para dar continuidade aos projetos de desenvolvimento econômico para o mercado mundial, era melhor se juntar aos índios,
[938] BENCI, Jorge. **Economia cristã dos Senhores no Governo dos Escravos.** – São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977 [1700], p. 97. Doravante "Economia cristã".

> para alimentar a vida, sendo tão considerável e geral esta ruína, que ainda hoje se experimentam os prejuízos e consequências dela[939].

D. Domingos Loureto Couto, 1757 [Pernambuco]:

> Principiando em Pernambuco este voraz contagio, correo todo Brazil, fazendo maiores estragos nestas Provincias, que nas da parte do sul. Falecerão infinitos escravos, e sendo estes os que cultivão as terras e trabalhão nos Engenhos, fazendas e lavouras, com a sua falta ficarão os senhores destas possessões pobres, e impossibilitados para beneficiar as suas propriedades, por todo tempo da sua vida. Seguio-se hua geral falta de mantimentos, e padecerão os que livrarão com vida, as mortaes inedias de hua fome de muitos annos[940].

Ressalta-se que as epidemias não atacaram a "agricultura", mas os homens – negros trabalhadores e ameríndios, bem como mestiços, e brancos pobres e os privilegiados. O preço do alqueire de farinha não vai aumentar apenas por conta de pouca oferta e muita procura, mas igualmente pela falta de transporte decorrente da diminuição dos trabalhadores escravos atingidos e dos próprios mercadores receosos[941]; sem contar os oportunistas da situação, que trouxeram práticas que eram comuns tanto na Espanha como na Inglaterra[942].

Fernand Braudel colocará (com razão) que, na época moderna, quanto mais há deslocamento, mais o preço subirá; o que ele chamará de "mais-valia mercantil"[943]. Todavia, a equação não se fecha completamente se ficarmos no plano da quantidade e do transporte. Dois pontos faltam: o trabalho africano e ameríndio escravo e o trabalho livre. Sobre o primeiro, a própria falta de escravo fazia com que pouca farinha fosse desenvolvida e, ao mesmo tempo, os que sobreviveram tinham que produzir trabalhando não mais "a sua parte", mas possivelmente suprindo do que os outros (doentes e falecidos) eram responsáveis. Ou seja, apesar de não haver a extração do mais-valor absoluto, a quantidade de trabalho dispendida era maior, o que encareceria o artigo, que receberia seus adendos com o transporte e a situação de procura. Acerca do segundo ponto, a situação fica mais a cargo de conjectura e abstração, qual seja: homem livre também faz farinha e, com a falta de escravos por conta da epidemia, quem não garante que houvesse trabalhadores no esquema de plantar e dar farinha

---

[939] **História da América portuguesa**, 2011 [1730], pp. 266-267 (citação parágrafo 26).
[940] **Desagravos do Brasil**, 1981 [1757], p. 533.
[941] Ideia essa inspirada na situação de Florença, atacada por uma peste em 1637, BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, p. 73.
[942] Sobre Espanha, cf. BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 185. Para a Inglaterra, cf. THOMPSON, Edward Palmer. "A economia moral da multidão inglesa no século XVIII". In: THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 160-164 (século XVIII), 199 (sobre a prática ocorrendo no século XVII).
[943] BRAUDEL. Op. Cit., vol. II, 2009, p. 142.

de mandioca, contratados por grandes senhores? Nesse caso, o homem trabalharia mediante um pagamento (jornal ou gênero), pois não era escravo e, em decorrência dessa situação, o mais-valor absoluto poderia ser extraído de seu esforço físico, o que também encareceria o gênero. O preço da farinha não era taxado, mas sofria oscilações a partir dos momentos históricos, não sendo a toa (vale a pena re-citar) que Jaboatão colocou na Bahia que o Alqueire de Farinha teria chegado a 16 tostões "e dahi para sima"[944]. Relações de trabalho diferenciadas influenciavam no preço final, e esse ponto da equação nunca deve ser esquecido[945]. Igualmente, esses períodos deixavam os ânimos um pouco mais exaltados, recaindo em querelas e discussões entre diferentes pessoas. Roubos, furtos e discussões eram comuns, vivenciados no dia-a-dia e difíceis de apanhar, cabendo a oficiais como os Meirinhos e os Alcaides gerenciar as situações – tendo as instâncias "superiores" os Juízes Ordinários e depois o Ouvidor[946].

O resguardo da farinha naqueles momentos era levado a sério. Voltando ao ano da bexiga de 1665, o Capitão Mor das Alagoas recebeu uma reclamação do Governo de Pernambuco, em decorrência da Câmara Municipal da Vila, na figura de seus senadores, ter reclamado que o Capitão tinha enviado dois barcos cheios de Farinha para fora da Vila, contrariando o que se havia estabelecido (v. supra). Apesar da confiança do Governo em relação ao Capitão-mor, seria estabelecida uma averiguação do caso[947]. Até agora não se sabe os motivos: podendo ter sido de desconhecimento pessoal, já que a ordem de não enviar barcos com farinha para fora da Capitania era de janeiro de 1665, enriquecimento ilícito (os descaminhos) ou acudir os companheiros milicianos em outras partes das Capitanias do Norte. Quem sabe, por causa do aperto daqueles anos, em 1671 os moradores do Rio de São Francisco tiveram que oferecer "Farinha, e Carne" para Porto Calvo lutar a guerra dos Palmares, a partir de uma finta que deveria ser feita pela Câmara[948].

O assunto de alimentação em tempos de guerra também era tratado entre governantes de Capitanias diferentes, como foi o caso de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, governador-geral do Brasil e Fernão de Souza Coutinho, governador de Pernambuco, em 1671 (Pernambuco em relação a Palmares e a Bahia em relação aos Tapuias)[949]. Anos depois,

---

[944] **Novo Orbe Seráfico**, vol. III, 1980 [1761], p. 254.
[945] MARX. Op. Cit., 2017, p. 118 (sobre a quantidade de trabalho ser proporcional ao valor); pp. 255-275 (sobre a extração de mais-valor absoluto de um trabalhador livre).
[946] SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e Meirinhos:** a administração no Brasil Colonial. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, pp. 129-130 (meirinhos e juízes ordinários), 143 (Alcaides). CURVELO. Op. Cit., 2014.
[947] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 189.
[948] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 256.
[949] "Carta que se escreveu ao governador de Pernambuco (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 188.

em 1674, o novo governador de Pernambuco, dom Pedro de Almeida, enviou ordem para que os "povos desta capitania" juntassem "trezentos alqueires de farinha" e "mais todo o peixe que se podese fazer" para serem enviadas nas expedições de Palmares[950]. Essa estratégia surtia efeito a ponto do governador-geral do Brasil, Afonso Furtado, ter enviado mais uma vez, em 1675, uma carta do governador de Pernambuco, dom Pedro de Almeida: nela, narrava sua experiência em ter construído uma casa-forte nos sertões da Bahia para abastecer com gêneros e farinha as guerras contra os tapuias. Aquelas experiências serviam de arcabouço estratégico-bélico e Afonso Furtado enviou a mesma recomendação a dom Pedro, indicando que poderia achar "pessoas, que do mesmo modo queiram pôr farinha a sua custa nos lugares que Vossa Senhoria entender que ficam mais cômodos"[951]. Da subsistência à guerra, a problematização dos discursos invoca a existência de lavouras de mandioca para diversos fins, sendo – naquele momento histórico – Palmares um dos focos que mais chamavam atenção. A vivência de pessoas que fariam isso "a sua custa" invoca tanto a participação de comerciantes que viviam daquele produto, como daqueles que doavam por conta própria, pretenderem, em um futuro próximo, usar isso como chave discursiva para impor algum tipo de poder (v. infra).

Em capítulo passado, viu-se que durante as negociações de Ganga Zumba com os luso-brasileiros, o Governo de Pernambuco pretendeu dar terras para os negros que se entregassem. Seguindo o ritmo de ocupação ensaiado pelos grupos mais pobres e os paulistas, as roças de legumes eram a maneira mais comum e "segura" para garantir a sobrevivência de um homem em novas terras. As Câmaras de Porto Calvo e Alagoas deveriam, em julho de 1678, dar para os ex-palmarinos farinha o suficiente para que eles pudessem se sustentar até que suas próprias roças estivessem prontas para garantir a alimentação sem necessidade de ajuda exterior[952]. Apesar de não ser explícito, é bem latente que essa estratégia levava a outra condição: a mandioca e a farinha dos antigos rebeldes iriam ser usadas para financiar novas entradas para destruição de mocambos que não obedecessem às negociações de paz. Convém rememorar que essa época coincide com o momento de ocupação sistemática das áreas sertanejas das vilas de Alagoas e Porto Calvo; ou seja, ocupação territorial poderia se dar de várias maneiras e a farinha de mandioca, como o gado, figurou como um dos meios – não principais – mas estrategicamente mais seguros, garantindo sustento alimentício, mercado e

[950] IHGAL. **Arquivo 00007-01-02.** 2º Livro de Vereações da Câmara de Alagoas do Sul, vários fólios, "Ordem do Governador Dom Pedro de Almeida, fintando o povo das Alagoas em 300 alqueires de farinha e todo o peixe que se fizesse com o fim de ajudar a entrada que intentará fazer sobre a guerra dos negros dos Palmares – 1674", fls. 35-35v.
[951] "Carta para o governador de Pernambuco (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 206-207.
[952] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 335v-336.

fixação do homem na terra. Para os luso-brasileiros do litoral, donos de grandes currais, engenhos de açúcar, lavouras de cana e de tabaco, poderia acontecer que esses marginalizados (em termos geográficos) passassem a serem os principais provedores de alimentos às camadas elevadas da sociedade. Se em 1661 o Governo de Pernambuco exigia que senhores de engenho e lavradores de cana plantassem covas para mandioca, quem sabe com o mercado certo e o polo de produção adequado, aquela ordem iria ser aliviada.

Essa linha de raciocínio pode ser reforçada levando em conta o que aconteceu em agosto de 1680: uma embarcação que saiu de Serinhaém para Porto Calvo, transportando vários alqueires de farinha para a guerra de Palmares, naufragou e boa parte da carga se perdeu no alagamento, salvando-se apenas 30 alqueires[953]. Se Porto Calvo e Alagoas eram grandes produtoras de farinha de mandioca, vê-se que em alguns momentos outras vilas tinham que reabastecê-las (Serinhaém → Porto Calvo). Quem sabe, esse tipo de produção e carestia poderia afinar os pensamentos dos homens da vila de Porto Calvo, de que uma ocupação das franjas de suas respectivas terras por roças de subsistência aliviaria os transportes de produtos de outras povoações, e garantissem a segurança material dos locais, evitando, assim, a dependência extra-vilas. Mais tarde, em 1696, o Governo de Pernambuco se encontrava novamente em entreveros com a carestia de alimentos, pois os Senhores de Engenho e os Lavradores, preocupados com o açúcar, estavam deixando de plantar roças para dedicar-se exclusivamente aos seus produtos principais[954]. Aquelas ordens de 1661, de que as covas de mandioca deveriam ser plantadas, foi repassada novamente[955].

Os religiosos também figuravam constantemente nessas disputas de poder, no intuito de fazer valer suas vontades e interesses. A Junta das Missões, em 1701, fez com que o Rei de Portugal enviasse ordem para que os Senhores de Engenho dessem os sábados – ou qualquer outro dia da semana – para os seus escravos "grangear", "para a cultura daz suas Roças", pois o domingo era dia de "officios devinos"[956] (o que era conhecido nas Antilhas francesas do século XVII como "modo do Brasil"[957]). Antonil também relacionou a atuação em sua obra como se fosse um fato comum:

> Costumam alguns senhores dar aos escravos um dia em cada semana para plantarem para si, mandando algumas vezes por eles o feitor para que se não

[953] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 362v.
[954] "O problema das 'farinhas'". In: **República**, p. 171.
[955] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 565-565v.
[956] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, fl. 286
[957] MARQUESE. Op. Cit., 2004, p. 29.

> descuidem. E isto serve para que não padeçam fome, nem cerquem cada dia a casa de seu senhor pedindo-lhe a ração de farinha[958].

Voltando ao discurso da Junta das Missões, nada sobre as vilas ao sul da Capitania foi citado, mas imagina-se que o que acontecia no centro de Pernambuco poderia servir como experiência para que o mesmo não ocorresse em Porto Calvo, Alagoas e Penedo. Pode-se imaginar a partir daí que, com as guerras de Palmares e a necessidade de farinhas e de colonização dos espaços dos sertões, os senhores de engenho e lavradores de cana já poderiam traçar estratégias para que eles não fossem obrigados a plantarem as roças em suas propriedades. Ou seja, os planos dos religiosos poderiam ir parcialmente por água abaixo caso houvesse sesmarias próprias para o plantio da mandioca. Se assim o fizessem, os grandes senhores do açúcar não ficariam preocupados em prover outros núcleos populacionais ou aglomerações como terços militares.

Se valendo de uma máxima como essa de Antonil (repetida e desobedecida constantemente), os homens do litoral não iriam mais se preocupar em manter a "esmola" (contribuição) de sua farinha para outrem ("Se o negar a esmola a quem com grave necessidade a pede é negá-la a Cristo Senhor Nosso", como alertou o Jesuíta). Ao mesmo tempo, garantia a submissão dos grupos subalternizados, enquadrando-os na ordem natural de Antigo Regime, no Estado dos que lavram. Situação essa que já poderia ser encontrada em outubro de 1680, quando a Vila de Porto Calvo deveria prover com farinha e carne os ameríndios do Governador D. Antonio João Camarão, que estava com projeto de fazer um arraial nas cabeceiras da vila, entre os Rios Canhoto e Mundaú. Durante os 06 primeiros meses os ameríndios seriam patrocinados, mas logo em seguida seus objetivos resumiam-se em plantar e colher os próprios mantimentos[959]. Ao invés de retirar parte de suas terras do açúcar para cultivo das roças de subsistência, já era estratégia dos senhores já na metade do século XVII manter uma linha de defesa formada por ameríndios que, além de plantarem a própria subsistência, seriam possíveis provedores de alimentos daqueles homens mais abastados que se preocupavam com as canas, tabacos, gados e o comércio.

Leu-se em capítulos passados que uma vocação para o açúcar, em Alagoas, é fruto de direcionamentos políticos por parte daqueles que perpetuavam a cultura da cana no século XIX e XX. As primeiras sesmarias entregues, fundamentadas no projeto da elevação de Engenhos, escravização e produção de gêneros de abastecimento interno e mercado mundial, penderam mais para os artigos de comércio interno e proteção territorial contra ameríndios

[958] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 101.
[959] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 363-363v.

hostis e inimigos advindos de outras monarquias. No período holandês, sob o governo do Conde Maurício de Nassau, ficou mais latente a vocação de Alagoas como celeiro das vilas principais de Pernambuco. O plano de Nassau de estabelecer roças nas partes sul da Capitania para abastecer o centro da Capitania deu errado, mas demonstrava que a cultura do açúcar (fim máximo da WIC) não era tão forte, enquanto que os frutos internos recebiam mais atenção[960]. É provável que as experiências dos que sobreviveram aos batavos, junto com os que emigraram para as vilas de Porto Calvo, Alagoas e Rio de São Francisco, fizessem atinar para aquele tipo de estratagema adotados em espaços mais distantes dos centros das vilas. Ou seja, se antes as três vilas deveriam produzir alimentos de subsistência, naquele momento pós-holandês (1654) era necessário colonizar os sertões e áreas mais distantes das vilas para gerar a produção daqueles mantimentos, deixando os "nobres" (açúcar e tabaco, por exemplo) para os senhores já estabelecidos e poderosos. O que acontecia em um Engenho de Açúcar poderia ser alargado para vilas e termos[961]. Ousando mais na hipótese, o que aconteceu com Porto Calvo, Alagoas e Penedo em relação a Pernambuco no período Nassoviano, juntando com o que foi posto em prática "nos três 'círculos' de produção de farinha de mandioca no Recôncavo baiano"[962], era um retrato de tipo de estratégia de Estado, utilizado na Europa naquele mesmo século XVII[963] e aplicado a um microcosmo de uma Capitania, a partir das experiências sociais que a fundamentavam. A mandioca, que tinha nas partes sul um terreno e clima tão propício quanto a Cana de Açúcar, era perfeita para colocar o plano em prática.

O tempo de plantio e colheita da mandioca poderia também influenciar na estratégia (ou política) de colonização de espaços sertanejos pela farinha. Por ser um período demasiado alargado (podendo variar de 08 meses até 01 ano, dependendo da espécie), os homens do litoral não poderiam ficar a todo o momento colhendo-a, ao mesmo tempo em que acreditavam estar "sacrificando" terreno precioso a ser direcionado para plantios de canas, tabacos ou currais de gado. A questão geográfica ajudava na cultura e propagação, pois mandiocas do tipo "manaitinga e parati" davam "em terras fracas e de areia", apesar de se estragarem mais rápido; soma-se a vantagem em relação ao clima, pois teriam a oportunidade de poderem plantá-la "em todo o ano", menos em invernos, pois "se o inverno é grande apodrece a raiz da mandioca nos lugares baixos". Um tempo mais seco era o ideal. Por ser o sertão um espaço mais propício e utilizado para a criação de animais, a raiz da mandioca

[960] AZEVEDO. Op. Cit., 2012.
[961] Sobre a "superfície cultivada" ao redor de um Engenho, CANABRAVA. Op. Cit., 2005, pp. 55-56.
[962] Sobre essas vilas e o Recôncavo, **História da América portuguesa**, 2011 [1730], p. 75. SAMPAIO. Op. Cit., 2014, p. 391.
[963] HOBSBAWM, Eric. "A crise geral da economia europeia no século XVII". In: SANTIAGO, Theo (org.). **Do feudalismo ao capitalismo:** uma discussão histórica. – São Paulo: Contexto, 2012, pp. 100-101.

também se apresentava como alimento para "vacas, éguas, ovelhas, cabras, porcos e caça do mato"[964]. A partir desses indícios, torna-se mais palpável a ideia de que os senhores ricos, do litoral, preocupados em suas lavouras de grandes produtos, relegarem a mandioca para os homens mais pobres em suas fazendas nos interiores ou nas franjas das grandes sesmarias como agregados.

Essa necessidade da farinha vai chegar até 1687, fazendo parte do segundo item do contrato de Domingos Jorge Velho para destruir Palmares. O paulista pediu 600 alqueires de farinha, milho e feijão, enviados aos poucos, sendo 200 alqueires da cada dois meses. A base "militar" seria a Vila das Alagoas e ele mesmo iria buscar os mantimentos junto com seus índios[965]. Vale a pena lembrar que em 1680, o procurador do conselho da câmara da Vila das Alagoas pediu aos oficiais da instituição a vistoria de roças pertencentes aos homens da vila e seus termos, para encontrar quem tivesse "rosas soficientes para fazer farinha para a Guerra dos Palmares"[966]. Como se tem apenas o livro da Câmara das Alagoas, não se observa a vila de Porto Calvo citada, apesar de sua participação no cultivo e envio de farinha ter existido – a dúvida pode ser parcialmente sanada com a leitura do capítulo 3, em que se observou como as conquistas dos sertões de Palmares por Porto Calvo tinha em suas bases as lavouras de subsistência para produção de "mantimentos". Ao que parece, o acordo foi cumprido em alguns momentos, como em 1693, quando 200 alqueires de farinha e ainda "alguns Legumes" foram entregues aos homens do paulista para a guerra[967].

As pessoas que enviaram farinha a partir de suas custas cobraram adiante as mercês e colocavam essa atividade como fator importante de participação e sucessos nas batalhas contra os mocambos de Palmares. Um, em especial, que chamou atenção e já foi observado nessa tese (cap. 1), foi o "ajudante do Terço de Palmar", Domingos João de Carvalho, natural da Vila de Arouca, do Bispado de Lamego. Assentou-se em Palmar na data de 1694 e contribuía sendo assistente na guerra com "suas lavouras e farinhas". Era pessoa próxima do Eclesiástico Domingos de Araújo Lima, Comissário do Santo Ofício e também Senhor de Engenho, que, por sua vez, era irmão do também futuro Familiar da Inquisição, João de Araújo Lima, ex-Alferes na Bahia e "hum dos homens nobres e afazendados daquela Vila

[964] **Tratado descritivo**, 2000 [1587], p. 134.
[965] "Condições ajustadas com o governador dos paulistas (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 277.
[966] IHGAL. **Arquivo 00007-01-02.** 2º Livro de Vereações da Câmara de Alagoas do Sul, vários fólios, "Palmares – Vistoria nas roças para finta da farinha – 1680", fl. 60.
[967] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 541.

[das Alagoas], que nas guerras contra Palmares ajudou o Mestre de Campo Domingos Jorge Velho com "mantimentos" e "munição"[968].

Nas Minas de Salitre e no sertão do Rio de São Francisco, o problema da mandioca não era necessariamente a pobreza de pastos e etc.. Um pouco distante das imposições geográficas, a temporal era a que mais surtia efeito na administração: período de roçar, de cuidar e de colher. O superintendente das minas chegou ao sertão aproximadamente em 28 de agosto de 1701 e já em primeiro de setembro começou seu trabalho por aquelas paragens. Seu depoimento é interessante, pois ao chegarem, junto com os ameríndios, era necessário roçar os matos para se plantar no mês de janeiro, tendo que esperar por um período de 18 meses para pode se colher a mandioca. Temporada esticada em demasia e que já representaria, no final de seu prazo, uma colheita inútil para as minas. A vontade do superintendente era não perder tempo e, em suas palavras: "entendo que o mais conveniente é levantar-se logo a oficina"[969]. O excesso da fala do superintendente é facilmente observável. Pero Gândavo alertava que a farinha durava cerca de "nove ou dez meses" para brotarem, fazendo ressalvas para a Capitania de São Vicente, que "põem três anos por causa da terra ser mais fria"[970]. Wagener, utilizando de sua experiência no centro de Pernambuco dominado pelos batavos, atribui (certamente inspirado nas várzeas) uma colheita "no curso de seis, oito, dez ou doze meses, conforme as condições do lugar"[971]. A título de problematização, na América espanhola quinhentista, Gonzalo Oviedo tratava a colheita de mandioca "ao fim de um ano no mínimo, mas convém que seja só passado ano e meio a dois anos [ou seja, 18 meses a 24 meses], pois rende mais"[972]. Nem tudo pode ser o tempo da colheita, mas igualmente o momento da roça, que era "de Dezembro a Fevereiro"[973] (lembrando que poderia mudar de acordo com a localidade, nesse caso, sair dos litorais para os sertões do São Francisco).

Podem-se enxergar as ações do responsável pelas minas, Inácio Sarmento, através de algumas possibilidades coerentes, dentre elas, seus objetivos podem ter sido: **1)** supervalorizar sobre o tempo de colheita porque não esperava passar mais de 01 ano nas minas; **2)** exagerar no período de 18 meses pois pretendia comprar a farinha de qualquer jeito, quem sabe visando angariar dessas transações alguma vantagem pecuniária para ele e seus sócios; **3**) Não dispender força de trabalho na agricultura, pretendendo utilizá-la com força total apenas nas minas e oficina (essa é a hipótese mais segura no atual momento da pesquisa); **4)** um relativo

[968] ANTT. **Chancelaria Régia.** Dom Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 41, fls. 290v-291.
[969] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 10v.
[970] **Tratado da terra**, 1995b [1576], p. 67.
[971] "Mandioca". WAGENER. "Thierbuch". In: **Brasil holandês,** vol. II, 2007, pp. 110-111.
[972] GODINHO. Op. Cit., vol. IV, 1981, p. 43. Colchetes meus.
[973] GODINHO. Op. Cit., vol. IV, 1981, p. 50.

conhecimento geográfico da natureza e clima da caatinga, que fazia com que a mandioca, de fato, só desse frutos depois de 18 meses, ao contrário dos 9-10 que gastava nos litorais; **5)** completo desconhecimento da geografia da caatinga, que o fez exagerar na base do "achismo" o tempo de 18 meses. No limite, todas as hipóteses poderiam ter sido pensadas ao mesmo tempo pelo Superintendente.

Esses empecilhos em relação à farinha de mandioca fará com que a todo o momento os espaços das Minas de Salitre tivessem que importar o alimento para poder sustentar os trabalhadores. Fossem aqueles nas atividades laborais, ou nas de condução (que demoravam dias) e até mesmo dos oficiais maiores, responsáveis pela administração. De imediato, subtendendo que por causa do tempo que demorava a se plantar e esperar para colher a mandioca, um grande carregamento de farinha foi comprado pelo superintendente para suprir as necessidades básicas e iniciais do assentamento. Ocorreu por volta do dia 22 de outubro de 1701, praticamente um mês depois da chegada e estabilização naqueles locais. O contratado foi o Capitão João Dantas Aranha, que recebeu 192$510 réis para entregar 534 alqueires e 3/4 para o "sustento da gente que trabalha nas ditas Minas"[974]. Como era produtor do gênero a partir de suas fazendas na Vila de Penedo, contribuiu na "compra dos mantimentos e mais coisas que foram precisas para o estabelecimento e conservação das ditas minas comprando tudo por preços muito acomodados"[975]. A situação não deixa de ser no mínimo curiosa, pois se formos calcular exatamente quanto custava cada alqueire, chegaríamos ao preço de $360 réis; ou seja, estar-se-ia longe daquela "exploração" da época das bexigas e, pelo jeito, a "mais-valia mercantil" do encarecimento do produto a partir das viagens feitas deve ser sempre reavaliada. Como Dantas Aranha também foi tesoureiro das Minas entre 1704 e 1707, julga-se que ativou seus contatos mercantis para conseguir bons preços em outras compras a partir de distribuidores diferentes.

Essa necessidade de importação de farinha não deve ser avaliada como "pobreza" em relação aos moradores dos sertões ou sobre o clima e a geografia da caatinga que castigava os homens. Ao que tudo indica, Penedo poderia ser um bom polo produtor (e suas jurisdições mais ao sertão), pois em 1700, iria sair do Recife uma "Fragata de Sua Magestade", e era necessário para seu abastecimento "os mantimentos necessários", como "carne, Peyxe, Arroz, Galinhaz, hû feyxo de asucar, algum dosse, azeyte, vinagre, e hua Botica pequena para 120 Prassaz", além da reforma de "90 Pipaz de Agoada"; Penedo foi uma das vilas escolhidas para que entregasse a João Salgado as "Farinhas para as Naoz de S. Magestade". Por não ser uma

[974] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 14v.
[975] AHU. **Alagoas Avulsos.** Doc. 90, fl. 1v.

área açucareira e muito ligada ao gado, muito se problematizou em cima da "civilização do couro" (v. capítulo 2 e capítulo 6), mas é importante ressaltar que a Farinha, se era importada para as Minas de Salitre, não deveriam necessariamente sair de outras vilas como Alagoas e Porto Calvo, mas da própria Penedo do Rio de São Francisco[976]. Reforçando o raciocínio: em plenos finais do século XVII havia espaços nos sertões da Vila de Penedo que não eram ainda cultivados, além de ressaltar que a farinha não era um artigo de fácil cultura e produção, necessitando de tempo. Entretanto, quanto mais perto de Penedo, a existência de lavouras e roças de mandioca poderia se sentir com mais força. Essas colocações são importantes para ressaltar que a "Capitania de Penedo" não pode ser analisada de maneira monolítica de 1654 até 1712.

A relativa opulência na farinha nas imediações de Penedo ajuda na proposição (aliada com capítulos passados) de que a dinâmica local aumentou e se valeu de múltiplas ações no que concernia a economia material. Se o açúcar não alimentava, necessitando de outros gêneros, a carne do gado também não pode ter o monopólio na avaliação histórica e ser o único sustento dos homens sertanejos em questão de ocupação territorial, alimentação e ocupação econômica. A falta de mantimentos no Rio de São Francisco já remontava em aproximadamente 1657 (não há menção de data no documento), quando houve uma expedição de Belchior Álvares Camelo da Vila das Alagoas para a Vila de Penedo do Rio de São Francisco para lutar contra os negros rebeldes. Naquele interim, provimentos tinham que ser levados para assegurar as entradas de Belchior, ao mesmo tempo em que eram recebidos dos moradores locais. Dentro da área mocambeira, o aproveitamento das roças fazia-se indispensável[977]. Apenas uma parte dos gêneros era de cultura interna pelos moradores de Penedo e adjacências, o resto dos artigos era recebido de populações "de fora" e a outra parte deveria ser conquistada dos próprios negros e quem sabe dos ameríndios. Provavelmente, tal estratagema já começava a alertar na cabeça dos homens que reservar espaços para alimentação era-se necessário, mas era um plano lento e nem sempre gradual.

A região do Rio Panema, por exemplo, durante as guerras palmarinas, foi palco de assentamento de um arraial militar de cerca de 50 homens, mais uma aldeia ameríndia e um missionário; eles tentaram plantar mandioca ali para fazer a farinha, mas enquanto não podiam colher seus mantimentos, tiveram que receber ajuda da Câmara (de Penedo)[978]. Porém, os alimentos deveriam ser bem resguardados e pensados acerca de seu uso, pois em

[976] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fl. 3.
[977] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 37v-38.
[978] "Planos para a destruição de Palmares (I)". In: **República**, 2004, p. 98.

1673, em nova expedição para Palmares, o Capitão mor do Rio de São Francisco escreveu ao Governador de Pernambuco que "a camera diz não pode dar mais mantimentoz". A ordem desse segundo foi dada: "eu lhe Respondo dé o que prometeu que ninguém lhe pede agora mais"[979].

Quando Francisco Álvares Camelo entrou nas lutas contra os Mocambos de Palmares, participou em entradas feitas pelos sertões de "Panema, Serra do Comoty e Campos dos Garanhuns". Ter perambulado por "demais de duzentas léguas, [com] falta de todo o necessário trazendo em sua companhia duas Aldeas de Gentio com que fez pazes" deve servir de alerta sobre a questão da agricultura dos sertões entre 1667 e 1686 (período que Álvares Camelo lutou). Já calejado, uniu forças nas expedições de Fernão Carrilho (mas vivia descendo aos sertões, como fez com Bento Surriel nas procuras das Minas de Salitre em 1676), tendo ido parar na lagoa Mundaú para destruir um Mocambo e caminhado ainda naquele "Sertão" "mais de cem léguas", juntando-se com outros Capitães para dar "ração a tropa" e "lhe[s] assistir com mantimentos de carnes, farinhas e ferramenta para índios dando-lhe os seus criados e escravos para o Comboy"[980]. Entende-se que tanta opulência partiria de suas fazendas, talvez algumas nos sertões do São Francisco, ou ainda possíveis a compra dos mantimentos naquelas regiões. E volta-se ao argumento de que estratégia de mantimentos não era ação efetiva: certamente deve ter havido um aumento de roças nas jurisdições de Penedo, mas isso não significava que os problemas estariam sanados para sempre.

Voltando às Minas de Salitre, pode-se dizer com segurança que a compra feita com João Dantas Aranha dos 534 alqueires e 3/4 de farinha foi bem sucedida, resultando num satisfatório sustento à população das minas em suas obras. Todavia, um problema não ressaltado pode ser problematizado como possível por conta de um acontecimento posterior: a conservação da comida. Questiona-se sobre a probabilidade de empecilhos na produção de mandioca e no potencial desses problemas para estragar boa parte do que era feito, em conjunto com o clima e outras condições. Isso levaria, consequentemente, a que pensassem na construção de armazéns com capacidade de abrigar os ditos produtos. Esse depósito foi estabelecido na Barra de Satuba, entre a Vila de Penedo e as minas de salitre, e servia para proteção de farinhas compradas na Vila e levadas via São Francisco. Quem levou a cabo parte da tarefa foi novamente João Dantas Aranha, que em 03 de janeiro de 1702 vendeu as

[979] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 324v.
[980] ANTT. **Chancelaria Régia.** Dom Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 27, fls. 43v-45.

madeiras utilizadas com as quais "se edificou o armazém para se recolherem na barra do Satuba as farinhas enquanto se não conduziam para as ditas minas"[981].

Lembrando as falas de Gândavo, as farinhas de guerra poderiam durar até 1 ano[982], apesar de que essa colocação não pode ser levada ao pé da letra, mas serve para ressaltar que somente com a farinha se poderia levar a cabo a conquista dos sertões do salitre e o armazém serviria para manter o objetivo de guardar a comida por período de meses. Gabriel Soares de Sousa deixa a farinha de guerra (das raízes de carimã) em posição mais enriquecida, pois ela poderia ser "molhada no caldo de carne ou do peixe", deixando-a tão "branda e tão saborosa como cuscuz". Técnicas culinárias *masterchefs* colonial à parte, os beijus – reinventados pelas portuguesas do tempo de Tomé de Souza com uma preparação "um pouco à moda das filhós mouriscas"[983] – também eram vistos como alimentos que poderiam durar 01 ano nos navios (levando em consideração a insalubridade, é um período exemplar); desta farinha de guerra, os luso-brasileiros faziam "muito bom pão, e bolos amassados com leite e gemas de ovos", além de outras guloseimas mais caras aos momentos e festas de homens ricos ou levemente abastados no litoral[984]. O que se pretende expor é que a importância de um armazém para a conservação de farinha era pensada visando esses objetivos. Não necessariamente grandes receitas de fazerem inveja aos homens da contemporaneidade, mas resguardar a farinha em local seguro e propício que fosse de usufruto aos homens que viajavam, como os que administravam as minas de salitre (esses últimos, sim, preocupados em um bom cardápio, à altura de suas "nobrezas").

O armazém deu certo e logo virou ponto de parada obrigatório para as viagens contratadas de fretadores de barcos que transportavam as farinhas da Vila de Penedo até a Barra de Satuba, antes das mesmas serem consumidas lá mesmo ou seguirem viagem para as minas. Gaspar dos Santos, em 15 de março de 1702, prestou serviço de aluguel de barca muito útil para a condução das farinhas da Vila para a Barra. Infelizmente não foi informado nada sobre a quantidade do produto, sendo a quantia do pagamento de 2$800 réis relacionada ao frete da barca[985]. Outro caso, de 18 de março de 1702, nos apresenta a José Alberto que fez o mesmo trabalho e caminho, pelo valor de 9$600[986]. Até que ponto o armazém era um

[981] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 17.
[982] GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil,** 1576. – Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1995b [1576], p. 68. Doravante "História da Província".
[983] HOLANDA. Op. Cit., tomo I, 1960, p. 118.
[984] **Tratado descritivo**, 2000 [1587], pp. 138-140.
[985] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 19.
[986] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 19v.

incentivador para que homens dessem mais atenção à cultura da mandioca, uma vez que agora havia um "cliente" que comprava substanciosas quantidades a todo o momento?

No mesmo dia dos negócios fechados com José Alberto, uma grande compra de 20$740 réis de farinha e outros produtos (pois foi catalogado como "em farinha etcª") foi feita. Não é possível saber saber quem foi o vendedor, a quantidade de gênero e para onde ela seria destinada, por conta do mal estado do documento. Mas a identificação da ocorrência já ajuda a demonstrar a necessidade dos trabalhadores das minas terem sempre o alimento por perto, além de comprovar implicitamente de que a produção local (nas minas) não dava conta[987]. No dia 26 do mesmo mês Mathias Fernandes, provavelmente "Governador dos Humijos", recebeu três alqueires de farinha, uma arroba e 24 libras de surrão para pagar como matalotagem a "gente da sua aldeia" por esses terem conduzidos "quatorze [apagado] de farinha para esta oficina do salitre"[988].

Condução dos gêneros de subsistência nem sempre era em paz e tranquilidade. De um lado estavam os ameríndios, povos naturais àquelas terras; lá viviam e se mantiam, inseridos em circunstâncias sociais que lhes eram próprias, também passíveis de harmonias e de conflitos, mas distintas. De outro lado, os luso-brasileiros vinham ocupado, transportando suas experiências e ao mesmo tempo apreendendo técnicas gentias, o que dava capacidade de lavrar, abrir estradas e de submeter seus pontos de vista aos que consideravam "inferiores". Muitos dos habitantes autóctones foram descidos às missões e aldeados por ali mesmo, outros se rebelaram e mantiveram distância dos escravizadores e missionários, protegendo seus espaços e resistindo às entradas. Um desses momentos de conflitos, seguidos por aldeamento, foi documentado em 1703, quando o Governador de Pernambuco pedia para as Juntas das Missões para guerrear com uns "índios Tapuias da Nação Macarús", que viviam em espaços nas vizinhanças de onde a oficina do salitre estava estabelecida. Após um momento tenso de ameaças e quase-combate, foi declarado os tapuias como hostis aos luso-brasileiros. Em uma oportunidade, na estrada que ia do Rio de São Francisco até as Minas, um dos comboios que carregava farinha para os trabalhadores foi atacado pelos ameríndios, causando uma espécie de estopim motivacional que "justificaria" alçar guerra para "domesticar, ou extinguir" aqueles que não se dobravam tão fácil ao jugo lusitano-brasileiro[989].

Ao fim e ao cabo, o problema da farinha pode ser representado como qualquer questão alimentícia na América portuguesa. Houve momentos de penúria, em que nem sempre o que

[987] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 19v.
[988] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 20.
[989] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1941, fl. 1-4.

se plantava se colhia e as importações de gêneros fizeram parte do cotidiano, fazendo com que os oficiais das minas tivessem a todo o momento que se preocupar com tudo que estava ao seu redor. Na administração de Manoel Marques, entre Junho e Setembro de 1703, quando teve recolhido de seus cadernos informações para garantir as mercês que requeria (v. capítulo 2), muita farinha foi usada para bancar os sustentos dos ameríndios, soldados e oficiais milicianos que cuidavam dos diferentes trabalhos nas minas. Pode-se esboçar um quadro dessa "conjuntura" que é bem útil, para daqui retirar problematizações e avaliações com indícios que não aparecem em outros documentos.

Quadro 4: Administração da Farinha no período de Manoel Marques (Minas de Salitre, junho-setembro, 1703).

Usufrutuário	Complemento	Quantidade	Serviço	Período	Data
Capitão Antonio Roiz	80 soldados índios do Camarão	14 alqueires e ½ quarta	Sustento	15 dias	11 de junho
Sargento Manoel de Azevedo	13 soldados pagos	½ alqueire	Sustento	5 dias	13 de junho
25 índios	-	6 alqueires e uma quarta	Serviço nas Minas	15 dias	26 de junho
Manoel Marques	5 soldados pagos	5 quartas de farinha	Sustento	10 dias	28 de junho
Manoel Marques	5 soldados pagos	1 alqueire e ½	Serviço na Oficina	-	8 de julho
Capitão Antonio Roiz	38 índios do Camarão	5 alqueires e 1 quarta parte	Serviço nas Minas	15 dias	11 de julho
Capitão Mor Henrique Mendonça	13 soldados índios	1 alqueire de farinha	Andavam fora da oficina à serviço	-	15 de julho
Sargento Francisco Davinha	4 soldados	1 alqueire	Levar carta do administrador da oficina até o Governador da Capitania e ao Superintendente	-	16 de julho
Manoel Marques	6 soldados pagos	5 quartas	Serviço na Oficina	10 dias	18 de julho
Capitão Antonio Roiz	42 indios do Camarão	10 alqueires e 3 quartas	Serviço nas Minas	15 dias	26 de julho

Manoel Marques	6 soldados pagos	1 alqueire e três quartas	Serviço na Oficina	10 dias	28 de julho
Manoel Marques	6 soldados pagos	1 alqueire e três quartas	Serviço na Oficina	10 dias	7 de agosto
Capitão Antonio Roiz	42 índios	10 alqueires e três quartas	Serviço nas Minas	-	10 de agosto
Manoel Marques	6 soldados pagos	1 alqueire e três quartas	Sustento	10 dias	17 de agosto
Capitão Mor Henrique Mendonça	2 soldados índios	1 quarta	Andavam fora da oficina à serviço	5 dias	20 de agosto
Capitão Antonio Roiz	41 índios	10 alqueires e ½	Serviço nas Minas	15 dias	25 de agosto
Manoel Marques	5 soldados pagos	1 alqueire e ½	Serviço na oficina	10 dias	26 de agosto
Sargento Izidoro de Souza Marinho	3 soldados índios	½ alqueire	Trouxeram cartas do Governador de Pernambuco ao Administrador das Minas	5 dias	3 de setembro
Manoel Marques	4 soldados pagos	1 alqueire e 1 quarta	Serviço na Oficina	10 dias	6 de setembro
Ajudante dos Índios Antonio Miz Soares	1 soldado	½ quarta	Andavam fora da Oficina a serviço	3 dias	6 de setembro
Capitão Antonio Roiz	35 índios do Camarão	9 alqueires	Serviço nas Minas	15 dias	9 de setembro
Ajudante Pedro Pereira	5 soldados índios	3 quartas	Andavam fora da Oficina a serviço	-	16 de setembro
Manoel Marques	5 soldados pagos e o Reverendo Padre Missionário	1 alqueire e ½	-	-	16 de setembro
Capitão Mor Henrique Mendonça	-	1 quarta	Sustento	10 dias	16 de setembro
Capitão Antonio Vieira de Mello	-	14 alqueires e 1 quarta e ½	Entrega de três comboios com mantimentos	-	17 de setembro

Fonte: AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 2651, fls. 69-72v.

Quando Brandão escreveu os seus Diálogos das Grandezas do Brasil, em 1618, colocou em seu diálogo fictício que os alqueires brasileiros eram maiores em duas vezes e meia os portugueses. Ora, se o alqueire lusitano equivalia a 13litros[990], subtende-se que o brasileiro podia chegar a 32,5litros. Considerando exagero de valores ou utilização de números aproximados, parte-se mais especificamente das colocações de Russell-Wood, para os espaços baianos, onde endossa essa interpretação a partir de dados coletados (o alqueire na Bahia era de 36,27litros): "As medidas de capacidade usadas em Lisboa eram consideravelmente menores do que suas correspondentes brasileiras; no Brasil, a 'Canada' variava entre 1,375litros para 2,66litros ou 4,180litros"[991]. D. Raphael Bluteau estabeleceu que um alqueire era a medida de 06 canadas[992]. Levando em consideração os dados de Russell-Wood, aceita-se o alqueire nas Minas de Salitre entre 32,5 e 36,27litros. Mantendo a medida do alqueire brasileiro em aproximadamente 32,5litros, ao que parece, dava "para sustentar a um homem por espaço de um mês"[993].

Não se sabe que tipo de homem, no sentido de modo de vida, seria esse, provavelmente uma pessoa que usasse a farinha como base alimentícia e que se valesse, ainda, de outros frutos e complementos. Em suma, quando não se usa a farinha a todo instante, o gênero rende; quando se tem apenas farinha para comer, logo ela acaba. O segundo caso parece ser mais palpável para a compreensão das formas de alimentação adotadas nas Minas de Salitre. Há de se ressaltar a divisão de farinha entre ameríndios e soldados. Todas as vezes que os primeiros recebiam o gênero, tratava-se de 06 alqueires para cima, enquanto que os segundos não passam de 02 alqueires. A questão da quantidade é latente: há mais ameríndio do que soldado. Todavia, volta-se para a problematização anterior: os ameríndios trabalhavam de maneira mais pesada e com uma jornada de trabalho que deve ter extrapolado em muito a de um miliciano. Além disso, considere-se que farinha era tanto o sustento como o "pagamento" por seus serviços (eles eram pagos em "ração", o que era um "ensinamento" grego dos tratados econômicos atribuídos a Aristóteles[994], configurando – junto com o trabalho compulsório –

[990] SILVA, Andrée Mansuy Diniz. "Pesos – Medidas – Moedas". In: **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 21.
[991] RUSSELL-WOOD. Op. Cit., 1981, p. 307 (apêndice 4. Pesos e medidas).
[992] "Alqueire". BLUTEAU. Op. Cit., 1712-1728, vol. I, p. 282. Disponível em http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/alqueire Acessado em 26/02/2018.
[993] **Diálogos**, 1997 [1618], p. 135.
[994] MARQUESE. Op. Cit., 1999, p. 67. MARQUESE. Op. Cit., 2004, p. 61.

escravidão, como foi bem elaborado por Jacob Gorender[995]). Tanto os soldados como os seus superiores (os sargentos, capitães) tinham em seus cardápios tanto a farinha como outros gêneros, como se verá adiante (feijão, milho) e em capítulo próximo (vaca e boi). Por fim: ameríndio só ganhava farinha porque sua condição social que lhes era imposta só os permitia ter farinha na dieta. Homem escravista não pensa em bem-estar. Foca em capacidade de trabalho para extrair o máximo de minério possível; soma-se ainda que as mulheres ameríndias que foram "em casais" para as regiões do São Francisco tinham como função não a atividade extrativista, mas a agricultura "familiar" para alimentar seus pares.

As linhas acima podem trazer o questionamento que a farinha que abastecia as minas de salitre poderia vir de longe. Mas não é demasiado cansativo relembrar que esse artigo poderia ser em parte plantado nos currais e pastos perto das minas, e ao mesmo tempo era em boa medida comprada de mercadores e habitantes locais dos sertões da Vila de Penedo – criando uma espécie de mercado que se retroalimentava. O Sargento Izidoro de Souza Marinho recebeu em 13 de junho a quantia de 1$440 réis por ter vendido nove quartas de farinha. Da mesma feita, Luiz Gomes de Serqueira foi embolsado em 27$620 réis por ter vendido 30 alqueires e ½ de farinha e mais 81 mão de milho (chegaremos nesse produto adiante). Essa venda é interessante porque deu a média de $640réis por alqueire de farinha e 01 tostão por mão de milho em 15 de junho de 1703. Em suma, no início da administração de Manoel Marques o alqueire custava $360réis, arranjados pelo Capitão João Dantas Aranha, em 1701, enquanto que em 1703 o custo do alqueire alcançou o dobro do preço. Não se tem nenhuma notícia de grande seca, guerra ou epidemia para diminuir o consumo de farinha naquele momento e é bom lembrar que o Governador de Pernambuco em 1667 se mostrava irado porque o alqueire de farinha chegou a custar $640réis.

O preço teria dobrado por conta de alguma nova lei, como a que foi estabelecida na Bahia do século XVIII de que "o preço legal máximo [tornou-se] de Rs.$640 por um alqueire de farinha"[996]? É tentadora essa posição, mas difícil de aplicá-la em espaços mais ligados à Capitania de Pernambuco e, ainda mais, que se adentravam em sertões não tão englobados por administrações econômicas mais encorpadas de Câmaras Municipais, como era a Vila de Penedo e seus arredores, por exemplo. Se formos levar em consideração que o preço "oficial" era de $320réis, o que poderia ter acontecido para chegar a $640? Novas redes de comercio

[995] GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. – 2ª edição. São Paulo: Editora ática, 1978, pp. 476-486, em especial 478-481.
[996] BARICKMAN. Op. Cit., 2003, p. 135.

estavam sendo desenvolvidas? João Dantas Aranha saiu parcialmente de cena e, logicamente, outros tomaram seu lugar com um ganho a mais a partir da "mais-valia mercantil"?

Se sim, voltemos ao raciocínio. Essa farinha durou um bom tempo (3 meses), somando com as que provavelmente apareciam pelo armazém a partir dos comboios e do Capitão João Dantas Aranha. Mas parece que em algum momento houve pequena falta e em 24 de agosto foi pago a Antonio Pereira a quantia de 4$000 por um boi e 2$820 réis por 04 alqueires e 01 quarta de farinha, em que cada alqueire custou $640 réis. A ideia de que parte da farinha advinha de pessoas "de dentro" das minas e oficinas pode ser mais bem matizada quando se vê em 15 de setembro de 1703 o próprio administrador Manoel Marques pagando a si mesmo a quantia de 7$280 réis por "rações de farinha e carne que se lhe estavam devendo desde onze de agosto"[997]. Não se sabe quantos alqueires Manoel Marques reembolsou, o que faz a uma possível conclusão ser perigosa. Contudo, se não pode-se concluir, pode problematizar: não se afirma que Manoel Marques aproveitou uma possível ausência de João Dantas Aranha para comprar alqueire de farinha e se reembolsar tomando como base o preço de $640réis por alqueire. Mas, pode-se levar em consideração que a ausência de um grande fornecedor como Dantas Aranha poderia configurar uma mudança de mercado, em que a "mais-valia mercantil" receberia suas modificações não apenas pela questão das distâncias, mas de quem toma para si a responsabilidade de administrar algo que antes não era de sua alçada, pretendendo angariar algum benefício com aquela nova atribuição. Fechando as indagações do parágrafo passado, reforça-se a interpretação de que as minas de salitre poderia avigorar um mercado interno de farinha nos espaços mais afastados da Vila de Penedo e mais adentrados nos sertões. A cultura dos tubérculos também apareceria como artigo de movimentação mercantil e – automaticamente – de pessoas que passariam a visitar ou, pelo menos, a prestar mais atenção aos sertões da Vila de Penedo do Rio de São Francisco. Se antes se viu (e retomaremos a esse raciocínio no próximo capítulo) uma sociedade "do couro" se estabilizando e que se comunicava com o litoral, quando o assunto é a farinha de mandioca, imagina-se os homens mais próximos do Atlântico voltando suas ações para os interiores do grande rio.

Apesar da lacuna documental que abarca o período de 1703 e 1706, parece que nesse último ano o problema do abastecimento de mantimentos estava relativamente controlado (em termos de produção interna, compras e transportes), graças às ações do Tesoureiro do Salitre e Mantimentos, Capitão João Dantas Aranha, que proveu a Oficina na administração do Administrador e Tesoureiro [Mor] Manoel Marques. De acordo com o depoimento do

[997] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 2651, fls. 75-76, 77v-78.

Governador Sebastião de Castro e Caldas, o oficial João Dantas Aranha cuidava da "Administração dos Armazéns do Salitre, [e] a sua condução"[998]; em suma, sua boa capacidade de gerenciar os mantimentos, fazer compras certas e pagar em dia estava atrelada a um ofício que mexia exatamente com essas pontualidades. O oficial maior elogiava o pronto atendimento do Capitão, colocando em bom discurso que trabalhou de maneira "muy pontual na remessa dos mantimentos para esta oficina por onde não se experimentou falta dos ditos mantimentos"[999]. Não se deve deixar de considerar que talvez pode ter acontecido de Manoel Marques ter utilizado de sua experiência no ano de 1703 para repassá-la ao Capitão João Dantas Aranha, que a teria repetido durante seus três anos. Infelizmente não se tem nenhum dado sobre quantidade de alqueire comprado e o preço pago por João Dantas Aranhas nesses novos anos. Teria o Capitão entrado no jogo do alqueire = $640réis ou teria continuado com o preço de $320? Impossível responder, mas os elogios de "pronto atendimento" parece terem pesado mais do que os preços e custos.

Falar de farinha de mandioca em Tamandaré-Porto Calvo é mais difícil, o que nos leva a um universo de problematizações hipotéticas, mas nem por isso menos importantes. Viu-se que entre 1675-1678, Serinhaém, Porto Calvo, junto com Alagoas e "Rio de São Francisco", tinham que prover de farinha e peixes os soldados que foram lutar em Palmares, o que indica a produção de gêneros em uma Capitania (de Porto Calvo) que era a mais ligada ao açúcar[1000]. Por conta das constantes faltas de farinha em Recife e Olinda, o Governador de Pernambuco deixava claro que os Juízes Ordinários da Vila de Porto Calvo não deveriam impedir Francisco Ferraz de "embarcar a Farinha que vem para ella (Olinda)", pois tinha "a seu cargo Prover a minha caza"[1001]. E, mais uma vez, aglutinando esse ponto com o que foi escrito anteriormente sobre Penedo, as possíveis faltas de mantimentos (para a guerra de Palmares, por exemplo) existiam não apenas por conta das produções baixas, mas igualmente por questões de logística e dos variados fins que a farinha podia ter na vida da Capitania de Pernambuco. Não se deve imaginar que a produção de alimento aumentaria por exclusividade do salto demográfico e das novas expedições de sesmarias, e sim que os variados fins que a farinha de mandioca tinha exigiam estratégias e ações mais firme: se não fosse o aumento de produção, pelo menos era o melhor gerenciamento do que já existia.

Mesmo assim, os súditos residentes reclamaram com o decorrer do tempo da falta da produção de seus gêneros e "mantimentos" (o que torna difícil identificar o que não era

[998] AHU. **Alagoas Avulsos.** Doc. 90, fl. 84.
[999] AHU. **Alagoas Avulsos**. Doc. 90, fl. 39.
[1000] "Relação das guerras feitas aos Palmares (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 222-224.
[1001] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 265v-266.

produzido, ou em pouca quantidade)[1002]. Quando o mocambo de Zumbi foi derrotado e destruído, e dali ocorreu a fissura entre Domingos Jorge Velho e Cristóvão de Mendonça, esse segundo foi estabelecer um arraial nas cabeceiras de Porto Calvo, e a vila foi, em 1697, encarregada de prover com mantimentos Cristóvão até que esses pudessem retirar de suas roças "o sustento de que careciam"[1003]. A missão acabou dando certo, gerando, inclusive, um elogio dado pelo Bispo de Pernambuco ao Arraial de Mendonça[1004].

Antes dos paulistas, houve na figura de Cristovão Lins (filho de Sibaldo Lins e sobrinho do recém-falecido Alcaide-mor Cristovão Lins, de quem "herda" o posto), descendente dos primeiros Lins lá do início da colonização das partes sul de Pernambuco, a tarefa de utilizar de sua riqueza e imagem de "homem bom" para prover os homens daquela Capitania. Sua ajuda não foi pouca. Desde 1668 até 1677 lutou contra Palmares. Mas, em 1676 acudiu os homens de "Camaragibe", dando "criados e escravos a sua custa" nas guerras (crê-se que como soldados) e outros escravos para "o comboi dos mantimentos para os arraiais", em que levavam "gado e farinha", somando com as "fardas e socorros"[1005].

A partir dessas informações, tenta-se complexificar a importância das lavouras de mandioca em Porto Calvo, ao mesmo tempo em que as imagina subindo as jurisdições da vila, podendo chegar às adjacências de Tamandaré e indo para os sertões de Palmares. A proposta de raciocínio parte do sentido da não invocação de Engenhos de Açúcar na área do porto e do contato constante de militares com o Forte, o que poderia indicar que os moradores por perto produziam gêneros que eram mais fáceis de serem assimilados por quem lá mantinham residência e ofícios. Da mesma feita, a possível cultura da mandioca também serviria para abastecer os responsáveis das barcas que chegavam naquela barra que era relativamente visitada (v. capítulo 3).

A importância da farinha pode ser matizada a partir da sua comparação com os outros gêneros. Como bem escreveu Barickman: "Um hectare desse tubérculo pode fornecer milhões de calorias a mais do que a mesma área plantada com o milho, o arroz, a batata ou quaisquer uma das outras principais culturas alimentícias"[1006]. Por motivos já expostos anteriormente (nesse capítulo e no passado), o uso da farinha ganhou força nas vilas de Alagoas, Porto Calvo e Penedo por conta tanto do custo da produção, do auxílio da geografia e da cultura ameríndia que foi apropriada pelos luso-brasileiros. Da mesma feita, a farinha se tornava o

[1002] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 315.
[1003] "Consulta do governador Caetano de Melo e Castro (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 383.
[1004] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 436.
[1005] ANTT. **Chancelaria Régia**. Dom Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 23, fls. 248-248v.
[1006] BARICKMAN. Op. Cit., 2003, p. 271.

melhor artigo por conta do objetivo final da alimentação do negro e ameríndio trabalhador: explorar sua mão-de-obra.

Mas a colocação de Barickman deve ser reavaliada para as dinâmicas que estão se estudando nessa tese. Embora a mandioca ter-se tornado o principal motor alimentício para sustento, sobrevivência e consequente expansão populacional e social, não foi o único alimento pensado e levado em consideração. Cabiam a outros gêneros suprir necessidades e fazer parte da cozinha dos escravos, dos assalariados, soldados e oficiais. Foi escrito anteriormente (v. capítulo 2) sobre os brejos nas Minas de Salitre e as possibilidades de se plantarem feijão, abóbora, milho e outros produtos. Igualmente em Palmares, os negros plantavam e vivia de frutos das palmeiras, bem como do milho; e os paulistas tinham o milho e o feijão em sua dieta. Das vilas de Serinhaém, Porto Calvo, Alagoas e Penedo do Rio de São Francisco, foram enviados farinha, carne, peixes, etc.. Das maneiras como foram escritas, parece que os projetos (de Palmares, Tamandaré e Salitre) tinham sido em cima sempre da farinha. Tem-se então uma problemática: a de que os documentos escritos pelas diversas mãos continham muitas generalizações em cima da categoria "mantimentos", não dando margens para saber o que era comestível de fato. Se nessa tese estar-se-á a todo o momento tentando retirar do açúcar e da carne muito de seu poder interpretativo (e a farinha ajudou em alto grau nessa tarefa), restam agora impedir que a farinha tome o lugar desses outros dois gêneros, fazendo-a trabalhar em conjunto com outros.

7. 2 O feijão

O feijão e os peixes foram os primeiros a aparecer nos relatos dos milicianos que adentravam nos sertões. João Blaer e seus ameríndios escravizados, nos dias em que passaram percorrendo os montes e planícies de Palmares, pescaram peixes nos rios para se alimentar e, após quase 30 dias de viagem, quando já se preparavam para "voltar para casa", encheram os seus "bornais com alguma farinha seca e feijões"[1007]. A alimentação desse tipo de legume era importante para outros milicianos anti-palmares, pois a outra fala explícita sobre feijões partiu de Domingos Jorge Velho em 1687, quando pediu farinha e milho para acompanhar em sua dieta de guerra[1008]. Apesar da pouca incidência documental nos discursos, é improvável que o feijão não tivesse sido utilizado recorrentemente como alimento nas batalhas. Como bem se viu anteriormente, a categoria "mantimentos" esconde um manancial de gêneros que é difícil

[1007] "Diário de viagem (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 167 e 171.
[1008] "Condições ajustadas com o governador dos paulistas (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 277.

estipular pontualmente, mas a partir desses indícios esporádicos, pode-se ver que eles faziam parte do cotidiano da conquista. A importância dos feijões pode ter se tornada ampla, pois em Recife de 1700 houve carestia, o que fez o Governador de Pernambuco expedir ordem para que o Sargento Feliciano dos Santos, junto com um soldado, fosse pra "matta" atrás daquele gênero, encaminhando-o ao Recife. Ainda segundo o comando do governador, os moradores que se atrevessem a vender para outras pessoas, deveriam ser presos por 08 dias na cadeia e multados em "20$réis para as despedezas do salitre"[1009].

Se Gândavo colocava os feijões como abundantes nos litorais em 1576[1010], o que teria acontecido para tanta falta deles no século XVII? **1)** exagero do cronista; **2)** aumento populacional superior a produção; **3**) influência da cultura do mercado mundial na produção de gêneros; ou **4**) destruição das lavouras pós-guerra com os batavos e agora contra os palmarinos? Hipotetizar um pouco de cada "resposta" seria o mais sensato. E mais algumas propostas devem ser avaliadas por conta da conjuntura e tipo de sociedade que se estará lidando: a primeira é que a farinha era o alimento mais propício e fácil de consumir em locais que não eram as casas dos homens (arraiais, meio do mato, expedições e momentos de guerra); não sendo a toa que Brandão encarava como o "primeiro lugar" dentro da categoria de "mantimentos de que se sustentam os moradores do Brasil, branco, índios e escravos de Guiné"[1011]. Uma segunda proposta era que o feijão acabou se tornando alimentação para os homens de maior escalão nesses momentos. Até parece que os privilegiados liberariam os escravos a comerem feijão. Esses últimos raciocínios advieram das dinâmicas especialmente do Salitre, sendo também propostas para Palmares.

Quando o Administrador e Tesoureiro Manoel Marques assumiu as Minas de Salitre em 1703, teve como tarefa despender o dinheiro com mantimentos. Soube melhor esmiuçar e contabilizar os gastos e, isso, em termos documentais, ajuda em muito no trabalho de problematização e identificação de possíveis pistas sobre o cotidiano. Antes de tudo, convém mencionar que feijões e milho foram usados na dieta dos Capitães e ameríndios trabalhadores – ou seja, pelos "mandonistas" e pelos subalternizados, como se em determinados momentos não houvesse a "divisão social" na hora de se alimentarem, apesar de que em outros a estratificação será latente, como veremos a seguir. Porém, alguns pontos devem ser focados. Primeiro que não há vestígio de alimentação ser a base somente de feijão ou milho, estando sempre um desses dois mantimentos atuando em conjunto com a farinha de mandioca. Em

[1009] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fl. 2.
[1010] **Tratado da terra**, 1995a [1576], p. 20.
[1011] **Diálogos**, 1997 [1618], p. 132.

segundo lugar, diga-se que ambos os grãos não eram alimentos correntes, demonstrando que nem sempre era garantia de fazer parte do cardápio das Minas e Oficinas de Salitre. O mesmo pode valer para as dinâmicas de Alagoas e Porto Calvo em relação a Palmares e Tamandaré.

O feijão apareceu em três períodos. Em 28 de junho de 1703, quando o próprio administrador Manoel Marques e mais 05 soldados pagos receberam 05 quartas de farinha e 01 quarta de feijão para se sustentarem. No mês seguinte, em 18 de julho, novamente Manoel Marques e mais 06 soldados pagos novamente usufruiriam do sabor do alimento, na quantidade de 05 quartas de farinha e 02 quartas de feijão, para o sustento de 10 dias nas oficinas. Ao que parece, demorou mais de um mês para conseguirem se deliciar com aquela possível iguaria – se for se tomar a realidade das oficinas e minas. Foi em 16 de setembro, junto com 05 soldados pagos e um Reverendo Padre Missionário, que o administrador Manoel Marques recebeu 01 alqueire de farinha e uma quarta de feijão[1012].

Diferente dos espaços Palmarinos, o feijão nesse acontecimento histórico estava mais ligado ao Administrador das Minas e ao seu grupo particular de milicianos. Não se encontrou informação sobre o legume ter sido usado para fazer parte da alimentação dos ameríndios escravizados e contratados nas Minas e Oficina. Vê-se uma divisão social tomando por base a alimentação, onde apenas a parte mais distinta e com poderes de mando tinha o cabedal para comprar e o *status* para poder usufruir daquele tipo de alimentação. Correndo o risco de prolixidade, desenvolve-se a colocação anterior. O pensamento aristotélico da economia – trazida de volta por Marquese – salientava que o servo-escravo deveria receber a ração como pagamento pela sua jornada de trabalho, pois sua função era apenas sobreviver para continuar em seus afazeres. Viu-se em tópico passado a importância da farinha como dieta americana e pelo baixo custo de produção e até mesmo importação, uma vez que Penedo já poderia ter nos finais do XVII roças consideráveis de cultivo do tubérculo. O feijão, por sua vez, não parecia ser considerado como "ração", e sim como gênero alimentício de tropas (fossem as de Olinda ou as que entravam em Palmares). "Naturalmente", pensa-se que a categoria "dieta" poderia ser suficiente para demonstrar que o grão não iria alimentar ameríndio. No entanto, quando passamos para o acontecimento da chegada de um eclesiástico nos ambientes do salitre, observa-se o reforço da divisão social na hora de estabelecer quem comeria o quê – causando o impacto e o "ensino" de que certas pessoas poderiam comer determinados gêneros, enquanto que outras não teriam tal privilégio.

[1012] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 2651, fls. 69v-70, 72.

O dia em que um Reverendo Padre Missionário participou da divisão da comida é interessante para observar as relações sociais entre possíveis aliados nos projetos de entrada, conquista e estabelecimento dos sertões da Vila de Penedo. Um Padre não era um homem de qualidade qualquer, mas um religioso ligado diretamente com a salvação daquelas almas, tão afastadas das vilas e das Igrejas mais próximas. Possivelmente poderia ter sido um eclesiástico chamado para cumprir seus afazeres devotos àqueles habitantes do sertão e acabou ganhando uns mimos do Administrador Manoel Marques. Essa linha de raciocínio pode ser mais bem matizada a partir dos relatos de cronistas, em que as opulências dos senhores existiam porque tinham gente para receber. Era um ato muito mais exterior do que interior[1013]. Nesse caso, propõe-se alargar a interpretação no âmbito cultural de uma sociedade que tinha como modo de viver as atitudes de "se mostrar" e de se valer notado (o que para alguns era ser "homem bom", "afazendado", "viver à lei da nobreza", "principal da vila", entre tantos outros auto-títulos)[1014]. Ou seja, não apenas os Senhores de Engenho, mas praticamente toda a sociedade luso-brasileira (sendo isso conferível até os dias atuais, mesmo com as mudanças ocasionadas pela cultura burguesa), fazia um esforço maior em termos materiais para se mostrarem dignos de receberem visitas e serem bem quistos na sociedade ou para as pessoas que recebiam[1015]. Soma-se ainda que, naquele momento, a reunião era entre "brancos", ou, entre "europeus", e a mesa de comida deveria, pelo menos, se afastar dos ameríndios e africanos, ligados especialmente à farinha – e aqui vale relembrar a colocação do Padre Vieira anteriormente citada. Até que ponto não vai existir ali um vinho? Impossível saber com exatidão, mas tem-se a problemática que os luso-brasileiros, como "europeus", tentaram fazer valer seus costumes alimentares do velho continente em contraposição ao "pão alheio"[1016].

Volta-se à estrutura do comércio criada para abastecer as oficinas. Por conta da pouca quantidade de feijões importados, e do pagamento ter sido feito para comprar esses legumes, pensa-se que o projeto dos brejos dos sertões, para produção de milho, feijão e abóbora não

---

[1013] Não é coincidência a casa brasileira ser "para fora", como bem notou Sérgio Buarque de Holanda, cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 47.

[1014] OLIVAL, Fernanda. "Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios". In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). **História da vida privada em Portugal:** A idade moderna. Direcção de José Mattoso. – Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2011, p. 244. Para o período ante-guerra de Pernambuco Colonial, conferir a síntese de MELLO, Evaldo Cabral de. "Persistência dos modelos reinóis (2)". In: MELLO, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal:** História e historiografia. – São Paulo: Editora 34, 2002, pp. 80-91.

[1015] Esse costume era propriamente lusitano (inclusive em períodos pré-seculo XVI), que mesmo com uma agricultura fraca, fazia questão de se mostrar opulentos para visitantes e viajantes, cf. FREYRE. Op. Cit., 2006, pp. 314-316.

[1016] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, pp. 151-152.

teria dado resultado naqueles anos. Ou até poderia, mas os gêneros não foram da qualidade pretendida por Manoel Marques, que pode ter deixado os provimentos cultivados nas minas sob responsabilidade dos trabalhadores delas. Seguindo essa linha de raciocínio, a população espalhada pelos sertões da Capitania eram proviam o feijão e comerciantes entre si. Por outra perspectiva, é cogitável a produção e saída dos feijões terem advindo igualmente – tal como era com a farinha – da vila de Penedo e seus termos, locais que não orbitavam em torno do gado, mas que tinham em seus domínios vários outros elementos de sobrevivência que extrapolavam o mundo sertanejo. E essa cultura agropecuária era bem antiga, remontando antes de 1654, pois apesar dos holandeses darem atenção ao manejo do gado, já faziam menção a outros gêneros: "fazem também ali bastante farinha, pescam muito peixe e plantam também muito fumo"[1017]. As minas de salitre em 1700 podem ter ajudado a consolidar aquela pluralidade de culturas que já existiam, mas poderiam não ter tanta força ainda em meados do século XVII.

Enquanto os mais ricos e poderosos resguardariam suas economias e poder para gerenciar Engenhos de Açúcar, plantações de tabaco e currais de gado, outra parcela da população, mais empobrecida e sem capacidade e direitos (leia-se, privilégios) de progredir materialmente, ficava a cargo de prover a alimentação da sociedade como um todo. Tal como Gândavo, o senhor de Engenho Gabriel Soares de Souza, morador na área litorânea da Bahia, também elogiava a "infinidade de feijões" que existia na Bahia (e que seria levada em consideração para toda a América) em 1587[1018]. Essa colocação contribui no raciocínio de encarar a "infinidade" como excesso dos cronistas, bem como considerar que as produções desses legumes pertenciam a espaços mais estabilizados em termos de cultura da terra (como a Vila de Penedo e seus arredores, e não os sertões distantes). Se com o tempo os feijões podem se interiorizar, naquele período do século XVII até início do XVIII possivelmente eles pertenciam aos "litorais".

A produção de feijões poderia ficar a cargo de cada habitante na conquista a partir de sua sesmaria ou pedaço de terra. Ermitões, por exemplo, no século XVIII, quando saiam de locais do centro de Pernambuco (hospital dos Lázaros, capelas de Santo Amaro das Salinas, Afogados e outras), voltavam conduzindo "não só avultada quantia, como novilhos, carneiros, galinhas, açúcar, fumo, milho, farinha, feijão e outros gêneros"[1019]. Deve-se relativizar a opulência dos gêneros e víveres nas numerosas fazendas nos interiores das vilas; mas não se

[1017] Documento 3, **Fontes Brasil holandês**, vol. I. Recife: CEPE, 2004, p. 35.
[1018] **Tratado descritivo**, 2000 [1587], p. 144.
[1019] **Anais Pernambucanos**, Vol. 6, p. 134.

descarta a produção daquelas leguminosas exatamente nos espaços mais distantes das sesmarias comumente usadas para as lavouras de cana de açúcar, tabaco e criação de gado. Entretanto, deve-se pensar que sua produção obedecesse a espaços com irrigação e não tão inseridos em áreas do agreste ou em fazendas com poucos recursos materiais.

7. 3 O milho

O milho foi alimentação base dos mocambeiros que se instalaram nos sertões. Tendo sido encontrado desde as expedições de Blaer até o momento das guerras feitas entre 1675 e 1678. Como esse assunto ficará para mais adiante, convém mencionar que os únicos que citam o milho como alimento foram os paulistas, no acordo firmado entre Domingos Jorge Velho e o Monarca. Quão foi lido no tópico da farinha e do feijão, o milho fazia parte da dieta dos milicianos de São Paulo, compondo essa alimentação de guerra e sustento[1020]. Nos espaços litorâneos e das grandes casas, soma-se o uso para alimentação de escravos, e de animais como cavalos e aves[1021].

Proveniente desde os tempos de conquista, a alimentação pelo milho estava bem ligada a cultura ameríndia (o que pode justificar o apreço dos bandeirantes). Nas conquistas dos sertões de Palmares e Salitre, ver-se-á que o milho estava sempre relacionado com grupos que tinham ameríndios em sua composição. Uma familiaridade, quem sabe até mesmo o preço e as técnicas de resguardo e produção de alimento podem ter pesado na escolha daquele gênero. O tempo de plantação e colheita também era de suma importância em momentos de guerra: o milho "oferecia a vantagem de já começar a produzir cinco e seis meses ou menos depois da sementeira"[1022] – entretanto, não suplantou a farinha de mandioca. Disponibilidade era importante, visto que um cronista, como Gândavo, escreveu que "há na terra muito milho Zaburro, este se dá em todas as Capitanias, e faz um pão muito alvo"[1023]. Encontrar terreno promissor entre a mata de pau-brasil também deve ter contribuído para a existência do milho, apesar da pouca atenção dada pelos lusitanos no decorrer da conquista[1024].

Em regiões sertanejas, onde "no começo nada se plantava, julgando o terreno estéril", o milho, junto com o feijão, a mandioca e a própria cana, tomou seu lugar de importância:

[1020] "Condições ajustadas com o governador dos paulistas (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 277.
[1021] **Diálogos**, 1997 [1618], p. 137.
[1022] HOLANDA. Op. Cit., 1994, p, 186.
[1023] **Tratado da terra**, 1995a [1576], p. 20. **História da Província**, 1995b [1576], p. 69.
[1024] GODINHO. Op. Cit., vol. IV, 1981, p. 50.

> São ainda hoje [1907] três épocas alegres do ano sertanejo: a do milho verde, a da farinha e a da moagem. Do milho sêco, quase exclusivamente reservado para os cavalos, só se utilizavam torrado ou feito pipoca, transformado no raro cuscus ou no insípido aluá. O milho verde, cozido ou assado, feito pamonha ou canjica (no sentido do Norte, muito diverso do Sul), o milho verde durante semanas tirava o gôsto das outras comidas[1025].

As colocações de Capistrano de Abreu – uma mistura de vida pessoal, passado imperial, literatura histórica, oralidade e análise de fontes coevas – podem ser reforçadas e revistas sem perigo de esvaziar suas conclusões. Nas Minas de Salitre, o milho foi menos aproveitado, mas, bem como o feijão, foi direcionado para um grupo específico de comedores e trabalhadores. Identifica-se sua primeira aparição na documentação em 11 de junho de 1703, primeiros momentos da administração de Manoel Marques, quando enviou 14 alqueires e ½ quarta de farinha, junto com 55 mãos de milho para o Capitão Antonio Roiz e seus 80 soldados Índios do Camarão para se sustentarem durante 15 dias nos labores das Minas de Salitre. Ocasião repetida um mês depois, quando 05 alqueires e 01 quarta parte de farinha, junto com 35 mãos de milho, foram entregues para sustentar durante 15 dias os 38 Índios do Camarão e seu Capitão Antonio Roiz[1026].

Mais ou menos parecido com o caso do Administrador Manoel Marques e seus milicianos particulares, tem-se nesse momento o produto do milho com seus consumidores já definidos, sem oportunidade de outros personagens aparecerem. A quantidade de ameríndio e de dias de trabalho poderia ser um dos motivos para requerer aquele alimento e a quantidade apenas para o Capitão Roiz. Alianças entre Manoel Marques e os responsáveis pelos ameríndios também podem ser cogitadas, visto que diversos Capitães foram contratados para variados serviços nas Minas e Oficina de Salitre. E, tomando as ideias esboçadas em relação ao feijão: relativiza-se a hipótese de que o milho poderia ser um gênero produzido naqueles sertões. Pois, havia "outra casta de milho", que se fosse bem pilado, e tratado "se conserva para se não danar; e dura de um ano para outro"[1027]. O que ajuda a explicar o milho também como alimento de guerra visto acima. Até que ponto o milho do São Francisco era importado ou produzido?

Desde 1612 que se plantava milho na Ilha de Fernando de Noronha, passando a agricultura pelo tempo dos holandeses até meados do século XVIII[1028]. Não se imagina que aquele milho era em grande quantidade para ser enviado para as vilas de Porto Calvo, Alagoas

---

[1025] ABREU. Op. Cit., 1963, p. 211.
[1026] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 2651, fls. 69-69v.
[1027] **Tratado descritivo**, 2000 [1587], p. 143.
[1028] **Anais Pernambucanos**, Vol. 8, pp. 40-41. **Descrição das costas do Brasil**, 2007, p. 200.

e Penedo, mas conjectura-se que – junto com os relatos de Gândavo – o clima e o terreno do litoral pernambucano fossem cotejado para o plantio do milho, tomando como exemplo o que conseguiam na Ilha. Afinal, o grão não fora importante apenas para a alimentação dos homens, mas "para mantença dos cavalos, e criação das galinhas e cabras, ovelhas e porcos", estendendo a alimentação aos "negros de Guiné" e encontrando terreno propício para sua plantação "entre a mandioca e por entre as canas novas de açúcar, e colhe-se a novidade aos três meses, uma em agosto e outra em janeiro"[1029]. Mas essa colheita tinha que obedecer a um bom regime de chuvas (que era diferente nos sertões em comparação ao litoral); Brandão coloca um ciclo diferente para o centro de Pernambuco:

> com as primeiras águas, que chovem na entrada de fevereiro pouco mais ou menos, que é o princípio do inverno, se planta, e quando vem no mês de maio se colhe, porque já então está perfeito, e logo o tornam a semear na própria terra e segunda vez leva fruto, que se colhe por agosto[1030].

Se formos levar em consideração o estilo de ocupação inicial de Palmares e Salitre (sertão, caatinga, arraiais, acampamentos, sem plantio de mandioca e sem cana de açúcar), pode-se supor o pensamento que o milho faria parte da culinária local (e produto de exportação) que se estenderia possivelmente de Porto Calvo (influencia dos paulistas) até Penedo, correndo a área litorânea e já estabelecida de sesmarias e lavouras de diversos gêneros e fazendas consolidadas. Entretanto, analisando a relação entre a ideia de plantar e o consumo do milho nas Oficinas do Salitre, relativiza-se a abundância e observam-se com maior acuidade os revezes aos quais as plantações improvisadas nos sertões estavam sujeitas. O milho era, no "sudeste", alimento muito procurado para os viajantes, pois seus animais o apreciavam muito[1031]. Já que nas Minas de Salitre vê-se o milho sendo citado quando o assunto dizia respeito as formas para pagar ameríndios. Existia uma parte da produção destinada aos animais? Provavelmente sim, mas é impossível de estabelecer com precisão. Pode-se raciocinar que a produção existia porque não foi computada nenhuma compra, tal como foi feita com a farinha. Pode ter acontecido que, ao invés de esperar sempre pelas chuvas, os homens utilizassem dos brejos para plantar, mas que a quantidade não os satisfazia. O depoimento do padre calvinista Vicente Joaquim Soler, apesar de não fazer a ligação direta, estabelece a abundância de arroz e de milho (que se dava três vezes ao ano) no mesmo

[1029] **Tratado descritivo**, 2000 [1587], p. 143.
[1030] **Diálogos**, 1997 [1618], p. 137.
[1031] PRADO Jr.. Op. Cit., 2011, p. 170.

parágrafo em que escreve acerca da boa quantidade de "fontes, rios e pântanos"[1032]. A experiência no centro de Pernambuco (área de várzea) pode ter contribuído para levar as mesmas "técnicas" para as regiões do salitre.

O milho, portanto, apesar de não ter tido uma imensa importância tal como era para a civilização Asteca, Maia e demais ameríndios do México, Peru e América espanhola, também não deixou de ser utilizado nos litorais brasileiros e – o mais importante – conjugado com outros alimentos. Era alimento conhecido pelos lusitanos desde o século XV, e mesmo assim pode não ter alcançado o mesmo nível de patrocínio de plantio tal como houve com a mandioca e isso pode ter sido resultado direto da distribuição de terreno. Afinal, teria que se disputar as várzeas e brejos com a mandioca e a cana de açúcar[1033]. Encarar atualmente a civilização da América central como "do milho" e a brasileira como "da mandioca", apesar de importante (principalmente se formos alargar a importância do milho principalmente em aspecto religioso e cultural), não pode se tornar uma espécie de fissura, principalmente no que concernia a alimentação e a própria economia de subsistência[1034] – retomar-se-á esse ponto mais tarde.

7. 4 Os peixes

Seguindo a ideia da extração de gêneros, os peixes foram essenciais para manutenção das inúmeras povoações que empreenderam a conquista da América. Por conta de sua bagagem cultural, os lusos devem ter se alegrado ao monte por descobrirem nos territórios do continente uma infinidade de peixes para alimentação, visto que a pesca já era uma realidade muito bem fundamentada na vida portuguesa continental: "desde muito cedo começou [o bacalhau] a ser consumido em larga escala", sendo depois juntado com o milho maiz na dieta[1035]. Essa experiência, somada com a vivência nos espaços africanos e do oriente desde o século XV, pode ter auxiliado os conquistadores a misturarem o peixe com outras cultivos de subsistência na América, se aproveitando, da mesma feita, dos ameríndios, exímios pescadores e caçadores: "os primeiros núcleos de colonização da América Portuguesa foram

[1032] SOLER, Vicente Joaquim. Cort ende Sonderlingh Verhael. "Breve e curioso relato de algumas singularidades do Brasil". Um panfleto seiscentista de 1639. In: **Brasil holandês,** vol. I. 1997, pp. 44.
[1033] As colocações de Ferlini são importantes para esse questionamento, mas devem ser alargadas para além do açúcar, FERLINI. Op. Cit., 2003.
[1034] GODINHO. Op. Cit., 1981, pp. 27 (sobre milho no Brasil não ter tido tanta influência como no México e Peru), 29 (sobre os lusitanos já terem contato com o milho desde o século XV), 40 (América central como civilização do Milho e o Brasil como da mandioca).
[1035] GODINHO. Op. Cit., vol. IV, 1981, p. 136. Colchetes meus.

todos erguidos perto do mar ou de rios. Fundados pelo entrechoque entre duas sociedades pesqueiras: os índios tupinambás e os portugueses"[1036].

Desde a pesca pelos ameríndios do Capitão batavo João de Blaer até a contratação e destruição de Palmares pelos paulistas, o peixe se tornou alimentação essencial e de emergência nas situações das entradas dos sertões. Os rios e pequenos riachos que iam se desmembrando dos grandes rios que corriam as vilas do Rio de São Francisco, Alagoas e Porto Calvo davam suporte em carne branca para os habitantes locais e milicianos[1037]. Entretanto, os batavos olhavam com desconfiança os rios e já tinha conhecimentos dos períodos de secas e cheias:

> Quanto à pesca nessas lagoas, atividade da qual os moradores tiravam o seu maior proveito, faz-se nos meses de verão, que é quando a água das lagoas se torna salobra e menos profunda; na estação chuvosa pouco ou nenhum peixe apanha-se, porque as chuvas fazem a água fresca, e os peixes fogem para o mar. Os que se pescam ali são curimãs, carapebas, porém principalmente curimãs; este é um peixe de pé a pé e meio de comprimento, e nos meses de novembro, dezembro e janeiro engordam tanto que se servem da pele dele como óleo para arder nas lâmpadas[1038].

Um acontecimento de quantidade aconteceu em 1680, quando a Câmara da Vila das Alagoas estabeleceu o provimento de "cincoenta alqueires de farinha", "quinhentas arrobas de carne", "quinhentos curimans" e "duas mil tainhas", para ser transportado por "cincoenta negros" até o arraial do Sargento-mor Manoel Lopes[1039]. Anos antes, em 1664, já era estabelecida pra uma entrada em Palmares, 100 alqueires de farinha e 4 milheiros de Peixe[1040]. Observar a farinha e a própria carne (de gado, provavelmente) junto com os peixes, expõe a ideia de esses últimos serem uma alimentação de subsistência suplementar, não substituindo a carne de gado e a farinha. Como o peixe é um produto perecível de rápida decomposição, pode-se imaginar que o sal e a farinha que levavam para os Palmares eram, em parte, utilizados para manter comestível a carne, que deveria ser desidratada.

Sobre a tainha, interessante a importância que era dada a ela na Bahia que pode ser pensada e problematizada como uma possibilidade vivida relativamente em Pernambuco e nas vilas de Alagoas e Porto Calvo:

[1036] CURVELO, Arthur. "Pescaria e bem comum: pesca e poder local em Porto Calvo e Alagoas do Sul (séculos XVII e XVIII)". In: CAETANO (org.). Op. Cit., 2012, p. 41. MAURO. Op. Cit., vol. I, 1997, p. 343.
[1037] "Relação das guerras feita aos Palmares (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 222.
[1038] Documento 3, **Fontes Brasil holandês**, 2004, p. 127.
[1039] IHGAL. **Arquivo 00007-01-02.** 2º Livro de Vereações da Câmara de Alagoas do Sul, vários fólios, "O Capitão Mor João da Fonseca pede a camara socorro de mantimentos para as tropas do Arrayal dos Palmares – Governador Ayres de Souza Coutinho [sic] – 1680", fl. 60v.
[1040] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 119v.

> são as tainhas, a que os índios chamam paratis, do que há infinidade delas na Bahia; com que as quais secas se mantêm os engenhos, e a gente dos navios do Reino, de que fazem matalotagem para o mar. Estas tainhas se tomam em redes, porque andam sempre em cardumes; e andam na Bahia ordinariamente a elas mais de cinquenta redes de pescar; e são estas tainhas, nem mais nem menos, como as da Espanha, mas muito mais gostosas e gordas, das quais saem logo em um lanço três, quatro mil tainhas, que também têm boas ovas[1041].

De todos os peixes relatados por Gabriel Soares de Sousa, em sua experiência baiana, a Tainha é o que aparece como parte fundamental dos engenhos de açúcar e da "gente dos navios do Reino". Ou seja, sua posição no cardápio daqueles homens, e a facilidade e abundância na pesca, dava a ela uma importância primordial nas dinâmicas da conquista. Nas Alagoas a tainha apareceria como fundamentação da alimentação local, bem como exportação para outros espaços e como alimento de guerra para quem iria entrar em Palmares. Se a mesma era de razoável-fácil conservação (advinda das experiências dos homens de navios), sua transposição para os ambientes das matas acabou sendo feita com relativo sucesso. Junto a elas, a Curimã também foi citada, e Gabriel Soares de Sousa traçou algumas linhas amigáveis: "têm o mesmo sabor [das Tainhas], mas são muito maiores; e quando estão gordos, estão cheios de banhas, e são muito gostosos, e têm grandes ovas; os quais morrem nas enseadas"[1042].

A produção de peixe poderia ser consideravelmente alta dependendo do período histórico. Em 1657, o miliciano Valetim Tavares Cabral, para acudir as lutas contra os ameríndios no Ceará, teve que tomar um barco e ir até "as Alagoas" para "buscar o peixe que tocava a infantaria"[1043]. Ter exportado em determinados momentos peixes para outras localidades poderia fazer do território sul pernambucano um porto de trocas mercantis de gêneros que não necessariamente estariam visando o mercado mundial, mas igualmente a manutenção da conquista lusitana na América. Anos antes, em 1654, o Governador de Pernambuco dava ordens para que os Capitão Mor das Alagoas, André Gomes, e o Capitão Brás da Rocha, ao saírem de Alagoas fizessem expedição em Palmares, deveriam "elege[r] delles [moradores da Vila] huma pessoa de Saptisfação por cabo para que vão em goarda dos mantimentoz de Peyxe, e Farinha"[1044]. Já na expedição do Sargento Mor Antonio Jacomé Bezerra, naquele mesmo ano, que sairia do Recife, passando por Porto de Galinhas, Praça de

[1041] **Tratado descritivo**, 2000 [1587], pp. 244-245.
[1042] **Tratado descritivo**, 2000 [1587], pp. 245.
[1043] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 350.
[1044] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 17.

Nazareth, Porto do "Rio Formoso", até chegar a Alagoas, deveriam os homens fazer "deligenciaz por comprar todo o peyxe que nelles houver junto em cazo[?] dos dannoz das Redez". Ao chegarem na vila de destino, deveriam usar a farinha para compor a ração de guerra, e caso não houve peixe, deveriam comprar com o dinheiro "que leva as Rezez[?]"[1045]. Os peixes, dessa vez, não foram tratados como exportados, mas eram vistos como abundantes, podendo ser pescados por toda a faixa litorânea e dos rios, servindo de alimento para os milicianos, ao mesmo tempo como produto de mercado para as populações locais dos diferentes espaços que passavam as tropas que iam para Palmares.

Visto a sua facilidade para pesca e pouco dispêndio de mão-de-obra, muitos recorreram à pesca para se sustentar e ainda enriquecer desde os primeiros tempos de conquista[1046]. Tal estilo pode ter tomado força no período de pós-restauração, quando os batavos foram expulsos de terras pernambucanas anos antes. Logo, interessante observar que mesmo com os Engenhos de Açúcar destruídos e muitas plantações abandonadas e arruinadas, a dinâmica de gêneros nas vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo do Rio de São Francisco poderiam girar a partir de outros meios, funcionando como uma base de sustentação socioeconômica, ao mesmo tempo em que se tornariam, nas mãos de alguns, uma renda para uma "reserva de capital" que seria investida nos futuros, ou na reconstrução, dos Engenhos; como o que pode ter acontecido com a família Correa da Paz-Araújo, que em 1674, morando nas cabeceiras de Palmares, e tendo o patriarca sido comerciante e dono de lavouras de tabaco e currais de gado, utilizou de seu cabedal para fundar um Engenho de Açúcar e ainda se habilitar para Familiar do Santo Ofício (v. capítulo 7)[1047]. Por falar em Engenho, levando a avaliação para diversas outras moradias (urbanas e rurais) como vias públicas, as candeias utilizadas para iluminar tanto o trabalho dos homens à noite como as casas e cercanias, levavam o azeite de peixe como combustível[1048], não apenas o óleo da Copaíba, por exemplo. Provavelmente por existir em maior quantidade, o azeite de peixe tenha sido uma realidade mais latente nas Alagoas, principalmente nas residências mais pobres ou que não tivessem acesso às matas e árvores.

Outro caso aconteceu com os paulistas e o próprio Domingos Jorge Velho. Ao chegarem às vilas de Alagoas e Porto Calvo, foram mal recebidos por seus habitantes. Depois de uma peleja mal sucedida em Palmares, quiseram se estabelecer nos lugares de fronteira com os mocambos; ideia essa rechaçada pelos moradores (Jorge Velho não exemplifica quais pessoas). Os milicianos paulistas foram enviados para uma praia deserta (possivelmente entre

[1045] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 20v.
[1046] **História da Província**, 1995b [1576], pp. 89-91.
[1047] MACHADO. Op. Cit., 2016, pp. 269-270.
[1048] **Cultura e Opulência**, 2007 [1711], p. 143.

Alagoas e Porto Calvo), com falta de todo tipo de mantimentos. A hostilidade em relação à presença dos paulista teria sido tamanha que "um homem, que por ele lhes pescava", teria sido preso pelos oficiais da Câmara por aquele serviço[1049].

Nessa minúscula pista contraditória, pode-se considerar que certos espaços desertos não eram completamente desabitáveis, uma vez que existiam pessoas que por lá perto moravam, além de gêneros produzidos para alimentação. Se os indivíduos não residiam, poderiam pelo menos fazer suas viagens para pescar em lugares mais afastados. Se os litorais eram abundantes de peixes e mariscos[1050], era recomendável caminhar um pouco mais para ter uma segurança na pesca do que disputar "territórios" com outros usufrutuários, apesar de que às vezes a "abundância" deve ser relativizada, como bem pode lembrar Pero Vaz de Caminha, que não conseguiu pescar "mariscos", mas arranjou "alguns camarões grossos e curtos, entre os quais vinha um muito grande camarão e muito grosso"[1051]. A falta de conhecimento da geografia e dos sertões das vilas de Alagoas e Porto Calvo pode ter feito os paulistas terem que se contentar com os litorais, não podendo, por exemplo, usufruir da pesca em rios de água doce, também famosos por sua quantidade de peixes[1052]. O depoimento de Jorge Velho indicou que ele e seus homens ficaram nas praias "empatados dez meses", o que pode ter ser lido mais como reclamação cara ao paulista do que uma contagem perfeita; mas igualmente verdade, visto que não tinham terras e uma área perto do mar não é tão fértil para plantações de alimentos como o interior das vilas. Nem só de peixe e caranguejo vivia um homem.

Na região do Rio de São Francisco, fazendo parte direta e indiretamente da dinâmica da Oficina do Salitre, as piranhas foram peixes interessantes. Sua existência em locais do grande rio pode ter sido tamanha que um de seus pequenos rios se chamava, já no século XVII, "Rio de Piranhas". Desde 1618 já se tinha conhecimento desses pequenos e nervosos animais no São Francisco e no Rio Una. Eram bons para se comer, apesar da dificuldade da pesca, e causavam medo por causa de histórias de que sempre atacavam as partes mais "estimadas" dos homens: os seus testículos[1053]. Não seria exagero avaliar a possibilidade de que esse peixe fosse comum em alguns cardápios dos moradores da região de Porto Calvo e dos sertões do São Francisco, garantindo parte de sua sobrevivência. A existência de variado e abundante tipo de pescado interessavam a todo o tipo de conquistador que sabia que precisava daquela carne branca para resistir e manter ativa suas motivações de colonização. Os holandeses, por

[1049] "Requerimento que (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 409.
[1050] **Tratado da terra**, 1995a [1576], p. 20.
[1051] E aqui vamos abstrair o "erro" de Caminha ao não encarar os "Camarões" como "mariscos", cf. CAMINHA. **HCPB**, 1923 [1500], pp. 92-93 [fólios 10-11].
[1052] **Tratado descritivo**, 2000 [1587], pp. 255-257.
[1053] **Diálogos**, 1997 [1618], p. 181.

exemplo, não perderam tempo em escrever em seus relatos que o Rio de São Francisco poderia alimentar seus homens[1054]. De experiência em experiência, os restauradores e novos sesmeiros absorveram as lições. Desta feita, a falta de incidência documental acerca dos peixes como alimentação dos homens sertanejos e dos trabalhadores nas oficinas do salitre não indica ausência de consumo ou até mesmo inexistência de atividades que preveniriam renda. Pode-se pensar que o costume, já intrinsecamente ligado na maneira de viver dos luso-brasileiros e dos ameríndios não necessitaria ser reforçado em documentos que tinha um caráter mais administrativo contábil do que de crônica. Essa posição pode ser reforçada se for encarado que os peixes não eram importados e o consumo era "livre", enquanto que farinha, feijão e milho, apesar de poderem ser cultivados nos brejos, teve boa parte trazida de fora e cujos pagamentos deveriam ser contabilizados.

7. 5 As ervas bravias

Os legumes eram difíceis de plantar e necessitavam de roças relativamente seguras, e os gados e peixes respondiam mais ou menos aos humores dos fornecedores que estavam estabelecidos nas vilas litorâneas. Muitos tiveram que se contentar com o que o solo dava naqueles sertões das três vilas. E, nesse sentido, meter a mão na terra e, literalmente, comer o que a natureza dava, era a ordem do dia. Quando Paulo de Souza Alvim foi para a campanha de Palmares no governo de Ayres de Souza de Castro, meteu-se nos sertões e lá passou algumas dificuldades: da falta de água a necessidade de ter vivido 67 dias sofrendo de "fomes e sedes, sustentando-se com frutas bravias e ervas do campo". Um relato um tanto exagerado, visto que dois meses é muito tempo para um ser humano que vivia debilitado por conta da má alimentação na época colonial, sobreviver apenas de frutas e ervas. Mesmo assim, ter encontrado esses gêneros e saber da capacidade de serem comestíveis deu um combustível a mais na sobrevivência vital de Paulo Alvim[1055]. Domingos Jorge Velho, orador campeão do sofrimento da humanidade, pediu até que parte dos quintos aprisionados em Palmares fosse remetida para compra de munição, uma vez que a necessidade nos sertões de Palmares o fazia gastar com caças para se alimentar, visto que precisava de "outros condutos para suavizar o desabrido das raízes dos matos de que se sustentam"[1056]. Sebastião da Rocha Pita, historiador que sofria pelos outros, não deixou de salientar as pendengas que os homens de palmares

[1054] **Descrição das costas do Brasil**, 2007, p. 133.
[1055] "Registro da carta patente (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 283.
[1056] "Condições que os paulistas (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 334-335.

aturaram. Mas não fazia isso para diminuir o Estado lusitano, e sim edificar grandes heróis cristãos que em momentos de necessidade encontravam o apoio uns dos outros para manter a guerra contra os homens e mulheres de "raça de infecta nação", bestas que mereciam ser reescravizadas: "e já eram as rações inferiores à necessidade dos infantes, demitindo os cabos as próprias avantajadas porções que aos seus postos eram devidas, em benefício dos seus soldados"[1057].

Provavelmente tais "raízes" incluíam os cipós que se encontravam em locais remotos das florestas e matas mais densas:

> Cortados a jeito e mantidos por algum tempo em posição vertical, esses cipós deixam escorrer boa quantidade de líquido fresco. Líquido que serve apenas para enganar e prorrogar a sede durante as longas caminhadas; a própria cor clara e cristalina que apresenta ao ser colhido, logo se turva quando conservado por algum tempo em garrafas[1058].

Mas as experiências são espaçadas no tempo e na geografia. Volta-se ao cuidado de encarar que os paulistas, por mais que fossem experimentados nos sertões, acabaram também por aprender com os vestígios dos negros palmarinos; isto é, se comiam ervas bravias e bebiam "água" de cipó, em Palmar somaram em seu "cardápio" novas frutas e até mesmo as cacimbas. Nesse ínterim, tantos discursos de sofrimento e atividades nos matos renderam a Jorge Velho e seus homens pareceres favoráveis do Procurador da Fazenda, onde esse último escreveu que apenas "esta gente, costumada a viver naquelas campanhas e a sustentar-se dos agrestes frutos" é que teriam capacidade de povoar as sesmarias de Palmares e manter a conquista; e continuou o Procurador, fechando com chave de ouro: "pois não tem os homens outro algum estímulo para oferecerem os peitos à bala e o corpo ao trabalho, senão prêmio"[1059]. Mais paulista, impossível.

Mais paulista, ou, mais subalternizado? A descoberta de raízes, as experiências de comilanças de frutos agrestes e litorâneos, juntos com tentativas de acertos e erros de gêneros da natureza podem ser alargadas para grupos sociais que extrapolaram em muito os advindos exclusivamente de São Paulo e ainda anteriores ao século XVII[1060]. As camadas sociais pertencentes aos litorais, livres e escravizadas, abriram povoamentos aos sertões das vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo. Podem não ter viajado centenas de milhares de quilômetros, mas teriam parcialmente se afastado dos termos das vilas e de sesmarias mais densamente

---

[1057] **História da América portuguesa**, 2011 [1730], p. 342.
[1058] HOLANDA. Op. Cit., 1994, p. 40.
[1059] "Parecer do procurador da Fazenda (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 359.
[1060] MONTEIRO. Op. Cit., 1994, p. 90

povoadas por famílias extensas, escravos e agregados. Fosse de tipos diferentes ou não, as motivações levavam homens e mulheres a percorrer os sertões em busca de objetivos variados, que iam da religião à economia, do militarismo ao apresamento de ameríndios.

Brandônio, alter ego do Senhor de Engenho Ambrósio Brandão, morador do litoral de Pernambuco, descreve algumas raízes e mantimentos "agrestes". Raízes, folhas, frutos e coquinhos que mantinham a sobrevivência das pessoas em época de fome. Mas quem seriam essas pessoas? Brandão responde: "deste mantimento se sustenta grande parte do gentio da terra e dos negros da Guiné". Ao se auto-indagar (na figura de Alviano) que essa alimentação não daria certo porque a esterilidade "abrange a todas as sementeiras, frutos e plantas", Brandônio arrematou que "todas essas cousas nascem pelos campos sem benefício nenhum, com serem agrestes, e sempre, de qualquer maneira que o tempo curse, se acham por eles em abundância"[1061]. Era muito fácil expor a facilidade de adquirir alimento quando se tinha riqueza o bastante para tê-lo e produzi-lo. Pode-se remeter essa linha de raciocínio a 1500, quando Pero Vaz de Caminha, ao mesmo tempo em que tentava descrever sua aventura para o Rei, implicitamente colocava a superioridade dos portugueses, observando que os ameríndios não lavravam e nem criavam animais, antes se alimentavam de "inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam"[1062]. Os lusos aproveitariam da natureza local, da facilidade de se alimentarem e aos outros, ao mesmo tempo em que colocaria em prática o estilo de sedentarismo europeu.

Nas Minas de Salitre, exemplar foi o caso das aldeias do Reverendo Padre Paulo Barreiros, missionário que alegava ter descido mais de 200 ameríndios, de duas nações, e postos todos a trabalhar e a viver como cristãos a partir de seus ensinos doutrinários. É sabido que para receber uma mercê, um discurso rebuscado, onde o sofrimento e o mérito tinha que ser valorizado e validado por outros corpos sociais, a fim de torna-lo uma verdade comum – mesmo sendo ficcional, isto é, sendo "necessário haver escolhas formativas de linguagem, detalhes e ordem para apresentar um relato que pareça verdadeiro, real, significativo e/ou explicativo tanto para o autor como para o leitor" – e não uma mentira[1063]. No caso

[1061] **Diálogos**, 1997 [1618], pp. 140-141.
[1062] CAMINHA. **HCPB**, 1923 [1500], p. 97 [fólio 22].
[1063] Esse tipo de artimanha nos faz remeter a ideia de "ficção", usada por DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 17. Por sinal, o título original do livro é "Fiction in the Archives – Pardon tales and their tellers in Sixteenth-Century France". Interessante observar essa manipulação pela editora brasileira, afinal, nós (historiadores) ainda estamos em pendengas sérias e brigas (por vezes imbecis) sobre a concepção e "aceitação" das "ficções" na história. Imprescindíveis, para isso, as leituras de WHITE, Hayden. **Meta-História:** A imaginação histórica do século XIX. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992 e GINZBURG, Carlo. **Relações de força:** história, retórica, prova. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

eclesiástico, ter um "herói" como João Batista, era de grande ajuda[1064]. Nesse ponto, além dos perigos da vida em entrar na catinga sozinho para descer ameríndios, a própria biologia e sistema vital do padre era posta em provação divina (o que faz remeter a vida de João Batista, que pregava no deserto da Judéia: "Usava João vestes de pêlos de camelo e um cinto de couro; a sua alimentação eram gafanhotos e mel silvestre" – Matheus, 3, 4). A sobrevivência no sertão já era encarada como um ato heroico (na visão lusitana), pois o indivíduo havia de sofrer as mazelas "da áspera catinga que tem esse sertão", sofrendo privações de calor e seca, "esperando que chova". Não é a toa que as aldeias foram postas nas Lagoinhas e no Rio Panema, que não supriam todas as necessidades, uma vez que o Padre e os ameríndios "sustenta[vam]-se de frutas e caças[?] do mato em[?] Rios cheios e passando tudo com risco de vida", outro depoimento colocou que o padre vivia "o mais tempo de frutas agrestes e caças do mato"[1065].

As histórias de ervas e matas dos sertões do Rio de São Francisco chegaram até os ouvidos dos homens do século XVIII, como Dom Domingos Loreto Couto. Ao enumerar homens religiosos honrados e que mereciam reconhecimento pelas suas vidas, um chama a atenção: o pardo "Irmão Ignácio", que era natural do Recife e que, em finais do século XVII, se mudou para "o certão do rio de São Francisco; em hum logar dezerto", onde "edificou hua caza de barro disposta de sorte que fosse mais sepulchro, que morada de hum vivente, onde vestido de saco, e cingido com hua corda fazia vida eremítica, servindo-lhe as ervas do campo de alimento, a terra nua de cama, e hua pedra de cabeceira". Passou 10 anos vivendo àquela maneira, não tendo contato com outras pessoas, apenas "a hum virtuoso sacerdote, que lhe administrava os sacramentos". Nos finais daqueles anos, o sertão do Rio de São Francisco já se encontrava "com grande edificação, e tinhão os seus habitadores feito grande conceito das suas virtudes"[1066]. As privações do Irmão Ignácio no discurso de Dom Loreto Couto faz repensar algumas colocações escritas em capítulos passados: a relativa ausência de

[1064] BURKE. Op. Cit., 1989, p. 174.
[1065] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1943, fls. 5, 7, 11-11v.
[1066] **Desagravos do Brasil**, 1981 [1757], p. 332. O que me faz hipotetizar que Irmão Ignácio tenha vivido no Rio de São Francisco nas ultimas décadas do XVII é o fato de que, de acordo com Couto, sua data de morte é de "17.. quando contava setenta annos de idade". Se Ignácio morreu na data de conclusão do livro (1757), seu nascimento cairia para 1687. De acordo com o mesmo autor, sua ida ao Sertão do Rio de São Francisco se deu com 18 anos de idade (1705), tendo vivido mais 10 por lá, tendo se ausentado para Sergipe, então, com 28 anos (1715). Crê-se que a morte de Ignácio ocorreu antes de 1757 (senão a data estaria completa no manuscrito), o que pode-se retroceder seu nascimento para antes de 1687 e sua ida para Rio de São Francisco e Sergipe antes de 1705 e 1715, respectivamente. A hipótese de ter morado em área do São Francisco que fosse de jurisdição de Penedo parte também da colocação de que Ignácio "Passou para a província de Sergipe del Rey", tendo que cruzar o mesmo rio, além de ter sido conhecido por homens religiosos e habitantes locais (pp. 332-335).

povoamento nas regiões do Rio de São Francisco; a alimentação precária; a falta de sacerdotes; e o aumento gradual de moradores no decorrer de dez anos.

Se as regiões de florestas tinham suas plantas e cipós que matavam a sede, o que poderia se encontrar nos sertões do São Francisco? No que concerne acerca da água, a existência de umbuzeiros, mandacarus e caraguatás era essencial para todo e qualquer viajante ou até mesmo morador daqueles espaços[1067]. Não substituíam os poços ou rios, mas serviam de paliativo e, em um futuro, como artimanha discursiva para demonstrar poder sobre a conquista e fazer valer certas barganhas. O interessante é problematizar como o Reverendo Paulo Barreiros pode ter usufruído quase que completamente de conhecimento dos ameríndios acerca daquelas "ervas bravias" e, ao comunicar suas ações ao monarca, colocou-se como se seu Deus ou sua inteligência particular foi que garantiu a sobrevivência dele e daqueles naturais descidos, "subordinados" a seu "poder" religioso.

Se forem tomadas como vestígios concretos essas situações nas décadas finais do XVII, compreende-se com mais afinco os sertões da Vila de Penedo do Rio de São Francisco como espaço propício a viajantes, ermitões, bandidos em fuga e povoamento dinâmico, o que causava transtorno e, ao mesmo tempo, planos de conquista pelos homens das vilas próximas e o Estado lusitano, representado na Capitania de Pernambuco. Da mesma feita, a vida não era tão estéril como pode parecer ser pelos documentos escritos na época. É latente que quando as ervas e as frutas bravias aparecem nos discursos, estão sempre em situação de emergência ou de privação dos homens de acordo com as experiências nos sertões. Porém, a existência desses indivíduos e dessas ocorrências faz pensar que, mesmo empobrecida e desqualificada, uma civilização do couro era demasiadamente rica materialmente, pois tinha que se virar com a agricultura de brejo, pesca de rio, caça de mato, ervas e frutas da caatinga. Com as vivências dos que adentravam nos sertões no século XVII, foi-se aumentando estratégias de sobrevivência e ocupação que deveria resguardar e aglutinar a ocupação territorial segura biológica e comercialmente pelo gado, com as "culturas" dos ameríndios, proporcionadas pelo que a natureza dava. Para ousar mais: o sertanejo não é necessariamente um vaqueiro, mas um vaqueiro deveria focar em ser um sertanejo. Levando a ousadia para outro patamar: as ervas bravias e frutos agrestes poderiam servir de norte para futuros currais de gado e lavouras de subsistência que por sua vez seriam encaradas como localidades promissoras para se tornarem boas sesmarias e espaços habitados.

[1067] HOLANDA. Op. Cit., 1994, pp. 39-40.

7. 6 As caças

As caças de animais eram variadas e obedecem ao conhecimento que se tem atualmente sobre a geografia das Alagoas, bem como dos rastros documentais que ficaram. Seguindo a esteira desses segundos, pode-se pôr em prática o pensamento de que uma superabundância de víveres foi muito mais um exagero do que uma realidade, como foi tratada por Gândavo:

> Finalmente que desta e de toda a mais caça de que acima tratei participam (como digo) todos os moradores, e mata-se muita dela à custa de pouco trabalho em toda parte que querem: porque não há lá impedimento de coutadas, como nestes Reinos, e um só índio basta, se é bom caçador, a sustentar uma casa de carne no mato, ao qual não escapa um dia por outro que não mate porco ou veado, ou qualquer outro animal destes de que fiz menção[1068].

Brandão diz o mesmo para Pernambuco, com seus excessos de costume:

> Contém em si toda a Capitania [de Pernambuco] cinquenta léguas de costa, que toma princípio de onde parte com a Ilha de Tamaracá até o Rio de São Francisco, e dentro nelas há (...) criações sem conto de gado vacum, cabras, ovelhas, porcos, muitas aves de volataria e outras domésticas[1069].

É óbvio que animais tinham até demais, mas eles não apareciam na frente dos homens e se tornavam presas fáceis de serem caçadas e comidas. Estratégias eram elaboradas, e penúria existiu. Tiros foram disparados, flechas lançadas e armadilhas construídas para pegar "Peixes (...) um grande pássaro chamado Enijima (...) porcos do mato (...) dois patos (...) e alguns jacus", para lembrar o exemplo do Capitão João Blaer. Todos esses animais serviram para satisfazer as energias vitais dos homens que entravam nos sertões para conquista-lo, de ameríndios que viviam por lá e se reproduziam e dos negros mocambeiros que tiveram que se virar nas matas densas tendo apenas inicialmente a roupa de seu corpo (e olhe lá)[1070]. Quando Gonçalo Moreira da Silva, Capitão de uma infantaria do Terço que foi de Domingos Jorge Velho, se enveredou nas áreas palmarinas em aproximadamente 1685, com seus 150 homens, se viu em complicadas situações de batalhas e carestia de alimentos. Para impedir a morte de muitos, pois estavam a "quatorze dias sem mantimento algum", se viu necessitado de "buscar bichos agrestes para se sustentar e seus soldados"[1071]. Esses "bichos", tomando como base o

[1068] **História da Província**, 1995b [1576], p. 77.
[1069] **Diálogos**, 1997 [1618], p. 32.
[1070] **Mocambos**, 2010, pp. 167-169, 221, 334. Citação referente ao Diário da Viagem de João Blaer, em 1645.
[1071] "A tática palmarina". In: **República**, 2004, p. 77.

depoimento dos batavos, de Gândavo, de Sousa e de Brandão, poderiam ser porcos, patos, galinhas (macucocagoás, jacus), tatus, capivaras, antas, cotias, pacas, coelhos, etc.. Esse tipo de caça se tornariam um complemento, e até mesmo uma segunda opção, àqueles que tinham meios e terrenos para caçar e/ou que não tivessem rendas suficientes para investir em gado ou comprar as carnes. O terreno era também favorável, visto que graças aos rios e lagoas da região das vilas de Alagoas e Porto Calvo, encontrar-se-iam "muitas perdizes, pombas e rolas como as deste Reino, e muitos patos e adens bravas".

O batavo Wagener indicava que no Rio de São Francisco, em relação às Capivaras, "todos os dias capturam-se muitas delas". Quem sabe pode-se imaginar que, ao avistar um rio, os homens se alegravam simplesmente pela possibilidade de encontrar caça ali. Da mesma maneira, ao verem determinados animais, sabiam que ali por perto encontrariam água; que foi o que aconteceu com os holandeses que se desbravaram em Palmares. Diogo do Campos Moreno, em 1612, elogiou em demasia a quantidade e facilidade de caça nas margens do Rio de São Francisco:

> Neste grande Rio entrão outros Rios muitos, dos quaes a mor parte secão no Verão, e no tempo que as aguagens decem de cima sae este Rio demadre[?], e alaga de hua parte, e da outra pellos vales mais de duas leguoas de terras, e recolhido a may deixa grandes laguoas, com tanto peixe, que hé cousa incrivel, ao qual acode grande copia de aves; e de animais silvestres, e tantos porcos, e bichos do mato, que se fazem delles todo o anno grandes chaçinas, e nas laguoas grandes pescarias, de maneira que hé hum dos sittios de sy mais abastados, que tem a costa do brazil[1072].

Nos depoimentos de Sousa, tanto a região entre a Fortaleza de Tamandaré (rio formoso) e o Rio Maracaípe, era propícia à caça, bem como as margens do Rio de São Francisco. Brandão em 1618 já indicava que no centro de Pernambuco as galinhas, patos e adens já tinham se tornado aves domésticas, enquanto que as Jacus eram consideradas aves de caça[1073]. Convém mencionar que técnicas de captura e de caça foram aprendidas com os ameríndios, somando com o fato dos senhores usarem os seus (escravizados) para prover sua morada com carne de caças do mato[1074]. Se os homens das expedições contra Palmares caçavam os animais

[1072] **Livro que dá razão**, 1968 [1612], p. 53.
[1073] **História da Província**, 1995b [1576], pp. 75-77, 84. **Tratado da terra**, 1995a [1576], pp. 20-21. **Tratado descritivo**, 2000 [1587], pp. 22, 26, 188-192, 210-216. **Diálogos**, 1997 [1618], pp. 168-169, 176-177. "Capybara". WAGENER. "Thierbuch". In: **Brasil holandês**, vol. II, 2007, p. 133.
[1074] HOLANDA. Op. Cit., 1994, pp. 67-70.

para se alimentarem, no outro lado do campo é interessante se ater à hipótese dos palmarinos criarem aqueles animais[1075].

Proposição essa cabível, pois como bem salientou Charles Boxer: "os povos dessa região de savana a sul da floresta equatorial, entre os quais os congoleses e os bundos ou ambundos (...) domesticaram vários animais – porcos, ovelhas, galinhas e, em algumas zonas, gado"[1076]. Suas experiências como escravos fizeram alguns deles terem se especializado em conhecimento, captura e criação de alguns dos bichos que alimentavam os senhores e até mesmo os próprios nas senzalas. A união de técnicas africanas, lusitanas e ameríndias pode ter servido dos palmarinos (em alguns mocambos) para produzirem seus próprios víveres, e não ficarem excessivamente presos à caça, o que os deixaria expostos, podendo representar perigo, uma vez que as armadilhas ao longo das matas certamente alertariam os conquistadores como João Blaer: "tem mocambeiro por perto".

Tudo que se escreveu até agora, adveio de depoimentos dos luso-brasileiros responsáveis por gerirem expedições para Palmares, viagens para Minas de Salitre, ocupações dos sertões do Rio de São Francisco, do Mundaú e do norte de Porto Calvo. Suas alimentações e regimes tinham requintes europeus, apesar de usufruírem e muito das frutas da terra da América. Mas isso não era uma espécie de ação social que demonstrava que o português era uma pessoa inclinada a agir com empatia aos territórios em que conquistava. A fala de Pyrard de Laval – que, mesmo sendo francês, não deixa de ser europeu – é importante para ser trazida novamente: os gêneros alimentícios continuavam sendo observados como sustentáculo dos grandes artigos como o açúcar, tabaco e pau-brasil. Apesar disso, eles (os luso-brasileiros) tinham que sobreviver naqueles terrenos diferentes do que encontrava no "velho mundo", e para isso se alimentavam a partir dos gêneros que seus escravos também comiam, sendo uma das diferenças a própria hierarquização na distribuição alimentar e na maneira como se cuidavam dos cativos.

7. 7 Negros e ameríndios na fundamentação da alimentação americana

Afirmou-se em capítulos passados que os conhecimentos geográficos e naturais dos escravistas só passaram a existir com a apropriação dos vestígios, dos rastros, dos indícios que os africanos e ameríndios deixavam nas matas, como sítios arqueológicos que eram decifrados, e reutilizados pelos luso-brasileiros, através de suas mãos, ou, na maioria das

[1075] **História da América portuguesa**, 2011 [1730], p. 336
[1076] BOXER. Op. Cit., 2002, p. 111.

vezes, usurpando o trabalho alheio. Se os negros deram pistas aos seus perseguidores acerca do tipo de natureza que fazia parte dos "sertões", também contribuíram em sua alimentação ao deixarem lavouras ainda de pé, no momento de suas fugas. Seus avanços e desenvolvimentos tornavam explícita a capacidade das terras almejadas por seus perseguidores. Nesse ínterim, os inúmeros militares que entraram nas matas, praticamente transformados em Capitães-do-Mato (duvida-se que eles aceitassem esse título e tratamento), caçaram os homens como bestas, e seus rastros foram utilizados para estabilização de uma "história" que servisse para a guerra e batalhas futuras, ao mesmo tempo em que contribuía para a "história" que eles fundamentavam (cristã, escravista, de suas vidas) e pretendiam propagar e perpetuar[1077].

Acerca dos escravos rebeldes, é importante estabelecer que suas fugas em direção a uma vida livre foram essenciais para desbaratamento dos sertões e do aumento de conhecimento de utilidade de plantas das matas densas. Sobre os palmarinos, parte de sua alimentação provinha de milho, mas tinham as pacovas e os canaviais abandonados que eram de uso em momentos de fome. Apesar da visão idílica de uma vida livre e ausente das instituições repressivas da sociedade luso-brasileira, as carestias e sofrimento fizeram parte de mocambos. João de Blaer, o batavo, encontrou em sua expedição dois mocambos bem estruturados, um destruído e abandonado, e outro em pé e ativo. O primeiro foi considerado pelo Capitão como um sítio insalubre, tendo sido abandonado fazia uns três anos (ou seja, desde 1642). A alimentação daqueles negros mortos e fugitivos poderia ter sido a caça, os peixes, as roças e as pacovas, visto que as armadilhas, os rios por perto, as cisternas no meio do mocambo, as roças e plantações deixadas pelos negros ajudam nessa interpretação pelos perseguidores. O segundo mocambo, ativo, teria tido as mesmas características do primeiro, contando com as frutas silvestres e possivelmente as raízes, somando com as Palmeiras que foram largamente utilizadas pelos mocambeiros:

> comem o interior dos cocos e destes fazem os seus cachimbos e comem o exterior dos cocos e também os palmitos; dos cocos fazem azeite para comer e igualmente manteiga que é muito clara e branca, e ainda uma espécie de vinho; nestas árvores pegam uns vermes da grossura de dum dedo, que comem pelo que tem em grande estima estas árvores[1078].

[1077] Esse *insight* das pistas, rastros, vestígios, caça, mato e formulação de uma "história" que servisse a um objetivo, foi retirada das provocações de GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário". In: GINZBURG. Op. Cit., 1989, pp. 151-169. Sobre os Capitães-do-Mato e suas atividades, cf. LARA, Silvia Hunold. "Do singular ao plural – Palmares, Capitães-do-mato e o governo dos escravos". In: REIS. GOMES. Op. Cit., 1996. MOTT, Luiz. "Santo Antônio, o divino capitão-do-mato". In: REIS. GOMES (orgs.). Op. Cit., 1996.

[1078] "Diário da viagem (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 169-171.

As Palmeiras já eram conhecidas na Bahia e possivelmente em Pernambuco e litoral das vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, desde os tempos de Gabriel Soares de Sousa, em 1587. A diferença dos cocos entre as palmeiras de Cabo Verde, que foram transportadas para o Brasil, e as da Índia, era grande e atraia o interesse dos habitantes. Existiam alguns outros tipos: as Palmeiras "naturis" do Brasil, de acordo com Pero Vaz de Caminha, eram "não muito altas", apesar de terem bons palmitos[1079]; Das Palmeiras chamadas de Pindobas, tiravam os ameríndios da Bahia no XVI quase o mesmo tipo de alimento e uso que os mocambeiros do século XVII. Mas em outras, como a Anajá-mirim, Japeraçaba, Pati, Buri, Piçandós, Ururucuri e Patioba, davam, às suas maneiras, coco, palmito e chances de extração de azeites. A Ouricuri (Ururucuri), encontrada nos sertões da Bahia, "têm tronco fofo, cheio de um miolo alvo e solto como cuscuz, e mole; e quem anda pelo sertão tira este miolo e coze-o em um alguidar ou tacho, sobre o fogo, onde se lhe gasta a umidade", resultando dali "a que chamam farinha-de-pau". A Pati e a Patioba tinham cascas e as folhas propícias para fazerem e cobrirem casas[1080].

Em Pernambuco de 1618 também já se utilizavam cocos para extrair azeite, bem como sabiam da manufatura de diversos vinhos (açúcar, mel, caju, palma, coqueiros) e palmitos de palmeiras locais[1081]. Enquanto que no período holandês, Zacharias Wagener não deixou de relatar o uso de lagartas como alimentação dos negros: "as lagartas verdes que se encontram nos coqueiros ou nas palmeiras", "os negros tiram-lhes a pele, assam-nas um pouco e comem-nas"[1082]. Convém ressaltar que tal "especiaria" estaria ligada a um estado de necessidade extrema. Para indivíduos como os escravos e livres de baixa condição, qualquer alimento valia, pois poderia ser considerada questão de vida ou morte. Que não o fosse para o "branco", mas as circunstâncias desse último eram totalmente opostas. Os primeiros eram vítimas e os segundos se colocavam em situação de penúria por interesses particulares e de privilégios. Em termos de economia material, a civilização do couro e açúcar enriquece-se se entrar em conjunção com a civilização da palmeira. A experiência dos negros escravizados no litoral, em conjunção com os ameríndios também escravos ou que encontravam nos sertões, a partir de um conhecimento também prévio dos lusitanos em relação as palmeiras da Índia, deve ter servido nesse constante reaprendizado do uso das Palmeiras.

Com mais expedições, bem como aprisionamentos e fugas dos próprios mocambeiros em direção ao litoral, mais foi se conhecendo da vida dos mocambos no que concernia a

[1079] CAMINHA. **HCPB**, 1923 [1500], pp. 94, 97 [fólios 14 e 21]
[1080] **Tratado descritivo**, 2000 [1587], pp. 129, 158-160.
[1081] **Diálogos**, 1997 [1618], pp. 147-148, 153.
[1082] "Isoco". WAGENER. "Thierbuch". In: **Brasil holandês**, vol. II, 2007, pp. 156-157.

alimentação dos negros. A impressão que se tem é a de que conhecimentos como os de Gabriel Soares de Sousa, provenientes de sua vida baiana, não eram levado em consideração para os pernambucanos, que se surpreendiam, ou pelo menos, escreviam com um leve teor de respeito retraído, com a capacidade dos negros mocambeiros de extrair tantos produtos e usos das Palmeiras; criando a "equação" Palmeiras = terra fértil. Ou, visto de outra maneira: Palmeiras = fertilização da terra. É como se a Palmeira fosse vista como uma árvore que se daria bem em um espaço colonizado, mas que não era vista como uma planta com capacidade "colonizadora". Essas árvores, bem como o milho e as roças, sempre foram relacionadas aos mocambeiros e os negros fugitivos. As caças e capacidade de sobrevivência pela extração animal terrestre, aquático e aéreo também acompanharam os progressos e vida dos mocambeiros, que possivelmente trouxeram aprendizados de suas terras natais (ou ensinaram para os nascidos na América), ao mesmo tempo em que teriam aprendido algumas técnicas com ameríndios fugitivos da escravidão. O tipo de agricultura e técnicas de caças e produção de alimentos variava de mocambo para mocambo, o do Outeiro da Barriga, o mais fortificado, é tratado como um "mocambo ideal", devida a sua variada gama de produção material, vale a pena sua transcrição, mas guardando a ressalva de que ela não pode ser transplantada para todos os espaços palmarinos:

> Nestes Palmares em que assistem os negros há um lugar, a que chamam o outeiro da Barriga, que em algum tempo habitaram com fortificações que fizeram de estacadas e fossos para defenderem melhor a grande povoação que aí tinham com todas as conveniências e comodidades para seu sustento, porque os rios lhe davam peixes, os matos caça, os troncos mel e as palmeiras ramos com que cobrem as casas, como também das mesmas folhas fazem panos para se vestirem, além do sal, azeite e vinho, que a indústria humana soube tirar daquelas abundantíssimas e fertilíssimas árvores[1083].

Os acréscimos de alimentação e habilidades de transformações de gêneros chegaram com as expedições de destruição sistemática da década de 70 do século XVII, onde se encontrou o relato de que das Palmeiras, além do azeite, vinho, manteiga e sal, fazia-se também bom material para cordas, casas e roupas[1084]. Em um parecer anônimo e sem data (provavelmente 1694), os "mantimentos silvestres" dos quais os palmarinos comiam para sobreviver (e que era necessário conquistar para privá-los da comida) eram "cocos, palmitos e

[1083] "Planos para a destruição de Palmares (I)". In: **República**, 2004, p. 96.
[1084] "Relação das Guerras (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 220. Como foi escrito em capítulo passado, essas ações na Palmeira já eram comuns na região do Congo, cf. BRAUDEL. Op. Cit., 2005, vol. I, p. 156.

mel"[1085]; claro retrato da produção e reprodução da engenhosa, mas limitada, alimentação dos negros por consequência da mobilidade reduzida pelas guerras. O mel, por exemplo, tão romantizado por ensaístas como Dirceu Lindoso[1086], não pode ser encarado apenas socialmente como um mantimento mais "povo", em contraposição a um açúcar, mais "nobre", mas que também está relacionado com a vida nas brenhas da mata, pois os paulistas foram usufrutuários daquele gênero em suas longas andanças[1087]. O cultivo do mel nos litorais e inclusive os elogios ao hidromel já era recorrente na vida cotidiana dos homens do litoral[1088]. Ter sido um papa-mel pode indicar para os dias atuais que a vida poderia girar fora do açúcar, mas que mesmo assim era-se sempre necessário o suporte de outros alimentos.

Terem encontrado pacovas em áreas palmarinas é outro ponto importante, principalmente se considerarmos estes em associação com os relatos mais caros ao litoral, dados por Gândavo e Sousa. A banana era um alimento que agradava ao paladar dos homens e serviam como complemento de alimentação, pois dava "o ano todo"[1089]. Os palmarinos, negros e ameríndios fugidos da escravidão, vivenciavam esse estilo de comida e sabiam como se comportar perante as bananeiras. Podia-se até mesmo se alimentarem com ela e darem uma importância maior do que os homens que estavam mais perto do oceano atlântico e das principais vilas. Domingos Jorge Velho, quando foi escalado para ir lutar em Palmares, parou na região dos Garanhuns com suas tropas e lá se abasteceram de "um bananal dos negros"[1090]. Quando junta-se essa colocação do diarista do capitão João Blaer em 1645 com os estilos de sesmarias que foram dadas aos paulistas que conquistaram Palmares, veem-se características que extrapolam, ou pelo menos complementam a civilização do açúcar e a civilização do couro para os espaços do litoral e sertanejo das vilas ao sul da Capitania de Pernambuco. Além de gado, peixes e farinha, colocam-se as já naturais bananeiras e árvores de espinhos (laranja e limão). Retratadas desde 1576 e utilizadas pela população[1091], convém hipotetizar que, em regiões distantes dos litorais e das principais vilas e povoações, esse tipo de fruta – somando com os legumes já tratados anteriormente – era, além de garantia de sobrevivência, um meio de iniciar uma acumulação para futuras lavouras e cabeças de gado. Rocha Pita, atravessando o XVII e vivendo no primeiro quartel do XVIII, já dava a informação de que as

[1085] "Pareceres acerca da Campanha (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 349. Ver também "Os 'exorbitantes desaforos' dos Palmarinos". In: **República**, 2004, p. 50.
[1086] LINDOSO. Op. Cit., 2011, pp. 103-104, 115-138
[1087] HOLANDA. Op. Cit., 1994, pp. 43-54.
[1088] **Diálogos**, 1997 [1618], p. 146.
[1089] "Pacoba". WAGENER. "Thierbuch". In: **Brasil holandês**, vol. II, 2007, p. 96.
[1090] **História da América portuguesa**, 2011 [1730], pp. 339-340.
[1091] **Tratado da terra**, 1995a [1576], p. 20. **História da Província**, 1995b [1576], pp. 69-71. **Tratado descritivo**, 2000 [1587], pp. 128-129, 149-150.

bananas substituíam a farinha na dieta dos homens – "na falta da farinha", ou seja, provavelmente em épocas de carestia, plantação ou aumento de preço[1092].

7. 8 Paraíso do açúcar, purgatório dos legumes, inferno das ervas bravas

Reforça-se, dessa maneira, a interpretação de que, a riqueza posterior das vilas ao sul de Pernambuco, em cima do açúcar, tabaco e gado, só foi possível por conta das utilizações prévias dos gêneros que havia na América. A constatação, no âmbito da América portuguesa, é mais antiga, mas viu-se que demorou-se muito para que tais instigações de pesquisa chegassem a Alagoas[1093].

Os gêneros de "subsistência" serviram tanto como pontapé para outros produtos que exigiam mais cabedal, como continuaram sendo a base de sustentação dos habitantes, econômica e socialmente. Para reforçar o raciocínio, é interessante observar Ambrósio Brandão, Senhor de Engenho pernambucano, em 1618, falando de sua residência, que as laranjeiras e os limões eram árvores e frutos mais caras a jardins, sendo cultivados nas casas-grandes[1094]. Quando se observa os paulistas nos finais do XVII e início do XVIII colonizando as partes de Palmares, veem-se, com seus currais de gado, algumas lavouras de tabaco a importância que as árvores de espinhos tinham para sua manutenção. O óbvio, todavia, aparece como uma sombra anti-ousadia: tabaco não se come, e a laranjeira apareceria como manutenção biológica, e não como garantia de renda. Mas tabaco também não nasce do nada, sendo necessário cabedal para plantar, bem como para comprar mais gado e outros apetrechos.

Interessante observar que as ervas bravias e frutos do agreste quase sempre não são exemplificadas. Os luso-brasileiros se encontravam na metade-finais do século XVII e um ligeiro conhecimento de botânica já era existente na Europa e na própria América a partir da cultura popular e da erudita. Ao abrir um livro como o de Zacharias Wagener, com pinturas e descrições de tantos alimentos, ficamos tentados a descobrir essas ervas e frutos do agreste a partir do que podemos encontrar hoje nos sertões. Caminho perigoso e que impede novas problematizações: **1)** perigoso por conta do anacronismo e de uma concepção que pode ser vulgarizada do "tempo imóvel" ou da "geografia imóvel", como se o homem não tivesse poder de influenciar na natureza e geografia de um espaço. Novas problematizações que **2)**

[1092] **História da América portuguesa**, 2011 [1730], p. 44.
[1093] LAPA, José Roberto do Amaral. "O interior da estrutura". In: SZMRECSÁNYI (org.). Op. Cit., 1996, p. 163. A "estrutura", da qual Amaral Lapa faz referência, é a do "Sistema Colonial".
[1094] **Diálogos**, 1997 [1618], pp. 162-163.

podem ser pensadas seguindo os rastros que, vistas como de baixa "utilidade", o homem (luso brasileiro, africano, ameríndio, mestiço) foi "colonizando" os espaços mais distantes dos litorais não apenas com os produtos de subsistência (arroz, mandioca e gado), mas igualmente com as próprias frutas e árvores do litoral (desde que soubesse fazer as irrigações necessárias, não ficando dependente das chuvas). Uma terceira problematização é por conta de **3)** uma "concepção utilitarista" em relação às plantas do novo mundo: só se davam atenção àquelas em que a Europa poderia se valer[1095]. Essa linha de raciocínio pode ser remanejada para Alagoas: a existência de uma concepção utilitarista de mercado e bélica. Por isso têm-se tantos alertas em relação à farinha, aos peixes, às bananas, aos feijões e ao milho. As abóboras só foram citadas uma vez nas Minas de Salitre; a rapadura, sempre lembrada por Capistrano de Abreu, é "inexistente" nos documentos; o mel, palmito, coquinhos era comida de quilombola "delinquente"; ervas bravia e frutos do sertão era sustento de ameríndio "selvagem", que não teria "capacidade" de lavrar e criar animais. Quando a leitura se torna a contrapelo, despem-se as fontes de seus excessos a alguns alimentos (mas mantendo sua importância) e passa-se a pôr em funcionamento com um espectro maior que poderíamos chamar de "subsistência" (retirando também a carga pejorativa de "segunda qualidade" ou de "subalternização").

Nunca se esquecer dos conflitos e da divisão social é outro fator chave (o mais importante) para se entender a alimentação e a conquista da terra americana, tirando de certos "heróis" seus protagonismos e exaurindo determinados gêneros de seu "reinado". As ervas bravias, portanto, não representavam apenas lugares "não domesticados" ou "não cultivados", mas serviam de pontapé para atiçar aqueles espaços para serem desbravados, principalmente se forem levados em conta a existência de ameríndios (promissores escravos, trabalhadores, aldeados).

As experiências sociais daqueles habitantes demonstravam que comer era essencial para os planos de Estado, como em 1704, quando a Rainha invocava a criação de mais Terços de soldados Auxiliares a partir dos Regimentos de Ordenanças para lutarem contra os "Negros Rebeldes, e Tapuyas" (apesar do peso dos "grupos", nada sobre Palmares ou Rio de São Francisco é mencionado). A estratégia da Monarca, além da entrega de armas, era que aqueles homens que "tiverem algûm tempo, para que possão hir acodir ao trabalho das suas lavouras, e virem os outros em seu lugar e desta maneyra ficarão as suas cazas com defença e as praças

[1095] TEIXEIRA, Dante Martins. "O 'Thierbuch' e a 'Autobiografia' de Zacharias Wagener". In: **Brasil holandês**, vol. II, 2007, p. 12.

igoalmente com os Soldados das Ordenanças"[1096]. Apesar das crônicas reclamações de soldo, fardas e armas, os mantimentos significavam a essência da estruturação da defesa nos diferentes locais de Pernambuco, especialmente as vilas mais ao sul[1097].

Sem comida, não era possível nem ao menos defender a produção de açúcar, tabaco e gado, em todos os vieses possíveis. Essa política existia desde os tempos de Duarte Coelho, que apesar de sua atenção à cana de açúcar e ao pau-brasil, não deixava de lado a subsistência. Nassau-Siegen foi outro que também prestou atenção na necessária relação economia-mundial ↔ mercado local, ao patrocinar ações como a produção de açúcar e o tráfico de escravos, mas igualmente a plantação de gêneros nos sertões e nas vilas do sul. Portugal continental sofria do mesmo nos finais do século XVII: rico pela recuperação do açúcar e a alavancada do tabaco e do vinho, mas pobre de gênero alimentício, necessitando de importações de provimentos básicos, como o trigo[1098]. Ter saído de uma situação bélica (holandeses) para outra (palmarinos e ameríndios), os luso-brasileiros de Porto Calvo, Alagoas e Penedo sofreram as consequências de manterem tanta atenção aos artigos que conferiam riqueza e nobreza (tabaco, gado e açúcar), mas também estabeleceram a dupla ocupação do espaço priorizando em muitos momentos a plantação e elevação de sítios de subsistência. Fora da questão bélica, a própria penetração nos sertões do Rio de São Francisco, a partir de novas sesmarias, que criavam caminhos de boiadas, também exigia a consciência da importância dos alimentos para manutenção dos viajantes e dos próprios animais[1099]. Observar as Minas de Salitre sendo planejadas não apenas pelo gado, mas igualmente pelos legumes faz o raciocínio tomar força.

Os ameríndios e mocambeiros, tantas vezes retratados na documentação como ladrões e delinquentes bárbaros (e aqui têm-se um certo "que" dos bárbaros que invadiram as possessões do Império Romano), que desciam para os litorais para afanar as comidas e roubar gado, foram agentes históricos essenciais na ocupação dos locais mais afastados do litoral e propagadores indiretos de uma economia possível fora do círculo do açúcar. De surrupiadores, uma leitura atenta nas evidências históricas mostra-os como verdadeiros trabalhadores e instigadores na fundamentação de uma economia das matas e sertaneja.

Educar e doutrinar também eram exercícios tão pesados quanto guerrear e matar. Quando os missionários foram enviados para as aldeias e arraiais nos sertões de Palmares, muitos entreveros aconteciam. O Arraial de São Caetano, de propriedade de Cristovão

[1096] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 329v-330.
[1097] Sobre a comida dos milicianos "pernambucanos", SILVA. Op. Cit., 2001.
[1098] HANSON. Op. Cit., 1986, p. 207.
[1099] PRADO Jr.. Op. Cit., 2011, p. 170.

Mendonça, Sargento Mor dos Paulistas, mais perto de Porto Calvo, sofria de carência de peixes, e o responsável pelo Terço dos Paulistas assim pediu que o Rei "pudesse situar o seu Arrayal e villa para a parte do mar, que da mesma terra doz Palmares meyo dia de jornada da parte onde asistem", o que ocasionaria "milhores conveniências, no provimento dos mantimentos de que elle e os ditos Missionarios se possam sustentar"[1100]. Repetindo o raciocínio passado: sem comida, a religião não conseguiria impedir os desvios de fé e moral, ocasionando a corrosão do corpo social que deveria resguardar a saúde da população luso-brasileira escravista, principal produtora do tabaco, açúcar e gado.

E a mandioca merece um andamento só dela. Quando escreveu sobre as plantas de civilização (trigo, milho e arroz), Fernand Braudel teceu uma justificativa: "pois não quisemos, após reflexão, incluir nelas a mandioca que, na América, só serviu culturas primitivas e regularmente medíocres". E faz a comparação com o milho: "O milho, pelo contrário, sustentou sem fraquejar o brilho das civilizações ou semicivilizações dos incas, maias e astecas, autênticas criações suas. Teve depois, em escala mundial, um singular destino"[1101]. As expressões "cultura primitiva", "civilizações", "autênticas criações suas" e – crê-se a mais importante para o historiador francês – "escala mundial", dão uma ideia de o porquê da mandioca não figurar como uma "planta de civilização". Se formos levar em consideração que os ameríndios não formavam um Império já serve para diminuir o peso das citações acima. A mandioca não ter se propagado mundialmente também não é lá parâmetro para encarar uma planta como civilizacional ou não. Fernand Braudel depois alivia a situação da farinha e tenta explicar sua posição:

> Se podemos negar à mandioca o título de planta dominante não é porque a farinha-de-pau (...) seja um alimento inferior. Pelo contrário, ela é hoje, em muitos países africanos, a muralha contra a fome. Mas, adotada por culturas primitivas, não lhes escapou depois: ficou sendo na América, como na África, alimento dos autóctones e não teve a promoção social do milho ou da batata. Mesmo nas suas regiões de origem sofreu a concorrência dos cereais importados da Europa. As plantas, tal como os homens, só triunfam com a cumplicidade das circunstâncias. Neste caso particular, foi a história [ou seja, os historiadores] que a traiu. A mandioca e os tubérculos dos países tropicais, o milho – certa cultura do milho – e as árvores frutíferas providenciais: bananeiras, árvores-do-pão, coqueiros, palmeiras de óleo, estiveram ao serviço de grupos de homens menos privilegiados do que os homens do arroz ou do trigo, mas que ocupam com perseverança grandes espaços[1102].

[1100] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 298v-299.
[1101] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, p. 139.
[1102] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, p. 153. Colchetes meus.

Despindo a pretensão de colocar a farinha como uma grande planta (um novo "açúcar", posição mais ideológica do que histórico-social), viu-se que, pelo menos para o sul de Pernambuco, a importância da farinha de mandioca e seu cultivo mexiam com praticamente todos os alicerces da sociedade. Passava da manutenção dos homens trabalhadores, pelas políticas de estado de mercado e guerra, foi transmutada e reafirmada como guloseima e figurou no cardápio de todo o espectro social americano. Sem a farinha (e não somente o gado), os sertões do Salitre teriam passado por várias complicações de conquista. Sem a farinha, os padres, ermitões e militares sobreviveriam de ervas bravias e caças. Sem a farinha, os holandeses passariam fome. Sem a farinha, os milicianos anti-palmares não fariam tantas entradas. Do outro lado da moeda: Sem a farinha, os ameríndios foram empurrados cada vez mais para sertões difíceis de viver e também se valeram das ervas e das poucas caças. Sem a farinha, os mocambos tiveram que se virar com as palmeiras, caças, mel e frutos. Sem a farinha, tantos negros como ameríndios escravos morreram por má-nutrição. A farinha, portanto, pode não ter construído o caráter de uma civilização pré-conquista lusa, mas se consolidou e expandiu após o aparecimento do português e dos africanos.

A farinha tem esse seu duplo aspecto de vida: fundamentou o império lusitano na América e África como comida para homem branco e principalmente para escravo negro e ameríndio, e serviu aos homens subalternizados em suas campanhas de liberdade, ao mesmo tempo em que conferia vida aos futuros sertanejos e homens pobres dos sertões[1103]. No "aspecto psíquico" (leia-se: imaginário e mentalidade), Braudel vai ter em parte razão. A farinha não figurou no imaginário dos ameríndios como uma planta sagrada e muito menos cultuada de maneira monocultora. Os luso-brasileiros, apesar de elogiarem em demasia a farinha (principalmente por conta de suas contribuições), não vão dar significados bíblicos ou divinos (tal como deram ao açúcar). Farinha na época colonial era apenas uma comida[1104]. No

[1103] Sobre a mandioca nos espaços africanos, ALENCASTRO. Op. Cit., 2000, pp. 91-93. Braudel ressalta que as provisões americanas levadas para África tinha intuito de alimentar tanto os escravistas como os escravos que deveriam atravessar o atlântico, BRAUDEL. Op. Cit., vol. III, 2009, p. 399. Sampaio em 2014 alerta que esse fato não tem recebido atenção da historiografia, SAMPAIO. Op. Cit., 2014, p. 399-400.

[1104] Foi-se necessário séculos para que o homem do campo (o "campesinato formativo") desse mais atenção à farinha por conta de sua importância: "A farinha de mandioca é o alimento básico do campesinato formativo. O mundo rural da *pars borealis* não conhece dieta sem farinha. A farinha de mandioca tem presença universal na dieta rural: sob a forma de mingaus, de pirões (seco, escaldado, mexido, de camada, de rebolo) e farofas de água e sal, farofas condimentadas com picadinho de cebola, alho e coentros esparregados. A farinha de mandioca comida seca, jogada em bocados com a mão à boca, e acompanhando um pedaço de carne assada – de caça, ceará ou charque, carne de sol do sertão, carne de vento, peixe seco salpreso ao sol, guisados – ou engrossando os caldos de peixe, de marisco, de peixe amoquecado, de feijão ao tempero. Com a farinha de mandioca se faz o mingau para o doente, para o convalescente e é também, servida ao prato fundo, o caldo grosso de sustento. A casa de farinha, na época das farinhadas, é o centro de reunião da família e dos vizinhos, um dos raros momentos de solidariedade camponesa. Lá se trabalha dias inteiros e noites inteiras, conversa-se sobre os raros acontecimentos, troca-se experiências de trabalho, namora-se e se combinam amigações e casamentos. É a casa

segundo ponto (pós-conquista) quem sabe a "falta de importância" aparece por conta do mercado mundial não ter dado interesse, e nem que o "sentido da colonização" tenha conferido importância ao legume[1105]. A economia, nesse assunto, aparece para reformular certos comentários e linhas de raciocínio, para relativizar os que pregam que o Brasil estava, senão imune, pelo menos afastado dos "humores" da economia europeia. Mas não serve como contraponto que suplanta o "social", afinal, é difícil esperar um *status* elevado da farinha de uma sociedade europeia que não valorizava sequer o trabalhador – agora cada vez mais diminuído por conta da escravidão. Da mesma forma a farinha usada em momentos cruciais foi legada a comida de gente pobre e de quem estava passando fome. A fala de Antônio Vieira aparece mais uma vez como demonstrativo da "mentalidade" dos grupos de mando:

> As pessoas prudentes aconselham-nos a vestirmo-nos de algodão, a comermos mandioca e a voltarmos a usar arcos e flechas por falta de armas modernas; para que brevemente regressemos à selvajaria primitiva dos índios e nos tornemos nativos brasileiros em vez de cidadãos portugueses[1106].

Quando se recorta alguns momentos para acontecimentos mais locais, vê-se a farinha suplantar os produtos do mercado mundial: em 1704, o Governador de Pernambuco, enviou um pedido de autorização (ao Rei) para que os "Lavradores de Farinha" do Recife pudessem ter os mesmos privilégios dos Lavradores de Cana (de 1701), qual seja: que aqueles que tivessem até seis "pessas" (leia-se, escravos) não pudessem ser executados em suas dívidas (que tomassem seus negros como pagamento). O final do documento é assaz conveniente: "e paressendo[?] a V. Magestade conseda o mesmo privilégio aos Lavradores de mandioca, ***pois estes São os que sustentão a terra, e os mais só são Lavradorez da Sua Conviniençia***, pois vejo estas Capitanias em tão mizeravel estado de farinhas"[1107]. A Câmara da Vila do Recife entrou no meio e pediu que, assim como os Lavradores de Cana, que podiam lavrar com

---

do trabalho e da comida, da conversa e das alianças de família. É a oficina de trabalho e o clube vicinal. As farinhadas são o centro da vida rural, os raros momentos de convivência e relações solidárias de uma sociedade dispersas em sítios, arraiais, povoados e vilas. Se no agreste e no sertão esse ponto de encontro entre pastores ou vaqueiros é a vaquejada, nas matas são as farinhadas. Em vez do curral de pega e lide, a casa de farinha doméstica é rural. Ela é mais que um centro de produção da farinha de mandioca e dos beijus ou um centro de encontro vicinais. É a casa onde se fabrica o alimento universal dos camponeses formativos: a farinha de mandioca que dá o pirão, a farofa e o mingau e que se pode comer sob a forma de farinha seca, deixando-a dissolver à boca. Ou pilada junto com o camarão seco e pimenta seca, de preferência a malagueta. A casa de farinha é a casa da comida do mundo rural camponês. É nela que a família estoca o de comer futuro, pois a farinha pode ser guardada em sacos de aniagem e paneiros de vimes silvestres. É nela que se realiza o mutirão da farinha e do beiju. É nela que se faz o grande ágape camponês da solidariedade e da convizinhança. Só se pode definir a casa de farinha de um jeito: a casa da comida", v. LINDOSO. Op. Cit., 2019, pp. 223-224.

[1105] O mesmo alerta é também visto por Barickman para o século XIX "baiano", BARICKMAN. Op. Cit., 2003, pp. 122-127.

[1106] Padre Antônio Vieira, citado por BOXER. Op. Cit., 2002, p. 165.

[1107] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1957, fls. 1-1v. Negritos e itálicos meus.

menos de seis escravos, os de Farinha pudessem fazê-lo com menos de três, para garantir em um futuro a "abundancia de farinha"[1108]. A Bahia também sofria da mesma carência naquele ano de 1705[1109]. Pensar a mesma situação para espaços de Porto Calvo, Alagoas e Penedo é essencial, visto que em 1705 a Vila de Goyana se manifestou sobre a mesma lei, alargando ainda mais para os criadores de gado[1110]. Entretanto, até que ponto as experiências dos Holandes, Palmares, Salitre e Tamandaré atuaram como uma espécie de "vacina" nas vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo? A falta de incidência documental tem várias justificativas[1111], mas uma delas é importante trazer a tona: que no início do século XVIII as vilas ao sul de Pernambuco tinham seus roçados e abastecimentos pelo menos bem gerenciados, a ponto de não sofrerem com a falta do mantimento.

A riqueza que vai sustentar o couro, o tabaco e o açúcar de Alagoas, para justificar uma Comarca e seu Ouvidor em 1699-1712, partiria tanto de um aumento demográfico como de um mercado que gerasse renda para sustentação daquelas populações (pobres, ricas, sertanejas, açucareiras, litorâneas, etc). E, nesse sentido, a mandioca, os feijões, o milho, os peixes, as caças, as abóboras, as palmeiras, as árvores de espinhos, as bananeiras e inúmeros alimentos, amparavam a manutenção da vida material e econômica dos habitantes das vilas do Rio de São Francisco, Alagoas e Porto Calvo. Mas, a riqueza não pode ser dada apenas pelos dados econômicos mesquinhos e individuais, e nisso a participação das Capitanias do Norte no conjunto maior da América, em termos políticos, ajuda a apanhar melhor a ideia de uma Comarca nas Alagoas como reguladora de um espaço que, consequentemente, supria outro de maneira mais sutil. Em 1711, no período das invasões francesas ao Rio de Janeiro, o Monarca de Portugal exigia que toda embarcação que saísse do Recife para o Rio tivesse em sua carga farinha para suprir a carência da população da segunda vila[1112]. Apesar da Ouvidoria das Alagoas ter sido pensada em aproximadamente 1699 e aprovada em 1706, como é que um acontecimento de 1710-1711 iria influenciar a criação de um Magistrado se em nenhuma parte dos discursos havia menção às Capitanias da antiga Repartição Sul? É interessante observar esse ponto pela teoria do corpo político de Antigo Regime, aplicada na questão geográfica-política das Capitanias da América portuguesa. Em suma: gerenciar a justiça, visando a "boa saúde" de uma Comarca-conjunto Capitanias, era estratégia de resguardar um apoio quando outra assim o necessitasse. Apesar do Tabaco e do Salitre ter sido mencionado,

[1108] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1967, fl. 1.
[1109] FERLINI. Op. Cit., 2003, p. 120.
[1110] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 2004, fl. 2.
[1111] Perdas no decorrer do século e arquivos não consultados são as principais.
[1112] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 406-406v

e do Açúcar ser o produto principal da conquista, não se pode perder de vista os gêneros alimentícios mais básicos como essenciais para a conservação não apenas biológica, mas estrutural das populações espalhadas pelo continente, e isso influenciaria na própria manutenção do domínio lusitano.

8 OS ANIMAIS [COMO] CONQUISTADORES

São comuns na historiografia do "Brasil Colonial" as referências aos animais como alimento ou como meio de assentamento socioeconômico. Entretanto, tal como acontece com o Açúcar, as interpretações sobre o gado hoje em dia encontram-se generalizadas para espaços excepcionais ou ensaios demasiado amplos. Uma explanação é ver o gado pelo prisma das sesmarias e da história que gira em torno dos "grandes pecuaristas", como os D'Ávila, ou Antônio Guedes ou a estirpe dos Vieira Ravasco: latifúndio, colonização dos sertões, ampla rede de vaqueiros, apadrinhados e ameríndios escravos e alforriados; sem mencionar as regiões dos sertões da Bahia e do Piauí[1113]. A segunda explicação é a ainda repetição da magistral definição de Capistrano de Abreu sobre a "civilização do couro", que abarcaria o período do início da colonização e que chega até mesmo ao período republicano, envolvendo tanto pessoas poderosas como um D'Ávila ou gente sertaneja pobre e comum[1114].

Que o gado, bem como cavalos e éguas, foi imprescindível para colonização dos sertões é fator comum – se bem que apenas a longa duração sustenta essa tese. Tal afirmação, contudo, deve ser complementada a partir de uma argumentação onde os "momentos do movimento", são indispensáveis no entendimento de uma trajetória ou processo histórico. Muitas vezes as interpretações feitas a partir das experiências dos D'Ávila e dos escritos de Capistrano de Abreu faz crer que o gado era um agente natural e quase absoluto nos sertões. Entende-se também que as colonizações foram progressivas, mais seguras e com menos chances de fracassos, ao contrário do que acontecia nos litorais a partir das lavouras de cana e de tabaco. E que os sertanejos e vaqueiros, mesmo não sendo necessariamente riquíssimos e poderosos, poderiam com uma pequena parcela de bois e vacas atingir um cabedal interessante e uma boa maneira de viver a partir de seus produtos naturais[1115]. A violência e a conquista dos sertões por meio de genocídios e escravismo não são postas de lado, mas a sensação de que se está praticamente falando de algum tipo de "democracia" aparece às vezes para nublar algumas conclusões[1116]. Nesse ínterim, o curioso é que Capistrano de Abreu traça

[1113] CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre**: uma dinastia de pioneiros, Livraria José Olympio Editora,1958. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo – a casa da torre de Garcia D'ávila:** da conquista dos Sertões à independência do Brasil. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. SAMPAIO. Op. Cit., 2014, p. 399-400.

[1114] ABREU. Op. Cit., 1963, p. 147. Ver também SCHWARTZ. Op. Cit., 2011, p. 201, que ressalta "criadores de gado do calibre de Antônio Guedes de Brito e João Peixoto Viegas".

[1115] PRADO JR. Op. Cit., 2011, p. 201.

[1116] LINDOSO. Op. Cit., 2011, pp. 33-37. LINDOSO. Op. Cit., 2011, pp. 33, 43 (sobre a "democracia" dos sertões), 84-85 (sobre uma vida nos sertões que mistura um tanto os ricos e pobres e os séculos coloniais com o

uma vida muito da sofrida para o início da colonização: "Os primeiros ocupadores do sertão passaram vida bem apertada" é a frase que abre o seu mais citado parágrafo (vide nota anterior). Frédéric Mauro, indo na contramão de vários estudiosos brasileiros, arrematou desde 1960:

> Na realidade, tudo isto [a civilização do couro] é embrionário antes de 1670, e falar da grande fazenda de gado com o seu vaqueiro auxiliado pelas fábricas, é sempre mais ou menos falar do séc. XVIII ou mesmo do séc. XIX[1117].

A história é escrita quase sempre pelos vencedores, como estamos cansados de saber – e de criticar. E o gado foi "vencedor" na conquista da América pelos lusitanos. Entrou, morreu, sobreviveu, se alimentou, se reproduziu, se adaptou, conferiu alimentos, deu dinheiro, atribuiu até nobreza e hoje é impossível pensar o sertão sem ter em mente a imagem de uma vaca, de um boi, de um cavalo ou de um simples e humilde burrico. As experiências fracassadas, bem como os momentos de construção de uma sociedade vaqueira e os perrengues daqueles que se aventuraram, são normalmente esquecidos ou postos de maneira para fazer um contraponto *pro forma* à vitória dos bois e vacas pelos "famintos e agrestes sertões do mundo" para citar a minha mais preferida expressão dramática de Domingos Jorge Velho[1118].

Voltar a um momento histórico, recortar acontecimentos e fazer problematizações analíticas minuciosas é o que se julga necessário atualmente para os espaços sul-pernambucanos. E, nesse quesito, a introdução já entra no esquema de complexificar a importância do gado na fundamentação da sociedade das três vilas do sul de Pernambuco: Penedo do Rio de São Francisco, apesar de importante polo, não foi o único que se valeu em demasia do gado. Alagoas do Sul aparece como espaço em que a grei também era muito bem quista na hora de fazer levantar uma sesmaria e na própria entrega de carnes para as lutas contra Palmares. Porto Calvo também teve seus rebanhos no mesmo esquema de Alagoas, apesar de aparentar ser em menor quantidade. Por conta disso, sua atuação não pode ser encarada como isolada, mas deve ser posta em conjunto com as outras de capítulos passados bem como de capítulos próximos. Em suma: o gado só é completamente cognoscível quando posto em dinâmica com o açúcar, fumo, mandioca e "mais tarde" com a "descoberta das

---

XIX e até mesmo o XX). ALENCASTRO. Op. Cit., 2000, p. 341. Um contraponto antigo já partia de LINHARES, Maria Yedda Leite. "A pecuária e a produção de alimentos na colônia". In: SZMRECSÁNYI (org.). Op. Cit., 1996, pp. 109-110.

[1117] MAURO. Op. Cit., vol. II, 1997, p. 101.

[1118] Sobre a necessidade de estudar os "derrotados" e as "experiências fracassadas", THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Vol. I. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 13. BENJAMIN. Op. Cit., 2016, pp. 9-20, em especial a tese VII.

minas de ouro e diamantes"[1119]. Portanto, assim como a mandioca e o açúcar, parte-se de uma perspectiva interpretativa capaz de mostrar o gado não apenas como alimento trazido para a América para ser usufruído pelos conquistadores. Também foi conquistador de territórios além-vilas e sesmarias.

8. 1 Gado alimentador, gado conquistador

O gado respondeu a diversas finalidades nos momentos de ocupação social das vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo. Fosse como subsistência, ou força motriz de alguma atividade, não faltaram currais que eram criados e comprados para estabelecimentos nos sertões. Para homens ricos terem um aumento de renda, ou para os pobres poderem ter uma própria maneira de se sustentarem biológica e materialmente, a reprodução e comércio de gado ajudou a construir uma cultura alimentícia na Capitania de Pernambuco como um todo. Sua existência interessava e estava ao alcance de vários tipos de pessoas, provenientes de diferentes grupos sociais e níveis de riqueza, ao mesmo tempo em que sua estabilização atacava as esferas da alimentação-comércio-ocupação territorial. Apesar de não fazer parte do Mercado Mundial, era produto de interesse tanto dos homens luso-brasileiros, que viviam uma vida americana, e dos administradores régios, que pouco tempo dispendiam na América ou até mesmo nem chegava a por os pés nela. Um dos melhores exemplos é o depoimento de Manuel Fernandes Cruz, escrito em 1650 acerca da importância da Capitania de Pernambuco. Elogiava os "bons ares e esplêndidas águas, pastos para todo gado", e que com os portos da Capitania, seria mais fácil abastecer as "12 Capitanias todas povoadas" com as "carnes e mantimentos com pouco custo". Se antes se viu a importância da farinha e dos legumes, complementa-se a interpretação de que não se poderia pensar em conquista naqueles idos de século sem levar em consideração as carnes para alimentação[1120].

Da mesma feita, em capítulo anterior, verificou-se que mesmo com uma geografia de difícil transposição, o gado acabou se adaptando ao estilo de vegetação e clima, apesar de que essa informação não pode ser dada para *todo o espaço sertanejo*. Na virada do século XVII para o XVIII, a importância do gado era tamanha que houve pedidos e agradecimentos do Governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, em 1700, pela grei que tinha ido da

[1119] GODINHO. Op. Cit., 1990, p. 100.
[1120] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, pp. 90-91 doc. 149.

Bahia e Pernambuco para as Minas[1121]. Entretanto, entre 1700 e 1701 a própria Coroa Portuguesa tentava impedir a Capitania de Pernambuco de enviar gados "pellos Certoins com az Minas de Sam Paullo", possivelmente por conta do aumento do preço (vide Antonil e mais adiante nesse capítulo), pela necessidade do gênero tanto no centro da Capitania (Recife, Olinda e o atual "agreste pernambucano") como no sul (Porto Calvo, Alagoas, regiões do Palmar, Penedo e o Rio de São Francisco)[1122]. Esses dois pontos demonstram que a segunda metade do século XVII viveu momentos de aproveitamento do gênero e ao mesmo tempo sofreu de suas oscilações e vicissitudes em relação à riqueza e vida cotidiana.

Fazendo uma conexão com o que foi escrito em capítulos passados, o gado, como proteína, fecha um circuito da alimentação na América, fazendo com que no início do século XVII o Brasil já possa ser considerado autossuficiente quando o assunto era produção de gêneros. Entretanto, "os núcleos de colonos não se desprendem facilmente dos seus hábitos alimentares – e são mais lucrativas as produções para exportação do que as de géneros de boca"[1123], e tais produtos figuravam o vinho, sal, trigo e especiarias da Índia. Essa "mentalidade" deixará consequências nos processos de conquista dos sertões, que não foi progressiva e nem vencida heroicamente pelo gado. Por conta disso, atentar-se-á nos aspectos mais formais da economia material das vilas de Alagoas e Porto Calvo, na fundação da alimentação sertaneja e na conquista dos sertões do Rio de São Francisco.

Palmares sempre teve problemas com gados e bestas, por conta das serras íngremes que faziam com que os comboios de mantimentos fossem muitas vezes descartáveis e que os soldados e escravos tivessem que levar seus equipamentos e mantimentos nas costas e nos ombros[1124]. Todavia, as planícies e os matos eram espaços cobiçados para os interessados em conquistar os sertões a partir de uma mercadoria que daria frutos no futuro. Veja-se o já abordado caso da petição de Lourenço de Brito Correa, que junto com sua irmã Joana Correa de Brito, o Capitão Antônio Lopes Sociro e o Padre Matheus de Mendonça pediram sesmarias no total de 12 léguas de terra em 1660. Um lado do território da sesmaria ficaria para os mocambos dos Palmares – que demonstraria suas ambições de ocupação daquelas terras. A principal maneira de se estabelecer teria sido pelas suas criações de gado, visto que eles não tinham mais na Bahia e "também nesta Capitania no Rio de São Francisco" (subtendem-se

[1121] Arquivo da Casa de Cadaval. **Códice 1087**, ff. 481-481v. "Cópia da carta que Artur de Sá e Meneses, governador do Rio de Janeiro, escreveo ao Sr. Dom João de Lancastro, governador e capitam geral deste Estado do Brasil [Rio das Velhas, 30. 11. 1700]". In: **Cultura e Opulência**, 2007 [1711], Apêndice Documental, Doc. XVII, pp. 355-356.
[1122] AUC. **Coleção Conde dos Arcos,** códice 33, tomo I, fl. 294v-295. **Anais Pernambucanos**, vol. 6, 1983, p. 25. **Informação Geral da Capitania de Pernambuco**, vol. XXVIII, 1906, p. 200.
[1123] GODINHO. Op. Cit., Vol. IV, 1981, p. 50.
[1124] "Relação das guerras feitas (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 224.

estar falando de Penedo e margem pernambucana), pastos "para o crescimento de seus gados". As terras devolutas de Palmares representavam para eles uma ótima localidade para expandir horizontes e riquezas[1125]. Possivelmente estas terras começavam em Palmares e iam descendo em direção ao Rio de São Francisco (mas não necessariamente tocando o rio), ao contrário de outras – de moradores diferentes – que, ainda nos tempos de Fernão Carrilho, representavam uma razoável-ruim ocupação por conta da dispersão dos animais e da falta de gerenciamento dos pastos, que se tornavam presas fáceis para ataques de mocambeiros[1126].

Em suma, quando o assunto é o sul de Pernambuco no século XVII, não se deve pensar a conquista do sertão por ser inóspito e geograficamente "bom", mas também por causa do clima de guerra em que os animais, em áreas de Alagoas e Porto Calvo, estavam mais suscetíveis a ataques. Somente pra lá de 1694, depois de muitas entradas, destruições de mocambos, diminuição dos palmarinos, é que os luso-brasileiros puderam adentrar mais em Palmar com seus currais de gado. Não sendo a toa que a vontade de estabelecer os paulistas de Domingos Jorge Velho na área do Outeiro da Barriga para se criar duas aldeias, obedecia à estratégia de "ficarem com a sua assistência tão seguros os moradores e os currais que são muitos por aqueles campos"[1127]. A vontade de moradores das Vilas e até mesmo do Governador de Pernambuco era manter uma subalternização dos paulistas como cães de guarda, visando a salvaguarda das propriedades dos habitantes de Serinhaém, Alagoas e Porto Calvo.

Um dos que obtiveram sucesso em entrar nos densos matos e percorrer as estradas com gado (antes tidas como "impossíveis") foi Fernão Carrilho, quando esteve contratado para destruir Palmares e acertou-se com cabos sertanejos na empreitada. Escolher habitantes locais dos sertões, habituadas com sua geografia e terreno, representava uma boa estratégia que o guiou a atuações vitoriosas[1128]. Somente com um conhecimento prévio e pessoas aliadas, era que a conquista dos sertões se tornaria um objetivo alcançável pelos animais. Prevaleceu, assim, a dinâmica baseada em erros e acertos, tornando evidente a ausência de uma estratégia pronta e da realização de objetivos diretamente ao êxito[1129]. Afinal, desde o período holandês o gado era salvaguardado na Vila de Penedo e nos pastos mais adentro dos sertões e, mesmo

[1125] "Registro de uma petição (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 178.
[1126] "Parecer de João do Rego Barros (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 331. "A língua falada em Palmares". In: **República**, 2004, p. 71.
[1127] "Carta para o governador de Pernambuco". In: **Mocambos**, 2010, p. 341.
[1128] "Cópia de uma carta (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 281.
[1129] Em um âmbito mais macro geográfico e temporal, RUSSELL-WOOD. Op. Cit., 2010, p. 175.

assim, isso não garantiu a segurança e nem impediu os revezes da conquista luso-brasileira nas regiões do Rio de São Francisco[1130].

O miliciano Bernardo Vieira de Melo foi um dos que se tornaram aliados de Fernão Carrilho nas campanhas contra Palmares, tendo oferecido "para esse efeito [i. é, a guerra] a sua fazenda dando ordem para nos seus currais se lhe dar o gado que fosse necessário para os soldados". Em 1689 se locomoveu até o sertão de Ararobá para poder lutar contra os ataques de ameríndios "Tapuia da nação Guegues", hostis aos lusitanos e que estavam "fazendo grande dano e destruindo-lhe os gados"[1131]. A manutenção dos currais, tanto quanto os canaviais e demais roças das vilas da parte sul era essencial para existência da vida e conquista luso-brasileira. Os ameríndios, por outro lado, não estavam completamente agressivos aos animais, mas viam que eles representavam a subsistência e parte da força de seus inimigos, e matá-los representava privá-los de alimentação e proporcionando chances de um combate com oportunidades de vitória maiores.

Mas o gado em Palmares não teria que ser necessariamente o animal vivo, perambulando e pastando pelos campos. Nem sua existência estava exclusivamente ligada com projetos de sesmarias e ocupações materiais dos sertões. O rebanho, como alimentação, era abatido nas três vilas para poder prover os milicianos que constantemente iam às entradas de Palmares para destruírem mocambos, ocupar roças e capturar escravos rebeldes[1132]. Situação ocorrida em 1680, quando a Câmara da Vila das Alagoas recebeu a incumbência de entregar (junto com Porto Calvo e Penedo – "moradores destas Capitanias") 500 arrobas de carne (14.745kg x 500 = 07 toneladas e 372,5kg)[1133], junto com peixes, para enviar a um arraial situado nos sertões[1134]. Durante a guerra houve problemas e avanços quando se tratava de abastecimento de tropas. A carne certamente fez parte do cardápio dos homens que tentavam se estabelecer nas Alagoas, mas sua demanda tornava visíveis suas constantes faltas que geravam dores de cabeça aos administradores e "estrategistas" das destruições dos mocambos. Não a toa (ver-se-á novamente a situação em Porto Calvo e já se viu na farinha) os milicianos usavam a responsabilidade de prover os soldados com mantimentos como discurso de poder miliciano para angariar alguma mercê. Francisco Álvares Camelo, Cavaleiro da Ordem de Cristo, quando pediu sua Tença (tendo falecido depois, deixando a

[1130] "Os soldados do rei". In: **República**, 2004, p. 145.
[1131] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 353.
[1132] BOXER. Op. Cit., 2002, p. 289. CURVELO. Op. Cit., 2014, p. 119.
[1133] Estou tomando os dados de RUSSELL-WOOD. Op. Cit., 1981, p. 305.
[1134] IHGAL. **Arquivo 00007-01-02.** 2º Livro de Vereações da Câmara de Alagoas do Sul, vários fólios, "O Capitão Mor João da Fonseca pede a camara socorro de mantimentos para as tropas do Arrayal dos Palmares – Governador Ayres de Souza Coutinho [sic] – 1680", fl. 60v.

continuidade para seu filho Antonio de Álvares Bezerra), enumerou diversos feitos sobre as guerras contra Palmares, principalmente pós 1676 (ou seja, época de Carrilho). Fez questão de frisar suas atuações:

> despendendo grande fazenda por duas vezes em dar ração à tropa havendo-se com grande sofrimento por aquele sertão em distância de mais de cem léguas a entrando outros cabos e mais capitães para a mesma guerra lhe assistir com mantimentos de carnes, farinha, e ferramenta para os índios dando-lhe os seus criados, e escravos para o comboi sem fazer reparo na despeza de sua fazenda[1135].

O ex-governador de Pernambuco, dom João de Souza, quando estava em Lisboa em 08 de agosto de 1687, escreveu sobre a necessidade de que as "Capitanias das Alagoas, Porto Calvo e Serinhaém", por serem mais perto dos mocambos principais de Palmares, deveriam prover as tropas e milícias, por estarem "aptas pela abundância dos mantimentos", principalmente na época do verão[1136]. Mesmo assim, prevaleciam os discursos e depoimentos de carestias em relação aos mantimentos e comboios nas entradas, tanto pela fragilidade dos terços e das estratégias, como pela falta de estradas e complicações proporcionadas pela geografia local (excetuando-se em parte os sertões do São Francisco).

Da parte dos palmarinos, pode-se avaliar a hipótese do seu consumo de carne ter advindo das caças de aves, peixes e animais silvestres como os porcos. Há de se lembrar, contudo, dos "roubos e malefícios" que aqueles personagens eram acusados de cometer. Procurando perceber o gado na dieta dos negros rebeldes, adianta-se que acontecia de constantemente descerem aos currais buscando alívio da fome nas criações dos antigos senhores. Como os animais normalmente se criavam em grandes distâncias, não seria estranho que em determinados momentos, os negros perseguissem animais aleatórios para salvaguardar a existência dos mocambos. Delimitar uma estratégia nessas linhas a partir da problematização de variadas possibilidades pode ser cansativo, mas não inútil. É fundamental levar em consideração os pormenores dos ataques feitos em bandos: se havia utilização de armas brancas e de pólvora, sobre os conhecimentos dos caminhos por dentro das matas e da capacidade de tratar do animal ferido/morto. A partir daí se torna possível aceitar a ideia de que a carne de gado vez ou outra aparecesse em suas moradias, não como criação, e sim como caça.

[1135] ANTT. **Chancelaria Régia**. Dom Pedro II. Registro Geral de Mercês. Livro 13, fl. 395.
[1136] "Parecer do ex-governador dom João de Souza (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 285.

Antes das descobertas e explorações das Minas de Salitre, os currais de gado já eram uma realidade no Rio de São Francisco. Dias D'Ávila, o famoso-famigerado dono da Casa da Torre, foi um grande "pecuarista" nas áreas da Bahia e Sergipe, tendo ultrapassado o Rio de São Francisco e também requerido sesmarias que poderiam ser enquadradas na jurisdição da Vila de Penedo. Seu descendente, o terceiro Dias D'Ávila, se aproveitava de seus bens e doava bois para aldeias e missões franciscanas que existiam pelo rio (provavelmente abarcando Bahia, Pernambuco e Sergipe ao mesmo tempo, apesar das ilhas terem sido de jurisdição pernambucana), mantendo tanto a dependência de moradores a um polo de poder (a Casa da Torre), como a manutenção material e econômica da localidade[1137].

Ainda no período holandês, em 1648, escreveu do Arraial do Bom Jesus, Francisco Barreto de Menezes (Governador de Pernambuco), que pedia que um colono, chamado Antonio Vieira, fosse ao "Rio de S. Francisco" adquirir com os moradores "vacas" para o "serviço desta guerra [contra os batavos]"[1138]. Esse tipo de pedido se tornou constante durante toda a guerra, visto a importância da carne como alimento da infantaria e tratamento de feridos e doentes. Tal estima ao alimento para tratamento de soldados e pessoas doentes e feridas chegou até o ano de 1745[1139]. Anos depois, o mesmo Governador, em 1652, dava o aviso (abordado em capítulo passado): de que o Capitão Francisco Barreyras deveria ir para o Rio de São Francisco alertar aos "moradores" que tinham currais "até Cergipe de El Rey" para adentrarem nos sertões dispondo-se resguardarem seus animais e posses[1140]. A área de Penedo também teve suas pelejas entre os "inimigos" e os luso-brasileiros, visto que os primeiros tinham como "principal intento (...) fazer carnes naquelles limites pella falta que padessem de sustento no Reciffe".

Vestígios relevantes que demonstram o uso dos currais de gado como força alimentícia, mas também de geografia econômica e política podem ser encontrados no início da carta, pois Francisco Barreto estava mantendo contato com o "Capitam Mor do Rio de São Francisco, e officiais da camera daquella Villa [de Penedo]"[1141]. Se os currais de gado fundamentavam as entradas nos sertões antes mesmo da conquista batava, ajudando ainda a alimentar a população, pode ter sido durante o período de guerra que uma atenção redobrada tenha começado a existir. O padre calvinista Vicente Joaquim Soler, espanhol convertido, ingenuamente (ou realisticamente) fazia um relato curioso sobre o gado: "Em todo o país

[1137] **Novo Orbe Seráfico**, vol. III, 1980 [1761], pp. 74-75.
[1138] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 3-3v.
[1139] **Informação Geral da Capitania de Pernambuco**, vol. XXVIII, 1906, p. 291-292.
[1140] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 7-7v.
[1141] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 7v-8.

proliferam os bois e as vacas e, na beira dos rios Grande e São Francisco, abundam tantos que há pessoas que possuem entre vinte e quatro e vinte e cinco cabeças"[1142]. O gado na região central do Recife e Olinda já poderia representar manutenção material, riqueza mercantil e produto para estabilização do espaço, visto que um homem ter mais de 20 cabeças e ser considerado "abundante" é depoimento interessante e deve ser levado em consideração, apesar dos limites de uma possível "exatidão". Não é a toa que durante as batalhas tornava-se necessário o Governador de Pernambuco manter contato com os responsáveis pelo bem-comum da localidade (o representante máximo da milícia e os senadores da Câmara) atrás da conservação da grei para consolidação do contra-ataque luso-brasileiro. Imagina-se que com a ocupação holandesa o gado deixaria de ser encarado especialmente como mais um produto de subsistência baseado em exclusivo de dinâmicas sociais, e passaria a encorpar parte dos planos de políticas de Estado. Se os animais interessavam aos batavos, tinham que ser defendidos pelos luso-brasileiros. Com o tempo continuaram a ser atacados pelos ameríndios e palmarinos, e a defesa dos lusos foi se fortalecendo e as estimas pelos rebanhos foram tomando maiores proporções.

Por conta do período de guerra, plantações foram destruídas, campos abandonados, casas queimadas, vilas pilhadas, gados mortos e parte da população ficaram desamparados. Depois da restauração pernambucana, recortando para o espaço de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, até agora já se leu nessa tese que um suposto "progresso" não chegou de maneira tão fácil: não houve união de todos os moradores em prol do bem comum e a vida não galgou nova saúde a partir do trabalho comunitário; tudo de maneira ascendente e sem empecilhos, ou seja, sem crises e com harmonia entre os diferentes grupos sociais. No que concerne o gado e o mercado de carnes, observa-se já em 1664-1665 um período de carência do alimento na vila de Penedo e na região do Rio de São Francisco, que fez com que o Governador tivesse que encomendar carnes "de tam longe" para dar "a todo o povo, como hé estillo em muytaz partez"[1143]. O curioso é que, naquele ano de 1664, Recife e Olinda sofriam daquela mesma falta, ocorrendo com que o Jerônimo de Mendonça Furtado tomasse algumas providências[1144], entre elas a de estabelecer com que o gado da região do Rio de São Francisco, pertencente à jurisdição de Penedo, fosse comercializado em Olinda. Posição que desagradou aos moradores e "atravessadores", de acordo com a "noticia que a Camera do Rio de S.

[1142] **Brasil holandês**, vol. I, 1997, pp. 44, 46.
[1143] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 129-129v.
[1144] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 150-151.

Francisco" deu ao governador[1145]. Vale a pena relembrar que naquele ano a epidemia de bexigas nas regiões de Pernambuco, descia até a Vila de Alagoas do Sul. Ou seja, não apenas o clima e a guerra era responsável pela morte do gado: a falta de trabalhadores ocasionará, por sua vez, e com sua força, a diminuição da criação e do pastoreio.

As ordens de enviarem grei de uma vila a outra foram repetidas em 25 de abril de 1665, quando o Governador escreveu carta para o "Ajudante que ahi [no Rio de São Francisco] assiste" para que conseguisse carne para a Vila de Olinda, vista que sua falta estava causando prejuízo na moenda dos engenhos e contribuindo para a mortandade de escravos. A estratégia agora não era de arrecadar, mas de comprar as carnes dos moradores, que teriam alguns privilégios para cortar a libra (0,46080kg) por 20 réis na balança da vila (certamente Penedo, visto que a balança pública estava em responsabilidade da Câmara municipal)[1146]. A estratégia socioeconômica do governador foi:

> Ouve por bem do Serviço de Sua Magestade que Deos goarde, Mandar por os aSougues Livrez, e que cortaçe cada qual o Seu gado, pello que quizeçe para que com este lucro se animaçem os criadores a trazello a esta Prassa [de Olinda] para que delle se possão tirar os Boys que forem capazes para a lavoyra do Asucar pagando-se a bença dos que o venderem, e comprarem, e para que este benefiçio tenha o effeyto que convem[1147].

Jeronimo de Mendonça Furtado, trabalhando em sentido administrativo, não poderia salvar uma área importante como Olinda, e deixar outra na penúria; era necessário pensar em termos políticos e gerais, da Capitania como um todo, para que se respeitasse o bem-comum e que uma riqueza fosse gerada, conseguindo, assim, ser mantida a opulência maior de Pernambuco: o açúcar. Afinal o pedido inicial sobre o resguardo dos gados viera dos Senhores de Engenho. Naqueles idos de século, a população do Rio de São Francisco, no que concernia mais à jurisdição de Penedo, não estava afeita a serem meros contribuintes da alimentação de Olinda e de bestas para trabalhar nos Engenhos. A vontade de ajuda esbarrava em um problema em que mesmo que tivessem lucros na venda de seus produtos, poderia acontecer das receitas não serem reinvestidas na localidade. Não foi a toa que que em outubro de 1665 o gado ainda não tinha chegado às vilas principais da Capitania de Pernambuco[1148]. Possivelmente pode ter sido desviado de Penedo para freguesias menores no trajeto, ou morrido algumas cabeças no caminho, sobrando apenas uma parte do lote destinado ao Recife

[1145] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 154v.
[1146] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 137v-138.
[1147] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 138v.
[1148] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 142.

e Olinda. Ou seja, poderiam vender, mas existiam as possibilidades de mais perdas do que ganhos. Se o trajeto de boiadas pelos sertões não fora seguro no início do século XVIII, pensa-se que anteriormente, na metade do XVII, a situação também não era das melhores. Era comum a morte e o estado miserável dos animais se empecilhos como falta de chuvas e pastos acompanhassem o trajeto e o tempo dos atravessadores[1149]. Isso sem contar os ataques animais durante o caminho, como as onças, "tigres", jibóias e outras cobras nas áreas de rios e pântanos, principalmente nas áreas de "Alagoas"[1150], somando com os "morcegos": "visto como estes caem sobre os animais e lhes furam o couro com os seus dentes agudos, as moscas pousam imediatamente para sorver o sangue e os bichos ou vermes aparecem nas feridas, o que faz morrer o gado [no distrito das Alagoas]"[1151]. Situação comum para as áreas sertanejas até fins do século XVIII[1152]. Em 5 de agosto de 1666 a situação piorava pois um lote de gado tinha sido embargado pelo Ouvidor da Capitania de Pernambuco, que estava tentando resguardar parte do direito do Dote da Rainha da Inglaterra e Paz de Holanda (chegar-se-á a esse assunto mais adiante)[1153]. A confusão estava instaurada, mas algumas interpretações devem ser aviltadas a partir dos discursos.

Uma delas é a da riqueza de Penedo em Gado. Como é comum para o estudo da América portuguesa, principalmente no que tange os sentimentos econômicos, o exagero e a sobreposição de realidades é um ato comum. Em determinados períodos Penedo não tinha gado, e tinha que receber carne de outra localidade. Da mesma feita, Recife e Olinda tinham que receber os animais de Penedo, que, apesar da resistência dos atravessadores, enviou alguns lotes. Por sua vez, um magistrado régio de Pernambuco embargou outro lote porque os "penedenses" estavam devendo o pagamento do Dote da Rainha da Inglaterra, possivelmente alegando pobreza. No balanço geral, o que fica é a seguinte informação: materialmente, a Vila de Penedo e os sertões do Rio de São Francisco não eram abastadíssimas, mas tinha suas abundâncias em gado, na medida do possível. Esses animais garantiam o sustento material dos povos daqueles lugares, ao mesmo tempo em que era utilizado como meio de vida para arrecadar riquezas para investimento próprio, bem como exterior, como o Dote. Sua reprodução (em termos biológicos) poderia estar em baixa naqueles anos de 1664-1666 (provavelmente pela epidemia de Bexiga que houve na Vila das Alagoas em 1665-1666,

[1149] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], pp. 291-292.
[1150] **Novo Orbe Seráfico**, vol. III, 1980 [1761], pp. 678-679. ANTT. **Papéis do Brasil.** Maço 03. Documento nº 02. Cobras. Curioso manuscrito com a notícia das diferentes variedades de cobras existentes no estado de Alagoas. Descreve as suas cores, habitat, e diz dos seus venenos. Não está assinado nem datado. Letra do século XVIII.
[1151] Documento 3. **Fontes Brasil holandês**, vol. I, 2004, p. 130.
[1152] PRADO Jr.. Op. Cit., 2011, p. 204.
[1153] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 147-147v.

também podendo afetar moradores-produtores de Penedo e dos sertões), mas manteve-se ativa, sendo alimento e animal importante para a guerra contra Palmares e na conquista de sesmarias na metade do XVII. Sua importância era tamanha que fundamentou-se como o meio mais confiável para desbravamento e ocupação da região das Minas de Salitre e ainda reforçava na urbe de Penedo que os investimentos de seu comércio fosse parar em mais gado, mais terras, aumento de prédios urbanos, recuperação da economia pós-holandesa, financiamento nas lutas contra Palmares, etc..

Talvez, fornecer gado, sem retorno material para outras localidades não fosse uma atividade substancialmente agradável aos moradores dos sertões, por mais que o fim (a destruição dos mocambos) constituísse de interesse deles. Em 21 de junho de 1671 o governador de Pernambuco, Fernão de Souza Coutinho, respondia uma carta da Câmara de Penedo do Rio de São Francisco, reafirmando o pedido feito anteriomente de que a população, por meio de uma finta, deveria contribuir com farinha e carne para o sustento dos soldados que iriam sair de Porto Calvo para lutar em Palmares[1154]. Ao que parece, a solicitação equivalia, mais precisamente, a 468 arrobas de carne, o que causou consternação dos moradores, que podem ter se queixado na Bahia, impedindo aquele envio para Pernambuco. Ao receber a notícia da queixa de Penedo, o Governador de Pernambuco, em outubro 1671 tentava se fazer de bom administrador ao indicar que "nem por hisso obrigarey a esses Povos a que dem mais do que podem"[1155]. Sua missão consistia em conseguir aquelas arrobas de carne seca de Penedo[1156]. Não se sabe se a insistência continuou, mas em 1680 o Governador de Pernambuco já garantia para o Governador dos Índios, Antonio João Camarão, uma boa quantia de carne e farinha para ele e seus 80 homens na vila de Porto Calvo. Infelizmente não se pode saber ainda se o alimento era proveniente de freguesias vizinhas ou se tinha vindo de Penedo[1157]. Se voltarmos às linhas supraredigidas, encontrar-se-á uma alusão que a Vila das Alagoas deveria prover, em determinado momento, com 20 arrobas de carne para uma entrada em Palmares. Penedo agora apareceu com a missão de 468 arrobas. Até que ponto a "riqueza" de Penedo em cima de gado foi mais conjectural do que real? Animais existiam, em maior quantidade do que nas vilas vizinhas, mas admite-se que o exagero (ou ingenuidade) na época também imperava, tal qual na nossa atual historiografia.

Nas Minas de Salitre, os cercados de gado seria condição fundamental para estabilização de pessoas naquelas paragens. O próprio monarca de Portugal, em 02 de

[1154] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 256.
[1155] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 292.
[1156] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 261v.
[1157] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 363v.

dezembro de 1700, deixava claro para o Governador de Pernambuco, Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, uma medida de fixação dos súditos nos sertões: passou a tática de se criar um curral nos Campos de Buíque, em um local cômodo para que os postos de rebanho fossem benéficos para as Minas, uma vez que existia a possibilidade de mudá-lo várias vezes de acordo com o andamento da mineração. As terras foram arrendadas em muita quantidade, principalmente enquanto as Fábricas não eram instaladas. Um dos que deram "pastos para as éguas e cavalos" foi o Capitão João Dantas Aranha, figura fulcral para se entender as dinâmicas das Minas de Salitre[1158]. A vontade do monarca prefiguraria uma estratégia social de estabelecimento antes de pensar de produzir ali, mediante o trabalho, o minério do salitre, sendo mais importante a logística do sítio e a sustentação material que iriam produzir para garantirem sua sobrevivência – por isso que antes se falava de curral antes mesmo de levantar as oficinas. Visando tal empreitada, foram dadas pelos arrematadores dos dízimos cinquenta vacas "já criadeiras" para poder ocupar os espaços, somando-se a compra de "quarenta ou cinquenta éguas". Propondo embasar o argumento acima esboçado de que o estabelecimento material estaria vinculado – e até mesmo antecederia – ao trabalho de mineração, observa-se que as vacas e as éguas deveriam "produzirem assim para o serviço das ditas Minas, como para a condução do salitre, e para estas despesas"[1159].

O gado, como foi falado desde o início desse capítulo, era um dos mais importantes meios de fixação dos luso-brasileiros, que acabou sendo imposto como tarefa, por sua vez, aos ameríndios aldeados. Várias ações do passado pode ter fundamentado a estratégia das elevações de currais de gado para manter as Oficinas do Salitre. Considere-se, por exemplo, o caso do sertão de Rodelas (essencial para a dinâmica das Minas), que concretizava um aldeamento desde antes de 1674, fundamentado sobre a cultura do gado e da exportação para a Bahia e Minas Gerais, além de ser também polo religioso através da elevação da sua paróquia de Nossa Senhora da Conceição[1160]. O gado garantia tanto a subsistência, quanto poderia extrair dali o couro para confecção de vários materiais de diversos usos nos espaços dos sertões. Da mesma feita, não é de se ignorar que uma tropa de bois não representava apenas transporte, mas era praticamente um mini-mercado ambulante, onde os troupeiros vendiam e revendiam produtos ao mesmo tempo em que comprava dos habitantes sertanejos[1161].

[1158] AHU. **Alagoas Avulsos.** Doc. 90, fl. 1v.
[1159] AUC. **Coleção Conde dos Arcos**. Códice 33, tomo I, fl. 276-276v.
[1160] **Anais Pernambucanos**, vol. 4, 1983, pp. 79-80.
[1161] LAPA. Op. Cit., 1996, p. 167.

. Possuir grande número de cabeças de gado era o essencial, visto que nas Minas de Salitre muitos ameríndios estavam assentados nos trabalhos, somando com os próprios administradores que lá também fincaram residência. Porém, apesar da segurança do "produto", ter gado não era sinônimo de riqueza progressiva. Pode-se encarar, grosso modo, que representava uma maneira mais fácil e segura para estabelecimento de gentes nos sertões, mas não garantia tranquilidade em longo prazo. É de suma importância considerar, nessas perspectivas analíticas, que se o gado era animal de fácil criação em áreas "litorâneas" por conta das planícies e pastos, poderia ser possível passa-lo aos sertões caso encontrassem água, mato e terreno propício. Afinal, os primeiros cavalos, éguas e gado vacum no Brasil (pelo menos a Bahia), adivinha da Ilha de Cabo Verde e depois de Pernambuco; se os animais sobreviveram e demonstraram adaptação no litoral de Santa Cruz, imaginava-se na época que o mesmo ocorreria nos sertões das Capitanias, e a experiência acabou dando certo[1162].

Em 08 de abril de 1702, seis meses depois da compra dos primeiros cavalos, foi feita a aquisição de 50 cabeças de gado, partindo de um único vendedor chamado Pedro Coelho de Almeida. O discurso-chave, como era de se esperar, foi o de "sustento da gente que ao diante for trabalhando no serviço das ditas Minas"[1163]. Pode-se observar 1702 como uma data relativamente avançada no que diz respeito à empreitada das Minas de Salitre. Muito já se tinha passado, compras feitas, minérios já possivelmente extraídos. Adquirir as 50 cabeças de gado foi um ato que seguiu o que tinha sido ordenado em 1700 ou foi um complemento voluntário? Ao contrário do que se passou com os cavalos e as éguas, pensa-se as 50 vacas "já criadeiras" iniciais, que foram doadas pelos arrematadores do dízimo da Capitania de Pernambuco por plano do Rei de Portugal, realmente existiram e fizeram parte do início do estabelecimento.

Porém, por conta de peripécias e empecilhos da vida social, mais tiveram que ser adquiridas, e as motivações devem ser pensadas entre: **1)** a pobreza dos pastos e das águas, somados com os brejos, que podem ter sido verdadeiras armadilhas da natureza que fazendo com que várias vacas e bois não suportassem o sertão. **2)** a demanda para própria subsistência alimentar, indispensável para poder manter de pé os vários trabalhadores que estavam encarregados das diversas atribuições que as Minas requeriam. Não deixemos de lado, ainda, a possibilidade de **3)** as mortes ocasionadas pelo regime de trabalho aos quais eram submetidas, terem levado a novos investimentos, pois uma vez que eram utilizados "carros" nas andanças e transporte de materiais, subtende-se que eram "de bois" ou "de bestas", tais

[1162] **Tratado da terra**, 1995ª [1576], p. 15. **História da Província**, 1995b [1576], p. 75-76.
[1163] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 20v.

como eram desde Portugal continental[1164]. Tal tipo de transporte foi trazido no início do século XVII, para carregar pau-brasil[1165]. E, estrategicamente, foi se tornando comum para não ter que exigir demais dos trabalhadores escravos[1166].

Levando em conta os pontos propostos, a compra adicional de mais 50 cabeças de gado "para sustento da gente" não é algo irracional ou de gasto extravagante. Não se pode pensar que as Minas agora teriam 50 vacas e 50 cabeças de gado, mas que seu número certamente sofreu uma série de baixas apesar do intuito de alcançar a essa centena. Esse viés de pensamento deve ser avaliado por conta do momento de desbravamento do "novo sertão" (para brincar com a expressão "novo mundo"). Desde Gabriel Soares de Sousa, as vacas eram colocadas como animais que davam crias de maneira rápida e que se reproduziam com tranquilidade, desde que em situações apropriadas[1167]. Essa experiência dos litorais pode ter feito com que a estratégia das 50 vacas criadeiras fosse certa, mas as dinâmicas dos sertões e dos regimes de trabalho mudavam toda uma teoria de ocupação territorial, necessitando de novos incrementos e estratégias.

A hipótese do consumo alimentício dos bois e vacas é mais bem concretizada a partir da administração de 1703 feita pelo Administrador Tesoureiro Manoel Marques. Nela se tem indícios mais latentes da entrega de bestas para sustentar homens brancos e ameríndios em diversos trabalhos nos sertões das Minas. Um quadro ficaria na seguinte maneira:

Quadro 5: Administração das bestas no período de Manoel Marques
(Minas de Salitre, junho-setembro, 1703)

Usufrutuário	Complemento	Quantidade	Serviço	Período	Data
Capitão Mor Henrique Mendonça	[apagado]	1 boi e 1 vaca	Serviço nas Minas	[apagado]	18 de junho
Capitão Mor Henrique Mendonça e Administrador Manoel Marques	42 índios e 6 soldados pagos	1 boi e 1 vaca	Serviço nas Minas	10 dias	28 de junho
Capitão Mor Henrique	42 índios e 6 soldados pagos	1 boi e 1 vaca	Sustento	10 dias	8 de julho

[1164] GODINHO. Op. Cit., vol. IV, 1981, pp. 17-18.
[1165] **Diálogos**, 1997 [1618], p. 112.
[1166] Esse exemplo de Jaboatão é em relação ao transporte de lenha, **Novo Orbe Seráfico**, vol. III, 1980 [1761], pp. 146-147.
[1167] **Tratado descritivo**, 2000 [1587], p. 125.

Mendonça e Administrador Manoel Marques					
Capitão Antonio Roiz e Administrador Manoel Marques	[4]2 índios do Camarão e 6 soldados pagos	1 boi e 1 vaca	Serviço na Oficina	10 dias	18 de julho
Capitão Antonio Roiz e Administrador Manoel Marques	42 índios e 6 soldados pagos	1 boi e 1 vaca	Serviço nas Minas	10 dias	28 de julho
Capitão Antonio Roiz e Administrador Manoel Marques	42 índios e 6 soldados pagos	1 boi e 1 vaca	Serviço na Oficina	10 dias	7 de agosto
Capitão Antonio Roiz e Administrador Manoel Marques	42 índios e 6 soldados pagos	2 bois	Serviço na Oficina	10 dias	17 de agosto
Capitão Antonio Roiz e Administrador Manoel Marques	42 índios e 6 soldados pagos	2 bois	Serviço na Oficina	10 dias	27 de agosto
Capitão Antonio Roiz e Administrador Manoel Marques	42 índios e 4 soldados pagos	1 boi e 1 vaca	Serviço na Oficina	10 dias	6 de setembro
Capitão Mor Henrique Mendonça e Administrador Manoel Marques	45 índios Camarão e 5 soldados pagos	2 bois	Serviço na Oficina	10 dias	16 de setembro

Fonte: AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 2651, fls. 69-72.

Observa-se a entrega de 12 bois e 06 vacas para serviços, enquanto que para o sustento apenas 01 vaca e 01 boi, em um período curto de 03 meses. A partir desses dados, é bem generoso encarar que as 50 cabeças de gado foram o suficiente para sustentarem os homens por 12 meses (relembrando, gado morre não apenas por sustento, mas também por trabalho). É de se aceitar que as vacas realmente eram “criadeiras”, não sendo a toa que em 1703 foi

mais comum dar boi do que vaca para os serviços, quem sabe para resguardá-las nas suas funções de procriação. Os capitães que pediam os animais também são propícios para avaliação: Capitão Henrique Mendonça e Capitão Antonio Roiz, personagens que apareceram em capítulo passado sobre o consumo de farinha na mesma data nas Minas de Salitre. Aviltou-se anteriormente que os ameríndios recebiam apenas mandioca como alimentação por causa de suas condições sociais (escravos e subalternizados). Aqui, a interpretação toma força. Henrique Mendonça foi o único que recebeu os animais para sustento, enquanto que Antonio Roiz, que também tinha ameríndios em sua jurisdição, teve como pagamento apenas farinha de mandioca. Mesmo se for levado em consideração a generalização que "a Europa, toda ela é carnívora"[1168], tendo uma cultura forte na área da pecuária, na América, principalmente de Porto Calvo até Penedo, nem todo mundo teria carne em sua alimentação.

Dos 13 bois encontrados no quadro cima, sabe-se que 12 foram pagos para Antonio de Freitas pelo Administrador das Minas Manoel Marques em 01 de agosto de 1703, pelo preço total de 50$400 réis, em que, de acordo com o próprio caderno de despesas, cada boi ficou alçado em 4$200 réis. Quantia parecida paga em 24 do mesmo mês a Antonio Pereira, por apenas 01 boi, no valor de 4$000 réis, mas que sofreu um aumento de mais 2$820 porque junto a ele veio 04 alqueires e 01 quarta de farinha. Se os 13 bois foram bem contabilizados, apenas 01 vaca estava no caderno. Ela tinha sido paga em 13 de junho ao Capitão Jorge Roiz "para o sustento dos tapuias de que veio por cabo Francisco Cabral com um comboio de farinhas para esta oficina"[1169]. Ou seja, as vacas contabilizadas no quadro anterior, provavelmente, faziam parte do curral das Minas, não tendo sido adquiridas, pelo menos até que se prove o contrário.

Ainda no assunto do mercado e comércio, a compra das 50 cabeças de gado a Pedro Coelho de Almeida, vista anteriormente, foi alçada em 200$000 réis. Se formos colocar em termos médios, ficaria, para cada cabeça de gado, 4$000. O preço é interessante para estabelecer, por exemplo, como eram dadas as relações mercantis na região do Rio de São Francisco. Apesar de o mercado ser "imperfeito", por conta das alianças e desconfianças de uma sociedade de Antigo Regime, onde a amizade prevalecia sobre os caracteres mais "puros" da economia (o valor de troca e o valor de uso), imagina-se que o preço de 4$000

[1168] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 91.
[1169] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 2651, fls. 69-72.

réis, por boi, pode ter sido uma média naquele momento histórico, pois vê-se semelhanças nas transações de diversas pessoas[1170].

Outro ponto importante para salientar é o aumento da criação de gado e da produção de carne nas vilas de Pernambuco, pois se formos tomar o depoimento de Brandão, em 1618, uma vaca já "boa", era estimada em "quatro e cinco mil réis", o "novilho que seja já para se poder meter em carro, a seis e a sete mil réis, e um boi já feito vale de doze até treze mil réis. E este é o preço mais ordinário"[1171]. Antonil, ao escrever sobre os Engenhos de Açúcar no Recôncavo Baiano (terminando a redação em 1711, mas com informações que viriam desde o início do XVIII), informava que "uma rês ordinariamente se vende na Bahia por quatro até cinco mil-réis; os bois mansos por sete para oito mil-réis. Nas Jacobinas vende-se uma rês por dois mil e quinhentos até três mil-réis"; e complementava, em um exercício imaginativo e de informações de outras pessoas: "E o que temos dito até aqui das boiadas da Bahia se deve também entender com pouca diferença das boiadas de Pernambuco e do Rio de Janeiro"[1172].

Para o período pré-descobrimento das Minas de Ouro, quando o gado não tinha sofrido ainda demasiado inflação, Sebastião da Rocha Pita encarava o preço de 01 arroba como de $160 até $200 réis, cortada no açougue, e o gado pesaria em média 20 para 24 arrobas[1173]. Usando os preços e medidas limite, provavelmente uma vaca custava entre 3$200 réis ($160 x 20@) e 4$000 réis ($200 x 24@). Mesmo que as 50 cabeças de gado não tenham sido apenas bois, mas existissem uma variedade de boi, vaca e novilhos, subtende-se que mesmo assim os preços já deviam ser bem menores do que 1618 e 1711, e essa dinâmica só seria possível (como se verão com os cavalos), a partir do aumento populacional do animal e das mudanças de comércio nas Capitanias; bem como do estilo de mercado comum à Vila de Penedo e às regiões do Rio de São Francisco (apesar de não se descartar a influência das boiadas que iam para as Minas Gerais no início e metade do XVIII).

O gado em Tamandaré e Porto Calvo é mais difícil de apanhar. Por estar em uma área litorânea, a barra do forte não era um bom espaço criatório. Apesar de que o "capim alto" que foi elemento de reclamação das autoridades ser o alimento ideal para esse tipo de besta. Porto Calvo e Serinhaém, e seus termos mais adentrados nos sertões, tinham seus currais e os moradores das duas vilas ambicionavam conseguir sesmarias de Palmares visando auferir

[1170] Sobre o "mercado imperfeito", LEVI. Op. Cit., 2000. Acerca da economia "pura" (que Marx chamou de "esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias") por conta dos preços de valor de uso e valor de troca (sem a extração da mais-valia do trabalho do operário pelo capitalista), MARX. Op. Cit., 2011, principalmente seções I (mercadoria e dinheiro) e II (a transformação do dinheiro em capital).
[1171] **Diálogos**, 1997 [1618], p. 192.
[1172] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 298.
[1173] **História da América portuguesa**, 2011 [1730], pp. 47-48.

terras para novas criações e expansões de braços de produção do animal. Todavia, isso não invalidaria o gado e as suas carnes em locais como o porto e forte de Tamandaré, e o raciocínio pode ser tomado por essa via: a existência de soldados e de trabalhadores exigia que a carne fosse composição de sua ração. Da mesma feita, o trabalho de envio de mantimentos às expedições pode ser tomado como indício de uma produção diversificada de gêneros de batalhas: farinha, peixe, carne, legumes[1174]. Continuando o raciocínio, o gado não era usado necessariamente no objetivo alimentar, ou de girar engenhos de açúcar; o transporte também fazia parte de suas funções e Tamandaré, por ser um porto e fortaleza, não se valia apenas dos cavalos e pode-se pensar em uma população reduzida de escravos (que carregavam apetrechos, por exemplo). O gado poderia aparecer como suprimento a essa necessidade.

Pode acontecer de que a falta de referência à cabeças de gado para a região de Tamandaré exista por conta do período que se está estudando. Apesar de ser o pós-bellum batavo, e sabe-se que Tamandaré era ponto de conquista dos holandeses, não se afirmar com certeza que no século XVII lá já existia uma boa colonização. O que se apanha são os espaços das franjas. Nesse caso, as terras que ficavam entre o Rio Una e Barra Grande, mais abaixo do porto de Tamandaré e mais ao litoral de Porto Calvo, os próprios neerlandeses encaravam com "a melhor zona da costa para a criação de gado, de maneira que ela o tem em abundância". Além de entender como geograficamente salutífera, já mostrava a existência de criações (apesar de seu exagero da abundância)[1175].

Dos neerlandeses chega-se a Palmares, e o gado aparece como alimentação importante, tanto quanto a farinha e o peixe, só que mais difícil de adquirir. Quando Domingo de Couto/Crasto de Aguiar pleiteia o "Ofício de Escrivão dos Órfãos, Inquiridor e Distribuidor, e mais anexos que se acha vago na Vila de Porto Calvo", não deixou de salientar que, aproximadamente depois de 1677, socorreu uma entrada capitaneada por Manoel da Fonseca Rego, em que precisou "matar[?] trinta cabeças de gado vacum, com que se remediou-se [o exército]"[1176]. Quantidade considerável, pois se formos tomar em conta as definições de Sebastião da Rocha Pita, o peso médio de uma grei era de 20 para 24 arrobas. Se 30 foram mortas, e usando os dois pesos, teria-se entre 600 e 720 arrobas de carne (em termos monetários, o custo – caso tudo fosse vendido – poderia ter ficado entre 96$000-120$000réis e 115$200-144$000réis). A relação gado-homem rico em Porto Calvo continua sendo

[1174] **Mocambos**, 2010, pp. 222, 314-315, 428.
[1175] **Descrição das costas do Brasil**, 2007, p. 171.
[1176] AHU. **Consultas Mistas.** Códice 18, rolo 98, fl. 426v-427v.

concebível se levarmos em consideração a também atuação de Cristovão Lins no ano de 1676 como Capitão da Ordenança da Vila de Porto Calvo, que foi como "soldado voluntário" auxiliar os "moradores de Camaragibe" contra os ataques dos negros palmarinos. Socorreu o arraial ali estacionado "acudindo as tropas com gado e farinhas hajudando com fardas e socorros a sustentar hum capitão do campo que corria aquelas paragens"[1177].

Se a existência de gado em Tamandaré é uma nebulosa, pelo menos se sabe que os rebanhos existiam em Porto Calvo e Serinhaém, e que pessoas utilizavam dos animais para fazerem percursos entre as duas vilas. Situação essa que aconteceu com Frei Bernardo de Santa Clara (professou em 1673 e morreu em 1725), quando estava morando no Convento de Serinhaém. Necessitando receber as esmolas (entre elas farinha) de Porto Calvo, o Frei se viu na condição de não saber como transportar aqueles gêneros para a sua vila. Encontrava-se em Porto Calvo com um "preto, que o acompanhava" (mas que era seu escravo), e tentou pedir para um dos moradores locais, que "tinha muitos [bois], mas pouca devoção", algum animal para o transporte. Acabou recebendo um Novilho bravo e, após conseguir domar o pequeno animal, levou consigo e o escravo as esmolas para Serinhaém[1178].

Será que a pouca devoção advinha de uma situação um pouco mais frágil economicamente na Vila de Porto Calvo de finais do XVII e início de XVIII? Quando o Rei de Portugal pôs em execução a Lei de 27 de fevereiro de 1700, em que os lavradores de Cana não poderiam lavrar se tivessem menos de 06 escravos, os oficiais da Câmara enviaram requerimento ao Monarca, pedindo para que a quantidade de escravo baixasse para o mínimo 04 "e que pello que pertencia aoz Gados senão devia praticar a mesma Ley". Um dos elementos do discurso ainda era o "padeci[mento] nas hostilidades doz Negros doz Palmares"[1179]. O Rei, em 1708, decidiu por não aplicar a Lei dos 06 escravos naquela Capitania. Porém, fica em aberto essa ambígua situação da Vila em relação ao gado: havia penúria (discurso da Câmara) ou abundância (discurso de Frei Jaboatão)? Crê-se que ambas as respostas estão corretas, em seus níveis de relatividade. Por ser uma sociedade estratificada e com disparidades entre as pessoas e seus grupos sociais por níveis de riqueza[1180], subtende-se que alguns homens somassem em seu cabedal grande quantidade de bois e vacas, enquanto outros pouco ou nada teriam. A existência do Arraial do Jacuípe para impedir os ataques dos

[1177] ANTT. **Chancelaria Régia.** Dom Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 23, fl. 248.
[1178] **Novo Orbe Seráfico**, vol. II, 1980 [1761], p. 361.
[1179] AUC. **Coleção Conde dos Arcos,** códice 33, tomo I, fl. 376
[1180] "A riqueza equipara-se à nobreza originária (...) e os ricos devem ser preferidos aos pobres nos ofícios da república de natureza patrimonial. (...) De onde os ricos que costumam andar a cavalo adquirem a condição nobre (...) pois pela riqueza adquire-se a verdadeira e própria nobreza", CARVALHO. 1634, n. 458 e segs. *Apud* HESPANHA. XAVIER. Op. Cit., 1992, p. 152, nota de rodapé 22.

mocambeiros remanescentes também atesta a necessidade, e as variações, da produção de carne na Vila.

Outro Frei, Antonio do Rozário (mas tratado como Antonio Paulista), que professou em 1703 e morreu em 1763, também fazia percursos entre "porto do Calvo, e districtos da sua villa" e o Convento de Serinhaém, atrás de "esmolas, e particularmente com a dos gados"[1181], o que ajuda a encorpar os argumentos e hipóteses da relação das duas vilas e da importância da pecuária local, em detrimento à exagerada interpretação de uma Porto Calvo essencialmente açucareira ou relativizada na produção de gêneros alimentícios (v. capítulo 3). Infelizmente não se sabe os caminhos tomados, ou as fazendas visitadas (pelo menos uma quantidade de modo geral), mas tem-se consciência de que Tamandaré ficava entre as duas vilas (apesar de ser litoral) e, nesse sentido, é-se impossível imaginar um forte militar alheio à dinâmica do gado, sabendo que aquele animal era essencial para diversos tipos de trato e existência comum nos ambientes das duas vilas.

8. 2 Equinos para trabalhar, equinos para povoar

Falar de cavalo propriamente dito nas vilas de Porto Calvo e Alagoas é focar na questão da administração dos engenhos, andanças militares e apetrechos para impor uma aura de nobreza a algum homem distinto local: "é o animal de carga e de montaria"[1182]; "veinculavam riqueza e autoridade; seriam essenciais para defender a superioridade do senhor na rua e na comunidade envolvente"[1183]. Fazia parte do dia-a-dia, da locomoção de gentes e de outros trabalhos diversos. Existiam desde os primeiros tempos de conquista, apesar de que nos anos de 1576 o preço dos cavalos e éguas ainda era elevado por conta de sua importação de Cabo Verde e pouca quantidade[1184]. Décadas depois, Gabriel Soares escrevia sobre a própria Bahia e a já posição que os equinos tinham naquela sociedade. Da mesma maneira que as vacas e os bois, o cruzamento fez com que uma população de animais aumentasse, saindo de preços de 60$000 réis para aproximadamente 10-12$000 réis. Existiam homens que tinham "granjearias" com suas "quarenta e cinquenta, as quais parem cada ano". A propaganda é feita, indicando formosura, beleza e força dos cavalos que nasciam. Cabia até mesmo às mulas e jumentos ares de "muito formosas, bem-feitas e de muito trabalho"; e, em termos de

[1181] **Novo Orbe Seráfico**, vol. III, 1980 [1761], pp. 804-805.
[1182] PRADO Jr.. Op. Cit., 2011, p. 203.
[1183] OLIVAL. Op. Cit., 2001, p. 370.
[1184] **Tratado da terra**, 1995a [1576], p. 16.

mercado intracapitanias, nos anos de 1587 a Bahia já enviava "cavalos a Pernambuco por mercadoria onde valem a duzentos e a trezentos cruzados e mais"[1185].

Em 1618 o preço continuaria elevado. De acordo com Brandão, haviam cavalos sendo vendidos por 500 cruzados, "e outros por menos; mas, quando no cavalo se acham as partes de ginete, sem manha má, sempre vale ao redor de duzentos cruzados"[1186]. O padre Calvinista espanhol, Soler, com uma vivência americana e agora "trabalhando" para os interesses dos Países Baixos, em 1639, reforçava a opinião de Brandão: "[os] Cavalos, que são tão comuns como na França e se aproximam, em qualidade, aos cavalos espanhóis, porém com a vantagem de nunca precisarem de ser ferrados"[1187]. O comércio e a criação de cavalos e outros equinos pode ter sido tão boa que em um período de 63 anos, viu-se o aumento populacional e a diminuição de preço. Portanto, tal como o gado, pensar em uma colonização nos sertões feitos a partir do uso e da criação daqueles animais é essencial, principalmente quando se observam moradores da região de Penedo que criavam e vendiam aquelas éguas e cavalos.

Na Europa, o cavalo tinha seus entusiastas e detratores (esses preferindo o gado). Quando o assunto era agricultura, o espanhol Alonso de Herrera, em livro publicado em 1513, elogiava mais os bois do que as mulas, pois os primeiros lavravam com mais lentidão, mais profundidade e, assim, com mais economia, enquanto que as mulas andavam com mais rapidez[1188]. Na França, a figura de Charles Estienne e Jean Liébaut (escrevendo em 1564) são adeptos dos equinos: "não fazem tanto três bons bois do Bourbonnais ou do Forez como um bom cavalo da France [leia-se Ile-de-France] ou da Beauce"[1189]. As opiniões vão chegar até 1758, na figura de François Quesnay (que foge do nosso tempo, mas ainda estabelece os prós e contras dos bois em relação aos cavalos)[1190]. A história dos cavalos em relação aos homens europeus é longa, remetendo ao neolítico na França, passando pelo Egito dezoito séculos antes de cristo, "atravessando o saara" e chegando nos domínios romanos. No entanto, o que importa nesse momento é a ideia de que tal ancestralidade conferiu ao europeu desenvolver estudos e técnicas em que os equinos fossem mais bem aproveitados na agricultura, como na guerra. Tais evoluções e rupturas chegaram até o Brasil. A título de ilustração, que pode ser matizada para ambientes da América, importante o que os espanhóis e franceses faziam com os animais:

[1185] **Tratado descritivo**, 2000 [1587], pp. 125-126.
[1186] **Diálogos**, 1997 [1618], p. 191.
[1187] **Brasil holandês**, vol. I, 1997, pp. 46.
[1188] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 313.
[1189] A citação é de C. ESTIENNE e J. LIÉBAUT *Apud* BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 313.
[1190] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 313.

> Em 1580, o exército do duque de Alba que invadiu Portugal progride rapidamente graças à requisição de numerosas viaturas. Já em setembro de 1494, o exército de Carlos VIII espantava as populações da Itália com a sua artilharia de campo cujas peças andavam depressa, puxadas não por bois, mas por grandes cavalos 'talhados à francesa sem causa e sem orelhas'. Um manual do tempo de Luís XIII enumera tudo o que é necessário para deslocar uma tropa de 20 mil homens munida de artilharia. Entre outras coisas, um número enorme de cavalos: para os utensílios do cozinheiro, as bagagens e a baixela dos diversos oficiais, as ferramentas do ferreiro de campanha, as do carpinteiro, as arcas do cirurgião, mas sobretudo para as peças de artilharia e suas munições. As maiores, as de bateria, não pedem menos que 25 cavalos para levar a própria peça, mais uma dúzia, pelo menos, para a pólvora e as balas[1191].

Apesar dos elogios dos cronistas, algumas considerações são importantes. Brandão parece que foi o mais atento em relação ao cuidado dos equinos. Escreveu pela boca de seu personagem Brandônio que os maiores males dos cavalos em Pernambuco eram os escravos da Guiné, "que os matam sem reparo, para os haverem de comer, em qualquer parte que os acham, e ainda aos regalados e de muito preço furtam das estrebarias, onde estão, para o mesmo efeito"[1192]. Esses "cruéis inimigos que os perseguem", longe de serem vistos apenas como criminosos, podem ser interpretados como indicadores econômicos dos animais. Ora, a importância que se dava ao animal era tamanha que muito cabedal se gastava em alguns deles. Em contrapartida, o regime escravista chegava a patamares tais em que os negros comiam a carne de cavalo para sobreviver (podendo botar a culpa em algum predador da natureza como onças e ainda sofrendo possíveis retaliações dos senhores caso fossem descobertos). O furto e o comércio informal também dão mostra de que, na passagem do século XVI para o XVII, os cavalos eram produto que pertenciam a poucas pessoas.

Antonil, com um olhar mais econômico no mundo do açúcar, escreveu acerca da importância dos equinos e bovinos nos trabalhos dos Engenhos e nas lavouras. Ao contrário de Brandão, não reservou linhas para a importância social dos equinos, se restringindo apenas às relações de trabalho e cuidados que deveriam ter os senhores com seus cavalos. Considerou os engenhos movidos a cavalos e bois como "menos providos e aparelhados, ou pelo menos com menor perfeição e largueza das oficinas necessárias". Igualmente mostrou indiretamente a importância e a existência de Engenhos que moíam (os Trapiches) a partir daqueles animais. Antonil, portanto, tornava-os importantes economicamente em uma avaliação mais geral

[1191] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 313-314 (sobre os cavalos no neolítico francês, Egito e criação das técnicas), 317 (citação).
[1192] **Diálogos**, 1997 [1618], p. 190.

sobre custos e gastos de engenho, o que os valorizariam, por conseguinte. Continuando sua repreensão aos gastos considerados supérfluos, escreveu que "bem se vê a parcimônia que é necessária nos particulares de casa. Cavalos de respeito mais dos que bastam (...) não servem pra ajuntar fazenda, [mas] para diminuí-la em pouco tempo com obrigações e empenhos"[1193]. Cavalo era para trabalho e afazeres domésticos, e não para ostentação e uso como distintivo de poder (nesse sentido, pela quantidade); nem parece um homem de Antigo Regime.

Saindo da pretensão de usar os cronistas como "conclusões", é importante valer-se de suas escritas para problematizar os espaços de Alagoas, Porto Calvo e Penedo.

Para Palmares, viu-se que as conduções feitas por animais eram bem limitadas por conta dos terrenos acidentados e das faltas de estradas nos sertões. Até mesmo os caminhos construídos e estabelecidos não representavam segurança para os que se aventuravam a percorrê-la. A atuação dos equinos foi indireta: alguns comboios, usados mais nas vilas e em trabalhos nas roças que produziam os mantimentos que eram enviados nos carregamentos para os sertões. A situação não era própria "das Alagoas", uma vez que em São Paulo daquela mesma época os cavalos não eram tão comuns[1194]. A comparação e a "conexão" não são gratuitas. Guardando as devidas proporções, vê-se que as entradas nos sertões, somando com o clima de guerra entre lusos e ameríndios (São Paulo) e Mocambeiros (Alagoas) e a constante falta de reforço material aos milicianos que saiam das vilas podem ter contribuído a pouca ocorrência daqueles animais em áreas mais afastadas das urbes coloniais. Com a chegada dos paulistas naquelas vilas avilta-se um reforço cultural das ocupações dos sertões pela "marcha a pé", do que pela "locomoção animal". O fazer-se social paulista se mesclava, agora, com o "alagoano". Com a destruição do grande mocambo e a conquista de Palmares, não surpreende que uma cultura da pecuária tomasse força, tal como se viu nos primeiros capítulos dessa tese. Entretanto, delimitar todos os momentos exatos e sua importância é difícil, visto que nem em documentos oficiais ou depoimentos de mercês se vê menção aos equinos. Escrever sobre eles nesses trabalhos (carregamentos, locomoção) fugiria ao tema, que é sobre a economia material em Palmares.

Tamandaré sofre mais ou menos do mesmo aspecto, sendo que, por ser uma área portuária/militar, aceita-se a hipótese de existência dos cavalos como apetrechos bélicos de milicianos mais distintos e de possíveis batalhas que poderiam ocorrer, visto que o medo de piratas de monarquias europeias alheias permeou o século XVII. Apesar de o transporte fluvial ser muito importante entre Serinhaém, Porto Calvo, Alagoas e Penedo, não é de

[1193] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], pp. 73-74, 81 e 104 (Citações página 74 e 104)
[1194] HOLANDA. Op. Cit., 1994, pp. 125 e seguintes.

descartar o pensamento de que muitos comboios puxados por equinos teriam sido deslocados para Tamandaré, pela via terrestre. Trabalhadores subalternizados foram os encarregados de guia-los até seus objetivos, sem contar os que moravam nas beiras de estradas ou distanciados das vilas e termos, que ofereciam serviços para compra, venda, cuidados e subsistência alimentar dos animais, tal como ocorria em áreas sertanejas do Rio de São Francisco.

Acerca das viagens terrestres, tem-se o pedido do Oficial Ajudante das Fortificações, sobre o aluguel um cavalo para poder ir até as fortalezas que ficassem mais distantes do Recife e Olinda. Recebeu a carta régia em 19 de fevereiro de 1701, e ajuda a demonstrar que apesar da importância das embarcações e vias fluviais, os cavalos estavam a todo o momento dentro das dinâmicas que iriam até o sul da Capitania de Pernambuco[1195]. Anos depois, mas arriscando situações pré-1712, têm-se dois exemplos do centro da Comarca (Vila de Alagoas em 1756 e freguesia de Santa Luzia em 1755), em que padres seculares suplicaram ao Monarca cavalos, canoas, remos e escravos para acudirem almas nos espaços mais afastados das Vilas que não tinha a presença constante dos agentes da Igreja Católica[1196]. Consta na petição de Veríssimo Rangel em 1755:

> que pelas margens da Alagoa tem bastantes fregueses, e por terra muito[?] mais espalhados por seu grande distrito, e para acodir a este, hé preciso ter cavalo, cuja precisão hé transcendente a quase todos os parochos deste Bispado, pois os mais deles tem largas distancias nas suas freguesias, para cujo serviço lhes hé necessário ter cavalo, como tem [para esse ministério][1197].

Os parágrafos acima deixam transparecer um argumento que vai de encontro com o que escreveram os cronistas do século XVI e XVII. Mas, ao invés de uma ausência de cavalos na Capitania de Pernambuco, pode-se atribuir a falta deles em alguns casos por conta da distribuição de riqueza nos espaços. Enquanto alguns homens e famílias detinham várias cabeças, outros teriam que fazer súplicas a magistrados, administradores régios, conselheiros e até mesmo o Monarca para pedir um animal para suas locomoções.

A existência de cavalos em Pernambuco no XVII e XVIII é também encontrada na relação de exportação para Angola que era feita desde metade do XVII, quando André Vidal

---

[1195] **Anais Pernambucanos**, vol. 5, 1983, p. 26.
[1196] AHU. **Alagoas Avulsos.** Doc. 170.
[1197] ANTT. **Mesa de Consciência e Ordens.** Padroado do Brasil. Bispado de Pernambuco. Maço 12 Caixa 12. [Documento incompleto (sem o início) sobre o Padre Veríssimo Rangel pedindo Cavalo e Canoa para acudir os fregueses da Vila das Alagoas. Contém a petição do Padre Jerônimo de Brito Bezerra pedindo o mesmo para freguesia de Santa Luzia da Alagoa do Norte, 1755], fl. 8v.

de Negreiros estabelecia a guerra contra do Congo pela dominação dos sertões africanos[1198]. Em 1666 o Rei de Portugal enviou carta mandando que os Mestres dos Navios que saíssem de Pernambuco, "levem nellez todoz oz Cavallos que puderem pella nesecidade que aly [Angola] há de Cavallaria"[1199]. Como André Vidal de Negreiros foi governador de Pernambuco, avilta-se a hipótese de que o pedido foi propositalal e pensado com segurança. Não se deve imaginar que o Governador da conquista na África apenas requereu Cavalos, mas que detinha conhecimentos que Pernambuco tinha quantidade, criação e dever de enviar alguns. Não à toa que em 17 de setembro de 1709, foi escrita Carta Régia para que em cada navio que saísse de Pernambuco a conquista na África, "deviam levar dois cavalos por cada cem cabeças de arqueação"[1200]. Esse tipo de ordem foi considerado até 1754[1201]. Ousar nesse ponto é perceber que de 1666 até 1754, Pernambuco conseguiu manter uma base de criação e que as populações espalhadas pelas várias Capitanias viam a importância do equino na conquista.

Nas Minas de Salitre, ficou a cabo do Administrador Leonel de Abreu de Lima e do Superintendente o Desembargador Inácio Sarmento boa parte dos custos com as bestas das fábricas. Inicialmente o dispêndio foi de 42 cavalos, utilizados para transportar as farinhas que eram produzidas, importadas e extremamente necessárias para manter de pé os trabalhadores e os moradores. Os equinos, como bem lembrou George Orwell, eram ótimos labutadores; sinônimos da força bruta e da potência que era absorvida e utilizada pelo homem; mas precisavam descansar. Levando em consideração que poderia haver altos índices de mortes daqueles animais (tal como com as vacas e bois), o Superintendente Inácio Sarmento comprou 40 éguas para procriarem[1202]. Recapitulando bem o quesito das estradas, sem falar do uso de muitos braços humanos nos diferentes trabalhos das Minas de Salitre, os cavalos e éguas eram essenciais para levar a cabo com maior eficiência e menor custo a exploração do minério. Carregar, transportar, lavrar, locomover. Sem cavalos o sertão seria mais árduo e distante do que já era e ainda o é.

Para amenizar os labores das minas, mas ao mesmo tempo manter vívidas as relações mercantis nos sertões do Rio de São Francisco, os cavalos e as éguas foram bem comercializados. Nesse ponto, é importante estabelecer que de pouco em pouco fossem comprados alguns, depois outros e assim sucessivamente. Aconteceram grandes compras,

[1198] Sobre o contexto das atuações de Vidal de Negreiros, ALENCASTRO. Op. Cit., 2000, pp. 287-297.
[1199] AUC. **Coleção Conde dos Arcos,** Códice 33, tomo I, fl. 43
[1200] **Anais Pernambucanos**, vol. 5, 1983, pp. 141-142.
[1201] Em 1731 ainda existia a ordem de "Sobre os navios, que forem para Angolla levarem cavallos", **Informação Geral da Capitania de Pernambuco**, vol. XXVIII, 1906, p. 212. Ao que parece, as "Cartas Régias e Provisões" foram até 1754, cf. SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil:** 1500/1820. – São Paulo: ed. Nacional; Brasília, INL, 1977, p. 174.
[1202] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 11.

seguidas também por algumas de pequenas quantidades, mas bem representativas – como veremos a seguir. A primeira compra partiu até com um pouco de atraso. Levando em consideração que as Minas de Salitre começaram a ser estabelecidas entre agosto-setembro de 1701, foi somente em 07 de novembro que os primeiros cavalos chegaram. Na quantidade de 25, o superintendente pagou ao Sargento Izidoro de Souza Martinho a quantia de 232$100 pelos animais[1203].

Ao que tudo indica, vieram "nus", ou pelo menos sem nenhum apetrecho, pois no dia seguinte o superintendente teve que dispender a quantia de 23$520 réis em 49 cangalhas para os Cavalos recém-comprados[1204]. O interessante é que o vendedor não foi o Sargento, mas um homem chamado Pedro Dantas, possivelmente um morador nos sertões, bem acostumado com o trato de couro e manufatura de equipamentos de madeira indispensáveis nos espaços áridos. É de se notar a discrepância de quantidade, enquanto existiam 25 cavalos nas minas (podendo contar com outros particulares dos oficiais), foram adquiridas 49 cangalhas, o que se põe a imaginar o uso e desgaste que sofreriam durante os trabalhos e da necessidade de ter sempre alguns em reserva. Da mesma feita, planos para comprar outros cavalos poderiam existir.

A concretização dessa segunda compra de cavalos aconteceu. Porém, antes dela, uma situação extraordinária, entre 16 e 25 de janeiro de 1702 chama a atenção: um cavalo e "outras miudezas" foram comprados a Manoel Pessoa da Silva, pelo preço de 27$660 réis[1205]. Vamos guardar esse montante para fazer medidas comparativas adiante. A última compra de cavalos datavade 02 de fevereiro de 1702, quando 15 equinos foram comercializados pelo Capitão Antônio Vieira de Mello, que ainda ofereceu outros serviços como os de oficiais que trabalharam no armazém, bem como a venda de farinhas, que foram entregues na fábrica pelos Tapuias que estavam ao seu comando, sendo o valor total de 211$350 réis[1206].

Fazer um bom cálculo para saber quanto pode ter sido gasto em cada cavalo é praticamente impossível, mas pode se chegar a um valor aproximado a partir de outros montantes que existiam nos variados serviços. Primeiramente, impossível saber quanto custou as "miudezas" compradas de Manoel Pessoa da Silva, mas a interpretação sobre ela ficará mais adiante. Sobre o Capitão Antonio Vieira de Mello, sabe-se que antes já tinha ofertado serviços de seus Tapuias nas conduções de fábrica, totalizando dois serviços que foram de 24$240 e outro de 18$160. Em relação a oficiais trabalhando, o cálculo fica mais difícil, mas tem-se (posterior a compra dos cavalos), soldados de outros "Governadores" de Tapuias

[1203] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 15v.
[1204] AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1938, fl. 16.
[1205] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 17.
[1206] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 17v.

sendo pagos entre 10$240 e 14$000. Considerando uma média de 21$000 para o serviço de Tapuias em condução e de 12$000 para oficiais que trabalhavam ganhando jornais, tem-se, subtraindo dos 211$000 (arredondei para baixo), o valor bruto de 178$000 que poderia ter sido o gasto exclusivamente com os cavalos. Sabendo que os cálculos são falhos, um quadro totalmente hipotético ficaria assim:

Quadro 6: Cavalos, vendedores e preço médio por equino
(Minas de Salitre, 1701-1702)

Produto	Quantidade	Vendedor	Preço total	Preço médio
Cavalo	25	Sargento Izidoro de Souza Martinho	232$100	9$284
Cavalo	01	Manoel Pessoa da Silva	27$660	???
Cavalo	15	Capitão Antonio Vieira de Mello	178$000	11$866

Fonte: AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 1938, fls. 15v, 17-17v.

Matematicamente, pouco interessa essa avaliação. Entretanto, de uma perspectiva estritamente social algumas ideias podem ser esboçadas. Primeiramente, por conta do preço médio, é difícil encarar o montante como uma atitude "pura" de mercado. As relações sociais e outros condicionantes (como a mais-valia mercantil de Braudel) influenciariam no preço. E é tendo em vista essas condições que podemos avaliar as vendas.

Começa-se com o Sargento Izidoro só aparece uma vez nos cálculos das Minas de Salitre, vendendo essa quantidade de cavalos e não mercandeja nenhum outro tipo de produto ou serviço. Talvez, tinha aquela enorme quantidade de animais e queria dar um fim nela, como todo e qualquer comerciante que põe seus produtos em venda. O Superintendente, por sua vez, precisava de muitos cavalos para os serviços das minas e comprar aqueles 25 pelo preço de 9$000 pode ter sido a escolha mais acertada e plausível economicamente.

Por outro lado, o Capitão Antonio Vieira de Mello já era rodado naquelas paragens, pois se encontrava encarregado de uma aldeia Tapuia e chegou a oferecer serviço de condução de fábricas e farinhas até as minas. Portanto, se não se considerava amigo do Superintende, pelo menos se tratariam como conhecidos. O preço de o cavalo ter sido um pouco maior do que o do Sargento Izidoro poderia ser fruto de que em um único trato o Capitão ofertou cavalos, homens para trabalhar no armazém e tapuias para conduzir farinhas. Mesmo o cálculo sendo

falho (é impossível estabelecer que cada cavalo custou exatamente 11$866réis), a hipótese do relacionamento mais próximo entre o Antonio Vieira de Mello e o Superintendente das Minas não é de se descartar.

Caso diferente é o de Manoel Pessoa da Silva e esse invoca interpretações de ações sociais e particulares dos agentes das minas. Subtendendo que uma média do cavalo, tomando por base o preço do Sargento e o do Capitão (9$000 e 11$000), pudesse ser de 10$000, ficaria ainda sobrando 17$000 para serem gastos pelo superintendente nas "miudezas" que foram ofertadas por Manoel Pessoa[1207]. Sabe-se, contudo, que é bastante difíceis essas "miudezas" terem sido tão dispendiosas. Além disso, todo serviço e produto comprado nas minas eram devidamente contabilizados e nomeados, o que causa a problemática de um "simples" cavalo e mais miudezas ter custado 27$000. Se tomarmos o animal por 10$000, uma compra do montante de 17$000 com certeza seria bem esclarecida. Portanto, o juízo que aqui se problematiza é o seguinte: o Superintendente teria comprado um cavalo muito caro, acima do preço, mas provavelmente de boa qualidade, robusto e que não seria usado no serviço bruto das minas de salitre. Ou seja, seria um "cavalo particular", propriamente usado para se locomover nas áreas para inspeções, exercer poder e criar a aura de pessoa superior e mandonista que tantos luso-brasileiros perseguiam nos Trópicos. Olhando por esse raciocínio, as "outras miudezas" configurariam ser os apetrechos (como as cangalhas) utilizadas para adornar o cavalo e até mesmo o próprio oficial. Só que de boa qualidade, com acabamentos rebuscados e bem desenhados. A vontade do superintendente seria a utilização dos equipamentos como símbolos de poder para se diferenciar dos outros homens e até mesmo os diversos equinos que se encontravam nas oficinas[1208]. O cavalo teria se tornado um de caracteres e tratamento especiais, apesar de não ser necessário qualifica-lo como parte da Elite da *Equus ferus caballus*. Porém, as hipóteses acima recebem igualmente um reforço interpretativo a partir do conhecimento da mentalidade dos homens poderosos da capitania de Pernambuco que, desde o início do século XVII, eram chegados em ornamentar seus cavalos para passarem ares de nobreza e pessoa opulenta e importante[1209].

Em termos de "burro de carga", nos dizeres populares, tem-se apenas uma ocorrência mais direta. Data de 6 de junho de 1702, a entrega de uma quantia de 3$200 réis para o

[1207] Para fazer uma comparação, Antonil relacionava um cavalo sendeiro nas Minas de Ouro valia 100 oitavas, logo, 360 gramas de ouro, que convertido em réis era 120$000; e um cavalo andador custava duas libras de ouro, que era igual a 918 gramas de ouro, que em réis valeria 306$000 réis, **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 238. Utilizei os dados de Mansuy para converter as medidas, p. 21 e para converter oitavas em réis, p. 236, nota de rodapé 85.

[1208] Sobre o uso de apetrechos "simbólicos" para materializar e representar "poder", conferir BOURDIEU. Op. Cit., 2012, pp. 1-2, 14-15.

[1209] **Diálogos**, 1997 [1618], pp. 33, 214.

Capitão Manoel Brás Pedrozo[?], destinado a "pagar e sustentar seis Tapuias" que teriam ido para a Oficina do Salitre com 10 cavalos "carregados de farinha". Infelizmente não se sabe de onde partiram esses homens, se de suas fazendas próprias, de outras roças ou da própria Vila de Penedo e seus termos. Como o pagamento foi relativamente baixo, entende-se que os cavalos seriam os pertencentes às Minas, e não ao Capitão Manoel[1210]. A necessidade do superintendente ter em sua posse, para o serviço das oficinas, cavalos próprios, indicaria que – ao contrário do que aconteceu com a farinha – uma possível "terceirização" de serviços (ou seja, depender sempre de outrem para ser provido de algum artigo) não era uma boa opção. Ainda mais se for levado em consideração que se estará escrevendo sobre os sertões da Vila de Penedo, onde os moradores e pessoas que lá se assentavam por um período de tempo, necessitavam de cavalos para suas locomoções.

O assunto das éguas seguiu em parte a mesma linha de raciocínio que foi esboçado para as vacas e os cavalos (reprodução de um lado, locomoção e trabalho de outro). Nas compras mais ou menos individuais, vê-se em 08 de outubro de 1701 o pagamento que o Almoxarife das Minas de Salitre fez a Lourenço Pimenta num valor de 28$800. Este último teria vendido 08 éguas, que seriam utilizadas para ajudar a compor o "curral de sua Majestade". Demorou quase exatamente um mês para que outra compra fosse efetuada, dessa vez de 32 éguas para o mesmo curral. Infelizmente não há indicações sobre o nome do homem que vendeu os animais, mas a quantia foi de 115$500[1211]. Pode-se ver que a conta bate com as 40 éguas que foram contabilizadas pelos administradores das Minas para os planos que tinham sido esboçados acerca do estabelecimento social. Como a compra foi bem desigual, convém fazer novamente um exercício matemático-social simples, com o afã de estabelecer pelo menos algumas hipóteses cabíveis sobre essas aquisições.

De início, a primeira compra: ao dividir os 28$800 em 08 éguas, têm-se, em um valor médio, supondo que todas fossem adultas – de 3$600 réis por égua. Não se sabe se isso é um preço bom, ou ruim, para aquele momento histórico. Seguindo a mesma linha de raciocínio, acerca da segunda compra, chega-se em seu cálculo de um preço de 3$609 réis (arredondando de 3$609375). Portanto, pode-se arriscar que 01 égua, na região do Rio de São Francisco pertencente a Pernambuco, um pouco distante da Vila de Penedo, pudesse chegar num valor por volta de 3$600 réis.

Esse cálculo, que de início pode parecer estapafúrdio, pode se tornar bem interessante quando analisado no prisma social. Ora, diversos fatores podem comprometer os balanços e as

[1210] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 21v.
[1211] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 14 e fl. 15v.

compras e vendas das éguas, mas vendo essa disparidade de quantidade (e não de preço), a ideia que se pode esboçar é a de que existiam diferentes produtores nos espaços sertanejos, com bens distintos e de variados montantes em termos de cabedal. Enquanto que um vendeu apenas 08 éguas, outro (que não se tem informação) conseguiu passar a frente 32 de uma só vez. Não se toma os dois exemplos anteriores como conclusivo, mas como pistas de que, como tantos outros ambientes da América portuguesa, principalmente sul-pernambucanos, alguns sertanejos eram mais ricos e com mais posses do que outros habitantes daquele "sertão democrático". Mesmo assim, os menos afortunados poderiam ter terras em lugares para boa produção de seus equinos, proporcionando uma renda para sobrevivência e fazendo parte de um circuito mercantil maior que abarcava a Vila de Penedo do Rio de São Francisco. A interpretação de que cada um fosse dono de suas respectivas éguas também aparece por conta do preço ser o mesmo. Em suma, a "mais-valia mercantil" de Braudel não atuou nessa situação, pois nenhum dos dois teve que aumentar o preço de sua mercadoria por conta de acréscimos como transporte, compra de terceiros e etc. Ousando mais na "conclusão", existe a hipótese de que os animais eram excedentes de produção, ou seja, pessoas viveriam do mercado de equinos, tanto como do gado, quem sabe até mais.

E isso leva a outro pensamento, sobre aqueles que viviam de comprar e (re)vender animais. Nem sempre as compras eram boas, ou que todos os cavalos saudáveis. Aconteceu que em 20 de fevereiro de 1702, o Almoxarife das Minas de Salitre teve que receber de Antonio da Cunha uma quantia de 2$000, por este estar devendo ao oficial que havia lhe vendido um cavalo doente[1212]. Consequentemente, a prática de cuidar dos animais pode ter significado algum tipo de carreira para alguns moradores menos abastados dos sertões que "se estabeleceram nos caminhos e por pouco preço compravam este gado depreciado que mais tarde cediam em boas condições"[1213]. Tais circunstâncias foram recorrentes durante as décadas e poderia ser comum em vários espaços da Europa, com no norte, em que criadores da Dinamarca desciam pros países baixos para engordarem seus gados e deixarem alguns como pagamentos para os donos dos pastos[1214]. Quando os Jesuítas estavam em processo de expulsão e diversos documentos de cunho anti-jesuítico emergia em Portugal, os padres da Companhia, situados em Pernambuco, também foram relacionados. Apesar da data afastada (1761), vale a pena citar o documento:

[1212] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1938, fl. 13v.
[1213] ABREU. Op. Cit., 1963, p. 149.
[1214] BRAUDEL. Op. Cit., vol. III, 2009, p. 161.

> O padre João Honorato, sendo provincial deixou escrito no livro das visitas do colégio de Olinda, que os reitores tivessem muito cuidado em atravessarem das boiadas, que por ali passam vindas do sertão, todo o gado magro e estropeado para o engordar e vender por alto preço no tempo da carestia... O padre João das Neves, fazendeiro do engenho de Monjope, do colégio de Olinda, tinha taberna na estrada e casa de estalagem[1215].

Fazendas nos sertões podem ter existido exclusivamente para esse tipo de trato e comércio. Seus donos viveriam a partir daquelas maneiras de mercandejar e até mesmo lavrar o que podiam. Fugir um pouco da civilização do açúcar é essencial para entender as complexidades de uma dinâmica social, em que terras dos sertões foram colonizadas desde o XVII para conquista luso-brasileira e serviram como polos de criações de equinos e gado. Situação que ocorreu com o Capitão Antonio Vieira de Melo nos "Campos de Garanhuns": uma sesmaria lhe foi dada em 1671 e com o tempo o Capitão fundou nela "sítios de cultura e de criação de gado vacum e cavalar"[1216]. Apesar de sua jurisdição naquela época pertencer a Vila de Penedo (como diziam os oficiais da Câmara), imagina-se um raio de ação muito maior (afinal, vendeu 15 cavalos nas minas de salitre, v. supra), que poderia ter chegado a outros espaços da futura Comarca das Alagoas.

Essas foram as compras documentadas de maneira, pode-se dizer, contábil. Entretanto, a partir de avaliações em conjuntos documentais de naturezas diferentes, têm-se outros depoimentos sobre pessoas que participaram das dinâmicas das Minas de Salitre. O Capitão João Dantas Aranha, acompanhando o Mestre de Campo Antonio de Albuquerque da Câmara, dispendeu fazendas nas lutas contra ameríndios da nação "Ganduhi", nos sertões (provavelmente de Penedo). Entre elas, fez "compras de cavalos, e éguas para conduzir os mantimentos das Minas de Salitre conduzindo as tropas para a guerra do bárbaro gentio levantado e para sustento dos soldados, carnes, farinhas"[1217]. Utilizando a Oficina do Salitre como uma espécie de base (subtende-se), o militar Dantas Aranha contribuía na estruturação do espaço ao colocar mais força equina nos diferentes trabalhos das Minas, apesar de que o serviço era de condução de mantimentos "das" Minas, e não "para" as Minas. Todavia, não é exagero ou enganoso pensar que a Oficina usufruiu dos trabalhos das bestas.

Da mesma feita, seu conhecimento dos espaços e das populações pode ter ajudado antes mesmo das batalhas contra os ameríndios hostis. Em 1701, quando o Desembargador das Minas de Salitre chegou aos campos do Buíque, estava junto a ele o Capitão Manoel

---

[1215] "Relação sobre o deplorável estado a que chegou a Companhia de Jesus nesta província do Brasil [20 de fevereiro de 1761]". *Apud* **Anais Pernambucanos**, vol. 6, 1983, p. 215.
[1216] **Anais Pernambucanos**, vol. 7, p. 70.
[1217] AHU. **Alagoas Avulsos.** Doc. 90, fl. 15v.

Marques, que era o Tesoureiro das Minas. Lá conheceu o Capitão João Dantas Aranha, e recebeu sua companhia "várias vezes nas compras dos cavalos e éguas e mantimentos para essa oficina". Esse tipo de amizade, conhecimento social, econômico e estratégico, pode ter sido fator elementar para que João Dantas Aranha tenha se tornado Tesoureiro das Minas de Salitre – pelo menos no que concerniam os mantimentos – em 1706, a partir de indicação do Administrador Manoel Marques[1218]. Se até agora a tese focou em aspectos econômicos e de economia material, alguns momentos históricos específicos (ou seja, cognoscíveis somente a partir das fontes) ajudam a estabelecer que uma suposta *imparcialidade mercantil* (que no limite é impossível) era modificada em alguns momentos pelas alianças políticas e sociais. Dito de outra forma: "(...) o problema não se coloca apenas nesses termos econômicos [oferta e procura] (...). Com toda a evidência, o problema tem de ser colocado em termos de poder"[1219]. Fossem dos homens poderosos, oficiais e administradores entre si, ou deles com os subalternizados que moravam nos sertões.

Na administração de Manoel Marques pode-se ver um pequeno indício desse cuidado com os cavalos e éguas. O que se tem documentado é o pagamento de 21 de julho de 1703, quando foi entregue 1$900 réis para que o Sargento Manoel de Azevedo se dirigisse até o Rio de São Francisco com mais 04 soldados pagos para buscar 04 cavalos e "umas éguas". O pagamento efetivou-se para prover o sustento dos milicianos e do sargento. Ou seja, não era relativo aos animais[1220]. Apesar de ser possível que tais bestas tivessem sido compradas em outro momento, outra hipótese pode ser levantada: a de que os cavalos e éguas já faziam parte daquele conjunto dos primeiros anos das Minas de Salitre, mas que haviam sido deslocados para o Rio de São Francisco por conta de algum serviço (comboio, viagem, pastagem).

Nesse ponto, se juntarmos esse momento com os acontecimentos e narrativas anteriores sobre pobreza de pastos, alimentação precária e necessidade de cuidados, é visível essa atitude sob uma perspectiva de zelo e cuidado no envio dos equinos para um espaço em que pudessem se recuperar fisicamente dos labores dos sertões. Ao mesmo tempo, tal situação mostra a dinâmica pelo grande rio, visto que lá chegavam comboios com mantimentos que vinham da Vila de Penedo. Os regimes de trabalho – na falta de um termo melhor – dos equinos estavam atrelados ao dos bois, às vezes não havendo "hierarquizações" ou "divisões".

Tiveram os cavalos e éguas vários usos: **1)** transporte de pessoas: como os oficiais ou outras pessoas selecionados a serviços que precisassem de deslocamentos para gerenciar ou

[1218] AHU. **Alagoas Avulsos**. Doc. 90, fl. 39.
[1219] BRAUDEL. Op. Cit., 2009, vol. II, p. 149. Sobre os caracteres que vão influenciar as ofertas e procuras, essencial a leitura completa de BRAUDEL. Op. Cit., Vol. I, 2005.
[1220] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 2651, fl. 77.

fiscalizar; **2)** Nas conduções: pois não se pode imaginar que tudo era feito por braços ameríndios e escravos, mas que os equinos foram utilizados nas viagens, levando mantimentos, pessoas e ferramentas em seu lombo (a compra de cangalhas é exemplar), além de carros que deveriam trazer em seu conteúdo pesados apetrechos; **3)** ferramenta para alguma atividade de tração: não necessariamente uma carroça, mas equipamentos das minas ou materiais de construção quando os armazéns e casas eram construídos; **4)** para lavrar: afinal, não se pode nunca se esquecer dos cavalos como animais de tração para serviços no campo, aqui encarados como nos brejos ou terras possivelmente férteis nos arredores.

8. 3 Missão comprida

Em 1761, décadas e décadas após a instituição da Comarca das Alagoas, e um pouco mais de um século depois da reconquista contra os Holandeses, Frei Maria Jaboatão resguardava a importância que o Gado tinha adquirido para todo um conjunto populacional da Capitania de Pernambuco e suas anexas. Certamente utilizou de suas vivências do terceiro quartel do XVIII para transpor ao início da colonização como uma "estrutura" fixa que só dava bons frutos: "Tão fecunda ["a terra do Brasil"] de gados de todas as especies, que assim como sobejão para o gosto, e sustento, abundão para o serviço, e servem para o lucro"[1221]. Leitor de obras do século XVII (Valeroso Lucideno, Catriosto Lusitano), pesquisador de arquivos e entrevistador de pessoas antigas, Frei Jaboatão, ao mesmo tempo em que tentava dar sua opinião sobre a importância do gado, indiretamente "concluía" uma ideia da importância que o animal desenvolveu ao decorrer dos séculos na história da Capitania de Pernambuco como um todo. Apesar de atribuir todas essas vantagens à "terra do Brasil", viu-se nesse capítulo o constante fazer-se social dos diferentes grupos que utilizaram dos animais para diversos afazeres do dia-a-dia.

Por que o gado é um animal "conquistador"? A resposta pode ser tão simples que causa desconfiança à primeira vista: o animal era inexistente na América pré-colombiana[1222]. Um gado como agente "colonizador" trouxe consigo não apenas o trabalho, mas a própria vida para ser assimilada nos territórios americanos e pelos ameríndios: pastoreio, alimentação, novas relações de trabalho. A ideia de conquista também deve ser mais bem matizada. Para a Europa, espaços com pouco homem é propício a ter mais animal vivendo[1223]. Mas isso é para

[1221] **Novo Orbe Seráfico**, 1980 [1761], vol. II, p. 6.
[1222] GODINHO. Op. Cit., vol. IV, 1981, p. 42.
[1223] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 176.

um continente cuja criação dos animais já era "natural". O que dizer da América? Por aqui, em Porto Calvo, Alagoas e Penedo, os territórios eram "inóspitos" (tendo apenas as caças "naturais") e, antes de haver animal, o próprio homem teria que chegar ou primeiro, ou com um animal acompanhado. No decorrer de seu desenvolvimento histórico (sendo quase impossível mensurar datas certeiras), a interpretação de Caio Prado Júnior ganha força: os rebanhos que se afastavam, acabavam se tornando bravios e impróprios para consumo, se desgarrando da produção e vivendo até mesmo por anos em sertões "desabitáveis"[1224]. A leitura da "colonização" pode ser feita nessa provocação: local onde tinha gado vivendo, era local para assentamento social e para própria criação da grei, podendo expandir para outros produtos. E, aqui, cabe um alerta: se os sertões eram "desabitáveis", como foi que o gado sobreviveu? No caso das partes sul de Pernambuco, o clima e geografia foram propícios, uma vez que o gado tinha bom trânsito entre os tabuleiros, várzeas e planaltos, e, com isso, a grei passava a temporada de chuva nos tabuleiros e vencia os períodos de seca nas várzeas[1225].

Na metade do século XX, Andrade fez uma retropesctiva *a la* Braudel (que vimos no caso da farinha de mandioca) e teceu um comentário deveras curioso:

> este gado ainda é dominantemente *crioulo* e descende do gado trazido de Portugal na fase colonial e aqui adaptado às condições do meio, perdendo porte e peso, conseguindo uma vitória biológica que representa para o homem um prejuízo econômico[1226].

O parecer técnico-científico de Manuel Correia de Andrade, se tem validade para o século XX, torna-se incompleto quando levado para tempos mais antigos como os séculos XVI-XVIII. Viu-se nesse capítulo o quanto o gado representou não um prejuízo, mas um considerável impulso econômico, fosse para dinamizar as relações entre pessoas como para enriquecer o capital (leia-se, cabedal) individual delas. Não é de se surpreender as artimanhas e táticas de João Dantas Aranha nas suas contribuições com as Minas de Salitre para vencer os "caprichos do clima" e usufruir da peculiaridade da geografia sul pernambucana: sabia de localidades onde haveria bom pasto para gado e ainda comprou algumas terras. Os anos eram de finais do século XVII e esse conhecimento já devia ser bem disseminado, visto que a ocupação dos sertões data pelo menos o início da conquista lá no século XVI. Entretanto, terra para viver é diferente de terra para criar rebanho, e esse conhecimento era híbrido: botânico

[1224] PRADO JR. Op. Cit., 2011, p. 204.
[1225] ANDRADE. Op. Cit., 2010, p. 59.
[1226] ANDRADE. Op. Cit., 2010, p. 71.

do homem (que já entendia da natureza local) e experiência animal (de greis que poderiam ter chegado lá antes, em suas andanças).

Os cavalos e éguas, da mesma maneira que poderiam ser colocados apenas como ferramentas para o homem guerrear, lavrar e transportar bens aparece como um animal histórico muito mais complexo. Criar, vender e revender equinos foi uma arte, que ia do mercado de luxo ao cotidiano mais simples. Mais uma vez a influência europeia é sentida. Tornava-se difícil no velho continente para uma cidade sobreviver sem a sua quantidade de cavalos para transportes e locomoção[1227]. As feiras em locais tão separados como Leipzig, Antuérpia de 1567 e Verona de 1634, também eram um capítulo a parte, com dias e momentos dedicados as compra e venda de cavalos e gados[1228]. O que se poderia falar das vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo? Certamente que o costume cruzou o Atlântico, sobreviveu e foi constantemente reformulado na América e, novamente, em cada Capitania em separado.

Revisitando o que os cronistas escreviam no início do século XVII, o comércio dos animais se tornou um bom fator de enriquecimento caso o responsável soubesse de locais propícios e de técnicas para garantir a reprodução e segurança de sua prole. Mesmo com o aumento populacional durante os seiscentos, é importante observar a atuação de João Dantas Aranha nas regiões de Penedo do Rio de São Francisco nos finais do século XVII, ainda comprando terras, animais e pondo o mercado e a economia para girar em torno de um animal que não era necessariamente o gado. Ao que tudo indica, o ganho era garantido, vista as compras que foram feitas e o leque de ação do Capitão (sesmarias, pastos, madeiras, cavalos, éguas, gado, farinha e até canoas e remeiros). Em relação a uma urbe, não conseguir sobreviver sem cavalos também é igualmente verdadeira: é só lembrar-se das locomoções entre Alagoas do Sul e Porto Calvo entre si e com seus termos. Embora que, quando o assunto era a guerra contra Palmares, o uso dos equinos ficou mais circunscrito por causa dos terrenos e das táticas bélicas. Isso não impediu os mocambeiros de se valerem daqueles animais (furtando e possivelmente criando), mas, por falta de oportunidades, das intermináveis batalhas e das investidas dos seus senhores e ex-senhores em seus processos criativos, não foram produzidas culturas de criação, adestramento, cruzamento biológico, ação bélica, agropecuária, entre tantas outras.

[1227] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 319.
[1228] BRAUDEL. Op. Cit., vol. II, 2009, p. 72.

Apesar de ter seu fundo empírico, tomar ao pé da letra que "foi a zona do açúcar, porém, que deu origem à primeira fase da grande criação de gado"[1229] também diminui a autonomia e "pioneirismo" dos rebanhos em outras conquistas e momentos históricos. Já se falou até em um hierarquia econômica e política para o gado, onde os animais eram dependentes "direto" da economia do litoral (leia-se, suas principais vilas) e "indireto" da política que emanavam da "metrópole" (i. e., Cortes e Monarquia)[1230].

Se os Engenhos do Recôncavo baiano lançaram os gados para os sertões, o que se pode dizer para Penedo do Rio de São Francisco, que não tinha Engenho de Açúcar e nem foi "fundada" para ser mero quintal da várzea pernambucana? Pode-se cometer um pouco de paganismo e perseguir um pouco um "Ídolo das Origens": o açúcar do Recôncavo e da várzea chamou o gado (não é a toa que Duarte Coelho nada fala sobre a grei e sua importância). Os espaços mais ao sul da Capitania (Porto Calvo, Alagoas e Penedo) só começaram a tomar força quando já existia "açúcar" no centro de Pernambuco, e suas dinâmicas, mesmo sendo diferentes, seguiam o ritmo de que, uma hora ou outra, teriam que começar a trabalhar para ter açúcar também. Apresentar o gado como um dos principais fundamentos da economia alagoana não o exime de estar atrelado à expansão do açúcar de Pernambuco e Bahia. Entretanto, para espaços "Alagoanos", os rebanhos tomaram novas feições: mais originais ou pelo menos mais pioneiras e autônomas, não tanto dependentes do mundo do açúcar como foram na várzea e recôncavo. De maneira "paradoxal" (porque uma posição só pode ser tomada a partir de determinado argumento que se queira traçar) o gado em Porto Calvo, Alagoas e Penedo é resultado da expansão do açúcar (Pernambuco e Bahia) e ao mesmo tempo é figura original que deu força à economia alagoana, açucareira ou não.

Finalmente, de maneira indireta, se aceita que a ida de um Ouvidor para ajudar a gerenciar as Minas de Salitre iria refletir nas fazendas de gado da região sertaneja da Vila de Penedo. Até 1706, e com a leitura desse capítulo, observa-se a importância que o gado começava a ter na jurisdição de Penedo não apenas por sua existência (que é anterior aos batavos), mas pelo momento de consolidação dos currais e novas sesmarias. Se o período foi de altos e baixos, não se descarta a fixação cada vez maior da economia são-franciscana em torno dos mercados de gado vacum e cavalar, fosse para trabalhos nas lavouras do litoral, ou nas minas de salitre, ou na alimentação, ou na confecção de apetrechos de couro. O Ouvidor chegaria para ajudar a gerenciar a ordem civil, mas não de maneira local (como os juízes ordinários), e sim conjugando as três vilas que formaria a Comarca. Estabelecer a ordem e a

[1229] SIMONSEN. Op. Cit., 1977, p. 151.
[1230] ANDRADE. Op. Cit., 1996, p. 107.

boa administração era fazer com que os rebanhos de Alagoas, Porto Calvo e Penedo fossem resguardados, ao mesmo tempo em que movimentados entre espaços e povoados, dos engenhos às pequenas roças.

9 OS PRODUTOS MUNDIAIS

Apesar de toda a estima dada aos gêneros de subsistência e mantimentos mais ao rés-do-chão nos espaços das vilas ao sul de Pernambuco, não é salutar que uma análise da economia "alagoana", mesmo que tenha em seu âmago o distanciamento em torno da generalizante concepção da "civilização do açúcar", não dê atenção aos produtos do mercado mundial. Eram eles aqueles que garantiam a motivação de colonização, o sentido da exploração e a razão de ser da conquista atrair tantos imigrantes e a atenção dos administradores régios, estivessem eles no Brasil ou em Portugal.

Acerca do açúcar não tem muito que se escrever, pois uma problematização já se encontra na introdução dessa tese e em capítulos passados. Todavia, mesmo sendo produtos de grande qualidade, a historiografia (alagoana e brasileira) pouco – ou nada – propôs de análise para os artigos do tabaco e do Pau-brasil nas regiões mais ao sul da Capitania de Pernambuco. As linhas que se seguem tratarão de inserir Porto Calvo, Alagoas e Penedo em um espaço maior que seria o mercado mundial a partir da influência desse último na economia do primeiro e vice-versa, no eterno fazer-se socioeconômico que dará forma tanto às populações das três vilas e suas freguesias, quanto na maneira em como a administração do Estado lusitano – com, ou sem a intermediação do Governo de Pernambuco – dispendia atenção àquelas localidades, pretendendo igualmente influenciar os caminhos a serem percorridos.

E o que seria o "mercado mundial"? O termo parece estar em desuso após o esfacelamento do mundo "moderno" em várias "histórias" (Atlântica do norte sul, América espanhola, Ilhas, América portuguesa, América holandesa, América anglo-saxônica, África portuguesa, etc.). Um de seus maiores entusiastas da visão "mundial", Fernand Braudel, criador da chave-interpretativa "economia-mundo", escreveu que a economia mundial "estende-se à terra inteira: representa, como dizia Sismondi, 'o mercado de todo o universo', 'o gênero humano ou toda aquela parte do gênero humano que faz comércio e hoje constitui, de certo modo, um único mercado'"[1231]. Tendo sido influenciado por Braudel e Wallerstein, o historiador Kirti Chaudhuri arriscou aplicar a "economia mundial" para o império português nos períodos pós-descobrimento (campos analítico esse mais caro a Vitorino Magalhães Godinho, que também se valeu do termo "economia mundial"): para Chaudhuri, após os

[1231] BRAUDEL. Op. Cit., vol. III, 2009, p. 12.

descobrimentos, e já em fase de expansão, o "mundo" estava se interligando em vias marítimas e terrestres a partir do mercado proporcionado pelos lusitanos[1232].

Até que ponto o sul de Pernambuco figurava dentro da Economia Mundial? É nessa linha um tanto quanto megalomaníaca que esse capítulo será trabalhado. Afinal, se Capitanias maiores como Pernambuco e Bahia tinham seu peso, é exemplar o desvio do foco de análise para áreas menores, mas que faziam parte de um todo maior. As economias, estudadas em âmbito mais "local", entusiasmavam – à sua maneira – as dinâmicas macroestruturais, que, por sua vez, voltavam suas consequências aos espaços menores de Pernambuco, influenciando, assim, as vivências locais.

9. 1 Açúcar

Mesmo no momento em que se convencionou chamar de "ciclo do pau brasil", a elevação de engenhos de açúcar para o mercado mundial já era plano em prática (uma carga de açúcar do Brasil foi reexportada de Lisboa para Antuérpia em 1544[1233]). Nos tempos de Duarte Coelho suas existências foram latentes: consistiram em construções a partir do trabalho ameríndio, tinham problemas para fazerem gêneros de subsistência e, por conta da distância entre um e outro Engenho, as riquezas provenientes deles eram lançadas no mercado mundial, pois o interesse de povoar a terra não tinham se tornado comum a todos[1234]. Apesar de todos os seus problemas, os diálogos de Alviano e Brandônio podem servir como horizonte de "imaginário" ou "mentalidade" de um cotidiano que fundamentou ações sociais:

> Alviano
>
> Não deve ser de muita consideração a riqueza que consiste somente de fazer açúcares, pois vemos que da nossa Índia Oriental se enriquecem seus moradores de tantas e diversas cousas, como são grande quantidade de drogas prestantísmas, roupas muito finas, ouro, prata, pérolas, diamantes, rubis e topásios, almiscre, âmbar, sedas, anil e outras mercadorias, de que as naus vêm dela todos os anos colmadas para a Espanha.
>
> Brandônio
>
> Verdade é que todas essas e outras mais se trazem dessas partes; mas, contudo, me esforço a provar que, com se não tirar do Brasil senão somente açúcares, é mais e de mais rendimento para a fazenda de Sua Majestade do que o são todas essas Índias Orientais[1235].

[1232] CHAUDHURI, Kirti. "O império na economia mundial". In: BETHENCOURT. CHAUDHURI. Op. Cit., 1998, pp. 248-270.
[1233] GODINHO. Op. Cit., vol. IV, 1981, p. 99.
[1234] Carta de 1546. In: **Cartas de Duarte Coelho**, 1997, p. 49.
[1235] **Diálogos**, 1997 [1618], p. 86.

Nos capítulos passados dessa tese, foi defendida a ideia de que o sul de Pernambuco estava longe de ser um espaço nascido, mantido e economicamente progredido apenas pelos Engenhos de Açúcar. A demora entre a concessão de uma sesmaria e a elevação de um Engenho poderia durar muito, sem contar que a fórmula Sesmaria→Engenho não pode ser aplicada a torto e a direito. O próprio Duarte Coelho demorou alguns anos para: "introduz[ir] a plantação [de cana] em 1538, e com o auxílio de mercadores lisboetas procur[ou] desenvolver a produção, mas d[eram]-se do mesmo modo revoltas e assaltos de índios; em 1542 est[ava] um engenho quase concluído e outro em projeto"[1236].

Porém, eles existiam e seus donos eram poderosos o suficiente para conseguirem ter seus mandos sociais e econômicos nas vilas em que estavam fincados. O Açúcar não deve ser explicado apenas em suas contabilidades econômicas (apesar dessa ser em parte a proposta do presente tópico da tese), pois a vida social e cultural nos ambientes da Capitania de Pernambuco – excludentes, conflituoso, hierárquico e violento – era fator *sine qua non* da eterna perseguição dos habitantes ao patamar de Senhor de Engenho. Nunca é cansativo citar a famosa fala de Antonil:

> O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E, se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino[1237].

"De que vale um privilégio sem substância material?"[1238] A pergunta de Fernand Braudel serve como um tiro de pistola que dá a largada para que marxistas e weberianos comecem a correr em suas narrativas intermináveis sobre o que veio primeiro: o ovo ou a galinha. Pondo a infraestrutura e a superestrutura de lado, a problemática é alargada quando se vê os homens da câmara pedindo mais favores ao Rei para aumentar os poderes de seu Ouvidor recém-chegado, alegando terem 26 Engenhos de Açúcar em sua jurisdição (da Capitania) e pretendendo aumentar cada vez mais. Aquela opulência em cima do açúcar sempre existiu? O gênero branco acabou por se tornar motivação intrínseca de uma Comarca por ser sustento da economia. E essa instituição acabaria por servir àquele artigo de suma importância, uma vez que os plantadores e produtores requeriam mais suporte para suas

[1236] GODINHO. Op. Cit., vol. IV, 1981, p. 103.
[1237] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 79.
[1238] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 468.

expansões. A provocação de Braudel lida de outra maneira é ótima para introduzir o período de reconstrução dos engenhos de açúcar no período pós-holandês.

9. 1. 1 O açúcar no período pós-holandês

As lutas contra os holandeses ajudaram a dar atenção ao produto branco, mas não representou de imediato uma "mudança de rumo" e muito menos que os Engenhos "alagoanos" fossem de grande capacidade, estando em qualidade e quantidade bem inferior aos do centro da Capitania de Pernambuco, de Itamaracá e possivelmente Paraíba. Para o período 1624-1654:

Quadro 7: Distribuição geográfica e quantitativa dos engenhos de açúcar – período holandês

Localidade	Número de Engenhos
Capitania de Pernambuco	93
Porto Calvo, Alagoas e Penedo	16
Itamaracá	22
Paraíba	20
Rio Grande do Norte	2

Fonte: MELLO. Op. Cit., 2012, p. 199.

A tabela, de grande utilidade, posta dessa maneira mais esconde do que elucida a história do açúcar "alagoano". Voltaremos a ela mais tarde. Por enquanto, ressalta-se que as ações políticas para expansão do açúcar foram tomadas: o privilégio de terem expulsado os batavos garantiu um perdão de mais de 10 anos em isenção de impostos para quem levantasse Engenhos destruídos pelos batavos. Entretanto, o progresso não foi imediato e nem alheio a problemas. Muitos continuaram arruinados e foram à falência, tendo que pôr em praça pública os seus maiores bens. Em outubro de 1665 a barganha chegou a ares em que os senhores e

lavradores queriam evitar "fazer execução nas fabricas dos emgenhoz". O que acabou não dando certo, pois foi salientado pelos "acredores" que "os favores dos Reys Se não Restringuem, emtendesse quando não prejudicão a treceyro", o que faria a execução de Engenhos e Lavradores endividados serem nos "benz moveis, e fabricas doz Engenhoz, e Fazendas de Canaz"[1239].

Quando os batavos foram expulsos, o Rei recebeu uma lista dos Engenhos das diferentes vilas da Capitania de Pernambuco. No dia 04 de agosto de 1655 o Procurador Dom Miguel Portugal escreveu e enviou "cópia do termo" sobre a relação dos Engenhos, pois o Rei já intentava incorporar a Capitania Donatária à sua Coroa e precisava "Saber o dito Rendimento", que era a soma que "lhe pagava cada ingenho de penção, e asym de asucar, como de direito[?]"[1240]. A "mentalidade quantitativista" já era uma realidade no fazer-se daquele "Estado mercantilista": "a preocupação pelo número – elemento de antecipação, e portanto de decisões, agora – levam ao desenvolvimento da contabilidade pública, dando-nos deste modo a possibilidade de analisar estatisticamente a evolução financeira [do Reino]"[1241]. De resumo, Porto Calvo teria 08 engenhos em 1655, enquanto que Alagoas 06, sendo que 2 eram de Gabriel Soares e outro engenho ficava numa divisão de terra em que um segundo prédio seria feito (ou seja, em um futuro, poderia ser 07 engenhos). Um quadro transcrito ficaria da seguinte forma:

Quadro 8: Engenhos de Porto Calvo em 1655

ENGENHO	PROPRIETÁRIO	ARROBAS/DIREITO
Engenho do Morro	Rodrigo de Barros	Paga 12 arrobas de açúcar branco encaixado posto no Paço
Sem nome	Sebastião de Carvalho	Paga 30 arrobas de açúcar branco encaixado posto no Paço
Engenho da Copiana	"em que está" João Pessoa	Paga 30 arrobas de açúcar branco encaixado posto no Paço
Engenho de Camaragibe	"em que está" Dona Cosma Lins	Paga 20 arrobas de açúcar branco encaixado posto no

[1239] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 187v-188.
[1240] **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 5 e seguintes
[1241] GODINHO, Vitorino Magalhães. "Finanças públicas e estrutura do Estado". In: In: GODINHO, Vitorino Magalhães. **Ensaios II:** sobre a história de Portugal. Lisboa: livraria Sá da Costa Editora, 1968, p. 46.

		Paço
Massangano	João Lins	Paga 30 arrobas de açúcar branco encaixado posto no Paço
Santo Antonio	Rodrigo de Barros	Paga 20 arrobas de açúcar branco encaixado posto no Paço
Alpoins	"que está a monte"	Paga 30 arrobas de açúcar branco encaixado posto no Paço
Sem nome	Cristóvão Dias Delgado "que está a monte"	Pagava 30 arrobas de açúcar branco encaixado posto no Paço

Fonte: **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 5 e seguintes[1242]

Quadro 9: Engenhos de Alagoas em 1655

ENGENHO	PROPRIETÁRIO	ARROBAS/DIREITO	OBSERVAÇÕES
"dous Engenhos" "da Alagoa"	Gabriel Soares	Pagam 60$000réis em direito de conta cada um (120$000 no total). O Engenho de Elena da Cunha paga 45 arrobas de Açúcar Branco "na Alagoa por despacho do Provedor João do Rego Barros de 21 de fevereiro de 1706[?]"	"hum de[lles] [e] [está][?] monte hum destes Emgenhoz que hé hoje de Elena da Cunha.
Sem nome	Sebastião Dias	"está a monte pagava a 1 e meio por cento no porto do Recife"	
Sem nome	Antonio Martinz Ribeiro	"está a monte pagava a 2 por cento"	
"em S. Miguel"	Thomé da Rocha	Que está a monte pagava 1 e meio por cento	
Sem nome	Lucas de Abreu	"pagava a 4 por cento está hoje a monte"	"de duas légoas que tinha de terra, este

[1242] Na transcrição feita por Evaldo Cabral de Mello, e reeditada por Gonsalves de Mello, há ligeiras diferenças (apesar de Gonsalves citar o que foi usado nessa tese, parece que as informações não foram confrontadas). Por exemplo: Gonsalves não atribui o de Copiana ("Capiana") a João Pessoa. O de Camaragibe está como sendo de "Jácoma Lins". Os Engenhos de João Lins e de Rodrigo de Barros estão sem nome. Documento 7. **Fontes Brasil holandês**, vol. I, 2004, pp. 241-242.

			emgenho, tocavão a Ignácio Correa digo Bernardo Correa Motta 342 braças em que quer levantar emgenho elle toca a dita parte meyo por cento de penção que se obrigou a pagar para o que ouve despachos do Provedor Joam do Rego Barroz que mandou fazer este assento em 4 de agosto de 1701[?]".

Fonte: **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 5 e seguintes[1243].

As informações acima expunham uma situação não muito diferente do período holandês. E não era de se surpreender, pois se tinha passado apenas um ano da restauração. O tempo não teria sido o suficiente para os Engenhos voltarem a moer a cana na maneira como o Estado lusitano. Quando os cronistas e homens do Conselho das Índias Ocidentais contabilizaram em 1630 total de "5 ou 6 engenhos" para as Alagoas, "mas fazem pouco açúcar e anos há em que alguns não moem". Porto Calvo tinha "7 ou 8 engenhos alguns dos quais fazem um pouco de açúcar"[1244]. É mais do que óbvio que a luta contra os batavos foi a maior responsável pela situação estagnada do Açúcar nas vilas mais ao sul da Capitania de Pernambuco. Como se mostrou no início dessa tese, "Alagoas" não nasceu exclusivamente do açúcar e nem suas sesmarias iniciais devem ser encaradas automaticamente como sinônimos de lavouras de cana e Engenhos. Como os batavos se interessavam mais no açúcar do que em outros produtos (o tabaco alagoano era mal visto, como se verá adiante), subtendeu-se que com a conquista dos protestantes guiados pela Companhia das Índias Ocidentais, uma injeção econômica teria sido dada na elevação e conservação de Engenhos. Nas viagens do Capitão Willem Jansz, tanto o açúcar de Porto Calvo como das Alagoas eram vistos como de boa qualidade: "Aqui [Porto Calvo] se produz muito e excelente açúcar (...). Aqui [Alagoa] há

[1243] Ainda na documentação citada por Gonsalves Mello, "possui Gabriel Soares dois engenhos, um deles está a monte e posto por terra, e do outro que mói pagava de pensão cento e vinte mil réis". De acordo com a documentação no Conde dos Arcos, está explícito que "pagam 60$000réis em direito de contado cada hû". Ficar-se-á nessa tese com a informação do Conde dos Arcos, visto que um dos Engenhos estava em mãos de Elena da Cunha, cf. Documento 7. **Fontes Brasil holandês**, vol. 1, 2004, p. 242.
[1244] Documento 3. **Fontes Brasil holandês**, vol. I, 2004, p. 36.

muito açúcar e de boa qualidade"[1245]. Todavia, vê-se que o que os batavos fizeram nada mais foi do que tentar manter os que já existiam, com poucas ações de "expansão", como se vê no relatório enviado a Nassau-Siegen em 1638:

Quadro 10: Engenhos de Porto Calvo e Alagoas no relatório para Nassau-Siegen de 1638

PROPRIETÁRIO	LOCALIDADE
Manuel Ramalho	Porto Calvo
Alpões	Porto Calvo
Rodrigo de Barros Pimentel	Porto Calvo
"do mesmo Pimentel, recentemente feito"	Porto Calvo
Manuel Camelo	Porto Calvo
Cristovão Botelho	Porto Calvo
"outro engenho do mesmo, ultimamente feito"	Porto Calvo
João Lins	Porto Calvo
Cristovão Dias Delgado	Porto Calvo
Total	9
Sebastião Dias	Alagoa do Norte
Antonio Martins Ribeiro	Alagoa do Norte
Lucas de Abreu	Alagoa do Norte
Total	3
Gabriel Soares	Alagoa do Sul
Henrique Carvalho	Alagoa do Sul
Total	2
Barbalho	Rio de São Miguel
Soma dos totais	15

Fonte: Documento 5. **Fontes Brasil holandês**, vol. I, 2004, p. 80.

O relatório demonstra um tímido aumento de 1-2 Engenhos em Porto Calvo e de 01 em Alagoas. 08 anos já se tinham passado desde 1630 e a ideia de que a "manutenção" da produção de Açúcar no período holandês toma mais forma do que a propriamente "expansão" ou "investimento". Apesar de o documento indicar que "em razão da guerra e de terem por aí passado recentemente os exércitos de um e outro lado, estão sem dúvida muito arruinados". Parece que a regra era cada um por si, pois naquele ano não moeram "a metade dos engenhos das Alagoas e Porto Calvo..... 8 engenhos"[1246]. Porém, os termos "recentemente" e "ultimamente" fazem remeter que tanto Rodrigo de Barros Pimentel quanto Cristovão Botelho

[1245] **Descrição das costas do Brasil**, 2007, p. 171-172.
[1246] Documento 5. **Fontes Brasil holandês**, vol. I, 2004, p. 81 e 126.

se encontravam na Vila de Porto Calvo e, mesmo com os holandeses por ali, construíram seus Engenhos. Pelos depoimentos colhidos por Jaboatão, ambos já eram possuidores de 04 Engenhos desde 1630, quando "abandonaram", respectivamente "a mulher e filhas com dous Engenhos" e "outros dous [engenhos], e nelles hum seu Irmão"[1247].

Nessa narrativa, a tese de uma "mudança de rumo", proposta por Ferreira Azevedo, deve ser trazida de volta. Não mais pensando exatamente nos Engenhos de Açúcar, mas na possível expansão de lavouras de cana. Caminho que parece ter sido mais ou menos o "histórico": "o arranque da industrialização açucareira do Brasil data porém da década de 1540. Os anos precedentes devem ter sido ocupados sobretudo na plantação de canaviais; então começa a montagem em cascata dos engenhos"[1248]. O relatório de 1640 ajuda a complexificar a ideia:

Quadro 11: engenhos e tarefas de cana em Porto Calvo, 1640

PROPRIETÁRIO	LOCALIDADE	SITUAÇÃO	LAVRADORES	TAREFAS	TOTAL DE TAREFAS
Manuel Ramalho, "agora pertencente a David de Vries"	Porto Calvo	"está arruinado, mas está sendo reparado e replantado"			
Alpoins	Porto Calvo	"Arruinado"			
"Engenho do Morro" Rodrigo de Barros Pimentel	Porto Calvo	Moendo	Pero Ferreira da Silva	35	43
			Julião de Lima	4	
			Gonçalo	4	
"Santo Antonio" Rodrigo de Barros Pimentel	Porto Calvo	Moendo	Jerônimo da Costa Santa-Cruz	35	49
			Maria Vaz	10	
			Partido do Engenho	4	
"São Francisco" Manuel Carvalho	Porto Calvo	Moendo	Vasco Marinho Falcão	15	

[1247] **Novo Orbe Seráfico**, vol. III, 1980 [1761], p. 163.
[1248] GODINHO. Op. Cit., vol. IV, 1981, p. 103.

de Queiroga			Francisco Teles	8	23
Cristóvão Botelho	Porto Calvo	Arruinado			
"Novo" Cristóvão Botelho	Porto Calvo	Arruinado			
Bartolomeu Lins d'Almeida	Porto Calvo	Moendo	Baltasar Leitão de Holanda	25	63
			Francisco de Sousa Falcão	20	
			Salvador Pereira	6	
			Partido da Fazenda	12	
Cristóvão Dias Delgado	Porto Calvo	Arruinado			
Domingos Gonçalves Marques [sic]	Porto Calvo	Moendo	Maria da Rocha Barbosa	10	42
			Manuel Gonçalves Maragan	20	
			Francisco Martins Barbosa	12	
Total de Engenhos Moentes					5
Total de Engenhos Arruinados					5
Total de Tarefaz de Cana					220

Fonte: Documento 6. **Fontes Brasil holandês**, vol. I, 2004, pp. 161-162.

Quadro 12: engenhos e tarefas de cana em Alagoas, 1640

PROPRIETÁRIO	LOCALIDADE	SITUAÇÃO	LAVRADORES	TAREFAS	TOTAL DE TAREFAS
"Nossa Senhora da Ajuda" François Cloet	Alagoa do Norte	"é engenho d'água". Moente	Domingos Pinto	25	57
			Antônio da Silva	20	
			Simão Fernandes	12	
"Nossa Senhora da	Alagoa do Norte	Moente	Antônio	15	

Encarnação". Antônio Martins Ribeiro			Fernandes		41
			Paulo Fernandes	10	
			Partido da Fazenda	16	
"que foi de" Lucas de Abreu	Alagoa do Norte	Arruinado e confiscado			
"Novo Nossa Senhora do Rosário". Gabriel Soares	Alagoa do Sul	Moente	Rodrigo Pereira	30	95
			Antônio de Carvalho	20	
			Antônio Rodrigues da Costa	20	
			Santos Ferreira	12	
			Manuel da Fonseca	7	
			Partido da Fazenda	6	
"Velho". Domingos Rodrigues d'Azevedo	Alagoa do Sul	Moente	Gonçalves Pereira	35	100
			Simão André	20	
			Manuel da Fonseca	35	
			Baltasar Gonçalves	10	
Total de Engenhos Moentes					4
Total de Engenhos Arruinados					1
Total de Tarefaz de Cana					293

Fonte: Documento 6. **Fontes Brasil holandês**, vol. I, 2004, pp. 162-163.

De 1638 (relatório enviado a Nassau) até 1640, houve outra mudança. Enquanto Porto Calvo teve um aumento de 02 engenhos naquele período, Alagoas decaiu de 01 a 02 engenhos. O que não deixa de ser curioso, pois Engenhos "arruinados" ou "não moentes" eram computados da mesma maneira. Pode-se imaginar que o "prédio", por assim dizer, não existia mais, se tornando praticamente impossível a reelevação de toda a maquinaria para

moer a cana e fabricar o açúcar. Em paralelo a esse vai e vem de Engenhos, é-se importante atentar aos lavradores de cana, que formavam aquelas famílias que também tinham cabedais para seguir com a empreitada do Açúcar nas áreas mais ao sul da Capitania. Afinal, com o aparecimento das frotas da Companhia Geral do Comércio do Brasil, em 1649, houve um carregamento em 1657, de 107 navios, distribuídos 50 para Bahia, 33 para Pernambuco e 24 pelo Rio de Janeiro, totalizando 53.224 "grandes *caixas* de madeira de açúcar para Portugal"[1249].

Na primeira parte dessa tese, salientou-se a entrega de variadas sesmarias onde o termo "cana" não era citado a todo o momento, fazendo com que a relativização acerca do gênero do açúcar fosse aguçada nos momentos de interpretação e hipóteses da "evolução" econômica, bem como da distribuição territorial e ocupação geográfica que foi acontecendo nas "Cappittanias do sul". O termo "Tarefa", nesse caso, traz uma relação ambígua. Para Stuart Schwartz, uma tarefa representava (na Bahia), o total de 4352 metros quadrados[1250]. Para Evaldo Cabral de Mello, tarefa também era "o volume de cana moída em 24 horas"[1251]. Crê-se que a documentação dos holandeses de 1640 esteja falando da tarefa de cana moída, e não plantada, pois há nos balanços os "partidos da Fazenda [do Engenho]", que davam determinadas tarefas. Portanto, fica ainda difícil considerar a extensão das lavouras de cana nas áreas de Porto Calvo e Alagoas.

9. 1. 2 O açúcar no período do projeto da Comarca

Outra contabilidade de Engenhos de Açúcar só foi aparecer no século XVIII. Em 1704 (Porto Calvo) e 1712 (Alagoas). Dar saltos temporais de praticamente 50 anos não é necessariamente o ideal, mas por enquanto é o recomendável. Em novembro de 1704 a Rainha de Grã-Bretanha, Infanta de Portugal, escrevia para o Governador de Pernambuco sobre uma carta que recebeu dos "officiaes da Camera da villa de Porto Calvo". O assunto: pobreza dos homens, baixo rendimento de engenhos e necessidade de lavrar tendo menos de 06 escravos. De acordo com uma Lei passada anos antes (1700), não era permitido o plantio de cana com aquele número de trabalhadores cativos. Muitos se levantaram contra essa medida, de Pernambuco à Bahia. Só que, para Porto Calvo, as reclamações tinham seus ares peculiares e o discurso girava exatamente em torno de Palmares: muitos escravos tinham se

[1249] HANSON. Op. Cit., 1986, p. 238.
[1250] SCHWARTZ. Op. Cit., 1988, p. 16.
[1251] MELLO. Op. Cit., 2012, p. 198.

"levantados" (ou seja, fugidos), e tantos outros, no período de guerra, foram "levados". Sobre essa segunda ação, tem-se os próprios "resgates" (vistos como sequestros) pelos próprios palmarinos; ou o retiro dos escravos recapturados da Capitania (v. capítulo 10).

No que tange o açúcar, o discurso cabe exatamente no argumento anteriormente esboçado de que, tão, ou mais importante do que um Engenho, eram as lavouras de cana e seus donos. De 1655, com seus 08 Engenhos de Açúcar, Porto Calvo chegou em 1704 com 15. Para um desavisado, seria um aumento considerável. Se formos colocar em média matemática, no período de 49 anos, elevaram-se novos 07 Engenhos, o que daria 01 Engenho a cada 07 anos. Em termos sociais, dir-se-ia que a economia girava, pois Palmares representou a fuga intensa de escravos, e os períodos finais foram de retirada dos capturados para outras Capitanias. Os senhores terem elevado Engenhos "nos destrictos daquella villa" é um acontecimento que não pode ser ignorado. Porém, volta-se às lavouras de cana e sua importância. Se houve apenas 01 Engenho a cada 07 anos nas regiões da Vila de Porto Calvo, subtende-se que a dinâmica do açúcar girava em torno de quem abastecia as caldeiras e plantava a matéria prima. E eles foram os responsáveis pelo documento enviado à Rainha em idos de 1704, pois, ao que parece, durante Palmares o rendimento de Porto Calvo era de "35 arrobas" de açúcar (para cada Engenho), enquanto que naquela ocasião tinha decaído para "só 20"[1252]. Interessante que para a Rainha os números constituíam baixo ganho. Ela tinha sua parte de razão, pois essa média era a conseguida no período holandês com apenas 08 Engenhos. Colocando de maneira grosseira: 08 Engenhos produzindo 20 arrobas cada um é completamente diferente de 15 engenhos produzindo entre 20 e 35. Ou seja, teria havido um aumento considerável de Engenhos, mas que não tinha sido acompanhado no das lavouras, daí a preocupação dos homens daquela vila em permanecer com seus poucos escravos que restavam.

A vila das Alagoas, em contrapartida, aumentou mais do que Porto Calvo. Se em 1655 tinha 06 Engenhos, o número saltou para 26 em 1712, quando a Câmara se reuniu para agradecer ao Monarca pela chegada do Ouvidor da Comarca[1253]. Um aumento de 20 construções num período de 57 anos, o que poderia ser estabelecido com uma "média" de 01 engenho a cada "2,85" anos. Os cálculos são certamente falhos, mas servem para estabelecer uma comparação – um pouco grosseira – com a situação de Porto Calvo. Apesar de a segunda vila ser mais atrelada à dinâmica do açúcar e um pouco à do gado, crê-se que sua falta de Engenhos pode ter sido proveniente não apenas das batalhas contra os batavos e contra os

[1252] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 334-334v.
[1253] AHU. **Alagoas Avulsos.** Doc. 10.

palmarinos (apesar de todo o seu peso, pois Porto Calvo foi palco central das duas lutas, ou seja, foi uma região de guerra quase ininterrupta entre 1624-1695), mas também da pouca diversidade econômica e de uma provável carência de estrutura mercantil.

Resumindo o que foi escrito até agora, põe-se uma comparação em torno das produções e estrutura de cada Vila para se entender melhor as problematizações em torno da questão do açúcar: enquanto Alagoas tinha o "Porto do Francês" e a "Barra de Jaraguá", além de uma economia baseada na farinha de mandioca, legumes, açúcar, gado, peixes e tabaco; Porto Calvo era mais visto como açúcar, madeiras, mantimentos e parece que pouco gado, e só nos finais do XVII é que houve um início de atenção dispendida com o Porto de Tamandaré (que também era utilizada por Alagoas).

Conclusões rasas diriam que, se Engenho é sinônimo de Açúcar que automaticamente leva à cana-de-açúcar, o natural seria Porto Calvo ter mais Engenho de Açúcar do que Alagoas, o que faria minhas colocações anteriores serem enviesadas. Contudo, se tirarmos o núcleo da "economia" da cana e de um suposto "absolutismo" da monocultura, e transpormos o eixo no cabedal e na histórica sesmaria multicultivada, ter-se-ia que os Engenhos só iriam ter suas construções concluídas com grandes investimentos de riqueza, que não é intrínseca à cana, mas de uma economia diversificada e que fazia o mercado dinamizar e as rendas circularem. Mesmo sabendo que sem a cana não existia o açúcar, também é igualmente verdadeiro que os Senhores de Engenho não buscavam o domínio total de todas as sesmarias pela cana de açúcar, e mesmo se pudessem, não teriam meios para levar a cabo tal empreitada – que só foi iniciada com mais afinco e concluída no século XIX e início do XX. Ao invés de utilizar o açúcar para financiar mais açúcar – como pode ter sido corrente – em Porto Calvo, os habitantes da Vila das Alagoas se valeram de gêneros variados para conseguir cabedais e levantar Engenhos, não pensando propriamente na riqueza do ouro branco, mas no prestígio de ser Senhor de Engenho, na aura de poder de mando, na possibilidade de atingir respeito e de aumentar o número de escravos e agregados sob sua "proteção". Sabe-se que, politicamente, não foi o açúcar que fundamentou a Vila das Alagoas como a Cabeça da Comarca. Entretanto, a quantidade de Engenhos e a discrepância entre os "cabedais" das populações das diferentes vilas servem para atinar a preocupação da Capitania (e da Coroa) em um ordenamento econômico.

Para embaralhar esse começo de capítulo e retirar do Engenho de Açúcar boa parte do peso (ou responsabilidade) acerca da economia alagoana, tem-se a lista de dízimos que foram coletados nas vilas pernambucanas em 1701-1702. O "dízimo do açúcar" arrecadado nas vilas de "Alagoas do Sul" e "Penedo" estavam fundamentados sob o gado, e não no açúcar

produzido nos Engenhos. Tal imposto só pode ser coletado em Porto Calvo, local que era visto como problemático 04 anos depois. Um enxerto feito a partir da tabela de George Cabral de Souza ficaria assim:

Quadro 13: Subcontratadores, freguesias e valores arrecadados no âmbito do contrato das dízimas de Pernambuco arrematado por Antônio Fernandes Matos (agosto de 1701 – julho de 1702)

Subcontratador	Freguesia	Valor devido (@ de açúcar)	Valor pago (réis)
Francisco Vieira Borges	Porto Calvo	1.530@ traçado	2:340$670
Francisco Gonçalves da Silva	Rodelas		3:200$000
João Francisco da Silva	Alagoas		2:600$000
Cel. Leonel de Abreu	S. Francisco		500$00

Fonte: SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos & mofatras:** o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654-c.1759). – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 168.

Curioso o valor de Alagoas, que foi em gado, ter sido maior do que o açúcar de Porto Calvo e ainda o gado de Penedo. Isso faz valer uma máxima de John Monteiro para São Paulo colonial: que os dízimos são dados precários da avaliação da economia, apesar de toda a sua importância e bons resultados que podem ser retirados a partir das interrogações feito pelo historiador e cruzamento com outros dados[1254].

A explicação adviria de maneira mais textual a partir dos dados coligidos nessa tese.

Primeiro: Porto Calvo. Entende-se que o dízimo de 02 contos não represente o que poderia ser uma "força total" caso todos os possíveis 15 Engenhos tivessem trabalhando. Viu-se que os lavradores daquela vila e seus distritos estavam com dificuldade de plantar a cana por conta da diminuição de seus escravos. A Lei de 1700 que impôs a lavoura de cana apenas a pessoas com mais de 06 escravos teria surtido efeito naquele período inicial, apesar de que logo em seguida os homens se reuniram para tentar reverter a situação (que deu certo, em 1708). Mesmo assim, o dízimo foi retirado do açúcar.

Segundo: Alagoas. Em 1712 os oficiais da Câmara diziam ter 26 engenhos em sua jurisdição. Quantia maior do que a de Porto Calvo. Entretanto, seu dízimo foi em cima do gado e a quantia foi ligeiramente maior do que a de Porto Calvo. Boi ultrapassando açúcar? Como seria possível? A hipótese residiria no ponto esboçado em Porto Calvo: falta de lavouras e pouca produção açucareira: a Vila de Alagoas do Sul, apesar de seu suposto maior

[1254] MONTEIRO. Op. Cit., 1994, p. 116.

número de Engenhos, não produzia (ou estava com grandes dificuldades) uma quantidade de açúcar do que poderia ser próximo à Porto Calvo, enquanto que a economia "diversificada" em outras áreas acabavam por ajudar naqueles momentos. Concluindo previamente: Porto Calvo, mesmo aos trancos e barrancos e com menos Engenho, teria mais lavouras de cana que segurariam a produção de Açúcar. Alagoas, por outro lado, tinha mais Engenhos, mas possivelmente as sesmarias estavam divididas em gêneros diversos como tabaco, gado, cana, farinha e etc. A produção era "elevada", mas a economia era "desordenada" (para os interesses lusitanos).

Terceiro ponto: Penedo e Rodelas. Veja-se a relação de Alagoas, que não é famosa pela sua grei, ter um dízimo maior do que Penedo ("São Francisco"), espaço sertanejo onde a principal fonte de ocupação territorial e mercantil era justamente em cima do gado. Pensa-se que a divisão entre "São Francisco" e "Rodelas" foi uma questão do contratador em relação a seus subcontratadores. Viu-se na primeira parte dessa tese como os "sertões de Rodelas" estavam a todo instante inserido na dinâmica populacional, econômica e política de Penedo (por conta de sua Câmara Municipal). Todavia, o número alto do dízimo (03 contos) faz a cautela aparecer na análise. Ou seja, não se pode encarar "Rodelas" como "aquela" Rodelas estudada anteriormente, descendo mais o Rio de São Francisco, passando por Panema, Piranhas, chegando até espaços das Minas de Salitre. Subtende-se que a "Rodelas" do subcontratador Francisco Gonçalves da Silva tenha em seu conjunto espaços sertanejos subindo a Capitania de Pernambuco, passando pelos campos de Garanhuns e adentrando no que consideraríamos hoje o "agreste pernambucano". Se formos juntar os dois dízimos, ter-se-ia 3:700$000réis em gado, o que seria mais plausível para a região do Rio de São Francisco (apesar do número poder ser bem mais baixo, mas não tão inferior à Vila das Alagoas).

Estabelecidos esses pontos de raciocínio, volta-se à ideia da Economia desordenada do açúcar nas vilas do Sul. Os dízimos eram plausíveis para a realidade histórica. Em suma: havia uma produção elevada e que agradava economicamente a Capitania de Pernambuco e os cofres da Coroa, visto que o contratador Antônio Fernandes de Matos arrematou por 30 contos de réis e conseguiu arrecadar um total de 41:834$720réis[1255]. Em comparação com as outras freguesias "pernambucanas", as vilas da parte sul ficam na parte de baixo da tabela, mas não em posição tão discrepante:

[1255] SOUZA. Op. Cit., 2012, p. 168-169.

Quadro 14: vilas do sul *x* parte centro-norte de Pernambuco: comparação de dízimos (agosto de 1701 – julho de 1702)

Freguesia	Valor pago (réis)
S. Lourenço	6:800$035
Cabo	5:232$995
Várzea	4:092$390
Ipojuca	3:602$970
Rodelas	3:200$000
Muribeca	3:134$740
Jaboatão	2:710$470
Alagoas	2:600$000
Porto Calvo	2:340$670
Igarassú	2:254$800
Serinhaém	2:215$750
"3 engenhos" do Capitão Mor Luís de Mendonça Cabral	1:707$010
Eng. Juriçaca	855$310
S. Francisco	500$000
Uma	419$580

Fonte: SOUZA. Op. Cit., 2012, p. 168.

Os dados acima garantem análises extremamente enganosas. E não é só por conta da discrepância entre vilas, freguesias, quantidade de Engenhos, fogos e outros fatores que poderiam mudar toda uma avaliação. Focar-se-á em apenas um: a comparação de Porto Calvo com os "3 engenhos" do Capitão Mor Luís de Mendonça Cabral. Enquanto a primeira vila teria aproximadamente 15 Engenhos, perfazendo um total de 1.530@ traçado, no total de 2:340$670réis; o Capitão "sozinho", com seus 03 Engenhos, fazia 1.150@ traçado com o total de 1:707$010réis. Ou seja, fica evidente que, para a "realidade" das vilas do sul, Porto Calvo teria "muita lavoura", mas, em comparação com o centro e norte da Capitania de Pernambuco, existia era a falta de lavouras e de a possível baixa quantidade de tarefas de cana moída nos Engenhos.

Mas somente os caracteres estruturais explicariam a economia "alagoana"? A quantidade de engenhos, de lavouras, a constância das guerras e a falta/mortandade de escravos? Muitos podem ler essas linhas e perguntar: "onde estão as relações culturais?" ou "onde se encontra o sujeito ativo? As experiências sociais que tanto o autor vos fala?". Para

dissertar um pouco sobre essas perguntas, colocarão duas maneiras de responder: uma seguindo um "modelo", um "padrão genérico", e um caso empírico (o único disponível).

9. 1. 3 Ser um bom Senhor de Engenho nas Alagoas

Começa-se com o diálogo de Alviano e o Senhor de Engenho Brandônio. Para justificar a opulência dos senhores do açúcar de Pernambuco, o segundo não fala exatamente da produção de caixas e etc, mas da sua aura de poder e gastos na casa:

> Não lhe ficam neste particular devendo nada os senhores de engenhos de fazer açúcares no Brasil, porque o gasto de muitos deles é também grandíssimo, com os muitos cavalos ajaezados, librés e vestidos custosíssimos que tiram de ordinário para si e seus filhos, porque a cada quatro dias se fazem festas de touros, canas e argolinhas e outras semelhantes neste Estado, nas quais gastam, os que as fazem e nelas entram, grande quantidade de dinheiro, além de serem muito liberais em darem a particulares dádivas de muita importância. E eu vi já afirmar a homens mui experimentados na corte de Madri, que se não traja melhor nela do que se trajam no Brasil os senhores de engenhos, suas mulheres e filhas, e outros homens afazendados, e mercadores[1256].

Dos finais do XVI, dando um salto até finais do XVII e início do XVIII, essa fala vai lembrar Antonil, que citou o Senhor de Engenho "baiano" mais fácil de falir: o presunçoso-econômico e ganancioso-social; mas não necessariamente o "gastadeiro":

> O que tudo bem considerado, assim como obriga a uns homens de bastante cabedal e de bom juízo a quererem antes ser lavradores possantes de açúcar, com um ou dois partidos de mil pães de açúcar, com trinta ou quarenta escravos de enxada e foice, do que ser senhores de engenho por poucos anos, com a lida e atenção que pede o governo de toda essa fábrica, assim é para pasmar como hoje se atreveram tantos a levantar engenhocas tanto que chegaram a ter algum número de escravos e acharam quem lhes emprestasse alguma quantidade de dinheiro, para começar a tratar de uma obra de que não são capazes por falta de governo e de agência, e muito mais por ficarem logo na primeira safra tão empenhados com dívidas que na segunda ou terceira já se declaram perdidos, sendo juntamente causa que os que fiaram deles dando-lhes fazenda e dinheiro também quebrem, e que outros zombem da sua mal fundada presunção, que tão depressa converteu em palha seca aquela primeira verdura de uma aparente mas enganosa esperança[1257].

[1256] **Diálogos**, 1997 [1618], pp. 103-104.
[1257] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 81.

O único caso empírico e concreto que se tem para Alagoas na metade do XVII e início do XVIII da fundamentação de um Engenho de Açúcar, seguindo tanto os caracteres econômicos como sociais, é o do mercador Severino Correa da Paz. Sua "história" começa no início do século XVII quando sai de Portugal para Alagoas[1258]. Era natural do Conselho de Ermello, freguesia de S. Vicente, Comarca de Guimarães. Foi direto para Pernambuco, ainda jovem e solteiro e acabou se casando com Catarina de Araújo, natural de Sergipe, mas filha de pais lusitanos, que tinham chegado à América entre 1624 e 1634 (possivelmente Bahia e depois Sergipe), e ganhavam a vida criando gado e possivelmente tabaco. Após o casamento se mudaram para a Vila das Alagoas. Algumas fontes diziam que a família de Catarina tinha se mudado para Alagoas entre 1633 e 1648, enquanto outras informaram que Severino e Catarina se casaram em Sergipe, só depois que ambos cruzaram o Rio São Francisco. Com o cabedal de Severino Correa da Paz e da família de Catarina de Araújo, conseguiram terras para administrar e fundamentar um Engenho de Açúcar. Mas queriam mais. Casaram uma de suas filhas, Mariana de Araújo, com o mercador Antonio de Araújo Barbosa, morador na Vila das Alagoas, mas natural de Santo Estevão da Facha, Arcebispado de Braga, que recebeu como dote terras da matriarca Catarina de Araújo (Severino já tinha falecido em 1672) para erigir um Engenho. Em suma: após a morte de Severino, sua mulher Catarina de Aráujo, em conjunto com seu filho Antonio Correa da Paz (primeiro Familiar-mercador, depois Comissário do Santo Ofício em Alagoas), fundamentou um Engenho e fez sua filha casar com outro mercador com a promessa de vê-lo fazer outro.

O "estilo comerciante" de Severino Correa da Paz não é original para as partes sul da Capitania de Pernambuco só porque lá não tinha portos e vilas como Olinda e Recife. A tradição era mais antiga, lusitana continental, do mercador de feira em feira, que viajava, e saia comprando e revendendo produtos "com um inventário de mercadorias carregadas em animais de carga. As transacções eram normalmente efectuadas por permuta de géneros, uma vez que a moeda metálica escasseava cronicamente"[1259]. Isto é, a partir das criações de gado e fazendas de tabaco da família de Catarina de Araújo, pode ter acontecido de o comerciante reinol ter juntado bom cabedal para compra de mais terras e elevação de um Engenho. O falecimento de Severino se deu "em Portugal", o que invocaria o tamanho da esfera mercantil em que atuava. Não era um simples mercador comum das vilas ao sul de Pernambuco. Sua fortuna pode ter sido criada exatamente por conta da conjuntura de pós-restauração contra os

[1258] A história de Severino Correa da Paz, bem como de Catarina de Araújo, sua esposa, foi dissertada em MACHADO. Op. Cit., 2016. Os parágrafos adiante em relação a eles foram retirados do trabalho citado.
[1259] HANSON. Op. Cit., 1986, p. 66.

batavos (Engenhos arruinados, lavouras arruinadas e perdões sendo dados para novas elevações) e da guerra contra Palmares, onde Severino pode ter se aproveitado para adentrar e fazer valer seus talentos mercantis e da população local. Seu lucro, nesses dois casos, foi revertido em bens imóveis, como Engenho e terras.

Interessante que a "época" de Severino Correia da Paz coincide com a do Senhor de Engenho e grande comerciante João Peixoto Viegas, baiano e membro do Conselho municipal de Salvador, que em 1687 escrevia para o Conselho Ultramarino acerca dos problemas dos impostos e dos preços de mercado do tabaco e do açúcar, por conta das novas concorrências pelas produções francesas e inglesas nas Ilhas do Caribe. Na mesma época uma epidemia de varíola atacou os africanos (1685-1687) em Angola, causando um "impulso adicional ao recrudescimento do tráfico português de escravos no golfo da Guiné, que havia diminuído"[1260]. Pelos discursos de Viegas, a situação era periclitante, uma vez que a máquina fiscal não dava sinais de maneirar as taxações em torno dos produtores de açúcar[1261]. Suas experiências de vida reforçam sua posição em escrever acerca da economia "colonial"[1262]. No entanto, até que ponto Salvador era realmente "o espelho da colônia", como indicou Vera Ferlini? Em outra Capitania, existia um Severino Correia da Paz, que por inteligência, ou por inocência, investia cada vez mais em produto daquele mesmo mercado mundial e foi muito feliz em suas ações e frutos do comércio. Investia o "alagoano" no produto ou sabia investir nos "produtores"?

As terras de Catarina de Araújo e seu filho Antonio Correa da Paz ficavam nas "cabeceiras" de Palmares, junto com a Aldeia de Santo Amaro. Ambos os luso-brasileiros, arrogantes em relação às suas "purezas de sangue", fizeram valer seu poder econômico-social. Em 1672 foi que Diogo Soares, o filho, vendeu as terras para Gaspar de Araújo, irmão de Catarina de Araújo e, entre tal data e 1677, Catarina comprou as terras para si. Após tais transações começava-se uma fase mais ou menos despótica de Catarina de Araújo, que iniciou periódicas invasões em espaços pertencentes a Aldeia dos Indios, iniciando seus primeiros atritos. Tais conflitos geraram vários autos jurídicos até 1686, a maioria a favor dos Araújo.

Em aproximadamente 1696-1697 houve uma transação amigável de terras entre Catarina e o Capitão dos Índios, onde as terras de Santo Amaro ficariam com os ameríndios enquanto que Catarina receberia novas terras mais perto de Palmares, junto com o Rio Paraíba. Em 1700 a disputa pela meia légua de terra retornaria. O Padre Antonio Correia da

[1260] BOXER. Op. Cit., 2002, pp. 164 (sobre Viegas), 183 (sobre a epidemia de varíola).
[1261] FERLINI. Op. Cit., 2003, p. 112.
[1262] SAMPAIO. Op. Cit., 2014, pp. 402-403.

Paz granjeou a meia légua de terra alegando que lá não havia moradores nem currais, contando ser uma área que ficava perto de Palmares. Naquele mesmo ano um Alvará do Rei concedeu a meia légua de terra para os 100 casais de Índios que seriam repartidos igualmente para poderem povoar e lavrar os espaços junto com seus missionários. As aldeias estariam situadas à vontade dos Índios, e não dos Donatários e Sesmeiros, com suas Igrejas e espaços para criar animais.

As relações de atrito e harmonia entre a família Correa da Paz-Araújo e os ameríndios da Aldeia de Santo Amaro são difíceis de mapear em seus recortes históricos bem delimitados (isto é, data a data, como os antigos anais de história). Todavia, entende-se que, por conta das lutas contra Palmares e das epidemias de bexigas e dos maus-tratos, muitos moradores naquela época lidavam com as perdas de seus escravos. Catarina e Antonio possivelmente fizeram contatos com os ameríndios de Santo Amaro (mais ou menos na mesma dinâmica das Minas de Salitre) para poderem usufruir de seus labores a troco de "pagamentos" simples em gêneros ou ações religiosas. O costume era antigo e inclusive fora patrocinado pelo governo de Pernambuco no início do século XVI, quando Dom Diogo de Menezes escrevera de Olinda para o Rei, em 1608, acerca da necessidade de repartir os ameríndios como era feito "no Perú": "E disto se reçebem dous grandes bens para o stado e fazenda de V. Mag^{de} o primeiro o serviço dos engenhos ser mais façil e menos custozo e ajudarem os índios sendo livres[sic] e por suas vontades aos serviços dos engenhos e das roças e mantimentos"[1263].

Em 1726, um miliciano, chamado Domingos da Costa, Capitão de uma Companhia de Infantaria da Ordenança do Regimento dos Henriques, junto com mais oficiais, todos eles moradores no distrito da Vila das Alagoas, escreveu um depoimento deveras importante. Apontava Antonio Correa da Paz como um benfeitor dos ameríndios, que se encontravam "com toda a caridade e liberal vontade, todo bem agasalhado nas ditas terras do dito seu Sítio". De suas lavouras, tratavam especialmente de "roças, farinha e tabaco", para se sustentarem e proverem suas vestimentas, pagando o dízimo a Fazenda Real do Rei e não ao Padre. Os outros milicianos agradeciam a existência daquele Eclesiástico por ali porque assim eles poderiam arranjar todas as suas "obrigações militares, fazendo guardar e sentinelas a cadeia todas as vezes que nos toca nesta Vila das Alagoas, cabeça da Comarca". Garantia a subsistência dos ameríndios, e, quem sabe, recebia os frutos do trabalho dos mesmos. Para sustentar sua manutenção econômica e riqueza, o investimento deveria ser feito na administração dos trabalhadores.

[1263] "Correspondência do Governador D. Diogo de Meneses – 1608-1612". In: **ABNRJ.** Volume LVII, 1935, p. 39. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_057_1935.pdf

A composição social de um Engenho de Açúcar não era necessariamente negros africanos de um lado, e homens brancos supervisores ou mestres de outro. "Trabalhadores especializados e uma força de trabalho cativa e etnicamente distinta são, todos eles, elementos identificáveis no cenário que o açúcar edificou por todo o mundo ocidental"[1264]. Embora utilizar esse modelo a torto e a direito em qualquer espaço e em qualquer tempo histórico, de 1530 até 1712, possa se tornar demasiadamente perigoso (utilizando abstrações de "média", que tanto chamava atenção Pierre Vilar sobre essa complicada "metodologia": "uma média económica não traduz um modo social de nível de vida"[1265]). Quando observamos a Vila das Alagoas, e as sesmarias de Antonio Correia da Paz, sua mãe Catarina de Araújo, e os relacionamentos com os ameríndios da Aldeia de Santo Amaro, consegue-se fazer com que certos pesos dessa balança de vários pratos recebam atenções diferentes do que acontecia na Bahia, na Paraíba, no Rio de Janeiro e nos centros de Pernambuco: mais ameríndios, menos africanos, e uma parcela de trabalhadores especializados livres.

Ou seja, quando nos deparamos com colocações como: "Decerto, em Pernambuco [na época de Fernão Cardim, de 1583-1585] os índios já são poucos entre a escravaria, por causa da concorrência do negro, e essa é a tendência geral nas zonas que se desenvolvem com a economia açucareira"[1266], o olhar deve ser mais aguçado ainda. A economia não deve ser avaliada sempre a partir do que o Estado controlava ou recebia, mas especialmente no que fundamentava a existência do Estado. E, desse modo, a "riqueza" é (re)criada de diversas maneiras. Se existe uma "estrutura" que perpassa todo o histórico do "Brasil colonial", ela é o modo de produção escravista colonial e, como bem salientado acima: com "força de trabalho cativa e etnicamente distinta". Logo, o cabedal dos homens que se mostravam ricos e poderosos não era propriamente por conta de sua posição no mundo do açúcar, mas pela quantidade de trabalho que conseguia explorar dos outros.

Brandão, ao escrever sua obra, não se importava tanto em uma "educação" dos senhores de engenho, pois estava mais preocupado em disseminar seu modo de vida e sua riqueza. Antonil, como jesuíta e interessado na conservação da conquista lusitana no Brasil, já apareceu como um súdito "preocupado" na maneira em que os senhores se comportavam em

[1264] SCHWARTZ. Op. Cit., 1988, p. 27.
[1265] VILAR, Pierre. "Para uma melhor compreensão entre economistas e historiadores. <<História Quantitativa>> ou Econometria Retrospectiva?". In: VILAR, Pierre. **Desenvolvimento económico e análise histórica.** – Lisboa: Editorial Presença, 1982 , p. 207.
[1266] GODINHO. Op. Cit., vol. IV, 1981, p. 167.

relação às suas posses[1267]. Juntando as duas opiniões dos cronistas, tem-se que possíveis falências de engenhos eram provenientes de gastos supérfluos (para imitar a vida de fidalgo) e de presunção no tocante à administração (ou, como diria o ditado popular: "dar um passo mais largo do que as pernas"). O objetivo do cabedal e da riqueza se misturava e entrelaçava com o modo de vida cultural excludente de "nobre". Como foi bem salientado por Marquese – utilizando de leituras como de Marx e outros autores –, um Engenho de Açúcar era uma construção "orgânica". Ou seja, seus rendimentos eram provenientes de toda uma equação de proporcionalidade entre número de trabalhadores, feixes de cana, poder do engenho e etc[1268]. Esse tipo de pensamento não é propriamente do século XIX-XX, mas fazia parte da própria ideia de administração do século XVI-XVII (vamos chegar nela adiante). Ter isso em mente ajuda a compor a ideia de que o sul de Petnambuco não ter aquele poderio açucareiro como a historiografia quis demonstrar para os séculos XVI-XVII, mas, em contrapartida, os Engenhos já começavam a tomar força naqueles finais de XVII e no decorrer do XVIII. Braudel não estaria certo ao perguntar se "poderá haver crescimento se não progredir tudo mais ou menos ao mesmo tempo?"[1269]

Severino Correa da Paz, e logo em seguida Catarina de Araújo e Antonio Correa da Paz, souberam conjugar as atividades mercantis da família, em união com os contextos sociais próximos a eles, para poder fundamentar seus Engenhos de Açúcar, seus currais de gado e, com os ameríndios de Santo Amaro, as roças, farinhas e tabaco. Dito de maneira mais esmiuçada: tiraram proveito da situação de mercado do pós-guerra holandesa, ao investirem em suas variadas lavouras e currais de gado, provocando uma "acumulação primitiva de capital" para seus objetivos futuros: serem poderosos economicamente-socialmente (Engenho de Açúcar) e social-religiosamente (Hábitos do Santo Ofício). De possíveis luxos e riquezas, investiram em ações culturais de casamento com outro comerciante lusitano, para poder ter um segundo Engenho na família e uma renovação de cabedal[1270]. Apesar de católicos, é meio impossível não lembrar-se da "ética protestante" de Max Weber: controle de gastos e trabalho árduo (nesse sentido, "trabalho" no viés de mandar e gerenciar seus trabalhadores manuais e agregados sociais e políticos). Contudo, como bem salientou Marquese, a parcimônia (ato de economizar) e frugalidade (ato de ser modesto) já era algo encontrado nos ensinamentos de

[1267] Além de Antonil, outro jesuíta duplo conterrâneo (ambos naturais da "Italia" e moradores na Bahia) e contemporâneo, Jorge Benci, também redigiu um livro acerca da relação senhor-escravo. Cf. MARQUESE. Op. Cit., 1999.
[1268] MARQUESE. Op. Cit., 1999, p. 75 e 95.
[1269] BRAUDEL. Op. Cit., vol. III, 2009, p. 82.
[1270] A situação, nesse caso, era comum nos espaços da América portuguesa. Para o Recife, SOUZA. Op. Cit. 2012.

Xenofonte e Aristóteles, autores muito utilizados pela Segunda Escolástica e que serviram de bagagem intelectual para os escritos de Antonil[1271] e – possivelmente – de tantos outros religiosos América afora[1272].

E volta-se àquele acontecimento que "embaralhou" a análise: o que justifica "Alagoas" pagar seu dízimo do açúcar em gado? De imediato já se diz: situações econômicas exógenas, conjuntura bélica e cultura luso-brasileira fidalga, pois uma andorinha bem administrada não fazia verão. leia-se: os preços do mercado mundial pegaram a família Correia da Paz-Araújo, mas não a ponto de derrubá-los; Palmares pode ter representado uma hecatombe para vários outros senhores nos litorais, mas, ao que tudo indica, pode-se levar em consideração a hipótese que os Correia da Paz-Araújo utilizavam mais ameríndios do que negros africanos em seus Engenhos. Outros podem não ter tido a mesma sorte e perfil administrativo no gerenciamento de suas riquezas e lavouras. No decorrer desse capítulo tentar-se-á problematizar a existência delas e suas consequências na administração do açúcar nas vilas de Alagoas e Porto Calvo naquele século XVII.

No tocante a Porto Calvo, observa-se que a sua dinâmica do açúcar pode ter alçado voos maiores economicamente e culturalmente na Capitania de Pernambuco, podendo chegar até na Bahia. Quando Sebastião da Rocha Pita escreveu acerca das freguesias da Capitania de Pernambuco, reservou apenas para Porto Calvo a importância do açúcar: "A do Porto Calvo, que tem muitos engenhos e claríssimas famílias"[1273]. Apesar de menor número, os Engenhos "porto calvenses" não perdiam em importância para os "alagoanos". A tomada de posição a favor de Olinda na Guerra dos Mascates também é indício cultural de predominância do gênero branco na dinâmica socioeconômica daquela vila e seus distritos[1274]. Outros Senhores de Engenho, como Cristovão Lins e seus parentes, utilizaram de suas riquezas para participar e financiar as lutas contra Palmares, além de fazerem parte de cargos importantes da Vila como Capitães e Almotacés.

Salvaguardar a produção de Açúcar não era apenas manter o Engenho com sua fornalha eternamente acesa e impedindo que os falidos não fossem para Praça Pública. Igualmente, a fuga de escravos africanos e ameríndios causou transtornos para homens das vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, em conjunto com as do centro de Pernambuco. Grosso modo, os homens e mulheres trabalhadores (escravos ou não) eram a fundamentação da economia.

[1271] MARQUESE. Op. Cit., 1999, p. 69.
[1272] HESPANHA, António Manuel. XAVIER, Ângela Barreto. "A representação da sociedade e do Poder". In. HESPANHA. Op. Cit., 1992.
[1273] **História da América portuguesa**, 2011 [1730], p. 93.
[1274] MELLO. Op. Cit., 2012, pp. 313-314.

Entretanto, oficiais mais qualificados e imprescindíveis para o fabrico do Açúcar também recebiam algumas atenções da administração luso-brasileira. Durante a guerra contra Palmares, muitos homens, além de chamados, também se escalaram para tentar a sorte nas batalhas, atrás de mercês como terras, postos, privilégios ou até mesmo alguma atividade econômica que desse bons rendimentos. Muitos desertaram e outros nem ousavam fazer as expedições, sendo chamados praticamente à força pelos milicianos maiores e responsáveis por Tropas e Terços. Apesar de Palmares representar, na metade da década de 70 do XVII, um ambiente de terras férteis propício para conquista e expansão da agricultura, isso não significava que o litoral deveria ser abandonado, e sim conservado. Se o açúcar ajudou a financiar as guerras contras os holandeses, pode ter continuado suas tarefas durante as palmarinas, visto que em setembro de 1672 os moradores de Moribeca que fossem pais de filhos (crê-se que em menoridade) e "oficiais de Asucar", não deveriam ser convocados para futuras entradas nos Mocambos[1275]. A situação serve para hipotetizar possíveis ocasiões nas regiões de Alagoas e Porto Calvo, por exemplo, em que a produção de Açúcar recebia alguns olhares atenciosos de seus responsáveis.

Continuando na esteira do açúcar como financiador de guerra, bancar os paulistas deu trabalho nos sertões das Alagoas e Porto Calvo. A ousadia de Jorge Velho frente ao "povo" e nobreza da terra das duas vilas causou dores de cabeça que duraram décadas. Mesmo assim, a população do litoral não abria mão de tentar subalternizá-los, transformando-os em milicianos de fronteiras que teriam como função a proteção dos produtos mundiais do litoral e da segurança das Casas-grandes dos poderosos das duas Vilas. Após enviarem queixas e requerimentos ao Conselho Ultramarino, o Procurador da Fazenda de Lisboa respondeu em 1698 sobre a situação dos paulistas em terras palmarinas. Como a guerra estava em andamento (em suas concepções) para um fim, os homens de Jorge Velho pediam a continuação do pagamento do soldo, pois suas fazendas ainda não estavam bem estabilizadas para poder se manter sem o auxílio do Estado. O Procurador indicou que o soldo deveria ser pago pela metade e a outra deveria ser consignada por efeitos administrados pela "Câmara de Pernambuco".

Os efeitos seriam "os açúcares e tabacos que de outros portos (Tamandaré, Francês e Penedo?) vão a embarcar em Recife", sendo que esses iriam pagar um subsídio "a metade do que pagão os moradores dela; não obstante pagarem algum nas suas terras"[1276]. A exportação mundial serviria em determinados momentos para suprir as necessidades da América, e não

[1275] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 272-272v.
[1276] "Parecer do procurador da Fazenda (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 405.

para forrar os estômagos, pulmões e bolsos dos europeus. Até porque, se forem seguir as ideias de conquista, usando um conceito de Economia Política, o ordenamento social da América, em seus âmbitos jurídicos, milicianos e religiosos, resguardariam a autonomia local dos habitantes, retiraria o peso do auxílio constante do Estado e as consequências viriam em uma economia ordenada que fosse de interesse dos administradores régios e do Monarca lusitano. Ter paulistas em Alagoas poderia assegurar um pedaço pequeno da receita da Fazenda Real, mas não deixava de ter sua importância em longo prazo se fosse administrada da maneira correta, ou seja: ordenada, sem conflitos hierárquicos, visando o desinteresse e o bem comum. Nobres usufruindo e pobres trabalhando, sem reclamações, sem revoltas.

9. 2 Tabaco

Não era gratuita a atenção que o Rei de Portugal dava ao tabaco quando estabeleceu que o futuro Ouvidor da Comarca das Alagoas tinha em suas prerrogativas a fiscalização nos territórios das três vilas (Alagoas, Porto Calvo e Penedo). Em relação a economia e produção material, altos e baixos existiam na América portuguesa. O açúcar sofria reveses por conta da produção das Antilhas, apesar de ter recuperado seu fôlego nos finais do XVII. Da mesma feita, o Tabaco era produto muito procurado desde o século XVI, quando naus da Carreira da Índia, vindas de Macau e Goa, bem como "os navios franceses", paravam na Bahia para completar a carga com Tabaco e Açúcar[1277], o que rendia boas somas aos cofres da Monarquia portuguesa no século XVII e XVIII, fosse para compra e venda nos mercados europeus, fosse para alimentar o mercado de tráfico de africanos por ter sido utilizado como moeda de troca[1278]. A própria Companhia do Brasil começou a colocar mais tabaco em suas *frotas* por conta da diminuição do preço do açúcar, que fazia com que seus produtores investissem no gênero, que era mais barato de produzir e necessitava de aparelhamentos de nível tecnológico mais simples[1279]. Mas Portugal não foi a única potência europeia que se valeu dos dividendos daquela mercadoria. A Espanha, em inícios de conquista, estudou o Tabaco como gênero de consumo e comércio[1280]; Os holandeses também aproveitaram das

[1277] GODINHO. "A evolução dos complexos histórico-geográficos". In: GODINHO. Op. Cit., 1968, p. 22. GODINHO. Op. Cit., 1990, p. 481.
[1278] SERRÃO. Op. Cit., 1992. FERLINI. Op. Cit., 2003.
[1279] HANSON. Op. Cit., 1986, p. 238.
[1280] PARRY, J. H. **The Spanish Seaborne Empire.** – London: Hutchinson, 1966, pp. 115, 124, 241, 310.

idas e vindas do tabaco americano (brasileiro e espanhol) em locais como Amsterdam e trataram de entrar na rota do comércio, dando mais atenção ao produto espanhol[1281].

Para o período em que essa tese se debruça, o jesuíta Antonil foi o mais interessado para dissertar sobre o tabaco. O da Bahia era de seu maior conhecimento e interesse, embora o das "Alagoas" tenha aparição nos escritos do jesuíta. Foi a partir dele que começou a se traçar problematizações históricas acerca de uma possível – ou suposta – importância do tabaco para os habitantes e vilas da parte sul da Capitania de Pernambuco. O jesuíta considerava que, "o tabaco em pó", "das Alagoas de Pernambuco", junto com "o dos campos da Cachoeira e das Capivaras" seria "o melhor"[1282]. De que "Alagoas" ele estaria escrevendo? O Desembargador Belchior da Cunha Brochado, em relação aos descaminhos de Pernambuco, salientava em dezembro de 1697 que boa parte "se costuma com mais abundancia fabricar e conduzir áquella cidade do Rio de S. Fran^{co}, Rio de S. Miguel, S^{to} Ant^{o} grande, Allagoas, Porto Calvo" (e outras vilas "pernambucanas")[1283].

Esses espaços já eram conhecidos desde o período pré-holandês. No interrogatório de Bartolomeu Peres, em 1631, foi-se dito que na "Barra Grande", quatro léguas acima de Porto Calvo, havia "só gente no interior que produz muito tabaco"; e o mesmo gênero encontrar-se-ia no Rio de São Francisco ("também se cultiva muito tabaco"), interessante como Alagoas não aparece nesse cômputo[1284]. O Capitão Willem [traduzido por vezes como Guilherme] Jansz já dá uma descrição de "qualidade" dos tabacos. O da "Barra Grande" é produzido "abundantemente" e foi considerado "o melhor tabaco de toda a costa"; enquanto isso, nas Alagoas, o tabaco não teria nem quantidade e nem qualidade, em comparação ao açúcar ("há muito açúcar e de boa qualidade, mas não assim o tabaco")[1285]. De acordo com Johannes de Laet, o tabaco "do rio Alagoas" era ruim. Pesquisando em extensa documentação, o historiador holandês Wätjen reforçou a folha de fumo das Alagoas e do Rio de São Francisco como de qualidade inferior "da Nova Holanda"[1286].

Que tipo de mudança ocorreu entre uma produção de tabaco "ruim" para um de "ótima" qualidade no período que pode ter ido do pré-holandês até 1711, com a publicação de Cultura e Opulência de Antonil? Quem sabe o fumo produzido "nas Alagoas" era "cru", ou "seco"; ou

---

[1281] PARRY. Op. Cit., 1966, p. 258-259, 262-263. WATJEN, Hermann. **O domínio colonial hollandez no Brasil:** um capítulo da historia colonial do século XVII. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, pp. 438-439.
[1282] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 194.
[1283] ANTT. Junta do Tabaco, maço 96A. Parecer do desembargador Belchior da Cunha Brochado. In: **Cultura e opulência**, 2007 [1711], apêndice documental VII, p. 337.
[1284] **Descrição das costas do Brasil**, 2007, p. 130, p. 130, 133.
[1285] **Descrição das costas do Brasil**, 2007, p. 171-172.
[1286] NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial.** – São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 43.

seja, sem os incrementos que tanto conquistou os europeus. Antonil faz referência ao tabaco granido em pó, que "se usa muito em Itália" (terra natal do Jesuíta). Andrée Mansuy, usando de outra leitura bibliográfica para complementar os dados de Antonil, indica que a mistura de odores para produzirem tipos peculiares de tabaco fez com que alguns ficassem conhecidos como "'tabac à la pointe d'Espagne', 'tabac en odeur de Rome'"; o que já evidenciava uma mundialização do produto e a apropriação europeia do mesmo a partir de particularidades culturais[1287]. É importante esclarecer que a prática era utilizada em Portugal, como a feita por Duarte da Silva, desde 1646, que tinha em Lisboa "um armazém para o açúcar e o tabaco do Brasil, que reexpede para as praças europeias: Roma, Veneza, Hamburgo, Livorno, Londres, Antuérpia, Ruão, as cidades das Províncias Unidas"[1288]. Provavelmente os ensinamentos acabaram por chegar nas regiões de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, apesar de ser difícil mensurar o "quando".

Outra parte da hipótese é que a disposição ao tabaco nas "Alagoas" pode ter se dado pelas condições estruturais das sesmarias nas partes sul. Apesar da utilidade das concepções de "grande lavoura" e "pequena lavoura"[1289], viu-se que os espaços alagoanos muitas vezes "mesclavam" os gêneros. Em outros termos: uma grande sesmaria poderia ter Engenho de Açúcar, tabaco, roças e gado (como os Correia da Paz-Araújo); ou que os mais pobres – ou os que tinham chances de aumentar seu patrimônio com o investimento certo – escolheram não apenas o gado, ou o plantio de gêneros alimentícios para começar a fundamentar suas vidas materiais. A importância do fumo como impulsionador econômico serve como horizonte de problematização para se encarar que não apenas a geografia e o clima ajudavam o tabaco "alagoano" ser de primeira qualidade, mas que os próprios agricultores viam no artigo uma promissora fonte de renda.

Convém lembrar, por isso, das sesmarias doadas aos paulistas no pós-guerra. Alguns já moravam por lá e viviam, como Antonio Vieira Rodrigues, de criação de pastos, cultivo de lavouras de roças e tabacos. Os donos das antigas sesmarias que tinham fugido por conta dos negros mocambeiros reclamavam exatamente porque de lá cultivavam "os melhores tabacos e açúcares". Severino Correa da Paz, mercador lusitano que se estabeleceu em Alagoas, herdou a agricultura da família de sua esposa em Sergipe (período pré e durante os holandeses) e produzia seu tabaco antes de alçar voos mais altos atrás do açúcar já no início da segunda metade do século XVII.

[1287] ANTONIL. Op. Cit., 2007, p. 194-195 (nota de rodapé 41).
[1288] MAURO. Op. Cit., vol. II, 1997, p. 243.
[1289] CANABRAVA. Op. Cit., 2005, p. 47.

Os casos de Antonio Vieira Rodrigues e Severino Correa da Paz fazem remeter aos parágrafos de Sebastião da Rocha Pita nos casos baianos. Um produtor de tabaco poderia ser qualificado basicamente em dois: os que torcem "à mão, outros com engenhos (donde é menos o trabalho e sai mais perfeita a obra)". Alguns seriam homens pobres, que viam no tabaco uma maneira inicial de conseguir cabedal para empreendimentos mais elevados, ou pelo menos para diversificar e aumentar a produção e as rendas da família. Alguns teriam currais de gados, até mesmo escravos e produziam grande quantidade, se tornando opulentos lavradores[1290]. O custo ser menor do que o de um Engenho de Açúcar ("em média, uma propriedade tabaqueira custava 5% do valor de um engenho") também chamava atenção para os interessados, inclusive aqueles que visavam alçar voos maiores em um futuro[1291].

9. 2. 1 O tabaco no mundo

"Sendo o Genero do Tabaco aquele em que Está asentado o mayor e mais útil Rendimento pera a Gente de Guerra nesessaria pera a Conservação e defença do Reino"[1292]. Essa colocação de Dom Pedro II, em janeiro de 1701, para o Governador de Pernambuco, não é de toda exagerada ou característica do início do século XVIII. A frase tinha seu fundo histórico. Antonil também floreia sua fala em um extrapolo que poderia ser comum: "Se o açúcar do Brasil o tem dado a conhecer a todos os reinos e províncias da Europa, o tabaco o tem feito muito afamado em todas as quatro partes do mundo"[1293]. A importância, pelo menos social-medicinal, vinha lá dos finais do XVI, encontrada no diálogo de Brandônio com Alviano no tratamento-diagnóstico do "mal do bicho"[1294], sendo passado para a Europa: "Jean Nicot, embaixador do Cristianíssimo em Lisboa (1560), envia a Catarina de Médicis pó de tabaco contra a enxaqueca, seguindo com isso os usos portugueses". Os franceses não ficaram atrás, tanto por André Thevet, "outro introdutor da planta na França", como por Jacques Gohory (1576) que "em Paris", "atribui-lhe [ao tabaco], durante algum tempo, as virtudes de remédio universal"[1295]. Marcos Galindo, se baseando em leitura do Padre Fernão Cardim, arriscou que a "erva-santa", por conta de suas propriedades "medicinais" e na maneira como

[1290] **História da América portuguesa**, 2011 [1730], p. 39.
[1291] SAMPAIO. Op. Cit., 2014, p. 397.
[1292] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 291v.
[1293] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 183.
[1294] **Diálogos**, 1997 [1618], p. 73.
[1295] BRAUDEL. Op. Cit., 2005, vol. I, p. 234.

ela atuava no corpo, pode ser considerada a *Cannabis sativa* (isto é, a planta de onde é produzida a maconha)[1296].

Da mesma feita, se antes o Tabaco foi combatido pela Igreja e pelo Governo, por ser um costume mais associado à práticas culturais e religiosas ameríndias[1297]; curioso é que as próprias instituições, como o Mosteiro de São Bento da Saúde, em Lisboa e o Convento de Santa Ana de Viana do Castelo, participavam do comércio ilegal em Portugal, esse segundo a partir das ações de suas freiras, o que gerou um comentário deveras irado da Junta do Tabaco que "no Porto não havia um único mosteiro ou convento que não estivesse envolvido no tráfico ilícito do tabaco[1298]. O mercado estava aberto, pois "poucas pessoas conseguiam desistir do vício do fumo, quer sob a forma de rapé ou de cigarro, por mais altos que fossem os impostos sobre o tabaco, e por mais baixos que fossem a qualidade e o estado do produto oferecido pelo governo"[1299]. Na Inglaterra, exemplar era o uso utilizado pelos protestantes britânicos ("radicais seiscentistas") na década de 40 do XVII, quando fumavam em reuniões de tavernas e encarava "o tabaco como 'uma boa criatura' de Deus, parodiando assim a santa comunhão"[1300]. José de la Vega, judeu espanhol, escrevendo sobre Amsterdam de 1688, presta atenção nos "coffy huisen", onde muitas pessoas "fumam tabaco. (...) [E] assim se aquecem, se regalam, se divertem gastando pouco, ouvindo as novidades"[1301]. Ainda sobre a Holanda, não é de se descartar a existência já no século XVII de usos de cachimbos de barro, que Marcos Galindo hipotetizará o uso como "muito provavelmente [tomado] por empréstimo cultural de povos nativos americanos"[1302].

Além de aspectos culturais (o ato de fumar), fatores sócio-econômicos ajudavam a financiar a procura pelo Tabaco na Europa e sua produção na América portuguesa, podendo ter ocorrido que "entre 1676 e 1716, a concessão do tabaco em Portugal produzia em média mais do que quarenta vezes por cabeça a quantia proveniente do monopólio real correspondente na França e mais do que duas vezes e meia o arrendamento espanhol"[1303]. Proibições existiram: "Inglaterra 1604, Japão 1607-1609, Império Otomano 1611, Império mongol 1617, Suécia e Dinamarca 1632, Rússia 1634, Nápoles 1637, Sicília 1640, China 1642, Estados da Santa Sé 1642, Eleitorado de Colônia 1649, Wutermberg 1651". E, todas

[1296] GALINDO. Op. Cit., 2017, p. 111, nota 75.
[1297] LAPA, J. R. Amaral. **Economia colonial.** – São Paulo: Editora Perspectiva, 1973, p. 149.
[1298] HANSON. Op. Cit., 1986, pp. 49-50 e 276-277.
[1299] BOXER. Op. Cit., 2002, p. 334.
[1300] HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça:** ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 200-202.
[1301] BRAUDEL. Op. Cit., vol. II, 2009, p. 84.
[1302] GALINDO. Op. Cit., 2017, p. 105.
[1303] BOXER. Op. Cit., 2002, p. 335.

elas aconteceram, como bem acertou na avaliação F. Braudel, "antes de se aperceberem das belas possibilidades de rendimento fiscal"[1304]. Se aquela proibição existiu, foi porque o consumo tinha se tornado comum e a todo o momento a lei era transgredida[1305]. Não é forçoso relacionar que o Tabaco alagoano apareceu após esses momentos, ganhando força com sua procura na Europa e África. E Portugal, que não tinha estabelecido grandes cerceamentos do comércio e consumo, soube aproveitar e sair na frente naquela estimada fonte de renda.

A relação caminhava por essa via dupla: os homens começaram a apreciar o tabaco, dando-o novos significados a partir de suas culturas europeias (francesa, britânica, holandesa, portuguesa, espanhola[1306]), ao mesmo tempo em que as rendas e o mercado também era vantajoso para os homens[1307]. Ou seja, não se pode medir a importância ou o raio de alcance do tabaco brasileiro (e dentro dele o alagoano) apenas pelas balanças comerciais; a procura humana pelo gênero, não olhando apenas os aspectos da riqueza, mas as sociabilidades construídas a partir de culturas próprias davam ao Tabaco a importância que acabou recebendo naqueles séculos. Utilizando documentação do Duque de Cadaval, Mansuy estabelece que o tabaco brasileiro, em 1698, ia para Portugal, Açores, Ilha da Madeira, Castela, Europa do Norte, Itália, Costa de África e Índia; outra memória do Duque invoca que tabaco brasileiro saiu de Genova em 1694 para Nápoles, Lombardia, Livorno e Civita Vecchia[1308]. Convém alertar que em outros momentos e lugares o tabaco "brasileiro" não era o mais vendido ou procurado, como em Nantes (França) de 1680, que preferia o tabaco de São Domingos (Antilhas francesas) do que o inglês[1309].

Mas o "tabaco" brasileiro não recebia atenção por si só. Dinâmicas das outras "partes do mundo" justificavam a propensão à segurança e ao estanco. A cultura fundamentava a economia que dava seu retorno para o "fazer-se" cultural. Em novembro de 1679, Antônio Paes de Sande enviava carta para o Príncipe Regente. Nela, o alerta era de ter cuidado com que o tabaco indiano, "de rolo de boa qualidade não passasse [i. é, não fosse desviado] para a Inglaterra". A "utilidade e aumento" do estanco do tabaco "da Índia" dependiam desde aquele momento do controle do descaminho. O Brasil entra no xadrez econômico de maneira ambígua ("devendo-se ter igual prevenção no Brasil")[1310]. Mesmo salientando "no" Brasil (ou seja, o porto do Bahia que recebia navios da Carreira da Índia), e não "ao do" Brasil (tabaco

[1304] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 235.
[1305] ZIZEK, Slavoj. **Violência:** seis reflexões laterais. – São Paulo: Boitempo, 2014, p. 154, n. 17.
[1306] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 194-195 (nota de rodapé 41).
[1307] NARDI. Op. Cit., 1996, pp. 24-28.
[1308] **Cultura e opulência** 2007 [1711], p. 200, nota de rodapé 61.
[1309] BRAUDEL. Op. Cit., vol. III, 2009, p. 318.
[1310] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, pp. 252-253 doc. 348.

brasileiro), entende-se que as duas partes estariam ligadas e deveriam andar de maneiras iguais para impedir que a Inglaterra causasse prejuízo aos lusitanos. Naqueles anos o tabaco baiano e pernambucano já tinham força na balança econômica internacional e suas rendas poderiam garantir alguns investimentos internos na conquista. Da mesma maneira que o Açúcar financiava guerra (como a contra os batavos), o tabaco também aparecia para complementar na defesa do território. Observando o contexto do século XVII, não é tanto de se espantar com a atribuição do Ouvidor das Alagoas em dar atenção ao Tabaco.

9. 2. 2 O mundo influencia a América: o tabaco das Alagoas

Voltando para "Alagoas", em 1697 o tabaco começa a tomar força a partir de sua posição na economia do mercado mundial: o Governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, para pagar os soldos dos paulistas em Alagoas e Porto Calvo, indicou que "os tabacos que das Alagoas e Rio de São Francisco se navegam para a Bahia paguem subsídio como sempre foi uso e nesta forma crescera tanto o recolhimento do dito subsídio que com toda a largueza se faça o gasto deste crescimento"[1311]. Entretanto, em 1698 o Procurador da Fazenda já tinha decidido que o subsídio para suprir os paulistas seria tirado do Açúcar e Tabaco que embarcavam em Recife. Mesmo tendo sua estratégia limada, a ação do Governador ajuda a problematizar que a renda do Tabaco já atingia um montante considerável para que uma parte dela fosse tirada para ser reinvestida em aspectos locais. Ao invés de Olinda, os paulistas que ficaram estacionados nos Arraiais de Jacuípe e Nossa Senhora das Brotas seriam bancados pelo mesmo subsídio. Em suma, os impostos pagos foram revertidos para o que eles consideravam "o bem comum" local, ao invés do "bem comum" dos outros. Ao mesmo tempo em que esses dados visam parecer uma "vitória" pelos moradores das três vilas, também pode ser analisada em um prisma de alargamento da administração da Capitania. Ao invés de manter apenas a Praça de Olinda guarnecida, os governadores tomaram consciência que o aumento populacional e a durabilidade da guerra contra os Mocambos de Palmares fazia com que "Alagoas" tomasse mais atenção do Governo. Consequentemente, recebia mais mecanismos de controle e "liberdade" para progredir. Uma relação dos dízimos de Pernambuco, anterior a 1699 (documento sem data), indicaria que "o rendimento dos tabacos

[1311] "Consulta do governador (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 383.

e açúcares" "era grande. Cobravam-se muitos mil cruzados, dos quais grande parte se gastava sem que S. Alteza disso tivesse conhecimento"[1312].

Os gastos não foram estopim, mas ajudaram a compor a fase de negociação e importância que o Tabaco começava a ter dentro de um determinado contexto histórico: a reunião de Dom Pedro II (já Rei) com as cortes, em 1698, em Lisboa[1313]. Feita depois de um hiato de dezoito anos, "concordaram em moderar os repudiados impostos sobre os vinhos e a carne. A maior parte dos 1,6 milhões de cruzados da carga fiscal foram recair sobre o tabaco"[1314]. Importante salientar uma característica do Estado português acerca de suas questões econômicas, visto que no discurso do monarca encontramos muito mais atitudes de *confiança política-administrativa* do que caracteristicamente técnica e matemática, mas que mesmo assim não deixava de ter o peso da decisão e dos interesses monárquicos no assunto[1315]:

> (...) que assim o faça a conveniência do meu serviço e defença[?] mas também aquele grande[?] desejo que tenho de ver os povos aliviados de tributos, e o muito[?] que amo[?] a meus vassalos me põem em igual obrigação e cuidado de conservarlos[?] com segurança, e de governalos[?] com suavidade, e quando a razão e experiência mostre em qualquer tempo que há meio mais seguro, mais suave, mais eficaz[?], para o tabaco produzir o computo necessário me valerei dela fazendo so pratique e execute por que o meu animo[?] não hé outro que tirar do tabaco o de que necessita a defença[?] e conservação do Reino, com menos vexação, dos povos, e sem embargo do comércio, ficando sempre extinta a forma da administração que até [a]gora[?] teve o tabaco pelo Estanco, o Estado dos povos o tenha assim entendido. Lisboa 6 de Abril de 1698. Com uma rublica de S. Majestade[1316].

O impacto das reuniões chegava à América. Apesar de ter assinado o documento em 06 de abril, desde janeiro já se tinha notícia das Cortes reunidas. O Rei acabou ficando preocupado, pois o assunto era sobre o "alivio dos Povos" a partir do "deve[r] [de se] dar nova forma ao tabaco". O "furo da notícia" da reunião fez acontecer que nas frotas as novidades chegaram ao Brasil "confusas, e mal entendidaz e resultar dellaz o levantar-se o preço ao tabaco". O monarca, antes mesmo de terminar o assunto, já estabelecia sua administração proibindo o levantamento de preço: "e que ponhaes particular cuidado em saber

---

[1312] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, pp. 435-436 doc. 592

[1313] BCUC. **Seção de reservados**. Códice 510, fl.178v-179v. Agradeço aqui ao professor António Manuel Hespanha por ter me indicado e escrito carta de recomendação para autorização de pesquisa no arquivo no primeiro semestre de 2012.

[1314] HANSON. Op. Cit., 1986, p. 219.

[1315] HESPANHA, António Manuel. "A Fazenda". In: HESPANHA Op. Cit., 1992. NARDI. Op. Cit., 1996, p. 95.

[1316] BCUC. **Seção de reservados**. Códice 510, fl. 179v.

seos lavradores intentão levantar os preçoz e não o premittireiz, antez com effeito fareiz que se venda o tabaco por aquelles mezmoz preçoz"[1317]. Um ano depois, em março de 1699, o Rei aceita a proposta dos homens de negócio de Pernambuco, que o comércio do Tabaco para o Estanco e consumo no Reino fosse feito "por arratel". A caracterização do Rei justo e da manutenção da economia em prol do reino e dos habitantes da conquista poderia ser ponto chave de fidelidade, visto o contrabando e descaminho ter sido constante no século XVII (ver parte 3): "e asym procurem oz lavradores fazer os Tabacos com tanta bondades, que possão lograr este mayor preço"[1318]. Pouco tempo se passou e "esta reforma provou não ser satisfatória, e o sistema de monopólio voltou a ser reimposto no próncipio de 1700"[1319].

O motivo da preocupação estava fundamentado no fato de que "Alagoas" naqueles idos de século dava uma boa soma com a venda de seu tabaco pela alfândega da Bahia. De acordo com os dados de Antonil, os 25 mil rolos de tabaco "baiano" contabilizavam 303.100$000réis, pois cada rolo era a "doze mil cento e vinte e quatro réis". Enquanto que "das Alagoas de Pernambuco", iam apenas 2.500 rolos de tabaco, mas que davam um total de 41$550$000réis por conta do preço de "dezesseis mil seiscentos e vinte réis, por ser melhor o tabaco"[1320]. Aquela situação causava o desconforto no Superintendente do Tabaco do Recife, Roberto Car Ribeiro, que enviou carta ao Rei D. Pedro II em março de 1704, escrevendo que "estranhava o fato de que 'a este Recife se não conduzia quantidade alguma [do tabaco "alagoano"] sendo-lhe fácil a conduçam por mar". Para Andrée Mansuy, a justificativa poderia residir "provavelmente aos direitos excessivos a pagar em Recife"[1321]. Mas não apenas isso. O momento imediato era importante, mas conhecimento histórico não é um privilégio dos homens pós-XIX. Quando Nassau e os batavos conquistaram Mina em 1637 e Angola em 1641, os baianos do Recôncavo ficaram sem seus suprimentos de escravos. Após algumas negociações o Rei D. João IV autorizou "o comércio directo entre Baía e a costa da Mina em 1644", e o tabaco figurou como importante catalisador: "durante a última década daquele século XVII este comércio provou ser muito lucrativo para os comerciantes da Baía, que negociavam tabaco com os Holandeses e outros intermediários europeus, em troca de escravos negros"[1322]. Em relação aos barcos que saiam da Bahia para Costa da Mina, o número decuplicou entre os anos de 1681 e 1710, em que todos levavam tabaco para o

[1317] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 256-256v.
[1318] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 268v-269.
[1319] HANSON. Op. Cit., 1986, p. 278.
[1320] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 204.
[1321] ANTT. Junta do Tabaco, maço 96. In: **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 204, nota de rodapé 68.
[1322] HANSON. Op. Cit., 1986, p. 252.

comércio de escravos[1323]. O contrabando de tabaco pelos próprios habitantes de Porto Calvo, Alagoas e Penedo não pode, portanto, ser analisada apenas em caracteres mercantis de imposto e "direitos". Escolher a Bahia como porto foi algo estrategicamente pensado por conta do mercado de escravos, uma maior rede comercial e a ausência daqueles impostos do Recife. Tal assunto será uma constante e devidamente analisada em capítulo próximo, acerca das desobediências da fiscalidade da capitania e na fundamentação de uma economia política própria e mais ou menos autônoma.

Da mesma feita, no início do XVIII deve-se pensar a relação tabaco-escravo e o próprio comércio com as Minas Gerais. Barickman ressaltará que no início do XVIII o fumo "baiano" deu um salto qualitativo no comércio escravagista[1324]. O motivo era a demanda intensa de negros africanos para as novas minas de ouro. Até que ponto os "alagoanos" não entraram naquele circuito? É difícil estabelecer com qual intensidade, visto que no início do século XVIII já se viu que as vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo tinham suas carências de escravos africanos para os ofícios da agricultura. Mesmo assim, não é hipótese de se descartar. Apesar de outra mais cabível é conceber o "alagoano" como intermediário. Ou seja, como alguém que vende tabaco próprio para algum "baiano" comprar o seu escravo. Fosse qual fosse a finalidade, subtende-se que aquelas dinâmicas conjunturais podem ter dado uma injeção de ânimo em lavradores "alagoanos" para que os mesmos aumentassem suas plantações de fumo e, invariavelmente, começassem seus comércios próprios.

9. 3 O pau-brasil

Muito já se escreveu acerca do século XVII "brasileiro", especialmente quando o chamam de "ciclo do açúcar". Momento em que o ouro branco foi preponderante no fazer-se socioeconômico dos habitantes americanos e da coroa portuguesa. Meia verdade, uma vez que o gênero realmente dominou as balanças comerciais e fez a festa e a guerra (às vezes literalmente) dos homens lusos e luso-brasileiros. Em um recorte macroeconômico, o açúcar estava caminhando lado a lado com o tabaco e o sal de Setúbal ("a mercadoria que fornecia dinheiro a Portugal"). Apesar de ser sempre lembrado nos inícios de conquista e esquecido em momentos posteriores, o Pau-Brasil continua sua importância no XVII: "esse pau brasil que

[1323] HANSON. Op. Cit., 1986, p. 266.
[1324] BARICKMAN. Op. Cit., 2003, p. 64

constitui uma parte muito importante dos carregamentos que chegam aos portos de Lisboa, Porto e Viana vindos dos portos brasileiros"[1325].

Se os estudos dos ciclos ajudaram em vários momentos nas delimitações conjunturais e recortes para pesquisas da história econômica, por outro acabaram por separar e impedir os contatos entre eles próprios. Afasta-se nessa tese de colocações como "o insignificante ciclo extrativo do pau-brasil"[1326], ou "a extração da madeira acabou por levar a uma quase extinção de florestas costeiras"[1327], que deixam a ligeira impressão de que as madeiras de pouco ou nada serviram, ou que foram abandonadas por quaisquer motivo. Prefere-se encarar nessa parte que houve "substituição do pau-brasil pelo açúcar como principal produto de exportação do país [sic]"[1328]; ou seja, o pau-brasil continuava existindo e tinha sua força, só não era mais o carro-chefe da economia da conquista americana; perdeu posto, mas não poder. Mas, também, não se pretende misturar o pau-brasil com os outros produtos-chave da economia. Antes, ver-se-á como a madeira ajudou a fundamentar a própria economia "alagoana".

9. 3. 1 Pau-brasil "alagoano"

Encontra-se em Duarte Coelho a importância da madeira em Pernambuco e delimitação de alguns fins que deveriam ser dados a ela, junto com sua administração. Sabe-se que as cartas enviadas para o Rei eram em tom de súplicas, recheadas com alguns floreios, apesar de sua linguagem direta, o que faz pensar sobre demasias ou planos que existiam em sua mente e que não eram certeza de prática efetiva. Lá pra 20 de dezembro de 1546 o Donatário já escrevia acerca dos ameríndios para o corte do pau-brasil (chamado apenas de "fazer brasill"), e da quantidade de navios que saia: "porque de três anos para qua tem levados mais de seis ou sete navios carregados de brasill". A quantidade trazia, por exemplo, prejuízo, pois muitos homens estariam interessados apenas no corte da madeira e não investiam em habitações e maneiras de fixação na terra, preocupando-se apenas com a escravização dos ameríndios para o corte. A situação chegou a ares mais complicados, pois "hum navio" tinha embarcado naqueles tempos em Pernambuco para retirar "trinta mill quinates", o que causou um "escamdollo e allvoroço" por parte da população de Olinda. Duarte Coelho acabou decretando que fosse proibida a extração de pau-brasil "por todallas povoações e fazendas que pessoa

[1325] GODINHO. Op. Cit., 1990, pp. 481-482.
[1326] PRADO Jr.. Op. Cit., 2011, p. 135.
[1327] RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O Atlântico português, 1415-1808". In: RUSSELL-WOOD. Op. Cit., 2014, p. 102.
[1328] BOXER. Op. Cit., 2002, p. 100.

alguma ho não corte nem faça nem falle em se fazer brasill a vinte léguas destas povoações"[1329].

As enérgicas ações tinham seu embasamento empírico. Já no ano de 1515, o Pau-brasil figurava como um produto que garantia bons dividendos para a Coroa portuguesa[1330]. O aumento foi significativo, pois de 1506 a 1619 a tendência foi subir[1331]. Essa subida pode ser avaliada também com o preço em que a exploração do monopólio foi comprada por meio de contratadores particulares: em 1602 o preço tinha sido de 21$000.000réis, em 1627 aumentou para 24.000$000réis, sendo que em 1679 o preço tinha caído para 12.000$000réis[1332].

Isso vai justificar parte do que foi atribuído a Tomé de Souza, em 1530, quando veio ao Brasil para a instituição do Governo Geral: "Porque por bem do forall dado as capitanias das ditas terras pertencem a mim todo o paao do dito brasyll e pesoa allgûa não pode nelle tratar sem minha licença[1333]. A Carta de Doação e o Foral de Pernambuco para Duarte Coelho tinha também sua cláusula:

> (...) todo o brazyll que na dita terra ouver ade ser sempre meu e de meus sobçesores sem o dito capitam e gouernador nem outra alguma pessoa poder tratar nelle nem vendello pera fora somente poderá o dito capitam e asy moradores da dita capitanja aproueytarse do dito brazyll ahy na terra no que lhes fôr neçesaryo segumdo he decrarado no forall e tratando nelle ou vendendo pera fora encoreram nas penas conteúdas no dito forall ["nam sendo em o queymar porque queymando o encorreram nas sobreditas penas"][1334].

A procura da madeira interessava a muitos, visto que Gândavo, escrevendo em aproximadamente 1576, colocava que "há muito pau do Brasil e algodão de que enriquecem os moradores desta Capitania". É como se o açúcar, em seus "vinte e três engenhos" não fosse horizonte pertencente a toda a população ("mil vizinhos")[1335]. A relativa facilidade na extração (escravidão e trabalho braçais, sem muita tecnologia, apenas vários tipos de corte) pode ter chamado a atenção dos homens mais empobrecidos, que tiravam o juízo de Duarte Coelho e desceram para as partes sul. Afinal, era necessário apenas um grupo de ameríndios escravizados ou pagos com qualquer tipo de quinquilharia para cortar a árvore, dividir em

---

[1329] Carta de 1546. In: **Cartas de Duarte Coelho**, 1997, pp. 47-48, 59.
[1330] GODINHO. Op. Cit., 1968, pp. 19-20.
[1331] GODINHO. Op. Cit., 1968, pp. 49, 56-58.
[1332] HANSON. Op. Cit., 1986, pp. 270-271.
[1333] "Regimento de Tomé de Sousa (17 de Dezembro de 1548)". In: **HCPB**, vol. III, 1924, p. 349.
[1334] "Carta de doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho (10 de março de 1534)". In: **Documentos Açúcar**, vol. I, 1954, p. 13. Entre colchetes a citação é do "Foral de Duarte Coelho (24 de Setembro de 1534)", p. 21.
[1335] **Tratado da terra**, 1995 [1576], p. 5.

toras e despir "a casca e alburno" para que saísse a "tinta rubra"[1336]. De acordo com Mauro, a situação mudaria com o aparecimento do negro africano e dos animais como o gado e cavalos, deixando a empreitada mais viável e "rápida": "é preciso primeiro organizar seu corte e o seu transporte até à costa"[1337].

As áreas da parte sul da Capitania eram as mais desprotegidas, tanto por falta de homens pra conquista como pelas resistências dos ameríndios caetés. Duarte Coelho, abusado e aperreado pelos prejuízos que sofria da falta de trabalho e do abandono, decidiu, nas palavras de Loureto Couto: "continuar a conquista da sua capitania". Sua missão provavelmente consistia em encontrar terrenos férteis e propícios para fundação de povoações, corte de pau-brasil, elevações de engenhos de açúcar e outras lavouras, além de guerrear contra ameríndios contrários à escravidão e à catequização. Encontrou "Francezes", agindo às escondidas "nos resgates do pau Brazil, e outras drogas". Mas não por mera pirataria. Os europeus de Luís XII e depois Francisco I poderiam já ter mais ou menos se estabelecidos ("onde muitos anos teve [Duarte Coelho] trabalhos de guerra com o gentio e franceses que em sua companhia andavam"[1338])[1339]. Não como "colônia" ou "conquista", mas possivelmente como entreposto – e as relações diplomáticas de D. João III com o monarca francês não estavam ajudando em nada para frear a "ousadia" dos franceses[1340]. O indício empírico para tal interpretação foi que Duarte Coelho "arribou a seus portos [leia-se, de Alagoas do Sul], e foy lançando fora delles aos Francezes"[1341]. O nome "Porto Novo dos Franceses", que ficava abaixo duas léguas do Rio de São Miguel, já era conhecido desde anterior a 1587[1342]. A conservação da "Praia do Francês" ainda hoje em Alagoas é indício histórico-arqueológico *a la* Aristóteles que serve como "prova" para desenvolver – se não conclusões – pelo menos argumentos interpretativos[1343]. Para o que nos interessa aqui, até que ponto foi os Franceses os responsáveis por "mostrar" ou "indicar" que a parte sul da Capitania tinha possibilidades econômicas?

Porto Calvo e Cristovão Lins estavam atrelados à Serinhaém e Cabo (visto que o "alemão" fundou engenhos na parte norte da Capitania); o Rio de São Francisco foi ponto final da viagem de Duarte Coelho, e áreas margeadas de rios não eram ignoradas; Porém,

---

[1336] CORTESÃO, Jaime. "Relações entre a geografia e a história do Brasil". In: **HEPM**, vol. III, 1940, p. 18.
[1337] MAURO. Op. Cit., vol. I, 1997, p. 170.
[1338] **Tratado descritivo**, 2000 [1587], p. 20.
[1339] E "Alagoas" não pode ser vista como espaço "privilegiado", partes da Paraíba e Itamaracá também receberam atenção dos contrabandistas, MAURO. Op. Cit., vol. I, 1997, p. 193.
[1340] SIMONSEN. Op. Cit., 1977, p. 56.
[1341] **Desagravos do Brasil**, 1981 [1757], p. 22.
[1342] **Tratado descritivo**, 2000 [1587], p. 23.
[1343] GINZBURG, Carlo. "Sobre Aristóteles e a História, mais uma vez". In: GINZBURG. Op. Cit., 2002.

"Alagoas" não é uma fundação feita pelo gênio e cabedal de Gabriel Soares, mas possivelmente um espaço que tinha ameríndios "mansos" trabalhadores (utilizados pelos franceses), pau-brasil, "outras drogas", um porto favorável (o do "Francês") e terreno para plantio de gêneros variados: do açúcar à mandioca. Se "Alagoas do sul" não nasceu do Pau-Brasil, pelo menos foi mais bem observada e estudada como espaço de conquista graças às experiências de Duarte Coelho; ou seja, graças à madeira. Não é a toa que Diogo Moreno, em 1612, ao mesmo tempo em que reclama dos roubos dos franceses do Pau-Brasil em São Miguel, denuncia que os próprios moradores também "furtavam" o gênero (ver adiante).

Quando Pernambuco expulsou os holandeses, Portugal teve que arcar com um compromisso de "comprar" o Brasil a partir da "Paz de Holanda" (ver próximo capítulo). Para conseguir rendas, além dos impostos coletados, o Pau-Brasil apareceu em uma situação que interessou a Rainha. No momento das guerras, havia na Holanda uma companhia chamada "doz Brestes", que comerciavam Pau-Brasil do "Brasil holandês" para a Europa. Por conta da falta de embarcações e das batalhas, muitas "Fazenda em Raizes de pau Brazil" não saíram do Recife, ficando estocadas em "vinte e tres armazéins"[1344]. A notícia chegou a Portugal, que sempre tinha conhecimento da riqueza do comércio da madeira nobre e, imediatamente, se valeu daquele montante para poder quitar parte do seu pagamento[1345]. Um luso, chamado Jerónimo Nunes da Costa, acionou o Conselho Ultramarino para poder "navegar o pau-brasil da <<Companhia dos Brestes>> que ficara em Pernambuco", tendo seu pedido negado, "por [ser] inconveniente"[1346]. Não sendo a toa que nas capitulações de Paz em 1661, as "Províncias Unidas podiam comerciar livremente entre o Brasil e Portugal em todo o género de mercadorias, excepto o pau-brasil"[1347]. O que era para ser pontual acabou se tornando comum, causando descontentamento ao Monarca e à Companhia de Comércio do Brasil.

Ao que parece, o Governador Jerônimo Furtado de Mendonça, que ficou no cargo entre março de 1664 e julho de 1666, em conjunto com os oficiais da Câmara de Olinda, utilizaram do Pau-Brasil para vender e usar os lucros visando quitar a sua parte (de Pernambuco) no Dote da Rainha da Inglaterra. Entretanto, do ponto de vista do Monarca, tal atitude ia de encontro com os acordos já antes estabelecidos no que concernia o Estanco e a Companhia de Comércio. Como punição, foi estabelecido que o novo Governador, Bernardo de Miranda Henriques, ao chegar em Pernambuco em 1666, deveria sequestrar os bens de Jerônimo

[1344] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, tomo I, fl. 15.
[1345] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, pp. 162-163 doc. 213 doc. 219 doc. 221.
[1346] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, p. 413 doc. 569 a informação entre <<>> é do documento original transcrito por Rau e Silva, o que está entre colchetes é acréscimo meu.
[1347] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, p. 179 doc. 239.

Furtado e ainda prender os vereadores da Câmara que participavam de tais negociações[1348]. Aquela ação poderia ter fundamento, visto que em 1664, em atos de negociação da manutenção da Companhia Geral do Comércio, foi escrito ao monarca que os rendimentos anuais chegavam a 500 mil cruzados (200.000$000réis, em prata), provenientes "do estanco do pau-brasil e de aproximadamente trinta mil caixas de açúcar"[1349]. O Governador passado, Francisco de Brito Freire, também entrou em entreveros em relação aos pagamentos, mas, ao que parece, não usou do pau-brasil para quitar as dívidas[1350]. O Duque de Cadaval, em 1673, deu o parecer de "não haver prova legal contra ele, por não aparecer cousa que provasse a origem do delito" e que investigações deveriam ser abertas, inclusive dando ao ex-governador o direito de defesa[1351]. A pendenga pode ter sido passada para Furtado de Mendonça, que acabou se valendo da madeira nobre, sofrendo depois as consequências.

De imediato, sabe-se que a madeira permaneceu nos horizontes de interesse da Coroa, detentora de seu monopólio (arrendado desde 1617 e recuperado em 1697 por Dom Pedro II)[1352]. Um regimento tinha sido estabelecido anos antes, em dezembro de 1605, o que já configurava o interesse filipino na conservação e comércio da madeira[1353]. A exploração e a proteção das atividades foram de interesses da administração no século XVII. E o que isso teria a ver com "Alagoas"?

Bento Sorriel não foi um homem que deve ser reconhecido pelas suas expedições no Rio de São Francisco para "descobrir" as Minas de Salitre. Décadas antes, em 1664, escreveu um relatório para o Governador de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado, acerca de ter descoberto, "nos confins do Rio de Cururuype", "grande quantidade de Páo Brazil". Qual a motivação daquelas terras ainda serem virgens? De acordo com Bento, por ser a área "parte dezerta" (de homens, é óbvio), e "muy vezinha dos negroz levantadoz dos Palmares". Pediu provisão para poder começar a extração da madeira, para aumentar os cofres do Rei de Portugal, e imediatamente foi dada a provisão para que aquelas terras ficassem em seu resguardo, proibindo pessoas de irem lá "com machadoz, ou fabrica" para extrair o produto sem o consentimento de Bento Sorriel. Ao mesmo tempo, julgava-se que aquela atitude surtiria efeito, pois seria "benifiçio publico dos moradores da cappittania das Alagoaz ser

[1348] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, tomo I, fl. 43-43v.
[1349] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, pp. 185-186 doc. 253.
[1350] MELLO. Op. Cit., 2012, p. 39.
[1351] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, p 239 doc. 313.
[1352] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 300, nota de rodapé 51.
[1353] MAURO. Op. Cit., vol. I, 1997, p. 171.

aquelle Sertão abitado de gente, com o que padeçerão menos moléstia dos negros levantadoz"[1354].

Essas terras não podem ser encaradas como desertas apenas porque tinham negros mocambeiros e/ou ameríndios hostis. Os espaços desabitados das vilas ao sul remontam tempos de início de colonização e que ficaram àquela maneira até meados do XVII. Mantendo o argumento no tema do Pau-Brasil, Duarte Coelho escrevera em 1549 que havia uma complicação de extração da madeira nas partes sul de Pernambuco, abundantes, mas resguardadas pelos ameríndios hostis. Vale a pena citação da passagem de Coelho:

> pois ahi ha tamtos outros portos em que ho podem fazer asi do cabo de Santo Agostinho ate São Francisco que he na mesma minha costa como dahi para baixo e na costa dos petigoares que são outras jeraçoes comtrairos destes e fazendoo lla não nos daneficam, e a quem Vossa Alteza ouver por bem de ho dar quer nos petigoares quer nos outros meus portos de baixo podem Senhor vir aqui para mais segoridade e toda hajuda e favor que lhes eu poder dar lhe darei de boa vomtade asi para os petigoares que he daqi doze qinze vinte trinta e corenta legoas tudo costa omde ha brasill muito e bom e mais barato que este daqi asi polla desordem como por ser dez doze qinze legoas pello sertão a demtro, como querendo ir aos outros meus portos do cabo de Santo Agostinho para ho sul que he outra jeração comtrairos destes[1355].

Unindo esse parágrafo com o que foi escrito em capítulos passados, observam-se as áreas sem população na parte sul da Capitania de Pernambuco. Desde o início da colonização por Duarte Coelho, tratava-se as terras como ricas e abundantes de gêneros que renderiam lucros para a administração da Capitania e a Coroa de Portugal. O que faltava eram ações de homens que desejassem ocupar a terra, e não apenas extrair dali o que garantiria riqueza em curto prazo, sem se importar com a longevidade da Capitania.

Mas estaria Bento Sorriel certo de sua colocação? A região de Coruripe foi realmente desabitada a ponto de o Pau-Brasil ser "descoberto", como se antes ninguém tivesse noção de sua existência? Para conseguir suas mercês, os homens luso-brasileiros aprenderam bem a retórica do heroísmo e do "descobrimento", como se fossem herdeiros de Cabral e de uma missão lusitana de "descobrir" as coisas. Os discursos de pioneirismo acabam quase sempre induzindo o leitor de que aquela realidade realmente aconteceu. Contudo, Bento Sorriel fazia parte de uma conquista que tinha em seu fazer-se uma movimentação de todo tipo de gente, onde os relacionamentos entre pessoas poderiam adquirir caracteres tanto efêmeros como sólidos para toda uma vida. Aproveitando a ideia de polissemia do discurso, proposta por

[1354] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 176v-177.
[1355] Carta de 1549. **Cartas de Duarte Coelho**, 1997, p. 75.

Bakhtin, entende-se que a "descoberta" da região do Coruripe possa não ser totalmente original e creditada a Bento Sorriel. Informações chegaram a ele a partir de suas conversas com pessoas. E o ponto de interrogação é demasiadamente simples: se a área fosse deserta e cheia de inimigos ameríndios e palmarinos, o que raios um lusitano "sozinho" (crê-se que com alguns escravos e outros luso-brasileiros) foi fazer lá? Tem-se, além dos ameríndios, a memória dos franceses, que conseguiu ser "resguardada" dos tempos de Duarte Coelho e que chegou até 1757 em Loreto Couto.

Quando os holandeses tomaram como prisioneiro Bartolomeu Peres, em 1631, lusitano natural de Viana do Castelo, fizeram um interrogatório (em janeiro) acerca da costa do Brasil. Sua experiência de vida "brasileira" (chegou entre 1624-1625) e de contramestre e piloto entre 1627-1628 "por toda a costa [do Brasil, i. é. Capitania de Pernambuco]", serviu como informações úteis aos batavos. No que nos interessa, São Miguel aparece de maneira elucidativa:

> Lá há um engenho terra adentro [provavelmente do Barbalho, contabilizado em 1638]. Ele [Bartolomeu Peres] não entrou nunca nele [no Rio São Miguel], mas sabe que lá tem entrado uma caravela com um calado de dez pés para carregar mais de 12.000 quintais de pau-brasil[1356].

"Duas léguas além [do Rio de São Miguel] está o Rio Coruripe", e nele, anteriormente ao que narrou Bento Sorriel, o pau-brasil já era uma realidade conhecida:

> Lá há somente um português que manda cortar os paus; e 5 a 6 léguas terra adentro há uma aldeia de brasilianos. Lá unicamente há pau-brasil, o qual se obtém em grandes quantidades uma légua rio adentro. Segundo ele [Bartolomeu Peres], ao entrarmos com um iate ou uma chalupa, lá ainda encontraríamos paus bastantes para levar[1357].

Viu-se acima que os holandeses tinham interesse no Pau-Brasil, inclusive por meio de sua "Companhia dos Brestes", que resultou em pendengas no período pós-expulsão batava acerca da venda ou armazenamento da madeira que tinha sido estocada, com homens interessados em vendê-la. A Companhia ficava no centro da Capitania, e Bento Sorriel, se não era natural de lá, provavelmente o seria residente ou conheceria pessoas. Não é de se surpreender, portanto, com a "descoberta" do Pau-brasil em Coruripe. Avilta-se ter acontecido

---

[1356] **Descrição das costas do Brasil**, 2007, p. 130.

[1357] **Descrição das costas do Brasil**, 2007, p. 130. De acordo com Andrade, o Baixo Coruripe, antes do processo de erosão por conta da extração das matas, seria mais fundo do que em 1958. Vai ver por isso os holandeses (e antes, os franceses) tinham mais facilidade de navegar pelo rio. ANDRADE. Op. Cit., 2010, p. 38.

de que, por conta das guerras contra os batavos e, posteriormente, as lutas contra mocambeiros (até que ponto a "aldeia de brasilianos" também teria se rebelado?), o território foi perdendo espaço, pois as populações voltaram para mais perto das vilas e dos engenhos e lavouras remanescentes das lutas. Mas um navio que carregava 12.000 quintais (707.784 quilos – 707 toneladas) não passa despercebido pela população local e nem pelos murmurinhos das vilas vizinhas, chegando até Pernambuco. O próprio Coruripe, que poderia ser conhecido por "lá unicamente há pau-brasil", também era alvo de colonos. Aprofundando mais a interpretação, Bartolomeu Peres disse no "depoimento", que, em relação a São Miguel, "não entrou nunca nele". Como saberia, então, dos navios de pau-brasil? A resposta estaria nas suas redes sociais, visto que foi contramestre, piloto e chegando a capitão. Não era apenas o litoral e os homens "terrestres" que soltavam as fofocas e notícias. Os marinheiros e trabalhadores do mar, que pulavam de navio em navio, vila em vila, armazém em armazém, apareceriam como propagadores de notícias, algumas verdadeiras, outras falsas, ou pelo menos meia-verdades.

A "história" do pau-brasil deve retroceder muito mais. Escrevendo para o Rei da Espanha, Gabriel Soares, baiano, em 1587 já tinha notícias da existência da madeira no rio de Coruripe. A motivação vinha da importância que tinha em Pernambuco: "importa tanto este pau a S. Majestade, que o tem agora novamente arrendado por tempo de dez anos por vinte mil cruzados a cada ano". A "facilidade" de enriquecimento fazia parte do imaginário da população: "Desta terra [de Pernambuco] saíram muitos homens ricos para estes reinos que foram a ela muito pobres". Área "marginalizada", longe do centro da Capitania, o rio de Coruripe apareceu como espaço para aqueles que não tinham mais vez em Recife e Olinda, mas sua relação com o pau-brasil era advinda da experiência contra os franceses: "e iam por entre os arrecifes e a terra, com suas lanchas [os franceses], tomar carga do pau-de-tinta no rio de Currurupe"[1358]. Houve ainda o depoimento de Diogo Moreno, em 1612:

> E por sua capacidade [do porto dos franceses] feitos sempre ladroeiras de cossairos de nossos furtadores de páo brasil, que no Rio de São Miguel não falta, nem moradores, que o furtem, E carreguem como por muitas vezes se tem avisado a Sua Magestade[1359].

Portanto, entre 1587 e 1664 a existência do Pau-Brasil foi de conhecimento dos franceses, dos "pernambucanos", dos "são-miguelenses", dos holandeses, dos baianos e dos

[1358] **Tratado descritivo**, 2000, pp. 21 e 23 (para ambas citações)
[1359] **Livro que dá razão**, 1968 [1612], p. 59.

espanhóis. Bento Sorriel apenas se aproveitou de uma situação para tirar suas vantagens. Alcançou seus objetivos, pois além da extração, a ideia de povoamento era extremamente eficaz e de interesse *sine qua non* tanto para um âmbito geral da conquista, como para aquele momento em particular das "Alagoas".

Conseguiu-se trabalhar a "história" da informação que chegou a Bento Sorriel, retirando de seu discurso o caráter de pioneiro da descoberta da madeira em Coruripe. Entretanto, falta delimitar o que pode ter acontecido para que o pau-brasil fosse tido como "descoberto" se antes ele era extraído. A problematização reside nos conflitos que aconteceram na região. Gabriel Soares de Sousa, em 1587, indicava o abandono local desde os tempos do Bispo Sardinha, por causa "do gentio Caité, que neste tempo senhoreava esta costa da boca deste Rio de São Francisco até o da Paraíba". Mas não apenas essa etnia, pois haveria ainda aqueles que fizeram acordos com os franceses para extrair a madeira e fincarem residência.

Com a expulsão dos franceses e as lutas de Duarte Coelho – e posteriormente seu irmão –, a região de Coruripe foi mais uma vez ser "colonizada" para a retirada do Pau-brasil, como é avaliado do depoimento de Bartolomeu Peres. Entretanto, a conquista batava teria se aproveitado da situação, e usufruído daquele momento econômico, mas possivelmente caiu em desuso por conta das inúmeras batalhas que se propagaram entre eles e os luso-brasileiros. Da expulsão batava de 1654 até 1664, o momento foi de reconstrução das vilas e reestruturação dos habitantes em seus variados meios socioeconômicos. Mas, com as batalhas entre escravistas e palmarinos, tanto as novas sesmarias podem ter novamente perdido suas forças como a região do rio de Coruripe ficado para segundo plano. Em suma, a "descoberta" material, de Bento Sorriel, tem sua validade, vista que, no limite, os únicos momentos em que a área do rio foi usufruída para aquela atividade econômica foi aproximadamente depois de 1587 até 1654. O ano agora era de 1664, e a ocupação da terra, para garantir lucros ao monarca e homens para lutar contra os palmarinos, apareciam como justificativa.

No decorrer do século, pouco a pouco as terras foram habitadas a partir de atuações de homens particulares, mas tendo uma boa dose de patrocínio do Estado e de justificativas para tais empreendimentos. Quanto mais se descobria sítios e produtos para auferir vantagens socioeconômicas, mais a colonização tomava forma e as populações das vilas iam estabelecendo ramificações para os sertões ou pelos litorais. Não é de se surpreender que três anos depois da mercê de Bento Sorriel, um dos homens nobres de Penedo, Francisco Álvares Camelo tenha recebido a mercê para erigir uma vila na região do Coruripe; tarefa não levada adiante e que foi passada para seu filho, Antonio Álvares Bezerra em 1702, também não

concluída[1360]. A região do Coruripe despertava atenção. Porém, a situação não pode ser lida no ideal do "progresso", pois os andamentos se diferenciam e é sempre bom ter em mente os distintos momentos do movimento. Uma situação que ilustra bem esse argumento partiu do Governador de Pernambuco, em 08 de junho de 1690:

> Ordeno a todas, e quaisquer pessoas destas Cappittaniaz em cujas terras se achar Pao Brazil não empidão a que se corte, e tire dellas o dito Pao por ser ordem de Sua Magestade que Deoz Guarde e não haver direyto para que haja esta proybição como nunca houve nos tempos passados em que se fes tanta quantidade e pello administrador da junta o Cappitam Antonio Alvez Ferreira me haver feyto este Requerimento, houve por bem mandar lhe passar esta ordem para que por ella entendão todoz oz que pelo dito administrador forem ocupadoz neste minister fação o dito Pao, e o deyxem fazer nas suas terraz, alias fazendo o contrario os mandarey prender, e proceder contra elles, Olinda 8 de Junho de 1690. Rubrica[1361].

Essa preocupação com a extração da madeira para que os moradores tivessem algum tipo de renda (e que fosse benéfica para o Estado lusitano) remonta novamente a Duarte Coelho, em 22 de março de 1548, quando pedia para o Monarca de Portugal a autorização para que o Feitor e Almoxarife da Capitania, Vasco Fernandes, pudesse "mandar algum brasill" para Portugal, visando uma renda para poder "fazer hum enjenho em huma ribeira e nhum pedaço de terra que [eu, Duarte Coelho] lhe dei"[1362]. Entretanto, o Governador de 1690 estava apenas levando em consideração o seu regimento de 1670 (passado para Fernão de Souza Coutinho), que tinha em uma de suas cláusulas a importância da madeira: "16) Por ser o pau-brasil uma das rendas reais de maior importância, teria particular cuidado em que não houvesse <<descaminho>> e em que, ao ser cortado, se não prejudicassem as plantas novas"[1363].

Até que ponto os caminhos abertos por Duarte Coelho e outros "traficantes" criou um mercado que não passava por Lisboa? Quando em 1689 o Governador de Pernambuco colocava em prática ordem do Monarca (enviada em 1688, repetida em Março de 1699) para impedir o corte ilegal de Pau-Brasil, deixava em evidência como era que os administradores descobriam o contrabando:

> dizemdome tinha notiçia que em Olanda, e Amburgo tem emtrado algûaz partidas delle [do Pau-Brasil] e que em Zellanda emtrará também hum Navio

[1360] ANTT. **Registro Geral de Mercês.** Mercês de D. Afonso VI, Livro 8, fl. 185v. ANTT. **Chancelaria Régia.** Dom Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 27, fl. 45.
[1361] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 526.
[1362] Carta de 1548. **Cartas de Duarte Coelho**, 1997, p. 65.
[1363] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, p. 203 doc. 289.

> Flamengo que na Cozta de Guiné negoçiou com algũz doz Portuguezes que aly vão do Brasil contratar com Navioz Olandezes[1364].

Contatos holandeses, e Costa da Guiné. Para um bom entendedor, já se sabe que, além da Bahia, a Capitania de Pernambuco já tinha esses espaços como local de comércio antes mesmo da invasão batava no início do século XVII. Não é de se surpreender que habitantes das vilas de Pernambuco soubessem de murmurinhos e participassem do mercado ilegal. Subtende-se que desde início do século XVII que os navios "da Holanda e Zelândia" estavam aportando na Bahia e em Pernambuco para comerciar, extraindo "açúcares, canas de açúcar e grande quantidade de pau-brasil"[1365], e D. Filipe II, interessado em suas riquezas e ainda em conflito com as Províncias Unidas, proibia o comércio[1366]. Na época de Antonil, principalmente na fase final da composição de sua obra ("entre 1707 e o final do ano de 1709"[1367]), o que "importa o pau-brasil de Pernambuco" era uma soma de 48.000$000réis. "Pouco", dentro da soma de 3.743.992$800réis (Antonil conta como "três mil setecentos e quarenta e três contos, novecentos e noventa e dois mil e oitocentos réis") relativo à soma total de "todo o açúcar" (2.535.142$800réis), "o tabaco" (344.650$000réis), "ao menos cem arrobas de ouro" (614.400$000réis), "os meios de sola" (201.800$000réis)[1368]. Mas era o suficiente para que a situação de contrabando e de mercado ilegal continuasse se repetindo até janeiro de 1700.

A Costa da Mina, além de espaço de tráfico de escravos, onde os moradores pernambucanos levariam seus tabacos e cachaça para o comércio, aparecia como porto de entrada de Pau-brasil contrabandeado. A Capitania de Pernambuco, pelo visto, era famosa por aquelas rotas e "descaminhos" para África. Para se tirar as diligências e devassas, o Rei ordenava que "se vizitem hum oficial de justiça e outro de Guerra todas as Embarcaçoins que desse porto fazerem viagem pera oz da Costa da Mina"[1369]. As atitudes podem ter surtido efeito nos finais daquele mesmo ano[1370]. Porém, anos depois, em novembro de 1709, novas reclamações acerca dos descaminhos apareciam. Dessa vez, a culpa recaía sobre os oficiais que "se tem faltado a deligença de se tirarem devaças, como tenho mandado"[1371]. A data já não soa estranha. Desde 1706 que Olinda tinha um Juiz de Fora e o projeto de um Ouvidor

[1364] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 491v, 497. A ordem se encontra em AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, tomo I, fl. 151 (1688), 173 (1699).
[1365] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, pp. 327-328 doc. 499.
[1366] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, p. 9, doc. 17.
[1367] SILVA. Andrée Mansuy Diniz. "Introdução". In: **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 47.
[1368] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 300.
[1369] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, tomo I, fl. 285-285v.
[1370] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, tomo I, fl. 278v-279.
[1371] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, tomo I, fl. 377-377v.

para Alagoas já estava em andamento (1709), com a nomeação de José da Cunha Soares pelo Desembargo do Paço, apesar de ainda não ter desembarcado em solo pernambucano. Levando em consideração a região de Coruripe, até que ponto a fiscalização do Pau-brasil não deveria ser feita apenas no Porto do Recife, mas nas próprias localidades? Esse tipo de descaminho não justifica um Ouvidor, mas visto num conjunto maior abre espaço para se compreender a presença do Magistrado Régio a partir do prisma de análise das políticas de Estado e experiências sociais. Quem sabe as situações das embarcações tenham chegado a um nível mais ou menos crítico, o que obrigou os Ouvidores em 1715 também serem responsáveis por fazerem "exames" em "navios estrangeiros" (o ano coincidia com o término da presença de José da Cunha Soares)[1372].

O Pau-brasil, portanto, apesar de monopólio, foi produto que interessava os moradores de diversas localidades, fosse qual fosse a época histórica. Pois em caso de penúrias ou necessidades estratégicas de conquista, poderia ser utilizada para aliviar alguns problemas de cunho econômico, ou, para outros, um artigo para angariar riquezas (por meios ilícitos). Todavia, que moradores? Apenas Bento Sorriel em Coruripe e os responsáveis pelo contrato? O personagem "fictício" Brandônio invocava nos finais do XVI e início do XVII toda uma gama de pessoas que se inseriam no circuito do pau-brasil. Uma parcela seria feita de homens (livres) que iam "às matas", levando consigo a segunda categoria: "muitos escravos de Guiné e da terra". Do corte, eram levados por outros trabalhadores: "com bois até o longo da água, aonde o vendem às pessoas que têm licença para o carregarem" (nesse caso de 1664, Bento Sorriel)[1373].

Sem se ater ao destino do Recife e Olinda, observa-se que o corte está longe daquele caricaturado em livros didáticos a partir de imagens do tempo de conquistas: um homem branco, europeu, e vários ameríndios nus carregando troncos nas costas para um navio no mar. Atentando-se às palavras "homens", "escravos da guiné e da terra", "bois" e "água", já se encara que Coruripe foi estruturada e estruturou (a partir de moradores de Alagoas do Sul e Penedo) em cima do Pau-brasil ainda na metade do século XVII[1374]. E para essa assertiva é só

[1372] **Informação Geral da Capitania de Pernambuco**, vol. XXVIII, 1906, pp. 458-459.
[1373] **Diálogos**, 1997 [1618] pp. 111-112.
[1374] E cabe problematizar aqui a fala de Braudel de que "um ciclo impulsiona o outro" (BRAUDEL Op. Cit., vol. III, 2009, p. 536). Manuel Correia de Andrade, em relatório técnico-científico escrito em 1958, atribuiu a área de Coruripe como de massapê (logo, propícia para o cultivo da Cana de Açúcar) por conta da erosão das matas e das enchentes dos rios (ANDRADE. Op. Cit., 2010, pp. 36 e ss.). Isto é, apesar da colocação de Braudel ter um fundo histórico-empírico (e aplicável para vários momentos nessa tese), o pesquisador da história de "Alagoas" tem que estar atento sempre para as particularidades históricas do estado, para se evitar conclusões apressadas. A multidisciplinaridade, igualmente, torna-se método essencial para se avaliar os movimentos de longa duração da economia alagoana.

dar uma vista nos depoimentos sobre as relações de trabalho: a existência de grupos trabalhadores que iam às matas, que cortavam a madeira, que transportava para carros de bois, que utilizavam da jangada, que criavam os animais, que construíam os meios de transporte, que gerenciavam a disciplina violenta contra os escravos, que construíam as moradias, que plantavam os gêneros alimentícios e que pescavam para seu sustento[1375]. O que poderia começar de maneira vista como "fechado" (o corte ser apenas de responsabilidade Bento Sorriel), desembocaria em aberturas provenientes das dinâmicas sociais do trabalho e econômica que tal atividade proporcionaria (as ligações com Penedo e Alagoas do Sul). O que deveria ser bem estruturado poderia chegar a um caractere "desordenado".

Esse "desordenamento" (ou tradição) vai chegar ao início do século XIX, quando o Ouvidor José Mendonça de Matos Moreira dá um parecer sobre a região que ficaria em Coruripe, Alagoa do Pau, Poxim e Jequiá:

> Todas estas matas tem de longitude da costa do mar quatro, cinco, e seis leguas, com fundos de cinco, e seis para o sertão, em cujos fundos se achão muitos ramos de Páo-Brasil, de que se fez em algum tempo grande extração para sua Magestade; porém no presente tempo se achão todas extinctas, em razão da irregularidade com que se fizerão os córtes; porém darão a mesma quantidade para o futuro se houver cuidado em defender estas matas, por se acharem os antigos córtes em muitas madeiras novas, de que se poderá fazer a mesma extração, passados doze annos[1376].

"Quase extinção" e "cujos fundos se achão muitos ramos". Parece que estamos vivendo um *déja-vu*. O discurso da crítica vai ter por perto o da esperança. As terras não cultivadas sempre em conjunto com as férteis. O Ouvidor, querendo fazer valer seu poder de conhecimento da realidade local, ao mesmo tempo em que demonstra sua capacidade de administrador, junta (como se fazia muito em Palmares) situações ruins que poderiam se tornar boas caso ele fosse encarregado de mandar. Aliás, seus escritos ajudam a demonstrar que não é totalmente válida a concepção da "efêmera" extração do Pau-brasil em região

[1375] **Cultura e opulência**, 2007 [1711]. **Tratado descritivo**, 2000 [1587]. Sobre a pesca em Coruripe, Correia de Andrade estabelece que, por conta da baixa altitude, a água do mar invade consideravelmente o rio, tornando a água salobra, que seria ruim para o gado, mas bom para peixes, facilitando, assim, a pesca. O mesmo acontecia em Jequiá, que era um rio perene e que recebia água do mar, facilitando a criação de peixe e a pesca, cf. ANDRADE. Op. Cit., 2010, pp. 39-40 (Coruripe), 41-42 (Jequiá).

[1376] MOREIRA, José Mendonça de Matos. "As Matas das Alagoas. Providencias acerca dellas e sua descripção". **Revista do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil.** Tomo XXII. – Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J. M. N. Garcia, 1859, p. 339.

"alagoana", visto que até nos finais do XVIII a situação perdurará e chegará a consequências difíceis de resolver[1377].

9. 4 Os produtos mundiais tomam o poder, mas não a economia

Quando em 1625-1626 "pelo menos 60 navios" "brasileiros" foram sequestrados por holandeses, alguns artigos de suma importância foram perdidos. Apesar de o discurso coevo dar mais atenção ao açúcar, não deixaram de mencionar o Pau-brasil, o tabaco e o algodão[1378]. Pela leitura da segunda metade do século XVII, viu-se começar uma atenção aos três produtos (excluindo o algodão). Essa movimentação de várias décadas vai desencadear nas economias de Porto Calvo, Alagoas e Penedo. Desnecessário escrever que o "longo prazo" não pode ignorar o que ocorria no âmbito dos acontecimentos[1379]. O açúcar foi o dominador, apesar de o tabaco ter figurado como renda importante até finais do XVIII e o Pau-brasil ser monopólio de muita estima da Coroa até os fins do período colonial. Mas em que momentos daquele movimento "alagoano" os artigos começavam a tomar o poder?

Pode-se considerar que o açúcar estava começando a consolidar sua posição de artigo principal da terra nos finais do século XVII, uma vez que fez parte dos discursos tanto econômicos como políticos no processo da institucionalização da Comarca das Alagoas. O primeiro era que em 1706 o ordenado do Ouvidor seria pago pelas três câmaras, tributando o açúcar, tabaco e gado. Proposta essa recusada, mas que não envolveria a falta de açúcar, e sim a necessidade de reafirmar seu poder, como foi bem escrita pela Câmara da Vila das Alagoas em 1712: "E se fará esta Villa [das Alagoas] mais populosa [com a chegada do Ouvidor], E demais comercio tendo em sy vinte e seis engenhos". O gênero branco já tinha seu domínio, mas a tendência agora poderia ser garantir os privilégios de negociação entre os senhores e lavradores em relação ao Rei e a Capitania de Pernambuco no que concerniam isenções, perdões e "abafamentos" de atos de corrupção e abusos de autoridade, visto que Catarina de Araújo e seu filho, Antonio Correia da Paz, eram considerados pessoas poderosas,

[1377] Não se sabe ainda se o projeto de Mendonça logrou sucessos ou se seu discurso era fundamentado em mais exageros do que situações reais. Manuel Correia de Andrade, em 1958, percorrendo o espaço do Rio Coruripe até o Rio de São Francisco, destacou que ainda existia uma boa reserva de matas entre os tabuleiros, principalmente por conta da composição do solo, cf. ANDRADE. Op. Cit. 2010, p. 58.
[1378] CURTO, Diogo Ramada. **Cultura imperial e projetos coloniais** (séculos XV a XVIII). – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 266.
[1379] GINZBURG, Carlo. "O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico". In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** – Lisboa: Difel, 1991, pp. 170-174.

apadrinhadas com agentes da justiça e conhecidos por manipularem documentos e a própria burocracia no que era relacionado a posses de terras[1380].

Porém, passando um pouco o recorte cronológico da tese, tem-se em 1730 uma ocasião peculiar e problematizante: o envio de um relatório do Governador de Pernambuco ao Rei de Portugal acerca de seus interesses econômico-políticos que envolviam a Capitania da Paraíba, a Comarca das Alagoas e demais capitanias. No texto, encontra-se um "resumo" escrito ao lado esquerdo da primeira página que já indicava o principal objetivo da carta:

> Representação do Governador de Pernambuco (...) pedindo a El Rey a extinção da capitania de Parahiba, pela sua grande insignificância, quando de maior importância estão diversas comarcas anunciadas à Pernambuco, notadamente a das Alagoas (...)[1381].

É interessante observar que após diminuir a administração e a importância da Paraíba, o Governador trataria, em seguida, que "muito maior Comarca é a da Vila das Alagoas, a que estão sujeitas as Vilas do Penedo e Porto Calvo e dez freguesias"[1382]. Atenta-se aqui que a Cabeça da Comarca já seria o "centro" do território "alagoano" frente às outras duas vilas. O oficial pernambucano fez comparação entre a Capitania e a Comarca no que concernia aos dízimos, sendo o território alagoano maior fornecedor e melhor "contribuinte" da Fazenda Real. Informou que era governada por cinco capitães mores e que haveria 47 engenhos de açúcar.

O documento, como uma ferramenta de poder, escrita por um Governador e com seus interesses próprios, deve ser mais bem analisado, criticado e questionado em outro momento que não cabe por aqui[1383]. Por enquanto, ressalta-se a sua existência, e a problemática que ele levanta ao colocar a Comarca das Alagoas em 1730 como tão ou mais importante do que a Paraíba. Apesar de ter os Engenhos de Açúcar no discurso, o protagonista da narrativa era "o dízimo".

Dízimo esse que, economicamente, ajuda a iluminar mais essas conjunturas de 1654-1701 e 1712-1730. Dois anos depois da carta do Governador de Pernambuco, a Câmara da Vila das Alagoas (logo, em 1732), novamente, entrava em entreveros para conseguirem

---

[1380] MACHADO. Op. Cit., 2016, p. 291 e seguintes.

[1381] IHGAL. **00032-01-03-02.** PEREIRA, Duarte Sodré. Representação do Governador da capitania de Pernambuco, Sodré Duarte Pereira, pedindo a El-Rei a extinção da capitania da Paraíba, em vista da sua decadência, quando de maior importância eram diversas comarcas, nomeadamente a das Alagoas. 07 de set. 1730, fl. 1

[1382] Idem, Ibidem, fl. 2

[1383] Para início de problematização (a crise da Paraíba), vale a leitura de PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil:** agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, pp. 48-49.

levantar lavouras com seus 06 escravos e que os bens dos que estavam em dívida não deveriam ir todos para praça pública. Ora, se agora tinham 47 Engenhos (a Comarca como um todo), e existiu até uma vontade de tornar Alagoas uma Capitania Anexa, de onde viria a riqueza dos dízimos para suportar tamanha ambição? Crê-se que a resposta está diluída em toda essa tese: os mantimentos e artigos de subsistência e de menor peso no mercado mundial era que fundamentava tanto o poder político do açúcar como a economia das sociedades "alagoanas", "porto calvenses" e "penedenses". Lavouras de cana, conjugadas com currais de gado e roças de mantimentos diversos faziam os Engenhos de Açúcar produzir o necessário – ou pelo menos de maneira intermitente –, pois garantiriam capital para ser investido na maquinaria, na escravaria e nos trabalhadores livres contratados. Vale lembrar que um bom Senhor de Engenho, como os da família Correia da Paz-Araújo, utilizavam exatamente desse tipo de estratagema para se manter com um poder econômico considerável. No caso de Porto Calvo, por falta de informações, crê-se que o aumento de lavouras de cana é o caminho para se pensar a força da cultura da cana, visto que o problema dos lavradores e escravos de 1732 era mais focalizado na Vila das Alagoas. A despeito de sua posição, não é de se ignorar que o que é muitas vezes considerado "periférico" não tenha sua força de sustentação para que aquela situação existisse. O açúcar por ele mesmo, e partindo somente dele como um "núcleo" da economia, não conseguia se manter. Mas, como centro do discurso político, sua força era imbatível e subordinava todos à sua volta.

A linha de raciocínio acima descrita nos faz remeter ao termo utilizado na introdução dessa tese: "retórica do açúcar". Já foi explicada no início desse trabalho sobre a retórica que fundamentou uma "açucarografia". Cabe, agora, dar atenção à retórica do açúcar analisada pelo prisma da leitura das fontes coevas. Nelas, encontra-se os discursos dos homens açucareiros, que invocavam a todo o momento um poder do açúcar, valendo-se do estilo de narrativa propriamente de Antigo Regime (i. é, a tríade que envolvia um argumento: Humilitas (a ideia de vassalidade), autoritas (citações de grandes mestres como teólogos, filósofos e outras personalidade) e experientia (o conhecimento dos fatos)[1384]) – que acabava desembocando naquilo que Evaldo Cabral de Mello desenvolveu como "açucarocracia". Nesse ponto, como foi ressaltado no parágrafo anterior e em todo esse capítulo, o açúcar, de fato, contribuiu como um alicerce econômico e político na consolidação das sociedades de Porto Calvo, Alagoas e Penedo. Escrevendo dessa maneira, dá-se a impressão de estar-se inventando um *zeitgeist*, o que meia verdade e meia mentira. Afinal, o açúcar como gênero

[1384] ZERON. Op. Cit., 2011, p. 289.

mercantil e a vida na açucarocracia como posição social eram objetivos para todos aqueles que disputavam um lugar ao sol na vida de fidalgo tropical (ponto esse que Antonil soube observar tão bem). No entanto, cabe à pesquisa histórica desnudar os mecanismos dessa retórica e acredita-se que a leitura desse capítulo contribuiu para demonstrar que, apesar de todo o peso dado pela historiografia e pelos documentos coevos, o poder econômico do açúcar na fundamentação socioeconômica das vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo está aquém daquele que é comumente traçado tanto pelos homens de época (logo, tem-se que desmentir os exageros) como por aqueles que os estudaram (i. é, problematizar a historiografia, ou, nesse caso, a "açucarografia alagoana")[1385].

E foi essa questão política, junto com a economia de outras Capitanias, que pesou em algumas reflexões sobre o Tabaco. Seguindo considerações de historiadores como Jacques Marcadé, Anthony Russell-Wood e Charles Boxer, o Tabaco pode e deve ser maior problematizado no complexo jogo da vida e do Império português. O primeiro, apesar de observar toda a importância do gênero no consumo europeu, na África e nos cofres da monarquia lusitana, encarou seu "papel" de maneira bem reduzida (junto com o Pau-brasil), em comparação com o que o ouro teve no Brasil[1386]. O segundo, fazendo sua comparação com o açúcar, estabeleceu que o tabaco (e o gado, pesca e algodão), "não estimularam tanto a criação de vilas como o açúcar e o ouro"[1387]; e reforçou o comentário de que "o tabaco era praticamente um monopólio baiano, com Pernambuco e Rio de Janeiro exportando quantidades ínfimas"[1388]; já o terceiro brasilianista salienta que só porque o Tabaco garantia boa renda, não significava que a Coroa portuguesa patrocinasse a torto e a direito sua expansão, em um ato de ganância que pudesse pôr em risco a vida dos habitantes da América[1389]. Essas são posições importantes para se ter em mente na hora de trabalhar e saber dosar a importância que o Tabaco teve dentro do complexo xadrez econômico e político das conquistas lusitanas.

Nesse sentido, o olhar do pesquisador deve mudar, ou pelo menos embaçar um pouco antes de ajustar o foco novamente. Analisando esse mesmo assunto em escalas diferentes, observa-se que a importância do Tabaco se dará a partir das problematizações ou do ponto de

---

[1385] E, nesse momento, vale o alerta de Lublinskaya: "é impossível considerar a opinião de um grupo social (neste caso, a aristocracia), como a expressão do ponto de vista de toda a sociedade (ou, mais precisamente, de todos os seus estratos privilegiados)", v. LUBLINSKAYA, Alexandra Dmitrievna. "A concepção burguesa contemporânea de monarquia absoluta". In: HESPANHA (org.). Op. Cit., 1984, p. 99.
[1386] MARCADÉ, Jacques. "O quadro internacional e imperial". In: MAURO. Op. Cit., 1991., p. 81.
[1387] RUSSELL-WOOD. Op. Cit., 2010, p. 195.
[1388] RUSSELL-WOOD. Op. Cit., 2014, p. 151.
[1389] BOXER, Charles. **Portuguese Society in the Tropics:** The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda. Minnesota: The University of Wisconsin Press, Madison and Milwaukee, 1965, p. 103.

análise. No que concerne o gênero produzido "nas alagoas", pode-se aceitar as provocações de que sua existência era fundamental para aqueles homens. Porto Calvo, Alagoas e Penedo podem não ter entrado no rol de grandes produtores e exportadores de Tabaco. Primeiro, porque fazia parte de Pernambuco, Capitania que de tão generalizada, acabou virando um mundo onde Recife, Olinda, Ipojuca, Serinhaém, Una, Porto Calvo, Alagoas e Penedo parecem ter as mesmas propriedades e dinâmicas. Segundo, porque a Bahia, por questões já destrinchadas na historiografia, tomou a frente nessa produção e comércio. Mas, mesmo assim, Pernambuco (e, por consequência, suas vilas mais ao sul) fazia parte de um todo maior que era a economia do império português, as trocas com produtos da Ásia, e a compra de escravos na África. Seus habitantes, produtores e comerciantes poderiam não ter a mesma voz política, ambição e contatos econômicos como os baianos e recifenses-olindenses na defesa de seus interesses; mas sabiam da importância daquele produto e queriam usufruir das mesmas riquezas (materiais e imateriais) que esses últimos. Se o ouro e o açúcar, em questões macroeconômicas e na longa duração, atraiam mais atenção tanto naquele tempo como na historiografia do século XX e XXI; em Alagoas, Porto Calvo e Penedo, a ausência de ouro e a razoável existência de Engenhos de Açúcar no XVII e início do XVIII ajuda a problematizar que algumas sesmarias eram ocupadas por gado, gêneros de subsistência e tabaco, produtos que davam boas rendas no comércio local, e estavam mais próximas de boa parcela da população, podendo retrair o tempo até o período holandês.

Esse tipo de informação é lacunar e nem um pouco quantitativa, para desespero de muitos historiadores formados nos anos 80 e seus discípulos do século XXI. Não existe para as partes sul da Capitania de Pernambuco um mapa de fazendas de tabaco ou um conjunto de documentos de sesmarias para se apanhar de maneira mais ou menos "exata" a produção de tabaco e quem eram seus proprietários. Entretanto, isso não invalida os dados aqui analisados. Os indícios servem para problematizar aquela passagem lá da carta da Ouvidoria de 1706, em que o Magistrado tinha que administrar o gênero, tão importante para os cofres da Coroa naquele início de século XVIII como para o comércio de escravos na África durante o XVII. Por ser um produto de "fácil" implemento e "gerenciamento", pode ter acontecido que, assim como o gado para início de XVII e durante o século, o fumo acabou se tornando atividade intermediária ou inicial rentável para que uma pessoa – ou uma família – somasse alguns vultos de capital interessantes para reinvestimento no gênero mais nobre: o açúcar, em sua forma de Engenhos ou lavouras de Cana. Mas apesar do açúcar ter sido o cume da economia de Porto Calvo e Alagoas, não se descarta o eterno reinvestimento em fazendas de fumo, ampliando negócios para as carnes ou gêneros alimentícios. A economia da "colônia" era

mais aberta do que pode parecer ser, caso o historiador e o leitor se proponha a avaliar uma gama de atividade, ao invés de pensar as grandes riquezas e os grandes Engenhos.

O que foi escrito acerca do tabaco também vale para o Pau-Brasil. Sua exploração não tomou grandes vultos a ponto de financiar e ser responsável pela colonização do território americano, apesar do açúcar ter sido o produto que garantia o domínio luso, mas não a totalidade das sesmarias. Contudo, como foi bem alertado por Vitorino Magalhães Godinho no início do tópico, o século XVII não foi apenas o "ciclo do açúcar", pois a madeira figurou como produto importante no mercado mundial. Da mesma feita, saindo da análise "olisopocêntrica" – que nos alerta Stuart Schwartz[1390] –, a madeira de Pau-Brasil sustentou sua parte da conquista das vilas ao sul de Pernambuco.

Antes e durante o período holandês foi procurada e pode ter sido responsável por alguns focos de povoamento na região de Coruripe. Finda as guerras, foi alvo de exploração por parte de Bento Sorriel e sua área foi dada para Francisco Álvares Camelo (e passada para seu filho Antonio de Álvares Bezerra) para ser erigida vila e colonizada. Objetivo não concretizado, o que não significa que a localidade não tenha recebido seus habitantes e exploradores. Se José Mendonça de Matos Moreira escreveu acerca da existência e quase extinção do Pau-Brasil naquela região nos finais do século XVIII e início do XIX, estima-se que durante todo o século XVIII o espaço caiu nas graças dos homens e mulheres que necessitavam da madeira para contrabando, fazer manufatura, casas ou queimar fornalha de Engenho de Açúcar. As experiências sociais do século XVII foram essenciais para a concretização daquela "realidade".

Nesse interím, é mais fácil perceber os olhares que as vilas do sul foram recebendo da administração pernambucana e lusitana. Os problemas da fiscalidade apareciam desde cedo (1664 com Bento Sorriel e o pau-brasil), sendo que as denúncias eram mais antigas (1612 com Diogo Campos Moreno). O ponto em comum é latente: os próprios habitantes faziam valer suas vontades pessoais e a administração "régia" pouco ou nada chegava para impedir ou gerenciar. Não era necessariamente uma riqueza que se escorria pelo ralo (pois a população ainda é "luso-brasileira" e fundamentava parte de sua vida em prol de seu Monarca e Reino), mas representaria um desconforto para aquele Rei que precisava dos rendimentos para bancar suas casas nobres, não apenas enriquecer a si próprio[1391].

[1390] SCHWARTZ, Stuart. "A Economia do Império Português." In: BETHENCOURT. CURTO. Op. Cit. 2010, p. 22.

[1391] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII". In: FRAGOSO. BICALHO. GOUVÊA. Op. Cit., 2010, p. 256, 276, 279.

Por “fim”, é importante estabelecer que aquela “economia” só era sustentada por conta do trabalho do africano e do ameríndio escravizado. Vale ressaltar a colocação de Frédéric Mauro: “Um navio nunca é unicamente um navio negreiro. Antes de receber negros, veio trazer mercadorias de troca. Descarregados os negros, transportará madeira, açúcar e tabaco para Portugal”[1392]. A citação não é gratuita. Os moradores das vilas ao sul não davam atenção aos artigos “nobres” por pura questão de riqueza ou ostentação sociocultural da vida de fidalgo. Sem eles, era-se impossível fechar o ciclo da conquista e dominação luso-brasileira na América. E, estando os produtos e o comércio de escravos na mira da Coroa portuguesa, não é de espantar os olhares aguçados que aparecerão nos finais do século XVII para a institucionalização da Comarca das Alagoas.

[1392] MAURO. Op. Cit., vol. I, 1997, p. 229.

10 O FISCO E A SEGURANÇA DAS CONQUISTAS

O problema da fiscalidade é lugar comum na historiografia da América portuguesa. Todavia, para evitar os problemas provenientes tanto do anacronismo, como da história comparada, é-se importante atentar que cada momento histórico tem suas movimentações próprias. Como bem traduziu António Manuel Hespanha, tomando como base o movimento da Restauração: "a luta antifiscal é, também ela, um fenômeno complexo, porque, atigindo o fisco diferentemente os vários grupos sociais, as estratégias de reação de cada um deles é diferente"[1393]. Além do tempo e dos grupos sociais, situações diferentes pediam ações diferentes.

Para introduzir o capítulo, interessante é relembrar as desavenças de Duarte Coelho com os Senhores de Engenho da Capitania de Pernambuco. Por conta de suas riquezas, e da vontade de escravizar índios e mandar açúcares para o mercado mundial, muitos moradores se viam em posições privilegiadas, tentando escapar das obrigações, como súditos lusitanos, de pagar os impostos (Dízimo da Ordem de Cristo) por conta das produções[1394]. Mais ou menos os mesmos embates entre populações de vilas e os agentes administrativos percorrerá o momento analisado da presente tese. Ou seja, ao mesmo tempo em que a população vivenciava as guerras de Palmares, também aumentava-se as obras e a parte que era para o Estado lusitano não chegava aos cofres; em equivalência, os pequenos impostos de caráter "interno" também eram a todo instante negociados entre os grupos sociais em cada vila do sul de Pernambuco. Como toda regra tem exceção, salienta-se que houve pagamentos e ações em prol do Estado luso, pois nem todo súdito deve ser encarado como um ser egoísta que fugia de suas obrigações. A figura do homem que se negava a dar suas rendas para os "parasitas da corte" deve ficar mais para os finais do século XVIII, pós-Revolução Francesa.

O século XVII lusitano sintetizou-se como um período de crise financeira sob a perspectiva dos portugueses: "os gastos, durante os tempos de guerra, tinham enfraquecido, do ponto de vista financeiro, tanto o tesouro nacional, como as unidades governamentais locais"[1395]. No que concernia o "Brasil colonial", o período pós-restauração representou, na fiscalidade, uma conjuntura de aperto: "a pressão pelo aumento da arrecadação tornou-se mais

[1393] HESPANHA, António Manuel. "As faces de uma *Revolução*". In: HESPANHA, António Manuel. **O caleidoscópio do Antigo Regime.** – São Paulo: Alameda, 2012, p. 105. MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho:** a monarquia portuguesa e a colonização da América, 1640-1720. – São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002, pp. 33-72.
[1394] Carta de 1546. In: **Cartas de Duarte Coelho**, 1997, p. 57.
[1395] HANSON. Op. Cit., 1986, p. 163.

agudo, em razão da necessidade de apoio à resistência pernambucana, à guerra pela reconquista de Angola e à guerra dos bárbaros". Soma-se ainda as diversas rubricas que apareceram no Rio de Janeiro, Maranhão e Bahia, somando com o Dote da Rainha, Paz de Holanda e a conquista da Colônia do Sacramento[1396]; soma-se, ainda, os conflitos sociais – alguns de cunho fiscal – que eclodiram em São Paulo nos fins do século XVII (que, por sinal, reforçaram a "intromissão da justiça régia na região")[1397].

No que concerne o sul de Pernambuco (dentro de um âmbito maior que era a Capitania), tais dispêndios foram feitos em equipamentos, soldados e treinamentos. Do que foi elencado por Carrara, dá-se uma especial atenção ao Dote da Rainha de Inglaterra e a Paz de Holanda. Sem contar os gastos de corte e outros assuntos. Não é de se surpreender que a fiscalidade tenha recaído em peso sobre a Capitania de Pernambuco ou o fato de que seus tentáculos alcançaram as vilas mais ao sul. Entretanto, apesar de não terem pagado diretamente "moedas" para financiar a guerra contra Castela, os moradores de Alagoas, Porto Calvo e Penedo se viram em mesma situação bélica-econômica quando o assunto era Palmares: tinham sua guerra particular para financiar e gastar. Tanto a presteza na viabilização dos dízimos e fintas, bem como as negociações e ações em contrário ao que mandava as ordens serão temas tratados nas próximas linhas. Pretende-se colocar os homens em seus tempos e motivações históricas, que justificavam a relação com a economia da Coroa portuguesa: sentimentos lusitanos de manutenção do Império português e "localismo" ao investirem de igual modo em descaminhos e desobediências.

Portanto, até que ponto as fugas da fiscalização criaram oportunidades para que os senhores conseguissem – apesar de todas as suas reclamações – manter a luta contra Palmares ou o patrocínio de outras culturas como as de subsistência, além do tabaco e do gado? Delinear essas ações é essencial para se entender a justificativa da futura Comarca das Alagoas, mas não no sentido de autonomia e independência, e sim baseando-se na vontade de controle do centro em três vilas que a todo o momento desobedeciam ordens de cunho econômico advindas da principal Câmara da Capitania (a de Olinda), responsável pela gerência fiscal entre 1654-1710 (quando perde seu posto para Recife)[1398].

Por isso, tal capítulo pretende compreender os *modus operandi* dos homens que compunham a máquina administrativa das três vilas ao sul de Pernambuco. Soma-se de trazer

---

[1396] CARRARA, Angelo Alves. "Fiscalidade e conjunturas financeiras do Estado do Brasil, 1607-1718". In: GONÇALVES, Andréa. CHAVES, Cláudia. VENÂNCIO, Renato (orgs.). **Administrando impérios:** Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012, pp. 105-113 (para citação, p. 105).
[1397] MONTEIRO. Op. Cit., 1994, p. 216.
[1398] ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos:** aspectos da administração colonial, Pernambuco – século XVII. – Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997, pp. 68-71.

a tona um complemento interpretativo das fundamentações das diferentes culturas de gênero que sustentavam as economias "das partes sul".

10. 1 Fiscalizar para garantir a economia: os financiamentos contra Palmares

O sustento da guerra de Palmares foi custeado pelos próprios moradores, tal como estabelecido desde o início da conquista da América, onde os súditos se tornaram os responsáveis pelos custos e gastos do assentamento social no território americano. Uma indagação acerca daquele tipo de tática pode ser encontrada à primeira vista: como uma população, que sofre penúrias a partir de uma guerra (que esgota todo um manancial de recursos, naturais e humanos), pode financiar suas próprias batalhas? A resposta da administração régia – para o caso palmarino – fora simples: os habitantes das vilas ao sul de Pernambuco – responsáveis por não terem mantido os seus escravos nos "devidos lugares" –, deveriam partir para as entradas nas matas. Seus deveres consistiam em recuperarem as "peças" fugidas. Acrescenta-se a missão de garantirem futuros suportes para os outros milicianos que vinham de outros espaços da Capitania de Pernambuco e até mesmo Bahia.

Em termos leigos, quando se fala em fiscalizar para financiar uma guerra, pensa-se logo em moedas e que o investimento viria do Reino de Portugal. Entretanto alguns projetos fiscais partiam de negociações em gêneros para sanar problemas esporádicos ou localizados. No caso de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, a cobrança mais comum foi em cima de farinha e peixes[1399]. O abastecimento de víveres tornara-se a via mais segura para aqueles momentos em que o metal faltou.

Um deles aconteceu quando o Governador de Pernambuco tentou compor uma expedição em dezembro de 1661, estabelecendo que as Vilas fizessem uma finta em moeda para custear a alimentação dos homens[1400]. Infelizmente só se tem a requisição feita na freguesia do Cabo em 1664. Apesar da carência documental, a síntese de Décio Freitas serve para puxar problemas aos possíveis pedidos e pagamentos nas vilas do sul de Pernambuco:

> A povoação da freguesia do Cabo era Santo Antonio, onde contribuíram 43 pessoas, de um total de 500 contribuintes da freguesia; a contribuição da povoação foi de apenas 4% do total da freguesia. Isso está a demonstrar que

[1399] CURVELO, Arthur. "Ordens, bandos e fintas para fazer 'a cruel guerra': os governadores de Pernambuco, a câmara das Alagoas e as 'entradas' nos Palmares na segunda metade do século XVII". **Revista do IAHGP.** Recife, n. 67, 2014, pp. 193-219.
[1400] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 63.

> em todos os sentidos a força residia no quadro rural, ou seja, nos engenhos[1401].

A "conclusão" de Freitas deve ser avaliada com cautela. Como o próprio documento transcrito indicou, a finta foi cobrada em dinheiro (réis), o que acabou diferindo completamente das "futuras" fintas em peixes e farinha de mandioca que foram cobradas (vide capítulo 5). Entretanto, seguindo a orientação "monetária", com todo o cuidado teórico e metodológico, até que ponto uma contribuição daquela nas vilas teria sido maior ou menor? Em que lugar (urbano ou rural) estaria concentrado o grosso da renda? Quais produtores de que tipos de gênero foram os mais atuantes (gado, tabaco, açúcar)? Uma alternativa rápida – mas que pode ser um pouco preguiçosa – seria encarar que as três vilas não tinham rendas em moeda para financiamento da guerra, e que por conta disso foram acionadas por meio dos gêneros. A afirmativa é metade verdadeira e metade perigosa, pois retiraria outros tipos de questionamentos. Por enquanto finquemos na análise da "metade verdadeira".

Em 08 de dezembro de 1676, na Câmara da Vila das Alagoas, os Capitães-mores João da Fonseca e Fernão Carrilho, juntos com os oficiais da instituição, estabeleceram que havia uma necessidade de taxar um valor sobre os produtos que seriam mais acomodados "ao povo"[1402], para que assim pudessem fazer uma entrada com mais estruturação contra Palmares. Se desde o período batavo já existiam entradas para lutar contra os mocambos, foi somente com a vinda de Carrilho que uma finta local foi estabelecida para ordenar economicamente as contribuições milicianas. O importante de atentar àquele acontecimento é o fato de que as batalhas contra os negros rebeldes, bem como as sequelas da dominação holandesa e os ameríndios nos sertões (os "bárbaros"), desordenava as grandes economias (açúcar, tabaco e gado) que necessitavam de grande trabalho escravo. Todavia, foi visto em capítulo anterior que os produtos de subsistência eram o que garantia o funcionamento da produção material e a sobrevivência dos habitantes. Esses poderiam ser os gêneros mais cômodos "ao povo", tanto pela simplicidade da produção como pela abrangência que a cobrança poderia tomar.

Se tomarmos a freguesia do Cabo em 1661 como um espaço carente em moeda, o que pensar para Alagoas e Porto Calvo? Provavelmente a mesma situação, visto que dois ano depois (1678), o comerciante Gonçalo Ferreira da Costa, residente em Recife, "concorreu com

---

[1401] "O preço das lutas contra Palmares". In: **República**, 2004, pp. 51-57.

[1402] IHGAL. **Arquivo 00007-01-02.** 2º Livro de Vereações da Câmara de Alagoas do Sul, vários fólios, "Termo pelo qual se obrigão os offisiaes da camara da Villa de Santa Maria Magdalena da Lagoa do Sul a pagar ao Cappitam Maior da mesma villa João da Fonseca os gastos por elle feitos para a entrada que faz aos Palmares o Capitão Mor Fernão Carrilhos – 1676", fl. 45v.

dinheiro bastante em todo aquele tempo"[1403]. Logo, Palmares não destruiu e nem desertificou as três vilas (como queriam fazer acreditar os súditos aos administradores régios), mas os habitantes locais puderam estabelecer um ordenamento do que era produzido, para utilizar de seus frutos e tributa-los. Se faltava moeda, não significaria pobreza geral da população, cabendo a problematização de observar nos gêneros a "riqueza" e financiamento das batalhas. Em caso de não ser possível atestar "riqueza", vale pelo menos a indicação da necessidade da administração da agricultura local – que também não foi isenta de problemas (ver primeira parte). O recrudescimento da instituição da escravidão também pode ter acontecido, pois fosse cana, tabaco, gado ou farinha, feijão e pesca, o trabalho era proveniente de africanos e ameríndios escravizados.

Homens que trabalharam na arrecadação das fintas utilizaram de suas posições para se autopromoção, o que reforça o cuidado de não encarar os súditos americanos como eternamente contrariados em relação ao sistema fiscal. Enquanto uns foram tributados e reclamaram de possíveis abusos ou frustrações das entradas, outros podem ter labutado com afinco para garantir que a guerra se mantivesse firme. Pelo menos, assim percebe-se o caso do morador da Vila de Penedo, o sargento-mor Manuel Rodrigues Vieira, que atuou durante décadas no campo miliciano, contra os holandeses até chegar aos palmarinos em 1686.

Um pouco antes daquele ano – que foi quando se tornou Sargento-mor da Ordenança da Capitania de Sergipe Del-Rei – Manuel Rodrigues Vieira tinha "servido com bom procedimento os cargos de vereador e juiz ordinário da vila do Penedo", tendo trabalhado "para as despesas da guerra dos ditos Palmares"[1404]. As circunstâncias vividas por esse miliciano ajudam a problematizar que nem só de áreas açucareiras e de produtos mundiais saiam as fintas para Palmares, muito menos de seus proprietários mais abastados. Aqueles que estavam em boa conjuntura, que poderiam ser taxados para garantir bons vultos para financiamento, acabavam ficando em evidência. Poderia não ser de agrado para os produtores, mas pensando em uma linha interpretativa do "lucro pela guerra", demonstra o caso de Manuel Rodrigues que os discursos da pobreza (vistos tantas vezes nessa tese) devem ser relativizados, pois a periodicidade de pagamento da finta indicaria que a produção era razoavelmente elevada, que chamava a atenção da administração e que necessitava de mais ordenamento para consecução de sua estabilidade.

Enquanto uns súditos fiscalizavam, outros mais afastados daquela "administração" reclamavam por se sentirem espoliados. Em 1685, um ano antes da patente de Manuel

[1403] "O financiamento das guerras contra Palmares". In: **República**, 2004, p. 59
[1404] "Registro da Carta Patente (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 297.

Rodrigues, ou seja, mais ou menos no período em que atuava como juiz e vereador e "governando a Capitania do Rio de São Francisco", os moradores contestavam os "gastos nesta guerra". O Governador de Pernambuco, João da Cunha Soto-Maior, escreveu para o Conselho Ultramarino sobre o "terrível, ano que experimentarão na falta de seus açúcares", sinalizando que as contribuições tantas vezes feitas "em muitas ocasiões", não seriam possíveis. Pelo menos naquele momento de 1685, contrariando o que normalmente se espera de uma Monarquia, o Rei deveria fazer valer sua posição de "justiça" (logo, garantidor do bem comum e da harmonia) e entregar, como uma espécie de contradom econômico, "consignar na parte que lhe parecer efeitos, para por uma vez se destruírem estes bárbaros"[1405]. Se a consignação ocorreu ou não, fica a indagação, mas no ano seguinte o comerciante Gonçalo Ferreira da Costa acudiu novamente o Governador de Pernambuco "com todo o dinheiro necessário" para as infantarias que estavam nos sertões por conta das "muitas vexações que davam aos moradores das Alagoas, Porto Calvo, Serinhaém, e mais capitanias do sul"[1406].

Mas os auxílios não eram entregues ou negociados sempre de bom grado, mesmo que os fins representassem um objetivo em comum para todos os luso-brasileiros. Nos finais do século XVII, os homens já se diziam exauridos em suas riquezas por conta de Palmares, o que levou a requererem ao Monarca socorro com os custos da guerra. Esses requerimentos por suporte vindo de "fora" surgiam junto com as desobediências fiscais daqueles próprios homens locais – ou seja, os habitantes não financiavam a coroa portuguesa que por sua vez voltava parte da renda à guerra de Palmares. Na Vila das Alagoas, em fevereiro de 1690, os oficiais da Câmara receberam reclamação do Governo de Pernambuco: devido à falta de pagamento da finta ao Tesoureiro Geral da Capitania (não diz qual finta). Ao que tudo indica, o problema era de "sonegação", visto que não houve algum tipo de negociação: "que por acabarem não derão comprimento de hûa ordem que tiveram minha sobre a entrega da finta que toca a essa Cappittania"[1407]. Entende-se esse descumprimento como inserido numa via explicativa dupla: estaria no campo das relações de poder, tanto no das econômicas – ou seja, talvez não pagassem por se sentirem constrangidos e não porque estivessem "pobres". Se a dita finta não fosse de interesse "palmarino", a situação ganharia outras cores, qual seja: de que a responsabilidade dos moradores com a máquina fiscal era concebida mais ou menos no que concerniam problemas relacionados a eles. Ver-se-á adiante que esse tipo de estratagema

[1405] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 265.
[1406] "O financiamento das guerras contra Palmares". In: **República**, 2004, p. 61.
[1407] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 486.

não deu muito certo, e os habitantes das vilas do sul se viam inseridos dentro de um complexo maior que era o Império português.

Com a destruição de Palmares, subtende-se que daquele momento em diante não haveria mais contribuições e fintas. Mas o Rei e a administração de Pernambuco haviam aprendido a lição com os batavos, e agora se reforçava com os palmarinos: precisavam arrecadar tanto o que dispenderam como o que necessitavam para futuros empreendimentos de ordenação socioeconomica. Em 1697, com uma consulta da Junta das Missões, o Bispo de Pernambuco robustecia o assunto das terras férteis de Palmares para povoamento, trazendo também a necessidade da arrecadação dos dízimos para a Fazenda Real. Nem o dízimo "passantes de quatro mil cruzados" (mais de 1.600$000réis) da parte de Rodelas nos sertões do Rio de São Francisco fugiu aos seus olhos[1408]. Provavelmente o religioso visava angariar alguma parte dessa renda no decorrer dos anos para poder manter melhor aparelhado seu Bispado – por meio do Padroado[1409]. Mas suas ações não deixam de ser um indício que, se antes a fiscalização realizava-se aos trancos e barrancos por conta da guerra e das ações "autônomas" dos habitantes das vilas ao sul, era-se importante naquele momento "recomeçar" as arrecadações por conta da falta das lutas periódicas e das novas famílias que iam povoando os sertões. Certamente, para o Bispo, uma nova tradição (arrecadar impostos), se fosse imposta e administrada desde o início de uma "conquista", teria menos chances de ser desobedecida. O Conselho Ultramarino aprovava (desde sempre) aquele tipo de aparelhamento pela Monarquia, pois era de interesse da Coroa a povoação dos sertões para impedir o surgimento de novos mocambos, além de desafogar as vilas do litoral de sua população livre e "desocupada". Visava a instituição metropolitana que os moradores adentrassem as partes inabitadas e, com isso, "pode lucrar grandes conveniências a fazenda de Vossa Majestade de nos dízimos que se podem tirar da cultura delas"[1410].

Políticas de Estado e experiências sociais eram uma via de mão dupla, e a expansão das sociedades das três localidades necessitava cada vez mais de um ordenamento prévio (baseado em experiências passadas) ou de tentativas de consertar as autonomias dos moradores, que davam certas, mas mais ou menos se distanciava do pretendido pelos administradores do centro de Pernambuco e da metrópole. Outro reforço a esse raciocínio partia de longe de Palmares: o Dote da Rainha da Inglaterra e a Paz de Holanda.

[1408] "Consulta da Junta das Missões (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 384-385.
[1409] BOXER. Op. Cit., 2002, pp. 242-261. HOORNAERT. Op. Cit., 2008, p. 163.
[1410] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 387.

10. 2 Fiscalizar para garantir as conquistas: Dote da Rainha e Paz de Holanda

Ser autônomo e desobediente pode ser encarado como uma maneira de ter sua vassalidade reconhecida pelos administradores do Estado luso. Explicando melhor: ao desobedecerem ao Monarca e seus administradores, populações "descontentes" com determinado regime fiscal não demonstrariam vontade de "independência" ou "revolta", e sim que – como "indignados" – provassem às instituições régias que outros caminhos poderiam ser tomados; ou que o Rei merecesse tais ações. Normalmente as negociações de âmbito fiscal resultava em conflitos entre grupos sociais, que desejavam resguardar seus privilégios (tal como no período de Restauração, avaliado por Hespanha), em detrimentos de outros. Nesse ínterim, a fidelidade era observada como uma qualidade que fundamentaria a união em torno de projetos e ambições comuns que perpassavam pelos inúmeros campos que compunham a sociedade portuguesa. Essa (re)construção entre súditos do além-mar e Coroa portuguesa deve ser mais bem matizada e estudada tomando como recorte o período pós-restauração do século XVII[1411]; no caso dessa tese, toma-se como ponto de avaliação apenas as partes sul de Pernambuco.

Na época moderna, o Rei tornou-se público, "como uma pessoa comum, encarnação da res publica, [o que] leva a considerar como público tudo o que lhe diga respeito e à sua família e corte". Leiam-se, os gastos extraordinários constituíam também responsabilidades dos "povos" de Portugal e de suas conquistas. Entre os anos de 1445 e 1481, de 05 categorias "de gasto", 02 eram para uniões matrimoniais: "Dotes e custos de casamento da família real" e "Casamentos (mercês feitas pelo rei por)", sendo essa segunda a que mais tomava dos bolsos da Coroa (600.000 dobras, frente aos 212.500 da primeira categoria). Esses momentos custavam mais do que as manobras militares de conquista (na época o Marrocos), somando uma cultura dos gastos com casamentos serem mais antigos: "o dote de D. Beatriz, para o seu casamento com o conde de Arundel em 1410, montou a 25.000 coroas de ouro de França", enquanto que "o dote de D. Isabel, que casou com o duque de Borgonha, 154.000 coroas de ouro"[1412]. Antes que a situação seja vista como supérflua, pois os gastos podem ser considerados atualmente como astronômicos, vale ressaltar que as uniões matrimoniais representavam alianças e jogos políticos essenciais para sobrevivência de um Reino e até mesmo de um Império[1413]. A cultura da pompa não pode ser vista no prisma anacrônico do

[1411] MONTEIRO. Op. Cit., 2002, p. 71.
[1412] GODINHO. Op. Cit., 1968, pp. 53-54.
[1413] Interessante conferir o apanhado de MONTEIRO, Op. Cit., 2002, pp. 114 e seguintes.

luxo desnecessário. E sim que o costume dos gastos serviria para expor a riqueza e, ao mesmo tempo, a exibição da capacidade de produção e gerenciamento de rendimentos. Invocava-se, portanto, não simplesmente o poder "econômico" por ele mesmo, e sim que o que poderia se fazer com aqueles ganhos: socorrer a monarquia do cônjuge em momentos de penúria e – especialmente para o século XVII – de guerra. Muitas vezes tornaram-se um blefe, mas surtia seu efeito.

O historiador Vitorino Magalhães Godinho resumiu o xadrez político-econômico que Portugal se encontrava na época do casamento de Catarina com o Rei da Inglaterra:

> Na realidade, a situação de Portugal é extremamente difícil, tanto no exterior como no interior. A Santa Sé opõe recusa obstinada a reconhece-lo. Durante vinte anos, nenhuma potência o ajuda, não é admitido nos tratados internacionais; a França só se interessa por ele como peão no seu jogo contra a Espanha. Ameaçados interna e externamente, o rei e o governo oscilam e por vezes pendem para ideias loucas: não se chegou a querer ceder aos Holandeses a troco de dinheiro contado o Nordeste brasileiro e não se foi ao ponto de passar por cima da oposição dos Conselhos e Tribunais Superiores? Não se encarou a eventualidade de deixar a metrópole à Espanha e de se retirar para o Brasil e arquipélagos? Ora, este governo em tão desconfortável posição cria propositadamente dificuldades suplementares. Movido pela sua ideologia absolutista, como um Quixote levanta-se contra Cromwell em 1650: a frota do Brasil é evidentemente interceptada por Blake, e em Julho de 1654 Portugal tem de inclinar-se perante o *diktat* de Westminster, que abre o império ao livre comércio inglês. 1661 não passa de termo lógico desse quixotismo vencido: o casamento de Catarina de Bragança com Carlos II (Maio de 1662), se traz a Portugal o auxílio britânico, custa 2 milhões de cruzados ao Reino e consagra a posição do comércio inglês (a cedência, como presente, de Tânger e Bombaim reveste-se apenas de importância secundária)[1414].

Para Frédéric Mauro, o Dote foi uma espécie de selamento de vários tratados econômicos estabelecidos entre Portugal e Inglaterra: "o tratado anglo-português de 1662, puramente político e matrimonial, mais não fez do que confirmar esta situação [de relação econômica entre Portugal e Inglaterra]"[1415]. Rodrigo Bentes Monteiro já traz à tona a necessidade bélica que Portugal necessitaria para manter seus domínios (europeus, americanos, africanos e asiáticos), visto a situação delicada (econômica e política) por conta da Restauração contra a Espanha[1416]. Esse tipo de informação não se encontra aqui para reformular ou tirar o peso da interpretação de Godinho, mas para deixar em alerta o leitor que

[1414] GODINHO, Vitorino Magalhães. "1580 e a Restauração". In: GODINHO. Op. Cit., 1968, p. 286.
[1415] MAURO. Op. Cit., vol. II, 1997, pp. 213-217, citação p. 216.
[1416] MONTEIRO, Op. Cit., 2002, pp. 115-116.

aquela "tradição econômica" entre as duas monarquias poderia pesar nos momentos em que a cobrança do Dote foi feita nas vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo.

O pagamento da Paz com a Holanda seguiu o mesmo ritmo: "arrancar" dos portugueses "vantagens" parecidas com as dos ingleses anos antes:

> Os Holandeses (...) atacam no Outono de 1657, durante três meses mantêm o Tejo bloqueado com 40 navios, e assim conseguem em Agosto de 1661 arrancar por seu turno um tratado de paz desastroso para a economia portuguesa: como preço de reconhecer a sua evicção – irremediável – do Brasil, de Angola e de São Tomé, a Holanda receberá 4 milhões de cruzados a pagar com o sal de Setúbal; os Holandeses gozarão da liberdade de comércio em todo o império e dos mesmos privilégios dos Ingleses[1417].

Magalhães Godinho finaliza: "Em suma: 1661 é o ponto ínfimo do poder português". Será? Se o poder "internacional" se encontrava em dificuldades (relação com Holanda e Inglaterra), os "locais" sofreriam suas (re)formulações de vassalidade. Como conquistas de um todo maior, estavam inseridos dentro dos jogos políticos que aconteciam a milhares de quilômetros de distância física, mas paradoxalmente a proximidade mental era como a distância entre o olho e o nariz. Nessa conjuntura histórica – que aconteceu ao mesmo tempo de Palmares, vale sempre ressaltar –, as desobediências continuaram como estratégia de se reestabelecerem materialmente e como conquista ao mesmo tempo em que tentavam reforçar seus compromissos fiscais como súditos da coroa lusa. A relativa perda do poder econômico "autônomo" acabou por representar a sua reconstrução interna e frente ao Monarca e ao governo de Pernambuco.

Desde setembro de 1662 que o Governo de Pernambuco já deveria arcar com a contribuição do Dote da Rainha[1418]. Interessante que o pagamento pelo menos da Paz de Holanda foi adiado pelos lusos até essa data, esticando "ao novo tratado de 1669"[1419]. Pelo menos em abril de 1663 daquele mesmo ano a Câmara de Olinda era alertada e o Governador reclamava que "vejo algú tanto esqueçidas as deligenciaz"[1420]. Evaldo Cabral de Mello sintetizou muito bem a "burocracia" para arrecadação inicial do Dote:

> Como El Rei deixasse as modalidades da arrecadação aos governadores e às câmaras, instituiu-se inicialmente uma alíquota de 2% sobre as importações do Reino, tributando-se também a entrada de africanos. Brito Freyre, aliás,

[1417] GODINHO. Op. Cit., 1968, p. 287. Braudel, ao contrário de Godinho, já encarava a estratégia do pagamento por sal como "sensatez [de Portugal]", BRAUDEL. Op. Cit., vol. III, 2009, pp. 49, 214-215.
[1418] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 220v.
[1419] GODINHO. Op. Cit., 1968, p. 288.
[1420] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 90-90v.

> procurara inutilmente que as cotas se fixassem por cabeça de escravo, critério objetivo, livre das 'dependências do favor ou desfavor com que talvez se julga das fazendas alheias'. O consequente protesto realizou a proeza de unir devedores rurais e credores urbanos, senhores de engenho e mercadores. Resolveu-se então adotar o precedente baiano de uma capitação por 'fogo' ou residência, calculada sobre o valor da propriedade e da renda de cada chefe de família. Destarte, taxava-se o setor mais numeroso da população que não adquiria africanos ou consumia escassamente os produtos importados, embora a equidade já problemática do rateio também dependesse da honestidade dos 'lançadores' designados para elaborarem os róis da finta[1421].

Em setembro de 1664, o Governador tentava (ao que parece) acalmar os ânimos do seu Rei ao escrever que estava traçando a maneira de arrecadar o donativo para cada Vila, além de estabelecer quais os oficiais iriam às diligências para garantir que o objetivo fosse concretizado[1422]. O problema ficaria para depois: quem seria ou não fintado.

A cobrança era feita de maneira relativamente árdua, vista que a situação envolvia relações internacionais de grande peso e delicadeza tal qual o casamento e a negociação de Paz. Em relação ao primeiro assunto (casamento), a necessidade de mais poder bélico foi um dos atrativos para a união. "Historiador" da América portuguesa, Sebastião da Rocha Pita pinta com cores deslumbrantes a vontade e ardor com que os súditos (principalmente baianos) receberam a notícia, agradecendo e de bom grado querendo ajudar. Em termos sociais, ver-se-á que para Pernambuco a notícia não era recebida de maneira tão harmoniosa e os problemas relativos a mesma tornaram-se uma constante. Da mesma feita, economicamente e no prisma das Políticas de Estado, outra colocação de Rocha Pita é importante:

> Na outra carta [sobre a Paz de Holanda] o noticiava [o governador-geral Francisco Barreto de Meneses] do casamento da senhora infanta D. Catarina ajustado com o sereníssimo rei da Grã-Bretanha (...); pelo que lhe ordenava pedisse a estes moradores contribuíssem também para aquele empenho, que igualmente vinha a resultar em benefício do Brasil com a segurança de Portugal, de quem, como de cabeça, pendiam todas as conquistas do reino[1423].

Apesar de a escrita de Rocha Pita tratar Portugal como cabeça, é possível nós, historiadores, promover uma leitura a contrapelo. O Brasil, como conquista mais do que estabelecida em início do XVIII, representava peça chave na economia lusitana e inclusive

[1421] MELLO. Op. Cit., 2012, p. 50.
[1422] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 740, fl. 1.
[1423] **História da América portuguesa**, 2011 [1730], pp. 260-261.

bélica para o ambiente do Atlântico[1424]. Apesar dos problemas para resgatar Pernambuco, Ceará, Bahia e Maranhão dos holandeses (empreendimentos feitos pelos próprios habitantes), a Coroa ainda mantinha os olhos nas Minas Gerais, na Colônia do Sacramento, nas delimitações das fronteiras dos sertões e na Amazônia Colonial. O Dote e a Paz de Holanda não existiriam sem o Brasil, e o Brasil naquele momento deveria parte de sua existência com o pagamento do Dote e da Paz. Uma escrita crítica colocaria da seguinte forma: "igualmente vinha a resultar em benefício [de Portugal] com a segurança [do Brasil]". Da mesma feita a segurança de Angola era necessária para o benefício do Brasil[1425]. Os comportamentos dos habitantes ajudam a expandir a ideia.

A resolução com o que deveria ser arranjado para concretizar o Dote e a Paz, feito para Olinda, passou para as outras Vilas. Porém, houve reclamações generalizadas "em todas as Cappittaniaz" acerca do estilo de pagamento. Em setembro de 1664 Porto Calvo, Penedo e Alagoas tinham suas ordens para contribuir com o Dote, sendo que os representantes de cada Câmara iriam se reunir na praça do Recife em Outubro para resolver os pormenores do acordo[1426]. Em novembro as vilas de Alagoas, Porto Calvo, Serinhaém e Iguarassú receberam as resoluções de que suas Câmaras escolheriam por eleição os "lançadores" para arrecadar a contribuição. O "estilo" escolhido era que cada um proveria com o que estava ao seu alcance, tentando impedir que "fazendo pagar mais a quem menoz cabedal tiver"[1427]. Estratégia que lembra muito a "Economia Moral" de Edward Thompson e que causaria inúmeros desfalecimentos nos ricos e poderosos. Afinal, eles foram figuras carimbadas nas reclamações acerca da "pobreza dos povos" e no alívio ou "congelamento" da cobrança em determinados períodos.

Já no ano de 1665 o Governo de Pernambuco recebia os responsáveis pela entrega do Donativo e ouvia as lamúrias "no que toca as cobranças das Villas fora desta jurisdição [da Vila de Olinda]": "mandavão o que se pode ajuntar, dando também por excuza as molestias e inposibilidades dos moradores"[1428]. Apesar do tom geral, cada espaço tinha sua dinâmica

[1424] Quem sabe teria sido esse o *elo linear* histórico que desembocou, em 1732, no aviso de António Rodrigues da Costa, linguista, fundador da Academia Real de História e Ministro do Conselho Ultramarino, escreveu à Coroa: "E bem se deixa ver que, posto em balança o Brasil, e na outra o reino, ha de pesar com grande excesso mais aquella que esta; e assim a maior parte e a mais rica não soffrerá ser dominada pelo menor, mais pobre". Cabe salientar que a data de escrita é a mesma de Rocha Pita, v. Apud MYRUP, Erik Lars. "Governar a distância: O Brasil na composição do Conselho Ultramarino, 1642-1833". In. SCHWARTZ, Stuart. MYRUP, Erik. O Brasil no império marítimo português. – Bauru, Sp: Edusc, 2009, p. 296.
[1425] ALENCASTRO. Op. Cit., 2000.
[1426] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 150-151 (Penedo); 151v-152 (Porto Calvo), 153v (Alagoas).
[1427] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 123-123v, 183v.
[1428] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 187.

própria, e o Regimento da arrecadação do dote era bem inteligente nesse sentido, devendo a população ser quitada em "dinheiro, açúcar, pau brasil, ou tabaco, que são as espécies a que todo o donativo se reduz universalmente"[1429]. A mudança houve naquele mesmo ano:

> El Rei concordou em reduzir o montante do donativo cobrado na colônia, o qual, no caso de Pernambuco, ficou em 20 mil cruzados; e, no ano seguinte, em estender o prazo de dezesseis para 24 anos. Pouco depois, abandonou-se a finta por 'fogo' em favor da taxa sobre o açúcar, o vinho e o azeite, abrandando-se a pressão fiscal[1430].

É necessário, portanto, observar cada qual em seu separado para no final juntar novamente e compor um quadro completo.

Os habitantes da Vila das Alagoas pagavam e fugiam do dote em momentos oportunos. Se em 1664 o responsável pelo Dote na Vila das Alagoas conseguiu levar sua parte para o Tesoureiro Geral de Pernambuco, em 1665 foi o momento em que a Câmara, em conjunto com a de Penedo, recebeu ordem de que as pendências do Dote de um ano continuariam sendo cobradas no outro em conjunção com o estipulado para o presente. Ou seja, aquilo que ficou devendo em 1664 estaria na folha junto com a arrecadação de 1665[1431]. Quem sabe parte da dívida estaria nas mãos de pessoas como o Capitão Gonçalo Moreira, "morador na Cappittania das Alagoas", que em dezembro de 1664 "duvidava em contribuir com o Donativo que Se lançou". O Governador de Pernambuco autorizou o confisco de bens: "pinhorez, ou escravos" para serem arrematados na "Prassa publica", tendo aquele tipo de punição especialmente ao "Cappitam Gonçalo Moreyra, ou outro algum previlegiado"[1432]. Problemas de jurisdição perpassaram todo o ano, chegando à novembro de 1665.

A Câmara de Alagoas entrou em desavenças com o Capitão Mor acerca de diversos abusos de poderes por parte do miliciano, entre eles o de interferir nas vereações, pois era o responsável pela cobrança do Donativo na Vila (ao que tudo indica, não era mais Gonçalo Moreira, e sim outro homem). O posto de "cobrador" do Dote poderia carregar em si algumas desvantagens, como a de adentrar nas vivências econômicas dos habitantes e de ter que se adaptar aos inúmeros discursos de pobreza e de fuga do pagamento. Na parte vantajosa do exercício, imaginam-se alguns momentos em que a cobrança tocasse nas feridas de desafetos do Capitão e dos vereadores da Vila das Alagoas, que visto que o Governador repudiou o comportamento de ambas as "instituições" ao escrever que as picuinhas entre eles poderiam

[1429] "O donativo para o dote da rainha da Grã-Bretanha e 'Paz de Holanda'". In: **República**, 2004, p. 244.
[1430] MELLO. Op. Cit., 2012, p. 52.
[1431] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 131v.
[1432] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 172-173.

"ocazion[ar] disgoztoz, e inquietaçoenz [aoz] moradores"[1433]. Essas desavenças envolveram os mais abastados (em comparações com as camadas mais empobrecidas) da localidade. Da mesma feita, ocasionou uma espécie de "motim". Ou seja, a preocupação do Governador não era necessariamente as brigas que resultariam em morte, emboscadas, e sanguinolência. E sim que ser "previlegiado", acabou acarretando "disgoztoz" e "inquietaçoenz", onde os desgostosos sentiram-se mais lesados do que outros, aparentemente sem motivo algum, e os "inquietos" tornaram-se seguidores decididos a não pagarem o dote.

Penedo já iniciou (?) o pagamento do Dote da Rainha fazendo os ouvidos moucos. Ao mesmo tempo em que Alagoas, Porto Calvo, Serinhaém e Iguarassú recebiam carta do Governador sobre o estilo de pagamento em 1664, a Câmara da Vila do Rio de São Francisco recebia a reclamação sobre não estarem concorrendo [o pagamento] "com couza algûa do que lhe tocou, o que muyto extranhey por confiar do Zello de V. Merce diferente pontualidade em materiaz do Serviço de Sua Magestade que Deoz guarde"[1434]. Vale adiantar que naquele período a Vila já tinha suas pendengas com o Governo de Pernambuco acerca do Tabaco e do pagamento do subsídio, além do gado (ver capítulo 9). Entretanto, as sequelas das guerras contra os batavos e as inúmeras batalhas com os mocambos de Palmares e ameríndios dos sertões podem ter contribuído na vontade dos habitantes daquela urbe dispender prestar nem tão cedo ao pagamento do Dote. Preconizando o epíteto de "Domicílio Ordinário dos Delinquentes", o Governo de Pernambuco fazia a "Reprienção" aos oficiais da Câmara do Rio de São Francisco de que tentavam negociar o alívio de tributos, entre eles o Dote da Rainha já em dezembro de 1664:

> Serto estou de que os homenz honrradoz moradores nesse Rio, prosedem muito como devem a suas obrigaçoenz, e nunca por estez se ha de emtender de insolentez, por que só toca aos que perdem o Respeyto as Justiçaz de S. Magestade que Deos Goarde, e fazem couzaz tão mal feytaz porque merecem semelhante Titulo[1435].

A indireta não poderia ser mais do que óbvia. Se desde o início de 1664 tinham-se acertado as negociações e inclusive a reunião em Recife para decidir o estilo de pagamento de cada vila e suas jurisdições, em que – subtende-se – os responsáveis por representarem Penedo deram suas palavras em assumir suas responsabilidades no Dote da Rainha de Inglaterra e Paz de Holanda, foi no final do ano que aqueles moradores tentavam fugir de suas

[1433] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 188-189.
[1434] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 124v.
[1435] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 173v-174.

obrigações (o Governador tentava aliviar a "Reprienção" alegando que não estava dirigindo-se aos "homenz de bem que fazem o que devem" – seja lá o que poderia ser, naquele momento histórico, um "homem de bem"; pelo visto, alguém que pagava os impostos em dia e concorria sempre ao socorro da Capitania de Pernambuco e monarquia lusitana). A situação alcançou patamares em a arrecadação daquele ano não chegou nem perto ao que foi proposto. Mas, mesmo assim, em fevereiro de 1665 o Governador cobrou com urgência a dívida de 1664 àquela Câmara. Em seu discurso, utilizou-se artifícios como aspectos de "infidelidade" daqueles homens, uma vez que os consideraram relapsos em suas administrações, dando margem para ações que iriam de encontro à *res publica*:

> E Se V. Mercês faltarem a este tempo hey mandar a V. Mercê, e a todas as pessoaz que correm com esta Missão Caminho do Reyno a dar conta a sua Magestade de muyto que faltão ao seu Real Serviço, porque nem hé de crer que não tenhão V. Mercê cobrado este Lançamento[1436].

A Câmara "da Villa do Penedo do Rio de São Francisco" se antecipou em negociar o pagamento, tendo seus pedidos aceitos em maio de 1665. Ao que tudo indica, os acordos devem ter sido firmados em outubro de 1664, em Recife, pois em dezembro o Governador já exigia o pagamento do atraso do Dote em "dinheiro ou em Gado capaz de se Reduzir a elle"[1437]. Poucos eram os gêneros que poderiam ser "lançados" para o pagamento do Dote. O Tabaco, tão bem visto e que vivia constantemente desviado para a Bahia (além de pagar os subsídios da praça de Olinda), não seria o principal produto, recaindo a responsabilidade no gado (vale lembrar que os produtos para serem lançados eram o açúcar, o tabaco, o pau-brasil e "dinheiro"[1438]).

O Governador de Pernambuco aceitou o pacto e estabeleceu que Manoel Lourenço (provavelmente o que chamavam "lançador") ou "as pessoaz que elle nomiar", deveria receber "todo o gado" que iria do São Francisco até Recife[1439]. Isso não significava que a situação estivesse regularizada, pois se passou pouco menos de um ano (agosto de 1666) e Penedo ficou mais uma vez em entreveros com o Governo sobre um conjunto de gado embargados em sua vila pelo Ouvidor Geral. Escolher as carnes como produto principal para o Dote da Rainha tinha seus inconvenientes, que era ter que lidar, em contrapartida, com a

---

[1436] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 183-183v, 131v (reafirmação da ordem em março de 1665).
[1437] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 175.
[1438] Mauro referencia que em 1662 houve uma "medida especial" que designava que o pau-brasil deveria ser usado para pagar o Dote da Rainha. Ao que tudo indica, pelo menos para o sul de Pernambuco, a medida não vingou, MAURO. Op. Cit., vol. I, 1997, p. 175.
[1439] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 133v-134.

falta de carne para os soldados da Praça de Olinda. Querendo manter o acordo firmado, o Governador mandou que o "Sargento Mayor Viçente Muniz Bizerra, Offiçiais da camera, ou qualquer outra pessoa que a seu cargo tenha a Villa do Penedo, Cappittania do Rio de São Francisco", pegassem os "lotes de Gado" e levassem para o porto principal da Capitania[1440]. O problema dos gados embargados residia exatamente por conta de outro pacto, feito em setembro de 1664, no qual ficou acertado que os moradores de Penedo podiam vender suas greis em Recife[1441]. É provável que essa sobreposição de negociações tenha gerado incômodos ao Ouvidor Geral, que deve ter recebido extensas reclamações e acabou apreendendo os lotes de gado de Penedo, impedindo tanto a venda como a entrega para o Dote. Por conta de sua ação, quais cabeças iriam para o Dote e para a milícia? O Governador, ao que parece, estava mais interessado naquele ano de 1665 em pagar a parte o Dote, apesar de ter sido ele o responsável por mandar o Ouvidor em dezembro de 1665 para Penedo para cobrar o que se estava devendo[1442]. Não é de se surpreender que Penedo figurasse como área de descaminho: além do Tabaco e das farinhas também tinha sua carne "presa" para acudir os soldados de Olinda.

Mas tudo se resumiria em descaminhos e sonegação? Pela leitura dessa tese, o período de 1663-1666 abarca várias situações históricas. Recortando para o Rio de São Francisco, tem-se: colonização dos sertões; lutas contra os ameríndios "bárbaros"; lutas contra os negros mocambeiros; sequelas da expulsão dos batavos; problemas de fiscalidade em relação ao tabaco que ia para a Bahia ao invés do Recife; venda de gado no outro lado do Rio de São Francisco (Sergipe e Bahia). Soma-se a epidemia de bexigas, latente de Olinda até Salvador, que alcançou Penedo e deixou rastros desastrosos na produção de gêneros, o que acabou refletindo mais tarde na arrecadação do Dote.

Ao tentar se ajustar com o Governador, a Câmara do Rio de São Francisco recebeu as complacências do administrador ("acuda Deos a todoz com a sua divina mizericordia"). Mas o trabalho não poderia parar, pois o Rei de Portugal se mostrava no "Empenho" em quitar as dívidas "com o Reyno de Inglaterra, e estados de Olanda"[1443]. Conjugar essas vicissitudes acaba criando para os historiadores mecanismos de análise em que as "negociações" entre as "autoridades" tinham suas bases empíricas na retórica discursiva[1444]. Os excessos permaneciam (os discursos de pobreza, o estado de miserabilidade total dos habitantes, etc),

[1440] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 147-147v.
[1441] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 150v-151.
[1442] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 192v-193v.
[1443] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 195.
[1444] GREENE. Op. Cit, 1994, pp. 2-24.

mas, em um curso de longa duração, não foram suficientes para impedir uma recuperação econômica que desembocará na necessidade do Ouvidor em 1712.

Quem tentava coletar o Dote naquela época tinha seus problemas. Atuar em prol do Estado lusitano era estratégia para conseguir futuros favores e gratificações. Quando o Capitão da Companhia de Ordenança, Francisco Mendes Dantas, pediu para sair do cargo porque iria se mudar "desse Rio [de São Francisco] para as Alagoaz", pensou que poderia mexer algumas peças em seu xadrez pessoal. Sua ideia baseava-se no fato de que o cargo que ficaria vago seria passado para o seu Alferes (não sabemos seu nome). O Governador proveu, contudo, um homem chamado José da Sylva. A escolha causou considerável desconforto e descontentamento, pois Francisco Mendes Dantas, como num passe de mágica, desistiu de sua mudança, e quis voltar para Penedo, objetivando obter de volta sua patente. O Governador não voltou atrás de sua posição e, em carta para a Câmara Municipal de Penedo – que tentava convencê-lo do contrário –, em 09 de julho de 1666, deixou bem claro um de seus motivos:

> e esta [Câmara?] não ma souberão v. mercê merecer no proçedimento que hão tido asy na observançia da Justiça como em[?] a[?] das minhas ordenz, pois tendo-lhe emcarregado Repetidaz vezes o effeyto de cobrança do Donativo novo para o dote de Inglaterra, se portarão v. mercê com tanto descuydo que está a Frota em vesperaz de partida, e não tem vindo nada do que toca a essa jurisdição para se Remeter na forma das ordenz de Sua Magestade que Deoz Goarde[1445].

Com o Dote da Rainha e Paz de Holanda não se brincava naquele início de coleta. Ser encarregado de recolher e não entregar o previsto poderia não ser um bom trabalho; e a Câmara Municipal que tentasse negociar algum tipo de favor com o Governador, tinha que pelo menos estar afiada com seus deveres de casa.

Porto Calvo, mesmo com sua dinâmica mais açucareira e atrelada com o norte de Pernambuco, bem como em fase inicial de restruturação com uma provável revitalização da Vila pós-guerra com os batavos, não estava isenta de complicações sobre o Dote. Se em 1664 recebeu a carta sobre o "estilo" do pagamento, em fevereiro de 1665 a reclamação do Governo era exatamente que as contas do ano passado não tinham sido fechadas e que a cobrança de 1665 não poderia iniciar[1446]. A bola de neve do Dote da Rainha já tinha se iniciado. Apesar das destruições dos engenhos e lavouras no período batavo e os constantes combates travados com os negros mocambeiros, a dinâmica do Açúcar era forte o suficiente nas vilas de Porto Calvo, Serinhaém e Iguarassú, pois em setembro de 1665 o Governador de

[1445] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 207v-209. Citação fls. 207-207v.
[1446] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 129v.

Pernambuco, incomodado com o atraso do pagamento do Dote, mandou uma pessoa "a que tomaçe os Asucárez nesceçarioz para se embarcarem"[1447].

A medida foi visivelmente punitiva, visto que o acordo da arrecadação estabeleceu que cada Vila deveria gerir seus lançadores e os produtos para quitar as dívidas. Ter o governo ido direto ao gênero do Açúcar certamente representava um modo de lidar com um duplo incômodo: Senhores de Engenho e lavradores tirando proveito de uma condição material de pobres e habitantes que não queriam arcar com suas responsabilidades fiscais. O problema estava intimamente ligado ao fato de que o acordo de taxação era de conhecimento geral desde maio de 1663[?], quando Porto Calvo estabeleceu que o pagamento pudesse ser feito "em Tabaco, e asucar". Porém, a Câmara voltou atrás e em 09 de maio de 1664 os homens enviaram carta ao Governador pedindo para não pagarem o Dote, o que causou – assim como em Penedo – um sentimento desconfortável no governo da Capitania: "vejo que com estas hidas, e vindas se querem escuzar da obrigação de hum negoçio de mayor emportancia (...) porque nenhum outro fundamento acho naz Rezoenz que V. mercê me apontão"[1448].

Diante dessas premissas, não é de se surpreender que o Governador tenha ido atrás do Açúcar de Porto Calvo em 1665, uma vez que os próprios habitantes utilizaram aquele produto como um dos principais para taxar e quitar suas dívidas anuais (250$000réis). Ao que parece, o Açúcar continuava sendo uma boa ferramenta discursiva quando o assunto era política: dava a aura de nobreza, de riqueza e de importância; mas, economicamente, tem-se a impressão de uma supervalorização exacerbada por seus habitantes que, quando as rédeas fiscais apertavam, os mesmos afrouxavam em suas opulências. Ressalta-se que, daquele embate entre discursos de riqueza e pobreza, a Vila de Porto Calvo poderia realmente ter uma produção que pudesse arcar com suas responsabilidades, isso visto em comparação com Alagoas e Penedo.

Essa situação de alegar falta de rendimentos e atrasar o pagamento do Dote aconteceu anos depois, precisamente em 1669. Como sempre, ao final de cada ano, o Governador queria despachar na frota que iria para Lisboa o que fora coletado nas diferentes vilas que faziam parte de Pernambuco. Porto Calvo, em algum momento, antes de dezembro, tentou negociar novamente com o Governo. Os moradores teriam, naquele ano, feito uma "nova alteração" em relação ao pagamento do Dote. Bernardo de Miranda Henrique, irado com a situação (e com a pressão de despachar aquela quantia todo ano), deu o ponto final à Câmara de Porto Calvo:

[1447] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 139-139v.
[1448] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 222v-223v.

> Eu lhe avizo que tratem de Remediar para que tenha effeyto a dita cobrança, quando não que eu o Remediarey, conforme convier mais ao serviço de S. Alteza que para castigar rebelionz me seja por a cavallo com os 3^{oz} que aquy há, e não ficar pedra, sobre pedra, nessa Vila; V. mercê pello que lhe toca veja como pode compor histo para que senão chegue o Rigor que convem haja[1449].

Problematiza-se sobre quais ações teriam sido diretamente responsáveis pelo cumprimento das ordens relativas ao pagamento de donativos. Dentre uma vertente que se vê a eficiência de táticas de terror acerca de punições e a possibilidade de significação de conjunturas próprias, crê-se que as circunstâncias locais respondem melhor essa questão. Afinal, aquela década ainda é a de extrema guerra com Palmares. Não havia lógica nenhuma de um Governador sair com terços de cavalaria, formados por homens nobres, vadios, ameríndios e negros e ir para outra vila para não deixar pedra sobre pedra. De 1666 até 1670, houve, pelo menos na documentação relacionada aos governadores de Pernambuco, uma interrupção de reclamações e "negociações" sobre as dívidas do Dote da Rainha. Interessante observar que nesses quatro anos, uma massa muito grande de documentos foi endereçada às vilas (incluindo Serinhaém) relacionadas à Guerra dos Palmares. Os anos 70 abriam uma nova conjuntura: maior atenção às guerras palmarinas e mais "propagandas" de colonização dos sertões. Até que ponto isso influenciou no Dote da Rainha?

Pelo Governo de Pernambuco, o dispêndio dado ao Dote foi menor naquela década. Fernão de Souza Coutinho, em novembro de 1670, nomeou o Alferes João de Almeida o Tesoureiro da arrecadação do Dote da Rainha. Sua incumbência baseava-se na "cobrança de tudo o que se estiver devendo em todas as villas desta Cappittania desde o ano de 664 athé o prezente"[1450]. Para as vilas de Rio de São Francisco, Alagoas, Porto Calvo e Serinhaém, o encarregado era o Capitão Feliciano de Mello da Silva, que sairia de Olinda como Tesoureiro Geral do Donativo para as quatro Vilas em janeiro de 1671. A situação tornara-se um pouco delicada, visto que o Capitão de cada vila deveria resguardar a cobrança e até mesmo o Ouvidor Geral de Pernambuco ficou sabendo da ida de Feliciano. Ao que parece, o próprio Ouvidor foi junto:

> e tambem leva cartas minhaz [o Capitão Feliciano] em que lhe emcarrego [o Ouvidor Geral] com aperto, o effeyto das ditaz cobranças, em cazo que em algua das ditas cameraz haja omissão, o que não espero v. mercê [o Ouvidor] fará de sua parte tudo o que for possível para que com effeyto se fação as

[1449] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 242v.
[1450] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 282v-283.

> ditas cobranças, buscando para hisso os meyos que nescessarioz forem para este fim[1451].

Pagamentos, atrasos, dívidas. É fácil estabelecer a partir de leituras bibliográficas que a vida na América não era de riqueza e opulência. Se formos juntar os discursos dos homens de Câmara, Capitães e "homens bons" nessa tese, as regiões das "Cappittanias do sul" estavam em eternas complicações no processo produtivo, ao mesmo tempo em que representavam uma riqueza estonteante. Quando o assunto concebia algo "para fora" (finta, imposto, subsídio; Palmares, Olinda, Portugal), a pobreza – em seu sentido de posse material – reinava e a miserabilidade dos habitantes recheavam os discursos de negociação para alívios dos mais variados tipos. Quando o assunto focava "para dentro" (entrega de sesmaria, alívio de imposto, criação de novas patentes, colonização de áreas férteis), a riqueza aparecia como fundamentadora da importância de cada vila em separado, e seus habitantes como fieis súditos da Majestade de Portugal. O não-pagamento do Dote não era "por acaso" e nem pode ser explicado ainda por vias fáceis (guerra de Palmares, baixo preço do açúcar, reestruturação das vilas pós-guerra, etc). Continuemos nossas linhas para melhorar o raciocínio.

Em 14 de outubro de 1671 o Ouvidor e o Capitão Feliciano de Mello já tinham voltado para o centro da Capitania. O Governador se pôs a trabalhar e escreveu, para cada Câmara municipal, um documento acerca da necessidade do Dote, de quanto deviam, e da importância do pagamento. Olinda recebeu a incumbência de enviar um Ajudante, chamado Domingos Ricardo, e mais 12 soldados para cobrar o que faltava. De acordo com os discursos, as Câmaras de Serinhaém, Porto Calvo, Alagoas e Penedo "tem cobrado dos Povoz, tudo o que elles devião, e o deyxarão de Remeter por omissão". Serinhaém devia em torno de 414$000réis; Porto Calvo estava com um total de 655$610réis: "me consta que no anno de 670 se cobrou delles quatro sentos e tantoz mil réis, e se não pagaram, nem ainda os 250$réis a que v. mercê herão obrigados" – escrevia indignado o Governador. Isso porque os oficiais da Câmara tentaram aliviar os altos valores entregando 150$000réis ao Tesoureiro, que não recebeu – provavelmente por represália, uma vez que caso aceitasse aquela quantia, estaria dando margens para futuros "perdões" ou pagamentos "quebrados"[1452]. Caso tivesse aceitado, pode-se dizer que pelo menos 505$610réis sintetizava o que, de fato, Porto Calvo não tinha em caixa, o que não deixa de ser uma quantia elevada, considerando-se as outras Vilas. Alagoas ficava logo atrás com uma dívida de 352$500réis; e Penedo devia a menor

[1451] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 286-286v.
[1452] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 300-300v.

quantidade, pois o Capitão Feliciano adentrou na região com a responsabilidade de arrecadar um valor de 160$000 réis, sendo que "lhe não tem Remetido mais que 50[$]r[eis]"[1453].

Se um Capitão, em conjunto com um Ouvidor Geral, não havia sido o suficiente para sanar o problema da arrecadação, observa-se com um olhar aguçado o fato da atividade ter tido direcionada a um Ajudante e mais 12 soldados a tarefa. Analisando em retrospectiva, desde 1663 as pendências com o Dote existiam, tendo se passado quase uma década de pagamentos e atrasos. Entretanto, é-se necessário ressaltar que, se houvessem sido empregadas fugas e sonegações de grandes vultos e consequências, ter-se-ia dívidas muito mais elevadas. Ao que parece, cada Vila estava com pendências acumuladas que somariam um valor mínimo por volta de 01 ano de Dote (Penedo), um pouco mais de 01 ano (Alagoas) e pouco menos de 02 anos (Serinhaém). Nesse cômputo, excetuava-se Porto Calvo, a campeã açucareira, cujos senhores metidos a ricos deviam praticamente quase 03 anos (caso quitassem os 150$000, a dívida cairia para 02 anos).

Se as vilas deixassem de contribuir para o Dote em todos os sentidos, a dívida de 08 anos (1663-1671) deveria chegar no patamar de 2.000$000réis para cada povoação. Ou seja, no limite, pode-se encarar que a administração tinha ido bem com o pagamento, principalmente se for levado em consideração as fintas contra palmares, a alta mortandade de negros por conta da epidemia de bexigas, os desvios de produtos, as fugas dos escravos para os mocambos de Palmares (afinal, quem é que faria gerar a riqueza que pagaria o Dote?). As iras dos diferentes Governadores de Pernambuco, em relação aos atrasos das liquidações das dívidas, perpassavam questões de honra e de burocracia. Sobre a honra, era referente ao acordo firmado com o Rei de que em toda frota anual para o Reino, a quantia certinha no que concernia ao Dote da Rainha estaria lá, e o não-pagamento poderia fazer com que o Governador se sentisse não-digno do cargo que o Rei depositou nele. A burocracia pode ser avaliada pelo exemplo do Capitão Feliciano Mello, que ficou constrangido no centro de Pernambuco por aqueles a quem ele prometeu levar as quantias em separado. Outro ponto importante é a dimensão da diplomacia entre as Monarquias. O dinheiro arrecadado era para o casamento da Rainha de Inglaterra; e a outra parte para a Paz da Holanda. Ou seja, tornaram-se pontos fulcrais na política portuguesa europeia de resguardo de seus territórios e alianças bélicas e mercantis (apesar de Magalhães Godinho ter considerado a situação como uma fraqueza no poder político de Portugal). O Rei da Inglaterra daria navios para proteger as

[1453] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 293v-297. No documento relacionado a Penedo (fls. 296-296v), a quantia não aparece o "cifrão", que indicaria o milhar. Crê-se que houve um erro do copista, pois Penedo estar devendo 160 réis e ter pagado pouco mais ou menos que 50 réis não é informação cabível.

frotas portuguesas, resguardando suas economias, que estavam debilitadas por conta da guerra contra a Espanha ("a continuação da Guerra de vinte e dous annos e tam vezinha a acha tam diminuída de Cabedal" – escrevia a Rainha em fevereiro de 1662)[1454]. Afinal, após a guerra contra os batavos, Portugal continuou em lutas contra os Espanhóis e, nesse interím, os produtos das três vilas (açúcar, tabaco, pau-brasil e gado) eram essenciais para as economias do Reino. Apesar do espaço pequenino e do exagero da colocação, as partes sul de Pernambuco faziam parte de um Império marítimo e que, sua contribuição, em termos lusitanos, estava intrinsecamente ligada com a manutenção da Monarquia dos Bragança. Tal afirmação não deve ser encarada como uma busca implacável pela "importância" ou "primazia" do que mais tarde seria a Comarca das Alagoas, frente à Capitania de Pernambuco, a qual estava "subordinada". Trata-se, na verdade, de uma reflexão crucial para o entendimento das vilas ao sul inseridas numa perspectiva administrativa que abarcava especificidades locais, mas que passava por períodos onde as necessidades imperiais fazia-se presente através de um protagonismo exigente.

Palmares pode ter figurado realmente como uma conjuntura político-econômica substancial que empatava a contribuição do Dote. As "gloriosas" "elites" de Porto Calvo, Alagoas e Penedo faziam seu corpo mole na hora de ajudar as tropas nas entradas. Entretanto, parte de suas súplicas e discursos podiam advir de reais situações de penúrias e chegou-se ao ponto em que o Dote da Rainha foi usado para financiar a guerra contra os negros rebeldes. Em 1679 as três vilas ao sul seguiram as ordens do Monarca e dispenderam 109$800 réis, relativos ao casamento da Rainha da Inglaterra (nada indicado sobre a Paz de Holanda). Só que estavam devendo desde 1678 e, mesmo assim, o governador de Pernambuco, Ayres de Souza, teve que tirar 80$000 réis para o "dispêndio" com a "guerra dos Palmares"[1455] (nota-se a situação crônica de pagamento-pela-metade e consecução de dívidas). De farinhas e peixes, passando por açúcar, gado e provavelmente tabaco, até o enxoval da Rainha foi utilizado para bancar as lutas contra os negros mocambeiros. O ato de utilizar do Dote não foi isolado, mas também se considera complicado estabelecer se foi comum, pois em fevereiro de 1667 o Rei de Portugal ordenou que, da quantia anual que iria ser entregue do Dote da Rainha de Inglaterra, um total de 24 mil cruzados (12.000$000réis) estaria apto para pagar a Salvador

[1454] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 17v-18.
[1455] IHGAL. **Arquivo 00007-01-02.** 2º Livro de Vereações da Câmara de Alagoas do Sul, vários fólios, "Pagamento da finta da Rainha da Gram Bretanha e paz de Hollanda – 1680", fl. 62-62v.

Correia de Sá e Benevides pela compra do seu Galeão Padre Eterno. Pernambuco e Capitanias do Norte arcaram com parte do preço, no valor de 4 mil cruzados (2.000$000réis)[1456].

A situação do pagamento do Dote acabou se estabilizando ainda naquele século. As entradas de Fernão Carrilho e a destruição de inúmeros mocambos, e ocupações de espaços mais adentrando aos sertões, surtiram efeito em alguns aspectos importantes para a economia. Apesar da necessidade de cautela para mensurar até que ponto o fim da intromissão dos Governadores – a partir de 1671 – em "eleições das Camaras nem em nomiar pessoas para servirem de Thizoureiroz dellaz, nem nos lançamentos doz Donativos, asym da Infantaria como do dote, e pas de Olanda"[1457], pode ter contribuído para uma melhor arrecadação. E vale lembrar que nem todo Governador era o símbolo da honestidade, sobriedade e imparcialidade administrativa[1458]. Quando o Governador de Pernambuco escreveu para as Câmaras de Serinhaém, Porto Calvo, Alagoas e Rio de São Francisco, em junho de 1683, revisitava o tema das dívidas do Dote. Para surpresa das Câmaras, apesar de estarem devendo pelos anos de 1681 e 1682, as quantias eram consideravelmente menores, e parece que foram divididas igualmente entre as quatro vilas: "do anno de 681, 34$180réis e da contribuição do anno passado de 682, 25$réis"[1459]. De imediato, observa-se, sem dúvida, um salto qualitativo em termos econômicos. O Governador não teria mais plenos poderes (ou abusos de poderes, em teoria) para mexer peças no xadrez do pagamento, mas o Rei permanecia numa posição em que precisava depositar sua confiança nos homens que representeavam o alto escalão na administração da Capitania: veja-se que quando Aires de Souza de Castro foi escolhido para Governo de Pernambuco, recebeu carta do Rei em 1678 pedindo para que ele observasse os regimentos da arrecadação[1460].

Outro ponto que se deve salientar e questionar diz respeito ao responsável por recolher o dote. A princípio, os oficiais eram designados do centro de Pernambuco com a função de receber aquilo que as Câmaras sempre tentavam pagar, e não conseguiam, fosse por conflitos com moradores (como o caso do Capitão mor das Alagoas), ou por "desvios de verba" (o que o Governador de Pernambuco chamava de "omissão"). Até que ponto a troca de vereadores e a manutenção de laços significativos para o bem comum em torno do sentimento de ser "lusitano" (ou luso-brasileiro) ajudaria nos complicados processos de arrecadação?

[1456] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 38-38v.
[1457] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 65v-66.
[1458] Para o período em questão (1654-1712), imprescindível a obra de MELLO. Op. Cit., 2012.
[1459] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 386v.
[1460] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 100v.

Manoel Rodrigues Vieira, personagem supracitado que morou em Penedo, sendo juiz ordinário e vereador, também atuou "cobrando as fintas do donativo da Inglaterra"[1461]. Suas ações dataram de aproximadamente 1682-1685, e a Vila de Penedo conseguia suprir os cofres da Monarquia com sua parte do dote. Não há vestígios que apontem a quantidade do arrecadado, e o discurso em que Manoel Rodrigues Vieira aparece como homem de valor é inerente a documentação de entrega de carta-patente para milicianos, o que deve ser ressaltado e analisado com suspeita, visto a sombra de vícios e floreios, até mesmo de auto-elogios edificantes. Entretanto, através deles, é possível perceber que o discurso de pobreza para o não-pagamento, em alguns períodos, não pode ser encarado como regra comum para as vilas do sul de Pernambuco. Não terem pagado de maneira regular, somado com descaminhos e problemas que causavam certos impedimentos, significava que as vilas tinham rendas para entregar. E isso fazia aguçar os olhos dos administradores régios, culminando em 1699 nas negociações de ter um Ouvidor nas Alagoas para auxiliar aquela jurisdição que vez ou outra não parecia "pernambucana". Naquele momento histórico, e em anos vindouros, Penedo conseguia administrar bem sua tarefa.

Nessa mesma linha de raciocínio, discute-se as circunstâncias vividas por Porto Calvo. Faltando dois dias para o Natal de 1689, os homens da Câmara enviaram carta para o Rei, discursando sobre o estado de penúria da população, que os inviabilizavam de pagarem os 250$000 réis anuais ao Casamento da Rainha. O Governador de Pernambuco, Marquês de Montebelo, se dispôs a comprar o discurso dos oficiais: "e concultando este particular com meo Antecessor, e outras pessoaz desinteressadas, e de boa consciência, todoz concordarão, em que era justo o seu requerimento, e Verdadeiras az rezõez que a Vossa Magestade reprezentarão". E o Conselho Ultramarino, junto com o Procurador da Fazenda, ao descobrirem que a pobreza era tamanha que até "az Joias do Ornato de Suaz mulherez" foram para Praça Pública para cobrirem os custos da finta, decidiram que:

> Quando pareça, se deve aliviar esta Villa do Computo que lhe foy repartido para o dote da Serenissima Senhora Raynha de Inglaterra, he necessario que este se acrecente nas outras da Repartição do Norte, ou na quantia, ou no tempo, para que se ajuste, inteiramente o promettido por estes povos[1462].

O Rei soube da situação e escreveu para o Governador: "Emcomendavoz me informeis com o vosso paresser". Das inúmeras causas que podiam justificar a pobreza, o discurso das

[1461] "Registro da Carta Patente (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 297.
[1462] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1509, fl. 1-3. AHU. **Alagoas Avulsos.** Doc. 3, fls. 1-2.

guerras contra Palmares foi o que apareceu de forma mais latente[1463]. Apesar de já sabermos que as batalhas se extinguiram em aproximadamente 1695 (tendo continuado por pequenas lutas no XVIII), os homens daquela época não tinham noção que em 1689-1690 o fim do grande Mocambo do Macaco, onde morava Zumbi, estava próximo[1464]. Assim, Forças continuavam sendo dispendidas e a economia – em seu sentido lato – era direcionada para várias direções. Se a década de 70 e 80 representou um alívio nos cofres da Monarquia no que concernia o Dote da Rainha (pois se tem uma grande ausência de documentação acerca de cobranças), o déficit reapareceu no início dos 90. É como se, para efetuar o pagamento, se gastasse mais do que recebia ou que deveria ser reinvestido na localidade (de engenhos à lavouras, à escravos, à milícia, à funcionários, à materiais diversos, etc.). Consequentemente, em determinado momento, a dívida novamente atingia patamares em que um ano inteiro deveria ser "perdoado" ou posto "em dívida", enquanto que as forças produtivas locais não conseguiam mais gerar renda para cumprir com seus acordos e responsabilidades financeiras.

Da mesma feita, a década de 60 pode ser vista a partir dos problemas "particulares" da arrecadação. Em primeiro momento viu-se que homens e camadas da população (apesar de serem encaradas como "a vila") se negavam ao pagamento: sonegavam e reclamavam. As maiores dificuldades estavam representadas nas pessoas e nos produtos: Porto Calvo focando apenas no açúcar e esquecendo o tabaco; e Penedo negociando o gado, deixando o fumo de lado. Dos anos 80 em diante, ao que parece, as dificuldades vão se estabelecer na própria gerência da economia local (e do conjunto das três vilas). É manifesto que os homens eram responsáveis pelo desordenamento de suas riquezas, mas essa conjuntura aparece como indicativo de um aumento de produção nos bens que interessavam o estado lusitano.

10. 3 Fiscalizar para manter Portugal: outros impostos "miúdos"

Se antes viu-se o que poderia chamar de fiscalidades "estratégicas" – uma para garantir a dominação frente à ameaças internas e outra contra possíveis ameaças externas –, convém salientar outros fiscalismos que recaíram em espaços "alagoanos" no período do século XVII e início do XVIII. Em um domínio mais geral, não é necessário descrever todas as finanças e impostos instaurados no Brasil para os séculos XVI e XVII. Concorda mencionar a "conclusão" de Mauro: "o estudo das finanças verifica o que o estudo dos grandes produtos tinha mostrado: o papel da economia brasileira como economia motora do Império atlântico

[1463] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 175.
[1464] "Os palmarinos e a rainha da Grã-Bretanha". In: **República**, 2004, p. 64.

no séc. XVII"[1465]. Recortando para o sul de Pernambuco, duas interessam nesse estudo por conta da proposta da tese: envolviam diretamente as experiências locais das sociedades das três vilas, faziam parte de sua economia mais básica e eram passíveis de desvios, necessitando, assim, de administração e regulação das atividades.

10. 3. 1 Sal e as salinas

O sal tem o caráter híbrido na historiografia: era alimento e ao mesmo tempo produto de poucos, pois fazia parte do monopólio do Rei de Portugal, tornando-se, muitas vezes artigo de elevado custo de aquisição. No que se pretende esse tópico, focar-se-á na parte da economia – extração, compra e venda – apesar de que ela só é cognoscível por conta da necessidade da alimentação. Ressalte-se que o objetivo desse assunto corresponde, diretamente, a temática do capítulo: observar as fiscalidades e as desobediências dos súditos "alagoanos" em relação a essa iguaria, bem como as reclamações de um governo preocupado com as possíveis salinas clandestinas que poderiam aparecer em solos mais ao sul de Pernambuco.

Nas minas de salitre seu aparecimento foi esporádico, mas importante. Visto não ser gênero que possa ser plantado, mas extraído e vendido, o Sal, enquanto mantimento alimentício foi confiado a umas poucas pessoas. Uma delas foi o Capitão Antonio Roiz e seus ameríndios em duas ocasiões. A primeira poucos dias depois da entrega dos iniciais alqueires de farinha e milho, em 15 de junho de 1703. Tendo recebido 06 alqueires de Sal para sustentar a ele e 42 soldados índios (metade do que tinha recebido os mantimentos anteriores). Há a possibilidade de que esses 06 alqueires, somados com a conservação que lhe foi proporcionada, em conjunto com economia, tenham durado até 21 de setembro, quando o Administrador entregou mais 01 alqueire de Sal para o Capitão e seus 42 índios[1466]. Em Palmares, outro homem que exigiu Sal para os seus foi Domingos Jorge Velho, quando, em 1698, escreveu jocosamente "aos economês da Real Fazenda de Vossa Majestade carregar um patacho de sal para o porto de Santos"[1467]. Seu requerimento se baseava no acordo estabelecido sobre as famílias dos paulistas que iriam embarcar de São Paulo para se encontrar com os conquistadores e, dali, começarem a fazer povoações em Palmares recém-destruído.

[1465] MAURO. Op. Cit., vol. II, 1997, p. 242.
[1466] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 2651, fls. 72v-73.
[1467] "Requerimento (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 423.

O Capitão Antonio Roiz e Domingos Jorge Velho escravizavam ameríndios de guerra, e lutavam contra outros hostis e negros mocambeiros. O clima e as condições geográficas reforça a ideia do sal como ingrediente de conservação de alimento, visto as chuvas, a umidade das matas e as passagens por locais alagadiços, pântanos, brejos e rios que poderiam comprometer em muito os gêneros que carregavam como carne, milho, farinha e feijões, sem contar os que poderiam colher e caçar nas imediações de onde caminhavam e acampavam. A realidade não é propriamente americana, mas mundial: "é um bem indispensável aos homens, aos animais, à salga das carnes e dos peixes, tão importante que os governos se interessam por ele"[1468]. E Portugal, por conta de sua política expansionista, necessitou cada vez mais do gênero para manter suas ligações marítimas com terras tão longínquas[1469]. A falta de incidência documental não pode ser vista como carência do artigo naquela época, mas que os dados relacionados acima servem como uma provocação de estudo, qual seja: a necessidade do gênero em espaços longes das urbes; problemática que ajuda a lapidar melhor a conjuntura das expansões aos sertões da segunda metade do século XVII e início do XVIII.

O Sal, nesse ponto, não está muito perto de um produto nobre ou iguaria pertencente somente a uns poucos cardápios. Está mais para um alimento de guerra e de vida nas estradas, servindo como um conservante alimentar do que um tempero propriamente dito. Desde os tempos de Duarte Coelho que havia autorização – com restrições – para exploração de sal ("moendas dagoa marynhas de sall"): somente o "dito capitam e gouernador", "ou aquelles a que ele pera yso der licença"[1470]. O próprio donatário entregou "duas léguas de terra do Cabo de Santo Agostinho para o Sul, – ao colono Tristão de Mendonça, para cultivar a cana e o algodão e ter marinhas de salinas"[1471]. Isso não prova uma exploração contínua e progressiva do sal "da natureza", mas serve como ponto de partida para se pensar que os habitantes das vilas que foram se formando naqueles arredores (Serinhaém, Porto Calvo, Alagoas) começaram a deter conhecimentos da existência do gênero por ali. O pedido de autorização de Duarte Coelho pode ter acontecido (afinal, não era o Donatário?) por conta do monopólio do sal que era da Coroa portuguesa desde tempos medievais (séc. XIII)[1472], sendo reafirmados em 1631 e continuado até 1801 para os espaços do Brasil[1473].

Avançando no tempo, já em 13 de abril de 1673 (que se tem documentado), o Governo de Pernambuco enviava correspondência para o Capitão-mor de Porto Calvo, Cristovão Lins,

[1468] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 185.
[1469] MAURO. Op. Cit., vol. I, 1997, p. 346.
[1470] "Carta de Doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho". In: **HCPB**, vol. III, 1924, pp. 310.
[1471] **Anais Pernambucanos**, vol. 3, p. 315.
[1472] GODINHO. Op. Cit., vol. IV, 1981, p. 121.
[1473] HANSON. Op. Cit., 1986, p. 213.

acerca de assuntos da Guerra de Palmares. A Câmara do Rio de São Francisco, naquela ocasião, tinha reclamado da falta de mantimentos e de não poder ajudar com as tropas que sairiam pelo rio atrás de mocambos naquelas imediações e sertões. Para ajudar na empreitada, Fernão de Souza Coutinho enviou um barco – ao que tudo indica – para Porto Calvo, carregado de 150 varas de Estopa (que subtende-se ter ficado na Vila), e sal para mantimentos no Rio de São Francisco[1474]. Seguindo o raciocínio do parágrafo acima, esse tipo de sal seria o que poderíamos chamar "de guerra" (para fazer uma conjunção com a farinha), usado na preservação dos alimentos e complemento dos mantimentos dos soldados. Igualmente pensa-se que haveria ou uma carência do artigo na região do grande rio, uma vez que recebia o sal de outras paragens.

A expedição de sal poderia ocasionar momentos de deficiência ou de relativo sufoco para o centro de Pernambuco (Olinda). Viu-se que a população de Penedo necessitava de sal advindo do centro em 1673. Anos depois, em 13 de abril de 1679, continuava chegando em Olinda remessas de Sal vindos na Frota de Portugal. O objetivo era a distribuição "por todos os destrictoz destaz Cappittaniaz". O termo vago "Capitania" estaria relacionado às inúmeras vilas ou apenas ao centro (Olinda e Recife), pois as Capitanias do Norte, sob a jurisdição de Pernambuco, ia do Ceará até o Rio de São Francisco. Porém, dias depois, em 29 de abril, o Governo de Pernambuco enviou para a Câmara de Porto Calvo, "hum composto de Sal", de acordo com o que tinha sido delimitado dias antes. Itamaracá também recebeu sua porção, mas ao contrário da Vila anterior, o Governo de Pernambuco deixou claro que o produto serviria para "esta guerra doz Palmares". O que não significava, necessariamente, que Porto Calvo receberia o gênero para temperar comidas nos pratos dos homens ricos e poderosos da Capitania. Em 29 de novembro de 1680, mais uma vez, o Governo de Pernambuco entrou com um ajuda para a Vila, enviando 300 Alqueires de Sal para "se socorrer a Infantaria que tem hido a guerra doz Palmares"[1475].

A situação permanecerá por toda aquela década. O que faz subtender que as três vilas ao sul de Pernambuco não tinham meios de produzir qualquer tipo de sal por conta do constante embate de guerra, dos desconhecimentos dos sertões e, principalmente, do estanco régio, pois em 1650 já se tinham conhecimentos da existência de "<<marinhas de sal nativo>>", em algumas praias da extensa costa do Brasil, com especial ênfase em Pernambuco[1476]. Essas marinas, se eram usadas, acabaram adquirindo significado apenas no sentido local, pois o que

[1474] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 324v.
[1475] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 358v, 359-359v, 360-360v, 365 (respectivamente).
[1476] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, pp. 90-91 doc. 149. As expressões em <<>> são do documento original.

prevaleceu (pelo menos documentado em termos administrativos) foi a atuação do Governo como agente intermediário no que concernia o abastecimento de sal, como em 1684, quando o Provedor da Fazenda Real de Pernambuco entregou "1400 Alqueyres, a saber 200 para o Rio de São Francisco, 600 para az Alagoaz, e outroz 600 para o Porto Calvo"[1477]. Qual a necessidade de envio de tanto sal para aquelas paragens? É óbvia a interpretação da guerra de Palmares, mas ela não pode ser tida como a única ou a pista *Magnum* de entendimento do que acontecia com a cultura material daquelas vilas.

Dito isso, imagina-se que os habitantes tinham pouco interesse na extração do gênero. Talvez existisse uma produção de sal da terra nas áreas mais ao sul da Capitania. Por isso que o Governador de Pernambuco comprava sal que vinha do Reino, pois ele deveria resguardar o monopólio da Coroa portuguesa em relação àquele produto, ao mesmo tempo em que deve ter tirado algumas vantagens em relação à distribuição, podendo auferir alguns dividendos com descaminhos ou comércio "por fora".

Se em 1684 o sal que ia para as vilas de Alagoas, Porto Calvo e Penedo advinham do Recife, provavelmente era consequência do que acontecia desde 1671 quando foi posto em arrematação o imposto do sal por três anos a Manuel Nunes Coelho[1478]. 05 anos depois o Rei de Portugal enviava ordem sobre a venda do gênero que saia da "Caza do Sal desta Cidade [de Lisboa]". Os mestres dos navios tinham a obrigação de levar o produto e, como é óbvio em uma relação de estanco e monopólio, deveriam evitar os descaminhos e fraudes na pesagem e preço da venda do artigo. Naqueles idos de século, o preço ficava em torno de 180réis por alqueire de Sal[1479]. Como se estará falando de uma situação estritamente econômica imagina-se que o Sal entregue do Recife para as Câmaras das três vilas sul de Pernambuco era pago nesse preço, enquanto que o contrabando feito por fora, além do sal "da terra" que também poderia ser comercializado, tinha seu preço (e qualidade) diferenciado.

O monopólio do Sal reinol (Setúbal) não pode ser avaliado em termos como "privilégio do parasitismo da coroa e da corte" ou "Estado absolutista" que, "atravancavam a economia e a produção de riqueza". Em um âmbito maior do mercado mundial, Lisboa necessitava do monopólio para promover sua própria existência como Estado: "foi com o sal que se comprou a ajuda da Holanda para a guerra da Independência portuguesa, a guerra da Restauração, a partir de 1640. (...) era a mercadoria que fornecia dinheiro a Portugal". Junto com o açúcar, pau-brasil, tabaco e tantos outros gêneros do século XVII, ajudava a fundamentar a

[1477] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 378.
[1478] **Anais Pernambucanos**, vol. 3, p. 316.
[1479] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, fls. 89-89v

"circulação monetária"[1480]; afinal, "como era muitas vezes comprado com prata, o sal era realmente um ponto brilhante no panorama comercial"[1481]. "É uma grande fonte de riqueza para os Estados e para os mercadores, tanto na Europa como na China; (...). Ora, a troca faz-se sempre, a despeito das guerras e com grandes lucros dos vastos consórcios de mercadores"[1482]. Contudo, o monopólio em um local circunscrito e pequeno como o Reino de Portugal tornava-se completamente diferente do vivenciado pelos moradores da América portuguesa, a meses de distância, com uma situação monetária e econômica diferente e, ainda, com possibilidades de extraírem seu próprio artigo. Lisboa poderia ter sua justificativa para o Monopólio: não como uma questão apenas econômica, mas de sobrevivência de Estado. Contudo, a política aplicada para todo um Império não foi das mais saudáveis e os conflitos não demorariam em aparecerem.

Por isso não é de se estranhar que em fevereiro de 1690, um tal de Jaques Granete[?], tenha arrendado o contrato do Sal para "todo o eztado do Brasil". E nesse contrato, havia a condição de que "em nenhûa parte delle se podese fabricar Sal, nem Usar de Outro algú, fora do Estanque". É difícil mensurar até que ponto isso teve impactos nas partes sul de Pernambuco, pois vários moradores tiravam "sal da terra" de salinas, mar e lagoas, ou seja, o "Sal que a natureza produz". A situação complica porque adiante no edital, fora exposto a proibição da produção, consumo, armazenamento, e também o transporte "das Sallinaz, Alagoaz, ou outra qualquer parte do Brasil em que elle se cria"[1483]. O que se poder concluir a partir dessa colocação? A encruzilhada fica mais complicada, pois os espaços geográficos, dados como "natureza", foram expostos novamente em letras maiúsculas, dados como "parte do Brasil". Existiria produção de sal nas áreas das Alagoas, em Pernambuco? Ou a colocação "salinas/Sallinaz" e "lagoas/Alagoaz" foi mero erro do escrivão que estava copiando os documentos? Roberto Simonsen considerou que houve "descobertas de salinas no Ceará e em Alagoas". Sua interpretação baseia-se de relatórios holandeses, que descobriram "salinas em Mossoró e no Ceará. No Vale do Rio de São Francisco, apareceram os barreiros salgados que poupavam aos criadores as elevadas despesas com o produto"[1484]. Apesar de Penedo e sua jurisdição perseguirem boa parte do "Rio de São Francisco", considera-se que Simonsen equivocou-se em igualar os famosos "lambedouros" com as "salinas". Se fizermos como

[1480] GODINHO. Op. Cit., 1990, p. 482.
[1481] HANSON. Op. Cit., 1986, p. 146.
[1482] BRAUDEL. Op. Cit., 2005, p. 185.
[1483] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 517v-519.
[1484] SIMONSEN. Op. Cit., 1977, p. 157 e 179 (para ambas citações).

Mauro e trocarmos o termo "lagoas" por "lagunas"[1485], crê-se que a segunda opção (de "salinas" e "lagoas" serem mais espaços geográficos do que "habitações") é a mais plausível, pois em 1691 o Rei enviou carta ao Governador de Pernambuco, reafirmando os termos do contrato (citados acima) e que "nem houvese uso algum nem se podesse aproveitar do que a natureza produz em as Salinas, ou alagoas de que até agora os moradores dessas Capitanias se aproveitavão"[1486].

Colocar "Alagoas" no conjunto "dessas Capitanias" ainda é arriscado, mas se tem ideia, pelo menos em 1694 quando a Coroa permitiu a extração de sal em Pernambuco, mas querendo evitar que se "construí[ssem] mais salinas além das que já existiam"[1487]. Geograficamente, o vale do Coruripe era propício para a exploração de salinas, cabendo, agora, à problemática histórica saber até que ponto as salinas foram utilizadas[1488]. Voltando aos seiscentos, aquela realidade das existências de salinas "locais" na Capitania de Pernambuco não estava sempre a bons ventos, pois em 1695 o Governador pedia ao Rei autorização para levantá-las novamente por causa da carência do gênero: "do sal que a natureza produz, e do que muytoz fabricão em Sallinaz". No final da petição, escrevia que destacaria a informação a toque de caixa "em todaz as Cappitanias deste Governo aneyxaz"[1489]. Uma delas foi a da Paraíba, que recebeu a tarefa de enviar um barco carregado de sal para Olinda em outubro de 1696[1490].

Igualmente desde 1630 existia o "sítio das salinas", na jurisdição do Recife, que produzia o sal possivelmente para consumo local, que a partir de 1654 começou a decair por causa do monopólio régio[1491]. A problemática da extração e abastecimento interno poderia advir até da "Província do Ceará", que apesar de ter sido retratada como "a mais áspera e inútil do Brasil" (típico juízo de valor para aqueles homens que só pensavam em açúcar e um pouco de tabaco), era "abundante de muitas salinas"[1492]. Em 1704 o Monarca repassava a condição de que "no destricto dessa Capitania [de Pernambuco], e na Paraiba, Cabo Frio, e Rio Grande", os moradores podiam reformar as antigas salinas e utilizar do "sal da terra", a despeito de continuar proibida a criação de novas extrações e as navegações entre

[1485] MAURO. Op. Cit., vol. I, 1997, p. 349.
[1486] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 196v
[1487] **Anais Pernambucanos**, vol. 3, p. 316.
[1488] E, historicamente, as mesmas foram utilizadas no século XX e "proibidas de funcionar devido à intervenção do Instituto do Sal", ANDRADE. Op. Cit., 2010, p. 90.
[1489] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 560.
[1490] "O problema das 'farinhas'". In: **República**, 2004, pp. 167-168.
[1491] **Anais Pernambucanos**, vol. 2, pp. 558-561; vol. 3, p. 318, 365-366.
[1492] **História da América portuguesa**, 2011 [1730], p. 85

Capitanias[1493]. Parece que a situação da extração local não deu certo até 1710, quando a Câmara contestou que estavam "comendo sal por estanco"[1494]. As vazões continuaram em progressão até fins do século XVIII[1495].

Esse tipo de "intransigência" era característica da situação de monopólio. Desde 1641, pelo menos, que as Capitanias do Estado do Brasil sofriam com a carência de sal, pois o que poderia ser produzido no Brasil era proibido e todos tinham que se contentar com aquele que vinha exclusivamente do Reino de Portugal. De acordo com o Parecer de Rodrigo de Melo, enviado para o Rei D. João IV, "muito se ganharia ou em deixar os vassalos conduzi-lo como anteriormente, ou em tirar todo o proveito que pudesse dar o estanco"[1496]. Pelo que foi visto anteriormente, isso foi assunto delicado nos círculos comerciais e administrativos da Corte. E o documentos supra-citados demonstram outra atitude também comum ao monopólio: sua constante ineficiência e desobediência, pois não foi à toa que em 1652 foi novamente tratada a situação do sal no Estado do Brasil. Por conta do preço do alqueire e do estrago que acontecia nas embarcações (por elas não serem cobertas e nem equipadas para transportar sal), "tivera sempre o Brasil grande falta de sal, necessário para as suas pescarias, principal sustento do Estado. Para remediarem esta falta, coziam água do mar, de que tiravam um sal que servia para o tempero ordinário, mas era prejudicial à saúde e corrompia <<os bastimentos>>"[1497].

Se Gabriel Soares de Sousa alertava sobre a existência de sal nas marinhas entre o Cabo de São Roque e "a ponta do Rio Grande [do Norte]", em 1587, ao Governo em Madri[1498], deixava subtendido a possibilidade tanto de extração para consumo local, como de comércio e mercado, quem sabe até mesmo podendo ser taxado alguma quantia para os cofres da monarquia. Essas salinas ficariam reconhecidas como denominação de espaços, como a que foi desenhada por João Teixeira Albernaz em 1612 para o livro de Diogo Moreno[1499], bem como pelos batavos na hora de descrever as costas do Rio Grande do Norte em 1631[1500]. Levando a interpretação para as experiências sociais, fica difícil acreditar que o monopólio e estanco régio pós-D. João IV, tenha surtido muito efeito, visto que os habitantes da América sabiam de locais onde extrair o gênero.

As desobediências e as ações autônomas fundamentaram o uso e consumo do sal nos litorais e a importância para momentos como as guerras ou expedições para os sertões. Crê-se

[1493] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 336-336v.
[1494] MELLO. Op. Cit., 2012, p. 275.
[1495] PRADO Jr.. Op. Cit., 2011, p. 230.
[1496] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, pp. 58-59, doc. 58
[1497] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, pp. 118-119, doc. 168
[1498] **Tratado descritivo**, 2000 [1587], p. 11.
[1499] **Livro que dá razão**, 1968 [1612], p. 83, 85.
[1500] **Descrição das costas do Brasil**, 2007, pp. 121, 228-230.

que as experiências sociais suplantavam e faziam desmoronar as políticas de Estado; podem ter acontecido que as desobediências na extração das salinas tenham "aliviado" ou "acelerado" as lutas contra ameríndios e palmarinos (na Bahia, Alagoas, Pernambuco, subindo até o Ceará). Se os luso-brasileiros dependessem do Estado lusitano e do monopólio para receberem seu sal, muito teria se atrasado. Levando a intriga para outro patamar, até que ponto os próprios palmarinos ou escravos de lavouras eram os responsáveis "técnicos" pela extração de sal? Na África de Angola (ao sul de Luanda), os sobas tinham experiência em vazão de sal de gema no início do século XVII[1501]. Até que ponto tais aprendizados não chegaram à América? Difícil saber por enquanto sem evidências empíricas, mas os intercâmbios Brasil↔África que tanto nos alerta Luiz Felipe de Alencastro não devem passar despercebidos.

Se isso pode ser interpretado como uma disputa entre grupos sociais, tal como ocorria em Portugal, é ponto para se pensar, apesar das poucas evidências para se trabalhar nessa hipótese com mais afinco. A partir de experiências lusitanas, em 1576 o Rei Dom João III chamou para a Coroa o estanco e monopólio do Sal continental, aproveitando-se das contendas entre aqueles que detinham e trabalhavam nas salinas. Por pressões, "o poder central teve porém de ceder, suprimindo o estanco"[1502]. Em âmbito externo, "as despesas de guerra do ultramar e as perdas sofridas por causa dos piratas e dos corsários" ajudaram a instituir o monopólio[1503]. Trazendo essa situação para "Brasil-Pernambuco-Porto Calvo, Alagoas e Penedo", vê-se também uma constância no que concerne a conflitos entre interesses dos arrematadores do contrato do Sal, os oficiais de justiça e administração brasileira, a administração lusitana e os usuários e trabalhadores clandestinos das salinas do litoral da América (afinal, o monopólio tinha voltado): "os contratadores exclusivos do sal comerciavam muitas vezes prejudicando os Brasileiros, que muito se queixavam das faltas de sal e dos preços elevados"[1504]. Quando Domingos Jorge Velho, venceu os palmarinos, jocosamente requereu "aos economês da Real Fazenda de Vossa Majestade carregar um patacho de sal para o porto de Santos"[1505], não faltava ali o costumaz sarcasmos do paulista, que pode ser lido no viés da crítica ao monopólio do Sal pela Coroa portuguesa e de que os agentes administrativos não entendiam de guerra. Tendo caminhado tantas léguas pelos sertões, possivelmente se valido das salinas naturais, via-se atado (mas ainda desobediente) à

[1501] ALENCASTRO. Op. Cit., 2000, p. 81.
[1502] GODINHO. Op. Cit., vol. IV, 1981, p. 140.
[1503] MAURO. Op. Cit., vol. I, 1997, p. 351.
[1504] HANSON. Op. Cit., 1986, p. 214.
[1505] "Requerimento (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 423.

administração lusitana para pedir um simples carregamento de sal. Mapear até que ponto este ou aquele sal nos documentos foi proveniente de um mercado "honesto" ou "descaminho" é impossível, cabendo somente a um estudo de fontes que evidenciem algum tipo de desregulação da ordem (isto é, a desobediência como indicadora da ordem, ou, como diria Edward Thompson, "geralmente, um modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação *a*típicos"[1506]).

10. 3. 2 A meia anata

Naquele mesmo período histórico (1671 e 1672), a administração reinol e da Capitania de Pernambuco trabalhavam em outras atividades fiscais. A meia anata também acabou sendo cobrada em Porto Calvo e Alagoas, em outubro de 1671, para os oficiais de um Rol específico que já estavam exercendo suas obrigações "por tempo de hú anno"[1507]. O acontecimento é o único encontrado na documentação coligida para esse trabalho e tempo histórico. Qual seria o motivo tanto dessa ocorrência como da falta dela? Antes de partir para uma problematização e possível explicação, convém mencionar que a meia-anata era um imposto espanhol (de Filipe III), introduzido em 1631 e com regimento de 1638, onde ficava estabelecido que todos os ofícios, menos os eclesiásticos, teriam que pagar "no tempo do provimento ou sucessão, em dois anos, metade do que valessem os ordenados, direitos e emolumentos, em um ano, ainda que fôssem por exercício e trabalho pessoal"[1508]. Ou seja, "atingia, pela sua natureza, particularmente os nobres e os letrados e até mesmo os clérigos que ocupassem ofícios <<não eclesiásticos>> ou a quem fossem concedidos os outros benefícios acima considerados (<<todas as mercês, ajudas de custo, privilégios, prerrogativas, honras e graças>>)"[1509]. A motivação "conjuntural" girava em torno de que "eram necessários fundos para combater os <<hereges>> que assaltavam o território do ultramar, em prejuízo da expansão da fé e do comércio"[1510]. Por conta disso, não é estranho observar que transposição para áreas da América portuguesa e, nesse caso, a Capitania de Pernambuco, uma das que mais "sofreram" a partir da dominação batava.

[1506] THOMPSON, Edward Palmer. "Folclore, antropologia e história social". In: THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, p. 235.
[1507] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 295 (Porto Calvo), 295v (Alagoas).
[1508] ALMEIDA, Fortunato de. "Organização político-administrativa portuguesa dos sécs. XVII e XVIII". In: HESPANHA. Op. Cit., 1984, pp. 349-350.
[1509] TORGAL, Luís Reis. **Ideologia política e teoria do Estado na restauração.** Vol. I. – Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981, p. 347.
[1510] TORGAL. Op. Cit., Vol. I, 1981, p. 347.

A meia anata, portanto, esclarece um ponto importante: o aumento do pessoal administrativo e de milícia nos espaços das vilas de Alagoas e Porto Calvo. Ora, em 1712, quando a vila das Alagoas agradecia ao Rei de Portugal, uma de suas estratégias discursivas para ter se tornado a cabeça da Comarca fundamentava-se em seu aparelhamento jurídico-administrativo, considerado maior do que a da vila do São Francisco

> que nesta Villa das Alagoas Se acha hum escrivão da Camara, hum da almotaçaria e dous Escrivains do judicial e notas e hum destes serve juntamente o de orfaons. E duas povoaçoens mui populozas, huã do norte e outra de São Miguel com seus vintenarios (...); e a Villa do Rio de São Francisco he muito pobre sem negocio nenhum; e assim nam tem mais que hum tabalião de notas e judicial e escrivam de orfaons, e escrivam da camara[1511].

A relação aparelhamento jurídico-administrativo e economia local não é, nesse caso, gratuita. Seguindo adiante, esse aumento de oficiais possui um duplo sentido: uma maior atenção que a própria população tinha de suas dinâmicas locais, bem como a expansão daquelas vilas, que chamavam a atenção do Governador de Pernambuco. A cobrança da meia-anata deve ser vista como qualquer outro tipo de imposto que foi estudado nesse capítulo: garantiria a manutenção do Estado luso, além de ser constantemente desobedecido pelos oficiais. O fato de tal "contribuição" abarcar apenas uma pequena parcela da população de uma vila, com seus termos e freguesias, pode ser o indicativo da pouca incidência da própria cobrança ou das desobediências no século XVII (ao contrário das fintas de Palmares e do Dote da Rainha e Paz de Holanda).

Da mesma feita, a meia-anata serve para complexificar a ideia de aumento da economia das vilas ao sul, ao mesmo tempo em que reforça as interpretações dos muitos momentos de desobediências de pagamentos diversos em que os moradores de Alagoas, Porto Calvo e Penedo estavam obrigados. Até que ponto o imposto serviria, para o Governador de Pernambuco – tal como foi feito pela Câmara da Vila das Alagoas – como uma espécie de indicativo econômico a partir da composição administrativa de uma vila? Não o suficiente para justificar um Ouvidor, mas pelo menos para computar em separado como cada "Capitania" era estruturada no conjunto da pernambucana.

[1511] AHU. **Alagoas Avulsos.** Doc. 10, fls. 1v-2.

10. 4 Fiscalizar para conquistar

Se, por um lado, podem-se tomar as considerações como a de que "É só no regime fiscal, quando se tratava de tributos e a melhor forma de arrecadá-los, que a administração portuguesa procurava sair um pouco da sua rotina"[1512]. Por outro, estaria no âmbito das negociações e das desobediências os constantes embates entre ações fiscais e a real capacidade econômica de um espaço. As indagações formuladas por Frédéric Mauro ainda são interessantes para os espaços "alagoanos":

> Fiscalismo redistribuidor da renda? Fiscalismo protetor da produção, estimulando-a quando necessário? Ou, pelo contrário, fiscalismo negativo, freando o consumo, perturbando as trocas? E em que medida? Tais são as questões que podemos pôr-nos, não para a Europa, campo reservado a outros, mas no caso de uma possessão europeia ultramarina, o Brasil[1513].

Deixa-se parte das respostas a essas perguntas para o próximo capítulo, que tratará das estratégias socioeconômicas que os habitantes tinham para desobedecer ao "sentido da colonização". De imediato, deve-se adentrar mais nos problemas de Prado Jr. e Mauro, quais sejam: o que motivava o centro governativo de Pernambuco para ter dado tanta atenção às suas vilas mais ao sul?

As principais hipóteses estão diluídas na primeira e segunda parte dessa tese: a rápida expansão de sesmarias, de produções de gêneros locais e artigos para o mercado mundial, as ocupações nos sertões, os climas de guerras nas três vilas e o aumento do aparelhamento jurídico-administrativo a partir das atuações dos próprios habitantes que visavam tanto o engrandecimento régio como deles próprios. A citação de Schwartz, já exposta nessas linhas, sobre o interesse da metrópole ser proporcional ao nível econômico de uma localidade, é indispensável nessa pequena "conclusão". Nesse ínterim a máquina fiscal iria começar a processar a "riqueza" das vilas de Alagoas, Porto Calvo e Penedo. Em consequência disso, haveria igualmente algumas sabotagens nas engrenagens ou tentativas de frear o ritmo.

Em sentido mais "Imperial", toma-se como ponto de problematização a colocação de Rodrigo Bentes Monteiro: "o corpo político do rei Bragança era algo ainda a ser construído na América"[1514]. Esse "na América", no decorrer da década de 40 até início do século XVIII, acabou se transformando "pela América". Ao mesmo tempo em que a dinastia inaugurada por

[1512] PRADO Jr.. Op. Cit., 2011, p. 320.
[1513] MAURO, Frédéric. "O papel econômico do fiscalismo no Brasil Colonial (1500-1800)". In: MAURO, Frédéric. **Nova história e novo mundo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1969, pp. 193.
[1514] MONTEIRO. Op. Cit., 2002, p. 71.

Dom João IV começava a tomar força, recebendo, assim, a gradual vassalidade dos súditos americanos, a economia de Portugal necessitava das riquezas de suas possessões ultramarinas. A fiscalidade, portanto, só poderia andar mais ou menos sem empecilhos não com o "Estado" sendo "forte", mas principalmente se houvesse reciprocidade entre os interesses da Coroa e dos lusos-brasileiros além-mar[1515]. Esses últimos, como pôde ser visto, iam muitas vezes à contramão do que era estabelecido, e as situações adversas não eram contornadas por repressão, antes sendo mais importante a negociação e a garantia de certos privilégios (principalmente dos moradores e/ou camadas mais poderosas). Entretanto, essa visão particularista, que dá atenção em demasia a uma espécie de "mesquinhez" do luso-brasileiro, não pode ser levada como "conclusão". A ideia maior de "unidade" do Império, em torno da cristandade e da saúde da monarquia, que refletia, por sua vez, nas possessões atlânticas, servia como pano de fundo para a eterna troca de interesses-conflitos entre súditos e soberano. Se o Monarca auxiliou as batalhas contra os negros palmarinos ou os ameríndios dos sertões, garantindo tanto perdões, quanto subsistência, bem como prêmios para os vencedores, esses "luso-alagoanos" tinham como dever moral resguardar a poder político dos Braganças ao financiarem o casamento de sua Rainha. As desobediências, nesse caso, eram de cunho mais econômico: alegava-se pobreza ou situações de penúria; mas não se via insubordinação ou negação ao dever para com a monarquia.

Qual seria a proposta da Ouvidoria das Alagoas, auxiliar a arrecadação ou punir os sonegadores? Curioso que entre 1699 e 1712, período da articulação da instituição da Comarca, nada foi escrito acerca dos financiamentos das guerras contra Palmares, do Dote da Rainha e Paz de Holanda, dos estancos do sal e dos pagamentos da meia-anata. Até que ponto pode-se pensar na influência dessas fiscalidades na atuação de um futuro Magistrado régio? Viu-se que o comum era que chamasse a atenção do Governador, mas necessitaria de um Ouvidor?

Saindo dos trâmites políticos da instituição, e passando para as práticas do próprio cargo do oficial, tem-se noção de que todos os aspectos acima mencionados influenciavam sua existência. Apesar de não ter sido nada imediato, as conjunturas locais reforçaram as situações: em 1722 o Ouvidor Manuel de Almeida Matoso (2º Ouvidor da Comarca das Alagoas), pediu e recebeu do Rei o encargo de ser "Auditor particular dos Soldados do dito

[1515] Pierre Bourdieu parte por um caminho parecido do de Bentes Monteiro. Para o sociólogo francês, o "Estado", antes de concentrar força física e força econômica, necessitaria adquirir força simbólica. Ou seja, deveria ter sua "existência" aceita por todos, de modo que, mesmo em momentos de conflito, sua integridade ou necessidade não fosse posta em causa. BOURDIEU. Op. Cit., 2014, p. 278.

Terço [de Palmares]"[1516]. Da mesma feita, viu-se que o Ouvidor Geral de Pernambuco teve que ir para as vilas do sul para resolver pendengas que concerniam o Dote da Rainha da Inglaterra e, convém salientar, o imposto não tinha sido quitado nos finais do XVII, mas se arrastou por todo o período do XVIII[1517]. A meia-anata, como era de se esperar, envolveriam oficiais que o próprio Ouvidor iria conviver e até mesmo averiguar comportamentos. O Sal, por ser estanco régio, envolvia a questão econômica no exato momento das negociações para alívios, como abrangia demandas judiciais no que concerniam os contrabandos e aberturas de salinas clandestinas.

Em termos rápidos, o Ouvidor não era responsável em assuntos da fiscalidade, mas sua intromissão era bem vinda, pois participava "juntamente com o governador, o provedor mor, o capitão da capitania, oficiais da Fazenda existentes e alguns homens principais da terra, na tomada de decisões sobre o governo e a segurança"[1518]. Como os desvios eram considerados "crimes", sua posição, como última instância em uma Comarca, era tanto dar continuidade às punições e averiguações como até mesmo fiscalizar os fiscalizadores. Nesse caso, a justiça estaria andando atrelada à economia, e as desobediências dos habitantes de Alagoas, Porto Calvo e Penedo ao "sentido da colonização", evidenciariam tanto o poder econômico local como a necessidade de seu ordenamento.

[1516] **Informação Geral da Capitania de Pernambuco,** vol. XXVIII, 1906, p. 462.
[1517] MELLO. Op. Cit., 2012, p. 52.
[1518] SALGADO. Op. Cit., 1985, p. 147.

11 DESOBEDIÊNCIAS AO SENTIDO DA COLONIZAÇÃO

Proibir foi ato comum quando o assunto era de teor econômico. As desobediências foram continuações quase que naturais (quase, pois existiam justificativas para tais atos, que não eram automáticos) e as negociações corriqueiras. Desde o século XVI há indícios de ações que beiram essas duas situações[1519]. Veja-se o caso de Duarte Coelho em suas tentativas de administração do pau-brasil. Como monopólio do Rei, as pessoas estavam proibidas de cortar e vender o produto. No entanto, o contrabando se desenvolvia de modo a ser significante mesmo para o sustento do comércio. Tal contrabando não deve ser visto no âmbito dos estrangeiros que aportavam nas costas pernambucanas (os famigerados "piratas"), mas que os próprios súditos "alagoanos" residentes em São Miguel se tornaram responsáveis por comércio ilegal de desobediências das leis. Suas vontades (dos "miguelenses") de conseguirem cabedal para reinvestirem em suas casas no Reino ou na conquista americana os guiavam naqueles acontecimentos[1520].

Parte-se das circunstâncias vividas com relação ao pau-brasil para iniciar as problemáticas em torno dos objetivos desse capítulo. Ter em mente sempre a tese de Caio Prado Júnior de que "se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu"[1521], é salutar, mas se torna um raciocínio limitado quando não se observa aqueles homens nos seus tempos e "mentalidades" históricas. Busca-se observar essas proibições, as desobediências e as negociações como ponto-chaves que percorrerão o próprio fazer-se da história econômica da capitania. E, nesse caminho, as movimentações continuam sendo avaliadas pelo prisma das sociabilidades.

Para fazer uma relação de interpretações: o que Jack Greene levantou para a cultura política das "autoridades negociadas" na formação dos Estados modernos na *early modern era* – em contraposição com os Estados nacionais burocráticos da Era do Capital –, deve ser transposto para o "sentido da colonização", qual seja: que as desobediências e negociações não devem ser vistas como rebeldias ou ataques contra um "absolutismo" monárquico

[1519] Todavia, deve-se evitar diluir tradições e costumes no fio da longa duração. É dever do historiador atentar para os momentos de ruptura e peculiaridades dos tempos históricos, cf. THOMPSON. Op. Cit., 1987, pp. 293-294.
[1520] Carta de 1546. In: **Cartas de Duarte Coelho**, 1997, p. 59.
[1521] PRADO Jr.. Op. Cit., 2011, p. 29.

sustentado por sua "corte de parasitas", e sim que pode ser avaliado como clamores de senhores luso-brasileiros insatisfeitos com os "egoísmos" de administradores, comerciantes, fidalgos e agentes da Companhia de Comércio. Essa insatisfação fazia-os requererem a justiça régia nas mercês de serem agraciados com os frutos e privilégios provenientes dos artigos que eram produzidos por seus servos e escravos. Da mesma feita, as "atitudes negociadas" ou as "desobediências" do trabalho, acionados por esses últimos personagens sociais citados, também faziam parte daquela cultura de expropriação violenta e apropriação desigual e acumulativa dos que estavam no topo da hierarquia social americana.

Em suma, esse capítulo pretende expor, de maneira separada (para depois juntar – os "momentos do movimento"), como as ações de desobediências dos estratos mais "senhoriais" das populações de Alagoas, Porto Calvo e Penedo chamavam atenção da administração régia. Essa, por sua vez, também estava de vigilância nos atos de indisciplina dos subalternizados daqueles "poderosos". Ao irem de encontro com ordens políticas e socioeconômicas, os africanos e ameríndios geravam consequências e quase colocavam a perder, por muitas vezes, as economias de seus senhores.

11. 1 Os descaminhos do tabaco

Os descaminhos estavam ligados quase sempre à fuga de impostos e taxações, e à obrigação de maiores lucros. Viu-se anteriormente a necessidade de Pernambuco em criar impostos sobre o Açúcar e o Tabaco pós-guerra holandeses para poder suprir a necessidade de sua infantaria. Se os alertas acerca de desvios podem ser vistas como precaução para que tal ação não ocorresse, também o era indicativo de que tal atitude fora corriqueira e causadora de transtornos. A penalidade de confisco da mercadoria e pena de 40$000réis em que metade ia para o Hospital dos Soldados e a outra metade para o denunciante, é evidência da importância do produto, além da necessidade de imbuir os próprios habitantes nesse espírito policial[1522]. Mas, vender fora do porto da Capitania de Pernambuco não era o único problema. A não-marcação nas caixas de Açúcar e as manipulações acerca dos pesos continuavam em 1662 (sendo o bando de 1659), após o Ouvidor Geral de Pernambuco ter descobertos vários casos e uma devassa[1523]. A situação vai perdurar até 1664, quando o gênero se tornou difícil de ser

[1522] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 32-32v.
[1523] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 84.

arrecadado, pois "alguaz pessoaz estavão devendo ao Contractador do Tabaco"[1524]. Isso quando o assunto era pagamento do subsídio. E quando o descaminho era Atlântico?

Por ser um Império marítimo, pautado por várias conquistas que se interligavam pelo mercado que se abriam mundialmente, muitas rotas clandestinas foram criadas para que vários habitantes da América auferissem uma riqueza a mais. Apesar de parecer contraditória, a participação das conquistas castelhanas e a própria Amsterdam era essencial para o comércio. Em 1670 Portugal ainda pagava pela Paz de Holanda e a guerra contra os espanhóis continuavam; mesmo assim, navios que saiam do Brasil, em direção à Ilha da Madeira e Açores, carregados de Tabaco e Açúcar, davam uma escapada para as Canárias e de lá seguiam viagem para Amsterdam[1525]. A proibição pelo Rei vinha em um momento de reordenação econômica (tinha que manter o bom funcionamento da Companhia Geral do Comércio) e a administração se via em entreveros para controlar os sopros de autonomia de seus próprios súditos. Décadas depois o contrabando chegaria até o Porto e a Vila de Viana, em solo lusitano[1526]. Como produto tão procurado, já se tinha, saindo de Pernambuco, quatro espaços que interessavam aqueles que descaminhavam o gênero: Costa da Guiné, Costa da Mina, Ilhas Canárias, Porto e Vila de Viana.

Em 1706, quando a "primeira carta" sobre a Ouvidoria das Alagoas foi escrita, viu-se que o Magistrado Régio tinha em uma de suas atribuições o resguardo das remessas do Tabaco que deveriam ir para o Recife, mas que acabavam embarcando na Bahia por conta das desobediências dos moradores "das Alagoas [as três vilas]". Os (des)caminhos pra a Bahia já existiam desde antes de 1671. Ver-se-á adiante como o problema foi comum no século XVII "sul-pernambucano". O que convém ressaltar por enquanto é que Penedo era polo de passagem de tabaco do "Rio de S. Francisco" para a Capital da América: estratégia dos locais (e possivelmente da Vila das Alagoas e quem sabe Porto Calvo) para driblar o pagamento do subsídio do Terço da Praça de Olinda, no porto do Recife[1527]. Interessante observar que os próprios residentes (por meio de sua Câmara municipal) diziam ser incapacitados de pagar os terços, sendo, por isso, necessário o "subsídio do Tabaco", por uma questão de taxar todas as Vilas em "igualdade"[1528]. Ou seja, ao mesmo tempo em que negociavam certos afazeres, desobedeciam na medida do possível o que era acordado.

[1524] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 226v-227.
[1525] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, tomo I, fl. 55v-56.
[1526] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 256v.
[1527] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 255v.
[1528] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, 309-309v.

Penedo tentou negociar o não pagamento da "meya pataca que se empôs de tributo em cada aroba de tabaco pera o sustento do prezidio" em setembro de 1671, apelando para um agravo na Relação da Bahia. A vila conseguiu e acabou causando um enorme descontentamento no Governador de Pernambuco, uma vez que o pacto firmado tinha sido quebrado a partir do uso do Direito proveniente de "terceiros"[1529]. Mas, observando atentamente aquelas manobras, o Rei, em fevereiro de 1672, decidiu por estabelecer que o agravo do Tribunal da Relação não poderia suprimir o acordo travado anos antes entre a Vila de Penedo e o Governo de Pernambuco; com isso, a vila voltava ao seu estágio inicial de continuar pagando o subsídio do tabaco[1530]. Meses depois, mais especificamente em maio, o Governador decidiu que, mesmo em prejuízo da Infantaria de Olinda, os moradores do Rio de São Francisco poderiam embarcar seus tabacos para venderem "donde quizer", pois a "Relação dará conta a S. A. que Deos goarde de se extinguir este Prezidio por falta de substento para elle como esta camera já protesta"[1531]. Se valendo de uma situação exógena (a extinção do presídio), o pacto deixaria de ter validade e a "liberdade de mercado" dos penedenses seria "restituída". Porém, de maio para julho, depois de negociações em que envolveram o Rei de Portugal e a Câmara de Olinda, o Governador de Pernambuco enviou carta ao "Cappitam mor, Offiçiais da camera, e moradores do Rio de S. Francisco". O conteúdo era um bando para impedir que se embarcassem "Tabaco fora dos Portoz desta Cappittania [de Pernambuco, como um todo]"[1532]. Mais uma vez, voltava-se à estaca zero e estabelece-se que, naqueles jogos de negociações, é percebida em sua maioria que os diálogos entre os escalões mais altos suprimiam os que eram feitos pelos mais baixos. Leia-se, Penedo, por mais que tivesse força argumentativa – e que tivesse poder inclusive para receber pareceres favoráveis do Tribunal da Relação –, continuava subordinada aos ajustes travados entre a Câmara de Olinda e o Rei de Portugal. No jogo das "autoridades negociadas", era mais comum a corda se romper no lado mais fraco. Não necessariamente no quesito da "posição social", mas inclusive dos "interesses", pois, ao que tudo indica, tanto a produção do tabaco era suficiente como o custo do Terço não era tão alto que não pudesse ser sanado pelo subsídio. Os impactos das guerras holandesas ainda tinham seu peso, somado com uma possível expansão do gênero nas Capitanias do norte e na sua parte sul. Por conta disso, o "bem comum" de Penedo não podia se sobressair a "saúde" da Capitania de Pernambuco e, automaticamente, do Estado do Brasil, conquista de Portugal.

[1529] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 937, fls. 1-2, o agravo encontra-se no fólio 4.
[1530] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, tomo I, fl. 76v.
[1531] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 303v-304, 305, 315, 316 (citações).
[1532] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 264-265.

O período marca o aparecimento do tabaco com mais força nos rendimentos da Coroa. A Junta do Tabaco foi criada em 1674 e, em 1681, sua arrecadação era de 290.052$621réis (era o maior, ultrapassando até a Alfândega de Lisboa, com seus 269.850$721réis). Em 1684 poderia ter chegado a exceder "1 milhão de cruzados"[1533]. Não é de se estranhar que anterior a 1681 já houvesse atenção em relação ao comércio do Tabaco e, naquelas décadas, iria se tornar maior: tanto a vontade do Governo e Monarca de deixar tudo "na ordem" como as ações dos habitantes em tirarem seus proveitos. Se em 1716 o rendimento do Tabaco foi de 760.000$000réis, "que mais do que duplica, na alfândega de Lisboa, em que é de + 159%; nas outras alfândegas é de +57%"[1534], não é de se espantar que o período final do século XVII foi de indisciplina e aperto na fiscalidade. Vivia-se a produção elevada em conjunto com uma economia desordenada. Vamos seguir esses momentos do movimento.

Os moradores da Vila das Alagoas também sentiam os impactos de ter que embarcar o seu tabaco apenas no porto do Recife. A discussão girava em torno da manutenção do Terço de Olinda ainda em 1687 e, ao que parece, a Câmara tentou aliviar a situação indo para o Tribunal da Relação da Bahia. Tal como aconteceu com Penedo anos antes, a situação causou descontentamento do Governador de Pernambuco: "O Aggravo da Rellação não hé couza que tenha vigor"[1535]. Até que ponto houve uma troca de experiências entre as duas Câmaras a ponto de ambas – em momentos distintos – se refugiarem no Direito da Relação? Em Penedo ficou provado que suas manobras se esbarravam e não conseguiam derrubar o muro erguido pelo Rei e Câmara de Olinda. Talvez os moradores das Alagoas não fossem tão passivos a ponto de cederem às determinadas ordens fiscais sem antes travarem argumentos para estabelecerem suas autonomias e interesses próprios. Todavia, ressalta-se que a própria "tática" de empatar certas ordens utilizando "expedientes dilatórios de natureza jurídico-burocrática" era campo comum na sociedade de Antigo Regime português[1536]. Os problemas do subsídio podiam causar mais transtornos sociais e políticos do que meramente econômicos. O financiamento do Terço de Olinda, assunto-chave, poderia ser visto como impedimento de possíveis reestruturações do Terço de Alagoas. Infelizmente não se tem os pormenores dos discursos e estratagemas retóricos da Câmara das Alagoas para melhorar as hipóteses. Apesar disso, leva-se em consideração que a "saúde" do elemento bélico do centro da Capitania de

[1533] HANSON. Op. Cit., 1986, pp. 181, 263.
[1534] GODINHO. Op. Cit., 1968, pp. 60-61. O mesmo quadro das rendas de 1681 (mas mais completo) encontra-se também em HANSON. Op. Cit., 1986, p. 173.
[1535] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 412v.
[1536] HESPANHA, António Manuel. "Depois do Leviathan". In: HESPANHA, António Manuel. **Caleidoscópio do Antigo Regime.** – São Paulo: Alameda, 2012, p. 12. e HESPANHA. "Conflito e resistência na sociedade do Antigo Regime". In: HESPANHA. Op. Cit., 2012, p. 51.

Pernambuco tornava-se, ao mesmo tempo, o "bem-estar" do corpo da Monarquia. Os moradores da Vila das Alagoas, indo em parte à contramão, começavam a encarar que igualmente se viam como um membro importante, dotado de vontade e autonomia, não querendo serem considerados um componente submisso.

A situação das negociações e insubmissão chegou até maio de 1687, quando o Ajudante da Câmara [possivelmente de Olinda] Gabriel do Valle deveria ir "a Villa das Alagoaz com seis soldados, ajunto com o Sargento, e outroz soldados que estão na mesma villa" para cobrar os subsídios dos Tabacos que a Vila devia porque estavam embarcando para a Bahia. Os homens que comerciavam deveriam ser "executadas" pelo Ajudante (ou seja, deveriam pagar o subsídio) e, em caso contrário, seriam remetidos "prezos a cadeya do Recife"[1537]. O uso de um agente de fora, em conjunto com uma pequena tropa, estabelecia a posição de mando do Governo de Pernambuco, ao mesmo tempo em que evidenciava a falta de obediência dos moradores mais ao sul da Capitania. Esses últimos continuavam em suas carácteres autônomos e a estratégia foi mudada: se antes um oficial provavelmente advindo do centro de Olinda, fora o responsável pela arrecadação, em fevereiro de 1690, foi a vez do Capitão Mor das Alagoas receber ordem de impedir que os moradores locais, "ou seus procuradores", fossem comercializar tabaco na Bahia sem pagar o subsídio ao contratador da época, que era Antonio Fariaz[Fernandez] de Mattoz[1538]. Até que ponto colocar os locais entre si poderia representar uma tática de impedir os sopros de autonomia? A desagregação de interesses era uma boa tática para desarticular os descaminhos e pode até ter tomado o rumo que o Governador desejava. Todavia, em um futuro tudo voltaria ao estado de "desobediência".

Mas Olinda e Recife não eram os únicos espaços com problemas para receber o subsídio. Por ser uma ótima fonte de renda para a Monarquia, os descaminhos do tabaco atingiam até mesmo as remessas que iam para o Reino de Portugal. O Rei, tentando resguardar sua parte da riqueza, reclamava também em 1690 da maneira como o Tabaco era desviado: "traze[m] oz Rolloz delle em fechoz ou caixaz misturado com asucar, pondo-lhe por fora a marca do Branco"; o problema girava em torno das Alfandegas que iam cada produto e o tipo de fiscalização, o que ocasionou a proibição de ir para o Reino "Tabaco algû do Estado do Brazil em caxaz, fechoz, ou Barriz, ou em outra qualquer forma que pareça que não hé Tabaco senão em Rolloz". A Provisão foi enviada para o Governador de Pernambuco

[1537] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 442.
[1538] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 486. Seria esse o mesmo "Antonio Fernandes Matos" que era responsável pelo contrato do dízimo de Açúcar de Pernambuco entre 1701-1702? Possivelmente sim, visto que era um grande comerciante inseridos naquele ambiente.

que deveria fazê-la valer "nestaz Cappittaniaz de Pernambuco"[1539]. Em suma, além de desviarem para a Bahia, poderia acontecer que o açúcar "alagoano" que ia para o Recife tivesse tabaco escondido em suas caixas, como forma de descaminho. A importância do gênero causava esse tipo de ação. E ela continuou até 1695, quando o Rei, irritado com a petulância dos moradores "dessa Cappitania [de Pernambuco]", descobriu que, para encontrar os rolos de tabaco desviados, faziam-se furos nas caixas de Açúcar "para se conheçer se em qualquer parte dellaz vinha Tabaco oculta". A partir dali, os editais foram enviados para as conquistas, ressaltando que as caixas de Açúcar agora teriam que ser furadas, para evitar o contrabando; e caso fossem encontrados rolos de tabaco, a caixa seria dada como "perdida"[1540]. A ação do Rei pode ter gerado algum tipo de ganho para o seu cofre e comércio, mas a prática de contrabando continuava ainda em 1701 e anos seguintes[1541]. Os súditos americanos – e aqui recorta-se os "alagoanos" – não desejavam exatamente o mal da Coroa, mas salienta-se que, para conservar a Monarquia, era-se necessário primeiro estabelecer o revigoramento da sociedade luso-brasileira. Desobedecer às regras comerciais era, em parte, fundamentar outras vias de suporte da conquista portuguesa.

Além da "triagem" do tabaco, também era de suma importância estabelecer os portos em que o artigo deveria ser despachado e os agentes necessários para impedir os desvios. O Desembargador Belchior da Cunha Brochado, em 14 de dezembro de 1697, atestava a existência de Casas de recolhimento, sumacas e lanchas que levavam o tabaco já "enrrolado, e encourado", das Vilas de São Francisco e Alagoas para o porto da Cidade da Bahia, mas alertava para os agentes de milícia nas observações de descaminhos em relação ao produto; o mesmo acontecia no Porto de Pernambuco (Recife), que recebia o gênero "do Rio de S. Fran^{co}, Rio de S. Miguel, S.^{to}. Ant.^{o} grande, Allagoas, Porto do Calvo, Serinhaem, Barra Grande, Rio Fermozo, e Guayaná em sumacas que o descarregão em a mesma Caza do Pezo"[1542]. Se formos tomar as informações de Rocha Pita, encontra-se a importância de Salvador como espaço de comercialização de escravos com tabaco de segunda e terceira qualidade:

> Quase outro tanto número de embarcações menores navega para a costa da Etiópia a buscar escravos para o serviço dos engenhos, minas e lavouras, carregando gêneros da terra (menos o oito, que algum tempo levam e hoje se

[1539] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 521v-522v.
[1540] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 562-562v.
[1541] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 292v-293, 301-301v (1702), 335v-336 (1704).
[1542] "Parecer do desembargador Belchior da Cunha Brochado [Lisboa, 14.12.1697]". In: **Cultura e opulência**, 2007 [1711], Apêndice documental, Doc. VII, pp. 333-337.

> lhes proíbe), algum açúcar e mais de cinquenta mil rolos de tabaco da segunda e terceira qualidade, gastando-se na terra por toda a região mais de seis mil e de duas mil caixas de açúcar[1543].

A fiscalização não era precária apenas no que seria o comércio nos mercados locais ou na produção e manufatura dentro das vilas e freguesias próximas. Os próprios portos e escoadouros que não faziam parte das principais Capitanias da América poderiam se tornar bons espaços de liberdade para pôr em práticas atividades que não eram de interesse dos idealizadores dos projetos proibitivos. Não que fosse proibido sair de Penedo ou Alagoas para ir à Bahia, mas arrumações das embarcações e as fiscalizações dos produtos que iam a Salvador poderiam ser mais frouxas do que em outras Vilas mais importantes dentro do cenário político da América. A frouxidão, nesse caso, ocorreria não apenas pela possível inexistência de agentes fiscalizadores, mas das próprias alianças entre eles e os homens, resultando em desvios que hoje em dia tratar-se-ia por corrupção[1544].

Essas atitudes de negociação e descaminhos podem ter ocorrido pelo fato de que tanto Alagoas como Penedo do Rio de São Francisco tinham cada uma seu próprio Trapiche[1545]. Soma-se a isso o fato de que a Bahia, entre 1681 e 1685, enviou para a Costa da Mina 11 navios transportando Tabaco, tendo o número aumentado para 114 entre 1700 e 1710[1546], época em que os Superintendentes e o Governo de Pernambuco começaram a prestar mais atenção nesses descaminhos feitos pelos "alagoanos" e "penedenses". Talvez essa preferência do Porto da Bahia para os comerciantes das vilas ao sul existisse não apenas porque lá eles conseguiam fugir do fisco, mas também por possíveis trocas de informações que caracterizaria a Bahia como Capitania que enviava e recebia mais navios (do Reino, da Carreira da Índia e da África) do que Pernambuco[1547]. Vale salientar que as andanças e relações entre Penedo e Salvador eram de longa data, podendo remeter a tempos anteriores do governo de Jerônimo de Mendonça Furtado, o Xumbergas (1664-1666)[1548].

Durante as negociações para a instituição da Comarca das Alagoas, o ponto econômico do pagamento de ordenado ao Ouvidor apareceu e era uma questão que deveria ser sanada, a *priori*, pelos habitantes de Porto Calvo, Alagoas e Penedo. Tendo conhecimento da produção local, o Governador estabeleceu que o rendimento do Magistrado devia ser tirado do Açúcar e Tabaco das três vilas, dando a entender que ali haveria riqueza o suficiente nesses dois

[1543] **História da América portuguesa**, 2011 [1730], p. 111.
[1544] RUSSELL-WOOD. Op. Cit., 2014.
[1545] NARDI. Op. Cit., 1996, p. 97.
[1546] BOXER. Op. Cit., 2002, p. 184.
[1547] MARCADÉ. Op. Cit., 1991, pp. 60-64.
[1548] MELLO. Op. Cit., 2012, p. 45.

produtos para que pudessem bancar o Letrado. Entretanto, ter sido alertado naquele ano de 1700 com a informação que os "alagoanos" estavam indo para Bahia comercializar o produto causava dores de cabeça ao Governador, que queria que o gênero fosse para o Porto do Recife[1549]. A riqueza local das vilas de Alagoas, Penedo e Porto Calvo justificaria a importância do magistrado régio na futura Comarca, uma vez que esse último teria como poderes a fiscalização e o ordenamento social para garantir ordens e a submissão das três vilas ao centro de Pernambuco. Em troca, o Ouvidor manteria em ordem a produção de riqueza, que deveria ser alta e suficiente para ajudar a pagar o seu ordenado e ainda dar lucros para os cofres da Monarquia. Sabe-se que "fiscalização" não era atribuição do Ouvidor (ver capítulo passado), mas a ideia de "fiscalizar os fiscalizadores" toma mais força quando se alarga o espectro da administração das receitas para entrar no ambiente dos descaminhos.

A fiscalização daquele gênero não seria levada a cabo por arbitrariedades de cada ouvidor em particular. Durante os anos de 1668-1719 houve documentos, sobre a administração do Tabaco, principalmente acerca de levantamento de preços, fraudes e os contrabandos[1550]. Houve até um regimento com informações sobre como os ouvidores das Comarcas deveriam atuar em prol da arrecadação e produção de riqueza pelo tabaco. Cabendo-lhes a fiscalização, manutenção, arrecadações, punições para os que não seguissem as ordens, etc[1551]. Com isso, a atribuição do Ouvidor com relação ao Tabaco é indício problematizante para observar que os colonos moradores nas três vilas do sul de Pernambuco utilizavam seu tabaco para os mais variados tipos de trato, enquanto que a vontade da Coroa seria que todo esse artigo deveria ir para o Continente (nomeadamente Lisboa)[1552].

A ida do gênero para a Europa não representava exatamente um enriquecimento contínuo e progressivo. O interesse estava depositado mais no fator de pagamento de contas da Coroa a partir da reexportação do produto. A importância dada ao tabaco não era à toa, visto que um marinheiro inglês invocava os portos de Rio de Janeiro, Bahia e Recife como exportadores de Açúcar, Tabaco e Pau-Brasil, salientando a importância das mercadorias que garantiam a Portugal pagar as importações e tentar ajeitar sua balança econômica[1553]. Esse

[1549] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1827, fl. 1-1v, 4v.
[1550] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 291v-292. **Anais Pernambucanos,** vol. IV, pp. 460-461. Diversos outros documentos jurídicos podem ser encontrados no *website* http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=arquivo. Acesso em 12/03/2018.
[1551] **Informação Geral da Capitania de Pernambuco**, vol. XXVIII, 1906, p. 361-366. Apesar de Pereira da Costa atribuir ao ano de 1741, crê-se que seja o regimento de 1699, passado pra Bahia e levado para Pernambuco, **Anais Pernambucanos,** vol. IV, p. 461. NARDI. Op. Cit., 1996, pp. 102.
[1552] **Informação Geral da Capitania de Pernambuco**, volume XXVIII, 1906, p. 202-203. **Anais Pernambucanos,** vol. IV, p. 460.
[1553] BOXER. Op. Cit., 2002, p. 163.

depoimento não deve ser levado ao pé da letra e deve-se ser posto de encontro a um estudo mais focado, pois, ao que parece, em relação à Inglaterra, o açúcar e o tabaco brasileiro não estavam tendo tanto poder econômico em meados do século XVII[1554]. "Apenas em pequenas quantidades, uma vez que ambos [açúcar e tabaco] também se desenvolviam nas plantações inglesas da América do Norte e das Caraíbas"[1555]. A África apareceu por conta do tráfico negreiro para absorver essa mercadoria[1556]. A partir de documentação do Duque de Cadaval, Mansuy estabeleceu que o tabaco brasileiro, em 1698, ia para Portugal, Açores, Ilha da Madeira, Castela, Europa do Norte, Itália, Costa de África e Índia; outra memória do Duque invoca que tabaco brasileiro saiu de Genova em 1694 para Nápoles, Lombardia, Livorno e Civita Vecchia[1557]. Sobre a Índia, em 1690 e após essa data, os lusitanos manterão ainda muito interesse no comércio das Carreiras:

> As principais cargas das viagens da *carreira* para a Índia eram o tabaco e moedas, mas levavam também lãs holandesas, coral, papel italiano e vários outros artigos de luxo. Nas viagens de regresso, os artigos mais importantes que traziam, eram diamantes, salitre e tapetes orientais. Outras importações incluíam as porcelanas de Macau, moedas, anil, pimenta, tecidos de algodão, sedas, damascos e vários outros tecidos. Graças à expansão que se deu após 1690, o comércio do Oriente, <<era agora considerado como florescente>>[1558].

Não é de se surpreender, portanto, que Portugal se interessasse tanto pelo tabaco "alagoano" de primeira qualidade, e que os administradores combatessem o contrabando dos moradores de Alagoas, Penedo e Porto Calvo. Com o gênero de terceira qualidade, a situação era mais aberta: em 1711 o Duque continuava resolvendo situações acerca do "tabaco <<ínfimo>> que ia para a Mina", concordando com o parecer do presidente da Junta da Administração do Tabaco, Marques das Minas, que "esse negócio (...) se não devia mexer muito por nele estarem empenhados os moradores do Brasil e por tal tabaco não ter outra saída"[1559]. A Economia política, entrelaçada com as concepções de justiça do Rei de Portugal, pesava em demasia nos trâmites do comércio e nas próprias atitudes "autônomas" das pessoas que viviam nas conquistas.

[1554] SIDERI, Sandro. **Comércio e poder.** Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas. – Lisboa: Editora Cosmos, 1978, pp. 47-49.
[1555] HANSON. Op. Cit., 1986, p. 145.
[1556] PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português:** uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. – São Paulo: Editora Nacional, 1979, pp. 200-201.
[1557] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 200, nota de rodapé 61.
[1558] HANSON. Op. Cit., 1986, p. 236.
[1559] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. II, 1956, pp. 75-76 doc. 119.

Esses descaminhos tiveram ecos em março-abril de 1704 em Pernambuco[1560], e dezembro de 1705 na Bahia, quando o Superintendente do Tabaco, José da Costa Correia, reafirmava o que já acontecia desde 1699:

> Algums dos moradores das Lagoas e S. Miguel remetem os seus assucres e tabacos a Pernambuco, de cujo destricto he aquella villa, e outros os envião a esta cidade [Bahia] aonde achão mais generos dos que necessitão para se fornecerem, mayor consumo e preço, e menos gravame de subsídios, porque em aquella Capitania de Pernambuco pagam cento e sessenta réis por cada arroba, a hum guarda cinco réis por arroba, a hum meyrinho cento e sessenta réis por cada partida que entra ou sae, a hum escrivão do registo oitenta réis por cada assento que faz de entrada ou sahida, e nesta Cidade não pagão couza alguma, porque suposto tenha cada rollo de tabaco a imposição de setenta réis por sahida, esta paga o comprador[1561].

Relembremos a situação da carta da Ouvidoria de 1706: viu-se que o Magistrado Régio tinha em uma de suas atribuições o resguardo do tabaco, além de ser responsável pela administração das Minas de Salitre. Essas informações não foram ao acaso. Ao juntar-se elas com as do Superintendente Jose da Costa Correia, cria-se um elo de ligação entre uma situação de descumprimento de ordens passadas de 1699 até 1705. Ser um futuro responsável pelo tabaco das alagoas era a demonstração que o Ouvidor teria em suas atribuições um pouco da fiscalização econômico de um espaço (a Comarca).

Para reforçar a interpretação desse capítulo em relação ao Tabaco das Alagoas, diga-se que o processo de institucionalização da Comarca perpassou os anos de 1706, 1710 e 1711, terminando em 1712. Em carta de 1710, o Ouvidor das Alagoas não era mais responsável pelas minas, pois elas tinham sido fechadas anos antes. Porém, o Tabaco continuou figurando como responsabilidade do Magistrado. Praticamente seis anos de negociação se passaram e o gênero continuou sendo assunto da alta administração responsável pela criação da Comarca e Ouvidoria (Governo de Pernambuco, Câmaras Municipais, Desembargo do Paço, Conselho Ultramarino, Rei de Portugal)[1562]. A prática do mercado e a importância que o gênero possuía já vinham desde 1671, nas tentativas de Penedo em querer comercializar com qualquer vila, e de alagoas estar sempre na mira do governo de Pernambuco. Portanto, as primeiras trocas de cartas entre o Governador de Pernambuco e o Conselho Ultramarino, sobre o projeto da Comarca (1699), poderia representar um entendimento entre administradores acerca de assuntos que não poderiam acontecer, mas ocorriam à revelia de suas imposições. Por isso

[1560] NARDI. Op. Cit., 1996, p. 103. O superintendente era Roberto Ribeira.
[1561] "Informação de José da Costa Correia, superintendente do tabaco na Bahia, em 12.12.1705". In: **Cultura e opulência**, 2007 [1711], nota de rodapé 62, pp. 200-202.
[1562] MACHADO. Op. Cit., 2016.

que eles dominavam o tema das fiscalizações e da economia, o que não acontecia era conseguir gerenciá-las.

11. 2 As aguardentes e cachaças clandestinas

Na esfera da cana, não era apenas o produto branco ou mascavado que chamava atenção na administração. Os produtos periféricos de um Engenho (ou centrais para Engenhocas e Molinetes) também eram alvo de vigilância. Sendo mercadoria de consumo interno, bem como "muito apreciadas na Baixa Guiné e na África Central"[1563], a aguardente tratava-se de um produto intrinsecamente ligado aos interesses de áreas açucareiras, fosse para saborear ou para compor a compra de escravos na África. Em novembro de 1664 o Governador de Pernambuco tomou ciência de que o líquido estava sendo fabricado na Vila de Porto Calvo e seus distritos. Como era proibida a fabricação e comércio, os responsáveis seriam multados em 100 cruzados (40$000réis) "Pagos para az despesas da Reedificação desta Villa" (possivelmente sequelas das lutas contra os holandeses e destruições de fazendas e Engenhos) e degredados para o Ceará. A motivação poderia ter partido de duas ordens: **1)** que a "agoa ardente da terra" causava prejuízo para o subsídio do Vinho; **2)** e que "as pessoaz que lavravão Agoa ardente" não queria prestar "o Socorro do Cappitam Matheus Lavado" (para uma expedição à Palmares)[1564]. Convém mencionar que a proibição de vender aguardente nos limites de Olinda e Recife ("nem hua Legoa de seu contorno") adivinha de julho de 1661, por meio de Bando[1565]. A ordem foi repassada em novembro de 1685, demonstrando as falhas da administração e as ações sociais de insubordinação à lei. A motivação continuava praticamente inalterada: o consumo e venda de aguardente em Olinda causava prejuízo "ao contracto doz Vinhoz", que deixava os contratadores em situação delicada e cuja proibição da cachaça ajudaria o "augmento das Rendaz de S. Magestade"[1566].

Essa proibição não deve ser colocada exclusivamente no âmbito econômico das rendas do "Estado Absolutista" e do intransigente "pacto colonial". A situação envolvia a própria cultura de Antigo Regime, baseada no depósito de confiança entre Rei e (determinados) vassalos em torno de mercês e favores políticos transformados em tradição[1567]. Na economia mundial, o vinho era reexportado desde o século XIV, apesar de seu pouco sucesso, e na

[1563] RUSSELL-WOOD. Op. Cit., 2014, p. 110.
[1564] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 124, 159v, 160v.
[1565] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 85-85v.
[1566] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fls. 404-404v.
[1567] HESPANHA. Op. Cit., 1992.

metade do XVI fazia parte da dieta dos homens e, inclusive, de soldados lusitanos[1568]. O século XVII representou um bom momento para o vinho português, com as compras feitas pelos ingleses por causa da "grande proibição [em 1682] a todos os artigos franceses, que foi um acto de retaliação pela invasão de Luís XIV dos países baixos espanhóis". As ilhas portuguesas também se valeram do produto, por causa da queda do rendimento do açúcar ("eclipsado" pelo do Brasil). O clima também ajudou, com boas safras no decorrer do século XVII e com baixa dos preços, apesar de todo um jogo político que foi feito sobre o comércio[1569]. A Ilha da Madeira em 1645 chegou a exportar para o Brasil 4243 pipas de vinho, cuja concorrência com o "vinho de mel" feito no Brasil acabou respingando na fundação da Companhia de Comércio do Brasil[1570]: "proibiu-se, aos moradores do território brasileiro, o fabrico de vinho de mel e aguardente de açúcar e cachaça", por causa do "monopólio do comércio de vinhos"[1571]. Após uma revolta social, o Rio de Janeiro conseguiu valer suas vontades no conflito que acabou sendo denominado "Revolta da Cachaça" (1660-1661)[1572]. Recife e Olinda (e Porto Calvo), em contrapartida, não conseguiram acordos de imediato. Restaram as desobediências.

O Governador tentava aliviar a situação pedindo para que as aguardentes pelo menos fossem comercializadas em Angola, mas a resposta negativa do Rei em novembro de 1690 deixava claro que aquele comércio (pelo menos legal) era proibido para Pernambuco[1573]. Isso porque José Barbosa Leal, escrevendo para o Rei de Portugal, de São Paulo de Assunção de Luanda, em outubro de 1690, já pedia a revogação da proibição da venda de aguardente entre Angola e Brasil, pois tanto o comércio de escravos como o mercado interno na conquista africana dependia em demasia do produto:

> Aquela água-ardente era o género que em Angola dava maior ganho, por os negros a apreciarem muito, dando, portanto, lucro não só aos portugueses que aí estavam, como aos que a enviavam do Brasil (...). Se já agora saiam muito poucos [escravos], muito menos iriam de futuro, quando se proibissem as águas-ardentes, único gênero que naquele sertão dava qualquer lucro[1574].

A proibição, nas palavras administrativas e não tão exageradas (Barbosa Leal utilizava a experiência de 24 anos em Angola), causariam um verdadeiro cataclismo:

[1568] GODINHO. Op. Cit., vol. IV, 1981, p. 8.
[1569] HANSON. Op. Cit., 1986, pp. 214-219.
[1570] MAURO. Op. Cit., vol. II, 1997, pp. 87-88.
[1571] SIMONSEN. Op. Cit., 1977, p. 357.
[1572] CAETANO. Op. Cit., 2009, em especial, pp. 221-234.
[1573] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 196.
[1574] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, pp. 289-290 doc. 429.

> Recapitulando, faltariam os navios nos portos de Angola, cessaria a exportação de escravos, diminuiriam os rendimentos reais e não haveria com que comprar o necessário para manter a infantaria daquela praça[1575].

Porém, o contrabando e as autonomias dos súditos, aliadas com as "experiências" de anos e anos de mercado, somados com os depoimentos do Governador de Pernambuco em 1693[1576] e do Governador de Angola e sua Câmara Municipal em 1690, convenceram o Rei de que as Capitanias do Brasil poderiam comercializar o gênero, pagando os 1600réis de saída (Brasil) e 1600réis de entrada (África). A motivação, como era de se esperar, envolvia aquilo que mais interessava aos homens e a Monarquia: escravos ("Sua Rezulta se proverem os moradores desse Estado [do Brasil] dos Escravos de que tanto nescecitam") e, consequentemente, dinheiro de impostos ("augmentando tambem o Rendimento de minha fazenda com o direitos deste Genero")[1577]. A desvalorização dos zimbos em Angola, no período de 1575 e 1650 pode justificar parte dessa procura por cachaça[1578].

Voltando a Porto Calvo, os vinhos e a ajuda ao Capitão Matheus Lavado são as justificativas escritas no documento. Subtende-se que além daquele discurso pragmático e "superficial", a aguardente tinha importância mais profunda para os moradores de Porto Calvo: renda extra para manter atividades econômicas – nesse caso, investimento em bens móveis e imóveis, além de compra de mantimentos de subsistência. A cachaça pode aparecer não como produto periférico (mas de grande importância no mercado atlântico), mas como uma peça do motor econômico das vilas que estavam se arrumando. Isso para o mundo dos Engenhos, que poderiam ter sua destilaria anexa. Para outro conjunto da população, a cachaça poderia surgir não mais como renda extra, e sim fundamental, visto que não era necessário dispender grandes cabedais nem muita força de trabalho (apesar dos escravos serem requeridos) por conta de sua construção ser mais simples[1579].

Por conta disso, não é de se surpreender que um paulista como Antonio Vieira Rodrigues, ao receber sua Sesmaria em Palmares, em 1716, escrevia que já tinha povoado e lavrado a terra por 17 anos, tendo currais de gado e um "molinote", além de moendas para "levantar um engenho"[1580]. Ou seja, da cachaça pretendia passar para o açúcar. As

[1575] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, pp. 290-291 doc. 429.
[1576] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1616, fl. 1.
[1577] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 299-299v.
[1578] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 406.
[1579] PRADO Jr.. Op. Cit., 2011, p. 154.
[1580] DHP. **Sesmarias.** Vol. I. 1954, pp. 219-222.

dificuldades do acúmulo da riqueza trazem de volta os argumentos da primeira parte da tese: o tempo entre a ocupação de uma sesmaria e a possibilidade de conseguir um Engenho de Açúcar. Possíveis exageros à parte, se em 1664 a produção de cachaça ficava proibida em Porto Calvo, até que ponto ela pode ter tomado um pouco de força nos finais do XVII, principalmente com a destruição de Palmares, o aumento de ocupações nas terras dos sertões e, inclusive, o salto econômico do açúcar no mercado mundial nos fins de século? Como produto principal para compra de escravos africanos, é de se supor que uma manutenção econômica dos luso-brasileiros nas vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo possa ter continuado em conjunção com o comércio do tabaco. Mas não apenas isso. A tradição da cachaça, na figura de Antonio Vieira Rodrigues, era mais forte por conta de sua naturalidade e vivência "paulista". Em sua terra natal, a cachaça figurava como um item de escambo essencial nos tratos com os ameríndios nos sertões[1581]. Ou seja, apesar da importância do gênero na economia local e até mesmo atlântica, a cachaça (nas mãos dos paulistas) representavam também um salto socioeconômico na manutenção de táticas de subalternização e escravidão dos ameríndios em novas terras, que, apesar de mocambeiras, eram igualmente ocupadas por nações ameríndias, aldeadas ou não.

Ter mais dados empíricos sobre a cachaça em Porto Calvo e Alagoas seria de grande ajuda. O que se pode matizar por enquanto vale-se das informações de Antonil, demasiadas simples e básicas, pois o jesuíta era contra a cachaça e em sua *Magnum Opus* pouco discorre ("O que se há de evitar nos engenhos é o emborracharem-se com garapa azeda ou aguardente, bastando conceder-lhes a garapa doce que lhes não faz dano"[1582]). A aguardente não era fabricada em exclusivo, sendo um produto "natural" do purgamento do açúcar, inclusive tendo alguns engenhos espaços como "Alambiques" (isto é, "Vaso em que por meyo da sublimação, & destilação se tira a substancia de varias matérias"[1583]) para a produção. Grosso modo, seria dessa maneira:

> O mel que cai das formas depois de lhes botarem barro torna a cozer-se e a bater-se nas tachas que para isso estão destinadas, com sua bacia; e se faz dele açúcar que chamam branco batido, e dá também seu mascavado, que chamam mascavado batido ou se destila dele aguardente...

A preocupação do Jesuíta aparece logo em seguida:

[1581] MONTEIRO. Op. Cit., 1994, p. 63.
[1582] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 104.
[1583] **Vocabulário Portuguez & Latino**, vol. 5, p. 27.

> ... que eu nunca aconselharia ao senhor do engenho para não ter contínua desinquietação na senzala dos negros, e para que os seus escravos e escravas não sejam com a aguardente mais borrachos do que os faz a cachaça[1584].

A colocação "contínua desinquietação na senzala dos negros" é isca fácil para interpretações nessa tese. A Bahia também tinha seus inúmeros mocambos e pequenas revoltas, e em "Alagoas" o tema de Palmares e todo o seu acontecimento de guerra aparece para ajudar em algumas interpretações. Problematiza-se, no âmbito da busca por um desenvolvimento econômico inerente ao social, até que ponto a proibição da cachaça em Porto Calvo poderia ter a ver com métodos de controle que visava a maneira como os negros eram disciplinados nas senzalas? Pela disparidade de tempo e experiência, é evidente que Antonil pouco teria a ver com Palmares e os senhores de engenho das vilas ao sul de Pernambuco, mas detinha conhecimento dos acontecimentos e inclusive da existência de mocambos e fugas dentro do próprio Recôncavo. Os jesuítas de Salvador não estavam alheios ao que acontecia em outras Capitanias, principalmente no que concernia o tema da escravidão ameríndia e africana, tendo inclusive o famoso Padre Vieira dispendido tempo para falar de Palmares[1585]. A formação jesuítica de Antonil poderia ser encontrada no centro da Capitania e em possíveis homens inseridos em suas vilas. A constante proibição pode alertar a primeira vista que um possível baixo rendimento do açúcar em Porto Calvo (ver capítulo 7) faria com que os senhores de engenho e lavradores produzissem cachaça para venda atrás de um ganho de cabedal (e não exclusivamente o comércio atlântico). Contudo, como problematização, não seria interessante apenas encarar a proibição da cachaça no sul de Pernambuco como uma atuação econômica. É-se necessária a observação também no prisma do social.

O mundo da cachaça não era puramente atlântico, tendo como destino apenas a África (Angola e portos portugueses). Antonil também dá vestígios de um comércio interno, principalmente com as Minas Gerais de 1703. A proibição de comércio com os sertões de "S. Paullo" foi corrente em Pernambuco, invocando que todas as vilas estavam proibidas de fazerem os caminhos até aquelas "capitanias", principalmente àqueles que se levavam escravos. Tirando o peso interpretativo do "escravo" (aqui tratado como "peça" ou "coisa" econômica que dava lucros para o mercador), até que ponto a própria produção de cachaça em Engenhos de Porto Calvo e Alagoas chegariam aos sertões? O preço – saindo da Bahia e indo para Minas – chegava a ser razoavelmente tentador, visto que "um barrilote de aguardente,

---

[1584] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 162.
[1585] VAINFAS, Ronaldo. "Deus contra Palmares. Representações senhoriais e idéias jesuíticas". In: REIS. GOMES (org.). Op. Cit., 1996, pp. 60-80, em especial pp. 74-79.

carga de um escravo, [valia] cem oitavas", ou seja, 120$000réis[1586]. Tornava-se mais lucrativo ou até mesmo mais importante para o desenvolvimento de relações intravilas irem os homens para o Recife ou Bahia para negociar a venda da aguardente e a compra de escravos na África, ou trabalhar no comércio proibido e informal das intracapitanias para poder ter a renda necessária de comprar o próprio escravo em solo "brasileiro"? Nada é tão simples como parece e essa pergunta vai ficar em suspenso até ter-se bons dados empíricos para problematizações mais aprofundadas. Por enquanto, ressalta-se uma possível maior dinâmica e leque mercantil que as vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo poderiam ter.

Mas o que foi escrito acima estava mais relacionado com a cachaça administrada pelos brancos. Em outra via, os negros, os mestiços e os ameríndios, escravos ou não, eram apenas peças de labor que produziam a bebida e se jogavam em danças e brigas por conta da bebedeira? O religioso Antonil solta alguns comentários em que é possível pensar na hipótese da cachaça ser também moeda entre os negros nas vilas e engenhos do Recôncavo baiano: "E desta escuma tomam os negros para fazerem sua garapa, que é a bebida de que mais gostam e com que resgatam de outros seus parceiros farinha, bananas, aipins e feijões"[1587].

A aguardente era proibida em Porto Calvo, para os homens brancos. Até que ponto os negros (com permissão dos senhores ou não) comercializavam o produto entre si? Ousando na interpretação: seria possível que os senhores de engenho, aqueles que reclamavam tanto das ordens que recebiam acerca de oferecer espaços de suas lavouras para plantar mandioca (e desobedeciam direto), cobrassem seus escravos e agregados produzirem cachaça para o comércio interno só para não gastar terra com plantio de subsistência? Nas Antilhas francesas (que tinham conhecimento de costumes "brasileiros") o costume era feito: "consistia em dar uma quantidade semanal de aguardente para o escravo em substituição à farinha e à carne-seca, o que forçava o negro a ter que trocar – fora da *plantation*, nos mercados dominicais – a bebida por mantimento"[1588], o que incomodava muito o padre Labat, que publicou sua obra em 1722 na França. No Brasil, em 13 de setembro de 1649, o Monarca proibira o fabrico do vinho de mel e da cachaça em área do Recôncavo. Em contrapartida, a Capitania de Pernambuco não seria afetada (provavelmente por conta da guerra contra os batavos), e os "negros dos engenhos poderão fazer e usar do vinho de cachaça sómente, não o vendendo

[1586] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 237, sobre o preço da oitava ser 1$200réis, nota 85, p. 236.
[1587] **Cultura e opulência**, 2007 [1711], p. 146. O mesmo comentário é citado na página 104.
[1588] MARQUESE. Op. Cit., 2004, p. 77.

porem de nenhum modo a pessoa alguma, nem a mesma cachaça"[1589]. A Vila de Porto Calvo, mesmo no período pós-restauração, teria se aproveitado dessa "brecha" naquele ano de 1664? Se sim, supõe-se que a interpretação levantada acima tenha sido levada adiante.

Utilizando de experiências baianas, Rocha Pita – complementando Antonil – escreveu que a cachaça não era necessariamente feita no Engenho, mas por fabricantes conhecidos dos senhores:

> quando os senhores dos engenhos não querem usar destes inferiores gêneros [o remel] de açúcar vendem os meles aos fabricadores das águas ardentes, que em pipas e tonéis os levam para as suas oficinas, onde tendo-os algum tempo em certa infusão, os põem a cozer em alambiques, cuja destilação é água ardente[1590].

Para Antonil, alguns Engenhos tinham seus alambiques próprios; para Rocha Pita, outros homens tinham suas maquinarias que fabricavam cachaça separada dos senhores de engenho. Saber até que ponto a existência mais ou menos exata (perdoe-me o rankianismo) de Engenhos e Alambiques em Porto Calvo e Alagoas é demasiadamente difícil. Entretanto, se a cachaça e a aguardente eram produtos de ordem "natural" que vinham do purgamento de açúcar, não seria absurdo pensar uma suposta facilidade de produzi-la e comercializa-la dentro dos limites das vilas com aqueles que não tinham engenho, gostavam da bebida e plantavam gêneros alimentícios. A falta de escravos nas lavouras durante o século XVII pode ser indicativo de problematização para pensar a cachaça como produto de mercado interno para variados interesses, e não exclusivamente para o mercado angolano de africanos. Afinal, um "angolano" (José Barbosa Leal), também indicava que quando o preço do açúcar abaixava no mercado, os Senhores corriam para o comércio da aguardente para suprir gastos e tirar uma renda: "esse mau-estar [falta de escravos, baixo preço do açúcar e moradores <<tão atrasados de cabedais>>] cresceria se se proibisse o fabrico e saída das águas-ardentes"[1591].

E, mais uma vez, as proibições vinham em conjunto com as desobediências e negociações. Reforça-se, deixando o capítulo um pouco repetitivo, que tais ações não configuravam rebeldia contra a Monarquia, e sim que os "insubordinados" consideravam atos de "justiça" – nesse caso, obras justas que estabilizariam e reforçariam uma economia que

---

[1589] Colleçção Chronologica da Legislação Portugueza, 1648-1656, pp. 49-50. Disponível em http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=100&id_normas=25357&accao=ver Acesso em 20/04/2018.

[1590] **História da América portuguesa**, 2011 [1730], p. 38.

[1591] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, pp. 290 doc. 429. A expressão entre <<>> é original do documento transcrito por Rau e Silva.

dava resultados que, por sua vez, refletiria nas ações futuras do Rei em relação aos seus vassalos.

11. 3 O ápice da autonomia: mineração de ouro em Alagoas

Até agora viu-se que a insubordinação fiscal muitas vezes era resolvida na base de pactos e acordos. Os moradores de Alagoas, Porto Calvo e Alagoas tentavam valer seus poderes políticos para negociarem dívidas e obrigações, ao mesmo tempo em que caminhavam por fora do que fora muitas vezes estabelecido. A posição do Governo de Pernambuco em ditar algumas normas não pode ser encarada como atuações "absolutistas", pois frequentemente algumas aberturas eram dadas aos habitantes das vilas ao sul. Da mesma feita, as desobediências eram resolvidas de maneira mais ou menos "pacífica", sem estardalhaço ou fortes represálias.

Apesar de serem encaradas como "indisciplinas", as fugas da fiscalização não prefiguravam "roubo" ou "apropriação indevida", e muito menos caracterizaram "independência" ou "revolta". Normalmente as situações eram resolvidas na base das negociações, perdões e uma ou outra punição. Entretanto, em um momento do século XVIII uma ocorrência chamou atenção do Governo de Pernambuco. Indo longe demais, os homens saíram dos corriqueiros "descaminhos" e teriam adentrado nas explorações que prefigurariam o roubo e ausência de respeito ao Rei.

Viu-se acima que o Ouvidor da Comarca das Alagoas, em 1706, tinha como atribuição gerenciar os assuntos concernentes às minas de salitre (que será perdida em 1710 com o fechamento das oficinas). Esse poder de fiscalização poderia obedecer a duas ordens: **1)** a de estar presente nos sertões da Vila de Penedo (responsabilidade da Câmara), e assim manter a ordem; e **2)** de evitar os descaminhos do Salitre que estavam ocorrendo no ano de 1705, em que o minério estava sendo desviado ou revendido ali mesmo para as pessoas nos sertões, "para uzarem delle nos seus ministérioz, ou para tornarem a vender para seuz lucroz". As penas para "toda pessoa de qualquer qualidade ou proheminença que seja", envolviam a prisão, o degredo para praças da África e penas pecuniárias, essas últimas reinvestidas nas Oficinas do Salitre[1592]. Mesmo sendo uma atividade econômica de baixa importância (frente ao açúcar, gado e tabaco, por exemplo), observar com tanto afinco as Minas de Salitre nesse jogo da institucionalização da Comarca das Alagoas, da economia da Capitania de

[1592] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fl. 9-9v.

Pernambuco e do ordenamento social das populações dos sertões do Rio de São Francisco, é importante para reforçar argumentos da monarquia corporativa, pois o Monarca de Portugal, para escrever o Alvará da Ouvidoria, deveria ter no mínimo informações passadas por outros corpos sociais de sua administração, além de, como detentor da Justiça, dar a palavra final sobre o assunto.

Como já pode ter sido percebido, quando o assunto era tabaco, gado, açúcar e farinha, os desvios de artigos normalmente eram de um determinado lugar em preferência a outro (porto, capitania, vila, povoação). Atenta-se que as vendas continuavam existindo, o que fazia a "economia girar", e a diferença é que tais comércios não seguiam certas regras estabelecidas. E, no limite, não havia "monopólios" e "estancos" para os produtos citados acima (excetua-se o tabaco, sal e a relação cachaça-vinho), onde o que prevalecia eram os acordos e negociações entre autoridades. Situação completamente diferente pertencia à mineração, por ela estar mais atrelada a concessões particulares que o monarca oferecia (chegar-se-á nelas mais adiante). No caso do salitre, a responsabilidade do superintendente em garantir o envio em exclusivo para Olinda evidenciava que o ingrediente principal da pólvora não poderia pertencer a qualquer outra pessoa.

E quando o assunto chegava ao ouro? Houve um acontecimento em 1705, quando se espalhou um boato de que habitantes das Alagoas teriam encontrado minas na região de São Miguel (termo da Vila) e que estava dali retirando o metal para seus próprios interesses, sem informar ao Governo de Pernambuco e ao Rei de Portugal, a quem pertencia o Quinto. O Governador, a partir das informações que chegaram a ele, mandou dois militares averiguarem a situação em São Miguel e nas Alagoas, junto com uma diligência que envolveria os Capitães de Cavalo, Capitães de Infantaria da Ordenança e os Oficiais de Justiça, estabelecendo a punição em praça pública no Recife aos responsáveis pelos descobrimentos e extração[1593]. Porém, para garantir que sua "voz" fosse ouvida, o Governador de Pernambuco deixou latente sua autoridade e vontade de fazer justiça:

> (...) e para que chegue a notícia de todos, e ninguém possa alegar ignorância mandei lançar este Bando a som de caixas nas partes públicas da dita Capitania das Alagoas, Porto Calvo, Rio de São Francisco, e nestas praças do Recife e Olinda, e aos Capitães mores das ditas Capitanias da ordenança, e mais oficiais da milícia, e justiça recomendo muito a observância deste Bando, e quando se conhece que para/por a missão de alguns dos sobre ditos senão guardou em correrão nas mesmas penas e este se registrará nos livros da Secretaria, e nos da Ouvidoria Geral, e nos da Fazenda, e aonde mais

[1593] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fl. 18v-19.

> tocar para sua dívida execução dado neste Recife de Pernambuco a 13 de Novembro de 1705. Francisco de Castro[1594].

A despeito do tom de excesso das cartas e da falsidade da informação (um boato, provavelmente), a notícia se espalhou nos círculos do Governador e em parte da milícia. Até que ponto as fofocas saíram do campo dos militares e adentraram nos ramos da população local? Provavelmente pouco depois um aviso de que o ouro não existia apareceu, o que pode ter acalmado os ânimos. Entretanto, teria pesado nas estratégias de "política de Estado" uma dupla avaliação: **1)** o território ao sul de Pernambuco ia se tornando mais dinâmico e "rico" do que se imaginava antes, necessitando de atenção maior. Vale lembrar que em 1757, Dom Domigos Loureto Couto escreveu – por conta das "minas de ouro do Ceará Grande" – que: "he Pernambuco hum monte de ouro, e produtor de metaes, e pedras preciosas"[1595]. Não obstante disso, **2)** mesmo com a Carta Régia de 1694 prometendo "honras e riquezas, com título de nobreza, aos que descobrissem minas de valia de ouro ou prata"[1596], as populações locais não se sentriam tão afeitas a prestar contas com a alta administração. E, mais uma vez, o alerta tem que ser dado: aqueles costumes não foram de "insubordinação" ou "independência" ou "proto-identidade alagoana".

Essa "alta administração" que atuou contra os moradores de São Miguel era versada em procura de pedras preciosas e minas desde o início da conquista, principalmente na Bahia, Sergipe, Ceará e Espírito Santo, tudo no século XVII[1597]. Em 1612 Diogo do Campos Moreno faz a síntese: "as esmeraldas do Rio doce (...) o ouro de são Vicente (...) a prata que dizem aver no Rio Real"[1598]. Essa conjuntura do XVII resultou em ordens especiais repassadas em 1670, quando D. Pedro II nomeou para Governador Geral do Brasil Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça: "ao contrário dos anteriores governadores-gerais, Mendonça foi empossado de autoridade especial sobre assuntos relacionados com a exploração de minas"[1599]. O Governador de Pernambuco, Fernão de Souza Coutinho, recebeu as atribuições:

> 27) Tendo o Príncipe concedido aos seus vassalos o <<lauor>> das minas de ouro daquele Estado [do Brasil], com a condição de pagarem os quintos à fazenda real, e para o que se lhes tinha passado um regimento, recomendava

[1594] AUC. **Coleção Conde dos Arcos**. Códice 32, fl. 11v.
[1595] **Desagravos do Brasil**, 1981 [1757], p. 37.
[1596] SIMONSEN. Op. Cit., 1977, p. 279.
[1597] MAGALHÃES, Basílio de. "As primeiras tentativas de penetração no interior do Brasil". In: **HEPM**, vol. III, 1940, pp. 57-62. MAURO. Op. Cit., vol. II, 1997, pp. 149-154.
[1598] **Livro que dá razão**, 1968 [1612], p. 15.
[1599] HANSON. Op. Cit., 1986, p. 244.

> ao governador que, havendo quem quisesse descobrir minas, o favorecesse com as mercês que houvesse por bem[1600].

No conjunto documental do Arquivo Histórico Ultramarino, em cerca de 1681 apareceu, proveniente de Pernambuco, uma "Memoria das drogaz que ha nestas sinqo Cappitaniaz de Pernambuco, Itamaracá, Parahiba, Ryo grande, e Siará". Uma delas é contextual:

> Na cappitania de Pernambuco em sua jurisdisam, que he grande, the o Ryo de S. Francisco ha notisia de minas de prata e de ouro, e de ferro, e de marquaxelta[?], e de salitre, e de todas estas pella mayor parte, não estam muyto pella terradentro[1601].

Essa sexta memória não é de toda nova. O assunto era debatido desde os tempos pré-holandeses. O objetivo de encontrar ouro fazia parte do imaginário luso-brasileiro, tanto pelas experiências na África quanto pelas notícias dos metais que saiam da América espanhola. A procura poderia cessar em alguns momentos, mas em outros voltava à tona por meio de iniciativas particulares, uma vez que, na ausência de grandes projetos, subtende-se que as expedições ficavam a carga de cada colono por si que tivesse interesse naquele tipo de empreitada. Essa memória de 1681 enche-se de importância porque se atesta ações de homens na busca do metal e políticas de Estado do século XVII, que incentivava as procuras por jazidas não apenas no Brasil, mas também em Angola e Moçambique[1602]. Por enquanto, momentos históricos documentados entre 1654 e 1681 são difíceis de encontrar, mas essas pequenas pistas demonstram que as áreas mais para o sul de Pernambuco recebiam atenção vez ou outra nas campanhas dos minérios.

Um desses homens foi provavelmente Bento Sorriel Camiglio, luso-brasileiro que em 1664 "encontrou" pau-brasil em Coruripe, das quais tirou algum proveito. Uma década depois, em 1674, se encontrava nos sertões de Alagoas e Penedo, a procura de minas de metais e pedras preciosas. Lá, se juntou com o Capitão Francisco Álvares Camelo, que ajudou Camiglio, na Serra das Flores[?] a combater um mocambo palmarino "que impediam ao Capitão Bento Surrel fazer deligências do descobrimento das minas". Ambos os milicianos juntaram-se e passaram "quarenta dias com grande trabalho pelo rigoroso do Sertão (...) acompanhar ao mesmo Bento Surrel com cem homens a sua custa ao descobrimentos das minas"[1603]. Na destruição de Palmares, encontrava-se Bento como uma espécie de secretário

---

[1600] **Manuscritos da Casa de Cadaval**, vol. I, 1956, p. 206 doc. 289.
[1601] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1211, fl. 1.
[1602] MONTEIRO. Op. Cit., 1994, p. 96.
[1603] ANTT. **Chancelaria Régia.** Dom Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 27, fl. 44-44v.

do Mestre de Campo paulista Domingos Jorge Velho. Nessa vida atribulada, Bento Sorriel tornara-se um legítimo aventureiro, daqueles bem romantizados por uma historiografia lusófona de início e metade do século XX. Perambulou pelas vilas do sul de Pernambuco e seu faro de arrecadar vantagem o rendeu três boas oportunidades de se valer de riqueza e prestígio. As experiências de Sorriel podem ter servido para que o Governador de Pernambuco em 1705 detivesse conhecimento acerca das mobilidades e das ousadias dos habitantes "alagoanos". Por isso, a notícia do achamento de ouro em São Miguel das Alagoas, apesar de ter sido falseada, não invalida completamente a hipótese de que pelas vilas ao sul de Pernambuco existissem pessoas que andavam pelos sertões à sua procura. Ou, pelo menos, que os moradores já assentados nutrissem alguma esperança de descobrirem ao acaso alguma jazida.

11. 4 Escravos do Rei, escravos dos "alagoanos": o quinto de Palmares

Quando as lutas contra Palmares tomavam características de que pequenas batalhas não adiantavam, estratégias foram lançadas. Já se conhece a casa-forte nos sertões, a entrega de sesmarias, futuros arraiais e etc.. As negociações e imposições de fintas acerca da alimentação dos milicianos também foi tema de guerra, ocasionando a reprodução da manutenção da conquista luso-brasileira. Nesse ínterim, a fiscalidade lusitana estendeu um de seus tentáculos: exigia que a quinta parte dos escravos capturados em Palmares fosse designada ao Rei. O que não se tinha conhecimento naquele momento era que as desobediências àquela ordem pelos "alagoanos" se mostrava um importante propulsor na economia política dos habitantes das vilas ao sul.

Em linhas gerais, o estabelecimento do quinto pode ser resumido na seguinte maneira: nas entradas dos escravistas para desbaratar mocambos diversos, eram permitidas duas ações de guerra: matar negros rebeldes e – se possível – captura-los para que os tornassem escravos novamente. Caso a segunda opção fosse concretizada, a quinta parte do conjunto de palmarinos tornariam-se propriedade do Rei, uma vez que ele, por via da Fazenda Real, auxiliava em parte as batalhas. O restante (excluindo mulheres e crianças) dos negros continuava preso até serem revendidos para fora da Capitania, para que evitassem fugir novamente ou fossem até mesmo resgatados.

Os homens que lutavam nas guerras, entre eles habitantes das três vilas do sul, se aproveitaram da situação e trataram de tirar vantagens daquele tipo de dinâmica que tinha suas falhas. Desde novembro de 1664 que o Governador de Pernambuco utilizava da

estratégia de "premiar" soldados com a possibilidade de comprar negros palmarinos capturados, visto que a dificuldade de aglutinar homens para lutarem, ainda mais sem um incentivo:

> Hey por bem de conceder, como pella prezente concedo a todos os oficiais, e soldados da mesma Tropa a tomadia dos negroz que se aprezionarem, tirando somente os quintoz que pertençerem a S. Magestade que Deos Goarde e a despeza das moniçoenz que se gastarem na mesma ocasião e tudo o mais se repartirá por elles destribuitivamente como lhez tocar, asy da emportançia da dita tomadia, como do presso por que forem vendidoz para fora da terra os que não tiverem senhorez nella[1604].

As desobediências também foram observadas pelos administradores, cujos problemas almejavam evitar:

> e para que esta Repartição se faça com igualdade sem queyxa dos soldadoz: Ordeno que nenhua pessoa da mezma tropa desemcaminhe negro algum dos que se aprezionarem, com penna de perder a sua parte, e pagar a vallia de que asy desemcaminhar a metade para quem descobrir e a outra se repartirá pellos soldadoz[1605].

Capturar escravos. Vender escravos. Desencaminhar escravos. O ano de 1664, uma década após a restauração, dava mostras que os soldados e homens de tropas não eram os mais ricos e poderosos da região. A Capitania de Pernambuco ainda sofria as sequelas das batalhas contra os batavos. Senhores de Engenho tentavam se reafirmar ao negociarem as lavouras, além de que a reconstrução das vilas continuava na ordem do dia e o mercado necessitava voltar a girar entre as capitanias. Em termos conjunturais, os preços dos africanos variavam muito no decorrer do século XVII[1606]. Não apenas por conta da oferta e das relações dentro dos territórios africanos e na travessia do Atlântico. O preço dos escravos também teria aumentado por conta da grande procura que estava sendo promovida pelas Antilhas[1607]. Nesse caminho, dar a oportunidade de homens de baixo cabedal ter escravos em mãos, sem precisar entrar no comércio atlântico que envolvia as possessões africanas, deve ter sido uma injeção de ânimo nos escravistas que perseguiam a todo o momento aquela vida idílica dos fidalgos que viviam do trabalho de outrem e enriqueciam pela economia e modo de vida, tão bem representados pelos Senhores de Engenho.

[1604] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 168
[1605] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 168
[1606] MAURO. Op. Cit., vol. I, 1997, p. 233.
[1607] FERLINI. Op. Cit., 2003, p. 110.

A própria tradição é "antiga". Nos períodos iniciais da expansão portuguesa, com a conquista de Ceuta no século XV, "os <<honrados roubos>> no mar e em terra pingavam chorudos ganhos, e classificavam-se para os nobres como atividade consentânea com a sua condição – de honra –, ao contrário da pacífica mercancia, precisamente porque implicavam <<feitos>> de armas"[1608]. Capturar escravos em Palmares tinha sua posição econômica: reutilização como mão-de-obra e, como se verá, a criação de um tráfico interno. A captura também se embasava numa justificativa de prestígio social: a luta em prol de uma conquista portuguesa e possíveis futuras mercês. Esse tipo de raciocínio será lapidar nas justificativas de os luso-brasileiros em quererem tomar para si uma parte dos assaltos como para desviar o quinto e produzir um tráfico interno de escravos nas vilas ao sul: eram piratas de terra firme.

Manuel de Inojosa, "veterano de lutas, contra índios e negros", tentou convencer o Rei da importância da reescravidão dos palmarinos capturados, mesmo contando com os quintos do Rei e com a quarta parte para financiamento da guerra. Seu depoimento ajuda a compor o que seria a vontade dos homens em se aproveitarem das lutas para conseguirem sua parte de homens trabalhadores (ou promissoras "peças" para venda):

> Que todos os escravos e escravas que se tomarem perdem seus donos os direitos que tiverem neles por serem levantados, e estarem habitando aquele Estado do Brasil, com que não serão obrigados os conquistadores a pagarem das presas que se fizerem mais que o quinto a V. A. por serem conquistadores a custa de sua Real Fazenda, com onze ou doze mil almas que pode haver naqueles Palmares sempre poderá tocar aos quintos de V. A. duzentos mil cruzados [100.000$000réis], e com cinco ou seis mil cruzados [2.500$000réis; 3.000$000réis] de V. A. quanto pode dispender com essa tropa aos Palmares[1609].

O plano parece não ter sido levado em consideração, quem sabe pelos cálculos das supostas rendas de Inojosa consistirem mais em dados teóricos do que práticos: um quinto de 12 mil almas seriam 2.400 escravos, que poderiam render 100$000réis, ou seja, 41$666réis (arredondado) por homem capturado. Ao que tudo indica, incidia em um preço "acessível" para os compradores de Pernambuco, mas era montante que os antigos ou futuros senhores se proporiam a pagar? Ou aquele realmente fora o custo do resgate de um mocambeiro rebelde? Afinal, os capturadores não iriam usufruir do trabalho (chegar-se-á nesse ponto em instantes). Mas Inojosa não era o único interessado nos escravos. O próprio Governador de Pernambuco, Bernardo de Miranda Henriques, em 1669, foi repreendido pelo Vice-Rei do Brasil por seu

[1608] GODINHO. Op. Cit., vol. IV, 1981, p. 154.
[1609] "Planos para a destruição de Palmares (II)". In: **República**, 2004, pp. 104-105.

pedido de almejar ter sua parte nos escravos capturados ("quintos das entradas dos Mocambos")[1610]. Muitos ambicionavam suas fatias de Palmares. Na mesma época (aproximadamente 1675), as ideias estabelecidas por João Fernandes Vieira, reforçando o que estava parcialmente escrito em 1664 e fazendo alguns acréscimos, foi a levada em consideração (e que será visto no decorrer do tópico):

> Os negros rebeldes que se cativaram nesta guerra se restituirão a seus senhores, se os tiverem, pagando o que se tomar, e serão obrigados a vendê-los para fora da terra, e assim os mais que se tomarem se poderão mandar para o Pará e Maranhão ou onde se vendem por maiores preços, porque se ficarem em Pernambuco se segue o dano tantas vezes experimentado de tornarem a fugir para os Palmares, levando consigo outros de novo que persuagem com o reclamo da liberdade, sucedendo muitas vezes por um que cativasse acrescerem dez, e vinte inimigos, mas esta lei se poderá dispensar com os que tiverem até dez anos de idade, porque destes se não pode temer aquele dano, por inespertos ainda daquela malícia[1611].

Os escravos foram entregues, outros revendidos e tantos tomaram rumos fora da rota estabelecida. Os que faziam parte do primeiro e segundo grupos eram levados para Olinda, onde suas informações seriam dadas àqueles que denunciavam suas fugas, em seguida deveria ocorrer o resgate (no sentido econômico do termo) ao ser pago uma determinada quantia. A tentativa de vender para o Maranhão e Grão-Pará pode ter aparecido como alternativa para que os homens se dispusessem a aceitar as ordens. Quem sabe as trocas enviesadas de informações tenham feito o Governador D. Pedro de Almeida mandar a Fazenda Real confeccionar um livro para escrever as informações sobre fugas de escravos e os seus respectivos donos. Em dezembro de 1678 chegou à Praça de Olinda um grupo de "6 pessoaz [quantia demasiada estranha], que elles [os soldados] trouxerão para se emtregarem a seus donoz", e o sucessor de D. Pedro de Almeida, Aires de Souza de Castro, pedia o livro para poder conferir as informações e proceder com o que fora estabelecido[1612].

O Rei recebia sua parte (só não se sabe informar se periodicamente), pois em 1681 03 negros foram enviados para Portugal como parte do quinto[1613]. Uma década depois, foi a vez do Capitão Antonio Cavalcante levar os negros capturados em Palmares para a praça de Olinda. Desde que seus antigos senhores pagassem a "tomadia", os escravos retornariam aos seus jugos[1614]. Mas, às vezes, os preços, ou a situação dos escravistas, não eram das melhores

---

[1610] "A questão dos quintos". In: **República**, 2004, p. 248.
[1611] "Planos para a destruição de Palmares (I)". In: **República**, 2004, pp. 95, 99.
[1612] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 338. Colchetes meus.
[1613] "Os quintos do rei". In: **República**, 2004, p. 93
[1614] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 472.

e muitos até mesmo abandonavam seus antigos cativos (e aí se pensa nos preços de Inojosa, mencionados acima, que poderiam ser demasiado pequenos para aquela realidade). E, nesse sentido a estratégia de João Fernandes Vieira em enviar os palmarinos para o Maranhão e Grão-Pará, "ou onde se vendem por maiores preços", pode ter falhado.

A despeito de a economia pesar na avaliação, pode ter existido igualmente a tensão de que, se o negro fora rebelde e fugiu uma vez, tornaria a fazer novamente (o que Evaldo Cabral de Mello, se valendo da leitura de Stuart Schwartz, chamou de "objeto especial de paranoia da casa-grande"[1615]). Situação como essa ocorreu em Março de 1695, quando o Governador Caetano de Mello de Castro estava com "varioz negroz que se prezionarão nos Palmares" presos "nestas cadeyas" (crê-se que de Olinda), fazia mais de um ano, sem que os seus donos fossem lá pagar para tirá-los para depois revendê-los para fora da capitania[1616]. Provavelmente todo esse trabalho, além da perda de capital ao fazer tais operações, afugentassem os antigos donos daquela obrigação. A ideia de ter que manda-los para fora da Capitania não agradava os antigos senhores, que sabiam que a "mercadoria", vinda da África, poderia ser bem mais cara do que a capturada de Palmares.

Nesse quesito, entra em cena o terceiro grupo dos negros palmarinos: os que foram capturados e descaminhados, ou explorados por terceiros porque se enquadravam no grupo dos fugitivos que não desejavam se entregar. Para esses últimos, não se tem prova empírica de acontecidos em Porto Calvo, Alagoas e Penedo, apesar de terem sido comuns para as partes "baianas": "muitos colonos exploraram o trabalho de fugitivos que escondiam, malgrado ordens governamentais sobre a revista de engenhos suspeitos de atraírem escravos de terceiros"[1617]. Viu-se no primeiro capítulo que palmarinos traçavam contatos mercantis e sociais com habitantes nos espaços "alagoanos", nesse sentido, não seria nenhuma surpresa hipotetizar que esse tipo de relacionamento "baiano" citado acima pudesse acontecer na Capitania de Pernambuco.

Para os outros negros desse "terceiro grupo", o que os aguardavam eram as revendas de maneira ilegal, internamente, entre os soldados e senhores de vilas, freguesias ou sesmarias que se arriscassem e dessem o "preço sugerido" por aqueles que estavam transportando. Leu-se anteriormente que a prática tornara-se proibida, passível de penalidade e que vários homens não achavam viável comprar um negro rebelde, que já detinha conhecimentos geográficos e sociais sobre rotas e "atravessadores" de futuras fugas. O que faria, então, aquele mercado

[1615] MELLO. Op. Cit., 2012, p. 99.
[1616] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 575-575v.
[1617] MELLO. Op. Cit., 2012, p. 99, ainda se valendo do trabalho de Schwartz.

ilegal se manter de 1664 até a atuação do primeiro Ouvidor das Alagoas, José da Cunha Soares, em 1715?

Presume-se que os descaminhos de negros palmarinos pode ter tomado força nos finais da guerra e início do século XVIII pelos habitantes das vilas do sul por dois motivos de cunho econômico: flutuações no mercado Atlântico e local em Pernambuco. Nessa segunda opção, o início do século XVIII não começava bem para o centro e o restante da Capitania, pois em abril de 1707, Francisco de Castro Moraes escrevia bando, acerca de escravos que iam de Angola para o Recife e que estavam sendo revendidos para outras praças da América. A proibição de leva-los para fora da Capitania valia, e o motivo era até mesmo simples: "pella perda que tem [os moradores] na falta de escravoz para a cultura de suas lavoyras, e oz excessivoz pressoz porque comprão os escravoz"[1618]. Haveria a ocorrência de uma inflação, que gerava consequências aos moradores do Recife e Olinda que tinham dificuldade naquele mercado. O que dizer para os que eram de Porto Calvo, Alagoas e Penedo?

Essa situação de aumento de preço fazia a alegria para os traficantes, que eram "evidentemente interessados em que os colonos do Brasil não possam satisfazer com a utilização dos índios as suas necessidades de mão-de-obra"[1619]. Já se viu em capítulos passados que esse comentário não pode ser transposto *ipsis literis* com as realidades "sul-pernambucanas", mas continuemos o raciocínio[1620]. Além dos "excessivoz pressoz", havia ainda a "falta de escravoz" por conta das constantes vendas; e, pela lei básica da oferta-procura, seria mais do que óbvio o aumento da mercadoria, não importando qual fosse. Em consequência, se o mercado "legal" estava sendo manipulado e ficando restrito para poucas pessoas, a outra parte dos homens iriam para o "ilegal", atrás de garantias de preço barato.

Mas não era apenas isso que mantinha os desvios do Quinto de Palmares, praticamente transformado em um autêntico tráfico de escravos dentro das próprias "Cappittanias do sul". Os paulistas, como principais vencedores das batalhas e moradores nas sesmarias dos sertões que lhes foram concedidas, tendo os dois arraiais como bases de sustentação (Brotas e Jacuípe), podem ter se utilizado em demasia do mercado ilegal. Afinal, eram homens advindos de uma cultura de apresamento e revenda de ameríndios a partir de suas bandeiras. Os constantes abandonos e olhares enviesados dos homens do litoral e dos administradores da Capitania de Pernambuco também podem ter atiçado o desejo daquelas pessoas em darem

[1618] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fl. 12, 24.
[1619] GODINHO. Op. Cit., vol. IV, 1981, p. 166.
[1620] O uso de ameríndios como mão-de-obra se encontra no salitre, nas expedições de palmares, no Engenho de Severino Correia da Paz e Catarina de Araújo, nas explorações do pau-brasil por Bento Sorriel Camiglio, nas criações de gado e nas plantações de farinha.

início a ações autônomas que resguardassem suas existências, e começar a traçar ali um estilo de comércio que visava não apenas prejudicar os responsáveis em Olinda e Recife, mas garantir seus cabedais para reinvestir em sesmarias e bens.

De igual modo, os homens do litoral teriam sido seus principais cúmplices. O aumento de Engenhos e a falta de escravos em Porto Calvo, em 1704, vale lembrar, estimularia as vontades dos lavradores e senhores em financiar e percorrer os caminhos do tráfico interno. Em um limite, pode-se pensar até mesmo em uma cultura de aprisionamento que teria sido apropriada dos ameríndios Caetés desde o início da conquista da Capitania nos tempos de Duarte Coelho (Jaboatão narra que os ameríndios – Tapynambás, Tupynás Tapuyas, Putygoarés e Cayetés –, ao guerrearem entre si nas regiões entre Pernambuco e Bahia, "hião os vencedores [Caetés] nos dias das suas festas comendo alguns dos mais esforçados, e vendendo os outros aos moradores da Bahia, e Pernambuco, a troco de qualquer coisa"[1621]). O trecho foi extraído do Tratado descritivo do Brasil, de Gabriel Soares de Sousa, que escreveu com mais ou menos as mesmas palavras em 1587[1622]). Pero de Magalhães Gândavo salientava, antes de 1576 que:

> Esta [Capitania de Pernambuco] se acha uma das ricas terras do Brasil, tem muitos escravos índios que é a principal fazenda da terra. Daqui os levam e compram para todas as outras Capitanias, por que há nesta muitos e mais baratos que em toda a Costa[1623].

A situação de guerra contra Palmares, as lutas contra "os bárbaros" dos sertões (entre eles os "gentios da caatinga" que se viu no capítulo sobre o Salitre) e as nuances de interpretação da "Guerra justa" pode ter reforçado aquele estilo de captura e revenda interna de escravos. Ousando na "arqueologia" daquele "costume", até que ponto as leis romanas de escravidão chegariam naquelas paragens como ocorreram no Maranhão do século XVII? Diogo Ramada Curto salienta que a aquela tradição jurídica "aceitava a legitimidade de comprar escravos locais depois de pelo menos 70 anos de prática, como acontecia no Maranhão nos finais do século XVII"[1624]. Ora, Palmares não era um espaço de luta entre senhores de escravos e homens livres, e sim dos primeiros contra seus ex-cativos. Os níveis de riqueza também faziam parte do xadrez econômico, pois desde os tempos de Duarte

[1621] **Novo Orbe Seráfico**, 1979 [1761], p. 18.
[1622] **Tratado descritivo**, 2000 [1587], p. 25. Sobre a utilização do Tratado por Jaboatão, SILVA, Leonardo Dantas. "A obra de Gabriel Soares de Sousa na historiografia dos primeiros anos". In: **Tratado descritivo**, 2000 [1587], p. XX.
[1623] **Tratado da terra**, 1995 [1576], p. 5.
[1624] CURTO. Op. Cit., 2009, p. 293.

Coelho que os africanos eram "mercadoria" apenas de homens opulentos que teriam como pagar[1625], fazendo, assim, o "mercado" com ameríndios ter tomado força. Esses últimos, mesmo depois da metade do século XVII, continuaram figurando como trabalhadores (escravos ou não) nos ambientes de Porto Calvo, Alagoas e Penedo. Os "costumes" – e os malabarismos para remodela-los e reformula-los para interesses luso-brasileiros – fundamentavam a economia depois de ela estar já consolidada. Tentando inverter as ordens de "infraestrutura" e "superestrutura" mais caras aos "Althusserianos", convém salientar a posição de Gorender: "Em última instância, o fator decisivo vem a ser a ideologia, convertida em força orientadora da economia"[1626].

Mas isso também pode ser problematizado.

Em termos de escravatura e mão-de-obra, até que ponto um lavrador teria grandes quantidades de negros e ameríndios a seu trabalho? Se se chegou a um momento em que o normal na vila de Porto Calvo de 1700-1708 pode ter se tornado uma média de 06 escravos ou menos para cada lavoura, subtende-se que a "ausência" de grandes quantidades de negros foi fator comum na vila, tanto por conta da guerra contra os mocambos de Palmares (lembrando que muitos escravos fugiam do centro de Pernambuco e até mesmo de Sergipe e Bahia) quanto pela falta de grandes cabedais dos moradores de Porto Calvo. Por isso o impasse da Rainha em 1704 (ver capítulo 7). Tinha que aliviar os homens da vila daquela Lei, pois "os [moradores] de mais cabedal [tinham se] retirado para outras capitanias, e ficarem só os pobres, que não tem posses para comprarem escravos tam caros como hoje se acham nessa[?] capitania"[1627].

A Rainha se encontrava em um embaraço, pois para comprar escravos provenientes do tráfico (negócio mais do que rentável para os cofres da Coroa), era-se necessária uma economia que girasse de maneira a proporcionar cabedal para os homens. Como o principal gênero continuava o açúcar (outro negócio de interesse da Monarquia), a existência de escravos (muitos) era o necessário, fosse para o mundo da lavoura, fosse para o mundo da fábrica. Não se sabe se foi pelos apelos dos homens em suas cartas, ou se os descaminhos dos escravos de Palmares contribuiram para a situação, mas em abril de 1708, no que concernia em específico Porto Calvo, foi a "Ley" aliviada e os lavradores poderiam exercer o plantio da cana de açúcar com no mínimo 04 escravos. Crê-se que as reclamações foram mais constantes entre 1704 e 1708 pelo adendo do Rei: "e que pello que pertencia aoz Gados se não devia

[1625] MAGALHÃES. Op. Cit., vol. I, 1998, p. 33.
[1626] GORENDER. Op. Cit., 1978, p. 285.
[1627] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 334-334v.

praticar a mesma Ley, pella dificuldade que havia de mantimentos para o mesmo gado alongando[?] os da Costa"[1628]. Esses dois documentos relativizam o raciocínio do "tráfico interno" de escravos provenientes das capturas dos negros mocambeiros. A partir deles, encara-se desde já que, mesmo com preços altos dos africanos, existia, ainda assim, luso-brasileiros que obtinham seus cativos por meio do mercado estabelecido pela Coroa de Portugal. Porém, continuar-se-á o encadeamento das ideais.

Destruído o Mocambo de Zumbi, os paulistas pouco esperaram para se estabelecer e começar aquele mercado. Subtende-se que o esquema de tráfico de captura e revenda dos negros aprisionados foi a base econômica que consolidou aquele grupo. Para usar de uma terminologia "gorendiana" nada aceita nos estudos "coloniais", estar-se-ia o historiador frente a uma "Lei" da economia de conquista, qual seja: a distribuição de sesmaria tinha que ser acompanhada de acesso a mão-de-obra escrava. Ou seja, os paulistas que conquistaram Palmares não iriam entregar de bom grande os ameríndios e negros capturados àqueles que já detinham terras, dinheiro e um contingente reserva de escravos que não tinham fugido ou tinham sido comprados[1629]. Em termos marxianos, uma autêntica acumulação primitiva de capital: mão de obra e dinheiro para investir em suas novas sesmarias[1630]. O Rei de Portugal estava atento àquela situação, e em novembro de 1696 deu voz aos paulistas e aos homens do litoral de Alagoas e Porto Calvo. O motivo pode ser considerado deveras ingênuo: impedir as irregularidades mercantis que existiam entre Palmares e Olinda e começar a revender os negros nas "Capitanias vizinhas" (ou seja, Porto Calvo, Serinhaém e Alagoas) de onde ocorreram as capturas. É mais do que óbvio que o Monarca tentaria trabalhar dentro dos limites da lei e impor que o quinto e as entregas fossem feitas mediante avaliação "do Provedor e officiaes da Fazenda, e Capitains mores". Entretanto, um apelo a uma tradição também foi feita para impedir que os paulistas "oz descaminharão [os negros]": o "estillo comum e p[r]aticado[?] em toda a parte, uzandose delle[?] [ilegível, apagado] Reino no tempo das [guerraz][?] que teve a Coroa, com a de Castella"[1631]. Jorge Velho não era o único eloquente que se valia do muro da China ou feitos históricos para conseguir o que queria. O Monarca, como detentor da justiça e conhecedor da própria história de suas possessões, também tinham suas estratégias discursivas para conseguir o que desejava.

[1628] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 376.
[1629] Apesar de não estar falando de "lei", essa ideia foi tomada de MONTEIRO. Op. Cit., 1994, pp. 103-104.
[1630] A prática já existia no Rio de Janeiro colonial, de finais do século XVI e início do XVII, FRAGOSO. Op. Cit., 2010, pp. 37-43, em especial p. 40. Apesar de Fragoso usar o termo "acumulação primitiva de capital", vale a leitura do próprio MARX. Op. Cit., 2017, pp. 785-833.
[1631] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fl. 221v.

Mesmo assim, a atitude teria sido ingênua ou proposital? Afinal, desenvolveu-se uma economia ali e o Rei poderia ter interesse nas insubordinações do quinto de Palmares. Não desejaria uma total indisciplina e nem um apego cego às normas estabelecidas de lançarem fora os negros capturados, e sim que um "meio termo" poderia ser acessado e fosse de interesse de todos. Entretanto, não se deixa de avaliar tal situação alegando um pouco de ingenuidade por parte de o Rei ter dado tamanha liberdade para os paulistas e homens das vilas vizinhas, cujas dinâmicas e "personalidades" o Monarca não tinha conhecimento mais apurado. Teria acontecido de que, mesmo com descaminhos, houvessem aqueles que agiam de acordo com o que era estabelecido, como em 1697, quando um "barco" "com negros que agora vieram dos Palmares" estava partindo para o Rio de Janeiro[1632]. Trazer a situação para anos antes pode indicar que a "mercê" do Rei em liberar os paulistas de trabalharem com os negros capturados foi fundamentada a partir das atitudes daqueles que iam para o Recife. Não existiria um contrabando generalizado, mas as ações "nas leis" se tornaram mais ou menos esporádicas.

Não demorou muito tempo e os entreveros entre paulistas, habitantes das vilas e o governo de Pernambuco começaram a surgir. Em março de 1704, Catarina, a Rainha da Grã-Bretanha, Infanta de Portugal, tinha recebido as reclamações que o Mestre de Campo Domingos Jorge Velho estava em posse de vários escravos e que não tinha ido ainda às praças para entregar a parte que iria para o Rio de Janeiro, e a outra para "quintar"[1633]. Talvez o Mestre de Campo se aproveitou do tempo passado entre a destruição do mocambo de Zumbi e aquele início de século e pensou que os ânimos estavam mais frios. Afinal, como se leu em linhas passadas, o vencedor de Palmares iria permanecer para continuar as lutas contra "pequenos mocambinhos". Se viver de aprisionamento de ameríndio sintetizava uma cultura bandeirante, ter feito o mesmo com os negros fugitivos seria a melhor maneira de se estabelecerem com maior firmeza nos sertões.

Essa época coincide com as idas constantes de homens e mercadorias para as "Minaz de S. Paullo", atrás de riquezas e de uma vida de mando e opulência equivalente a dos senhores nos litorais. Para o assunto que nos interessa, foi também a causa de "uma intensificação ainda maior do tráfico de escravos da África Ocidental com os portos da Bahia, Rio de Janeiro e (em menor extensão) Pernambuco"[1634]. O Governador, apesar de não estabelecer bem o que era "esses sertoenz [da Capitania de Pernambuco]", sentia o peso dos constantes vai-e-vem de

[1632] "Prisioneiros palmarinos". In: **República**, 2004, p. 196.
[1633] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 322-322v.
[1634] BOXER. Op. Cit., 2002, p. 182.

mercadoria e inclusive de negros para serem vendidos como escravos. Suas cartas, endereçadas para a Câmara de Olinda, demonstravam que a instituição deveria gerenciar a situação nos idos de janeiro de 1708[1635]. Nada sobre Penedo, Porto Calvo e Alagoas foi citado, mas, em que sentido o destino daqueles escravos que foram e continuavam sendo presos em Palmares dizia respeito ao tráfico para as regiões auríferas? Até que ponto o Governador, reclamando com Olinda, centraria atenções em possíveis rotas que, ao invés de sair do Porto do Recife e das "prayas" daqueles litorais (Recife e Olinda), sairiam das "Cappittanias do sul"? O problema tinha se tornado evidente, visto que em outubro de 1709 os negros que eram recapturados ("tomadias") nos sertões tinham como comerciantes "os mesmos que morão nelles". O Governador continuou a avaliação salientando que a ousadia dos moradores era decorrente por conta das vilas serem "dilatadas" e que, por causa disso, "os transgressores (...) muytos excapem debayxo do seu Risco"[1636]. Pelas informações dadas por Antonil, não é de se surpreender a vontade que os homens tinham de desviar escravos para serem vendidos em Minas Gerais. Afinal, "os escravos, índios ou negros, e os animais serviam de capital vivo que podiam [os conquistadores] revender em seguida, fazendo os preços caírem, dependendo das circunstâncias"[1637]. Supondo esse esquema de mercado, imagina aqueles que, nas pequenas lutas nas brenhas das matas pós-zumbi, recapturavam negros e decidiam tirar um dinheiro mais do que extra, indo para as Minas de São Paulo. É difícil provar aqueles estratagemas com evidências provenientes de documentos coevos (por enquanto), mas não significa essa hipótese deva ser desconsiderada. Da mesma feita, aquela espécie de "lei" da economia citada acima é difícil de apanhar, mas tem sua lógica dentro daquele mercado de oferta e procura. Talvez tanto a hipótese das minas de São Paulo quanto a do resguardo da "mercadoria" para usufruir de "lucros futuros" sejam passíveis de serem aceitas, visto a observação da falta de escravos em Porto Calvo no período do início do XVIII até 1708, que pode ajudar nas proposições de que nem todo descaminho do quinto ia para o "litoral" das três vilas.

O que poderia ser considerado um "esquema" do tráfico ainda é difícil de ser feito. Tem-se uma falta de dados daqueles que poderiam ser os "intermediários" que ajeitavam as negociações entre paulistas e futuros compradores dos negros capturados em Palmares. Igualmente teria acontecido uma compra ou troca de maneira direta, mas tomar esse traçado como o único pode ser demasiadamente perigoso para um entendimento histórico. De início,

[1635] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fls. 42-42v
[1636] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fls. 61-61v.
[1637] GRUZINSKI. BERNAND. Op. Cit., 2001, p. 482.

tomando como analogia o próprio comércio atlântico, sabe-se que a rede seria variada e extensa:

> Em suma: no tráfico de escravatura vemos intervirem fundamentalmente poderosos capitalistas, nacionais e estrangeiros, e círculos amplos de mercadores, altos dignatários do Estado – de secretários de Estado e desembargadores a capitães das praças ultramarinas – e escalões médios da hierarquia administrativa – feitores, almoxarifes, por exemplo –, e ainda, colectiva ou individualmente, membros da Igreja[1638].

E para Porto Calvo, Alagoas e Penedo, o desenho chegaria a ser complexo ou mais simples? Sabe-se que a situação do desvio dos quintos vai perdurar até a chegada do primeiro Ouvidor da Comarca das Alagoas, José da Cunha Soares. Mesmo estando estabelecido na Vila das Alagoas desde 1712, foi em 18 de abril de 1713 que o ministro foi encarregado de tomar ciência em relação aos mocambos de Palmares. Sua tarefa consistia em averiguar os novos presos e estabelecer os menores de idade, os ex-cativos, os que foram "por força" ou sendo voluntários, além de tentar conhecer os antigos senhores. A preocupação com os quintos tornou-se latente: "pode haver qualquer descaminho que Rezulte em prejuizo, não só doz quintos pertencentes a S. Magestade mas tambem das Suaz Reaes Ordens a Respeito do Extraminio dos ditos Negros"; e, para isso, a ajuda do braço miliciano era importante, pois havia chances de haver "Repugnancia nos donos dos Escravos", que deveriam ser "logo Remetidoz para o Rio de Janeyro"[1639]. É certo pensar que havia teoria e planejamento antes de prática, mas a recíproca é igualmente verdadeira: todo esse *modus operandi* dado para José da Cunha Soares tinha um arcabouço empírico. Descaminhos aconteciam, desobediências foram corriqueiras e senhores poderosos provavelmente constrangiam os oficiais encarregados de assegurar as ordens do quinto de Palmares.

Nessa virada de século, até que ponto o tráfico do quinto de Palmares já teria uma nova motivação? Antes se pode estabelecer os desvios porque os homens visavam ter negros capturados para trabalhar suas terras ou ofícios, ou vender para outros senhores do litoral. No início do século XVIII a situação ganharia novos ares com as corridas para as Minas de ouro. O preço de o escravo ter se tornado exorbitante teria chamado atenção dos capturadores de palmarinos nas áreas "alagoanas"[1640]. Até que ponto o descaminho de negros capturados (que deveria ir para o Rio de Janeiro) pararia em Minas Gerais? A resposta não é exata, mas a

---

[1638] GODINHO. Op. Cit., vol. IV, 1981, p. 197.
[1639] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fl. 139.
[1640] No centro de Pernambuco a subida de preço incomodou em demasia os habitantes, v. ACIOLI. Op. Cit., 1997, p. 46.

hipótese toma força quando se avalia que tais novos-escravos não obedeceriam ao preço que poderiam chegar ao porto da Bahia, por exemplo. Seria mais caro ou mais barato? Provavelmente mais barato, o que atrairia a atenção daqueles novos-ricos mineiros sedentos por braço trabalhador e por ideais de nobreza.

11. 5 Indisciplina e negação do trabalho

Vira e mexe as cartas que estabeleciam um Ouvidor na Vila das Alagoas aparece para fundamentar – ou pelo menos criar – algumas hipóteses e problemas. As relações entre senhores, senhoras e seus escravos negros e trabalhadores ameríndios são comumente tratados como assuntos particulares, relacionados ao "governo da casa", baseados nos costumes e hierarquias provenientes do Antigo Regime português. Contudo, acontecimentos mais ligados às três vilas de Alagoas, Porto Calvo e Penedo, entre 1654 e 1712 fazem o assunto do trabalho ser alargado para as esferas de interesse régio e administrativo da Capitania de Pernambuco: a "ordem" em Palmares, Salitre e Tamandaré. Até que ponto algo de jurisdição – pode-se dizer – "privada" poderia chegar a patamares em que haveria fiscalização de um agente "de fora"?

De acordo com Antônio Caetano, o novo Ouvidor das Alagoas tinha em suas prerrogativas evitar o aparecimento de novos mocambos. Viu-se em capítulo passado que o segundo Magistrado recebeu a mercê de se tornar responsável pelos Terços de Palmares. Soma-se ainda a carta de 1706 em que o oficial deveria resguardar as minas de salitre. Tudo em confluência com as situações econômicas locais e da Capitania como um todo: descaminho, violências, falta de povoamento, sesmarias ficando devolutas e outras sendo povoadas. Todavia, uma posição problematizante pode ser tomada, apesar de ser extremamente ousada: a de que o Ouvidor, ao ser requerido para "fiscalizar" os assuntos tratados acima, tenha sido um olho nos que gerenciavam as relações de trabalho que – vistos de maneira mais alargada – se tornavam responsáveis pela "ordem" social que desembocaria em uma boa economia. Ou seja, até que ponto a ideia de um futuro Ouvidor estaria ligada com os acontecimentos de indisciplina e negações do trabalho?

Escrever sobre as fugas dos escravos das lavouras para as matas seria uma mera repetição de historiografia[1641]. Muito já se conhece sobre os tratamentos dados aos negros e ameríndios no mundo dos engenhos, no meio urbano e no meio doméstico. Em termos de

[1641] Os livros de Décio Freitas, Flávio Gomes, João José Reis e Jacob Gorender, já citados no decorrer da tese, dão um ótimo panorama sobre a historiografia, principalmente pelo fato de dois deles serem organizados e apresentarem vários outros estudos. Para somar, cita-se a obra de LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência:** escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

letras, somente nos finais do século XVII e início do XVIII é que algo mais encorpado foi editado para os senhores "brasileiros" (os livros de Antonil e de Benci), mas isso não invalidaria documentos ou lições pragmáticas como regimentos de feitores, cartas de proprietários absenteístas e etc. Todavia, todos esses documentos falam da administração da escravatura, não exclusivamente visando o aumento do rendimento da agricultura, mas em especial "a correta administração dos negros" que iria "evitar fugas e revoltas"[1642].

Uma atenção que deve ser salientada refere-se às fugas e revoltas. Aumentar o rendimento da agricultura é diferente de manter o rendimento da agricultura. Se Antonil propusera uma visão "estática" da administração de um Engenho[1643], não se deve ignorar que é essa mesma "administração" que, em um âmbito maior, não apenas manteria um Engenho, mas acrescentaria o rendimento de açúcar em um conjunto de fábricas. Em outros termos: quanto mais ordenado fosse um território, as chances de retirar dele suas riquezas eram alargadas. Mesmo que o pensamento aristotélico de gerenciamento dos escravos e da agricultura fosse mais ou menos "estático", é impossível encarar todo um mundo de habitantes escravistas como pessoas estagnadas ou que desejassem viver na "mesmice" até o resto de seus dias. Antonil não representava uma "classe" de Senhor de Engenho, e suas ideias também não pode conceber toda uma concepção de administração de um Estado, como era o lusitano de XVII-XVIII.

Dito tudo isso, Palmares, Minas de Salitre e Tamandaré representava, para os escravistas das três vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, e para os administradores da Capitania de Pernambuco, uma necessidade imediata de ordenação social. Era-se necessário impedir as fugas, manter os castigos, botar os negros e ameríndios para trabalharem e assim usufruírem das terras férteis, dos gados, do açúcar, do tabaco, da ocupação de outras paragens, da exploração do salitre, dos currais de peixe, das roças de mandioca e etc.. Convém analisar agora como as práticas da desobediência ao trabalho, tanto como foram as fugas dos negros e ameríndios para Palmares ou para as caatingas, fundamentou em médio prazo a necessidade de que a economia "alagoana" dava frutos, mas necessitava de mais aparelhamento administrativo para resguardar a "ordem social". Nesse caminho, as experiências dos homens livres em Palmares, dos ameríndios aldeados e dos escravos que não fugiam (mas foram recrutados para lutarem contra os desobedientes) ajudam a compreender como a administração da economia chamava atenção do Governo local e da Capitania.

[1642] MARQUESE. Op. Cit., 1999, pp. 31-97 Citação p. 96. VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e Escravidão.** – Petrópolis: Vozes, 1986. SCHWARTZ, Stuart. "os escravos: <<remédio de todas as outras cousas>>". In: BETHENCOURT. CHAUDHURI (dir.). Op. Cit., 1998.

[1643] MARQUESE. Op. Cit., 1999, p. 97.

Muitos milicianos se encaminharam a Palmares atrás de mercês, espólios de guerras, recompensas de terras e oportunidades de vida que não encontravam ou eram limitadas no litoral. Muitos seguiram seus rumos de maneiras independentes ou como contratados, bem como existiram aqueles que faziam parte de tropas, servindo as ordens de alguém de patente superior. Uma visão desproblematizada põe sobre a mesa atitudes que foram tomadas e levadas a cabo quase que sem resistência, onde apenas os sofrimentos do clima e da geografia atuaram como empecilho, em que a falta de mantimentos tornara-se culpa da natureza e das políticas do Estado português e que, heroicamente, todos suportaram suas dores para conquistar os mocambos e se consagrarem grandes homens em suas famílias e vilas.

Os casos de deserção, indisciplina, fugas e conflitos, permearam as dinâmicas dos luso-brasileiros embrenhados nas matas. O Governador sediado na Bahia, Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, em julho de 1673 já escrevia cartas ao de Pernambuco, Fernão de Souza Coutinho, sobre as três entradas que tinham sido feitas em Palmares, pelas mãos do Coronel Antonio Jacomé Bezerra. Mas não foram exatamente de sucessos, pois no conteúdo das cartas de Fernão Coutinho, estavam escritas "as causas por que não lograram". Uma delas teria sido "a falta de obediência e a pouca execução das ordens" que poderiam ter vindo de Jacomé e/ou seus subordinados, sendo necessário o castigo por aquelas ações indisciplinares[1644]. Em novembro daquele ano, em outro documento, deixou claro que as deserções partiram de dentro da expedição de Palmares (pelas Alagoas) por falta de mantimentos e também houve desistências quando tentaram entrar pelo Rio de São Francisco. Entretanto, no que concernia Alagoas, o próprio Capitão, Antonio da Silva, teria sido responsável pela debandada e naquele mês o Governador já tinha o oficial e "aos mais que foram por cabos por não haverem guardado as ordens" presos[1645]. Desde 1671 que Afonso cobrava de Pernambuco mais efetividade nas atitudes milicianas, inclusive elogiando o governador por ter se disposto a "acrescentar soldados efetivos em lugar dos ociosos", mas parece que os efeitos não atingiram grandes escalas[1646]. No ano seguinte a situação atingiu patamares de pena capital, pois parece que a deserção e as insubordinações eram ou poderiam ser constantes; o Governador de Pernambuco, a partir de um bando que enviou para a Câmara da Vila das Alagoas e Rio de São Francisco, deixava claro sua posição contra as desobediências:

[1644] "Carta que se escreveu (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 193.
[1645] "Problemas da luta contra Palmares". In: **República**, 2004, pp. 79-80.
[1646] "Carta que se escreveu (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 188.

> Mando que todo o soldado que no arraial e sítio dos Palmares ou em outra qualquer parte não obedecer a seus maiores resistindo-lhe ao que lhe for mandado tirando da espada para ele ou levantando motim entre os mais será preso e arcabuzado (...) todo o soldado que fugir assim da dita entrada como do sítio e arraial donde estiverem ou da Praça da Alagoa será tratado com três tratos abraço solto e degredado dois anos para o Ceará (...) e quanto às pessoas de maior posto de sargento para cima até o de Capitão incorrendo neste bando perderá os postos que tiveram sendo em público no arraial desarmados de suas armas e insígnias os remetidos para irem degredados para a força do Ceará por dez anos[1647].

Se naquele momento as desobediências eram punidas com degredo para Ceará, em 1681 a pena se estabeleceu na ida para Angola (sempre locais que precisavam de mais militares); sendo tal ordem levada adiante até pelo menos em 1690, como advertência aos soldados de Porto Calvo que não obedecessem ou fugissem de mais uma entrada a Palmares[1648]. Nesse meio tempo, em 1685, o Governador de Pernambuco, João da Cunha Soto Maior, pedia para que os milicianos de patente alta que lutavam em Palmares fossem reformados para que seus cargos ficassem a disposição de novos oficiais, pois as constantes lutas, tiros e ferimentos nas entradas de Palmares tinham os deixado "em uma cama, por se acharem muito carregados de anos e achaques". Por conta disso, havia a falta de oficiais "para irem à guerra referida e assistirem nas guarnições das fortalezas, que esta capitania prove"; que possivelmente não se interessavam por conta de não verem ali capacidade de promoção, pois o posto de alferes era perpétuo e o governador tentava coloca-lo para trienal, para prover a rotatividade e animar "os homens nobres a servirem com intento de serem acrescentados". Contribuía para esse quadro meio caótico a "pouca disciplina que experimentam os soldados"[1649]. As limitações de promoções tornaram-se um empecilho, mas as circunstâncias que viviam aqueles homens contribuíam para uma aversão ao serviço militar, principalmente para as entradas nos mocambos; soma-se a heterogeneidade das tropas, em que homens brancos se encontravam contratados ao lado de ameríndios e negros (escravos ou não, Henrique e Camarões ou não), e que em espaços da América, como a Colônia do Sacramento (1699) e Bahia (decorrer do século XVIII) houve resistência ao "misturar" essas gentes[1650]. Disputas de poder dentro das hierarquias teriam sido constantes e fator de desaglutinação de tropas.

O estado de miserabilidade dos soldados constava desde 1662, quando na praça do Recife e Olinda (de onde saiam muitos para os Palmares), encontrava-se milicianos

[1647] "Bando (...) – 1672". **RIHGAL,** n. 7, 1875, pp. 176-177.
[1648] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 342v-343, 495 (Porto Calvo).
[1649] "Consulta do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 265-266.
[1650] BOXER. Op. Cit., 2002, p. 325.

sobrevivendo com seu soldo, chegando às ações de venderem suas fardas e até mesmo de abandonarem os serviços militares[1651]. Em novembro de 1671, na Vila de Porto Calvo, o Capitão Mor recebera ordens de castigar alguns homens fujões da milícia; em sua maioria os "mossoz solteyros"[1652]. Foi um período difícil para o recrutamento. Em outubro de 1672, antes de ser iniciada outra entrada para Palmares, um Capitão, junto com um alferes e um sargento, "e alguns soldados mais das ordenançaz", contratada de Itamaracá, fugiu do serviço[1653]. Os subalternizados sempre estavam entre os fugidos (quem vai lutar e morrer para o outro receber as glórias?), e, em uma freguesia não informada, o Governador de Pernambuco exigia a prisão dos mulatos que não tivessem ido à jornada dos Palmares naquele mesmo outubro[1654].

Um mês depois foi a vez de vários homens da Companhia do Capitão Antonio Leitão, da Vila das Alagoas, escaparem durante a caminhada da vila até Serinhaém ("que do caminho lhe fogirão 4, e pode ser que de então para cá tenhão fogido os mais, e fogirão todoz")[1655]. Da freguesia do Cabo também outros se esquivaram do serviço para não irem aos Palmares (também em novembro de 1672)[1656]. No início do ano seguinte o Governador ordenou que o Ouvidor e o Auditor Geral recebessem "Corda, e polé" para levarem sempre em sua companhia, visando "se tratarem os delinquentez que for colhendo fogidoz da campanha dos Palmares"[1657]. Provavelmente foi em uma visita a Serinhaém, que recebeu a carta de novembro sobre a evasão de vários homens da Companhia das Alagoas ("os fogidoz se lhe há de formar culpa pello Ouvidor que quando ahi for")[1658]. A existência do Ouvidor de Pernambuco em assuntos de indisciplina miliciana pode servir de pontapé para encarar com mais afinco a implementação de um Magistrado de igual envergadura nos espaços "alagoanos".

Analisou-se em capítulo passado como a fome foi uma constante e os gêneros alimentícios tornaram-se imprescindíveis na sobrevivência de guerra. O aprendizado era europeu, pois se sabia que uma má alimentação ocasionava baixa imunidade, deixando homens e mulheres mais propícios a doenças: "a subnutrição foi com toda a evidência um 'multiplicador' das doenças"[1659]. Somando com os regimes de trabalho e esforços físicos, não

[1651] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 71v
[1652] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 301.
[1653] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 275.
[1654] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 322-322v.
[1655] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 277-277v
[1656] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 277v
[1657] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 278v.
[1658] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 323v-324.
[1659] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 67.

é de surpreender que os soldados adoecessem e decidissem fugir ou nem ao mesmo se alistassem para as campanhas. Enquanto isso, os mocambos cresciam, os escravos abandonavam as plantações e a economia luso-brasileira escravista sofria as consequências.

Interessante é que essa situação vai perdurar até 1674, quando o Conselho Ultramarino invocava a necessidade de entrar em Palmares a partir das vilas de Porto Calvo e Alagoas, se valendo de ameríndios do Camarão e de "cem soldados brancos". Se no centro da Capitania os militares tinham dificuldades de se manter, provavelmente a mesma realidade seria encontrada em vilas abaixo de sua jurisdição[1660]. Mesmo assim, muitos foram recrutados, apesar de que seus regimes de trabalho não serem os melhores possíveis. Somente o simples ato de andar já se tornava um estorvo por conta das matas e das árvores de espinhos, que faziam com que "para se abrirem, [era] o trabalho excessivo"; e, continuava o relator anônimo das guerras palmarinas entre 1674-1678, "é forçoso que cada soldado leve às costas a arma, a pólvora, balas, capote, farinha, água, peixes, carne e rede com que possa dormir". Por conta da falta de comboios e de escravos africanos que eram dados (emprestados) pelos homens do litoral, muitos desses soldados "ordinariamente adoecem (...) pelo excesso de trabalho como pelo rigor do frio; e estes ou conduzem a ombro ou se desamparam as feras"[1661].

Ações como essa ajudam a explicar a carta supracitada de João da Cunha Soto-Maior sobre as desistências dos homens, as moléstias que os impediam de fazerem tantas expedições, assim como das indisciplinas dos soldados menores em não quererem ir para as matas. A frouxidão dos homens vai chegar até a expedição do Capitão Gabriel Gonçalvez, em 1690 (pouco antes de chamarem os paulistas), que tinha a permissão de exigir a presença de "toda pessoa de qualquer qualidade que seja, asy officiaes como soldados das ordenançaz daquella Villa [de Porto Calvo], ou da jurisdição", e a negação do trabalho deveria ser penalizada com prisão na cadeia o Recife e depois degredo para Angola[1662]. Quando o Mestre de Campo Zenóbio Acioli Vasconcelos recebeu ordem para sair do Recife para marchar até Palmares, não conseguiu juntar homens por conta do atraso do soldo, dos preços dos "agasalhos" e da falta de quartéis para se manterem ("no 3º do Recife donde as casas se arrendavam por tão alto preço que a nenhum soldado lhe era possível continuar essa assistência e assim costumavam viver todos mui distantes")[1663]. Até que ponto situações semelhantes deviam ser dribladas em Porto Calvo, Alagoas e Penedo? Os mais abastados e respeitados se sentiam "confortáveis" em suas posições para exigirem seus interesses, pois o

[1660] "Parecer do Conselho Ultramarino (...)". In: **Mocambos**, 2010, pp. 202-203.
[1661] "Relação das guerras feitas (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 224.
[1662] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 495.
[1663] "Guarnição sem quartéis". In: **República**, 2004, pp. 159-160.

trabalho dos subalternizados era concedê-los. Suas posições na hierarquia luso-brasileira não exigiam demasiados esforços físicos próprios para a concretização de seus projetos. Provavelmente aquela "mentalidade" senhorial de fidalguia fundamentasse o pouco patrocínio dado às entradas. Nesse ínterim, as fugidas e covardias dos milicianos de patente "alta" e "baixa" servem também para desmistificar a figura dos heróis brancos anti-palmarinos, que lutaram e pediram seus cargos ou títulos a partir de suas enfadonhas histórias. Ou seja, as pontuais ajudas de custo para entradas (aos milicianos "baixos) e os vislumbres de que o horizonte não aguardava grandes prêmios (para os do "alto"), reforçavam a milícia interesseira e medrosa. E essas situações não aconteciam apenas em épocas de guerras mais declaradas. Em uma perspectiva de longa duração e macrogeográfica, "a deserção era corrente em todos esses lugares [Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e Colônia do Sacramento], em virtude de ser bastante fácil o acesso aos amplos espaços do sertão"[1664].

A própria distinção de Nobreza da Terra, a partir desses acontecimentos, deve ser revista. Quando Manoel da Cruz Serqueira quis ir a Palmares, levou consigo 25 homens "a sua cuzta, só por fazer serviço a Sua Magestade que Deos goarde". Por ser reconhecido como "hum doz homenz nobres daquella Vila das Alagoaz", acabou recebendo o título de Cabo "doz ditoz 25 homens", a partir da intervenção amigável do Capitão Mor João da Fonseca e que deveria ser reconhecido por Domingos Jorge Velho, "a cujo cargo está o governo desta Guerra". Importante salientar que o aparecimento de homem tão nobre, altruísta e bem quisto só ocorreu em dezembro de 1694, depois de praticamente 50-40 anos de guerra contra os Palmares (a partir do período pós-restauração)[1665]. A característica dos homens inseridos no regime escravista era mais mandar os subalternizados levarem bala, flecha e pancada em seu lugar do que os próprios acudirem a situação. Talvez a situação ajude na explicação da "extrema relutância" de corpos sociais menores em prestar o serviço militar, que "estava em nítida contradição com a avidez com que os membros das classes mais altas brasileiras procuravam postos superiores na milícia"[1666]. Reforçando o que foi escrito no decorrer dessa tese, as glórias dos "nobres da terra" advinham do "sangue, vida e fazendas" dos outros – em sua maioria seus próprios subalternizados ou os vindos de outras paragens e que eram comandados pelos que se diziam "nobres" ou por outras pessoas de confiança. Porém, esses homens de baixa condição não eram tão ingênuos ou submissos para entrarem na guerra. E, aqui, vale mais interpretar a situação de que, se eles aceitavam entrar em Palmares, era-se

[1664] BOXER. Op. Cit., 2002, p. 234.
[1665] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 558v.
[1666] BOXER. Op. Cit., 2002, p. 324.

mais por situações de violências (físicas e/ou simbólicas) e obrigações (dever militar), do que as de negociação (mercês ou favores) e de sentimento luso-brasileiro (destruir os rebeldes e reforçar o domínio da Coroa de Portugal). Por fim, vários soldados acabaram fugindo pelas freguesias ou até mesmo indo aos mocambos.

Ocorrências como essas, repetidas no decorrer das décadas, não apenas para Palmares, mas provavelmente para diversos outros acontecimentos, se tornaram fatores condicionantes para que os paulistas fossem chamados a tomar a dianteira nas batalhas dos mocambos. Ao mesmo tempo, em 1690, o Fr. M. Arcebispo e Governador na Bahia enviava documento para o mestre de campo Antonio de Albuquerque da Câmara e ao Capitão-mor Manuel de Abreu Soares, retirando as obrigações dos milicianos "pernambucanos" estarem sempre de prontidão, pois Domingos Jorge Velho era o novo encarregado de combater os negros rebeldes. Todavia, os ameríndios de Camarão, bem como os homens brancos, mamelucos e pardos, estavam livres para "voluntariamente se oferecerem a acompanhar aquelas tropas"[1667]. Apesar de seus costumes nas batalhas nos sertões advirem desde São Paulo, os paulistas tinham a falta de comodidade em suas vidas. Após derrubarem o Outeiro da Barriga, e estabelecido Arraial, uma longa disputa se iniciou com o Governador de Pernambuco e oficiais para que suas existências fossem reconhecidas em sesmarias, premiações em mercês políticas e militares e auxílios econômicos. Por conta própria, Domingos Jorge Velho reclamava de estar ele e seus homens sempre "expondo-se a trabalhos e penalidades, de fomes, sedes e misérias indizíveis". Certamente o grosso das obras partia dos negros capturados e dos ameríndios escravos de Jorge Velho, que viviam "sem fardas (...) e sem terras"[1668]. O medo de deserção sempre existia, pois já era prática comum antes mesmo das batalhas finais; de acordo com Jorge Velho:

> agregados em marcha com toda a brevidade possível com mil homens de arcos, duzentos de espingardas e oitenta e quatro brancos que os dirigiam e cabeavam: marcha foi esta a mais trabalhosa, faminta, sequiosa e desamparada que até hoje houve no dito sertão, nem quiçá haverá: Salvo for pelos mesmos passos e em semelhante tempo; em a qual de fome, sede e misérias morreram 132 pessoas, de doenças 63, e fugidos mais de 200, que senão atreveram a tanta miséria: e sempre a maior perda era dele dito mestre de campo[1669].

[1667] "Carta que se escreveu (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 311.
[1668] "Requerimento dos oficiais do terço (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 397.
[1669] "Requerimento (...)". In: **Mocambos**, 2010, p. 408.

Levar essa linha de raciocínio aos outros soldados brancos, bem como ameríndios e negros que fizeram parte de expedições de luso-brasileiros anteriores (e durante) a fase dos paulistas é essencial. Em 1699, os homens negros do Terço de Henrique Dias, na figura de seus "Capitaez, Adjudantez, Alferes, Sargentoz, e Soldados", travaram negociações com a Coroa portuguesa. Provavelmente por conta de mal pagamento e usos e abusos de seus serviços em atividades que exigiam demais das pessoas: as guerras. Foi firmado o acordo de que, "naz occaziõez em que forem mandadoz em meu serviço a guerra doz Palmares, e Assû, ou outra partes", recebessem seus pagamentos: para os "Capitães, Adjudantez, e Sargentoz", seria "huma praça de nove tostões por mez, e dez mil Reiz de farda por anno", enquanto que o restante (Alferes e Soldados), o pagamento era "oz Socorroz, e fardaz"[1670]. Para evitar descontentamentos ou a não participação do Terço em futuras batalhas, a Coroa portuguesa tinha que fazer valer a negociação e aceitar os termos de pessoas pretas. Todavia, não é de surpreender as táticas da manutenção das hierarquias de poder pelos lusitanos. A subalternização dos negros por meio do Terço de Henrique Dias foi um ponto fulcral, mesmo que a administração deixasse a desejar sua estruturação. Mesmo assim, em momentos de negociações, as divisões hierárquicas e de privilégios dentro do próprio Terço apareceriam e fundamentava o domínio sobre aquele segmento da sociedade (negros livres). Da mesma feita, como se viu em linhas passadas nesse capítulo, sabe-se quais eram os trabalhos mais comuns aos homens negros dentro dos ambientes palmarinos. Por mais que fosse gente do Terço de Henrique Dias, com privilégios locais que vez ou outra acabaram utilizados e lembrados, os homens brancos tinham consciência de que a conservação daquele grupo militar era essencial para se protegerem e reafirmar a divisão hierárquica social. O trabalho apareceria como aspecto que ajudava a encorpar a situação.

Uma situação extraordinária encontrada nos ambientes de Palmares foi a de Pedro Sueyro[?], "Pretto do Palmar", em 1681. Encontrava-se como trabalhador "na occupação do tabaco" e tinha caído em moléstia fazia mais de 15 dias. Andava miserável e sem poder comprar um pão, "padece[ndo] muytas mizeriaz". Acabou sendo acudido por Fernão Carrilho, mas esse último só poderia "ajuda-lo" caso o Rei permitisse e enviasse alguma ajuda. O preto, que soube pedir a clemência ao Rei ("pellaz chagas de Christo"), alertava que não ficaria em posse "com o título de Seu cativo [de Carrilho], mas para que deste modo não morra a falta de Sustento". A resposta do Conselho Ultramarino foi uma contra-estratégia para manutenção da escravidão e da economia local:

[1670] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 313-313v.

> Ao Concelho parece Representar a V. A. a estes negros dos Palmarez mandou V. A. assistir na fabrica do Tabaco, porque nesta parte esteião[?] com mais segurança, pois terião apontadoz, que todos[?] os diaz os visse, e tambem se saberião os em que faltavão a athe virem as devaças da Capitania de Pernambuco para se examinar se erão Cativos ou não; com que nestez termos senão deve difirir ao Requerimento do Suplicante e visto o que Representa do seu achaque deve V. A. ordenar ao Secretario Pedro[?] Sanchez Farinha[?] escreva ao Thizoureiro do Hospital o mande aceitar para o curarem da ditta imfirmidade[1671].

A escrita fica rebuscada por falta de um contexto. Não se tem notícia ainda dessa "Fábrica de Tabaco" por perto de Palmar e nem a relação de Carrilho com o preto em 1681. Ao que parece, era um espaço escravista, que ficava no meio termo da submissão aos brancos e da desobediência com os palmarinos. O Conselho Ultramarino, pelo jeito, acreditava na necessidade da economia do fumo por ali pela Fábrica e que o tratamento de Pedro Sueyro fosse dado, para servir como uma pedagogia aos outros ali presentes. Entretanto, a negociação de não receber "título de cativo" fez a pena daqueles homens decidirem que o Rei não deveria se intrometer no assunto, deixando a cargo do Hospital do Recife. A manutenção da escravidão e das relações de trabalho, além de atividades econômicas que representava ganhos aos cofres da monarquia e da população, juntando com atitudes anti-palmarinas, minavam as tentativas de negociação por parte dos subalternizados. Sobravam as desobediências, fossem as deserções ou a própria ida aos mocambos, como já foi visto.

O pagamento aos Capitães foi prática comum para fazer os habitantes da Vila de Penedo utilizarem de suas forças braçais ameríndias para prestar serviços aos homens que se designavam ou se comportavam como seus senhores. Como estavam sendo tutelados pelos milicianos, suas resistências poderiam ser mais limitadas por conta de atitudes de poder físico e simbólico (uma dominação de bom tempo, lá do século XVI). Contudo, mesmo aldeados, podiam se valer de artimanhas para se protegerem na medida do possível. Nos finais de 1700 o Rei de Portugal estabelecia que o Ouvidor Geral de Pernambuco seria o "Juis privativo de todas az Cauzas dos Indioz e Tapuyas do destricto dessa Cappitania", por conta de constantes "molestias que padecem oz Indios no Recurço de Suas Cauzas"[1672]. Teria sido esse tipo de mecanismo, somado com a existência da Junta das Missões, uma espécie de barreira para se evitar abusos dos ameríndios aldeados em regiões onde várias nações (sob o jugo português ou não) ainda existiam, como os sertões do Rio de São Francisco? *A priori*, sim, pois poucas

[1671] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1210, fl. 1.
[1672] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 33, tomo I, fls. 307v-308.

evidências sobre indisciplina se tem acerca dos ameríndios aldeados. Entretanto, observam-se táticas refinadas para manter o domínio daqueles homens e mulheres, pois se não havia rejeição ao trabalho lusitano de maneira direta, os homens luso-brasileiros tinham em seu imaginário certezas absolutas de que os ameríndios da caatinga eram naturalmente indisciplinados e revoltosos. Essa posição cultural, criada a partir de ações concretas, fundamentava estratégias para regimes de trabalho escravos mais ou menos mascarados, apesar de todo um arcabouço de lei que deveria "proteger" os aldeados dos "abusos".

Antes mesmo das Minas de Salitre entrar em funcionamento, a tática de reduzir ameríndios em aldeias e começar a trabalhar a disciplina já existia, tendo em sua estrutura de experiência tanto a "guerra dos bárbaros" como situações mais localizadas. Em 1698 o Padre Miguel de Carvalho, atuando como Tutor de Francisco Dias Matarôa, "Capitam mor de todos os Indios da nação Porcâz moradores no Certão de Rodellas", escreveu ao Rei que em anos passados o Capitão tinha ajudado na expansão daqueles sertões, guerreando contra os "Tapuyas Brabos, como no descobrimento do caminho que se fez da Bahia para o Maranhão, e em outras muitas obras uteis", entre elas "acudir com a sua gente a fabrica do Salitre, e com a sua presença conservar quietos a todos os Indios daquelles Certoens, que geralmente lhe Reconhecem obediencia"[1673]. A fábrica citada no documento era a que foi instalada na Bahia, pois a de Pernambuco só começou a funcionar em 1700. Entretanto, a situação reforçava a ligação com os moradores, os trabalhadores ameríndios e os povoadores das regiões da jurisdição da Vila de Penedo, visto que essa última urbe tratava Rodelas como sua jurisdição.

Nos momentos em que se tornavam aldeados, a capacidade de resistência e desobediência, se acabavam tornando-se tanto limitadas quanto mais propícias de acontecer, bem como o raciocínio de aprender as dinâmicas dos lusitanos e trazer para seus costumes e remodelarem conforme suas conveniências[1674]. Por ser essa última uma ação que não era bem vinda pelos dominadores, estratagemas foram criados para manter o domínio sobre aquelas "nações" e evitar as autonomias que se seguiriam. Momento concreto desse tipo de

[1673] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1764, fl. 1-1v.

[1674] O que Serge Gruzinski chamará de "mestiçagem", aplicada no âmbito da cultura e das relações de trabalho. Torna-se perigoso aplicar as conclusões de Gruzinski (mais afeitas ao México colonial de início de conquista) para a Capitania de Pernambuco, mas a leitura de sua obra rende boas perguntas para se testar nas vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, v. GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Pode ser deveras interessante quando incorporada às análises de Antonio Gramsci ("Às margens da História. (História dos grupos sociais subalternos)". In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Volume 5. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002) e Edward Thompson ("Patrícios e plebeus". In: THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1998) para as "classes" e "grupos" subalternos, envolvendo principalmente as concepções de "circularidade cultural" proposta por Carlo Ginzburg ("prefácio". In: GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987).

acontecimento foi em julho de 1704. Ao ter estabelecido duas aldeias ameríndias no Rio Panema e nas Lagoinhas, o Padre Paulo Barreiros, missionário, incumbia os Tapuias para trabalharem os próprios na construção de suas casas e ainda "educava-os" visando futuras possibilidades de outros serviços contratados. Esse tipo de situação foi comum na América portuguesa, principalmente por conta das práticas dos jesuítas. Todavia, interessante que o pagamento não poderia ser em dinheiro, pois isso causaria a consciência de que o ameríndio passasse a desejar a emancipação de seu senhor. O ideal consistia no pagamento em ferramentas e apetrechos que reforçassem a dependência dos aldeados ao seu Padre (e futuros Capitães)[1675]. Ou seja, escravidão "incompleta"; nada de "justo salário"[1676]. Essa interpretação pode ir mais longe, apesar do caminho ser mais perigoso. Foi visto anteriormente que a alimentação da aldeia ameríndia do Padre Paulo era feita a partir de frutas do agreste e de caças nos matos, principalmente com as cheias dos rios. Ou seja, não tinham naquele momento roças de grande vulto nem animais de grande porte para se alimentarem e comercializar (leia-se, gado). Ao empregarem os ameríndios em trabalhos, recebendo como remuneração apetrechos, o Padre tomava para si a responsabilidade, e a tática, de ser o provedor, por exemplo, da alimentação mais consistente dos ameríndios (farinha e carne), fazendo o reforço do vínculo de dependência ser mais forte. Provavelmente essa estratégia em parte pode ter sido adotada por Antonio Correa da Paz e sua mãe Catarina de Araújo em relação aos ameríndios da aldeia de Santo Amaro, nas Alagoas, onde os dois se apropriavam de léguas de terra dos últimos, mas ao mesmo tempo garantiam favores, querendo se portar como "caridosos" e "liberais", apesar de que o houve imbróglios com o Capitão dos Ameríndios acerca daquela "bondade" toda que os Correa da Paz-Araújo diziam exteriorar[1677].

A situação de empregar, sujeitar e aliciar ameríndios para o trabalho perdurou até 1706, pelo menos enquanto o Capitão João Dantas Aranha andava como Tesoureiro do Salitre e Mantimentos. De acordo com o depoimento do Administrador das Minas, Manoel Marques, o miliciano foi sempre direto na administração e não pensava duas vezes antes de tirar dinheiro de sua própria fazenda para ter os tapuias "sujeitos para o tempo das conduções vindo em pessoa mais de cinquenta léguas pelo Rio acima a despedir dita comboios para a oficina"[1678].

[1675] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1943, fl. 18-18v.
[1676] LEITE, Serafim. "A expansão portuguesa no Novo Mundo pela acção missionária (1492-1580)". In: **HEPM**, vol. III, 1940, p. 51
[1677] Sobre o Correia da Paz-Araújo e os ameríndios de Santo Amaro, v. MACHADO. Op. Cit., 2016 e MENDONÇA, Anne Karolline Campos. "O tempo que prova à justiça. Comarca das Alagoas, 1723-1755" (texto inédito).
[1678] AHU. **Alagoas Avulsos.** Doc. 90, fl. 39.

O pagamento dos jornais era importante, e as relações com os capitães muito mais, pois precisava de uma finese discursiva mais elaborada para conseguir o trabalho dos autóctones aldeados, especialmente se fosse necessário driblar a regra de que um Capitão não poderia tirar um ameríndio de sua aldeia por mais de 15 dias, estando sujeito a pagamentos diários quadruplicados por cada dia acrescentado de trabalho.

Mas nem todo ameríndio pode ser encarado como um trabalhador em potencial e de fácil assimilação na cadeia de produção das conquistas americanas. Existiram aqueles que batiam de frente com essas sujeições. Em 1703, nas novas expedições atrás de terras para extrair salitre começaram; os encarregados da campanha encontraram, "nas entradas que se vai do Rio de São Francisco às minas", ameríndios Tapuias da Nação Macarús. Esses últimos teriam ameaçados os luso-brasileiros e diziam "fazer carniça [carnificina] nos brancos", caso os luso-brasileiros ainda se mantivessem firme em suas empreitadas às novas minas. É mais do que óbvio que tais ameaças foram postas na boca dos ameríndios por aqueles que estavam entrando nos sertões e narrando o acontecimento para ser escrito no papel. É certo que os lusos sofreram ameaças, como gritos de guerra ou avisos de que o perigo rondava ali para os que se esgueiravam naqueles espaços principalmente para escravizar mais Tapuias. Utilizando da memória e da história dos combates contra os "bárbaros", o Governador de Pernambuco, se valendo também da imposição do trabalho como maneira de ordenar o ameríndio no costume e sociedade excludente luso-brasileira propôs fazer a guerra: "pois tinha mostrado a experiência de tantos anos que só o temor do castigo é que reduzia aos ditos Bárbaros a viver com alguma sujeição"[1679].

Fazer trabalhar enquadrava-se como "o" objetivo. Mas a guerra tem seu custo e tais gastos não interessavam o Governador. De fato, os próprios índios que trabalhavam nas Minas e Oficina deixaram de exercer seus ofícios por conta de medo de ser mortos em ataques dos tapuias que não se sujeitavam ao regime de escravidão e servidão[1680]. Não foi bem necessariamente uma "greve caatingueira", mas uma união que acabou parando o ritmo frenético das minas aconteceu e pode ter sido pensada como maneira de resguardarem suas próprias vidas frente aos ataques. Não se pode imaginar uma consciência proletária como no século XIX-XXI, mas tomar como pronto que – com os primeiros ataques – os ameríndios e homens livres que trabalhavam nas minas correram em debandada pulando nas moitas, subindo em árvores ou cruzando a caatinga é negar que os trabalhadores e escravizados

[1679] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1941, fl. 1, 4.
[1680] AHU. **Pernambuco Avulsos.** Doc. 1950, fl. 1v. Dirceu Lindoso chamou esses ataques de "correrias", que estariam enquadradas nas táticas de guerra tapuia que tinham como objetivos retomar áreas da caatinga, v. LINDOSO. Op. Cit., 2019, p. 168.

ameríndios tinham suas capacidades de leituras das situações e de seus poderes de barganha, por mais limitados que fossem[1681]. Como bem salientou Braudel: "mas, à falta de greve, há, haverá um dia o tumulto, a revolta violenta"[1682]. E essa "paralisação" incidia em movimentação política que desmantelava mais ou menos a economia. O trabalho acumulado, que tanto fez revoluções técnicas[1683], também o é fazer-se social. É tomada de consciência dentro de um mundo em que o homem está inserido[1684].

O ato de que muitos ameríndios foram "altamente selectivos no que aceitavam do catolicismo"[1685], pode ser pensado e transposto para a melhor compreensão das relações de trabalho que ocorriam nas Minas de Salitre e possivelmente em Palmares. As fugas, deserções e "negociações" – frustradas por alguns luso-brasileiros – faziam parte de ações pensadas e de estratégias de sobrevivência naqueles ambientes da caatinga, onde as áreas mais férteis, perto de rios e brejos, eram tomadas lentamente pelos lusitanos. Os planos errados não fizeram parte apenas dos momentos dos senhores, mas também dos escravizados. Muitas nações e etnias rebeldes foram cativas pela guerra justa e mortas por suas resistências. E não se pode esquecer-se da grande seca em Pernambuco em 1583, quando milhares de ameríndios desceram aos litorais, tendo alguns ficados ("ou por sua, ou sem sua vontade") e outros voltados para os sertões[1686].

No que concerne a Tamandaré, pouca fonte é encontrada sobre o tema da indisciplina do trabalho. O que não deixa de ser curioso, pois, por ser um local militar, é mais do que óbvio que confusões aconteciam. Crê-se, no entanto, de que o caráter "militar" que tinha a fortaleza relegava os casos de disciplina como acontecimentos intrínsecos da própria

---

[1681] Sobre essa "barganha", segue-se de perto (mas mantendo também uma distância) as ideias de Gorender, em que as "negociações" não eram um reforço ao patriarcalismo, paternalismo ou escravismo, mas uma "*adapta*[ção] *para tentar sobreviver*". E, nesse ponto, "escravo *adaptado* não era um escravo *passivo*", GORENDER, Jacob. "Violência, consenso e contratualidade". In: GORENDER. Op. Cit., 2016, pp. 51-52 (itálicos do autor). Isso não significa que um "modelo paternalista do processo mercantil e manufatureiro" não existiria, e sim que o mesmo estava, a todo o momento, passível de sofrer reveses por conta de influências externas a ele como o comércio, a corrupção e etc., v. THOMPSON. Op. Cit., 1998, p. 155. Em termos mais filosóficos, vale a leitura de BENJAMIN, Walter. "Sobre a crítica do poder como violência". In: BENJAMIN, Walter. **O anjo da história.** – organização e tradução de João Barreto. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, pp. 59-82. Apesar de Benjamin estar escrevendo sobre a situação do século XX, toma-se seu texto como inspirador (mas não normatizador das ideias que estar-se-ão esboçando, passíveis de críticas e avaliações). Sobre a relação "violência/poder", sigo a nota do tradutor João Barreto: "o termo alemão usado por Benjamin neste título (*Gewalt*) designa tanto o 'poder' como a 'violência'. Na leitura deste ensaio deve, por isso, ter-se sempre presente essa polissemia do termo, cujas valências semânticas muitas vezes são intercambiáveis. Subjacente à palavra portuguesa 'poder' estará, por isso, quase sempre também a implicação da violência, e nas passagens em que se usa 'violência' ela é também implicitamente a violência do poder", (Idem, p. 57).

[1682] BRAUDEL. Op. Cit., vol. III, 2009, p. 135.

[1683] BRAUDEL. Op. Cit., vol. I, 2005, p. 303.

[1684] MARX. Op. Cit., 2017, pp. 255-263

[1685] RUSSELL-WOOD. Op. Cit., vol. II, 1998, p. 149.

[1686] CARDIM, Pe. Fernão. Tratados da terra e gente do Brasil, 1980, p. 162. *Apud* MAGALHÃES. Op. Cit., vol. II, 1998, p. 33.

fundamentação da milícia e que, quando ocorriam, logo eram resolvidos em suas dinâmicas internas. Porém, de tantas repetições de indisciplinas, uma hora a atenção do Governador de Pernambuco seria chamada para atender aqueles tipos de problemas. Aconteceu em 1712, no mesmo ano em que o Ouvidor das Alagoas desembarcou na cabeça da Comarca. Ao que parece – pois não é explícito no discurso –, existiam momentos na Fortaleza em que os milicianos não faziam certos tipos de trabalhos (e o cargo de Sentinelas era exatamente se atentar a isso para infligir depois os castigos por meio dos Cabos). Uma das situações que chamou atenção do Governador naquele momento era a necessidade de "tirar estopa nas arvores sircunvizinhaz a dita Fortaleza, que servirá para as buxas da Artelharia". Atitude comum no corpo miliciano para fundamentar a estrutura disciplinar do corpo militar e ao mesmo tempo garantir a defesa de Tamandaré. Os responsáveis para tal serviço deveriam ser os "Artilheyros" do local, cujos treinamentos garantiam a eles conhecimento para aquele emprego[1687]. O que pode ter feito que, naquele ano de 1712, os milicianos não seguissem com sua atuação?

Para raciocinar melhor, volta-se o tempo para 1711, quando os "arvoredos" ao redor da Fortaleza estavam "muy grossos", impedindo os movimentos necessários militares requeridos ("nescesita muito de se cortar o dito matto para qualquer operação militar"). Tornou-se unanimidade que "o estillo praticado hé asestirem a este trabalho oz escravoz dos moradores da Vila de Serinhaém, e Povoação de Una"[1688]. Toma-se essa informação como problematizadora para apreender as atitudes dos Artilheiros de 1712 que não iam tirar a estopa das árvores: os milicianos desobedeciam as ordens porque era tarefa dos escravos trabalhar a madeira para suprir necessidades da Fortaleza? O fator conhecimento pesaria, uma vez que os Artilheiros foram educados para serem os mais capacitados naquele tipo de serviço de – pode-se dizer – "manufatura". Entretanto, conhecimento se passa e experiência se adquire. Até que ponto os ideais hierárquicos da sociedade luso-brasileira, que utilizava o negro e ameríndio como "base" pesava até mesmo em operações de cunho militar como na Fortaleza de Tamandaré?

Para melhorar o argumento acima, recordemos o que aconteceu em 1689: o "coronel, cappitan mor, ou camera daquella jurisdição [de Tamandaré]", deveriam prover "toda ajuda e favor de escravoz e do mais que for nescessario" para os serviços de "faxinaz, e emtulhoz" da Fortaleza, deixando os milicianos "a trabalhar nella [na obra] como sempre foy estillo"[1689].

[1687] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fl. 115-115v
[1688] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 32, fl. 94.
[1689] AUC. **Coleção Conde dos Arcos.** Códice 31, fl. 478v-479.

Em outro momento (algum período de ano entre 1667 e 1692), o soldado Francisco Álvares Madeira se assentou na Fortaleza da Barra de Itamaracá, e em sua folha de serviço exibia-se orgulhoso: "nos reparos da fortaleza da barra daquela capitania, andando à faxina, carregando pedra às costas, e não faltando nunca às guardas e sentinelas"[1690]. O conflito entre essas duas evidências traz alguns pensamentos: **1)** uma ideia de espelho das sociedades escravistas de Una até Porto Calvo, onde o trabalho, mesmo o produtivo, que poderia ter sido feito por homens livres e possivelmente obrigação dos milicianos, era relegado aos escravos, não por uma questão de "quantidade" ou "existência de homens negros", mas pelo fator da exclusão social proveniente do Antigo Regime; e, por conseguinte **2)** a proximidade de Tamandaré com as sociedades vizinhas, estabelecendo um intercambio socioeconômico mais forte, principalmente no que concernia o uso de escravos e de trabalhadores de fora da Fortaleza. Em suma: as eternas reformas de Tamandaré estavam intrínsecas e contribuíam ativamente na fundamentação da economia e sociedade nas vilas circunvizinhas; e o problema aparecia exatamente nos momentos em que faltava os braços negros e ameríndios – situação corriqueira na segunda metade do século XVII.

Talvez valha perguntar que, com a instituição da escravidão, e a colocação hierárquica de vários tipos de trabalhos como responsabilidade dos escravos, teria contribuído para os vários momentos as indisciplinas ao trabalho por parte de milicianos? Se isso for em parte verdade, ter-se-ia escravos e trabalhadores não-milicianos com experiência e conhecimento de ofícios de cunho bélico em Serinhaém, Una e quiçá Porto Calvo. Aquele intercâmbio poderia ser levado para povoações e vilas, propagado e posto em prática. Não apenas no sentido restrito de fazer estopa, mas a ação de ensinar habilidades que seriam consideradas de cunho "exclusivo". No limite, se essas insubordinações resguardavam os caracteres hierárquicos e de exclusão do Antigo Regime, ao mesmo tempo dinamizava os pequenos ofícios que, em um espectro maior, fundamentava e movimentava a economia local. Economia essa que precisava os braços escravos que só eram supridos com a ordenação tanto social dos trabalhadores e homens que atuavam em Palmares, Minas de Salitre e Tamandaré, como dos produtos que eram resguardados e deveriam florescer a partir de suas ações.

11. 6 Os costumes contra as normas

[1690] "Os soldados do rei". In: **República**, 2004, p. 88.

Os homens e mulheres que viviam nos espaços de Porto Calvo, Alagoas e Penedo tinham consciência de estarem sob a administração da Capitania de Pernambuco e se consideravam súditos do Rei de Portugal; porém, como se viu no capítulo passado, impostos, fintas e subsídios eram pagos pelas três vilas para serem investidos no centro de Olinda e Recife, o que poderia ocasionar descontentamento. Ações que podem se interpretadas como demonstrações de desobediência ou de autonomia não necessariamente chamariam "revoltas" ou "separação". Provavelmente foram obras provenientes da dinâmica das vilas e termos adjacentes, com aumento populacional, mercado ativo, destruição de vários mocambos de Palmares e expansão de aldeamentos ameríndios por novos padres.

Em outro momento, Caio Prado Júnior desenvolveu um comentário extremamente feliz, apesar de que esse também pode ser tomado conclusões enviesadas: "a sempre temida independência econômica da colônia, prelúdio da política"[1691]. Quanto mais os moradores de Alagoas, Porto Calvo e Penedo se desenvolviam, mais ações próprias tomavam forma, mesmo que fossem de encontro ao estabelecido pelo Governo da Capitania de Pernambuco e do Rei de Portugal. As inobediências serviam tanto para chamar atenção a um espaço como para seu povo: suas negociações, suas vontades, suas concepções do que era ou deveria ser "justo" para manutenção do bem-comum local, que influenciaria em âmbitos maiores como a Capitania de Pernambuco, Estado do Brasil, Reino de Portugal, Império lusitano.

Avaliando em conjunto, havia um assunto que representava o "bem comum" dos habitantes, fosse em poder político-social ou econômico; uma base que estava implícita em todos os atos de indisciplina e autonomia das sociedade de Alagoas, Porto Calvo e Penedo: escravos.

Fosse a civilização do açúcar, do couro, do ouro, do tabaco, da farinha, do pau-brasil, do peixe, do sal, do feijão, do milho, ou de qualquer outro produto, mundial ou local, o que sustentaria os senhores que comandavam as estruturas de produção e de troca-venda eram os escravos trabalhadores. Esses também sendo encarados como mercadorias, ou seja, de perspectiva inerente a "civilização escravista" (ou "modo de produção escravista colonial") como base de tudo escrito anteriormente. A ação mais necessária para manter a escravidão consistia em ser a "ordem", dada por meios de coação e força física e psicológica, ou pelo menos a diminuição de revoltas sociais a partir das tentativas de "negociações" em que os subalternizados "conseguiam" aos seus senhores. Ter isso em mente ajuda a juntar as peças do

[1691] PRADO Jr.. Op. Cit., 2011, p. 238. Prado Jr. estava se referindo à falta de estímulo à indústria de metais no "Brasil colonial" que poderiam ferir os interesses de Portugal no plano da concorrência.

mosaico da economia e das atitudes sociais vistas nesse capítulo, como uma cola que une e dá ligadura.

Os descaminhos do tabaco, portanto, sai do âmbito do produto que interessaria apenas a Alfândega de Lisboa e aparece como artigo que, junto com aguardente e cachaça, representava a possibilidade de um acúmulo "fácil" de cabedal para ser reinvestido em escravos nos mercados e praças atlânticas. Praças essas não sendo necessariamente Recife e Olinda, que tinham seus problemas com os preços de escravos e quantidade de embarcações que chegavam ao porto. Salvador apareceria não propriamente como "descaminho" ou "contrabando", mas como estratégia até mesmo acertada dos habitantes de Alagoas, Porto Calvo e Penedo, pois se tornara porto de maior envergadura e com atrativos econômico-fiscais "melhores" do que os de Recife. A procura de escravos foi tamanha que a estratégia de desviarem os quintos de Palmares aparecia constantemente. Mesmo sabendo que os cativos eram rebeldes em potencial e conhecedores das matas e geografia local, os senhores do litoral e quem sabe dos sertões estavam interessados em manter funcionando aquele pequeno tráfico.

Mas o que da mesma maneira chamava naquele momento a atenção da Monarquia e dos administradores da Capitania de Pernambuco não foi necessariamente a mesma base das sociedades das vilas ao sul de Pernambuco. Visando aumento das rendas da própria Coroa, o tabaco, a cachaça e o ouro representavam olhares diferentes quando o assunto se tornava "macroeconômico". O primeiro artigo deveria ser reexportado para outras paragens da Europa, além de encorpar o estanco régio e garantir a Portugal rendas extras com seu comércio para ser reinvestido em outros assuntos. O segundo gênero ia de encontro com outro de suma importância para os cofres da monarquia: o vinho português. Foi necessária a entrada de outros personagens como o Capitão-Mor de Angola para que a cachaça recebesse um olhar menos pejorativo, e, mesmo assim, o assunto que uniu interesses "brasileiros", "africanos" e "portugueses" foi exatamente o comércio de escravos. O terceiro produto não precisa de maiores explanações – e motivo não é pelo fato de que sua existência em "Alagoas" ter sido desmentida – e sim que o ouro tornara-se, naquele momento histórico de 1705, um assunto já muito debatido nos círculos da administração régia por conta das explorações nas "Minas Gerais". Entretanto, sua "participação" nas vilas do sul de Pernambuco serve para salientar um ponto importante: que se o "ciclo do açúcar" não dominou ou é passível de ser o "único" estudado para se entender as sociedades de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, o mesmo serve para o "ciclo do ouro"; em suma: as dinâmicas são mais ricas e mais complexas para serem resumidas ou trancafiadas dentro do cofre do produto de maior valor dentro de um espaço.

Da mesma maneira, se a escravidão consistia em base que mais ou menos justificava as desobediências e negociações, as relações de trabalho e subserviência foram essenciais para fazer a escravatura girar de acordo com as motivações socioeconômicas dos senhores, bem como dos administradores de maior escalão. Não gerenciar a ordem – no âmbito da disciplina – era aumentar uma das muitas rachaduras do sistema escravista, que fundamentavam fugas para mocambos e falta de rendimento dos trabalhos. Não apenas no ambiente das senzalas, mas das próprias instituições escravistas como as milícias e as esferas privadas das residências. Quando os "brancos" se negavam ou utilizavam de diversos estratagemas para fugirem de certos labores, causava o desconforto em áreas que – se não fossem por tais situações – seriam economicamente mais viáveis do que naquele momento. Em outros termos: os negros e ameríndios não podem representar a totalidade das rebeldias e de todo um desmantelamento da economia "alagoana", como queriam os senhores e administradores em seus discursos coevos; foram exatamente esses últimos, em suas atitudes autônomas, desobedientes e "particulares", que paradoxalmente fazia crescer um desordenamento da economia local em alguns pontos, e o aumento da produção e das rendas em outros.

12 EPÍLOGO: VILAS DO SUL OU NOVA COMARCA?

Ao invés de tratar essa parte como "conclusão", segue-se a mesma ideia de Hobsbawm em seu livro **A Era dos Impérios**. Classificá-la como "epílogo" demonstra o interesse de resumir o que se passou do início dessas linhas até aqui. É o fechamento da cortina, mas não necessariamente o arremate da peça. Ao transformar em "epílogo" a parte final de seu "século XIX" e início do XX, Hobsbawm deixava subtendido a própria ideia de prelúdio, ou seja, a de que o mundo pós-início da primeira grande guerra era o ato preliminar que iria desembocar no "breve século XX" das duas guerras mundiais. Pretende-se aplicar a mesma ideia aqui.

Ou seja, faz-se isso objetivando trazer à luz a ideia de encarar que 1712 foi um ponto de marcação em todo um conjunto de economia, sociedade e política "alagoana" e na própria maneira de se governarem – fossem por aparelhos institucionais ou pelas suas relações sociais. Insere-se nesse acontecimento todo um contexto mais amplo encontrado no processo da criação da Comarca das Alagoas. E, com essa tese, espera-se fazer jus a uma das melhores provocações de Dirceu Lindoso: "a historiografia alagoana permanecerá um projeto se não estabelecer em detalhe a espaciologia da colonização".

> Não há na historiografia clássica alagoana uma palavra de natureza histórico-sociológica ou de antropologia histórica capaz de indicar e explicar as razões de os portugueses, na época da colonização do antigo Pernambuco, terem construído Penedo a várias léguas acima do foz do São Francisco e Porto Calvo, a várias léguas acima da foz do Manguaba. Ou que explique, em sua complexidade histórica, a ocupação dos 11 grandes vales que cortam Alagoas no sentido dos meridianos: o Moxotó, que lhe serve de linde sertaneja com Pernambuco, o Capiá, o Ipanema, o Traipu, o Coruripe, o São Miguel, o Paraíba, o Mundaú, o Santo Antônio Grande, o Camaragibe e o Manguaba. A descoberta dos objetivos espaciais da colonização de Alagoas deve ser a chave para decriptar o nosso código histórico. Enfim temos o direito de saber: Por que estamos aqui, nós que viemos de partes tão distantes e tão diversas?[1692].

"Espaciologia" essa que, além da geografia e da etnografia defendida por Lindoso, toma mais força agora com uma apurada concepção do fazer-se socioeconômico das vilas de Alagoas, Porto Calvo e Penedo[1693]. "Fazer-se", pois como bem disse Thompson: "Fazer-se,

[1692] LINDOSO. Op. Cit., 2019, p. 37.

[1693] Cabe aqui igualmente outra provocação, que partiu de Pierre Bourdieu, onde a ideia de região deveria conjugar estudos de geografia e economia, que, para o contexto francês do sociólogo, a primeira era responsável por fechar os estudos àquilo que o geógrafo "vê", enquanto que a economia, por sua natureza de amplitude e, em

porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos"[1694]. E, nesse sentido, essa "economia" alagoana não se tornaria o que se tornou se não fossem as inúmeras movimentações sociais e políticas que aconteceram no período entre 1654 e 1712. E, aqui, espera-se igualmente ter feito justiça ao lançamento de pesquisa proposto por Virgínia Almôedo acerca da necessidade do estudo da fiscalidade em Pernambuco no período entre 1654-1712, para se entender melhor o processo de "captura" da Capitania pela Coroa de Portugal[1695].

Quando Palmares começou a ser dilapidada com as entradas luso-brasileiras, e as sesmarias passaram a ser distribuídas, vê-se a projeção socioeconômica em cima do açúcar, do gado e do tabaco. Porto Calvo, curiosamente vai se atrelar mais à dinâmica do açúcar e dos gêneros de subsistência – roças de mantimentos. Penedo, tanto pelo salitre como por Palmares, vai se estabilizar com os currais de gado, mesmo que desde os tempos batavos houvesse aqui ou acolá uma cultura do tabaco e de subsistência. Contudo, esse momento "pós-batavo", para tomar as conclusões de Ferreira Azevedo, é também um "epílogo", uma "mudança de rumo", visto que seria a partir daquele momento que o açúcar e os produtos mundiais tomariam mais força na fundamentação econômica local, mas sem alcançar o pleno domínio[1696].

Mais ao rés-do-chão havia uma economia imemorial, só que nesse caso sem ter conseguido alçar ao patamar de "nobreza": a "natural" e a de subsistência. Quando se analisam em profundida a natureza e a geografia onde os mocambeiros de assentaram, onde os ameríndios moravam e foram expulsos, onde o Forte-Barra de Tamandaré foi construído, vê-se que aqueles primeiros Engenhos de açúcar, as primeiras lavouras de tabaco e os primeiros currais de gado tiveram como base de sustentação e principal alicerce a própria "comida". E ela deve ser encarada como estratégia de governo. Sua existência fez parte de planos da administração e muitas vezes os mantimentos alimentícios sustentaram a

---

vários casos, abstração, "abre" as relações anteriormente "fechadas", v. BOURDIEU. Op. Cit., 2012, pp. 108-109.

[1694] THOMPSON. Op. Cit., vol. I, 1987, p. 9, 11-12.

[1695] "Naturalmente a discussão aqui empreendida sobre a administração da Fazenda régia nos espaços para isso equipados na Colônia ou na Metrópole, ou ainda, a relação de tributos que concretizaram a política fiscal portuguesa nos séculos XVI e XVII em Pernambuco, não esgota a temática, nem comportaria aos limites de nossa investigação fazê-lo, vez que como dissemos inicialmente, o nosso propósito neste capítulo foi traçar um quadro resumo da administração da fazenda real, o que implicou em retraçar as linhas mestras da política fiscal da Coroa na Capitania, marcada pelas contradições típicas da tensão que marca as relações colônia-metrópole". ASSIS. Op. Cit., 2001, p. 163.

[1696] AZEVEDO. Op. Cit., 2012. Ou, um "ponto nevrálgico" tal qual a criação da Comarca das Alagoas (v. mais adiante), uma vez que Manuel Correia de Andrade encarou o período holandês na parte sul da Capitania de Pernambuco como uma época de intenso estímulo à produção de gêneros de abastecimento, ao invés do açúcar, v. ANDRADE. Op. Cit., 2010, p. 49. Em um futuro, será imprescindível pôr em confronto ambas as teses dentro do contexto "holandês".

fundamentação econômica dos luso-brasileiros: criação de mercado, vendas para adquirirem cabedal e reinvestirem em outros negócios. No que concernia a sobrevivência vital, as roças, caças e frutos naturais da América sustentavam os luso-brasileiros, bem como seus negros africanos e ameríndios escravos e trabalhadores. Do outro lado da moeda, sem esses "mantimentos", os próprios mocambos de Palmares não teriam existido e nem atiçado os olhares dos senhores em torno daquelas "terras férteis".

Essas últimas foram observadas muitas vezes – tanto nos discursos coevos como historiográficos – de maneira maniqueísta, mas onde cada redator dava sua contribuição à análise[1697]. Recortando para a documentação colonial, viu-se o embate sempre entre dois polos: solo fértil e matos incultos; áreas arenosas e pantanosas; espaços de planícies ou montanhas íngremes. Por conta das dinâmicas mocambeiras e ameríndias da caatinga, as conquistas de Palmares e dos sertões do Salitre se tornaram viáveis bem como "necessárias" para os conquistadores luso-brasileiros e para a própria manutenção do desenvolvimento das três vilas ao sul de Pernambuco.

Conquistas essas que não se deram apenas pelos "homens nobres" ou "militares" que desbravaram os sertões para criarem epítetos (como no Rio de Janeiro) de "primeiros conquistadores". Nos ambientes de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, viu-se que trabalhadores simples foram tão importantes quanto os "grandes homens". Ao ofertarem serviços diversos (ou serem utilizados como mão-de-obra escrava em outros), acabaram por dinamizar as ocupações que iam aparecendo nos sertões mais distantes das urbes principais. No decorrer do tempo as experiências socioeconômicas proporcionaram o investimento em políticas de Estado, que reforçavam a administração econômica por meio da política.

Não obstante os homens serem os responsáveis pelas conquistas e assentamentos sociais, quando se estuda o gado e os equinos, dentre outros animais, como também

[1697] Na escrita contemporânea, têm-se dois autores (citados nessa tese), que merecem ser lidos e analisados com maior profundidade. Manuel Correia de Andrade, ao escrever seu relatório nos anos 50 do século XX, dá um olhar perspicaz acerca da mudança de geografia em áreas do Estado de Alagoas por conta das ações humanas e da economia do açúcar. Já Dirceu Lindoso, preocupado com a formação das variadas classes sociais da região norte, conjuga a geografia e a etnografia para traçar linhas de raciocínio acerca do "fazer-se" do homem em relação ao meio em que ele vive. E, é curioso constatar que, enquanto Lindoso se preocupava com a "Alagoas *pars borealis*", Andrade escreveu sobre a "Alagoas *pars meridionalis*". Essa ideia de separação "norte" e "sul", também presente na obra do medievalista português José Mattoso, ainda pode render várias análises e interpretações acerca não só da economia alagoana (assunto dessa tese), mas do próprio fazer-se social, político e religioso das três vilas durante o século XVI e XVII. Sobre a influência da geografia na formação de sociedades humanas, imprescindível a leitura de BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II.** 2 vols. – Lisboa: Martins Fontes, 1984. Sobre o *insight* de Lindoso no estudo de Alagoas em "norte" e "sul", baseado na divisão dos holandeses (*pars borealis* e *pars meridionalis*), v. LINDOSO. Op. Cit., 2019, p. 54. Acerca da mesma "divisão norte e sul", aplicada a Portugal, v. MATTOSO, José. **Identificação de um País.** Oposição e Composição. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325. – Lisboa: Temas e Debates. Círculo de Leitores, 2015.

"conquistadores", intensifica-se o olhar analítico, trazendo aspectos que vão além da compreensão atual da "civilização do couro", e que se insere em tantas outras "sociedades", mostrando e considerando o peso das vicissitudes da vida americana, dos erros e acertos. Constatou-se a atuação do gado que, particularmente, construiu as três vilas e seus termos e ao mesmo tempo as interligaram, dando corpo e forma a uma – pelo menos econômica – Comarca das Alagoas.

No outro lado da moeda – da estrutura, para tomar um termo "annallista" – os produtos mundiais que eram fundamentados pela geografia, pelas guerras, pelos aldeamentos, pela escravidão e pelos gêneros de subsistência, tomavam força. Apesar da importância que se dispendeu em torno dos "alicerces" e da "fundamentação" da economia "alagoana", não dar voz aos produtos que motivaram a conquista como um todo seria deixar o trabalho incompleto. A despeito de toda a estima dos mantimentos e gado, não é de se ignorar que o açúcar, o tabaco e o pau-brasil ganhavam espaço em Alagoas, Porto Calvo e Penedo. A conjuntura era favorável na venda do mercado mundial e o início do século XVIII já se mostrava promissor para os três artigos, além contribuir no "financiamento" dos interesses diplomáticos de Portugal com as outras monarquias. Açúcar, tabaco e pau-brasil continuavam no olho do furacão naquele novo século.

Nesse contexto os problemas de administração e fiscalidade apareceram com mais intensidade. O Dote da Rainha e a Paz de Holanda eram quitados em açúcar, pau-brasil e tabaco. As fintas de Palmares subsidiadas pela farinha, as carnes e os peixes. Por isso que havia a junção das duas esferas de poder – a economia e a instituição da justiça. O Ouvidor de Pernambuco era vez ou outra chamado para arrecadar o Dote da Rainha. O sal tornara-se monopólio, mas não se deve descartar a possibilidade da existência de descaminhos e de construções de salinas clandestinas em Alagoas, ou pelo menos o comércio legal com outras partes onde existiam as fontes, como Olinda, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Ao mesmo tempo, os desvios ao sentido da colonização e as dificuldades em dobrar os indivíduos à rigidez de um trabalho só são entendíveis quando se observa com maior acuidade as palavras-chaves como "proibição", "desobediência" e "negociação". Essas três atitudes eram inerentes nos descaminhos do tabaco, na produção da cachaça em Porto Calvo, e na suposta jazida de ouro em São Miguel nas Alagoas. Assim como no que concernia os desvios dos Quintos de Palmares, que teria criado um mini tráfico interno de escravos nas regiões das vilas de Alagoas e Porto Calvo. Também se viu as três situações nas deserções dos soldados que deveriam lutar e trabalhar em Palmares, bem como dos ameríndios e trabalhadores das minas de salitre que se negavam a pegar nos instrumentos enquanto suas vidas estivessem em

perigo nas mãos das outras nações que não sujeitavam-se àquela dominação. Nesse ínterim, a base de motivação era a manutenção do comércio de negros africanos, da economia baseada no trabalho escravo e na consolidação daquelas sociedades em Porto Calvo, Alagoas e Penedo, que garantiria, por sua vez, as estratificações e rendas locais e imperiais para as vilas, capitania de Pernambuco e ultramar luso.

*

Teria sido, portanto, a criação da Comarca um ato imediato que apresentava como objetivo pôr em ordem três vilas que, aos seus modos, se dinamizavam como se não pertencessem, em suas totalidades, à administração da Capitania de Pernambuco?

A Comarca, antes de significar independência, provavelmente expressava um reforço no condicionamento administrativo das vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, que acabavam se mostrando autônomas em demasia e com relacionamentos internos pouco afeitos às ordens do Governo de Pernambuco. Em suma, caminha-se aqui na construção de um ponto nevrálgico da história de Pernambuco e Alagoas. E aqui se lê "nevrálgico" no seu sentido patológico, ou seja, um ponto de dor e desconforto de um nervo.

Quem parte, por exemplo, do estudo do acontecimento de 1817 (quando Alagoas se torna Província, alcançando sua independência de Pernambuco), acaba procurando em 1712 o início do processo de autonomia, engrandecimento econômica e formação política própria da região sul de Pernambuco (v. historiografia comentada na introdução dessa tese). Por outro lado, se o evento estudado em questão é a motivação da existência de uma Comarca em 1712, vê-se que o prisma de análise muda completamente[1698].

E, nesta ocasião, tem-se que ler a situação em um duplo prisma para evitar a dor da torção do nervo. Os partidários da leitura de 1712 como um ocorrido político de representação da autonomia e "identidade alagoana" (termo esse muito mais delicado), veem a Comarca pelo prisma de como a sociedade "recebeu" a notícia da chegada do Ouvidor e das suas posições de requererem um Ministro de Letras, que foi prontamente atendido pelo Governador de Pernambuco[1699]. Viu-se na introdução dessa tese que os pedidos de um

[1698] Nesse sentido, vale aqui a máxima que um acontecimento só pode ser estudado quando ele encerra suas atividades, deixando para trás toda a cadeia de *elos* que o fundamentou. Como argutamente percebeu Marx, "A reflexão sobre as formas da vida humana, e, assim, também sua análise científica, percorre um caminho contrário ao do desenvolvimento real. Ela começa *post festum* [muito tarde, após a festa] e, por conseguinte, com os resultados prontos do processo de desenvolvimento", MARX. Op. Cit., 2017, p. 150.

[1699] Não se tem notícia de nenhum pesquisador (dos citados na introdução dessa tese) citando os documentos trabalhados aqui (a carta de Penedo de 1707, de Porto Calvo de 1709 e de Alagoas de 1710-1712). Supõe-se que

Ouvidor apareceram após as primeiras negociações do Governo de Pernambuco com a Coroa portuguesa. No entanto, não é de ignorar que houve, mesmo tardiamente, a participação das três Câmaras municipais no processo de institucionalização da Comarca das Alagoas. Portanto, se aceita (ainda que com muitas ressalvas) que o processo de criação da Comarca obedeceu, em sua fase final de implementação, a alguns fatores de autonomia política dos habitantes em requererem um aparelhamento judicial mais reforçado nas partes sul de Pernambuco visando um maior poder político em suas câmaras muncipais que, paradoxalmente, faria com que o controle do centro Capitania fosse mais limitado, uma vez que esse era objetivo proposto pela Coroa portuguesa e Governo de Pernambuco[1700].

No outro lado da moeda, proponho como tese a leitura de 1712 como um acontecimento econômico e político de tentativa de centralização da Capitania de Pernambuco. A Comarca das Alagoas nasceu sob a égide da tentativa de um controle do Governo de Pernambuco sobre três vilas que, durante toda a metade do século XVII, se movimentaram de maneira elástica em relação ao centro da Capitania e que cujas "riquezas" econômicas não se encontravam nas mãos dos administradores sediados em Olinda. Os discursos de âmbito fazendário, presentes desde 1699 (primeira carta de pedido de Ministro de Letras) até 1710 (primeiro Alvará de Ouvidor), reforçam a interpretação que o grosso do processo de criação da Comarca, apesar de ter tido participação das três vilas ao sul em 1707-1710, na verdade era um projeto mais caro ao Governo de Pernambuco que, igualmente, se encontrava em entreveros com a Coroa portuguesa e inclusive com as administrações das outras capitanias[1701].

E, aqui, cabe fazer uma inversão do pensamento de Antônio Caetano. Ao estudar as várias atuações dos Ouvidores na Comarca das Alagoas no século XVIII, o pesquisador soltou a hipótese ousada de encararmos o Magistrado como um "Governador", visto o nível de sua autonomia nas correições e na própria relação que o centro da Capitania de Pernambuco

---

todos se basearam na colocação de Olympio de Arroxelas Galvão. Ao escrever suas efemérides do mês de Janeiro, relacionada à história de "Alagoas", Arroxelas Galvão indicava que em 9 de Janeiro de 1706 haveria a proposta para a criação da Comarca das Alagoas, e que tal carta de pedido teria partido de Francisco de Castro de Moraes, sendo esse documento a base para a carta régia de 9 de outubro de 1706, onde o Rei criava o cargo de Ouvidor para as Vilas do sul de Pernambuco. Entretanto, uma observação interessante partia de Arroxelas Galvão: "Parece fóra de duvida que os povos do Bom Sucesso, da Magdalena e da Villa de S. Francisco (Porto Calvo, Alagoas e Penedo) requisitaram esse passo ao Governador, e a idéa nasceu desde a extinção dos Palmares". Esse "fóra de duvida", na verdade, é a maior dúvida de todas, v. GALVÃO, Dr. Olympio E. Arroxelas. Memorial Alagoano. Reminiscencias históricas e chronologicas coligidas e ordenadas (...) 1633 á 1880. Revista do Instituto Archeológico e Geográphico Alagoano, vol. III, n. 2 – 1901, p. 55.

[1700] Aqui, é impossível não levar em consideração o raciocínio de Pierre Bourdieu, em que uma "instituição" (no nosso caso, a Ouvidoria) existe duas vezes: uma na objetividade e outra na subjetividade, nas "coisas" e nos "cérebros". Por isso o acontecimento é "paradoxal", ou, para usar outro termo grego, está dentro da "paralaxe". Arthur Curvelo foi o primeiro a reparar nessa posição de que a Câmara das Alagoas agradeceu a vinda do Ouvidor em 1712 pelo motivo de recuperar o poder camarário que estaria sendo perdido e limitado, v. CURVELO. Op. Cit., 2014, p. 185.

[1701] ACIOLI. Op. Cit., 1997, pp. 104 e ss.

(Recife) dava a ele[1702]. Entretanto, e se invertermos a situação? E se raciocinarmos que o projeto de um "Ouvidor como virtual-Governador" tivesse sido ato pensado por Pernambuco durante o processo de 1699-1710? Essa linha de raciocínio pode ser considerada caso tomemos como ponto de avaliação as colocações de Pierre Bourdieu acerca da "lógica" de formação do Estado, baseada na criação de um campo burocrático que trabalhe como "razão de Estado"[1703]. Ou seja, se o Governo de Pernambuco deve ser encarado como um braço da Monarquia de Portugal, a Comarca das Alagoas deve ser avaliada como uma tentativa de extensão do Governo de Pernambuco. Extensão essa que não deve ser encarada como "óbvia" por conta da característica da estrutura monárquica e da "ordem natural das coisas" serem baseadas na concepção "corporativa de sociedade", e sim porque Pernambuco, no período pós-expulsão dos holandeses, disputou poderes econômicos e políticos com o Governo Geral da Bahia[1704].

O raciocínio pode ser levado mais adiante quando tomamos outro *insight*, dessa vez de Cícero Péricles de Carvalho, em que o economista salientou que "a Comarca não possuía capacidade para criar tributos"[1705]. Apesar da informação não ser em sua totalidade "verdadeira" (cada Câmara tinha sua autonomia para criar certos tributos locais, mas, de fato, a Comarca como um todo não tinha poder fazendário), imagina-se que o Ouvidor designado para Alagoas deveria investir seus poderes em ações de ordenamento social que figurassem principalmente ganhos econômicos[1706]. Isto é, para usarmos termos foucaultianos: se o Ouvidor deveria se portar como uma **ferramenta** de contenção de aparecimento de novos crimes e resguardo da arrecadação de certos tributos, a Comarca como um todo deveria ser

---

[1702] CAETANO, Antonio Filipe Pereira. "Nas brenhas da Comarca das Alagoas, quem é ouvidor é governador? Poder, conflitos de jurisdição e administração (1712-1817)". In: SOUZA, George F. Cabral de [et al]. **Essa parte tão nobre do corpo da monarquia:** poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial. Séculos XVI-XVIII. – Recife: Editora UFPE, 2016.

[1703] BOURDIEU. Op. Cit., 2016, pp. 260-261.

[1704] "In the years after control over Pernambuco was regained from the Dutch (1654) and the deaths of Matias de Albuquerque (1647) and Duarte de Albuquerque Coelho (1658), there were no more Strong donatários to preserve the gains Albuquerquer had made. But the Pernambucan governos themselves continued to free the captaincy from the power of centralized government in Bahia. André Vidal de Negreiros, Jerônimo de Mendonça Furtado, and Fernão de Sousa Coutinho stood up to the pretensions of the governors-general despite their complaints and even shows of force. D. Vasco Mascarenhas (Conde de Óbidos), viceroy of Bahia from 1663 to 1667, blamed the erosion of his power and authority in Pernambuco on the disorders caused by the Dutch wars. Perhaps he would have been closer to the truth if he had stressed the tradition of Independence from Bahia interference firmly established by Matias de Albuquerque during his six years as governor and capitão-mor of Pernambuco", DUTRA. Op. Cit., 1973, p. 60.

[1705] CARVALHO. Op. Cit., 2016, p. 112.

[1706] Apesar de a constatação parecer um tanto "óbvia", ela deve ser lida levando em consideração que "a 'lei' estava profundamente imbricada na própria base das relações de produção, que teriam sido inoperantes sem ela", THOMPSON. Op. Cit., 1987, p. 352. E, aqui, o termo "lei" pode ser avaliada em seu duplo sentido: das "leis econômicas" (Marx, Gorender), como das "leis seculares" (Hespanha) da atividade de justiça em relação à manutenção de cultura e valores (inserindo, também, as questões religiosas).

estabelecida como um **mecanismo** de administração econômica mais efetiva[1707]. No cerne da questão, estaria a **tecnologia** de uma – pode-se dizer – Economia política da Ordem, que se traduziria, grosso modo, em gastos fazendários e mercês políticas para manutenção da justiça portuguesa e do policiamento militar de determinado espaço. As consequências que eram esperadas pelo Governo (de Pernambuco e Portugal) seriam uma garantia cíclica de uma "Política da Ordem econômica", ou seja, controle a partir de determinados centros[1708] em espaços estratégicos, partindo das ações de defesa (justiça, militar) para aumento necessário de riqueza, traduzidos em pagamento de dízimos, ampliação da produção (comércio), manutenção do abastecimento e aumento demográfico.

Portanto, se o estatuto de Comarca foi negociado e depois utilizado pelos habitantes de Porto Calvo, Alagoas e Penedo no intuito de angariarem mais poderes em processos políticos autônomos, o seu nascimento se deveu a ação de controle de um Estado português preocupado com suas finanças, e cuja Capitania de Pernambuco digladiava com as cobranças de uma Monarquia e de uma parte territorial que tinha pouco controle no âmbito fiscal e administrativo.

*

Depois de todo esse caminho percorrido, tem-se a certeza da importância do estudo de um pequeno espaço em seus termos e pormenores. Perde-se com esse método parte da análise global, mas ganha no estudo particular, que, por sua vez, enriquece o global e que vai voltar num futuro para problematizar o particular e vice-versa, em um eterno jogo dialético – o que muitos particularistas que se entendem como globalistas parecem esquecer[1709].

Braudel, historiador que tentava ao máximo comparar, conectar e analisar temas em longa duração e em termos "globais" também sentia suas dificuldades que foram as mesmas encontradas nessa tese: "Na verdade, diante da soma e da imbricação das dificuldades, os historiadores procederam de modo cartesiano: dividir para compreender"; e o próprio Braudel

[1707] Como percebeu Thompson, a violência (em seu sentido mais amplo do termo), deve ser avaliada tanto na questão quantitativa e qualitativa: "Nem o terror nem o contraterror revelam seu significado numa pesquisa puramente quantitativa, pois as quantidades devem ser vistas dentro de um contexto total, e isso inclui o contexto simbólico, que atribui valores diferentes a tipos distintos de violência", THOMPSON. Op. Cit., 2012, p. 241. Nessa tese, como é de perceber, as "violências" foram analisadas mais pelo prisma econômico (desvios da fiscalidade etc.).

[1708] No nosso caso, cada Câmara municipal de Porto Calvo, Alagoas e Penedo; A Ouvidoria na vila das Alagoas; e o centro da Capitania de Pernambuco.

[1709] BOUCHERON, Patrick. **Por uma história-mundo.** - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. A ideia de "particular" e "global", ou "micro" e "macro", é mais antiga, remontando a MARX. Op. Cit., 2011, pp. 54-61.

lamenta-se antes: "que não concordo, embora também seja obrigado a empregá-lo [tal método]"[1710].

Tal voga não pode ser lida apenas no sentido da microhistória, mas pertence a todo um fazer-se historiográfico. Tem-se na segunda metade do século XX uma Itália e Holanda querendo saber mais sobre si, bem como um Portugal da primeira década do XXI procurando maneiras de ser cognoscível historicamente a partir de suas experiências próprias, e não ditadas por relação "comparativa" a partir de outras monarquias europeias[1711]. A própria "América espanhola" tem que ser constantemente fragmentada para ser entendida em seu conjunto[1712] e o mesmo vale para interpretar a "América portuguesa"[1713]. Nessa segunda "conquista", ou "conjunto de conquistas", Pernambuco tenta fazer valer seu espaço frente aos estudos do sudeste que tomaram pra si o título de "nacionais", ou "Brasil colonial", ou "América portuguesa" ou – em um delírio praticamente epidêmico nas universidades hoje – "América ibérica"[1714], deixando para o restante do país os postos de "regional" ou "história local"[1715]. Nesse campo de batalha da historiografia, onde ficaria inserido um estudo sobre a economia de Alagoas, Penedo e Porto Calvo? Como uma história própria para se entender a formação do atual estado de Alagoas, da Capitania de Pernambuco, do "nordeste" brasileiro, da América Portuguesa, do Atlântico português, do Império luso-brasileiro ou como parte do todo-maior que era o Império Marítimo Português? A resposta é ao mesmo tempo simples e carrega dentro de si toda uma complexidade que é impossível de apanhar: em tudo.

[1710] BRAUDEL. Op. Cit., vol. III, 2009, p. 517.

[1711] GINZBURG. Op. Cit., 1989, pp. 169-171 e seguintes. SCHAMA, Simon. **O desconforto da riqueza:** a cultura holandesa na época de ouro, uma interpretação. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos". In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). **História da vida privada em Portugal:** A idade moderna. Direcção de José Mattoso. – Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2011, p. 131.

[1712] GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo:** história de uma mundialização. – Belo Horizonte; São Paulo: Editora UFMG; EDUSP, 2014, pp. 42-43.

[1713] BOXER, Charles. "Some reflections on the Historiography of Colonial Brazil, 1950-1970". In: ALDEN. Op. Cit., 1973, p. 3.

[1714] Gruzinski já fazia a provocação em 2010: "Como passar da história colonial à historia global? Primeiro, repensar a relação entre império português e império espanhol em vez de acreditar que ibérico é apenas a justaposição de casos espanhóis e de casos portugueses, como observamos em demais publicações coletivas com ambições comparativas. Tampouco ibérico pode ser reduzido a uma mistura de muito Brasil com uma pitada de Oriente", GRUZINSKI, Serge. "Os canibais de Lisboa: da história colonial e imperial à história global". In: ALMEIDA, Suely. SILVA, Gian. RIBEIRO, Marília. **Cultura e sociabilidades no mundo atlântico.** – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 30.

[1715] SOUZA, George F. Cabral de. "Introdução". In: SOUZA, George F. Cabral de [et al]. **Essa parte tão nobre do corpo da monarquia:** poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial. Séculos XVI-XVIII. – Recife: Editora UFPE, 2016, pp. 17-19 e 21. Rafael Chambouleyron, no prefácio da mesma obra, igualmente solta um pouco de tinta ácida: "No meu entender, e falo como alguém que estuda uma região ainda mais 'esquecida' (a Amazônia), esta reinvindicação revela muito mais do que apenas um orgulho ferido, como apressadamente poderíamos chegar a pensar", CHAMBOULEYRON, Rafael. "Prefácio". In: CABRAL [et al]. Op. Cit., 2016, p. 12.

Não existe espaço, por menor, ou de dinâmica mais tímida e local que não seja, ao mesmo tempo, parte integrante do Império lusitano. Essa constatação não é exatamente uma posição teórica de âmbito da crítica da historiografia. Ela faz parte da própria concepção corporativa de sociedade, levada até às ultimas consequências a partir de chaves interpretativas como a "microhistória"[1716] e a "microfísica do poder"[1717]. As vilas de Alagoas, Porto Calvo e Penedo não podem ser vistas como um mero quintal de Pernambuco – espelho e consequência de Olinda, ou, mais forçoso ainda, de Salvador[1718] –, e muito menos como três sociedades que só são cognoscíveis se tiverem a todo o instante se valendo de citações e contextualizações do que foi escrito sobre Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais[1719]. Não se estará pregando uma negação das leituras comparativas, provocativas e conectivas para compor raciocínios, contextualizações, e até mesmo conclusões mais encorpadas; contudo, existe uma diferença grande entre citar e transpor.

É nessa linha de raciocínio que se pretende fechar as cortinas desse prelúdio. A institucionalização da Ouvidoria das Alagoas, e em consequência a transformação das vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo em um conjunto jurisdicional político da Comarca das Alagoas, é a consecução tanto das atividades locais de gerenciamento, administração e expansão das estruturas econômicas com da própria ação da política do Estado lusitano em relação às suas conquistas. Têm-se três "sociedades" que se alargaram e extrapolaram os mundos do açúcar e do couro, fazendo confluir as duas "civilizações", da mesma maneira que subordinavam suas existências aos artigos econômicos de menor "valor" ou "prestígio" dentro do espectro maior da economia luso-americana. Seus "fazer-se" socioeconômicos também não obedeciam de bom grado ao governo que vinha de Olinda ou até mesmo de Salvador, estando mais latente nas relações daquelas populações uma autonomia luso-brasileira que pode ter sido o principal motor de toda aquela economia diversificada e das diferentes formas de cultura dos gêneros.

Quando a situação apertava, as negociações e as relações de poder apareciam até mesmo para fazer frente à ditames que vinham da "metrópole", o que por vezes representavam

---

[1716] LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história". In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História:** novas perspectivas. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.
[1717] FOUCAULT. Op. Cit., 2010.
[1718] Título de FERLINI, Vera. "Salvador: porto do Brasil, cidade do açúcar, espelho da colônia". In: FERLINI, Vera. **Açúcar e colonização.** – São Paulo: Alameda, 2010.
[1719] Como diria o ensaísta Walter Benjamin, vivemos uma "literatura de empréstimo, híbrida, que nunca se arrisca assumir a responsabilidade dos seus pontos de vista", em que não adotamos as pesquisas, e sim usamos os nomes dos outros, v. "[carta de Benjamin a Ernst Schoen, setembro de 1919]". In: BENJAMIN. Op. Cit., 2016, p. 199. Ver também BOSI, Alfredo. "Cultura brasileira e culturas brasileiras". In: BOSI. Op. Cit., 1992, p. 335.

algumas derrotas, e em outros alguns ganhos por parte dos moradores (pelo menos os senhores mais poderosos) das três vilas ao sul. Essa constante relação entre as experiências sociais e as políticas de Estado serviram para fundamentar a vila das Alagoas tanto nas franjas da urbe como entrando para os sertões de Palmares, levando adiante suas culturas diferenciadas – e não tanto submissas ao açúcar do "litoral". Na parte norte, Porto Calvo corria tanto para os sertões quanto para o norte, em direção a novas barras como a de Tamandaré, fosse para exercer poderes autônomos na hora de gerir suas economias como para produzir as mesmas a partir de novas ocupações de paragens antes tidas como "desertas". E, ao sul, Penedo do Rio de São Francisco ainda tinha sua posição no litoral (Jequiá e Coruripe), mas parece que a segunda metade do XVII foi de entrada sistemática e mais ou menos projetada nos sertões do grande rio, fosse atrás de aldeamentos para conseguir braços trabalhadores, fosse para procurar novos terrenos para currais e plantações, e ainda para conquistar as tão sonhadas minas de ouro e prata, estando as do salitre em ponto não inferior, mas pelo menos intermediário para poder assegurar a conquista e o assentamento socioeconômico que era vantajoso, no limite, para a vila.

Outono das vilas do sul, ou, a primavera da nova Comarca? No geral, as três localidades, ao se "fazerem-se" e se tornarem Comarca das Alagoas, não invocariam ainda uma plena consciência de uma "Alagoas Colonial", mas já dava mostras que se suas sociedades eram administrativa e economicamente pertencentes a Pernambuco, também se consideravam dotados de certas liberdades (econômicas e políticas) como súditos de Portugal e defendiam seus interesses próprios[1720]. Afinal, como bem propôs Fernando Novais:

> A percepção de tal metamorfose, ou melhor, essa tomada de consciência –, isto é, os colonos descobrindo-se como 'paulistas', 'pernambucanos', 'mineiros' etc., para afinal identificarem-se como 'brasileiros' [que, no nosso caso, poderíamos reescrever a passagem como "os colonos descobrindo-se como 'porto calvenses', 'alagoanos', 'penedenses', para afinal identificarem-se como 'alagoanos'"] – constitui, evidentemente, o que há de mais importante na história da Colônia, porque situa-se no cerne da constituição de nossa identidade[1721].

[1720] Imprescindível, para isso, a leitura de CAETANO, Antonio Filipe Pereira. "'Existe uma Alagoas Colonial?' Notas preliminares sobre os conceitos de uma Conquista Ultramarina." **Revista Crítica Histórica,** Ano I, nº 1, Junho/2010, p. 32. Disponível em http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/ Acesso em 16/05/2012)>. Entretanto, passados quase 10 anos da escrita do artigo, uma revisão num futuro deverá ser feita, tomando, agora, por base, os novos trabalhos publicados sobre as várias temáticas dentro do espaço geográfico entre Porto Calvo e Penedo.

[1721] NOVAIS, Fernando. "Condições da privacidade na colônia". In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil:** cotidiano e vida privada na América portuguesa. / Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 23.

Nesse “fazer-se” social, fundamentar, administrar e decidir o que fazer com suas próprias economias fora passo fundamental naquele século XVII, entrando em peso como fator estruturante no XVIII não apenas no fator “identidade”, mas igualmente na consolidação das divisões sociais, baseadas nos estatutos políticos, relações religiosas, miscigenação étnica e posição dentro das relações de produção econômica.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz N. "Fundamentos geográficos da história brasileira". In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira:** do descobrimento à expansão territorial, Tomo I. – São Paulo: Difel, 1960.

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial,** 1500-1800 & **Os caminhos antigos** e o povoamento do Brasil. – Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e Conflitos:** aspectos da administração colonial. Recife: EDUPE/EDUFAL, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no atlântico sul. São Paulo: companhia das letras, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "História geral das guerras sul-atlânticas: o episódio de Palmares". In: GOMES, Flávio (org.). **Mocambos de Palmares:** histórias e fontes (Séc. XVI-XIX). – Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

ALMEIDA, Fortunato de. "Organização político-administrativa portuguesa dos sécs. XVII e XVIII". In: HESPANHA, António Manuel. **Poder e instituições na Europa do antigo regime.** – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

ANCHIETA, José de. **Cartas:** informações, fragmentos históricos e sermões. – Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da universidade de são Paulo, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. "A pecuária e a produção de alimentos no período colonial". In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História econômica do período colonial.** – São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Os rios-do-açúcar do Nordeste Oriental:** os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. – Maceió: Edufal, 2010.

ARISTÓTELES. **Poética.** Edição bilíngue; tradução, introdução e notas de Paulo Pinheiro. – São Paulo: Editora 34.

ASSIS, Virgínia Maria Almôedo de. **Palavra de Rei...:** autonomiae submissão da Capitania Hereditária de Pernambuco. – TESE (doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

AZEVEDO, José Ferreira. "Formação Sócio-Econômica de Alagoas, o período holandês (1630-1654): uma mudança de rumo". In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Alagoas Colonial:** Construindo Economias, Tecendo Redes de Poder e Fundando Administrações (Séculos XVII-XVIII). Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo – a casa da torre de Garcia D'ávila:** da conquista dos Sertões à independência do Brasil. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARICKMAN, Bert. **Um contraponto baiano:** açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de, **ABC das Alagoas:** dicionário Histórico e Geográfico de Alagoas. 2 Tomos. Brasília: Senado Federal, 2005.

BAUDELAIRE, Charles. "As litanias de Satã". In: BAUDELAIRE, Charles. **As flores do mal.** Tradução Ivan Junqueira. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

BENCI, Jorge. **Economia cristã dos Senhores no Governo dos Escravos.** – São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977 [1700].

BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito da História". In: BENJAMIN, Walter. **O anjo da história.** Organização e tradução João Barrento. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BETHENCOURT, Francisco. "Configurações do Império". In: BETHENCOURT, Francisco. CHAUDHURI, Kirti. (dir.) **História da Expansão Portuguesa vol. II:** Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Lisboa: círculo dos leitores, 1998.

BETHENCOURT, Francisco. "O complexo Atlântico". In: BETHENCOURT, Francisco. CHAUDHURI, Kirti. (dir.) **História da Expansão Portuguesa vol. II:** Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Lisboa: círculo dos leitores, 1998.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Coleção Documentos Históricos.** Vols. XIX; XX; XXI; XXII.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. "As câmaras ultramarinas e o governo do Império". In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). – 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da história,** ou, O ofício de historiador. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728.

BORGES, Maria Eliza Linhares. "O Brasil: entre o provisório e o duradouro. As representações do Brasil na Cartografia e nos Relatos de Viagem". In: PAIVA, Eduardo França. ANASTASIA, Carla (orgs.). **O trabalho mestiço:** maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. – São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

BOSSI, Alfredo. "Colônia, culto e cultura". In: BOSSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSSI, Alfredo. "Do antigo estado à máquina mercante". In: BOSSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSSI, Alfredo. "Cultura brasileira e culturas brasileiras". In: BOSSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOUCHERON, Patrick. **Por uma história-mundo.** - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BOURDIEU, Pierre. "A economia dos bens simbólicos". In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. – Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. "É possível um ato desinteressado?". In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. – Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. "Sobre o poder simbólico". In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. "A génese dos conceitos de habitus e de campo". In: In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. "A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região". In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado:** cursos no Collège de France (1989-92). – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOXER, Charles. **Portuguese society in the tropics:** The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800. – Madison, Wisconsin: The University of Winsconsi Press, 1965.

BOXER, Charles. "Some reflections on the Historiography of Colonial Brazil, 1950-1970". In: ALDEN, Dauril (ed.). **Colonial Roots of Modern Brazil.** – Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1973.

BOXER, Charles. **O império marítimo Português.** 1415-1825. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil.** – Recife: Massangana, 1997 [1618].

BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II.** Vol. I. – Lisboa: Martins Fontes, 1983.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**. 3 vols. – São Paulo: Martins Fontes, 2005-2009.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BURKE, Peter. "A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa". In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História:** novas perspectivas. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. **Entre drogas e cachaça:** a política colonial e as tensões na América Portuguesa. – Maceió: Edufal, 2009.

CAETANO, Antonio. "Nos confins, nas vilas e na Comarca... A construção da autonomia política, administrativa e jurisdicional Alagoana (Século XVI-XVIII)". In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Alagoas e o império colonial português:** ensaios sobre poder e administração (séculos XVII – XVIII). Maceió: Cepal, 2010.

CAETANO, Antonio. "'Por ser público, notório e ouvir dizer...': Queixas e súplicas de uma conquista colonial contra seu Ouvidor (Vila de Penedo, 1722)". In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Alagoas Colonial:** Construindo Economias, Tecendo Redes de Poder e Fundando Administrações (Séculos XVII-XVIII). Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. "Poder, Administração e Construções de Identidades Coloniais em Alagoas (Séculos XVII-XVIII)". **Revista Ultramares.** Nº2, Vol. 1, Ago-Dez/2012.

CAETANO, Marcelo. **O Conselho Ultramarino:** esboço da sua história. – Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre**: uma dinastia de pioneiros, Livraria José Olympio Editora,1958.

CAMARINHAS, Nuno. **Juízes e administração da justiça no antigo regime:** Portugal e o império colonial, séculos XVII-XVIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010.

CAMINHA, Pero Vaz de. "Carta de Pedro Vaz de Caminha [1500]" – versão em linguagem actual, com anotações da Doutora D. Carolina Machäelis de Vasconcelos. In: DIAS, Carlos Malheiro (dir.). **História da colonização portuguesa no Brasil**, vol. 2, - Porto: Litografia Nacional, 1921.

CANABRAVA, Alice Piffer. "A grande propriedade rural". In: CANABRAVA, Alice Piffer. **História econômica:** estudos e pesquisas. – São Paulo: Hucitec; Unesp; Abphe, 2005.

CARDIM, Pedro. MIRANDA, Susana Münch. "A expansão da Coroa portuguesa e o estatuto político dos territórios". In: FRAGOSO, João. GOUVÊA. Mária de Fátima (orgs.). **O Brasil colonial,** volume 2 (ca. 1580-1720). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion. BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da história.** – Rio de janeiro: Edições Graal, 6ª ed. 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês?:** o protocampesinato negro nas Américas. – São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARDOSO, José Luís. "O pensamento económico na Época da Restauração". **Penélope**. nº 9/10, 1993.

CAROATÁ, José Próspero Jehovah da Silva. “Chronica do Penedo”. **Revista do Instituto Archeologico e Geográfico Alagoano.** Número 3, Dezembro de 1873. – Maceió: Typ. do Jornal das Alagoas, 1874.

CARRARA, Angelo Alves. “Fiscalidade e conjunturas financeiras do Estado do Brasil, 1607-1718”. In: GONÇALVES, Andréa. CHAVES, Cláudia. VENÂNCIO, Renato (orgs.). **Administrando impérios:** Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

“CARTA de doação da capitania de pernambuco a duarte coelho” e “foral de duarte coelho”. In: DIAS, Carlos Malheiros (dir.). **História da Colonização Portuguesa do Brasil:** A idade média brasileira (1521-1580), vol. III. – Porto: Litografia Nacional, 1924.

CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHAUDHURI, Kirti. “O império na economia mundial”. In: BETHENCOURT, Francisco. CHAUDHURI, Kirti. (dir.) **História da Expansão Portuguesa vol. II:** Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Lisboa: círculo dos leitores, 1998.

CIDADE, Hernâni. “A colonização do Brasil. Os bandeirantes. Os missionários e a escravatura. As minas de ouro. D. João V e as reformas do poder central de 1736”. In: BAIÃO, Antonio. CIDADE, Hernani. MÚRIAS, Manuel. **História da expansão portuguesa no mundo.** Vol. III. – Editorial Ática: Lisboa, 1940.

CIPPOLA, Carlo M. **Introdução ao estudo da História Económica.** – Lisboa: Edições 70, 1993.

CORTESÃO, Jaime. “Relações entre a geografia e a história do Brasil”. In: BAIÃO, Antonio. CIDADE, Hernani. MÚRIAS, Manuel. **História da expansão portuguesa no mundo.** Vol. III. – Editorial Ática: Lisboa, 1940.

CORRESPONDÊNCIA do Governador D. Diogo de Meneses – 1608-1612. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.** – Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, volume LVII, 1935.

COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos.** 10 vols. – Recife: Fundarpe, 1983.

COUTO, Dom Domingos Loreto. **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco.** – Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981 [1757].

CUNHA, Mafalda Soares da. NUNES, António Castro. “Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII”. **Tempo** (Niterói, online). Vol. 22. n. 39, jan-abr., 2016.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. “Política e administração de 1640 a 1763”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira:** Administração, economia, sociedade, Tomo I, vol. II, 1982

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura imperial e projetos coloniais** (séculos XV a XVIII). – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

CURVELO, Arthur. "Conflitos na Comarca: Disputas por jurisdição e controle político em Alagoas Colonial (1711-1758)". In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira. (org.) **Conflitos, revoltas e insurreições na América portuguesa.** Maceió: Edufal, 2011.

CURVELO, Arthur Almeida S. C. "Pescaria e Bem Comum: Pesca e Poder Local em Porto Calvo e Alagoas do Sul (séculos XVII e XVIII)". In. CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Alagoas Colonial:** Construindo Economias, Tecendo Redes de Poder e Fundando Administrações (Séculos XVII-XVIII). Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

CURVELO, Arthur. **O senado da câmara de Alagoas do Sul:** Governança e Poder Local no Sul de Pernambuco (1654-1732). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Programa de pós-graduação em História. Recife, 2014.

CURVELO, Arthur. "Ordens, bandos e fintas para fazer 'a cruel guerra': os governadores de Pernambuco, a câmara das Alagoas e as 'entradas' nos Palmares na segunda metade do século XVII". **Revista do IAHGP.** Recife, n. 67, 2014.

DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DIÉGUES Jr., Manuel. **O banguê nas alagoas:** traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. – Maceió, EDUFAL, 2006.

DOCUMENTAÇÃO Histórica Pernambucana. **Sesmarias.** 4 vols. – Recife: Secretária de Educação e cultura/Biblioteca Pública, 1954.

DOSSE, François. **A história em migalhas:** dos "Annales" à "Nova História". – São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DUTRA, Francis A. "Centralization vs. Donatarial Privilege: Pernambuco, 1602-1630". In: ALDEN, Dauril (ed.). **Colonial Roots of Modern Brazil.** – Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1973.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 5ª ed. Porto Alegre, Globo, 1979.

FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder:** o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FERLINI, Vera. "Salvador: porto do Brasil, cidade do açúcar, espelho da colônia". In: FERLINI, Vera. **Açúcar e colonização.** – São Paulo: Alameda, 2010.

FERNANDES, Florestan. "Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis". In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira:** do descobrimento à expansão territorial, Tomo I. – São Paulo: Difel, 1960.

FERRAZ, Maria do Socorro. “A sociedade colonial em Pernambuco. A conquista dos sertões de dentro e de fora”. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil Colonial,** volume 2 (ca. 1580-ca. 1720). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Oficios, manufaturas e comércio”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (org.) **História econômica do período colonial. –** São Paulo: editora HUCITEC, 1996.

FOUCAULT, Michel. “o olho do poder”. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber.** – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVÊA, Maria de Fátima. “Introdução”. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). – 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FREITAS, Décio. **Palmares:** a guerra dos escravos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

FREITAS, Décio. **A república de Palmares:** pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII. – Maceió: Edufal; Ideário, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. – São Paulo: Global, 2006.

FRIGO, Daniela. “<<Disciplina Rei Familiariae>>: a *Economia* como Modelo Administrativo de *Ancien Régime*”. **Penélope.** nº 6, 1991.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. “A arqueologia de Palmares – Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana”. In: REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GALINDO, Marcos. **O governo das almas:** a expansão colonial no país dos tapuias (1651-1798). – São Paulo: Hucitec, 2017.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da terra do Brasil.** – Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1995a (1576).

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil,** 1576. – Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1995b [1576].

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987

GINZBURG, Carlo. "Sinais: Raízes de um paradigma indiciário". In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. "O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico". In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** – Lisboa: Difel, 1991.

GINZBURG, Carlo. "Sobre Aristóteles e a História, mais uma vez". In: GINZBURG, Carlo. **Relações de força:** história, retórica, prova. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. "Descrição e citação". In: GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GODINHO, Vitorino Magalhães. "Finanças públicas e estrutura do Estado". In: GODINHO, Vitorino Magalhães. **Ensaios II:** sobre a história de Portugal. Lisboa: livraria Sá da Costa Editora, 1968.

GODINHO. "A evolução dos complexos histórico-geográficos". In: GODINHO, Vitorino Magalhães. **Ensaios II:** sobre a história de Portugal. Lisboa: livraria Sá da Costa Editora, 1968.

GODINHO, Vitorino Magalhães. "1580 e a Restauração". In: GODINHO, Vitorino Magalhães. **Ensaios II:** sobre a história de Portugal. Lisboa: livraria Sá da Costa Editora, 1968.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os descobrimentos e a economia mundial.** Vol. IV. – Lisboa: Editorial Presença, 1981.

GODINHO, Vitorino Magalhães. "Inovação e permanências nos séculos XV e XVI – entre mito e utopia". In: GODINHO, Vitorino Magalhães. **Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar.** Séculos XIII-XVIII. Lisboa: Difel: 1990.

GODINHO, Vitorino Magalhães. "As frotas do açúcar e as frotas do ouro 1670-1770". In: GODINHO, Vitorino Magalhães. **Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar.** Séculos XIII-XVIII. Lisboa: Difel: 1990.

GOMES, Flávio (org.). **Mocambos de Palmares:** Histórias e fontes (séc. XVI-XIX). – Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. – 2ª edição. São Paulo: Editora ática, 1978.

GORENDER, Jacob. "Violência, consenso e contratualidade". In: GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada.** – São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016.

GORENDER, Jacob. "Brecha camponesa, mercado interno e agricultura de subsistência". In: GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada.** – São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016.

GOUVÊA, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português. (1645-1808)”. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). – 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GOUVÊA, Maria de Fátima. “Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1689-1730”. In. FRAGOSO, João. Gouvêa, Maria de Fátima (orgs.). **Na trama das redes:** política e negócios no império português, séculos XVI – XVIII. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GREENE, Jack. **Negociated Authorities.** Essays in Colonial Political and Constitutional History. Charlottesville and London: University Press of Virginia, 1994.

GRUZINSKI, Serge. BERNAND, Carmen. **História do Novo Mundo:** da descoberta à conquista, uma experiência europeia, 1492-1550. – São Paulo: Editor da Universidade de São Paulo, 2001.

GRUZINSKI, Serge. “Os canibais de Lisboa: da história colonial e imperial à história global”. In: ALMEIDA, Suely. SILVA, Gian. RIBEIRO, Marília. **Cultura e sociabilidades no mundo atlântico.** – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo:** história de uma mundialização. – Belo Horizonte; São Paulo: Editora UFMG; EDUSP, 2014.

HANSON, Carl. **Economia e sociedade no Portugal barroco, 1668-1703.** – Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.

HESPANHA, António Manuel. “Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime”. In: HESPANHA, António Manuel. **Poder e instituições na Europa do antigo regime.** – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HESPANHA, António Manuel. “A Fazenda”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal, o antigo regime (vol. IV).** Dir. José Mattoso. Lisboa: editorial estampa, 1992.

HESPANHA, António Manuel. “Justiça e administração entre o Antigo Regime e a revolução”. In: HESPANHA, António Manuel (org.). **Justiça e Litigiosidade:** história e prospectiva. – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan.** Instituições e poder político: Portugal – séc. XVII. Lisboa: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). – 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HESPANHA, António Manuel. “As faces de uma *Revolução*”. In: HESPANHA, António Manuel. **O caleidoscópio do Antigo Regime.** – São Paulo: Alameda, 2012.

HESPANHA, Antonio Manuel. XAVIER, Ângela Barreto. “As redes clientelares”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal, o antigo regime (vol. IV).** Dir. José Mattoso. Lisboa: editorial estampa, 1992.

HESPANHA, António Manuel. XAVIER, Ângela Barreto. “A representação da sociedade e do Poder”. In. HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal, o antigo regime (vol. IV).** Dir. José Mattoso. Lisboa: editorial estampa, 1992.

HESPANHA, António Manuel. SANTOS, Maria Catarina. “Os poderes num império oceânico”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal, o antigo regime (vol. IV).** Dir. José Mattoso. Lisboa: editorial estampa, 1992.

HESPANHA, António Manuel. SUBTIL, José Manuel. “Corporativismo e Estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime”. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil colonial:** volume 1 (ca. 1443 – ca.1580). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça:** ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios, 1875-1914.** – São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOBSBAWM, Eric. “A crise geral da economia europeia no século XVII”. In: SANTIAGO, Theo (org.). **Do feudalismo ao capitalismo:** uma discussão histórica. – São Paulo: Contexto, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A instituição do Govêrno Geral”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira:** do descobrimento à expansão territorial, Tomo I. – São Paulo: Difel, 1960.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e fronteiras.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso:** os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOORNAERT, Eduardo (org.). **História da Igreja no Brasil:** ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, Período colonial. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

JOHNSON, H. B. “A colonização portuguesa do Brasil, 1500-1580”. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina:** América Latina Colonial, Vol. I. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

INFORMAÇÃO Geral da Capitania de Pernambuco. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Volume XXVIII, 1906.

INSTITUTO Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. **Livro do Tombo do Mosteyro de São Bento de Olinda.** Separata da Revista do Instituto Arq. Hist. E Geog. Pernamb. – Volume XLI. 1946-1947. – Recife: Imprensa Oficial, 1948.

INSTITUTO Archeologico Geográfico Alagoano (atual IHGAL). **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano.** Número 1; Número 2; Número 2 do volume III; Número 7.

INSTITUTO do Açúcar e do Álcool. **Documentos para a História do Açúcar,** Legislação (1534-1596). Vol. I. – Rio de Janeiro: Serviço Especial de Documentação Histórica, 1954.

JABOATÃO, Fr. Antonio de Santa Maria. **Novo Orbe Serafico Brasilico,** ou, Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil. 3 vols. – Recife, 1979-1980 [1761].

LAPA, J. R. Amaral. **Economia colonial.** – São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

LAPA, José Roberto do Amaral. "O interior da estrutura". In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (org.) **História econômica do período colonial. –** São Paulo: editora HUCITEC, 1996.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência:** escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Silvia Hunold. "Do singular ao plural – Palmares, Capitães-do-mato e o governo dos escravos". In: REIS, João José. GOMES, Flávio (orgs.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LE GOFF, Jacques. "Documento/Monumento". In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** – 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LESSA, Golbery. "Trama da Memória, urdidura do tempo: Ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos". In: TENÓRIO, Douglas. LESSA, Golbery. **O ciclo do algodão e as vilas operárias.** – Maceió: Sebrae, 2013.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola:** estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. – Maceió: Edufal, 2011.

LINDOSO, Dirceu. **O Grande Sertão.** – Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2011.

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal.** – Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos: Eduneal: Fapeal, 2019.

LINEBAUGH, Peter. REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças:** marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LINHARES, Maria Yedda Leite. “A pecuária e a produção de alimentos na colônia”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (org.) **História econômica do período colonial. –** São Paulo: editora HUCITEC, 1996.

MACHADO, Alex Rolim. **Os poderes além da inquisição:** a sociabilidade dos familiares e comissários do Santo Ofício nas atividades seculares e administrativas locais (Alagoas Colonial, 1674-1820). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2016.

MAGALHÃES, Basílio de. “As primeiras tentativas de penetração no interior do Brasil”. In: BAIÃO, Antonio. CIDADE, Hernani. MÚRIAS, Manuel. **História da expansão portuguesa no mundo.** Vol. III. – Editorial Ática: Lisboa, 1940.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Palavras prévias. 1481-1621: o longo século XVI português”. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.). **História de Portugal,** o Alvorecer da Modernidade (vol. III). Dir. de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “A construção do espaço brasileiro”. In: BETHENCOURT, Francisco. CHAUDHURI, Kirti. (dir.) **História da Expansão Portuguesa vol. II:** Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Lisboa: círculo dos leitores, 1998.

MARCADÉ, Jacques. **O quadro internacional e imperial.** In: MAURO, Frédéric (coord.). **Nova história da Expansão Portuguesa:** o Império Luso-Brasileiro (1620-1750). Direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

MARQUES, Dimas. **Pelo bem de meus serviços, rogo-lhe está mercê.** A influência da guerra de Palmares na distribuição de mercês (Capitania de Pernambuco, 1660-1778). Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2014.

MARQUES, Dimas. “Cargos, prestígios e heranças: a hereditariedade de ofícios e seu papel na manutenção do poder político das elites locais (Capitania de Pernambuco, 1689-1761)”. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Das partes sul à Comarca das Alagoas, Capitania de Pernambuco:** ensaios sobre justiça, economia, poder e defesa (século XVII-XVIII). – Maceió: Viva Editora, 2015.

MARQUESE, Rafael. **Administração e escravidão:** idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira. – São Paulo: Hucitec, 1999.

MARQUESE, Rafael. **Feitores do corpo, missionários da mente:** senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. – São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARTINIÈRE, Guy. “A implantação das estruturas de Portugal na América (16201750)”. In: MAURO, Frédéric (coord.). **Nova história da Expansão Portuguesa:** o Império Luso-Brasileiro (1620-1750). Direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política.** – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich Engels. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). – São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. "[Crítica da dialética e da filosofia hegelianas em geral]". In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** – São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital – São Paulo: Boitempo, 2017.

MAURO, Frédéric. "O papel econômico do fiscalismo no Brasil Colonial (1500-1800)". In: MAURO, Frédéric. **Nova história e novo mundo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1969.

MAURO, Frédéric. **Portugal, o Brasil e o Atlântico,** 1570-1670. 2 volumes. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. "Persistência dos modelos reinóis (2)". In: MELLO, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal:** História e historiografia. – São Paulo: Editora 34, 2002.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada.** Guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654. – São Paulo: Editora 34, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio:** o imaginário da restauração pernambucana. – São Paulo: Alameda, 2008.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos:** Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. – São Paulo: Editora 34, 2012.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O bagaço da cana:** os engenhos de açúcar do Brasil holandês. – São Paulo: Penguin Classics. Companhia das Letras, 2012.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei.**- 2. ed. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1997.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a história do Brasil holandês:** a administração da conquista, vol. I. – 2 ed. – Recife: CEPE, 2004.

MELLO, José Antônio Gonsalves de (ed.). **Fontes para a história do Brasil holandês:** a economia açucareira, vol. II – Recife: CEPE, 2004.

MELLO E SOUZA, Laura de. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **1680-1720:** O império deste mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MELLO E SOUZA Laura de. **O Sol e a Sombra:** política e administração na América portuguesa do século XVIII. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MELLO E SOUZA, Laura de. **O diabo e a terra de Santa Cruz:** feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Raízes da formação administrativa do Brasil.** Tomo I. Regimentos I a XVI. – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Conselho Federal de Cultura, 1972.

MERÊA, Paulo. "A solução tradicional da colonização do Brasil". In: DIAS, Carlos Malheiros (dir.). **História da Colonização Portuguesa do Brasil:** A idade média brasileira (1521-1580), vol. III. – Porto: Litografia Nacional, 1924.

MOMIGLIANO, Arnaldo **As raízes clássicas da historiografia moderna.** – Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII". In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). – 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos". In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). **História da vida privada em Portugal:** A idade moderna. Direcção de José Mattoso. – Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2011.

MOREIRA, José Mendonça de Matos. "As Matas das Alagoas. Providencias acerca dellas e sua descripção". **Revista do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil.** Tomo XXII. – Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J. M. N. Garcia, 1859.

MORENO, Diogo Campos. **Livro que dá razão do estado do Brasil.** – Rio de Janeiro: Instituto nacional do livro, 1968 [1612].

MOTT, Luiz. "Santo Antônio, o divino capitão-do-mato". In: REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MYRUP, Erik Lars. "Governar a distância: O Brasil na composição do Conselho Ultramarino, 1642-1833". In. SCHWARTZ, Stuart. MYRUP, Erik. **O Brasil no império marítimo português.** – Bauru, Sp: Edusc, 2009.

NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial.** – São Paulo: Brasiliense, 1996.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial** (1777 – 1808). – 8.ed. – São Paulo: Hucitec, 2006.

OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o Estado Moderno:** honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). – Lisboa: Estar Editora, 2001.

OLIVAL, Fernanda. "Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios". In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). **História da vida privada em Portugal:** A idade moderna. Direcção de José Mattoso. – Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2011.

OLIVEIRA, Roseline. **As vilas e seus gestos urbanos:** o desenho de seis núcleos de origem colonial no contexto da representação textual e iconográficas dos séculos XVI e XVII. – Maceió: Edufal: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

ORDENAÇÕES Filipinas. **Livro I.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

PAIVA, Eduardo França. "Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo". In: PAIVA, Eduardo França. ANASTASIA, Carla (orgs.). **O trabalho mestiço:** maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. – São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

PALACIOS, Guillermo. "Agricultura camponesa e *plantations* escravistas no nordeste oriental durante o século XVII". In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (org.) **História econômica do período colonial. –** São Paulo: editora HUCITEC, 1996.

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil:** agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PARRY, J. H. **The Spanish Seaborne Empire.** – London: Hutchinson, 1966.

PETRONE, Teresa Schorer. "As áreas de criação de gado". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira:** Administração, economia, sociedade, Tomo I, vol. II, 1982.

PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português:** uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. – São Paulo: Editora Nacional, 1979.

PITA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa.** – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011 [1730].

PLATAFORMA S.I.L.B (Sesmarias do Império Luso-brasileiro). Disponível em http://www.silb.cchla.ufrn.br/

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRICE, Richard. "Palmares como poderia ter sido". In: REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

"PROVISÃO de 13 de setembro de 1649. Proíbe em todo o Estado do Brasil, com excepção de Pernambuco, a bebida de vinho de mel, aguardente e cachaça". **Colleçção Chronologica**

da Legislação Portugueza, 1648-1656. Disponível em http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros:** Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. – São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

"REGIMENTO de Tomé de Sousa (17 de Dezembro de 1548)". In: DIAS, Carlos Malheiro (dir.). **História da colonização portuguesa no Brasil**, vol. 3, - Porto: Litografia Nacional, 1924.

REVEL, Jacques. "Acontecimento". In: LE GOFF, Jacques. CHARTIER, Roger. REVEL, Jacques. (dir.) **A Nova História.** Coimbra: Almedina, 1990.

ROLIM, Alex. "Jurisdição militar, inquisitorial e territorial no sul de Pernambuco: Contribuição a uma arquitetura dos poderes nas Capitanias de Porto Calvo, Alagoas e Rio de São Francisco". **Revista Ultramares,** nº 2, vol. 2, jan-jul/2012.

ROLIM, Alex. **O caleidoscópio do poder:** monarquia pluricontinental e autoridades negociadas na institucionalização da Ouvidoria das Alagoas na Capitania de Pernambuco (1699-1712). - Universidade Federal de Alagoas: Departamento de História. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em História). Maceió: Alagoas, 2013.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e Filantropos:** a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Ritmos e destinos de emigração". In: BETHENCOURT, Francisco. CHAUDHURI, Kirti. (dir.) **História da Expansão Portuguesa vol. II:** Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Lisboa: círculo dos leitores, 1998.

RUSSELL-WOOD, Anthony J. R. "Políticas de fixação e integração". In: BETHENCOURT, Francisco. CHAUDHURI, Kirti. (dir.) **História da Expansão Portuguesa vol. II:** Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Lisboa: círculo dos leitores, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Senhores de Engenho e Comerciantes". In: BETHENCOURT, Francisco. CHAUDHURI., Kirti. (dir.) **História da Expansão Portuguesa vol. III:** O Brasil na Balança do Império (1697-1808). Lisboa: Temas e debates, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Padrões de Colonização no Império Português". In: BETHENCOURT, Francisco. CURTO, Diogo Ramada. (dir.) **A expansão marítima portuguesa,** 1400-1800. Lisboa: edições 70, 2010.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O Atlântico português, 1415-1808". In: RUSSELL-WOOD, Anthony J. R.. **Histórias do Atlântico português.** – São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RUSSELL-WOOD, Anthony J. R.. "Portos do Brasil Colonial". In: RUSSELL-WOOD, Anthony J. R.. **Histórias do Atlântico português.** – São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e Meirinhos:** a administração no Brasil Colonial. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional”. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA. Mária de Fátima (orgs.). **O Brasil colonial,** volume 2 (ca. 1580-1720). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. “Unidade e diversidade através da festa de *Corpus Christi*”. In: JANCSÓ, István. KANTOR, Iris (orgs.). **Festa:** Cultura & sociabilidade na América Portuguesa, volume II. – São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

SANTOS, Márcio. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco:** povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SCHAMA, Simon. **O desconforto da riqueza:** a cultura holandesa na Época de Ouro. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. – São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. “os escravos: <<remédio de todas as outras cousas>>”. In: BETHENCOURT, Francisco. CHAUDHURI, Kirti. (dir.) **História da Expansão Portuguesa vol. II:** Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Lisboa: círculo dos leitores, 1998.

SCHWARTZ, Stuart. “O Brasil no Sistema Colonial”. In. BETHENCOURT, Francisco. CHAUDHURI, Kirti. (dir.) **História da Expansão Portuguesa vol. III:** O Brasil na Balança do Império (1697-1808). Lisboa: Temas e debates, 1998.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes.** – Bauru: SP: EDUSC, 2001.

SCHWARTZ, Stuart. “A Economia do Império Português.” In: BETHENCOURT, Francisco. CURTO, Diogo Ramada. (dir.) **A expansão marítima portuguesa,** 1400-1800. Lisboa: edições 70, 2010.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial:** o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609 – 1751. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SERRÃO, José Vicente. “O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal, o antigo regime (vol. IV).** Dir. José Mattoso. Lisboa: editorial estampa, 1992.

SIDERI, Sandro. **Comércio e poder.** Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas. – Lisboa: Editora Cosmos, 1978.

SILVA, Maria Fernanda Gomes da. & RAU, Virginia. **Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil.** 2 Vols. Acta Universitatis Conimbrigensis. 1956.

SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial:** militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. – Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

SILVA, Leonardo Dantas. "A obra de Gabriel Soares de Sousa na historiografia dos primeiros anos". In: SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil:** 1500/1820. – São Paulo: ed. Nacional; Brasília, INL, 1977.

SIQUEIRA, Sonia. **A inquisição portuguesa e a sociedade colonial.** – São Paulo: Ática, 1978.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França acrescentada de alguns comentários por Francisco Adolfo de Varnhagen. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000 [1587].

SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos & mofatras:** o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654-c.1759). – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SOUZA, George F. Cabral de [et al]. **Essa parte tão nobre do corpo da monarquia:** poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial. Séculos XVI-XVIII. – Recife: Editora UFPE, 2016.

STUDART, Barão de. "Datas e Factos para a História do Ceará. Século XVII". **Revista da Academia Cearense.** Dir. de Thomaz Pompeu, Barão de Stuardt e Pedro de Queiroz. Tomo XV. – Ceará, Fortaleza: Typ. Minerva, 1910.

TEENSMA, B. N. (transcrito, traduzido e anotado). **Roteiro de um Brasil desconhecido.** João de Laet. Descrição das costas do Brasil – UFMG: Kapa Editorial, 2007.

TEIXEIRA, Dante Martins. "O 'Thierbuch' e a 'Autobiografia' de Zacharias Wagener". In: TEIXEIRA, Dante Martins (org.). **Brasil holandês,** volume II. O "Thierbuch" e a "autobiografia" de Zacharias Wagener. – Rio de Janeiro: Editora Index, 1997.

TEIXEIRA, Dante Martins (org.). **Brasil holandês,** volume I. Documentos da Biblioteca Universitária de Leiden. – Rio de Janeiro: Editora Index, 1997.

THOMPSON. Edward. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. – Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward P. "Una entrevista com E. P. Thompson". In: THOMPSON, Edward P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase.** Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. - Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária:** a árvore da liberdade. Vol. I. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward. **Senhores e caçadores:** a origem da lei negra. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward. “Patrícios e plebeus”. In: THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward. “Costume, lei e direito comum”. In: THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”. In: THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. “Economia moral revisitada”. In: THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”. In: THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”. In: THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. “Folclore, antropologia e história social”. In: THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

TORGAL, Luís Reis. **Ideologia política e teoria do Estado na restauração.** 2 vols. – Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e Escravidão.** – Petrópolis: Vozes, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. “Deus contra Palmares. Representações senhoriais e idéias jesuíticas”. In: REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. “Breve comentários à precedente Obra de Gabriel Soares. Nota 18”. In: SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história.** Lisboa: Edições 70, 1987.

VILAR, Pierre. “Para uma melhor compreensão entre economistas e historiadores. <<História Quantitativa>> ou Econometria Retrospectiva?”. In: VILAR, Pierre. **Desenvolvimento económico e análise histórica.** – Lisboa: Editorial Presença, 1982.

WATJEN, Hermann. **O domínio colonial hollandez no Brasil:** um capítulo da historia colonial do século XVII. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

WHITE, Hayden. **Meta-História:** A imaginação histórica do século XIX. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. **Linha de Fé:** a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. **Menos que nada:** Hegel e a sombra do materialismo dialético. – São Paulo: Boitempo, 2013.

ZIZEK, Slavoj. **Violência:** seis reflexões laterais. – São Paulo: Boitempo, 2014.

DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Arquivo Histórico Ultramarino.
Pernambuco Avulsos. Doc. 161; Doc. 400; Doc, 403; Doc. 444; Doc. 616; Doc. 937; Doc. 1144; Doc. 1116; Doc. 1124; Doc. 1210; Doc. 1211; Doc. 1265; Doc. 1491; Doc. 1724; Doc. 1727; Doc. 1764; Doc. 1792; Doc. 1794; Doc. 1827; Doc. 1840; Doc. 1903; Doc. 1920; Doc. 1938; Doc. 1941; Doc. 1943; Doc. 1950; Doc. 1957; Doc. 1967; Doc. 2004; Doc. 2132; Doc. 2651; Doc. 7501
Bahia Avulsos. Doc. 607
Alagoas Avulsos. Doc. 8; Doc. 10; Doc. 63; Doc. 90; Doc. 119; Doc. 129Doc. 170;
Consultas Mistas. Códice 16. Rolo 96. Códice 18, rolo 98, fl. 426v-427v.

Arquivo da Universidade de Coimbra.
Coleção Conde dos Arcos. Códice 31. Códice 32. Códice 33, tomo I.

Biblioteca Central da Universidade de Coimbra.
Seção de reservados. Códice 510, fl.178v-179v. Códice 707, fls. 90-91.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa).
Registro Geral de Mercês. Mercês de D. Afonso VI. Livro 8, fl. 185v.
Registro Geral de Mercês. Mercês de D. Pedro II. Livro 13, fl. 395.
Chancelaria Régia. Dom Afonso VI. Ofícios e Mercês. Livro 45, fl. 2; Livro 51, fls. 234-234v; Livro 52. Microfilme 451-A, fls. 304-304v.
Chancelaria Régia. Dom Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 18, fl. 158v; Livro 21, fl. 48; Livro 23, fls. 248-248v; Livro 27, fls. 41-41v; 43v-45; Livro 28, fl. 108v-109v; 110-111; Livro 41, fls. 290v-291; Livro 62, fl. 118; 118v-119.
Chancelaria Régia. Dom João V. Ofícios e Mercês. Livro 36, fls. 26v-27. Microfilme 6399.
Chancelaria da Ordem de Cristo. Habilitação da Ordem de Cristo. Letra A. Maço 6, doc. 8.
Tribunal do Santo Ofício. Conselho Geral do Santo Ofício. Habilitações. Domingos. Maço 19 doc. 391.
Desembargo do Paço. Repartição das Justiças e Despacho da Mesa. Maço 1882.
Papéis do Brasil. Maço 03. Documento nº 02.
Mesa de Consciência e Ordens. Padroado do Brasil. Bispado de Pernambuco. Maço 12 Caixa 12. [Documento incompleto (...), 1755]

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
Relação da Bahia. Códice 537, doc. O58. Códice 538, vol. 2, doc. F22. Códice 539, vol. 2.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
Divisão de Manuscritos. I-29, 30, 049; II-33,10,9.

Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.
Manuscritos. 0021-01-03-02. Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul. Termo de posse do 1º ouvidor da Comarca de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, José da Cunha Soares. 09 Maio. 1712. 02F.
Manuscritos. 00007-01-02. 2º Livro de Vereações da Câmara de Alagoas do Sul, vários fólios.
Manuscritos. 01620-21-02-18. Certidão do Senado da Vila de Penedo sobre os seus limites e jurisdição, demarcados há mais de cem anos. 08 Dez. 1715.